

Maria Elizabeth Brêa Monteiro e Maria Luiza Tucci Carneiro  
Organizadoras

---

ESTRATÉGIAS DE  
DOMINAÇÃO DOS  
REGIMES FASCISTAS  
E AUTORITÁRIOS

---

O CONTROLE DOS  
**CORPOS** E DAS  
**MENTES**



# O controle dos corpos e das mentes



Copyright © 2019 Arquivo Nacional  
e LEER-Universidade de São Paulo

Arquivo Nacional  
Praça da República, 173, Centro  
20211-350 | Rio de Janeiro | RJ  
Tel.: +55 21 2179-1253  
www.an.gov.br

LEER-Universidade de São Paulo  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338  
Cidade Universitária, Butantã  
05508-000 | São Paulo | SP  
Tel.: +55 11 3091-8598  
www.usp.br/leer

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República  
**Jair Messias Bolsonaro**

Ministro da Justiça e Segurança Pública  
**Sergio Fernando Moro**

Diretora-geral do Arquivo Nacional  
**Neide Alves Dias De Sordi**

Coordenador-geral de Acesso e Difusão Documental  
**Marcos André Rodrigues de Carvalho**

Coordenadora-geral de Administração  
**Patrícia Reis Longhi**

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos  
**Larissa Candida Costa**

Coordenadora-geral de Processamento e  
Preservação do Acervo  
**Aluf Alba Vilar Elias**

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal  
**Mariana Rodrigues Carrijo**

Reitor da Universidade de São Paulo  
**Vaham Agopyan**

Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas  
**Maria Arminda do Nascimento Arruda**

Chefe do Departamento de História  
**João Paulo Garrido Pimenta**

Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre  
Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER)  
**Maria Luiza Tucci Carneiro**

Maria Elizabeth Brêa Monteiro e Maria Luiza Tucci Carneiro  
Organizadoras

# O controle dos corpos e das mentes

Estratégias de dominação dos regimes  
fascistas e autoritários

Rio de Janeiro - São Paulo  
2019

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
E SEGURANÇA PÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

USP

## **Colóquio Internacional – O controle dos corpos e das mentes**

Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários

Rio de Janeiro • 21 a 23 de outubro de 2015

**Arquivo Nacional** • Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental

Claudia Beatriz Heynemann e Maria Elizabeth Brêa Monteiro (organizadoras)

**Universidade de São Paulo** • Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER)

Maria Luiza Tucci Carneiro e Miriam Silva Rossi

### **Comissão científica**

Alberto De Bernardi • Universidade de Bolonha, Itália

Alberto Pena-Rodríguez • Universidade de Vigo, Espanha

Claudia Beatriz Heynemann • Arquivo Nacional, Brasil

Jaime Antunes da Silva • Arquivo Nacional, Brasil

Luís Reis Torgal • CEIS20, Universidade de Coimbra, Portugal

Maria Luiza Tucci Carneiro • LEER, Universidade de São Paulo, Brasil

Vivien Ishaq • Arquivo Nacional, Brasil

### **Equipe técnica da publicação**

Coordenadora de Pesquisa, Educação  
e Difusão do Acervo

**Leticia dos Santos Grativol**

Supervisora de Editoração

**Mariana Simões**

Supervisora de Programação Visual

**Giselle Teixeira**

Preparação de originais

**Maria Cristina Martins**

Tradução

**Carlos Alfredo Linhares Fabio** (espanhol)

**Heloisa Frossard** (italiano)

Pesquisa iconográfica

**Claudia Beatriz Heynemann**

Revisão

**Heloisa Frossard**

**José Claudio Mattar**

**Maria Cristina Martins**

**Rosina Iannibelli de Almeida**

Projeto gráfico

**Tânia C. Bittencourt**

Capa

**Giselle Teixeira**

Imagem da capa

**Comemoração do Dia do Trabalho no estádio  
do Vasco da Gama. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1941.**

**Agência Nacional. Acervo Arquivo Nacional**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional)

Colóquio Internacional (2015 : Rio de Janeiro, RJ).

O controle dos corpos e das mentes : estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários [recurso eletrônico] / Organizadoras Maria Elizabeth Brêa, Maria Luiza Tucci Carneiro – Dados eletrônicos. – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional ; São Paulo : USP, 2019.

Dados eletrônicos (1 arquivo : 4230Kb)

Sistema requerido : Adobe Acrobat Reader.

ISBN: 978-85-7233-002-2

1. Fascismo – Congressos e Convenções. 2. Autoritarismo – Congressos e Convenções. I. Monteiro, Maria Elizabeth Brêa, org. II. Carneiro, Maria Luiza Tucci, org. III. Título.

CDD 335.6

Ficha catalográfica elaborada por Josiane Rodrigues Monteiro (CRB-7/5594)

## SUMÁRIO

Apresentação <b>Maria Elizabeth Brêa Monteiro e Maria Luiza Tucci Carneiro</b>	7
A importância dos arquivos para a construção da memória e no resgate da verdade histórica <b>Jaime Antunes da Silva</b>	13
<b>Parte I – Censura e propaganda: imagens idealizadas da nação</b>	33
O controle fascista sobre a imprensa em 1923: a primeira estabilização monetária <b>Mirco Dondi</b>	34
Censura e propaganda como formas de controle: a imagem oficial dos portugueses (1934-1946) <b>Heloisa Paulo</b>	58
Visão em <i>camicia nera</i> : produção e recepção de cinejornais na Itália fascista <b>Matteo Pasetti</b>	71
A memória histórica como instrumento de controle durante o Estado Novo português: o exemplo do antissemitismo <b>João Paulo Avelãs Nunes</b>	87
<b>Parte II – Diagnóstico e profilaxia da nação</b>	114
Psiquiatria e poder no fascismo italiano <b>Alberto De Bernardi</b>	115
Eugenia: controle do corpo e do espírito – “a verdadeira religião da humanidade” <b>Maria Luiza Tucci Carneiro</b>	134
Corpos para trabalhar: a questão do trabalho indígena na África portuguesa <b>Fernando Tavares Pimenta</b>	154
<b>Parte III – Controle dos corpos e das mentes</b>	169
Controlar o tempo livre: a Opera Nazionale Dopolavoro na Itália fascista <b>Alessio Gagliardi</b>	170

O lazer e o sagrado: vigilância e controle no Estado Novo <b>Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida</b>	192
Estratégias de controle e repressão no ensino durante o Estado Novo <b>Luís Reis Torgal</b>	201
Educação para o ódio: como o nazismo transformou o conhecimento em inimigo do Estado <b>Marcos Guterman</b>	219
<b>Parte IV – Gestos, narrativas e imagens aprisionadas</b>	246
Revistas em revista: textos e imagens a serviço do Estado Novo (1937-1945) <b>Ana Luiza Martins</b>	247
As artes no Estado Novo português: prisões identitárias <b>Nuno Rosmaninho</b>	269
Controle das massas e sociedade de consumo: o mito do futebol fascista <b>Daniele Serapiglia</b>	282
<b>Parte V – A violência e o controle institucionalizados</b>	296
Os tentáculos da Ovrá na mente dos italianos <b>Ottavio D’Addea</b>	297
A paramilitarização no Estado Novo corporativo de Salazar e a Guerra Civil espanhola <b>Jorge Pais de Sousa</b>	314
A bem de Portugal: estratégias para controlar a opinião pública portuguesa nos Estados Unidos da América (1933-1940) <b>Alberto Pena-Rodríguez</b>	326
As graves violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado ditatorial entre 1964 e 1985 <b>Vivien Ishaq</b>	347

## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne os estudos apresentados durante o Colóquio Internacional O Controle dos Corpos e das Mentes – Estratégias de Dominação dos Regimes Fascistas e Autoritários, realizado entre os dias 21 e 23 de outubro de 2015, na sede do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em parceria com o Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER), do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP). Participaram desse encontro 14 pesquisadores, estrangeiros e brasileiros, dedicados aos estudos sobre fascismo, autoritarismo e democracia. Essa rede de estudos, que entre 2005 e 2015 foi sendo fortalecida com novos nomes ligados a instituições distintas, teve como mentores os professores Alberto De Bernardi (Universidade de Bolonha, Itália), Luís Reis Torgal (Universidade de Coimbra, Portugal), Alberto Pena-Rodríguez (Universidade de Vigo, Espanha) e Maria Luiza Tucci Carneiro (Universidade de São Paulo, Brasil).

Para a realização do colóquio, formou-se uma comissão organizadora liderada pelo professor Jaime Antunes, então diretor-geral do Arquivo Nacional que, gentilmente, endossou a proposta de sediar o encontro realizado em meio a uma extensa greve de funcionários públicos e bancários. A comissão científica responsável pela produção do programa acadêmico e atividades culturais foi composta por Jaime Antunes, Claudia Beatriz Heynemann e Vivien Ishaq. A professora Maria Luiza Tucci Carneiro, integrante do grupo fundador da rede, posicionou-se como representante do LEER.

Esse encontro, riquíssimo pela diversidade de abordagens sobre o(s) fascismo(s), fechou o círculo de uma primeira etapa de estudos multidisciplinares que, desde 2005, reuniu especialistas dos países aqui citados. Além da produção de novos conhecimentos acerca do tema, o grupo reafirmou a importância de institucionalização dessa rede que, entre 2005 e 2018, marcou espaço na historiografia italiana, portuguesa, espanhola e brasileira. Ainda que de difícil definição, o fascismo é entendido como um movimento político, econômico e social, que se desenvolveu em alguns países europeus após a Primeira Guerra Mundial, tendo Alemanha e Itália como modelos referenciais para outros países, como ocorreu em Portugal durante o governo de Antônio Oliveira Salazar (1932-1968), na Espanha, com Francisco Franco (1939-1976), e no Brasil de Getúlio Vargas (1930-1945). Com algumas características comuns, ainda que expressivas de experiências distintas, o fascismo vem sendo interpretado por seu espectro ideológico. Portanto, é um tema oportuno que serve de alerta para os dias atuais,



quando a palavra fascismo vem sendo empregada indevidamente, principalmente durante esse período de transição política vivenciado pelo Brasil.

A escolha do tema para o Colóquio Internacional, cujos resultados são agora publicados com título homônimo, teve como inspiração proposições de Michel Foucault em suas obras *Vigiar e punir: nascimento da prisão* e *Microfísica do poder*, preocupado, como sempre esteve, em diagnosticar os mecanismos de poder disciplinar na sociedade.<sup>1</sup> Daí direcionarmos as nossas propostas para as experiências fascistas que, distintas por suas particularidades históricas, acarretaram transformações de conduta nos indivíduos e nas formas de punir adotadas pelos poderes instituídos. A construção de uma lógica fascista serviu, como veremos nos artigos aqui publicados, para criar uma relação de sujeição da população ao Estado, que impõe disciplina aos corpos ao mesmo tempo que faz uma “lavagem” das mentes. Alimentado por mitos mobilizadores do imaginário coletivo, o fascismo histórico, tal qual é aqui analisado, conquista seguidores com promessas de felicidade: o novo no lugar do degenerado, a restituição das perdas e a oferta de espetáculos para o povo carente de lazer.

A maioria dos autores que colabora nesta coletânea procura demonstrar como o Estado fascista – tanto na Itália como na Alemanha, na Espanha e no Brasil – apelou para distintas ferramentas de controle com o objetivo de modelar o corpo social, normatizar as condutas e inibir as frentes de resistência. Em consequência, a população passou por um processo contínuo de gerenciamento cuja desmontagem é imprescindível para a reconstituição da *ideologia do etiquetamento (labelling approach)* fundamentada na lógica da desconfiança. Após identificar o suspeito por seus traços de indesejabilidade, o Estado procurava comprovar a *perniciosa* das suas *ações*, valendo-se dos indícios do desvio interpretado segundo cânones científicos e/ou policiais. Adentrando no mundo dos corpos e das mentes, constatamos que os discursos fascistas orientavam para a constituição de um corpo belo e saudável, sendo os caminhos estrategicamente supervisionados por médicos eugenistas, cientistas, educadores e arquitetos. Assim, o discurso do ordenador fascista assume um tom acusatório (maniqueísta) ao apontar o inimigo-objetivo cuja imagem negativa era construída a partir de provas recolhidas e julgadas por instâncias superiores.

Sob esse viés, organizamos o colóquio em sessões temáticas dedicadas a demonstrar como os grupos gerenciadores do poder conseguiram instituir, nas décadas de 1930 e 1940, uma política de coerções imposta por uma ordem disciplinadora. Coube ao professor Jaime Antunes, na qualidade de diretor-geral do Arquivo Nacional, introduzir o tema em sua conferência de abertura,

---

1 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1997; FOUCAULT, Michel. *Poder-corpo*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

enfazando o papel dos arquivos na construção da memória e do resgate da verdade histórica. Inserção muito oportuna, pois o Arquivo Nacional reúne um dos maiores acervos documentais produzidos pelo Estado, de interesse para a reflexão sobre os períodos ditatoriais que marcaram a história republicana do país. São conjuntos de proveniência pública e particular de inegável relevância como testemunhos da negação da cidadania e das violações aos direitos humanos. Ao percorrer os inúmeros fundos do Arquivo Nacional, em sua sede no Rio de Janeiro e na Coordenação Regional (Coreg), em Brasília, deparamo-nos com os diferentes modelos de Estado autoritário e os processos de intervenção estatal presentes nos campos da política, economia e cultura.

A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo está registrada em documentos dos arquivos privados de Bernardo Fernandes de Brito e Salgado Filho, além dos arquivos fotográficos do *Correio da Manhã* e da *Agência Nacional*.<sup>2</sup> Outros arquivos privados de relevância para o tema desse colóquio são os de Luís Carlos Prestes, San Tiago Dantas, Apolônio de Carvalho, ou de instituições como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, onde Bertha Lutz e outras mulheres mantêm uma atuação contra a guerra, o fascismo e a condição da mulher. Outro importante arquivo privado é o do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), criado em 1962 com o objetivo de integrar os diversos movimentos sociais de direita para criar as bases de uma oposição que pudesse deter o “avanço do comunismo soviético no Ocidente”, desempenhando um papel importante para a deposição do presidente João Goulart e a instalação de um governo militar. Data igualmente de 1962 o fundo da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), movimento feminino católico organizado no então estado da Guanabara para se opor ao governo João Goulart.

O controle das diversões públicas, marcante desde a Primeira República, relaciona-se à própria expansão dos setores de divertimento público, processo que se ampliaria no pós-1930, tornando familiar a existência da figura do censor teatral nos ensaios gerais das inúmeras peças de teatro. Durante o Estado Novo, a repressão sufocou com violência qualquer oposição, deixando uma herança duradoura na vida política do país e uma estrutura de vigilância dentro do Estado brasileiro.<sup>3</sup> Um exemplo é o Serviço de Censura de Diversões Públicas, caudatário do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que nos anos de 1970 passou a se chamar Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), assumindo ações mais rigorosas de censura e ampliando suas atividades em nível nacional com o aumento do número de censores e o aperfeiçoamento do serviço. Dedicada

---

2 Ver a exposição *Viagens italianas* em <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br>>.

3 Ver a exposição *Estado Novo: 1937-1945* em <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br>>.

primeiramente à censura aos programas de rádio e televisão, zelando pela moral e bons costumes da sociedade brasileira, a DCDP assume a função de controle ideológico, exercendo com maior rigor a censura e proibição a filmes políticos, músicas de protesto e peças teatrais.

De acordo com Douglas Marcelino,

a censura voltada, sobretudo, para aspectos morais foi empregada mais acintosamente com o objetivo de reprimir a circulação de ideias consideradas politicamente perigosas, extrapolando claramente os limites que, durante anos, tenderam a nortear a atividade mais rotineira do órgão encarregado da censura de diversões públicas.<sup>4</sup>

A chamada “imprensa alternativa”, que floresceu durante o regime militar, sofria, com frequência, essa repressão e os jornalistas que publicassem matérias contrárias à moral e aos bons costumes ou consideradas subversivas estavam sujeitos a penalidades previstas na Lei de Imprensa e na Lei de Segurança Nacional.<sup>5</sup> Essa documentação, que se encontra na Coreg, abarca não apenas a parte relativa à censura prévia de publicações, mas todas aquelas referentes ao funcionamento da censura. Seu conteúdo compõe outras cinco séries que incluem, além dos ofícios e informações sigilosas que integravam a correspondência dos responsáveis pela censura, cartas enviadas a eles por pessoas que pediam maior rigor censório, documentos relativos às fiscalizações feitas pela DCDP, diretrizes e tentativas de normatização dessa atividade, relatórios anuais produzidos pela direção do órgão de censura e o material referente aos cursos que os técnicos daquela instituição fizeram para se preparar para o exame das obras recolhidas para verificação.

Os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) foram recolhidos ao Arquivo Nacional no final de 2005, assim como os do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Geral de Investigações do Ministério da Justiça.<sup>6</sup> Trata-se do maior acervo do Arquivo Nacional e seu recolhimento constituiu um marco importante na direção da abertura dos arquivos da ditadura produzidos pelos órgãos que atuaram na repressão durante o regime militar.<sup>7</sup>

---

4 Ver MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 1º Lugar no Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 2009.

5 Ver a exposição *A imprensa alternativa no acervo do Sistema Nacional de Informações (1964-1985)* em <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br>>.

6 O recolhimento atendeu ao decreto-lei n. 5.584, de 18 de novembro de 2005, que dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional de documentos arquivísticos públicos sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

7 Relação dos acervos recolhidos ao Arquivo nacional após 18 de novembro de 2005. Ver ISHAQ, V.; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. de. *A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 16.

As Divisões de Segurança e Informações, integrantes do Sistema Nacional de Informações (SisNI), foram criadas pelo decreto n. 60.940, de 4 de julho de 1967, substituindo as Seções de Segurança Nacional (SSN), órgão criado no governo de Eurico Gaspar Dutra. De acordo com a legislação, as SSN eram órgãos diretamente subordinados aos respectivos ministros de Estado, criados para atuar, preponderantemente, em atividades relacionadas com a segurança nacional, em estreita cooperação com a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.<sup>8</sup> O fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) compreende processos que demonstram o constante monitoramento e as pressões feitas pelos órgãos de informação em favor da censura de livros e outras publicações consideradas subversivas; as diretrizes sigilosas; pareceres e estudos envolvendo a organização da censura política de publicações. O acervo da DSI/MJ reveste-se de especial importância, pois sob o âmbito do Ministério da Justiça atuavam o Departamento de Polícia Federal (DFP) e sua Divisão de Censura e Diversões Públicas, como também a Comissão Geral de Investigações, além da própria DSI, que tinha como atribuição o fornecimento de informações ao SNI. Essa atuação, decorrente das principais linhas ideológicas das forças políticas que assumiram o poder em 1964 – combate à subversão e à corrupção – reflete-se nos documentos. As informações sobre o combate à subversão estão em maior número na série Movimentos Contestatórios, mas também são encontradas nas séries Questões Fundiárias e Justiça. Já o tema corrupção está presente em quase todos os documentos da série Irregularidades Administrativas.

Cabe ressaltar o papel fundamental da Lei de Acesso à Informação, de 2011, que permitiu que as instituições públicas detentoras de documentos com restrição de acesso os liberassem para consulta pública, conferindo aos arquivos públicos a responsabilidade de atender à grande demanda pela busca de documentos sobre indivíduos afetados pela violência do Estado nos anos da repressão. Em 2011, os acervos do fundo de órgãos centrais do SisNI, sob a guarda do Arquivo Nacional e de órgãos estaduais e outras entidades que integram o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, reunidos sob o título de Fundo da Rede de Informações e Contrainformações, foram reconhecidos pelo Programa Memória do Mundo da Unesco como patrimônio documental de importância internacional.

Seguindo a ordem idealizada para a apresentação dos resultados das pesquisas, durante o evento, estruturamos essa publicação em cinco partes:

Parte I. Censura e propaganda: imagens idealizadas da nação

Parte II. Diagnóstico e profilaxia da nação

---

<sup>8</sup> ISHAQ, V.; FRANCO, Pablo E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. Revista *Acervo*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2008.

Parte III. Controle dos corpos e das mentes

Parte IV. Gestos, narrativas e imagens aprisionadas

Parte V. A violência e o controle institucionalizados

Considerando os princípios moduladores e os elementos constitutivos do discurso fascista, propomos um olhar crítico sobre as novas lógicas de controle instituídas pelas sociedades contemporâneas. Hoje, diante das novas mídias, fica difícil reconhecer onde está o controle. Mas como previu George Orwell, com a lucidez política que marcou seu livro *1984*, “o Grande Irmão está de olho em você” ou, melhor, “[...] continua de olho em você”. Sob o viés de uma nova ordem mundial, (con)vivemos com o processo autoritário de modernização que nos mantém conectados aos nossos aplicativos que, por sua vez, nos colocam sob a vigilância diária de um *Big Brother*, sem endereço e sem partido.<sup>9</sup>

Assim como sugeriu Foucault, devemos assumir a tarefa filosófica de diagnosticar o presente, atentos “para as diversificadas formas de dominação e do exercício do poder na contemporaneidade, no Ocidente e no Oriente, como também para as práticas da liberdade que despontam coletivamente [...]”.<sup>10</sup> Importante, sempre: não devemos perder o direito de estranhar, de resistir e de desobedecer diante das constatações de injustiças e abusos de poder. Que as lições deixadas pelo fascismo sejam lembradas para uma crítica política dos direitos; que os discursos “inventados de verdade” sejam desmitificados, servindo de alerta para a identificação das fissuras que provocam recuos nas democracias; que as ruas continuem sendo do povo que, em nenhum momento, deve perder o seu direito à indignação.

**Maria Elizabeth Brêa Monteiro**

Arquivo Nacional

**Maria Luiza Tucci Carneiro**

LEER/Universidade de São Paulo

---

<sup>9</sup> ORWELL, George. *1984*. Traduzido por Heloisa Jahn e Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (1. ed. 1949).

<sup>10</sup> RAGO, Nargareth; GALLO, Sílvio (org.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: Fapesp; CNPq; Intermeios – Casa de Artes e Livros, 2017, p. 11.

# A importância dos arquivos para a construção da memória e no resgate da verdade histórica

Jaime Antunes da Silva<sup>1</sup>

O Arquivo Nacional tem um dos mais importantes acervos públicos para os estudos sobre o controle dos corpos e das mentes desde os tempos coloniais. Através de seus diferentes fundos podemos conhecer o papel do Estado moderno que, por sua função redistributiva, deve assegurar os direitos do cidadão de acesso à informação, favorecendo a construção da memória e o resgate da verdade histórica.

Principal instituição arquivística pública do país, o Arquivo Nacional está encarregado, por força da lei n. 8.159, Lei de Arquivos,<sup>2</sup> de 8 de janeiro de 1991, e dos decretos n. 4.073,<sup>3</sup> de 3 de janeiro de 2002, que a regulamenta, e n. 4.915,<sup>4</sup> de 12 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga), da administração pública federal, de promover a gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

A Lei de Arquivos é a mais importante lei para o campo arquivístico de nosso país. Regula as atividades arquivísticas em matéria de gestão e preservação documental em consonância com os ditames da Constituição Federal de 1988 (Constituição cidadã) para uso e defesa do Estado e dos direitos da cidadania.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil define as linhas mestras da Política Nacional de Arquivos no que tange à gestão documental, à preservação e ao acesso às informações governamentais, quando no capítulo I (“Dos direitos e deveres individuais e coletivos”) determina, em diversos incisos do artigo 5º das cláusulas pétreas constitucionais, que:

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

---

1 Ex-diretor-geral do Arquivo Nacional, professor de Arquivística e Paleografia do Departamento de História da UERJ.

2 Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>.

3 Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm)>.

4 Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4915.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4915.htm)>.

Essas cláusulas, estão aliadas ao:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (redação dada pela emenda constitucional n. 19, de 1998)

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (redação dada pela emenda constitucional n. 19, de 1998)

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (incluído pela emenda constitucional n. 19, de 1998) – (vide lei n. 12.527, de 2011)

e à determinação do § 2º, do art. 216, da Lei Maior do país, de caber à “administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.”

Esses dispositivos constitucionais foram regulamentados pela lei n. 12.527, de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), em vigor desde 16 de maio de 2012.

A informação, portanto, é um recurso estratégico para a boa gestão pública e a garantia de direitos de cidadania. Constitucionalmente, o acesso à informação é um direito do cidadão, e sua gestão e disponibilização para o acesso são uma obrigação do poder público.

No Brasil, durante a ditadura militar nas décadas de 1960 a 1980, os órgãos que integravam o Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni) deixaram provas abundantes da ação deliberada da produção de documentos que, embora autênticos, registravam informações falsas com o objetivo de desestabilizar os movimentos contestatórios ao regime.

Em um Estado democrático de direito, o caráter ostensivo e o livre acesso às informações públicas são, em regra, garantidos. Entretanto, em Estados de exceção, o sigilo é predominante, o que deságua, naturalmente, na opacidade do Estado, com a presença de um grande aparato de monitoramento que leva à produção de uma pluralidade de registros de informação e contrainformação, garantindo ao Estado o controle da vida social e favorecendo a repressão aos movimentos sociais.

Em ambos os casos, os documentos produzidos são fonte de informação. A guarda daqueles que serviram ao regime autoritário para a retirada de direitos vem servindo ao Estado democrático para garantir, com uma análise crítica das fontes, o direito à memória, à verdade e à justiça.

A memória é um bem público que está na base do processo de construção da identidade social, política e cultural de um país. Isso significa que a memória é fundamental para a construção da verdade sobre acontecimentos históricos.

Dentre outras possibilidades, a memória e a verdade podem ser encontradas em acontecimentos, discursos, monumentos, legislações e arquivos. Tanto o direito à verdade quanto o direito à memória não são, simplesmente, direitos individuais. São, também, direitos coletivos que contribuem para o estabelecimento de um ambiente de favorecimento aos direitos humanos.

Assim, garantir os direitos à memória e à verdade é condição fundamental para a construção de uma sociedade justa e solidária, sobretudo em países como o Brasil, que superaram, há não tanto tempo, um período de cerceamento das liberdades democráticas. Mas para (re)estabelecer a memória e a verdade é preciso conhecer e reconhecer. Conhecer exige ter acesso a informações sobre o que aconteceu. Para tanto, é necessário que essas informações sejam reveladas espontaneamente ou a partir de estratégias públicas de investigação e acesso.

Mais de trinta anos se passaram desde a sanção da Lei da Anistia<sup>5</sup> e prosseguem, no Brasil, as buscas por dados e fontes que projetem luz sobre o período da ditadura militar instalada em 1º de abril de 1964.

Com o advento das modernas tecnologias de controle e recuperação da informação, a visão de arquivo como instituição de guarda de documentos vem sendo substituída, gradativamente, por aquela que o situa enquanto gestor de um sistema de informação, integrado a outros sistemas, com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações demandadas. Ou seja, o eixo foi deslocado da questão da guarda para a do acesso. Dentro dessa visão, “ganha importância o intercâmbio de informações entre instituições, recuperando-se os documentos de interesse do usuário a partir de referências fornecidas pela instituição membro do sistema, que partilha com as demais instituições o controle da informação existente”<sup>6</sup>.

Nas sociedades contemporâneas, o direito à memória tem sido compreendido como parte dos direitos dos homens. O direito à informação, com a revolução ocorrida nos arquivos a partir da Segunda Guerra Mundial, transcendeu as fronteiras nacionais – e não se trata mais de uma questão restrita à cidadania.

O Brasil, um país de dimensões continentais, possui uma ampla gama de instituições e entidades custodiadoras de acervos, de diversas naturezas e cronologias, importantes para que seja possível repensar a história contemporânea de nosso país, incluindo a história do último período ditatorial. Contudo, grande parte dessas instituições não é dotada de instrumentos de recuperação da informação integrados em rede.

---

5 Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>.

6 SILVA, Jaime Antunes da. A situação arquivística brasileira: subsídios para implantação de uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas, p. 105.



Diante da magnitude da questão, o Estado tem o dever de zelar pela preservação e pelo compartilhamento, por meio da divulgação dos conjuntos documentais que se encontram sob a sua guarda. E, ainda, procurar aquele patrimônio documental que, apesar de produzido por ele, se encontra desconhecido da sociedade, perdido.

Durante os anos de 1980, intensificou-se o processo de dismantelamento de regimes políticos repressivos na América Latina, inclusive no Brasil. Com a transição democrática, os arquivos dos organismos de repressão se tornaram importantes fontes de pesquisa, como testemunhos da atuação de tais entes a serviço do Estado autoritário. As informações contidas nesses acervos demonstram práticas que foram usadas no exercício das atividades repressivas. Nos tempos atuais, servem como instrumento essencial para o fortalecimento de novas relações sociais e, conseqüentemente, para a consolidação do processo democrático. A divulgação dos arquivos da repressão tem uma inegável ressonância social e política, o que aumenta, sobremaneira, as responsabilidades das instituições arquivísticas de guarda, como o Arquivo Nacional, na gestão e na preservação adequada de tais conjuntos.

Cabe destacar que a função desses arquivos não se esgota apenas no conhecimento de nossa história recente. Sua dimensão é particularmente visível com o uso administrativo das informações para o cumprimento de direitos individuais e coletivos que a democracia proporciona como, por exemplo, a concessão de indenizações às vítimas da repressão ou a seus familiares.

O Brasil possui um volume expressivo de acervos documentais constituídos pelo Estado, dentre os quais se destacam aqueles produzidos nos períodos autoritários. São os arquivos das polícias políticas que, desde os anos de 1910, acumularam um impressionante testemunho de como nosso Estado desconstruiu seus adversários e imprimiu a marca do autoritarismo em nossa sociedade. Esses documentos já estão disponibilizados para pesquisa pública no Arquivo Nacional e nos diversos arquivos estaduais do país. Agora, “faz-se necessário transformar aquilo que foi gerado para negar direitos em instrumentos de garantia de direitos, em afirmação dos direitos humanos”<sup>7</sup>

Traçando um breve panorama a respeito da situação sul-americana, cabe apontar, com base em informações prestadas pelos gestores dos arquivos nacionais do Mercosul, que o Brasil é detentor do maior conjunto documental de origem pública sobre a matéria na região. Esse papel de destaque é reconhecido

---

7 SILVA, Jaime Antunes da; SOUZA, Jessie Jane de; MARTINS, Ismênia de Lima. Centro de referência e pesquisa sobre a intolerância e a repressão política. Esse texto integra o relatório da comissão especial encarregada de elaborar a proposta de criação de um centro de referência dos acervos do regime militar, criada pela portaria da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR), n. 21, de 21 de fevereiro de 2005. A comissão especial foi coordenada pelo autor deste artigo.

pelo volume de documentos públicos produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades integrantes do extinto Sisni, que tinha por órgão central o também extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), disponibilizados para consulta.



O acervo do SNI é formado por microfichas que reúnem cerca de dez milhões de páginas de documentos. Foto Arquivo Nacional

No Chile, há poucos registros de fontes oficiais sobre o período ditatorial identificados até o momento. Cabe destacar a existência, entretanto, de acervos privados de oito organizações não governamentais (ongs), com cerca de 1.200 metros lineares de documentos, dos quais mais de 50% são arquivos da Igreja, liberados para consulta, com restrições para os documentos que possam vir a ferir a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, conforme estabelecido pelas próprias organizações detentoras do acervo. O acervo recolhido ao Arquivo Nacional do Chile, da chamada Comissão da Verdade e da Reconciliação, tem seu acesso regulado pelo Ministério do Interior, privilegiando os tribunais, os advogados e os familiares. Há acervos, como no caso chileno, de ongs, com acesso regulado pelas mesmas, levando-se em consideração o resguardo da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

No Uruguai, há cerca de quatro anos, a ministra da Defesa identificou, em visita a uma unidade do Exército, um conjunto documental com informações de interesse sobre o período de repressão política no país, ainda não aberto ao acesso por estar em fase de organização.

No Paraguai, a Corte Suprema de Justiça criou o Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos, que reúne documentos públicos de diversas proveniências, em especial os registros da polícia, em um total estimado de um milhão de folhas de texto. Esse volume documental também é conhecido como “arquivo do terror” e encontra-se aberto à consulta de magistrados, pesqui-

sadores e do público em geral, resguardando-se, também, o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas.

Na Argentina, o Arquivo Nacional da Memória está encarregado de reunir, em microfimes e meios digitais, documentos localizados em diversas instituições do país, públicas e privadas. O acervo compreende, atualmente, cerca de dois milhões páginas digitalizadas, duzentos metros lineares de documentos, além de publicações e registros de imprensa. Está aberto à consulta da mesma forma que os arquivos chilenos e paraguaios, isto é, com restrição daqueles que firam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Um marco na história documental brasileira contemporânea foi a entrada, no Arquivo Nacional, em cumprimento do disposto no decreto n. 5.584,<sup>8</sup> de 18 de novembro de 2005, dos fundos documentais dos extintos SNI, Comissão Geral de Investigações (CGI) e Conselho de Segurança Nacional (CSN), até então custodiados pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A partir de janeiro de 2006, instado por avisos circulares da então ministra de Estado chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o Arquivo Nacional ampliou significativamente o seu acervo de interesse para a temática das lutas políticas no Brasil, em especial dos órgãos e entidades do aparato repressor do Estado, integrantes do Sisni, subordinado ao SNI. Uma visão panorâmica sobre esses acervos, custodiados pela Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, poderá ser vista no quadro dos acervos dos órgãos e entidades integrantes do Sisni do regime militar digitalizados e disponíveis para consulta no Arquivo Nacional, ao final deste artigo.

Da mesma forma, em cerimônia realizada em 13 de maio de 2009, no Palácio Itamaraty, em Brasília, com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, pela portaria n. 204 da então ministra Dilma Rousseff. Na ocasião, o presidente encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei n. 5.228/2009, que regula o acesso a informações previsto na Constituição de 1888.

São objetivos específicos do Memórias Reveladas estimular pesquisas, na perspectiva da história, da sociologia, da antropologia, da ciência política e do direito, mediante o controle das fontes primárias e da produção bibliográfica disponíveis; buscar novas fontes documentais; gerenciar instrumentos de pesquisa disponíveis; elaborar novos instrumentos com caráter coletivo; e fazer a manutenção do banco de dados do centro, acessível em <<http://www.memoriasreveladas.gov.br>>.

---

8 Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/D5584.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5584.htm)>.



Cerimônia no Palácio Itamaraty, presidida pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, de assinatura e envio ao Congresso Nacional da mensagem presidencial e do projeto de lei de acesso à informação. Nesta cerimônia, a ministra-chefe da Casa Civil assina a portaria criando o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas e em portaria interministerial autoriza o primeiro edital de chamamento de acervo pelo Arquivo Nacional para doação de documentos de interesse para a temática do Centro de Referência. Brasília, 13 de maio de 2009

O Centro de Referência Memórias Reveladas, implantado no Arquivo Nacional, representa, portanto, um espaço de convergência e difusão de informações, em compartilhamento de ações e responsabilidades com seus diversos parceiros, visando à disponibilização de dados e informações, assim como de documentos digitalizados associados à sua descrição, que viabiliza e subsidia a realização de pesquisas acadêmicas sobre o período da repressão política, ao mesmo tempo em que fornece provas documentais para defesa de direitos.

O Centro viabilizou a consolidação da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas – Memórias Reveladas, possibilitando, pela primeira vez na área arquivística brasileira, enlaces entre instituições e entidades públicas e privadas, assim como pessoas físicas, integradas em rede para o intercâmbio de dados, informações e representações digitais de conjuntos documentais de interesse para estudo das lutas políticas e dos movimentos sociais durante as décadas de 1960 a 1980.

A Rede Memórias Reveladas é composta por mais de 130 parceiros. Para que se tenha uma ideia do volume expressivo desses acervos, somente o Arquivo Nacional tem sob a sua guarda, tanto na sede da instituição no Rio de Janeiro como em sua Coordenação Regional no Distrito Federal, cerca de 13 milhões de páginas de documentos textuais, doze milhões das quais já digitalizadas e disponíveis para consulta em base de dados de acesso local, além de 1.363 metros lineares de outros tipos documentais (como, por exemplo, fotografias e mapas), 220 mil microfichas e 110 rolos de microfilmes.<sup>9</sup>

Que esses registros de informação cumpram, por fim, uma função social positiva e garantam o reconhecimento do direito à memória como um dos direitos fundamentais do homem, e que estimulem o estudo e a produção de conhecimento sobre esse período sombrio de nossa história recente “para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”, como disse certa vez dom Paulo Evaristo Arns”.<sup>10</sup>

Nos últimos anos, o Arquivo Nacional teve grandes avanços no tratamento arquivístico de seus fundos (conjuntos) documentais, tanto em suporte físico quanto em meio digital, garantindo sua segurança e preservação, bem como o acesso aos documentos pelos cidadãos e pela administração pública nas diferentes esferas de governo.

De 2006 a 2010, o Arquivo Nacional atendeu a 8.508 requerimentos de consulta ao acervo de documentos da ditadura, que resultaram em 176.242 cópias de documentos entregues aos solicitantes. Durante o período de atuação da Comis-

---

9 Dados atualizados por Vicente Arruda Câmara Rodrigues, da coordenação do Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional.

10 SILVA, Jaime Antunes da. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, p. 28.

são Nacional da Verdade (CNV), entre 2012 e 2014, outras centenas de milhares de documentos foram colocadas à disposição não somente da CNV, mas de inúmeras comissões da verdade em âmbito estadual, municipal e universitário.

**Quadro 1 – Os maiores fundos documentais federais da ditadura**

<b>Sigla</b>	<b>Fundo</b>	<b>Volume (páginas)</b>
SNI	Serviço Nacional de Informações	3.499.974
CGI	Comissão Geral de Investigações	1.502.000
Emfa	Estado-Maior das Forças Armadas	837.493
DSI/MRE	DSI do Ministério das Relações Exteriores	634.565
CSN	Conselho de Segurança Nacional	561.758
DSI/MJ	DSI do Ministério da Justiça	300.300
DI/Petrobras	Divisão de Informações da Petrobras	282.178
Ipes	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais	196.000
ASI/Eletronbras	ASI da Eletronbras	159.578
DI/DPF	Divisão de Inteligência da Polícia Federal	99.991

Fonte: dados compilados a partir do *Relatório de digitalização de acervos de interesse da CNV* (Arquivo Nacional, 2014)

Nos estados da Federação, os números não são menos impressionantes, estimando-se que aproximadamente dez milhões de páginas de documentos textuais relativos às extintas Delegacias de Ordem Política e Social (Dops) estão em poder dos arquivos públicos estaduais, sem contar os acervos que, embora privados, se revestem de interesse público e estão custodiados em centros de documentação, universidades ou arquivos pessoais.

A lei n. 12.527,<sup>11</sup> a já citada LAI, e a lei n. 12.528,<sup>12</sup> que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ambas de 18 de novembro de 2011, tiveram a participação de técnicos do Arquivo Nacional na discussão e redação de seus textos, de modo a assegurar sua coerência com a legislação arquivística vigente, otimizar o acesso dos cidadãos à informação pública, à documentação referente ao período do regime militar, assim como à gerada para atender ao trabalho desenvolvido pela CNV.

De 2012 a 2014, o Arquivo Nacional trabalhou em estreita cooperação com a CNV, cedendo espaço físico e técnicos, providenciando, sempre com o apoio

11 Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12527.htm)>.

12 Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12528.htm)>.

financeiro e logístico do Ministério da Justiça e da Presidência da República, a digitalização de mais de doze milhões de páginas, cujos representantes digitais ficaram disponíveis em salas de consulta virtual, ainda em âmbito local.

O Arquivo Nacional prepara uma ferramenta, em fase de desenvolvimento para homologação, que viabilizará o acesso *on-line* de todo o seu acervo digital. Com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a instituição realiza projetos de organização e digitalização de seus fundos documentais, viabilizando o acesso, entre outros documentos, aos registros relativos à imigração, que são objeto de consultas frequentes por parte dos cidadãos e estudiosos do tema. É possível afirmar que 30% dos fundos documentais da instituição já estão disponíveis em formato digital.

### **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011: criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)**



**Audiência pública organizada pela Comissão Nacional da Verdade, no Arquivo Nacional, sobre torturas e mortes na Polícia do Exército da Vila Militar. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2014. Foto Arquivo Nacional**

Essa lei foi criada no âmbito da Presidência da República, a fim de examinar e esclarecer as graves violações dos direitos humanos praticadas especialmente durante o período da ditadura militar (de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985), tornando efetivo o direito à memória e à verdade histórica e promovendo a reconciliação nacional. A Comissão funcionou de 16 de maio de 2012 e

concluiu os seus trabalhos em dezembro de 2014, quando apresentou o seu relatório final.

O Arquivo Nacional teve um papel estratégico de apoio aos trabalhos da Comissão, viabilizando o acesso, aos comissionados, seus assessores e pesquisadores, a dados e informações contidos em mais de 12 milhões de páginas de documentos de diversos fundos documentais custodiados pela instituição. Também por intermédio do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas e de seu banco de dados, vem sendo possível a identificação e a descrição, em diversas instituições públicas e privadas, em todo o território nacional, de documentos produzidos por extintos órgãos da rede de repressão no âmbito dos estados da Federação, assim como por ongs de defesa dos direitos humanos.

Finalizados os trabalhos da Comissão, os documentos produzidos e acumulados foram, conforme determinava a lei que a criou em 2011, recolhidos ao Arquivo Nacional em julho de 2015, com o fim de guarda, preservação e acesso público.

Os dispositivos da LAI foram estratégicos para a abertura dos conjuntos documentais produzidos e acumulados pelos órgãos integrantes do Sisni do regime militar, que, em grande parte, contêm informações ou dados pessoais.

## **A Lei de Acesso à Informação (LAI), n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**

A LAI, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, também regula os dispositivos constitucionais já mencionados e define os procedimentos que serão observados pela União, estados, Distrito Federal e municípios, a fim de garantir o acesso a informações, constitucionalmente estabelecido.

Com a entrada em vigor da LAI, foi integralmente revogada a lei n. 11.111,<sup>13</sup> de 5 de maio de 2005, que regulava, de maneira draconiana, o acesso aos documentos ultrassecretos e secretos, autorizando o acesso apenas ao titular da informação; se morto, a seu representante legal ou a quem por eles fosse dada autorização especial. Ficam também revogados os artigos 22, 23 e 24 da Lei de Arquivos, que regulavam de maneira elementar as condições de acesso a documentos classificados.

## **Acesso à informação e dados pessoais**

A LAI foi regulamentada pelo decreto n. 7.724,<sup>14</sup> de 16 de maio de 2012, e o seu capítulo VII, que trata das informações pessoais, representa a concretização

---

13 Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11111.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11111.htm)>.

14 Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/D7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7724.htm)>.



de uma estratégia para viabilizar o acesso a documentos outrora inacessíveis. Por meio dos artigos de 55 a 59 desse ato legal, fica garantido o acesso à informação, preservando-se a intimidade, vida privada, honra e imagem.<sup>15</sup>

De acordo com a LAI, não poderá ser negado o acesso às informações necessárias para a tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais e a informação ou documentos sobre conduta que impliquem violação dos direitos humanos praticada por funcionários públicos ou por ordem de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Pelo artigo 57 da LAI não poderá ser exigida autorização expressa do próprio retratado, ou, se morto, do cônjuge ou ascendentes ou descendentes para acessar documentos que contenham dados pessoais, quando o acesso à informação pessoal for necessário:

- I – à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;
- II – à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;
- III – ao cumprimento de decisão judicial;
- IV – à defesa de direitos humanos de terceiros; ou
- V – à proteção do interesse público geral e preponderante.

Igualmente, pelo artigo 58 da LAI, a restrição de acesso a informações pessoais não poderá ser invocada também:

- I – com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado; ou
- II – quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

No dia 17 de maio de 2012, dia seguinte à entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, o Arquivo Nacional publicou no Diário Oficial da União o primeiro edital de reconhecimento dos fundos documentais de órgãos de informação integrantes do Sisni como conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância, conforme prevê a LAI e o seu decreto regulamentador.

Hoje, no Arquivo Nacional, estão integralmente abertos para o acesso pleno, de maneira irrestrita, todos os documentos do período do regime militar recolhidos. Esse acesso se faz mediante a assinatura de termo de responsabilidade pelo uso indevido da informação por parte dos pesquisadores.

---

15 Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>.

A legislação existente impõe obrigações aos gestores públicos e estabelece a responsabilidade compartilhada por todos os órgãos e entidades da administração pública federal no que tange à gestão dos documentos arquivísticos por eles produzidos, recebidos e acumulados, tendo em conta a sua preservação e acesso às informações neles contidas.

A instituição da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso à Informação foi estratégica e oferece aos cidadãos maior transparência sobre os fatos históricos do passado e de hoje, assim como proporciona a solidificação dos preceitos democráticos nos quais a sociedade brasileira se baseia para a luta pelos direitos humanos.



Audiência pública organizada pela Comissão Nacional da Verdade, no Arquivo Nacional, sobre o caso Rubens Paiva. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2014. Foto Arquivo Nacional

A LAI tem nos arquivos um recurso estratégico para a visibilidade do serviço do Estado. Sem um bom programa de gestão, arquivamento de documento e controle de informação ao público, um acesso ao ato de informações tem uma grande chance de insucesso. Sua eficácia está intimamente relacionada com a organização e o controle adequado de arquivos e as informações neles contidas. A LAI ilumina arquivos e requer dos gestores públicos atenção especial com serviços arquivísticos de governo, em busca de sua modernização e integração sistêmica.

A sanção da LAI e a consequente regulamentação do acesso às informações, com estímulo ao seu uso e reuso para a feitura de novos documentos ou aplicativos, com a abertura dos arquivos correntes para além dos de custódia, se harmonizaram com a consagração do direito fundamental de acesso às informações públicas, que com o uso de modernas tecnologias da informação e comunicação vêm resgatando a função social que os arquivos têm que ter.

**Quadro 2** – Acervos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação do regime militar, digitalizados, disponíveis para consulta no Arquivo Nacional<sup>16</sup>

<b>Fundo/Coleção</b>	<b>Código do Fundo/ Coleção</b>	<b>Conteúdo*</b>
Apolônio de Carvalho	BR_RJANRIO_GK	37.240 matrizes 460 derivadas
Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo microficha – agências)	BR_RJANRIO_V8	3.211.483 matrizes 193.562 derivadas
Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo microficha – prontuários de pessoas físicas e jurídicas)	BR_RJANRIO_V8	288.491 matrizes 6.511 derivadas
Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – avulsos e encadernados)	BR_DFANBSB_V8	53.954 matrizes 2.647 derivadas
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE (agências)	BR_RJANRIO_H4	78.710 matrizes 23.952 derivadas
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE (textual)	BR_DFANBSB_H4	6.576 matrizes 56 derivadas
Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima – Petrobras (prontuários)	BR_RJANRIO_HF	229.221 matrizes 129.494 derivadas
Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima – Petrobras (expedientes de movimentação de pessoal)	BR_RJANRIO_HF	43.389 matrizes 116 derivadas
Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima – Petrobras (avulsos e livros de registros)	BR_RJANRIO_HF	9.568 matrizes 32 derivadas

<sup>16</sup> Quadro elaborado por Vicente Arruda Câmara Rodrigues da Coordenação do Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional.

<b>Fundo/Coleção</b>	<b>Código do Fundo/ Coleção</b>	<b>Conteúdo*</b>
Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – DSI/MRE (incluído Ministério das Relações Exteriores, série Asilo Político)	BR_DFANBSB_Z4	634.565 matrizes 6.163 derivadas
Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ	BR_RJANRIO_TT	143.175 matrizes 2.723 derivadas (série Movimentos Contestatórios)
		8.800 matrizes 197 derivadas (série Pessoal)
		38.500 matrizes (série Questões Fundiárias)
		206.800 páginas (série Irregularidades Político-Administrativas)
		93.500 páginas (série Justiça)
Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio – ASI/Funai	BR_DFANBSB_AA3	74.819 matrizes 748 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – ASI/Dataprev	BR_DFANBSB_AT1	45.631 matrizes 26 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília – ASI/UnB	BR_DFANBSB_AA1	18.595 matrizes 826 derivadas
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – ASI/BNDES	BR_DFANBSB_AA6	62 matrizes 20 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais – AESI/UFMG	BR_DFANBSB_AT4	14.174 matrizes 931 derivadas
Centro de Informações do Exterior – Ciex/MRE	BR_DFANBSB_IE	13.660 matrizes 257 derivadas

<b>Fundo/Coleção</b>	<b>Código do Fundo/ Coleção</b>	<b>Conteúdo*</b>
Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – Cisa	BR_DFANBSB_VAZ	83.872 matrizes 49.162 derivadas
Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos	BR_DFANBSB_AT0	76.032 matrizes 911 derivadas
Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar	BR_DFANBSB_AAJ	17.022 matrizes 978 derivadas
Divisão de Inteligência – Departamento de Polícia Federal – DI/DPF	BR_DFANBSB_ZD	99.991 matrizes 284 derivadas
Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Saúde – DSI/MS	BR_DFANBSB_IS	21.215 matrizes 322 derivadas
Conselho de Segurança Nacional – CSN	BR_DFANBSB_N8	236.123 matrizes 6.634 derivadas (série Política de Segurança Nacional)
	BR_DFANBSB_N8	23.329 matrizes 2.705 derivadas (série Boletins Internos)
	BR_DFANBSB_N8	1.661 matrizes 369 derivadas (série Atas – prioridade 1)
	BR_DFANBSB_N8	42.998 matrizes 3.264 derivadas (série Administração Geral)
	BR_DFANBSB_N8	257.647 matrizes 1.046 derivadas (série Processos, exceto subsérie Cassação)
Delegacia da Polícia Federal em Campina Grande/PB	BR_DFANBSB_HC	440 matrizes 4 derivadas

<b>Fundo/Coleção</b>	<b>Código do Fundo/ Coleção</b>	<b>Conteúdo*</b>
Delegacia da Polícia Federal em Dourados/MS	BR_DFANBSB_H8	7.300 matrizes 405 derivadas
Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR	BR_DFANBSB_HD	77 matrizes 1 derivada
Delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora/MG	BR_DFANBSB_HE	2.347 matrizes 174 derivadas
Estado-Maior das Forças Armadas	BR_DFANBSB_2M	837.493 matrizes 65.024 derivadas
Gabinete do ministro da Justiça	BR_DFANBSB_VAX	22.478 matrizes 2.386 derivadas
Gabinete pessoal do presidente da República	BR_DFANBSB_JF	3.876 matrizes 305 derivadas (série Emílio Garrastazu Médici)
	BR_DFANBSB_JF	154 matrizes 13 derivadas (série José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney)
	BR_DFANBSB_JF	60.874 matrizes 1.884 derivadas (série Ernesto Beckmann Geisel)
	BR_DFANBSB_JF	72.194 matrizes 2.288 derivadas (série João Batista de Oliveira Figueiredo)
Mário Lago	BR_RJANRIO_ML	6.304 matrizes 635 derivadas
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Pernambuco	BR_DFANBSB_HI	10.740 páginas 448 derivadas

<b>Fundo/Coleção</b>	<b>Código do Fundo/ Coleção</b>	<b>Conteúdo*</b>
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Roraima	BR_DFANBSB_HJ	1.500 páginas 155 derivadas
Luís Viana Filho	BR_RJANRIO_RH	25.200 matrizes
Luís Carlos Prestes	BR_RJANRIO_LC	13.720 matrizes
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Ipes	BR_RJANRIO_QL	196.000 matrizes
Assessoria de Segurança e Informações do Departamento Nacional de Produção Mineral – ASI/DNPM	BR_DFANBSB_H5	35.000 matrizes 179 derivadas
Comissão Especial de Investigação do Banco do Brasil – CEI/BB	BR_DFANBSB_AA0	66 matrizes 2 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe	BR_DFANBSB_ZP	16.560 matrizes 3.631 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – ASI/SFA/RS	BR_DFANBSB_ASQ	16.720 matrizes 62 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Telebras – ASI/Telebras	BR_DFANBSB_CZ	159.578 matrizes 80 derivadas
Comissão Geral de Investigações – CGI	BR_DFANBSB_1M	1.500.000 matrizes
Assessoria de Segurança e Informações da Delegacia do Ministério da Agricultura em Minas Gerais – ASI/Dema/MG	BR_DFANBSB_ASP	4.323 matrizes 29 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Eletrobras – ASI/Eletrobras	BR_DFANBSB_AAD	1.087 matrizes 13 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal do Pará – ASI/UFPA	BR_DFANBSB_AAE	437 matrizes 17 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Companhia Energética do Piauí – ASI/Cepisa	BR_DFANBSB_AA7	5.213 matrizes 10 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações da Companhia de Financiamento da Produção – ASI/CFP	BR_DFANBSB_AA5	192 matrizes 1 derivada
Assessoria de Segurança e Informações da Sudeco – ASI/Sudeco	BR_DFANBSB_TS	18.829 matrizes 1.275 derivadas
Companhia Brasileira de Armazenamento – ASI/Cibrazem	BR_DFANBSB_AA4	137 matrizes 02 derivadas

<b>Fundo/Coleção</b>	<b>Código do Fundo/ Coleção</b>	<b>Conteúdo*</b>
Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp	BR_DFANBSB_PA	156 matrizes 23 derivadas
Departamento Administrativo do Serviço Público - Dasp	BR_DFANBSB_2C	38 matrizes 7 derivadas
Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Agricultura – DSI/Mapa	BR_DFANBSB_DP	4.118 páginas 121 derivadas
Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Fazenda – DSI/MFaz	BR_DFANBSB_ZZ	85 matrizes 1 derivada
Fundação Oswaldo Cruz – ASI/Fiocruz	BR_DFANBSB_AT2	1.396 matrizes 13 derivadas
Setor de Segurança e Informações da Comissão Nacional de Energia Nuclear – SSI/CNEN	BR_DFANBSB_XR	113 matrizes 9 derivadas
Universidade Federal de Sergipe – ASI/UFS	BR_DFANBSB_AA2	132 matrizes 52 derivadas
Assessoria de Segurança e Informações de Furnas Centrais Elétricas S.A. – ASI/Furnas	BR_DFANBSB_AT5	758 matrizes 2 derivadas
Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo	BR_DFANBSB_AAC	6 matrizes 1 derivada
Gabinete Civil da Presidência da República (atos institucionais de 2 a 17)	BR_DFANBSB_35	235 matrizes 16 matrizes
Faculdade Federal de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Ouro Preto – ASI/Ufop	BR_DFANBSB_AT3	1.108 matrizes 30 derivadas
Rede Ferroviária Federal S.A. – Estrada de Ferro Leopoldina/Ministério dos Transportes	BR_DFANBSB_AQ	150 matrizes 46 derivadas
Brasil Urgente	BR_RJANRIO_F5	13 matrizes 1 derivada
Sidney Fix Marques dos Santos	BR_RJANRIO_GJ	124 matrizes 51 derivadas

(\*) A diferença numérica entre matrizes e derivadas deve-se ao fato de as matrizes serem geradas e armazenadas em um arquivo por imagem/página, enquanto as derivadas são geradas a partir das matrizes agrupadas por dossiê (microficha/processo), armazenadas em arquivo multipágina.



## Fontes

ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de digitalização de acervos de interesse da CNV*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, mimeo, 2014.

BRASIL. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga), da administração pública federal, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005. Regulamentava a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do artigo 5º da Constituição Federal e dava outras providências. Foi revogada pela LAI.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.584, de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

## Referências bibliográficas

SILVA, Jaime Antunes da; SOUZA, Jessie Jane de; MARTINS, Ismênia de Lima. Centro de referência e pesquisa sobre a intolerância e a repressão política. In: BRASIL. Comissão Especial. *Relatório*. Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Jaime Antunes da. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, jul./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. A situação arquivística brasileira: subsídios para implantação de uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Tereziha. *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2009.

## Parte I

### Censura e propaganda: imagens idealizadas da nação



Adolf Hitler e Benito Mussolini em revista às tropas. S.I., S.d.  
Correio da Manhã. Acervo Arquivo Nacional. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_31484\_011

## O controle fascista sobre a imprensa em 1923

### A primeira estabilização monetária

Mirco Dondi<sup>1</sup>

De 1919 a 1925, pelo menos, a Itália viveu sob uma condição de guerra civil. O advento do fascismo em 28 de outubro de 1922 sempre foi visto como uma reação à ameaça revolucionária socialista de 1919-1920. Esta era uma interpretação divulgada nos jornais de opinião da época (quase todos de viés liberal) e durante um longo tempo permaneceu como uma categoria de interpretação historiográfica.<sup>2</sup>

Na realidade, a ameaça revolucionária foi uma breve chama que morreu muito cedo. O mesmo não aconteceu com os esquadrões fascistas, tolerados pelo Estado e acolhidos pelos jornais de opinião.

Desse ponto de vista, as numerosas agressões e assassinatos cometidos pelos fascistas de 1919 a 1922, antes da conquista do poder, marcam um forte controle sobre o corpo das pessoas.

O ataque à liberdade de circulação, ao direito de associação e de ser representado tem lugar no período entre 1919-1922 com os assaltos às câmaras de trabalho e às cooperativas de trabalhadores dos municípios administrados pelos socialistas. Esta cadeia de agressões e também de numerosos ataques contra a imprensa (a socialista, primeiro, e a todos os que fossem hostis ao fascismo, em um momento posterior) não era só uma investida contra o direito de pensamento, mas exercia igualmente uma forte pressão sobre os jornais que não se enquadravam aos novos tempos. Grande parte das afrontas dos esquadrões fascistas não foi contida pela lei, e desta maneira a imprensa – não só a comunista ou socialista – encontra-se em uma posição de fragilidade.

Este ensaio reconstrói a estrutura da imprensa italiana no primeiro ano da tomada do poder pelo fascismo.

### O ano de 1923

A situação criada pela “equipe de ataques” à sede dos jornais e aos jornalistas leva à privação concreta da liberdade, mesmo antes desses direitos serem mutilados pelas leis. A imprensa é o primeiro espaço de liberdade a ser agredido e é também o último a ser erradicado – em 15 de abril de 1919 aconteceu um

---

1 Doutor em História pela Universidade de Pisa, professor associado da Universidade de Bolonha.

2 Ver FABRI, Fabio. *Le origini della guerra civile*. FRANZINELLI, Mimmo. *Squadristi*.

ataque ao jornal do Partido Socialista *Avanti!*. Com a chegada de Mussolini ao poder, o fascismo regula as ruas e se apressa em consolidar o controle sobre a mídia impressa.

O ano de 1923 faz parte da segunda fase de ataque à liberdade de imprensa. Em fevereiro, o diretor de *Il Lavoro* (jornal socialista de Gênova), Giuseppe Canepa, fala na Câmara sobre o “regime fascista”, expressão que começa a circular após a Marcha sobre Roma.<sup>3</sup> Em comparação com o período 1919-1922, o ano de 1923, especialmente em sua primeira parte, descreve um ambiente de violência contínua e intensa, “ilegalidade contínua”, na denúncia de Luigi Salvatorelli.<sup>4</sup>

Diminuem os ataques contra as sedes dos jornais, compensados, no entanto, por uma pesada interferência governamental. Contudo, as frequentes investidas contra jornalistas e diretores permanecem, tanto assim que o ano terminou com uma surra no diretor de *Il Mondo* (jornal liberal antifascista), Giovanni Amendola. No início de 1924, se consuma o esfaqueamento do presidente da Associação da Imprensa romana, Alberto Bergamini (um antigo defensor do fascismo, mas que mantinha uma posição dúbia), atentado do qual o jornalista sobrevive fingindo-se de morto.

O ano de 1923 marca o primeiro ato legislativo contra a liberdade de imprensa. O decreto sobre a imprensa de julho de 1923 – não aplicado até 1924 – abre caminho para aniquilar todo o setor jornalístico não fascista. O controle da imprensa também deve ser observado no âmbito do projeto de reforma eleitoral – fortemente majoritário – de Giacomo Acerbo, lançado em 18 de novembro, que esteve longe de ser aprovado, dado o número minoritário de fascistas no parlamento.

Quatro editores-chefes, nos primeiros meses de 1923, arcam com as consequências de suas posições, junto aos organismos estatais. O diretor de *La Voce Repubblicana*, Fernando Schiavetti, enfrenta um interrogatório na delegacia e é declarado culpado por ter publicado um artigo sobre a administração ferroviária considerado indesejável por parte das autoridades.<sup>5</sup> Piero Gobetti, editor do semanário antifascista *Rivoluzione Liberale*, cumpre dez dias de prisão. Também foi preso o diretor do *Avanti!*, Giacinto Menotti Serrati, por acusações consideradas mais graves. Em junho, Giuseppe Donati, o diretor de *Il Popolo*, jornal do partido católico, o Partido Popular, escreve ao editor do *Corriere della Sera*, o principal jornal italiano, de cunho liberal e por vezes com um viés fascista: “Eu não posso me mover porque estou sendo supervisionado e pessoalmente ameaçado”. Os casos de Giovanni Amendola e de Giacomo Matteotti, deputado socialista morto em junho de 1924 depois de denunciar a violência

---

3 GENTILE, Emilio. *E fu subito regime*, capítulo 12, § Nuovo regime.

4 SALVATORELLI, Luigi. *Stato e partito*, p. 1.

5 La libertà di stampa: proibito criticare l'amministrazione ferroviaria. *Avanti!*, p. 1, 11 abr. 1923.

fascista na Câmara de Deputados, mostram que as ameaças de aniquilamento – colocadas pelos principais jornais fascistas *L'Impero* e *Il Popolo d'Italia* – não são execuções pontuais.<sup>6</sup>

Anteriormente, na primeira semana de novembro de 1922, *Il Popolo d'Italia* tinha lançado uma campanha contra a liberdade de imprensa. A redefinição fascista do conceito de liberdade foi expressa por Mussolini na publicação mensal teórica *Gerarchia*: “A liberdade não é um fim, é um meio; e como meio deve ser controlada e dominada”. Ao mesmo tempo, o subsecretário do *Interno*, Aldo Finzi, declara no início de 1923 – como muitas vezes Mussolini fará – que a imprensa alcançou a “verdadeira liberdade”.<sup>7</sup>

## O ano de 1923: fascismo no poder e o recenseamento da imprensa nas províncias

Como a distribuição e a leitura da imprensa são fortemente heterogêneas no território italiano, dificultando a circulação nas áreas periféricas,<sup>8</sup> Benito Mussolini – à frente do governo há oito meses – se preocupa, com igual dedicação, com as principais cidades e com a situação das províncias, para que não haja bolsões de espaço para a oposição. As ações do governo em relação à imprensa revelam a clara intenção de serem permanentes. A segunda fase do ataque à imprensa pertence ao “segundo tempo [que] decide o destino da revolução”, escreve Mussolini em *Gerarchia*, em janeiro.<sup>9</sup>

Em 13 de junho de 1923, Mussolini envia 13.652 telegramas para as prefeituras perguntando aos prefeitos sobre suas relações com os líderes fascistas da cidade, a situação da ordem pública e a presença e orientação da imprensa. Acima de tudo, esta questão é abordada com mais detalhes, proporcionando ao subsecretário do *Interno*, Aldo Finzi, instrumentos para um amplo censo de informações. Aniquilando quase todos os jornais locais comprovadamente socialistas, tal sondagem mostra um cenário amplamente favorável ao governo, embora não tenha vindo de uma organização fascista militante. Para os líderes do fascismo, a situação ainda não é satisfatória, a tal ponto que, no outono, o chefe do Escritório de Imprensa, Cesare Rossi, pede aos prefeitos uma revisão das informações sobre a imprensa local com mais detalhes: quais são os interesses industriais e políticos

---

6 Carta de Giuseppe Donati a Luigi Albertini, 9 jul. 1923. ALBERTINI, Luigi. *Epistolario 1911-1926*, p. 1.728-1.729; GAVAGNIN, Armando. *Il giornalismo dell'opposizione dal 1922 al 1926*, p. 30.

7 Sobre as referências a *Il Popolo d'Italia*, ver: CARCANO, Giancarlo. *Il fascismo e la stampa*, p. 28; MUSSOLINI, Benito. *Forza e consenso. Em posição adversa: Una vivace critica Del Mondo: le tardive lamentazioni liberali. Avanti!*, p. 1, 9 mar. 1923. Sobre a declaração de Finzi: NENNI, Pietro. *Hanno rubato le guglie del duomo*, p. 1.

8 TRANFAGLIA, Nicola. *La stampa del regime (1932-1943)*, p. 7.

9 GENTILE, E. *E fu subito regime*, capítulo 12, § epílogo.

do jornal? seus credores? o nível de influência? a tiragem? a orientação dos jornalistas? Um questionário projetado para detectar até mesmo a área de aquiescência condescendente anunciando não alinhamentos finais irá mostrar como foi, mesmo na província, a reação ao caso Matteotti.<sup>10</sup>

Na ótica fascista, o público não alienado de um grande jornal encarna a dimensão da opinião pública adversa e estará sob o controle para salvaguardar a estabilidade do governo.

Os membros do Executivo fascista, para aumentar o controle sobre a imprensa, desenvolvem três ações:

1. Mussolini transforma a Assessoria de Imprensa do governo em um órgão a seu serviço. É colocada à disposição uma assistência financeira contínua para apoiar os jornais fascistas locais e os periódicos clericais. Então, se abre uma polêmica interna no Partido Nacional Fascista (PNF) sobre normalização e intransigência; tal assistência é canalizada para a frente antirracista.

2. É realizado um trabalho de inteligência com a contratação de informantes entre três pequenas agências de notícias para conhecer os humores predominantes nas cabeças não fascistas. O resultado é acompanhado de perto pela imprensa romana e pelos jornalistas parlamentares que por algum tempo influenciaram os políticos, o que o governo fascista visa impedir. Não arrefece o uso de escutas telefônicas como uma forma de chantagem contra os interceptados.<sup>11</sup>

A utilização de grampos e informantes não é uma novidade, faz parte igualmente da prática dos governos precedentes. Ela cresce na medida em que aumenta o nível de pressão sobre os supervisionados. Em 1923 se expande a quantidade de recursos destinados ao controle da imprensa com um trabalho duplo: o primeiro controle se estabelece pelo vice-ministro, o sr. Finzi (no governo Mussolini, ministro em exercício), e o segundo, com a elaboração do guia da Assessoria de Imprensa, publicado e impresso por encomenda de Cesare Rossi, personagem ligada diretamente à presidência do Conselho.

O financiamento dos jornais, jornalistas e agências de imprensa provém de uma dotação de fundos secretos e não oficiais.<sup>12</sup>

3. Os prefeitos se tornaram – agora mais que no último Executivo giolittiano<sup>13</sup> – alavancas essenciais para a ação do governo, tanto para o trabalho de *monitoramento* quanto como ferramentas para *moderar situações de tensão e conter as atitudes indesejáveis da oposição* e entre dissidentes fascistas. Em relatórios para o

---

10 PADULO, Gerardo. *Appunti sulla fascistizzazione della stampa*, p. 83, 84, 104. O autor informa que os dados pesquisados sobre Rossi se encontram parcialmente na documentação sucessiva.

11 FRASSATI, Luciana (a cura di). *Un uomo, un giornale*, v. 1, p. 190-191. O papel dos jornalistas parlamentares é descrito por César Sobrero em escutas telefônicas: PADULO, G. *Appunti sulla fascistizzazione della stampa*, p. 98.

12 STADERINI, Alessandra. *Una fonte per lo studio della utilizzazione dei "fondi segreti"*, p. 769-770. Ver também: CANALI, Mauro. *La contabilità di Cesare Rossi, capo dell'Ufficio stampa del governo Mussolini (nov. 1922-maio 1924)*, p. 720-721.

13 Nota da tradutora: refere-se ao período do governo do primeiro-ministro da Itália Giovanni Giolitti.

governo, o prefeito de Milão aponta, no mesmo dia do lançamento (24 de junho 1923), um editorial do *Avanti!* intitulado “Reordenar as linhas, reanimar os desmotivados e propagandear uma ideia”, que parece uma mobilização com a qual se preocupar.<sup>14</sup>

Na situação inversa, em dezembro de 1923, Mussolini ordenou ao prefeito de Gênova que moderasse a linha do diário socialista *Il Lavoro*: “Faça-os compreender de modo cabível”.<sup>15</sup>

Na mesma época, os prefeitos também são encarregados de uma missão como em uma cadeia de transmissão – um prelúdio para um trabalho mais estruturado de assessoria de imprensa – na qual se obriga a publicação pelos jornais fascistas de um artigo do *Il Popolo d'Italia* e outro do *L'Idée Nazionale*.<sup>16</sup>

Não é ainda abertamente uma ditadura, mas os sistemas repressores são os mesmos. Os prefeitos não hesitam em agir contra os princípios da liberdade garantida pelo Estatuto Albertino. Depois disso, até outubro de 1922, a débil tutela da legalidade, tomada pela maioria dos prefeitos, teve rompido o princípio da fidelidade ao Executivo.<sup>17</sup> Com o governo Mussolini, o cumprimento das ordens volta a ser diligente e preciso. Em seus relatórios, os prefeitos realçam as boas relações com as autoridades fascistas locais. Dentre os casos mais explícitos está o do prefeito de Módena, que faz referência a “seus excelentes relacionamentos e amizades”.<sup>18</sup>

As informações dos prefeitos nem sempre são confiáveis. Não é fácil entender – no centro-norte – a força das reações da oposição, bem como alguns relatos individuais incorretos. O prefeito de Pádua, por exemplo, indica que o jornal semanal socialista, de orientação maximalista,<sup>19</sup> *L'Eco dei Lavoratori*, tem sua origem na cidade de Vicenza, quando na verdade ele é de Pádua.<sup>20</sup> Afirma-se no relatório que o jornal é “muito cauteloso em sua propaganda”, algo que as pesquisas não confirmam.

---

14 Archivio Centrale dello Stato (de agora em diante ACS), Ministero dell'Interno (de agora em diante MI), Gabinetto Finzi, busta 1 (de agora em diante b.), fascicolo 2 (de agora em diante f.), sotto fascicolo 21 (de agora em diante sf.), prefetto di Milano, 24 jun. 1923.

15 Sobre o dissenso fascista: ACS, MI, Gabinetto Finzi, b. 1, f. 8, prefetto di Ferrara, 15 jun. 1923; e b. 1, f. 2, sf. 35, dispaccio telegrafici, 3 dez. 1923.

16 ACS, MI, Gabinetto Finzi, b. 1, f. 2, sf 35, dispacci telegrafici 28 nov. e 9 dez. 1923.

17 Para uma evidente demonstração: GENTILE, Emilio. *La crisi del socialismo e la nascita del fascismo nel mantovano*, p. 672-673.

18 ACS, MI, Gabinetto Finzi, b. 1, f. 8, prefetto di Modena, 14 jun. 1923.

19 N. da t.: maximalismo – corrente política do Partido Socialista Italiano estabelecida por Giacinto M. Serrati, em 1919, que sustentava que os objetivos “máximos” anticapitalistas e revolucionários do socialismo deveriam vir pela ótica reformista e parlamentar.

20 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Padova.

Ainda como exemplo de circunstâncias nem sempre verdadeiras, em fevereiro de 1923, o prefeito de Lecce minimiza as tensões em torno do semanário *La Provincia di Lecce* depois que o diretor, Nicola Bernardini, relatou ao deputado local Alfredo Codacci Pisanelli (direita liberal) a invasão de sua casa pelos fascistas, devido a uma série de artigos publicados que convidavam o quadro dirigente fascista de Brinisi, Gallipoli e Lecce a se purificar. Nicola Bernardini – advogado, jornalista com vocação para bibliófilo e diretor do jornal *La Provincia di Lecce*, fundado em 1902 – recebe orientação para que os artigos do jornal estejam de acordo com as solicitações do prefeito, precisando que o chefe assuma uma atitude “por nenhum favorecimento ao fascismo”, o que não se sabe se é verdadeiro. No estilo dos jornais pró-fascistas, o prefeito nega todos os ataques feitos a ele sobre o assunto e esclarece: “não aconteceu nem violência, nem ameaças, apenas uma vivaz discussão”.<sup>21</sup>

Não é segredo, sinalizando um quadro ainda não normalizado, que o futuro chefe de polícia Arturo Bocchini, prefeito de Brescia em 1923, admite a subversão de “grupinhos esparsos” e diz que “colocou um freio realizando buscas e detenções”.<sup>22</sup> Bocchini, homem de confiança de Aldo Finzi, a quem deve a indicação para a função que ocupa, colabora com Augusto Turati para sufocar e reprimir a oposição, particularmente a católica, em Val Trompia. A imprensa popular dispõe ainda de um jornal, *Il Cittadino de Brescia* e, desde novembro de 1922, os socialistas pagam pelos efeitos da desmobilização e do desânimo. Lê-se no jornal socialista *Brescia Nuova* que os fascistas “mantiveram a classe operária de uma maneira absurda por uma semana em permanente pesadelo e terror”, uma reação descontrolada pós-Marcha de Roma e Torino.<sup>23</sup> No mesmo diapasão, os populares de Brescia, no intervalo de suas compras, assumem a ocupação e a destruição das instalações do *Il Cittadino de Brescia*. O jornal deixa de sair por quatro dias e os fascistas se apossam dele para publicar uma edição apócrifa.<sup>24</sup> Tal ação abusiva também ocorre em *La Gazzetta dell'Emilia* e *Il Corriere del Mattino* de Verona e *Il Lavoro* de Gênova, deixados às traças. Em 1922, os socialistas registraram um claro declínio no número de assinaturas feitas pela população, o que ajuda no enfraquecimento e fechamento de jornais locais.

---

21 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 1, prefetto di Lecce, 22 fev. 1923. Sobre Nicola Bernardini, ver o site da Associação Italiana de Bibliotecas: <<http://www.aib.it/aib/editoria/dbbi20/bernardini.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

22 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Brescia, 15 jun. 1923.

23 Sobre Bocchini: FUCCI, Franco. *Le polizie di Mussolini*. Sobre os socialistas: *Appunti di cronaca in retrospettiva*. *Brescia Nuova*, p. 1, 11 nov. 1922; CORSINI, Paolo. *Il feudo di Augusto Turati*, p. 29. Sobre Roma e Torino: CORNER, Paul. *Italia fascista, politica e opinione popolare sotto la dittatura*, p. 54.

24 Sobre o confisco temporário: CARCANO, G. *Il fascismo e la stampa*, p. 29; VEZZOLI, Afra. *Il partito popolare a Brescia visto attraverso Il Cittadino di Brescia (1919-1926)*, p. 181, 188, 191.



Não é fácil se ter certeza da situação das províncias, nem controlá-las a partir do centro.<sup>25</sup> Quando os esquadrões fascistas são mais atuantes, a reação contra o fascismo do governo nas províncias se torna explosiva, e por esta razão as dinâmicas locais se refletem no balanço das alianças nacionais.

Em 1923, o resgate do Banco Católico de Roma passa por sua fascistização e, como consequência, a cúpula alinhada ao fascismo do ex-trust católico é uma herança da União Editorial Italiana. São exemplos: *Il Corriere d'Italia*; *L'Avvenire d'Italia*, de Bolonha; *L'Italia*, de Milão; *Il Momento*, de Torino; *Il Messaggero Toscano*, de Pisa.<sup>26</sup> Este último é o único diário da cidade de Pisa que apoia tanto o governo quanto o clero da província, e ainda escora o respeito pela religião proclamada pelo presidente do Conselho. O quadro de consenso, fotografado em junho de 1923, racha com o sucessivo incêndio de sua redação e da tipografia.<sup>27</sup> E como para confirmar de vez a orientação fascista do católico *Il Corriere d'Italia*, chega-lhe uma subvenção de 10 mil liras italianas provenientes do subsecretário Aldo Finzi sobre o qual converge também a contribuição (mil liras) do cardeal secretário do Estado do Vaticano, Pietro Gasparri.<sup>28</sup>

A hesitação inicial de Luigi Sturzo – que, como grande parte da classe liberal e da área de cultura considera o fascismo um fenômeno transitório – leva os católicos, na sua maioria, a fluir para o fascismo. Não faltam, no entanto, fontes de matrizes populares que, no curso de 1923, opõem-se ao governo. Entre eles o periódico milanês *Il Domani d'Italia*, fundado e dirigido por Francesco Luigi Ferrari.<sup>29</sup> O jornal nasce em dezembro de 1922 e se mostra cauteloso em relação às estratégias do fascismo, denunciando a crise moral dos religiosos e democratas.<sup>30</sup> Ferrari desejava que também os jornais populares provinciais tivessem uma visão nacional e que tomassem posição no Congresso do PPI (Partido Popular Italiano), talvez influenciando decisivamente Sturzo a não colaborar com Mussolini, posição que lhe custa, a partir de 1923, mais de uma agressão.<sup>31</sup>

Entre as publicações populares intimidadas e neutralizadas, há o *Nuovo Giornale*, de Piacenza. Primeiro periódico com um viés migliolino,<sup>32</sup> nele os pro-

---

25 CORNER, P. *Italia fascista*, p. 53.

26 CARCANO, G., *Il fascismo e la stampa*, p. 30; FORNO, Mauro. *La stampa del ventennio*, p. 224.

27 ACS, MI, Gabinetto Finzi, b. 1, f. 8, prefetto di Pisa, 14-16 jun. 1923. Disponível em: <<http://www.toscanaoggi.it/Il-settimanale/Chi-siamo/Da-Vita-Nova-a-TOSCANAogg>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

28 STADERINI, A. Una fonte per lo studio della utilizzazione dei “fondi segreti”, p. 798; PADULO, G. *Appunti sulla fascistizzazione della stampa*, p. 97.

29 FORNO, M. *La stampa del ventennio ...*, p. 232.

30 FERRARI, Francesco Luigi. *Il Domani d'Italia e altri scritti del primo dopoguerra (1919-1926)*, p. 35-36.

31 GENTILE, Emilio. *Contro Cesare*, p. 142.

32 N. da t.: se refere a Guido Miglioli (1879-1954), político católico e sindicalista italiano odiado pelos fascistas por sua luta a favor de programas sociais.

nunciamentos políticos atestam a defesa do sentimento religioso. O *Nuovo Giornale* é forçado a mudar sua direção e edição, transformando-se em semanal. A razão, não indicada no relatório do prefeito, está ligada à agressão sofrida por seu diretor Francesco Gregori e às ameaças sofridas pelos redatores.<sup>33</sup>

O Partido Popular, nas eleições de 1921, chegou a um resultado importante nas cidades de Como, Sondrio e Varese, conseguindo eleger quatro deputados. Em Como, em particular, a orientação do Partido Católico tem um saldo negativo sobre o antissocialismo e favorável sobre o antifascismo. O semanal do PPI da cidade de Como, *La Vita del Popolo*, com tiragem de dois mil exemplares, denuncia em fevereiro de 1923 o clima de ilegalidade: “cidadãos inofensivos e pacíficos recebem de um momento a outro um mandado de prisão, autoridades do PS são tiradas de suas famílias, de suas ocupações e levadas à prisão [...]. Homens hoje inócuos, como o advogado Tacchi, de nossa cidade, somente porque são comunistas são presos a qualquer momento”. Essa acusação pública sobressai no caso do diretor Primo Mojana, fundador do Partito Popular, de Como. A publicação *Vita del Popolo* foi submetida a uma violenta pressão. O jornal fascista *Il Gagliardetto* lança uma grave investida contra o sr. Mojana, que sofre uma agressão na sede do jornal em setembro de 1922. Três meses depois, em dezembro, a tiragem de *La Vita del Popolo* é apreendida e queimada pelos fascistas que, no espaço de seis dias, incendiam a sede do jornal. O prefeito havia recomendado à população que não se excedesse em controvérsias populares a fim de não provocar reações. A violência sofrida pelo jornal despertou o interesse do subsecretário para as Terras Libertas, o popular Umberto Merlin, que pede a Aldo Finzi a punição dos culpados. Em um relatório de 13 de março de 1923, o prefeito define Primo Mojana como um homem de índole “autoritária e prepotente”, “expoente da facção extremista liderada por Miglioli e Mauri”. Para acalmar os ímpetos, o prefeito sugere “chamar expressamente a direção do [seu] partido”. Ele recebe um relatório que indica que os fascistas foram “muito exacerbados” e suas reações “poderiam ter sido evitadas”. Depois desse setembro de 1922, Primo Mojana sofre outro ataque, desta vez no centro da praça do Duomo e com ácido sulfúrico, o que lhe deixa uma cicatriz. Em 1926, Mojana é condenado a três anos de reclusão.<sup>34</sup> A imprensa popular de oposição ao governo aparece de maneira destacada no relatório de junho do prefeito, da mesma maneira que nas cidades de Bérgamo e Rovigo.<sup>35</sup>

---

33 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Piacenza, 14 jun. 1923. Disponível em: <<http://www.ilnuovogiornale.it/index.php/chi-siamo/storia-del-giornale/13-2-le-origini-gli-anni-di-gregori-e-il-fascismo>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

34 Para um breve perfil biográfico, ver: FORNI, Luciano. *Don Primo Mojana*, p. 1-2. O editorial, sublinhado com lápis vermelho com a assinatura “prefeito”, é: Melanconie. *Vita del Popolo*, p. 1, 9 febbraio 1923. Carta de Merlin e relatório do prefeito. ACS, MI, Gabinetto Finzi, b. 1, f. 1.

35 ACS, MI, Gabinetto Finzi, b. 1, f. 1.

No sul, entre os jornais populares, assinalamos *La Basilicata*, cotidiano de inspiração nittiana<sup>36</sup> dirigido por Giuseppe Chiummento, presidente desde 1924 do Partido D'Azione da região da Lucânia, movimento antifascista inspirado no Partido D'Azione sardo. O prefeito de Potenza não dá muita importância ao jornal dizendo que ele é “pouco lido”, mas o periódico, por ocasião do delito Matteoti, publica corajosamente quinze cartas do diretor endereçadas a Mussolini.<sup>37</sup>

O crescimento da pressão sobre o plantel jornalístico nos últimos meses de 1922 assusta diversos jornais locais. Em Cremona, domínio de Roberto Farinacci, é um exemplo o jornal *Cremona Nuova*, o único da cidade, do qual Farinacci é proprietário e colaborador.

Nos locais onde ainda existe uma imprensa não governamental, os prefeitos a avaliam “sem sequência e importância”, como nas cidades de Alessandria, Belluno e Mantova.<sup>38</sup>

A imprensa socialista local é a primeira a desaparecer em várias cidades. Em quatro fortalezas socialistas, como Ferrara, Parma, Livorno e Bolonha, os prefeitos informam que não há mais jornais socialistas locais; no entanto, em Bolonha, mesmo em meio a dificuldades aparentes, o órgão do Partido Socialista *La Squilla* (já destruído por um atentado em 24 de janeiro de 1921) continua a sair até 17 de janeiro de 1925. Em Parma ainda circula o *Avanti!* e a versão *reggiana*<sup>39</sup> de *La Giustizia*.<sup>40</sup> Deixaram de existir jornais socialistas também em Mantova, Rimini e Forlì. Na cidade da Emília-Romanha ainda existem publicações republicanas e o *Il Pensiero* romanholo, em particular, manifesta sua contrariedade com o governo, porquanto, ainda nas fileiras do Partido Republicano, estão arrefecendo as fortalezas romanholas (onde é concentrado um movimento cooperativo de viés Mazzini), com a passagem de alguns círculos ao fascismo.<sup>41</sup>

Embora repetidamente um alvo, ainda permanece ativa em junho de 1923 a direção do jornal de Trieste *Il Lavoratore* (comunista), que em fevereiro teve sequestrados todos os seus editores políticos e em março foi fechado temporariamente por meio de uma medida ilegal da prefeitura da cidade, denunciada nos jornais *Avanti!*, *Il Mondo* e *Il Lavoro* de Gênova. Ainda em Trieste, continua ativo o

---

36 N. da t.: o termo vem da influência política de Francesco Saverio Nitti (1868-1952), expoente do liberalismo oitocentista, que pregava uma política de desenvolvimento industrial sustentada com o aporte do capital público.

37 STRAZZA, Michele. Il delitto Matteotti; ACS, MI, Gabinetto Finzi, b. 1, f. 8

38 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Alessandria, prefetto di Belluno, 15 jun. 1923, prefetto di Mantova, 14 jun. 1923.

39 N. da T.: *reggiana* – gentílico da cidade de Reggio Emilia, Emilia Romagna, Itália.

40 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Ferrara, 15 jun. 1923, prefetto di Parma, 19 jun. 1923, prefetto di Livorno, 16 jun. 1923, prefetto di Bologna, 14 jun. 1923.

41 L'assalto fascista alle forze repubblicane in Romagna. *Avanti*, p. 4, 20 jan. 1923.

jornal *Unità Socialista*, do Partido Socialista Unificado (PSU), enquanto a presença de jornais maximalistas é relatada em Novara.<sup>42</sup>

Não obstante as súbitas agressões sofridas em Gênova, sobrevive o *Il Lavoro*, jornal do PSU fundado em 1903 como uma expressão das ligas cooperativas da Ligúria e do agora eleito deputado Giuseppe Canepa. Dos cinco cotidianos da principal cidade da Ligúria, *Il Lavoro* não é só o primeiro jornal genovês, mas é o jornal socialista mais vendido em uma grande cidade, com tiragem de cerca de setenta a 75 mil exemplares, cobrindo também a zona de Savona, resultado mais que duas vezes superior à tiragem do *Il Secolo XIX* com impressão de 30 mil cópias.<sup>43</sup> *Il Lavoro* é um jornal subversivo e, ainda em 5 de novembro de 1925, é submetido a uma forte perseguição e será suprimido em seguida, em 1926 – destino comum dos jornais de oposição sobreviventes. Neste mesmo dia, tanto a sede do jornal como a casa de Giuseppe Canepa são destruídas. À diferença dos outros jornais, *Il Lavoro* volta a circular em maio de 1927 com o mesmo diretor, em uma versão domesticada, embora não fascista – uma exceção no panorama da imprensa do regime fascista –, até que, em abril de 1940, Canepa é forçado a ceder o jornal.<sup>44</sup>

O assalto à imprensa em 1921 e 1922 no centro-norte da península não se reproduz no sul da Itália por causa de uma conjuntura de maior debilidade do fascismo, da imprensa em geral e dos jornais antifascistas, especialmente os de partido. Em Nápoles, por exemplo, o Partido Socialista, em 1923, não possui um jornal diário local, somente um semanal, *La Scintilla*, pouco difundido, segundo a nota do prefeito.<sup>45</sup> A conquista do papel impresso no sul, em vez de amadurecer progressivamente, acontece por absorção e confluência, em paralelo ao percurso de sua classe dirigente. Representa um quadro exemplificativo da posição do *Corriere di Calabria e di Messina*, em que emerge um forte rol de notáveis. De acordo com o prefeito de Reggio Calabria, o jornal controlado pelo deputado Giuseppe De Nava “se mostra favorável ao governo e o será se o governo concordar. Caso contrário, De Nava será um opositor”.<sup>46</sup> O direcionamento do prefeito retrata a orientação dos liberais frente ao fascismo: fiéis por natural deferência a quem comanda, mas prontos a mudar o endereço no caso de outro evento favorável, como se refere o prefeito também a Palermo nos confrontos com o *Giornali di Sicilia* –

---

42 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Trieste [jun. 1923], prefetto di Novara, 18 jun. 1923. Sobre o sequestro e a suspensão de *Il Lavoratore*: La questura si rifiuta di dare spiegazioni su l'arresto dei redattori del *Lavoratore*. *Avanti!*, p. 1, 4-5 fev. 1923; Per la libertà di stampa. *Avanti!*, p. 1, 11-12 mar. 1923. Sobre a suspensão de *Il Lavoratore*, ver também: Accenni alle misure sulla stampa alla Camera. *Corriere della Sera*, p. 1, 18 jul. 1923.

43 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Genova, 14 jun. 1923. *Ibidem*, f. 2, sf. 35.

44 FRESCHI, Ombretta. *Il secolo XIX: un giornale e una città (1886-2004)*, p. 294; FORNO, M. *La stampa del ventennio*, p. 70-72.

45 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Napoli, 14 jun. 1923.

46 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Reggio Calabria, 15 jun. 1923.

“para esperar pela orientação mais segura, em relação à corrente mais favorável ao interesse jornalístico”.<sup>47</sup>

No entanto, existem também episódios sangrentos no sul, como os “ataques repetidos” sofridos pelo jornal napolitano popular *Le Bataglie del Mezzogiorno*, os dois últimos realizados na presença de representantes da “segurança pública que assistiram aos episódios impassíveis”. A comunicação de incidentes é dirigida a Mussolini, como titular interino do *Interno*, ao subsecretário de Indústria e Comércio Giovanni Gronchi que, seis dias depois de sua nota, recebe a garantia de que “foram renovadas as disposições precisas ao prefeito de Nápoles para que tutele com energia a sede do jornal”.<sup>48</sup> O periódico deixa de circular no verão de 1923, coincidindo com a saída de Luigi Sturzo de seu cargo na Secretaria do Partido Popular.<sup>49</sup>

### Os líderes da oposição e a guerra ao *Avanti!*

Em nível nacional, continuam presentes, em 1923, jornais de opinião antifascista, como *Il Corriere della Sera*, *La Stampa* e jornais de posição aparentemente contrária a Mussolini, como *Il Mondo* (surgido em 1922 e porta-voz dos democratas), *Il Popolo* (surgido em abril de 1923), *La Voce Republicana* e um semanal culturalmente antifascista, *Rivoluzione Liberale*, de Pietro Gobetti. Há também os jornais socialistas: *Avanti!*, *La Giustizia*, jornal diário do PSU de Giacomo Matteotti impresso em Milão (*La Giustizia* semanal permanece na Reggio Emilia), *Il Lavoro* de Gênova com a sua pequena tiragem e o semanal socialista *L'Asino*.

*La Voce Reppublicana*, monitorada pelo gabinete de imprensa, no curso de 1923 continuou a denunciar a violência fascista, chegando a acusar Italo Balbo de ser o mandante do assassinato de Giovanni Minzoni, que teve lugar em Argenta, na província de Ferrara, em 23 de agosto de 1923.<sup>50</sup>

Nesta fase é particularmente ativo o *Il Giornale di Roma*, cujo propósito é intimidar os jornais fascistas. O objetivo principal da publicação é privilegiar o *Avanti!* e, para tornar nebuloso o clima político, é usada também a agência de imprensa *Volta* que, por trás da aparência de um difusor de notícias, visa moderar qualquer atividade antifascista.<sup>51</sup>

---

47 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 8, prefetto di Palermo, 14 jun. 1923. Para um quadro geral, ver: CORDOVA, Ferdinando. *Il fascismo nel Mezzogiorno*, p. 178.

48 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 1, 22 dez. 1922, 28 dez. 1922.

49 FORNO, M. *La stampa del ventennio*, p. 232.

50 ACS, MI, Gabinetto Finzi, b. 1, f. 2, sf. 19, prefetto di Ancona, 19 ago. 1923; BELLOCCHI, U. *Storia del giornalismo italiano*, p. 128. A sentença do processo do sr. Minzoni (Ferrara, 1947) absolve Balbo da responsabilidade do crime.

51 Sobre a declaração de Finzi, ver: NENNI, Pietro. *Hanno rubato le guglie del duomo*. Sobre a função

No final de 1922, o jornal anarquista *Umanità Nuova*, já vítima de ataques da esquadrada fascista em 1922, é forçado a fechar as portas. Seu administrador, Giuseppe Turci, é preso sob a acusação de conspiração contra a segurança do Estado e incitação ao crime.<sup>52</sup> O jornal, entre 1921 e 1922, havia alcançado a tiragem de vinte mil cópias. Com o pretexto de um complô contra o Estado, é montada, em fevereiro, investigação contra o Partido Comunista Italiano (PCI), que culminou com o julgamento de Amadeo Bordiga. Nesta operação também é preso um de seus principais redatores, Leonildo Tarozzi, diretor inter-regional do escritório de imprensa comunista, anteriormente à frente do jornal socialista de Bolonha, *La Squilla*, redator-chefe do *Il Lavoratore* de Trieste e chefe cronista do *L'Ordine Nuovo*, atividades que já lhe tinham rendido cinco agressões.<sup>53</sup>

*Avanti!* sofre outro atentado devastador em 29 de outubro de 1922, em Milão, que envolve enormes danos, parcialmente absorvidos pelos assinantes e militantes do jornal. Tal golpe impede o periódico de sair por duas semanas.<sup>54</sup> O governo de viés fascista cessa os ataques às sedes dos jornais, contudo, continua a pressão exercida por meio dos prefeitos, por trás do interesse direto de Mussolini. Impossibilitado de fazer propaganda e reunião, *Avanti!* permanece como o último testemunho público do Partido Socialista. Para a aflição dos prefeitos – comum a todos os líderes antifascistas – ocorre a ação judiciária reservada às publicações anarquistas, socialistas e comunistas. Em 1º de março de 1923, por trás da acusação de “complô contra o Estado”, acontece o sequestro do diretor do *Avanti!*, Giacinto Menotti Serrati, que, em 1914, tinha substituído o próprio Mussolini na condução do jornal. O jornal continua vivo. Os editores do periódico se sentem isolados: “um tempo de certa opressão podia significar um freio na opinião pública... Hoje o controle da opinião pública não tem mais nenhum valor e importância”.<sup>55</sup> O jornal sofre um sequestro preventivo, pela polícia de Milão, de de cinquenta mil exemplares (dos cento e cinquenta mil planejados), em 30 de abril, para evitar que a imprensa socialista circule em 1º de maio.<sup>56</sup>

O diretor do *Corriere della Sera*, Luigi Albertini, discorda, lembrando que não se deve confundir crime de fato com crime de pensamento. No dia seguinte ao

---

do *Il Giornale di Roma*, ver: Fra l'eccesso e il ridicolo. *Avanti!*, p. 1, 27 jan. 1923. Sobre a agência Volta, conferir: Il governo vuole l'unanimità. *Avanti!*, p. 1, 28 e 29 jan. 1923; Nós e os outros: *Il Mondo* e Le minacce del governo. *Avanti!*, p. 1, 30 jan. 1923.

52 La montatura poliziesca contro *Umanità nuova*. *Avanti!*, p. 2, 14 jan. 1923.

53 Giornalista arrestato a Bologna. *Avanti!*, p. 1, 10 fev. 1923. Ver também: <<http://www.storiaememoriadibologna.it/tarozzi-leonildo-497566-persona#sthash.QEPq8r46.dpuf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

54 CASTRONOVO, Valerio. *La stampa italiana dall'unità al fascismo*, p. 343.

55 Il nostro direttore è stato arrestato. *Avanti!*, p. 1, 2 mar. 1923. O sequestro não acelera o declínio político interno do partido. Serrati não retornará mais à direção do jornal e aderirá ao PCD'.

56 Il sequestro dell'*Avanti!*. *Avanti!*, p. 3, 2 maio 1923. Nenni alguns dias depois revela a tiragem global para o 1º de maio: Altre importanti deliberazioni della stampa del partito. *Avanti!*, p. 1, 11 maio 1923.

ataque ao jornal socialista, são deflagrados 13 sequestros (dentre os quais o do chefe de redação, Pietro Nenni) entre os membros das redações e componentes do Comitê de Defesa dos Socialistas.<sup>57</sup>

Aos apelos do *Avanti!*, a resposta que Mussolini envia ao prefeito é peremptória: “Faça-se compreender da melhor maneira que os socialistas não devem nutrir quaisquer ilusões”.<sup>58</sup> Não é muito diferente o tom de outra solicitação: “Já que me parece que o *Avanti!* em seus últimos números reforçou o tom insolente, peça à direção que retorne à maneira habitual”.<sup>59</sup> No dia seguinte, o prefeito informa ao chefe do governo que os principais editores foram avisados. A prefeitura alerta que manterá o controle preciso dos textos publicados, inclusive sobre a convocação de reuniões, como as iniciativas indiretas dos socialistas para o dia 2 de setembro, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude. Perde-se o espaço público e mesmo os encontros nos círculos não são possíveis, tanto é que o evento não acontecerá. É altamente arriscado ler um jornal de oposição em público, prática que *La Tribuna*, em 15 de janeiro de 1923, define como “uma ostensiva provocação”, comentando o episódio que culminou com a agressão seguida de morte a alguns leitores do *Avanti!* em uma praça da cidade de Lecce.<sup>60</sup>

Mussolini mantém uma relação direta com antigos líderes e manda instruções para o prefeito de Milão como se ainda estivesse no comando do jornal. A nota abrange referência a *La Giustizia* e cita os títulos das reportagens: “Guilhotina contra os trabalhadores dos correios” e “Massacre dos ferroviários”, que são considerados títulos abusivos e ofensivos à ação do governo. Ainda mais irritado, o presidente do Conselho, duas semanas depois, por ocasião da publicação de um artigo sobre finanças, afirma que contém “uma mistura de mentiras miseráveis”. Ordena-se ao prefeito de Milão que chame a direção do *Avanti!* e os ameace com a suspensão do jornal “por medidas de ordem pública”. A crescente irritação do presidente do Conselho se reflete em uma maior severidade das medidas ameaçadoras. Em novembro, *Avanti!* assumiria uma “atitude insolente”: “se continuar, farei ocupar o jornal suspendendo as publicações”. Uma espécie de ultimato – reiterado três dias mais tarde – que seria acompanhado do exemplo do fechamento de um jornal comunista de Trieste. Condicionamento contínuo, intimidações políticas dos diretores e ameaças de exercício da força são os vestígios da vida cotidiana

---

57 Ciò che importa. *Corriere della Sera*, p. 1, 4 mar. 1923; L'irruzione alla sede dell'*Avanti!*: tredici arrestati. *Avanti!*, p. 1, 2 mar. 1923.

58 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 2, sf. 21, dispaccio telegrafico, 28 jun. 1923.

59 Idem.

60 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 2, sf. 21, prefetto di Milano, 31 ago. 1923 e 3 set. 1923. O impedimento da praça e a aparição do controle do privado são assinalados em Perugia já no início do ano: Lettere perugine. *Avanti!*, p. 3, 7-8 jan. 1923; Aggrediti perché leggevano l'*Avanti!*. *Avanti!*, p. 2, 17 jan. 1923. No artigo é citada a crônica do *La Tribuna* de 16 jan. 1923.

dos socialistas em 1923 que, já em janeiro, publicam no jornal de Pietro Nenni uma carta aberta a Benito Mussolini.<sup>61</sup>

A pressão exercida por Mussolini é movida pela preocupação acerca da difusão ainda consistente das publicações socialistas. Em outubro, o prefeito informa, garantindo a pressão dos números, que *Avanti!* vende 58 mil cópias (e tem 67 mil de tiragem), mantendo uma boa penetração em Milão com 17 mil jornais vendidos. As vendas menores são de *La Giustizia*, com nove mil cópias, que sofrem atos de sabotagem na distribuição postal no reduto reformista de Molinella, como denuncia Giacomo Matteolli em um inquérito parlamentar em 17 de abril. É apreciável a propagação dos semanários satíricos *Cuore* e *L'Asino* com 25 mil cópias cada.<sup>62</sup> A maior parte da imprensa de oposição é vista por Mussolini como um obstáculo para a consolidação de seu poder, ao ponto de cogitar suspender as tiragens de *Avanti!*, o que o prefeito de Milão desaconselha temendo que surja uma onda de solidariedade entre os simpatizantes da publicação, que poderiam ajudar a resolver a grave situação financeira do jornal.<sup>63</sup> Provavelmente, o chefe do fascismo esperava uma sensível redução de venda depois que, de maio a agosto, houve investidas contra várias cidades e lugares do centro-norte para atingir os assinantes da imprensa socialista, que são, dependendo do caso, denunciados e sequestrados. Esta é uma operação que Mussolini não deixa de solicitar pessoalmente ao prefeito de Milão.<sup>64</sup> À pressão dos vértices do governo junta-se a ação dos esquadrões sobre os territórios, como acontece em Livorno, em 8 de janeiro de 1923: um farmacêutico que recolhia dinheiro para o jornal socialista sofre uma purgação com óleo de rícino. Isto não impede o jornal de continuar a publicar os nomes de seus assinantes.<sup>65</sup> Em meio à ofensiva fascista – em fevereiro, foi sequestrado Amadeo Bordiga –, o *Avanti!* lança um aviso para quem

---

61 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 2, sf. 21, telegramma, 23 set. 1923. Despacho telegráfico de 6 de outubro de 1923. Despacho telegráfico de 23 de novembro de 1923. Despacho telegráfico de 26 de novembro de 1923. NENNI, Pietro. Fra l'arbitrio e la legge. *Avanti!*, jan. 1923. Novo artigo com título similar: Fra la legge e l'arbitrio. *Avanti!*, p. 1, 9 jan. 1923. Em um artigo publicado em *La Voce Repubblicana*, denuncia haver recebido intimidações.

62 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 2, sf. 21, prefetto di Milano, 8 out. 1923. Sobre o interrogatório de Matteolli: BORGONHOPNE, Giovanni. *Come nasce una dittatura*, capítulo Gli antefatti, § 5.

63 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 2, sf. 21, prefetto di Milano, 8 out. 1923. Não são boas as condições do jornal socialista, como resulta do relatório adocicado: Chiusura dei lavori. *Avanti!*, 26 jun. 1923.

64 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 2, sf. 19 con casi rilevati in varie località del centro e del nord; sulla sollecitazione di Mussolini al prefetto di Milano: b. 1, f. 2, sf. 21, dispaccio telegrafico 18 ago. 1923. Lista substancial de locais e áreas atacadas pelos controles de assinantes: Bologna e, em particular, Molinella como área de referência das ligas vermelhas, Ferrara, diversas zonas de Triveneto, Udine, Belluno, Vicenza, Alessandria, Novara, Genova, Savona, Nervi, Ancona, San Benedetto del Tronto, Aquila, Tortona, Campobasso.

65 Arresti in massa di socialisti e repubblicani a Livorno. *Avanti!*, p. 4, 9 jan. 1923. Per la vita dell'*Avanti!*. *Avanti!*, p. 4, 12 jan. 1923.



acredita que o jornal esteja inerte: “Começamos por Bordiga. Talvez cheguemos em Albertini”.<sup>66</sup>

No final do ano, as instalações da sede milanesa do *Avanti!* passam a ser propriedade do advogado maçom e fascista Edgardo Longoni – diretor do *La Sera* –, que retira o jornal da sua sede e procura obter informações sobre a sua situação financeira e sobre as estratégias socialistas, exercendo outra forma de pressão sobre o periódico do PSI.<sup>67</sup>

## **O *Corriere della Sera* e o decreto sobre a imprensa de julho de 1923**

A opressão começa a ser uma prática empregada contra as forças *fiancheggiatrici*.<sup>68</sup> Em maio, o Partido Liberal constata que “nos dias de hoje, em grande parte das províncias, as organizações fascistas assumem uma postura de intransigência em relação ao Partido Liberal, outras vezes de aberta hostilidade”.<sup>69</sup>

Depois de haver golpeado abertamente os opositores, ainda se objetiva degradar as divergências mais sutis.

Em 1923, a situação do *Corriere della Sera* é preocupante, pois o periódico foi atingido por “grosseira violação dos jornais fascistas menores que não se adaptam e não entendem os debates”. Albertini reforça este aspecto já em janeiro. A atitude do jornal é de colaboração e não genuflexão.<sup>70</sup> Na metade do ano a situação se agrava. O *Corriere della Sera* assinala que “a discussão na imprensa é ainda tolerada pelo Ministério do Interior e pelas diversas prefeituras e delegacias de polícia, mas é envolta [...] em uma aura de intimidação constante”. É o controle de virulenta fascistização para a qual não há salvação: “jornais muito pró-fascistas são atingidos por insultos grosseiros se por desatenção publicam qualquer coisa indesejada para os homens do partido”.<sup>71</sup>

Entra em crise a conjugação entre o liberalismo e o fascismo na véspera da Marcha sobre Roma que *Il Giornale d'Italia*, mais que os outros, havia preconizado.<sup>72</sup> Luigi Albertini e o *Corriere della Sera*, defensores do Estado liberal, tornam-se

---

66 Bavaglio e manette. *Avanti!*, p. 1, 8 fev. 1923.

67 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 2, sf. 21, telegramma, 11 ago. 1923, prefetto di Milano, 7 out. 1923, telegramma, 12 dez. 1923. PADULO, G. Appunti sulla fascistizzazione della stampa, p. 101.

68 N. da t.: *fiancheggiatrici* – forças armadas ou militares que apoiam uma batalha.

69 Liberali e demo-sociali di fronte al governo fascista. *Corriere della Sera*, p. 1, 9 maio 1923. Sobre esse aspecto, lamentou-se também *Il Giornale d'Italia* como reportado em: I disinteressati consigli de *Il Giornale d'Italia*. *Avanti!*, p. 1, 25 abr. 1923.

70 La nostra collaborazione. *Corriere della Sera*, p. 1, 10 jan. 1923.

71 La scomunica maggiore. *Corriere della Sera*, p. 1, 3 jun. 1923.

72 Refere-se ao artigo: MUSSOLINI, Benito. Forza e consenso, frente ao qual *Il Giornale d'Italia* retoma sua orientação de aparência liberal: La stampa romana e l'articolo dell'on. Mussolini. *Corriere della Sera*,

alvos contínuos. Coincidindo com a prisão de Serrati, Albertini exige um regresso à legalidade e sofre ameaças públicas: em março, *L'Impero* se solidariza com Giacinto Menotti Serrati. Mesmo frente aos protestos avançados do *Corriere della Sera*, as medidas contra os líderes do *Avanti!* (e do PSI) são respondidas ameaçadoramente por *Il Popolo d'Italia*: "Para cada cabeça que se levanta há quinhentos mil cassetetes sempre prontos".<sup>73</sup> Apesar de tudo, Albertini ainda tem discernimento, negando que a intransigência do *Il Popolo d'Italia* pertença também a Mussolini, cujo governo "diz e faz segundo diretrizes que sempre defendemos".<sup>74</sup>

A incitação à violência da imprensa fascista se reflete no boicote ao *Corriere della Sera*, que por enquanto está expondo suas reservas "com toda a cautela".<sup>75</sup> A ligação com os conservadores que selou a ação e a tomada de posse de Mussolini na presidência do Conselho é uma combinação parlamentar que não tem qualquer reflexo social, como mostra a progressiva intolerância reservada ao *Corriere della Sera*.

Contra o jornal da rua Solferino são desencadeadas contrapartidas fascistas como: *Il Popolo d'Italia*, o milanês *L'Ambrosiano*, o bolonhês *L'Assalto*, *L'Impero* de Carlo Settimelli – que convida o *Corriere della Sera* a se manter em segredo –, enquanto *L'Idea Nazionale* adverte que "o *Corriere* não poderá continuar seu jogo impunemente". Em seu tom peremptório, os jornais fascistas anunciam que não há espaço nem para a crítica nem para a restauração do Estado liberal. Em 10 de março, o jornal de Albertini sofre um boicote substancial. Os fascistas bloqueiam a estação de Bolonha confiscando a tiragem que iria para o centro-sul do país. Na praça central Vittorio Emanuele (até 1945 praça Maggiore), os pacotes de jornais viram chamas. Os fascistas florentinos aplaudem a iniciativa e decidem empreender outra ação de sabotagem à publicação, acusada de falha na cobertura da anexação da Dalmácia à Itália.<sup>76</sup>

No início de junho, *Il Popolo d'Italia* proclama o *Corriere della Sera* "jornal inimigo", traiçoeiro adversário do governo.<sup>77</sup> Os fascistas florentinos lamentam a linha do jornal milanês em um pronunciamento público no Conselho Municipal.

---

p. 1, 30 mar. 1923; FIORI, Antonio. La crisi del *Giornale d'Italia*, p. 273.

73 Ciò che importa. *Corriere della Sera*, p. 1, 4 mar. 1923. Sobre Albertini: La campagna contro il *Corriere. Avanti!*, p. 1, 13 mar. 1923. Sobre a ameaça de *Il Popolo d'Italia*: Argomenti... civili. *Avanti!*, p. 1, 7 mar. 1923. A citação foi encontrada também em: Le tardive lamentazioni liberali. *Avanti!*, p. 1, 9 mar. 1923.

74 Colonne indispensabili. *Corriere della Sera*, p. 1, 8 mar. 1923.

75 Il governo fascista contra la libertà di critica. *Avanti!*, p. 1, 10 mar. 1923.

76 Colonne indispensabili. *Corriere della Sera*, p. 1, 8 mar. 1923. Il *Corriere della Sera* deve comprendere la necessità di tacere; Al grido di "viva l'Italia" il *Corriere della Sera* sequestrato e incendiato a Bologna. *Avanti!*, p. 1, 11-12 mar. 1923. Crônica encontrada em: *Il Giornale d'Italia*. Sobre a ideia nacional: Il *Corriere* non proseguirà impunemente il suo gioco... *Avanti!*, p. 1, 13 mar. 1923. Il fascismo contro il *Corriere della Sera*, p. 1, 17 mar. 1923.

77 La scomunica maggiore. *Corriere della Sera*, p. 1, 3 jun. 1923.

Também o comissário, prefeito de San Giovanni in Arno, manifesta a Mussolini a sua posição pessoal de dissenso contra “a sistemática campanha” do *Corriere della Sera* “e parte da pretensa imprensa liberal”.<sup>78</sup> No fim de junho, uma ordem do dia análoga contra o *Corriere della Sera* provém do Conselho Municipal de Milão. Ainda no mesmo dia, em uma convenção provincial em Mantova, se veta aos fascistas a leitura do *Corriere della Sera* por três meses (o órgão fascista *La Voce di Mantova* divulga esta proibição). Em duas pequenas localidades da província de Mantova, os fascistas impedem a venda do jornal e a administração do *Corriere della Sera* protesta junto ao prefeito lamentando o declínio das vendas. Em julho são queimados publicamente exemplares do jornal em Imola e Parma, onde são igualmente incendiados pacotes do *Avanti!*, *La Giustizia* e *Il Mondo*. Em Savona, a negligente queima de cópias do *Corriere della Sera* na estação de trem impossibilita o distribuidor de levar o jornal às bancas.<sup>79</sup> Uma boa parte de tais incêndios acontece imediatamente depois do ataque de 8 de julho dirigido a *Il Popolo d'Italia* e contra Luigi Albertini. Ele é acusado de ser moralmente responsável pelo assassinato de fascistas, mas esta acusação esconde a preocupação de que o senador liberal tenha adquirido a propriedade do *Il Giornale d'Italia* que, com efeito, o diretor Bergamini está disposto a ceder ao antigo mestre. O risco para Mussolini é ver Albertini (que sustentou, mas também criticou) na direção de dois influentes periódicos. A virulenta ofensiva empurra Albertini a desistir da operação.<sup>80</sup>

Nesse ano se iniciam as primeiras manobras da indústria Crespi para adquirir as ações de Albertini, que estabelece um contato com os socialistas reformistas Filippo Turati e Claudio Treves.<sup>81</sup> Luigi Albertini conduz pessoalmente a luta pela liberdade de imprensa. O coproprietário do *Corriere della Sera* se encontra, por um lado, incrédulo de que se possa abolir este direito e, de outro, também disposto a aceitar as limitações. Em uma polêmica com Enrico Corradini, conclui: “para mim qualquer limite legal [à imprensa] é preferível ao limite vago, humilhante e angustiante representado pela intimidação”.<sup>82</sup> Uma semana depois, a aprovação do decreto-lei régio sobre a imprensa firmado em 15 de julho vai sanar, segundo o governo, o “abuso de poder manifesto” da liberdade de imprensa.<sup>83</sup> Apesar de ter invocado um limite por lei, antes desse provimento,

---

78 ACS, MI, Gabinetto Finzi b. 1, f. 2, sf. 20, prefetto di Firenze, 11 jun. 1923; telegramma, 15 jun. 1923.

79 ALBERTINI, L. Per la difesa di una professione. Sobre o episódio de Mantova: ACS, Gabinetto Finzi b. 1, f. 2, sf. 20, prefetto di Mantova, 10 jul. 1923, 7 jul. 1923, prefetto di Bologna, 10 jul. 1923, prefetto di Parma, 10 jul. 1923, prefetto di Genova, 14 jul. 1923.

80 FIORE, A. La crisi del *Giornale d'Italia* nel 1923, p. 282-283.

81 LICATA, G. *Storia del Corriere della Sera*, p. 210.

82 ALBERTINI, Luigi. Fuori della realtà, p. 1.

83 Le norme vincolatrici per la stampa approvate dal Consiglio dei ministri. *Corriere della Sera*, p. 1, 13 jul. 1923.

também Luigi Albertini manifesta a sua contrariedade: “o prefeito fará, segundo o seu arbítrio e vontade, o que quiser”.<sup>84</sup>

O preâmbulo do edital de Albertini sobre a imprensa, de 26 de março de 1848, faz lembrar o debate dos dias sucessivos que tinha como objetivo evitar qualquer “restrição arbitrária”.<sup>85</sup> O anunciado decreto-lei de julho de 1923 já havia sido posto em marcha em novembro,<sup>86</sup> demonstrando quanto o controle da informação era considerado prioridade.

O quadro de intervenção do prefeito contra a imprensa move-se dentro de uma ordem imediata de avaliação, impulsionada pelas decisões do Executivo. O prefeito pode desconfiar do gerente (diretor ou redatores) de um jornal e da publicação de notícias falsas e tendenciosas, comentários, títulos, ilustrações, desenhos em quadrinhos nos quais o ódio de classe ou a incitação a crimes estejam presentes. A liberdade de imprensa não está formalmente abolida, mas, na segunda carta do prefeito, no prazo de seis meses, cai o gerente do jornal e sem ele o periódico não é publicado. O cenário de intervenção é bastante amplo e genérico e não é possível acusar um ministério de má gestão ou divergir sobre a sua linha de política externa. “Um pouco de boa vontade e dentro de um ano, um mês, uma semana o *Corriere della Sera* poderá ser suspenso”.<sup>87</sup>

Os dias frenéticos de ataques ao *Corriere della Sera* são também aqueles nos quais se discute e se aprova o decreto-lei sobre a imprensa. Uma coincidência que não intimida o jornal milanês que encara a questão com uma atitude insolitamente polêmica e sobre a qual não tinha influído no Conselho o coproprietário do jornal (que o divide com os irmãos Albertini), Mario Crespi, senador que, cerca de um mês antes, lhe sugeria “prudente moderação” e “indulgência” com o governo.<sup>88</sup>

A mesma contrariedade com o decreto-lei é expressa pela Federação de Imprensa e pelas associações federadas, que – em comum com o *Corriere della Sera* – tinham mantido até julho uma atitude de cautela em relação ao fascismo com medo de exasperar o clima, terminando por ignorar também casos de ameaças públicas a jornalistas “indesejáveis”.<sup>89</sup>

---

84 Le nuove disposizioni sulla stampa. *Corriere della Sera*, p. 1, 14 jul.1923.

85 Trata-se de um longo artigo sobre as leis reativas à liberdade de imprensa na Itália, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos publicado em *Il Mondo*, em 20 de julho de 1923, e reportado em: La riforma elettorale definitiva, la politica del lavoro, la questione della stampa. *Corriere della Sera*, p. 1-2, 21 jul. 1923.

86 FORNO, M. *La stampa del ventennio*, p. 11.

87 Le nuove disposizioni sulla stampa. *Corriere della Sera*, p. 1, 14 jul. 1923.

88 Carta de Mario Crespi a Luigi Albertini, 14 jun. 1923. ALBERTINI, L. *Epistolario*, p. 1.730-1.731.

89 CARCANO, G. *Il fascismo e la stampa*, p. 31.

Entre os periódicos de opinião que se opõem ao decreto-lei não se encontra apenas o *Corriere della Sera*, mas outros três jornais simpatizantes: *Il Giornale d'Italia*, *La Tribuna* e, temporariamente, o católico nacional *Corriere d'Italia*.<sup>90</sup>

Em seguida, ao menos para o jornal de Albertini, a situação se esclarece em 25 de julho frente à suspensão eminente da liberdade de imprensa, interrupção que o jornal milanês relaciona com o percurso da aprovação da lei eleitoral.<sup>91</sup> O decreto sobre a imprensa e o controle do debate sobre a lei eleitoral são no mínimo uma tentação. É o prelúdio de um confronto e enrijece a Federação Nacional da Imprensa (FNS) – antifascista e majoritária entre os jornalistas –, enquanto é ainda minoritário o Sindicato Nacional Fascista de Jornalistas (SNFG); a razão da suspensão se move para o interior do equilíbrio transversal ainda não definido:

1. A medida se enquadra na controvérsia interna do fascismo entre a intransigência e a normalização. A atuação do decreto é invocada com Riva em 30 de novembro, em uma reunião dos dirigentes fascistas de Milão na presença de Arnaldo Mussolini, pois caso contrário os fascistas retomariam as práticas de “teríveis represálias sobre os indivíduos e as coisas”.<sup>92</sup> Um clima ardente nada estranho às ações romanas, a destruição da casa de Francesco Saverio Nitti ocorreu em 30 de novembro e o subsequente assalto em 26 de dezembro ao principal opositor liberal, Giovanni Amendola, diretor do jornal *Il Mondo*.<sup>93</sup>

2. A oposição ao projeto por parte da Federação Nacional de Imprensa havia induzido Mussolini a solicitar ao rei a retirada de seu provimento. Em janeiro de 1925, foi feito um forte apelo ao soberano em defesa da liberdade de imprensa promovida pelos três maiores jornais nacionais e outros 25 diários; tal pleito vai dar em nada.<sup>94</sup>

3. A classe dirigente liberal próxima ao fascismo gostaria de manter, ao menos formalmente, a vigência das leis do Estado liberal.

É com o decreto-lei régio de 10 de julho de 1924 que as disposições previstas em 1923 se tornam vigentes e mais duras em relação ao primeiro decreto. A medida é implementada com o objetivo de inibir a oposição da imprensa, que se dá entre o sequestro de Giacomo Matteoli – 10 de julho de 1924 – e a localização de seu corpo, em 16 de agosto do mesmo ano.

Ainda em 1923, o secretário do Partido Liberal, Alberto Giovannini, considera que a evolução do fascismo conduz ao restabelecimento da liberdade. Para //

---

90 CARCANO, G., op. cit., p. 46.

91 Interpretazioni errate. *Corriere della Sera*, p. 1, 25 jul. 1923.

92 I dirigenti fascisti milanesi invocano l'applicazione del decreto sulla stampa. *La Stampa*, p. 2, 1 dez. 1923.

93 Dopo l'invasione in casa Nitti. Dichiarazioni e commenti fascisti. *La Stampa*, p. 2, 1 dez. 1923. Giovanni Amendola sofrerá ainda duas outras gravíssimas agressões: em 5 de abril e em 25 de julho de 1925, que o levarão à morte em 1926.

94 FORNO, Mauro. *Informazione e potere*, p. 90-92.

*Mondo* é uma renovada homenagem dos liberais ao fascismo, enquanto o *Corriere della Sera* se limita à gravação notarial das suas posições, fechado em suas declarações de intimidação e de um desejo de não suscitar polêmica, a mesma atitude submissa (a expressar suas dúvidas) que arrasta os deputados indecisos a aprovar a Lei Acerbo.

O diretor de *Il Mondo*, Giovanni Amendola, é brutalmente agredido em 26 de dezembro. Neste ponto até mesmo o *Corriere della Sera* fica indignado. É um erro presumir que na Itália vigora o respeito às leis, constata *Il Mondo*, enquanto *Il Popolo d'Italia* acredita que “a oposição pela oposição [...] não é apenas uma baixa e vulgaríssima manobra, além de uma imprudente provocação permanente, mas constitui um ato de criminalidade política ainda pior do que a deplorável agressão pela qual estamos preocupados”.<sup>95</sup>

## Os espaços se fecham

Em novembro de 1923, Piero Gobetti observa que só os conservadores podem fazer oposição, convidando o *Corriere della Sera* a resistir ao fascismo.<sup>96</sup> É o apelo de um indiscutível líder de opinião como Luigi Albertini que Mussolini teme e contra o qual não pode usar a veemência reservada aos socialistas. Neste mesmo mês perde-se um possível aliado conservador de oposição: Olindo Malagodi, menos convencido do que no ano anterior sobre o fascismo, deixa a direção do jornal *La Tribuna*. Em dezembro, o diretor Alberto Bergamini abandona *Il Giornale d'Italia*, embora confiando sua liderança a Vittorio Vettori, liberal de direita, não completamente convencido do fascismo e já editorialista do *Il Giornale d'Italia*. Em essência, no raciocínio de Piero Gobetti, a fatia da opinião pública endereçada à imprensa conservadora contra Mussolini podia ser recuperada para o liberalismo precisamente por esses mesmos jornais.

A influência do *Corriere della Sera* sobre o empresariado é substituída pela política de Mussolini voltada para as necessidades industriais que tiveram o auxílio, nesse apoio mútuo, do trabalho de Arnaldo Mussolini, que tomou o lugar de seu irmão na direção do jornal *Il Popolo d'Italia*.<sup>97</sup> Além disso, em 1923, o vice-ministro Aldo Finzi não só se ocupa do controle da imprensa (em sobreposição e em disfarçada competição com Cesare Rossi), mas tece também vínculos de negócios – como no caso do nascimento do novo jornal fascista da capital, *Il Corriere Italia-*

---

95 I rapporti fra liberali e fascisti. *Corriere della Sera*, p. 1, 18 out. 1923. A posição de Giovanni tem uma consideração no texto de Mario Missiroli: MISSIROLI, Mario. *Il colpo di Stato*, p. 70. Sobre *Il Mondo*: gli effetti della polemica tra fascisti e liberali, p. 1, 21 out. 1923; L'onorevole Amendola aggredito a Roma. *Corriere della Sera*, p. 1, 2, 27 dez. 1923. Citação textual de *Il Popolo d'Italia*: L'aggressione all'onorevole Amendola, p. 2, 28 dez. 1923.

96 LICATA, Glauco. *Storia del Corriere della Sera*, p. 210.

97 FORNO, Mauro. *Informazione e potere: storia del giornalismo italiano*, p. 87.

no, em sinergia com a Fiat e com os empresários da Ligúria, esboçando um vínculo adicional que acaba por financiar os jornais *Il Corriere Italiano* e *Il Popolo d'Italia*.<sup>98</sup>

O panorama informativo do final de 1923 é canalizado para uma via que não é mais capaz de reversão. O governo Mussolini passa incólume (sem oposição da imprensa liberal) pelas alianças opressoras das eleições de 1924. Na corrida eleitoral, o *Corriere della Sera* permanece sob uma posição definida, recebendo, por sua neutralidade, as ameaças de Cesare Rossi, que vislumbra danos iminentes para o jornal pela falta de distribuição e pelo corte das contribuições publicitárias.<sup>99</sup> A neutralidade que ainda podia ser tolerada em 1923 não será mais em 1924.

Portanto, com o ultraje da legalidade às claras, consuma-se o assassinato de Giacomo Matteotti e uma parte dos liberais conservadores perde a convicção de que o fascismo possa restituir a liberdade. Ao lado dos jornais que sempre professaram uma linha antifascista se juntam: *Corriere della Sera*, *La Stampa*, *Il Giornale d'Italia*, *Il Resto del Carlino* e *Il Mattino* de Edoardo Scarfoglio, tomada de posição sobre a qual o governo e a indústria intervêm para se realinhar (*Il Giornale d'Italia*, *Il Mattino* e *Il Resto del Carlino*) ou se alinhar claramente (*Corriere della Sera* e *La Stampa*) com as publicações rebeldes.

Mario Borsa, em sua reflexão de 1925, observou que a imprensa tinha sido subitamente hostil ao fascismo e que Mussolini não havia obtido vantagens aí.<sup>100</sup> Na verdade, a imprensa, como meio monopolista das informações, não pode conter o movimento de Mussolini e nem é realista imaginar uma coerência de linha democrática na imprensa (em grande parte nas mãos dos industriais do aço, banqueiros e industriais do açúcar), reflexo de uma sociedade dilacerada e agora dedicada a consumir-se em uma prova de força. Daí resulta que o papel dos administradores como elaboradores de políticas aparece redimensionado pelos desígnios da propriedade e da desejada política de referência. Fora os laços partidários que ligam determinados jornais, a imprensa de opinião não é capaz de agir de maneira estável como um contrapoder permanente, pois representa articulações de poder com laços políticos e financeiros. O retorno do antifascismo, especialmente em 1924, é tardio, pois boa parte dos jornais em 1922 – juntamente a outros poderes – havia trabalhado como multiplicadora do apoio ao fascismo. Não obstante o notável aumento de vendas dos jornais diários antifascistas na segunda metade de 1924, não há mais como inverter a inércia do percurso autoritário que pode permitir incrementar o aumento de medidas restritivas (3 de janeiro de 1925), mesmo antes da perda evidente do consenso.

---

98 CANALI, Mauro. *Il delitto Matteotti*, p. 218-219; BORGOGNONE, G. *Come nasce una dittatura*, capítulo Gli antefatti, § 8.

99 BIANCHI, Augusto Guido. *Il senatore Luigi Albertini direttore del Corriere della Sera*, p. 7.

100 Ibidem.

Na linha dos princípios, uma declaração de direitos é que “a liberdade de imprensa é a primeira das liberdades, aquela fundamental, aquela que condiciona todas as outras”.<sup>101</sup> Inserida dentro do caso de 1923, como do ano sucessivo, mostra, ao contrário, que uma relativa liberdade de imprensa não pode sobreviver sozinha se as outras garantias forem ceifadas. O fluxo circular da opinião pública entre sociedade, imprensa e política já foi quebrado. O ataque à Câmara do Trabalho e às cooperativas contribuiu para desgastar a estrutura de massas dos socialistas e populares, lhes amputando a força econômica e inibindo as redes de associações. Contudo, sobrevivem os jornais, e isto constitui uma pobre interação com o seu próximo. As pesquisas na coleção de *Avanti!* do início de 1923 são uma prova da dispersão ocorrida.

Uma visão que não se limita só à liberdade de imprensa será implementada na Constituição republicana em seu artigo 21, que pressupõe a livre manifestação de pensamento não só para a imprensa, mas para todas as formas de *difusão* e de *propaganda*, precisamente aquelas que já haviam sido marcadas no primeiro ano do governo Mussolini.

Traduzido por Heloisa Frossard

## Fontes

ARCHIVIO CENTRALE DELLO STATO. Ministero Dell'Interno, Gabinetto Finzi, fev., jun./dez. 1923.

AVANTI!, jan./jun. 1923.

CORRIERE DELLA SERA, jan., mar., maio/julho, out., dez. 1923.

## Referências bibliográficas

ALBERTINI, Luigi. Fuori della realtà. *Corriere della Sera*, 7 jul. 1923.

\_\_\_\_\_. *Epistolario 1911-1926*. Edição de Ottavio Bariè. Milano: Mondadori, 1968.

BELLOCCHI, Ugo. *Storia del giornalismo italiano*. (8 v.). Bologna: Edison, 1974-1880.

BIANCHI, Augusto Guido. *Il senatore Luigi Albertini direttore del Corriere della Sera*. Milano: Ovem, 1945.

BORGONHOPNE, Giovanni. *Come nasce una dittatura: l'Italia del delitto Matteotti*. Roma; Bari: Laterza, 2013.

CANALI, Mauro. La contabilità di Cesare Rossi, capo dell'Ufficio stampa del governo Mussolini (nov. 1922 – maio 1924). *Storia Contemporanea*, n. 4, 1988.

---

101 GAVAGNIN, A. Il giornalismo dell'opposizione dal 1922 al 1926, p. 27.



- \_\_\_\_\_. *Il delitto Matteotti: affarismo e politica nel primo governo Mussolini*. Torino: Il Mulino, 1997.
- CARCANO, Giancarlo. *Il fascismo e la stampa*. Parma: Guanda, 1984.
- CASTRONOVO, Valerio. *La stampa italiana dall'unità al fascismo*. Roma; Bari: Laterza, 1973.
- CORDOVA, Ferdinando. *Il fascismo nel Mezzogiorno: le Calabrie*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2003.
- CORNER, Paul. *Italia fascista, politica e opinione popolare sotto la dittatura*. Roma: Carocci, 2015.
- CORSINI, Paolo. *Il feudo di Augusto Turati: fascismo e lotta politica a Brescia (1922-1926)*. Milano: Angeli, 1988.
- FABBRI, Fabio. *Le origini della guerra civile: l'Italia dalla grande guerra al fascismo (1918-1921)*. Torino: Utet, 2009.
- FERRARI, Francesco Luigi. *Il Domani d'Italia e altri scritti del primo dopoguerra (1919-1926)*. Edição de Mario G. Rossi. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1983.
- FIORI, Antonio. La crisi del *Giornale d'Italia*. *Clio*, n. 2, 2003.
- FORNI, Luciano. *Don Primo Mojana*. Disponível em: <<http://www.sangiorgiocomo.it/index.php?view=article&catid=6:per-tutti&id=60:un-qprete-di-spiccoq-in-san-giorgio-&format=pdf>>, p. 1-2.
- FORNO, Mauro. *La stampa del ventennio: strutture e trasformazioni nello stato totalitário*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Informazione e potere: storia del giornalismo italiano*. Roma; Bari: Laterza, 2012.
- FRANZINELLI, Mimmo. *Squadristi: protagonisti e tecniche della violenza squadrista*. Milano: Mondadori, 2003.
- FRASSATI, Luciana (a cura di). *Un uomo, un giornale: Alfredo Frassati, v. 1*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1978.
- FRESCHI, Ombretta. *Il secolo XIX: un giornale e una città (1886-2004)*. Roma; Bari: Laterza, 2005.
- FUCCI, Franco. *Le polizie di Mussolini: la repressione dell'antifascismo nel Ventennio*. Milano: Mursia, 1985.
- GAVAGNIN, Armando. Il giornalismo dell'opposizione dal 1922 al 1926. *Il Movimento di liberazione in Italia*, n. 21, 1952.
- GENTILE, Emilio. La crisi del socialismo e la nascita del fascismo nel mantovano. *Storia Contemporanea*, n. 4-5, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Contro Cesare: cristianesimo e totalitarismo nell'epoca dei fascismi*. Milano: Feltrinelli, 2010.
- \_\_\_\_\_. *E fu subito regime: il fascismo e la marcia su Roma*. Roma; Bari: Laterza, 2014.
- LICATA, Glauco. *Storia del Corriere della Sera*. Milano: Rizzoli, 1976.
- MISSIROLI, Mario. *Il colpo di Stato*. Torino: Piero Gobetti, 1924.
- MUSSOLINI, Benito. Forza e consenso. *Gerarchia*, 1923.
- NENNI, Pietro. Hanno rubato le guglie del duomo. *Avanti!*, 27 jan. 1923.
- NENNI, Pietro. Fra l'arbitrio e la legge. *Avanti!*, jan. 1923.
- PADULO, Gerardo. Appunti sulla fascistizzazione della stampa. *Archivio Storico Italiano*, n. 1, 1982.
- RANZINELLI, Mimmo. *Squadristi: protagonisti e tecniche della violenza squadrista*. Milano: Mondadori, 2003.

SALVATORELLI, Luigi. Stato e partito. *La Stampa*, 21 fev. 1923.

STADERINI, Alessandra. Una fonte per lo studio della utilizzazione dei "fondi segreti": la contabilità di Aldo Finzi. *Storia Contemporanea*, n. 4-5, 1979.

STRAZZA, Michele. Il delitto Matteotti: le lettere al duce di Giuseppe Chiummiento. *Storia e Futuro*, n. 22, 2010. Disponivel em: <<http://storiaefuturo.eu/delitto-matteotti-lettere-duce-giuseppe-chiummiento/>>.

TRANFAGLIA, Nicola. *La stampa del regime (1932-1943): le veline del Minculpop per orientare l'informazione*. Milano: Bompiani, 2005.

VEZZOLI, Afra. *Il partito popolare a Brescia visto attraverso Il Cittadino di Brescia (1919-1926)*. Brescia: Tipo-Lito Fratelli Geroldi, 1966.

# Censura e propaganda como formas de controle

## A imagem oficial dos portugueses (1934-1946)

Heloisa Paulo<sup>1</sup>

Nos meios de comunicação da atualidade, a evocação dos regimes fascistas é baseada em metáforas de força e repressão que, acompanhadas de imagens, relatos e testemunhos, tendem a reforçar a feição autoritária desses regimes. Se, por um lado, as fontes documentais, sobretudo os relatos orais, deixam transparecer o clima de opressão então vivido, as imagens retiradas dos filmes documentários de época, vistas isoladamente, podem induzir a uma leitura mais amena da prática quotidiana desses mesmos regimes. A visão de uma sociedade ordenada, ritualizada e voltada para um único ideal está presente na propaganda e nos textos oficiais que “legalizam” a existência dos poderes constituídos. Essa “ordem” encontra-se centrada em duas ideias amplamente difundidas e incorporadas como realidades pelos sistemas liberais: a cidadania e a nacionalidade.

Assim, para os regimes autoritários, sobretudo para os de cunho fascista, nacionalidade e cidadania são questões vinculadas ao Estado e determinadas pelas diretrizes políticas impostas pelos poderes instituídos, já que o próprio Estado se apresenta como o defensor máximo de uma determinada ideia de “nação”. O exercício da cidadania e a “defesa” do sentimento nacional são vistos como partes de uma mesma postura que, por sua vez, é determinada pela aceitação das normas ditadas pelo Estado. A imagem da “ordem” extrapola os textos jurídicos, sendo frequentemente apresentada em espetáculos públicos, patrocinados pelo Estado, nos quais o homem comum assume um lugar de destaque como representante de uma “nova ordem”, em que a imposição de regras e preceitos e sua obediência determinam os limites da cidadania. Organismos de propaganda e censura asseguram a construção da imagem de “cidadão exemplar”, em que o exercício da cidadania é definido de forma passiva, ou seja, pela aceitação da ordem existente. Nesse sentido, o discurso oficial apresenta, como referencial para a elaboração da imagem do seu “cidadão ideal”, uma leitura específica de “povo”. Não o do discurso das esquerdas, elemento determinante das decisões do Estado, mas o povo como evocação de um universo rural e urbano idealizado segundo leituras peculiares das suas tradições e da sua subordinação ao regime e ao seu chefe, também seu representante e defensor.

No fascismo, por exemplo, a propaganda oficial difunde uma determinada imagem do povo italiano, colocando de parte, via censura, as formas alternativas de visão do popular. Ao lado do culto da pátria, do *culto del littorio* e de outros sím-

---

1 Doutora em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra.

bolos da mística fascista,<sup>2</sup> temos a implementação de um discurso “etnográfico” que caracteriza a *italianità* do regime. O folclore, nas suas mais diversas manifestações, assim como o regionalismo, são as marcas de um discurso nacionalista que “inventa” ou “reinventa” tradições populares sob a tutela da propaganda fascista.<sup>3</sup>

A propaganda oficial, por meio da vinculação entre as noções de cidadania, nação, pátria e povo, vai procurar estabelecer uma empatia com o público italiano, utilizando um discurso em que predominam as imagens de um mundo aldeão que lhe é próximo. Assim, o cidadão do regime é o defensor das ideias de nação e pátria postuladas pelo Estado. Sua cidadania é baseada na fidelidade que mantém aos princípios fascistas.<sup>4</sup> Sua imagem espelha a *italianità*, expressão do conceito de pertencimento ao território e ao universo da cultura popular italiana. Para tal, cada aspecto do folclore e das tradições populares é revisto com o objetivo de se ajustarem suas características às necessidades da mensagem oficial do regime. Toda a tradição de “rebelia” é anulada e o camponês fascista é transformado em um símbolo para a cidadania, já que aceita a autoridade e defende o regime que, por sua vez, passa a representá-lo. Nesse quadro, o Ministério de Cultura Popular é o difusor da mensagem oficial, mas também o instrumento de controle e repressão. Não basta propagandear, é preciso que a versão fascista seja a única a ser veiculada e aceita como a verdadeira imagem da sociedade e seus valores.

No entanto, a propaganda oficial não está limitada ao território, já que é preciso buscar o apoio de todos os italianos. Para Mussolini, o emigrante é também um potencial defensor do fascismo. Tal como ocorre em relação ao público na Itália, a implementação de um discurso etnográfico passa a ser uma das peças-chave da propaganda destinada ao italiano no exterior.<sup>5</sup> Dessa forma, a mensagem fascista oferece ao emigrante sua inserção nos moldes de cidadania e *italianità*. Se, por um lado, ele é um “cidadão fascista”, os exilados, emigrados e opositores políticos também precisam ser classificados nesse discurso oficial para o exterior. Assim, por fugirem aos padrões de conduta impostos pelo modelo de cidadania do fascismo, dos antifascistas é retirado o atributo da cidadania e

---

2 Sobre o tema, ver GENTILE, Emilio. *Il culto del littorio*. Sobre a mesma temática, a partir da realidade nazi, ver ainda MOSSE, George. *La nazionalizzazione delle masse*. E, deste mesmo autor, *L'uomo e le masse nelle ideologie nazionaliste*.

3 Sobre a importância do folclore e da etnografia no quadro do pensamento fascista e nazi, ver, entre outros, CAVAZZA, Stefano. *Tradizione regionale e riesumazioni demologiche durante il fascismo*, p. 625-655; TOZZI-FONTANA, M. *Il ruolo delle mostre etnografiche nell'organizzazione del consenso 1936-1940*, p. 97-103. No caso da Alemanha nazi, esse recurso também é constante; sobre o tema, ver, entre outros, CAVAZZA, Stefano. *Arte popolare e intellettuali durante il nazismo*, p. 637-661.

4 GENTILE, Emilio. *La grande Italia: il mito della nazione nel XX secolo*.

5 Sobre o tema, ver, entre outros, FRANZINA, E. *Una patria espatriata: lealtà nazionale e caratteri regionali nell'immigrazione italiana all'estero (secoli XIX e XX)*; GARZARELLI, B. *Parleremo al mondo intero: la propaganda del fascismo all'estero*.

da nacionalidade. Eles passam a ser apresentados como os “não cidadãos” e, por extensão, não italianos.

Fora da Itália, contudo, a atuação da propaganda fascista está condicionada ao apoio dos Estados e das sociedades receptoras do emigrante. O seu poder está limitado aos organismos oficiais de difusão da cultura italiana, como o Instituto Dante Alighiere, ou, ainda, ao trabalho das representações consulares. Assim, as formas de controle e censura são redimensionadas, adaptando-se aos contextos externos. Os organismos consulares cuidam para que a mensagem do regime seja difundida pela imprensa dos países onde atuam, apresentando às autoridades locais veementes protestos diplomáticos contra a ação dos antifascistas. Os mecanismos de controle das representações diplomáticas arrolam os apoiantes, buscam favorecer economicamente os periódicos e os jornalistas que defendam o regime em território estrangeiro e, sempre que possível, atuam em conjunto com os organismos de repressão nacionais no controle dos seus exilados políticos.<sup>6</sup> Dessa forma, transformados em agentes da propaganda e da repressão do Estado que representam, as autoridades consulares agem como verdadeiros órgãos de propaganda e repressão no exterior.

### A imagem do português e cidadão

Um homem na sua aldeia/ Por mal que esteja está bem;/ Em se vendo em terra alheia,/ Fala sem saber de quem.<sup>7</sup>

No caso português, a identificação da cidadania à imagem de um povo de origem rural e de “brandos costumes” marca toda a propaganda oficial do Estado Novo. A política de difusão de uma imagem de povo, subordinada ao conceito de cidadania do regime, está expressa no seu objetivo de “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a nação”.<sup>8</sup> No entanto, para a “criação de um novo homem”, é necessária uma releitura do folclore e da cultura popular, de forma a dar corpo ao cidadão ideal do Estado Novo.<sup>9</sup> Toda e qualquer característica considerada desviante e contrária aos princípios da ordem vigente é eliminada, sobressaindo somente os aspectos que possam comprovar o apego ao campo, à vida simples e à aceitação da autoridade do Estado. Na verdade, o salazarismo constrói um estereótipo do “portuguesismo” no qual predomina o discurso da obediência aos superiores, sejam eles o Estado, a Igreja, a família, a escola etc., enfatizando a superioridade dos valores simples da vida camponesa. Salazar, ele

---

6 Sobre o tema, ver, entre outros, DIGGINS, J. *L'America, Mussolini e il fascismo*; LUCONI, S. *La “diplomazia parallela”*: il regime fascista e la mobilitazione politica degli italo-americani.

7 PORTUGAL. Frontispício do roteiro de *A exposição do mundo português*, 1940.

8 PORTUGAL. Preâmbulo do decreto-lei n. 23.054/33, p. 5.

9 PAULO, Heloisa. *Estado Novo e propaganda*.

próprio, evoca constantemente as suas raízes no campo, utilizando metáforas do universo rural nos seus discursos.<sup>10</sup>

Esse portuguesismo está presente em toda a propaganda veiculada no período, sobretudo durante a vigência de Antônio Ferro como diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), entre 1933 e 1944, e do Secretariado de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), entre 1944 e 1949, ainda que este novo órgão não represente uma mudança total da política desenvolvida pelo anterior. Na verdade, a manutenção de práticas voltadas para o enaltecimento de uma dada leitura da cultura popular e do povo português marca a elaboração de um conceito de cidadania, cuja imagem identificativa é o ser humano comum, vinculado ao universo dos regionalismos e ao meio rural.

Em diversos momentos, esse tipo ideal do homem/mulher português, voltado para o mundo rural, é evocado pela propaganda oficial. Em 1937, na *Exposição internacional de Paris*, o então diretor do SPN, Antônio Ferro, e sua esposa, a escritora Fernanda de Castro, esperam os convidados para a inauguração do pavilhão português trajados à moda do Minho, transfigurando o traje daquela região em um verdadeiro símbolo de vestimenta portuguesa.<sup>11</sup> O povo passa a ser a imagem da sociedade representada na nação e defendida pelo regime, ganhando um lugar de destaque na mística do Estado Novo.

No ano seguinte, a visão do universo rural como paradigma da mensagem do regime é retomada na realização do concurso *A aldeia mais portuguesa de Portugal*. Nos documentários realizados para a divulgação dos resultados, os cortes rápidos de alguns fotogramas revelam a necessidade de não deixar qualquer detalhe que possa comprometer a imagem oficial do povo. Não aparecem camponeses maltrapilhos, ainda que sejam, por segundos, captadas figuras magras, sorrisos com poucos dentes e gente descalça. A narração em *off* complementa o quadro idílico montado ao redor da vida rural. O número cinco do *Jornal Português*, dedicado à aldeia mais portuguesa de Portugal, é o exemplo clássico da sublimação do popular no constante apelo às cenas do cotidiano folclorizado do trabalho e dos costumes das aldeias, enaltecendo festas e procissões religiosas.

O mesmo se dá durante a comemoração do duplo centenário, em 1940. Em *A exposição do mundo português*, três anos após Paris, um “museu vivo” é formado para apresentar aos visitantes o retrato da vida nas aldeias de Portugal, segundo a visão “fiel” do Estado Novo. O roteiro da exposição apresenta o centro regional como o cenário idealizado, um espaço onde “estão as casas e as aldeias no que tem de mais sugestivo. Não lhes falta o fator humano, vivo, da população, a cantar,

---

10 PORTUGAL. Roteiro de *A exposição do mundo português*, 1940.

11 PAULO, Heloisa. *Estado Novo e propaganda*.

a colori-las com os trajes femininos”.<sup>12</sup> Nesse pavilhão, as aldeias são representadas por reproduções singulares das casas típicas de cada região portuguesa, seguidas da seção da “vida popular”, onde o povo é exposto no seu “*habitat natural*”, realizando suas atividades do dia a dia. O cotidiano de trabalhos é seguido pela celebração dos costumes populares e do próprio Estado Novo, representação máxima dessa ordem e desse povo português.

Completando o cenário, herança de um antigo pavilhão da exposição do duplo centenário, o Museu de Arte Popular é um espaço de referência museológica para esta leitura da cultura popular. Inaugurado em 15 de julho de 1948, com a presença de Carmona e outras autoridades, o museu, tal como a exposição, é apontado como um “exemplo de soberania espiritual, da nossa profunda diferenciação, retrato da alma de um povo que não quer renunciar nem à sua graça nem ao seu carácter”.<sup>13</sup> Os costumes, trajes, mobiliários e alfaias são expostos como um paradigma para toda a sociedade, na qual ricos e pobres se encontram com a verdadeira noção do “ser português” protagonizada pelo Estado Novo<sup>14</sup> e por seu ideário corporativista. Todos possuem importância na sociedade, mas a imagem símbolo do homem/mulher simples e da cultura popular deve ser o paradigma para a conduta do cidadão, já que o meio urbano pode contaminá-lo com a insubordinação aos princípios da ordem vigente.<sup>15</sup>

Em conclusão, o que prevalece no discurso de propaganda salazarista em torno do tipo ideal do português é uma determinada noção de portuguesismo, que aparece sempre atrelada à construção de um perfil de cidadania. Não é, portanto, coincidência que os mesmos tipos populares estejam sempre presentes nas cenas dedicadas às solenidades cívicas onde Salazar e Carmona, ou Craveiro Lopes, são aclamados pelo “povo”.

No entanto, a criação do SPN e, posteriormente, do SNI, para além de instrumentalizar os mecanismos da propaganda oficial, assinala uma nova etapa no controle da opinião pública. O sistema de censura, introduzido logo após o advento da ditadura militar, em 1926, passa por um aprimoramento com a incorporação das comissões de censura no SPN, em 1933. Dessa forma, as versões contrárias ao discurso oficial são coibidas, oferecendo-se ao público uma imagem única da realidade e do regime. São acionadas diferentes formas de controle que ultrapassam a mera censura prévia estabelecida para periódicos, obras impressas, espetáculos públicos e exposições cinematográficas. Quanto à censura prévia formal, os relatórios revelam a necessidade de um saneamento nas informações passadas

---

12 PORTUGAL. Roteiro de *A exposição do mundo português*, 1940.

13 FERRO, António. *Museu de Arte Popular*, p. 15.

14 *Ibidem*, p. 22.

15 PAULO, Heloisa; TORGAL, Luís Reis. *Cidadania, nacionalismo e propaganda política*, p. 169-188.

nos noticiários, expurgando dos jornais as informações que depusessem contra a imagem de um povo de brandos costumes. Por exemplo, na notícia do assassinato de uma mulher e do seu filho, é cortada toda e qualquer menção ao assassino – neste caso, marido e pai da vítima –, já que tal dado revelaria a existência de “baixos sentimentos” na sociedade portuguesa.<sup>16</sup> Os cortes são os mais diversos e visam extirpar do dia a dia possíveis demonstrações do “baixo nível cultural do nosso povo”.<sup>17</sup> Dessa forma, o que resta é uma imagem do povo ajustada ao perfil de cidadania propalado pelo regime.

Além dos mecanismos formais de controle, são criadas novas formas de fiscalização que pretendem abranger toda a produção veiculada em português, quer seja ela destinada ao público interno, quer seja voltada para o público emigrante: os boletins da imprensa informam aos órgãos da administração do governo a tendência política da imprensa, atestando ou não a sua proximidade ao ideário do Estado Novo, acentuando a falta de integração nos pressupostos do regime. Esses boletins abrangem a imprensa estrangeira, nomeadamente aquela voltada para as comunidades portuguesas no exterior.

Complementando esse quadro, surge um outro boletim, denominado *Informações*. Veiculado a partir de 1939, o controle da informação assume aqui um formato peculiar e abrangente. Por meio de um quadro de notícias, são apresentadas aquelas que devem ser divulgadas pelos periódicos. Em 29 de abril de 1941, *Informações* recomenda a reprodução da notícia acerca da manifestação de estudantes ocorrida em Coimbra, por ocasião dos atos do dia 28 daquele mês, data comemorativa da entrada de Salazar para o governo, como um exemplo do sentimento de orgulho e de fé nacional. Um ano antes, o mesmo boletim afirmava a adesão do país às comemorações do duplo centenário e sua gratidão às realizações do regime. No decorrer da guerra, é dado destaque à atitude nobre da sociedade portuguesa que, solidária com a hora grave então vivida, não realiza no Carnaval os cortejos e as “mascaradas ridículas”. Sempre citada, a Mocidade Portuguesa, modelo para a juventude do país, merece diversas menções, entre elas a da iniciativa de incentivar o “reaportuguesamento” das tradições de Natal, com o retorno ao presépio tradicional. *Informações* é o exemplo mais acabado de instrumentalização dos noticiários que, desse modo, tornam-se uniformes, ainda que, em cada número da publicação, conste a advertência aos periódicos para que não se limitem a copiar as notícias impressas, mas que as comentem. Claro está que a censura seria a fórmula de controle de tais comentários.<sup>18</sup>

---

16 PORTUGAL. Ministério do Interior. *Relatório da censura*, s.d., p. 3.

17 Alegação do censor para o corte efetuado da notícia apresentada ao órgão de censura pelo periódico *O Século* a respeito do “tratamento selvático” de um animal por um camponês. Ver PORTUGAL. Ministério do Interior, op. cit., p. 5.

18 PAULO, Heloisa; TORGAL, Luís Reis. Cidadania, nacionalismo e propaganda política, p. 179.



## O emigrante como representante de Portugal

Não é sem profunda comoção que tento fazer ouvir a minha voz aos portugueses de Além-Atlântico, como se estivessem diante dos meus olhos os que sempre temos no coração, pelo seu trabalho, pela sua iniciativa, pela sua dedicação patriótica, pelo seu amor à terra-mãe de todos nós<sup>19</sup> [...] o português que emigra, quer voltar. Não para a sua pátria, abstratamente; sim para a sua *terra*, para a sua paisagem. Árida que seja, é, para ele, a mais bela de todas; a única digna de ser amada até ao sacrifício.<sup>20</sup>

A emigração ocupa um lugar de destaque na história da sociedade portuguesa, sendo a sua importância reconhecida pelo Estado Novo. Para o regime, o emigrante é um seu representante e defensor no estrangeiro. Assim, para fora do espaço português, a propaganda oficial produz um discurso específico e a invocação às raízes rurais serve como uma luva às comunidades emigradas. Na verdade, existe todo um tipo específico de propaganda direcionado às colônias de emigração.

No caso do Brasil, a importância da sua colônia é assumida pelo Estado Novo e pelo próprio Salazar ainda em 1933, quando realiza a primeira emissão de rádio para o exterior. A partir de então, e durante todas as décadas até sua morte, o culto ao chefe de Estado português florescerá e ganhará vulto entre os portugueses no Brasil. A produção de biografias destinadas ao público emigrante é abundante e ganha popularidade ao adaptar a imagem do presidente do Conselho de Ministros à realidade vivenciada pela colônia em território brasileiro. É o caso do livro de Armando d'Aguiar, *Oliveira Salazar: o homem e o ditador*, publicado em 1934, que apresenta uma série de anedotas veiculadas comumente em Portugal. A referência ao espírito “poupador” do presidente ou mesmo sua falta de popularidade aparecem descritas em situações caricatas, sendo incorporadas ao discurso de forma a evidenciar sua notoriedade, transformando seus apontados defeitos em possíveis qualidades. Para além das biografias, na década de 1930, é comum a atribuição do nome de Salazar aos produtos mais consumidos ou mais desejados pelos emigrantes, como o azeite Salazar ou a geladeira Salazar, “tão econômica como o seu patrono”.<sup>21</sup>

São editadas obras destinadas ao público emigrante que veiculam a imagem do portuguesismo defendido pelo regime. É o caso da obra *Portugal, breviário da pátria para os portugueses ausentes*, editada em 1946, já sob a alçada do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. A partir da ideia de que “trazer a pátria no coração é, afinal, ter a pátria de cor”,<sup>22</sup> encontramos nesta obra uma série de afirmações que colocam em relevo alguns dos pontos essenciais do

---

19 SALAZAR, António de Oliveira. Saudação aos portugueses do Brasil, p. 253.

20 SANTOS, L. Reis; QUEIROZ, Carlos. *Paisagem e monumentos de Portugal*, p. 20.

21 *Ibidem*, p. 381 e seguintes.

22 PORTUGAL. *Portugal, breviário da pátria para os portugueses ausentes*.

ideário do Estado Novo, em uma espécie de convocatória do emigrante para a defesa do regime no exterior.

Paralelamente, as representações consulares oferecem patrocínio aos jornais da colônia favoráveis ao regime, disponibilizando aos seus jornalistas e proprietários deslocamentos a Portugal para que possam divulgar a “obra” do Estado Novo. Além desse tipo de propaganda, são realizadas atividades das mais diversas, buscando congregiar a simpatia da colônia, assim como toda uma série de iniciativas voltadas para a difusão do ideário do regime, transformando as representações diplomáticas em verdadeiras “agências” da propaganda oficial.

Nesse quadro, o cinema possui um papel de destaque na propaganda destinada ao emigrante. A própria embaixada encarrega os consulados da promoção e exibição itinerante de documentários cinematográficos e filmes, financiados ou não pelo SPN/SNI, que levam o emigrante a se identificar com o universo rural retratado nas películas. É o caso de *A Severa*, primeiro filme sonoro português, realizado em 1931 por Leitão de Barros. Apesar de não ser uma “obra do regime”, é frequentemente inserida nas atividades patrocinadas pela embaixada de Portugal. É o filme que obtém do público da colônia uma fidelidade constante por mais de vinte anos, se considerarmos as inúmeras reposições realizadas desde a sua estreia em território brasileiro, em abril de 1933, até os finais da década de 1950, em especial durante as “Semanas de filmes portugueses”, em 1947. Essa iniciativa é da responsabilidade da representação diplomática portuguesa, que utiliza cinemas locais ou associações da colônia dispersas por todo o Brasil. O sucesso e a utilização do filme como “arma de propaganda” devem-se às cenas que se coadunam com a imagem idealizada de Portugal pelos emigrantes, com o fado, as touradas, a vida de bairro lisboeta, as feiras, todo um universo aldeão e, sobretudo, com um retrato do “povo” bem popular e ao gosto do regime. Dessa película fica, por fim, um repertório musical que se transforma em um patrimônio dos “patrícios”, principalmente a *Canção da Severa*, cantada por Dina Teresa, e a cantiga da cena final, *Arraial de Santo Antônio*, interpretada por Mariana Alves, ambas com versos de Júlio Dantas.<sup>23</sup>

Outra tática da propaganda no exterior é o patrocínio a feiras de produtos portugueses, concursos de trajes e ranchos folclóricos nas associações regionalistas e exposições das “realizações do regime” para o público emigrante e local.<sup>24</sup> Nesse sentido, as representações consulares exercem um controle sobre o que pode ser exposto e por quem. É o caso do não financiamento da “Semana do ultramar português”, a ser realizada pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro,

---

23 PAULO, Heloisa. O cinema português na colônia portuguesa do Brasil, p. 117-136.

24 PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal!*: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo, p. 319 e seguintes.

em 1936. Com um passado ativista contrário ao Estado Novo, essa instituição vê o seu pedido de verbas negado pelas autoridades portuguesas, temerosas de que alguma propaganda contrária ao regime fosse veiculada no decorrer do evento.<sup>25</sup>

Dessa forma, as representações diplomáticas atuam também como “tentáculos” do regime à repressão no exterior. Os relatórios consulares e a ação dos representantes diplomáticos espelham a busca do controle da comunidade emigrante, nem sempre com resultados positivos, mas cuidadosamente tratada nos mínimos aspectos. A rede de informação e policiamento engloba as mais diversas representações consulares, cuja “sede” é encarnada pela embaixada oficial no país. A documentação expedida para o Ministério dos Negócios Estrangeiros cobre as mais diferentes manifestações da colônia, denotando a procura incessante do controle do emigrante em solo estrangeiro. É o caso das direções das casas regionais e outras associações da colônia por parte dos representantes consulares, assegurando que tais lugares fossem ocupados por simpatizantes do regime.<sup>26</sup>

Por fim, cabe também às representações diplomáticas o controle dos “não nacionais”, ou seja, daqueles que criticam essa imagem de portuguesismo idealizada pelo Estado Novo, denunciando a real situação do campo em Portugal e a penúria dos portugueses. Não aceitando e combatendo os estereótipos da propaganda oficial, tornam-se alvo da vigilância e perseguição das autoridades consulares e da propaganda oficial no exterior. Era preciso coibir as visões contrárias àquelas apresentadas pelo regime.

Para os exilados e opositores do regime de Lisboa, a tarefa de combate à propaganda oficial no exterior é uma batalha inglória, no que diz respeito ao emigrante comum. A imagem de um Portugal onde tudo corria bem, graças a Salazar, é um dado aceito por quase toda a colônia, ao contrário da imagem propalada pelos opositores. A visão de um país controlado por um governo ditatorial, com aldeias miseráveis e meios urbanos pouco desenvolvidos – em relação ao local de emigração – e, sobretudo, com um povo pobre que emigra para fugir da miséria ou das perseguições políticas não encontra grande eco entre os emigrantes. O embate entre essas duas visões é, na verdade, o choque entre o governo de Lisboa e os seus opositores emigrados, nem sempre capazes de combater a visão utópica que o emigrante comum possui da “santa terrinha”.

No entanto, a oposição no exílio tenta oferecer uma alternativa ao imaginário oficial do regime. Entre 1932 e 1936, o periódico oposicionista *Portugal Republicano* circula no Rio de Janeiro, em busca de apresentar outra visão das realizações do Estado Novo e das condições vividas em Portugal nas aldeias, construindo uma espécie de contrapropaganda do salazarismo na colônia portuguesa do Brasil. Em

---

25 PORTUGAL. Ministério dos Negócios Exteriores. Ofício de 21 de outubro de 1936.

26 PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal!:* a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo, p. 557.

vez da imagem de um Portugal rural de aldeias brancas, são noticiadas as condições de penúria e fome que grassam entre os aldeões. O jornal alcança algum sucesso entre os republicanos portugueses e demais segmentos de emigrados e exilados políticos em terras brasileiras, sem, no entanto, ter uma circulação diária.

A reação da diplomacia portuguesa aos ataques contra o ideário do regime não se faz esperar. Graças à intervenção do embaixador Martinho Nobre de Melo junto às autoridades brasileiras, *Portugal Republicano* sofre a ação do diretório de publicidade da Polícia Central do Rio de Janeiro, que alarga “a censura aos jornais portugueses que se publicam no Brasil”, retirando-os momentaneamente de circulação em 1933. O periódico não retomará sua circulação normal, desaparecendo definitivamente em 1936.

Considerando a importância da figura do representante diplomático português como elemento interventor, a escolha dos embaixadores é definida pela importância da colônia e da atividade opositora no país acolhedor. A designação de Pedro Teotônio Pereira para a embaixada portuguesa no Rio de Janeiro realça a relevância de uma figura-chave em áreas onde os opositores do regime começam a ganhar espaço. Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, entre 1933 e 1936, deputado pela União Nacional entre 1934 e 1938 e ministro do Comércio e Indústria, de 1936 a 1937, revela-se um dos homens de confiança de Salazar. Deslocado para a carreira diplomática, é peça fundamental no jogo internacional do Estado Novo: na Espanha, como representante consular português junto às tropas de Franco durante a Guerra Civil; em 1953, na embaixada em Londres, quando se divisa a situação das colônias portuguesas na Índia (antigo domínio da Coroa britânica), e já em plena Guerra Fria, em Washington.

A chegada de Pedro Teotônio Pereira ao Rio de Janeiro acontece em um período crítico para o regime salazarista e de transição política no Brasil. O fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1945, abre um período democrático, possibilitando que os opositores ganhem espaço na imprensa e promovam atos públicos contra a ditadura de Salazar. O trabalho do novo embaixador, entre 1945 e 1947, é marcado por um extenso combate aos possíveis efeitos dessa oposição, aproximando a representação diplomática portuguesa da colônia emigrante com a abertura das portas da embaixada para festividades e eventos. Durante o curto espaço da sua permanência no Brasil, realiza visitas oficiais a diversos estados, aproveitando a ocasião para contatar os vários núcleos de emigrantes, que lhe prestam inúmeras homenagens, reforçando a imagem do regime. Nessas ocasiões, promove o Estado Novo com palestras e exposições de documentários cinematográficos para os portugueses que vivem no Brasil.

A resposta da oposição, que procura divulgar nos periódicos brasileiros um retrato negativo do novo embaixador de Portugal, não encontra eco entre os emi-

grantes. Retratado como o “Rudolf Hess português”<sup>27</sup> ou, ainda, o “Farrapo” no dizer de outra reportagem, cuja obrigação no Brasil seria “reatar os fios partidos do nazifascismo neste hemisfério”,<sup>28</sup> essa visão crítica não consegue ter apoio do público da colônia que, acima de tudo, vê no representante português uma espécie de símbolo de um Portugal distante e idealizado.

Nesse jogo ideológico, a afirmação dos salazaristas de que os “inimigos do regime” pretendem degradar a imagem de Portugal no exterior se torna bem difícil de defesa perante uma grande maioria de emigrantes que há muito não retorna ao seu país de origem.

## Conclusão

Gostaria de pegar pelas golas de seus casacos dois desses portugueses que no Brasil se dedicam à tarefa ingrátíssima de insultar, agredir, caluniar o governo da terra onde nasceram e que renegaram e levá-los até a porta do cinema onde na manhã de cada domingo se exibem os “Documentários portugueses”. Aí, eu mesmo lhes pagaria os ingressos, e lhes pediria que entrassem e confortavelmente se sentassem. Dir-lhes-ia então: – Os senhores abram bem os olhos e, se ainda tiverem alma, abram bem a alma, se ainda tiverem uns restos de consciência, ouçam-na e se ainda for possível nos senhores o despertar da dignidade, compreendam o que vai passar, ante sua vista, nesse pequeno pedaço de pano branco onde vão ser projetados, irradiados, vividos, trechos da terra que é minha e realizações do homem que os senhores diariamente pretendem diminuir. Depois contem aos seus camaradas de infâmias, aos signatários e simpatizantes do telegrama suplicando, como mendigos, a interferência estrangeira nessas aldeias brancas onde um povo trabalhador vive pacífico. Reparem o aspecto da assistência. Vejam apesar da semipenumbra da sala como esses milhares de portugueses seguem cada cena. E no final, quando a luz se restabelecer reparem como há lágrimas de comoção, de orgulho, de alegria e de confiança em tanta gente onde é difícil descortinar o português do brasileiro. Os senhores devem sentir remorsos.<sup>29</sup>

Massimo Salvadori, um antifascista radicado nos Estados Unidos nos anos de 1930, afirmava sentir-se impossibilitado de combater a propaganda italiana: “perciò ogni attacco lanciato contro Mussolini e il suo governo veniva sentito come un insulto diretto contra la stessa Italia”.<sup>30</sup> Na verdade, a propaganda fascista cria uma grande empatia entre sua mensagem acerca de como são as características do ser nacional e o público. A elaboração de uma imagem nacional tão próxima à realidade vivenciada pela grande maioria da sociedade italiana ou, no caso, portuguesa, torna o seu combate uma tarefa difícil.

---

27 *Diretrizes* (jornal), Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1945, p. 3.

28 A. M. Farrapo. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1945.

29 LABOREIRO, Simão de. *Voz de Portugal*, 18 de maio de 1947, p. 2. O autor faz menção ao telegrama enviado pela oposição à ONU, solicitando a intervenção estrangeira contra o regime de Salazar.

30 DIGGINS, John P. *L'America, Mussolini e il fascismo*, p. 98.

A apropriação de dados da cultura popular para forjar uma imagem idílica do portuguêsismo trabalha com os valores do universo social vivenciado por aqueles que possuem origem rural ou, ainda, que passam a ter nesse mundo idealizado a concepção de uma sociedade sem conflitos e de ordem. A negação do urbanismo e seus problemas, nomeadamente a contestação social e a politização do operariado, é acompanhada por uma visão ideal do regionalismo e das relações intimistas das aldeias. Tanto quanto o Estado Novo e sua noção de corporativismo se apresentam como a superação das lutas de classe, a glorificação da vida simples e a identificação do ser português aos valores regionalistas abonam a ideia de cidadãos passivos, seguidores da ordem e do regime. O conflito é substituído pela “harmonia” e, com o auxílio dos organismos de censura e repressão, desaparece da realidade quotidiana do país de Salazar. A partir daí, a imagem do “homem/mulher português” veicula a ideia de um Portugal de paisagens e costumes que cobrem todas as regiões do país, extraíndo de cada uma delas um dado para a composição de um quadro idealizado que dá vida ao portuguêsismo. Ir contra esse discurso é opor-se aos valores que fazem parte da caracterização de pertencimento de cada português à sua região.

Por outro lado, a censura e a repressão coíbem os traços contrários à imagem oficial do ser português. Protestos populares, assassinatos passionais, doenças endêmicas, fome e cataclismos desaparecem dos noticiários, restando somente as “boas novas” do regime. Os boletins de censura controlam a informação e a repressão policial não deixa traços visíveis dos “maus portugueses”. Estes só aparecem no exterior como “traidores”, prontos a deitar por terra a obra de edificação desse Portugal perfeito. Eles não são “nacionais”, não defendem os valores portugueses e, por fim, não se coadunam com o Estado Novo.

Como a memória é seletiva, entre os emigrantes não resta a lembrança das razões que os fizeram sair, só o sentimento de não pertencimento ao local onde estão. À oposição exilada resta invocar a razão, nem sempre possível quando o apelo ao sentimentalismo e à noção de pertencer é mais forte do que a consciência da realidade e da cidadania como um fator de mudança social e política.

## Fontes

A. M. Farrapo. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1945. Arquivo particular de Alberto Moura Pinto.

DIRETRIZES (jornal), Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1945, p. 3. Arquivo particular de Alberto Moura Pinto.

LABOREIRO, Simão de. *Voz de Portugal*, 18 de maio de 1947, p. 2.

PORTUGAL. Roteiro para *A exposição do mundo português*. Lisboa, 1940.

PORTUGAL. Preâmbulo do decreto-lei n. 23.054, de 25 de setembro de 1933. p. 5.

## Referências bibliográficas

CAVAZZA, Stefano. Tradizione regionale e riesumazioni demologiche durante il fascismo. *Studi Storici*, p. 625-655, aprile-settembre 1993.

\_\_\_\_\_. Arte popolare e intellettuali durante il nazismo. *Italia Contemporanea*, p. 637-661, dicembre 1993.

DIGGINS, J. *L'America, Mussolini e il fascismo*. Roma-Bari: Laterza, 1982.

FERRO, António. *Museu de Arte Popular*. Lisboa: SNI, 1948.

FRANZINA, E. *Una patria espatriata: lealtà nazionale e caratteri regionali nell'immigrazione italiana all'estero (secoli XIX e XX)*. Roma: Sette Città, 2014.

GARZARELLI, B. *Parleremo al mondo intero: la propaganda del fascismo all'estero*. Alessandria: Edizione dell'Orso, 2004.

GENTILE, Emilio. *Il culto del littorio*. Roma-Bari: Laterza, 1994.

\_\_\_\_\_. *La grande Italia: il mito della nazione nel XX secolo*. Roma-Bari: Laterza, 2009.

LUCONI, S. *La "diplomazia parallela": il regime fascista e la mobilitazione politica degli italo-americani*. Milan: Franco-Angeli, 2000.

MOSSE, George. *L'uomo e le masse nelle ideologie nazionaliste*. Roma-Bari: Laterza, 1988.

\_\_\_\_\_. *La nazionalizzazione delle masse*. Bologna: Il Mulino, 1993.

PAULO, Heloisa. *Estado Novo e propaganda*. Coimbra: Minerva, 1994.

\_\_\_\_\_. *Aqui também é Portugal!: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Ed. Quarteto, 2000.

\_\_\_\_\_. O cinema português na colônia portuguesa do Brasil. In: TORGAL, Luís Reis (coord.). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

PAULO, Heloisa; TORGAL, Luís Reis. Cidadania, nacionalismo e propaganda política. In: PEIXINHO; CAMPONEZ; VARGUES; FIGUEIRA (coord.). *20 anos de jornalismo contra a indiferença*. Coimbra: IUC, 2015. p. 169-188.

PORTUGAL. *Portugal, breviário da pátria para os portugueses ausentes*. Lisboa: SNI, 1946.

SALAZAR, António de Oliveira. Saudação aos portugueses do Brasil. In: *Discursos e notas políticas (1928-1934) – v. I*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935. p. 251-254.

SANTOS, L. Reis; QUEIROZ, Carlos. *Paisagem e monumentos de Portugal*. Lisboa: Comissão das Comemorações Centenárias, 1940.

TOZZI-FONTANA, M. Il ruolo delle mostre etnografiche nell'organizzazione del consenso 1936-1940. *Italia Contemporanea*, n. 137, p. 97-103, 1979.

# Visão em *camicia nera*<sup>1</sup>

## Produção e recepção de cinejornais na Itália fascista

Matteo Pasetti<sup>2</sup>

O aparato de controle social instaurado pelo regime fascista de Benito Mussolini a partir de novembro de 1922 se estendeu progressivamente a muitos âmbitos da vida individual e coletiva dos italianos. Pela natureza de um projeto totalitário como o fascista, a autonomia dos simples cidadãos, dos corpos intermediários e de qualquer outro grupo social estava corroída até a completa subordinação da economia, da cultura e da sociedade inteira ao poder político. Não se tratava unicamente de vigiar a população, de reprimir o dissenso, de anular a liberdade, mas também de impor uma nova ordem social, de construir e produzir um protótipo diferente de comunidade nacional e, por fim, de manipular pela via biopolítica o corpo e a mente dos italianos. Exatamente por esta tensão palinogenética, a ditadura de Mussolini representou uma experiência política inédita, distinguindo-se de qualquer outra precedente forma de governo autoritário, e tornando-se um modelo de referência em escala europeia, ou mesmo mundial.

Nessa perspectiva, naturalmente, também os setores de informação e de comunicação de massa estão sobrepostos ao domínio do governo fascista, seja por meio de intervenções da censura e repressão, seja por meio de uma imponente estrutura de produção e difusão de propaganda. Assim, é fácil intuir, ao fim do projeto totalitário, o controle absoluto do sistema informativo e comunicativo revestido de uma função de crucial importância. Nas páginas seguintes, me deterei em especial no uso que o fascismo italiano fez do cinema, ou mais precisamente de um particular gênero cinematográfico: aquele noticiário que se chamava “cinejornal” e que era produzido por um ente específico do Estado fascista, o Instituto Luce [L’Unione Cinematografica Educativa].<sup>3</sup> Essa reflexão será idealmente dividida em duas partes: na primeira, traçarei um quadro sobre a origem, o funcionamento e os objetivos desse órgão institucional criado nos anos de 1920 sobre a base de uma série de conhecimento historiográfico adquirida, com certa aproximação “estruturalista” ou “funcionalista”, isto é, atento à organização do ente e ao

---

1 Nota da tradutora: *camicia nera* – camisa negra, denominação dada aos fascistas italianos e originalmente concebida para o primeiro grau da Milícia Voluntária para a Segurança Nacional fascista.

2 Doutor em História pela Universidade de Urbino, pesquisador da Universidade de Bolonha.

3 N. da t.: Instituto Luce (União Cinematográfica Educativa) – fundação cinematográfica para a educação dos analfabetos italianos por meio da imagem. Estatizado por Mussolini, tornou-se o órgão difusor da cultura italiana e da propaganda nacional e patriótica. A sigla forma a palavra *luce*, que em italiano significa luz.



seu papel interno de “fábrica do consenso” encenada pelo fascismo.<sup>4</sup> Na segunda, procurarei introduzir alguns pontos e algumas interrogações sobre os quais a historiografia iniciou a trabalhar, em tempos mais recentes, com uma aproximação que poderemos definir “culturalista”, ou ainda com uma atenção mais focalizada nos problemas da fruição e da recepção dos materiais audiovisuais fascistas.

## Uma linguagem moderna para um regime de vanguarda

Como em todos os outros países em vias de industrialização, também na Itália o cinema representava uma atividade econômica e cultural em forte expansão. Desde o início, nos últimos anos do Oitocentos, afirmava-se como uma mídia polivalente em estágio de funcionar seja como instrumento de invenção de uma realidade imaginária (o filme de ficção) ou como uma técnica de reprodução direta da vida social (os filmes documentários). Da simples atração, em poucos anos, ele se tornou uma verdadeira indústria, com um mercado internacional que desafiou o cinema nacional: filmes feitos na França, Itália, Dinamarca, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, e também na Rússia, Japão, Índia e Brasil, circulavam em vários países, apresentando técnicas narrativas e estilísticas peculiares e que traziam características de seus lugares de origem, mas transformando-se continuamente em consequência das influências recíprocas. A Primeira Guerra Mundial havia provocado uma drástica diminuição das produções europeias em benefício da indústria hollywoodiana, que ao final do conflito havia conquistado uma posição de domínio no mercado internacional.<sup>5</sup> Em suma, na década de 1920, o cinema constituía uma linguagem moderna por excelência, ainda que como um fenômeno de natureza híbrida, sendo ao mesmo tempo uma forma de arte, um espetáculo de entretenimento, um produto comercial, uma indústria cultural.

Nesse cenário, a visão de Mussolini foi utilizar uma nova linguagem cinematográfica com fins políticos, incluindo as extraordinárias potencialidades que o meio possuía para influenciar o imaginário coletivo e o comportamento das massas. O regime fascista foi assim o primeiro do mundo a dotar-se de uma apropriada instituição para a produção de filmes com fins de propaganda, educação e informação.<sup>6</sup> Em 5 de novembro de 1925, o governo italiano aprovou um decre-

---

4 O protótipo deste tipo de estudo histórico é representado notoriamente no volume: CANNISTRARO, Philip V. *La fabbrica del consenso*. Esta obra dedica também um capítulo ao cinema e ao funcionamento do Instituto Luce.

5 Para um trabalho de síntese, uma das melhores reconstruções históricas sobre a afirmação do cinema continua sendo: BORDWELL, David; THOMPSON, Kristin. *Film history*.

6 Também na União Soviética um programa de intervenção pública no campo cinematográfico foi criado por Lênin, no final de 1920. Contudo, somente em 1930 é criado o Sojuzkino, a sociedade estatal com finalidade de gerir diretamente as produções soviéticas.

to-lei que transformava uma preexistente agência cinematográfica, fundada em 1924 pelo jornalista Luciano De Feo, em um órgão sob o controle e a autoridade do Estado: o Instituto Nacional Luce (no qual Luce é acrônimo de “L’Unione Cinematografica Educativa”).<sup>7</sup>

Essa nova entidade pública deveria garantir a presença do Estado nos setores da indústria cinematográfica, que até aquele momento estava quase exclusivamente nas mãos de pequenas empresas privadas. No entanto, é importante esclarecer que, durante o período fascista, a produção cinematográfica, como outras indústrias culturais, permanece em grande parte nas mãos da iniciativa privada, embora, na década de 1930, se registrasse um incremento da intervenção estatal protegendo os interesses nacionais, por meio de incentivos, subvenções e leis *ad hoc*.<sup>8</sup> Começa assim a ser desenvolvida uma mistura de público e privado que marcou por muito tempo a história do cinema italiano, tanto do ponto de vista político quanto econômico.<sup>9</sup> Em particular, o Instituto Luce estava ocupado com a produção educativa e propagandística, alheio aos interesses dos circuitos comerciais.<sup>10</sup> Para dirigi-lo foi confirmado De Feo que, em 1928, é substituído por Alessandro Sardi que, por sua vez, é substituído, em 1933, por Giacomo Paulucci di Calboli Barone, já chefe do gabinete de Mussolini no Ministério do Exterior e vice-secretário da Sociedade das Nações, que se conservou no posto até 1940.<sup>11</sup>

Nesse campo, o fascismo buscava apresentar-se como um movimento político de vanguarda em escala mundial. E para demonstrar o papel de liderança que o governo italiano pretendia assumir, Mussolini em pessoa, com a mediação diplomática de Paulucci di Calboli, empenhou-se para que se estabelecesse em Roma a sede do Instituto Internacional de Cinema Educativo, órgão criado em 1928 pela Sociedade das Nações para desenvolver a cooperação no campo do filme didático, educativo e científico.<sup>12</sup> Sua direção foi confiada a De Feo, jornalista que havia concebido e presidido inicialmente o Instituto Luce. Em 5 de novembro de 1928, no discurso de inauguração do órgão internacional, o *duce* [líder], como de costume, usou a oportunidade para glorificar a modernidade do fascismo, a capacidade de inovação do regime, dando ênfase também à superioridade do cinema em relação aos meios de comunicação do passado:

---

7 DE FEO, Luciano. Come nacque l’Istituto Nazionale Luce.

8 FORGACS, David. *L’industrializzazione della cultura italiana (1880-2000)*, p. 83; 101-107.

9 CORSI, Barbara. *Con qualche dollaro in più*.

10 D’AUTILIA, Gabriele. Istituto Luce, p. 685.

11 Para a história do Instituto Luce sob o regime fascista, ver ARGENTIERI, Mino. *L’occhio del regime*; LAURA, Ernesto G. *Le stagioni dell’aquila*. Sobre Paulucci di Calboli, ver TASSANI, Giovanni. *Diplomatico tra le due guerre*. Uma reconstrução dos eventos do instituto baseada no fundo arquivístico colocado à disposição pela família de Paulucci di Calboli é apresentada em CALANCA, Daniela. *Bianco e nero*.

12 TAILLIBERT, Christel. *L’Institut International du Cinématographe Éducatif*.

Há, entre inúmeras outras, três descobertas que marcaram época na história da civilização humana: a descoberta dos caracteres móveis da imprensa [...]; a descoberta da câmara escura [...]; e, finalmente, a descoberta do cinema: três marcos fundamentais no progresso do espírito humano, três formidáveis instrumentos para a conquista e disseminação da cultura. A cinematografia, que ainda está em seu primeiro período de desenvolvimento, apresenta uma grande vantagem sobre o jornal e sobre o livro: ela fala para os olhos, isto é, fala por meio de uma linguagem compreensível a toda a população da Terra, daí seu caráter universal e suas inúmeras possibilidades em uma parceria educativa de ordem internacional.<sup>13</sup>

A confiança na potência pedagógica da propaganda cinematográfica viria a acompanhar toda a parábola do regime fascista. Um decênio mais tarde, já em 1937, em Roma, seriam fundados os estúdios de Cinecittà<sup>14</sup> e iniciados os trabalhos para transferir para a mesma região da cidade também a sede do Instituto Luce. Na cerimônia de colocação da pedra fundamental do complexo, foi montado um gigantesco palco, representando Mussolini atrás das câmeras, que recobre o eloquente *slogan* “A cinematografia é a arma mais forte”.



Cenário montado em Cinecittà para a cerimônia do início das obras de construção da nova sede do Instituto Luce. Roma, 10 nov. 1937

13 MUSSOLINI, Benito. Cinematografia educativa, p. 249.

14 N. da t.: Cinecittà – complexo de teatros e estúdios cinematográficos localizado em Roma e destinado à maior parte da produção dos filmes italianos, bem como, posteriormente, às produções televisivas.



Mussolini coloca a pedra fundamental da nova sede do Instituto Luce, ladeado por Paulucci di Calboli Barone. Roma, 10 nov. 1937

## A ambivalência do fascismo para o cinema e a finalidade do Instituto Luce

Na realidade, a atitude do fascismo ante o cinema foi ambivalente. No setor cinematográfico de ficção, de fato, o Estado fascista se comportou de modo menos invasivo do que se possa pensar: os funcionários do regime, no que se refere à censura, agiam sobretudo orientando os produtores e diretores dos filmes a experimentar certos temas em vez de outros em suas realizações, mas não determinavam o conteúdo e as escolhas estilísticas dos filmes por completo.<sup>15</sup> As formas de controle e censura sobre as produções cinematográficas também vigoravam em outros países: nos Estados Unidos, por exemplo, desde 1922, a Motion Picture Producers of America adotou um código de conduta de autodisciplina proposto pelo republicano Will H. Hays (conhecido como “código Hays”), que estabeleceu uma série de regras para a proteção da “moralidade” e para a imagem da América.<sup>16</sup> Desse ponto de vista, o governo ditatorial de Mussolini representava só uma versão mais extrema de uma tendência pouco liberal largamente difundida.

15 VENTURINI, Alfonso. *La politica cinematografica del regime fascista*.

16 TOLOMELLI, Marica. *Sfera pubblica e comunicazioni di massa*, p. 33.

De fato, em relação ao filme de ficção, o fascismo interveio de forma bastante mecânica, sem transformar a produção cinematográfica em um mero instrumento de propaganda, como aconteceu na União Soviética e, no final dos anos de 1930, na Alemanha hitleriana. O Instituto Luce realizou apenas alguns longas-metragens. Entre os principais podem ser mencionados *Camicia nera* (1933), de Giovacchino Forzano, no décimo aniversário da Marcha sobre Roma, e *Scipione l'africano* (1937), de Carmine Gallone, depois da guerra de conquista da Etiópia – estes dois filmes eram bastante ambiciosos e muito exigentes em termos de produção, mas ambos falharam no que se refere ao sucesso de público. No entanto, a principal tarefa que o regime fascista atribuía ao Instituto Luce era essencialmente outra.

As atividades da instituição, com efeito, não se concentravam no setor de filmes de ficção, mas nos documentários e, em particular, nos noticiários de atualidades e crônicas: os cinejornais. Este gênero de produto cinematográfico, experimentado pelo francês Charles Pathé e depois difundido na Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos a partir dos anos de 1910, teve sucesso como instrumento de propaganda no curso da Primeira Guerra Mundial.<sup>17</sup> Mas foi a introdução do som no cinema, em 1927, que aumentou sua eficácia. E foi o regime fascista que, pela primeira vez, o utilizou para fins políticos, contando precisamente com a gestão direta do Instituto Luce na produção, distribuição e programação de documentários e cinejornais. O objetivo final era o controle das informações e das imagens sobre a realidade política e social, na ótica de celebrar as glórias do regime, o estímulo modernizador impresso ao país pelo fascismo, o espírito de conquista que permeava a política externa e imperialista de Mussolini. Tentava-se produzir, dessa maneira, um discurso por imagens voltado à construção e à circulação dos ritos e mitos, a partir dos quais se relacionasse e identificasse a nação com a figura do líder fascista. Em outras palavras, a função principal designada ao Instituto Luce consistia na construção de uma espécie de monumento utilizando-se da imagem do *duce* e da empresa fascista, por meio dos cinejornais e outros filmes de caráter documentalista.

## Produção e difusão dos cinejornais Luce

Nos dois primeiros anos de existência do Instituto Luce, ele foi subdividido em oito seções especializadas, chamadas “cinematecas”; em 1929, no entanto, elas foram reduzidas para seis: propaganda e instrução agrícola; indústria, comércio e obras públicas; cultura e religião; propaganda militar e instrução das forças armadas; higiene e educação social; ação externa, colônias e turismo.<sup>18</sup> Cada uma

---

17 TOLOMELLI, Marica. *Sfera pubblica e comunicazioni di massa*, p. 33.

18 ARGENTIERI, Mino. *L'occhio del regime*, p. 20-22.

dessas seções ocupava-se da produção de filmes relativos a seu próprio âmbito, abordando temáticas e problemas específicos. A cinemateca para a propaganda e instrução agrícola, por exemplo, não devia só documentar a realidade do campo, mas também levar para a sociedade rural uma mídia intrinsecamente ligada à modernidade urbana, a exemplo do cinema. Para este fim, o regime prepara um método especial de distribuição e projeções das películas, chamado “cinemobile”: um pequeno caminhão equipado de aparelhos autossuficientes para projeções ao ar livre em aldeias desprovidas de cinema. Os filmes referiam-se principalmente a argumentos que referendavam os modelos estabelecidos para o ruralismo fascista (a vida adoçada das comunidades rurais, a “batalha do grão”, as obras de beneficiamento e assim por diante) ou questões técnicas ilustradas com propósitos didáticos (por exemplo, aulas sobre diferentes culturas e formas de melhorar o rendimento da produção). A cinemateca agrícola levou assim a propaganda fascista para o campo e para uma população majoritariamente analfabeta; ainda em 1926, efetuaram-se 870 projeções de filmes agrícolas e, em 1929, somaram cerca de três mil.<sup>19</sup>



**Chegada de dois cinemóveis em uma vila rural. Itália, anos de 1930**

---

19 D'AUTILIA, Gabriele. Istituto Luce, p. 685.

Desde a estreia, os filmes produzidos pelo Instituto Luce foram projetados em locais públicos como praças, escolas, escritórios do Partido Nacional Fascista e organizações coligadas, como, por exemplo, L'Opera Nazionale Dopolavoro (OND). Além disso, a partir de 3 de abril de 1926, um decreto tornou obrigatória a projeção dos filmes Luce em todas as salas cinematográficas da Itália, de modo a garantir uma distribuição capilar sobre a totalidade do país.<sup>20</sup>

O primeiro cinejornal Luce sai em junho de 1927. Era composto prevalentemente de serviços do exterior (a saída de Charles Lindbergh de Nova Iorque na primeira travessia solitária atlântica aérea; as inundações do rio Mississipi, em Nova Orleans; o envio de uma expedição militar britânica à China e o êxodo de cidadãos europeus de Xangai; o retorno da América por via marítima do aviador Francesco De Pinedo), enquanto os dois filmes dedicados às crônicas italianas tinham como protagonistas o rei Vittorio Emanuele III, durante as comemorações aos mortos na Primeira Guerra Mundial. Como resultado, o número de serviços sobre a Itália fascista realizados em operações internas aumentou progressivamente, tornando-se amplamente majoritário em comparação aos filmes que chegavam do exterior, em sua maior parte importados dos arquivos norte-americanos. Frente a uma drástica redução dos episódios de crônica, teve início um processo de politização dos filmes do Luce; tais cinejornais mostravam as atividades do regime com a figura de Mussolini sempre em primeiro plano. O aumento do incremento produtivo foi enorme. Inicialmente confeccionados com duração padrão de dez minutos semanais, os cinejornais eram atualizados até quatro ou cinco vezes por semana; em 1927, foram produzidos 44 títulos com um total de 902 cópias; em 1928, 201 títulos e 4.410 cópias; na primeira metade de 1929, 197 títulos e 3.565 cópias.<sup>21</sup>

No início da década seguinte, de acordo com estimativas divulgadas pelo segundo diretor do Luce, calculam-se um milhão e duzentas mil exibições e 130 milhões de espectadores anuais.<sup>22</sup> Em 1932, os dados oficiais publicados no *Annuario della stampa italiana* afirmam que o número anual de espectadores alcançou a cifra de 650 milhões.<sup>23</sup>

Na metade dos anos de 1930, os cinejornais já representavam uma fonte de informação rotineira para a maioria da população italiana, superando a difusão dos fatos na imprensa italiana cotidiana e, provavelmente, também no rádio. O sucesso do Instituto Luce parecia estar no ápice, seja como instrumento de propaganda interna, seja como meio de autorrepresentação do fascismo no exterior.

---

20 No início de 1926, as salas cinematográficas italianas somavam 3.400, com uma média de dois milhões de espectadores por dia. CALANCA, Daniela. *Bianco e nero*, p. 54.

21 ARGENTIERI, Mino. *L'occhio del regime*, p. 24-25.

22 SARDI, Alessandro. *Cinque anni di vita dell'Istituto Nazionale Luce*.

23 P. B. M. *Il giornale cinematografico e l'Istituto Nazionale "Luce"*.

A instituição dispunha de uma rede de agências em toda a Itália e de escritórios em Londres, Berlim e Paris que garantiam uma difusão comercial dos seus produtos cinematográficos em todo o continente.<sup>24</sup> No entanto, começaram a aparecer também alguns fatores críticos. De um lado, no final de 1933, emerge um grave dissenso financeiro devido, principalmente, à despesa de produção excessiva, com a conseguinte demissão de Sardi da direção e sua substituição por Paulucci di Carboli Barone. De outro lado, na segunda metade do decênio, o regime diversificou os próprios aparatos de controle sobre os meios de comunicação: em 1934 nasce a Direção Geral para o Cinema (DGC), no âmbito do Subsecretariado para Imprensa e Propaganda, a cargo de Luigi Freddi; em 1938 foi fundada a Indústria de Curta-Metragem (Incom), que quebrou o monopólio Luce sobre os cinejornais e documentários. O Instituto Luce, a DGC e a Incom tornam-se, realmente, o centro do poder rival, competindo entre si nas áreas da comunicação e da propaganda fascista.

### Um monumento cinematográfico na Itália fascista

Visto *a posteriori*, com o olhar do historiador, os cinejornais representam um material documental extraordinário, por meio da disposição das notícias, da escolha das linguagens, da tipologia das rubricas, que transmitem a evolução ideológica do fascismo e gravam suas fases. O fluxo regular das imagens, a constante série de atualizações, a repetição voluntária dos argumentos e situações oferecem um conjunto iconográfico em transformação que não tem paralelo com outras fontes históricas.<sup>25</sup>

Nos anos de 1920, a produção do Luce refletia a intenção de mostrar um regime modernizador, mas ao mesmo tempo buscava transmitir uma mensagem fundadora sobre valores tradicionais (ordem, família, nação, ruralismo etc.). Depois do décimo aniversário da Marcha sobre Roma, foi solicitado um compromisso mais sistemático para promover o culto do líder e o mito do “homem novo”, transformando Mussolini em uma espécie de estrela cinematográfica onipresente e onipotente.<sup>26</sup> Na segunda metade dos anos de 1930, com o início da conquista militar da Etiópia, começa a prevalecer o tema do Império, que tinha reservado

---

24 D'AUTILIA, Gabriele. Istituto Luce, p. 685; CAPROTTI, Federico. Information management and fascist identity, p. 177-191.

25 O arquivo histórico do Instituto Luce também pode ser acessado *on-line*. Disponível em: <<http://www.archivioluce.com>> e <<http://www.youtube.com/user/CinecittaLuce>>. A reflexão sobre o uso historiográfico das fontes audiovisuais nos filmes cinejornalísticos está organizada por décadas. Para conhecer uma recente provocação, ver SORLIN, Pierre. *Ombre passeggere*.

26 Para uma análise da figura de Mussolini nos cinejornais Luce, ver CARDILLO, Massimo. *Il duce in moviola*. Na publicação DALLA PRIA, Federica. *Dittatura e immagine*, um interessante estudo comparado é oferecido, que não se limita a confrontar as representações dos noticiários dos cinemas das duas ditaduras, mas coloca em paralelo os dois sistemas de controle da cinematografia.



uma coluna regular (Crônica do Império) nos cinejornais.<sup>27</sup> Por fim, entre o final do decênio e o início do decênio sucessivo, o argumento principal vem do cenário político internacional, que se encontrava em catastrófica deriva em direção à Segunda Guerra Mundial, enfatizando naturalmente o *status* ilusório de grande potência adquirido pela Itália.

Em geral, nos cinejornais Luce, a Itália pobre e subdesenvolvida – que ainda existia, apesar das tentativas do regime de esconder a realidade – permanece completamente oculta, invisível, fora das lentes objetivas das câmeras. Ao contrário, os materiais audiovisuais produzidos buscavam mostrar os processos de modernização do país, empreendidos graças ao governo fascista, sem, contudo, esquecer as raízes na antiga tradição da civilização latina. Os elementos recorrentes a serviço do Luce eram, por exemplo, os extraordinários progressos obtidos na recuperação das zonas úmidas, as inovações tecnológicas e produtivas voltadas para a indústria e a agricultura, a exaltação ao *duce* como modelo perfeito do “homem novo” fascista, a glória eterna da antiga Roma, a posição hegemônica da Itália na esfera geopolítica internacional, a formação de novas gerações fascistas de corpo e mente. Construía-se, assim, em projeções e mais projeções, um monumento para a imagem do fascismo. Como escreveu Gian Pietro Brunetta, um dos maiores estudiosos da história do cinema italiano e das suas implicações com o poder político:

podemos considerar esta enorme quantidade de material como um texto único, que é executado de maneira ininterrupta, fundando-se em uma estrutura repetitiva formalizada desde o início, que se modifica com um andamento lento, quase imperceptível. Podemos falar de um sistema unitário de elaboração e transmissão de um modelo comunicativo moderno e que, ao mesmo tempo, serve à construção da mitologia mussoliniana e à construção de uma iconologia e iconografia com a postura de uma diva na medida dos diversos estágios da política interna e internacional de Mussolini. E por último, a representação positiva, alegre e eufórica de uma “Itália a caminho”, para usar o título de um famoso livro do historiador Gioacchino Volpe.<sup>28</sup>

Em síntese, o monopólio das informações dos cinejornais deu ao regime fascista um potente instrumento de comunicação, propaganda e autorrepresentação. Ao assistir a essas projeções cotidianas, os italianos acompanhavam as realizações do regime em âmbito urbanístico e social, admiravam as façanhas desportivas, seguiam os esforços de guerra, contemplavam as manifestações de massa e, finalmente, tinham contato visual com o *duce* e outros membros da hierarquia fascista. Como foi observado de uma maneira historiográfica, as filmagens constituíam o natural prosseguimento dos rituais fascistas, fornecendo uma amplificação técnica e repetitiva da mensagem totalitária por meio de uma propaganda

---

27 Como foi observado, o Império tornou-se o tema central, mesmo em filmes de ficção. Ver: BENGHIAT, Ruth. *Italian fascism's empire cinema*.

28 BRUNETTA, Gian Piero. *Guida alla storia del cinema italiano 1905-2003*, p. 85.

“afirmativa” depurada dos elementos negativos (os crimes, os inimigos internos, o atraso social, a pobreza etc.).<sup>29</sup>

## Desfrute e recepção dos cinejornais Luce

Os cinejornais Luce representaram, portanto, um instrumento fundamental de controle das informações, da autorrepresentação de um modelo social e corporal, de doutrinação ideológica. Enquanto tal, retornam à velha forma e conteúdo do projeto fascista de construção de uma “nova civilização”. De todas as maneiras, não tenho condições de inferir as reações do público, a efetiva influência que exerciam em seus comportamentos, em suas atitudes, em seu humor e na opinião dos italianos. Se por um lado esta produção cinejornalística representou a expressão audiovisual oficial do regime fascista, sobre a qual Mussolini em pessoa exprimia avaliações e decretava eventuais intervenções de censura, por outro, os mecanismos de recepção deste material pelo público fugiam a qualquer forma de controle direto. Para o historiador, obviamente é muito difícil entrar neste campo de análise. No entanto, se podem esboçar algumas considerações e, ao menos, algumas pistas interpretativas.

Um primeiro ponto diz respeito à circulação dos cinejornais Luce que, em sua maioria, eram projetados nos cinemas entre uma película comercial e outra. Isto implicava a necessidade de ter em mente o extraordinário desenvolvimento do consumo dos espectadores que se registrou durante os vinte anos do regime fascista. Naquele período, de fato, o cinema é a principal forma de entretenimento dos italianos – como pode ser visto na tabela a seguir (tabela 1), com base nos dados da Sociedade Italiana dos Autores e Editores (Siae), entidade responsável pela proteção legal e econômica dos produtores culturais, e da verificação dos bilhetes vendidos como ingressos nas salas de cinema.

**Tabela 1** – Despesa total da população italiana com o pagamento de espetáculos (cinema, teatro, concertos, espetáculos itinerantes), no período 1924-1937, em milhões de liras da época

Ano	Despesa total	Despesa com cinema	% cinema
1924	380	150	39,4
1925	413	200	48,4
1926	571	280	49,0
1927	622	350	56,2
1928	635	370	58,2
1929	596	365	61,2
1930	630	390	61,9

29 D'AUTILIA, Gabriele. Il fascismo senza passione.

Ano	Despesa total	Despesa com cinema	% cinema
1931	552	340	61,5
1932	497	316	63,5
1933	512	329	64,5
1937	748	525	70,1

Fonte: BRUNETTA, Gian Piero. *Guida alla storia del cinema italiano (1905-2003)*, p. 399.

De acordo com novos dados, o número de bilhetes vendidos para cinemas continuou a aumentar de forma transparente por toda a década de 1930 e mesmo depois da eclosão da Segunda Guerra Mundial, passando de 253 milhões, em 1936, a 459 milhões, em 1942; ao mesmo tempo, o número de salas espalhadas pelo território italiano vai de 4.156, em 1937, para 5.236, em 1942.<sup>30</sup> Como lembrava em uma memória autobiográfica, o escritor Italo Calvino, crescido em uma pequena cidade da província do norte da Itália (Sanremo), aquela foi uma época na qual o cinema representava a principal forma de escape, para ele e para muitos outros, um hábito quase cotidiano:

Há muitos anos eu ia ao cinema quase todos os dias e mesmo duas vezes por dia, e esses foram anos entre, digamos, 1936 e a guerra, a época, em suma, da minha adolescência. Anos nos quais o cinema foi o mundo para mim. Um mundo diferente daquele que me cercava, mas, para mim, somente o que vi na tela possuía a propriedade de um mundo, a plenitude, a necessidade, a coerência, enquanto fora da tela acumulavam-se elementos heterogêneos que pareciam colocados juntos por acaso, os materiais da minha vida pareciam desprovidos de qualquer forma [...]. Todos os dias, fazendo a ronda da rua principal da minha pequena cidade, eu só tinha olhos para o cinema.<sup>31</sup>

Como resultado, sem dúvida, o regime desfrutou de enorme sucesso de espectadores de cinema e de uma capilaridade no circuito de salas para difundir os cinejornais Luce entre todos ou quase todos os segmentos sociais da população (exceto nas camadas mais marginais). Por outro lado, no entanto, não deve ser negligenciado o fato de que o cinema foi a forma mais popular de divertimento comercial de massa e, embora a distribuição fosse muito desigual do ponto de vista territorial, como observaram David Forgacs e Stephen Gundle em sua pesquisa sobre a expansão do consumo cultural de massa na Itália entre os anos de 1930 e 1950, o número de ingressos vendidos era notavelmente maior nas regiões do norte e do centro em relação ao sul da Itália, assim como a maior parte dos espectadores era concentrada nas cidades maiores.<sup>32</sup> As “visões em camisa negra” oferecidas pelos

30 Números trazidos de MANETTI, Daniela. *Un'arma poderosissima*, p. 152-153. Esta obra forneceu uma série de ulteriores dados quantitativos sobre o desenvolvimento das atividades cinematográficas durante o fascismo.

31 CALVINO, Italo. *Autobiografia di uno spettatore*.

32 FORGACS, David; GUNDLE, Stephen. *Cultura di massa e società italiana (1936-1954)*, p. 71-74.

cinejornais Luce representavam, em muitos aspectos, o mais potente instrumento de propaganda fascista, mas alcançavam uma parte da população italiana de modo irregular.

Uma segunda consideração pode ser feita se partirmos do modo como eram vistos os cinejornais: eles eram inseridos entre uma projeção e outra de filmes de longa-metragem. Dessa forma, a representação específica da Itália fascista produzida e difundida pelo Instituto Luce se sobrepunha, aos olhos e mentes dos espectadores, a outras imagens que não tinham nada a ver com a propaganda do regime. Tanto é que, apesar da política protecionista, apenas uma minoria dos filmes de ficção eram produções italianas, enquanto a cota predominante provinha do exterior, sobretudo de Hollywood (tabela 2). Por fim, nos anos da guerra, o percentual de filmes estrangeiros oscilava entre 60% e 70% do total.

**Tabela 2** – Quantidade de longas-metragens projetados nas salas italianas, 1936-1943

Ano	Filmes italianos		Filmes estrangeiros		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
1936	43	18,7	187	81,3	230	100
1937	33	10,2	290	89,8	323	100
1938	45	16,4	230	83,6	275	100
1939	77	31,4	168	68,6	245	100
1940	86	32,0	183	68,0	269	100
1941	71	31,7	153	68,3	224	100
1942	96	43,0	127	57,0	223	100
1943	66	39,1	103	60,9	169	100

Fonte: FORGACS, David; GUNDLE, Stephen. *Cultura di massa e società italiana*, p. 176.

O crescente número de espectadores cinematográficos influenciou profundamente o imaginário coletivo dos italianos. Como sugere o testemunho de Italo Calvino citado anteriormente, a telona teve forte influência sobre a população. Contudo, considerando a modalidade de projeção dos cinejornais Luce, isto é, sua combinação com filmes em sua maioria de Hollywood, pode-se duvidar da eficácia efetiva da mensagem fascista, pois, de alguma maneira, os italianos poderiam contrastar duas visões de mundo por meio do cinema. Junto à glorificação de Mussolini e do fascismo, nas salas dos anos de 1930, outros modelos culturais se tornaram visíveis, criavam-se novos desejos, estimulavam-se comportamentos não alinhados aos ditames do regime. A projeção conjunta e alternada das duas proposições de cinema (filmes escapistas hollywoodianos e notícias político-pedagógicas) causa, na verdade, um curto-circuito entre a representação do “novo homem” fascista e a circulação de imagens e discursos portadores de outras mensagens e códigos culturais.

Uma terceira questão, finalmente, refere-se mais estreitamente à percepção das imagens transmitidas pelos cinemas. Mais uma vez, como explicado, o testemunho anterior de Italo Calvino oferece uma chave de leitura interessante, dando voz às suas recordações de jovem. Para ele o cinema não tinha fornecido somente uma introdução ao mundo, era um mundo em si mesmo, uma realidade virtual, mas ao mesmo tempo mais sugestiva e mais consistente do que o externo. Seguindo o seu raciocínio, é completamente enganoso fazer uma distinção rígida entre a “realidade” reproduzida pelos cinejornais e a “invenção” gerada pelos filmes de ficção. O estilo de vida transmitido pelos filmes hollywoodianos poderia parecer tão real quanto os acontecimentos narrados no noticiário. E vice-versa, as imagens e os comentários dos cinejornais Luce podiam resultar tão inverossímeis quanto as histórias criadas nos estúdios. Não se deve pensar, em suma, que as duas linguagens cinematográficas fossem percebidas necessariamente como contraposições entre a realidade (os cinejornais) e a ficção (longas-metragens).

Considerações semelhantes se refletem também nos estudos sobre a linguagem das imagens e a teoria da comunicação. Por exemplo, uma reflexão de 1979 sobre a produção e o consumo de filmes formulada por Vilém Flusser – um dos mais originais filósofos da mídia, nascido em Praga em uma família hebraica, em 1920, e há muito tempo vivendo no Brasil, onde ensinou na Universidade de São Paulo – expressou fortes dúvidas sobre a distinção entre a realidade e a ficção aplicada ao cinema:

É um erro falar sem limitações de uma magia da tecnoimagem. O cinema não funciona como o teatro malesiano de sombras, no qual os crentes acreditam nas sombras. Os espectadores do filme são os crentes, não em boa, mas em má-fé: eles sabem muito bem, mas não querem saber. [...]. Os homens que são vistos nos cinejornais – não só o presidente da República e os esportistas, mas também os terroristas e cientistas – não são heróis que agem historicamente, mas atores de filmes que com um olho espreitam a câmera de filmagem. [...]. Por isso, é um absurdo se querer usar distinções ontológicas entre a realidade e a ficção, por exemplo. Um documentário, um filme comprometido, um filme realista, uma comédia hollywoodiana e um cinejornal se movem todos sobre o mesmo plano de realidade, vale dizer sobre aquele no qual as cenas vêm compostas em eventos e, portanto, em histórias. As personagens desta composição são, em todos os casos, atores, mesmo quando se trata de documentários e cinejornais.<sup>33</sup>

Parecem palavras pensadas especificamente para o caso da política cinematográfica fascista. Em outros termos, a imagem do fascismo e do seu *duce* veiculada pelo Instituto Luce, com seu estilo de celebração e de áudio com tom enfático, se aproximava dos protagonistas das filmagens das produções de ficção, contribuindo para a formação do mito de Mussolini, mas tornando-o mais

---

33 FLUSSER, Vilém. *Produzione e consumo di film* (1979), p. 100-101.

parecido com um gênero cômico de Hollywood do que com o chefe espiritual da revolução fascista.

Não surpreende que no pós-guerra, depois de um período no qual o estilo cinejornalístico fascista tenha, efetivamente, revivido tal e qual o noticiário produzido pelos governos democrata-cristãos (o *Settimana Incom*, que tomou o lugar dos cinejornais Luce, continuou tendo Guido Notari como seu locutor principal), o modelo tenha se tornado objeto de uma sátira que se apropria dos sistemas fascistas para ridicularizar a ditadura. Considere-se como exemplo mais recente a engraçada paródia feita por Corrado Guzzanti no programa televisivo *Fascisti su Marte* [Fascistas em Marte].<sup>34</sup>

Traduzido por Heloisa Frossard

## Referências bibliográficas

ARGENTIERI, Mino. *Lochio del regime: informazione e propaganda nel cinema del fascismo*. Firenze: Vallecchi, 1979.

BEN-GHIAT, Ruth. *Italian fascist's empire cinema*. Bloomington: Indiana University Press, 2015.

BORDWELL, David; THOMPSON, Kristin. *Film history: an introduction*. New York: McGraw-Hill, 1994.

BRUNETTA, Gian Piero. *Guida alla storia del cinema italiano (1905-2003)*. Torino: Einaudi, 2003.

CALANCA, Daniela. *Bianco e nero: l'Istituto Nazionale Luce e l'immaginario del fascismo (1924-1940)*. Bologna: Bononia University Press, 2016.

CALVINO, Italo. Autobiografia di uno spettatore. In: FELLINI, Federico. *Quattro film*. Torino: Einaudi, 1974.

CANNISTRARO, Philip. *La fabbrica del consenso: fascismo e mass media*. Roma-Bari: Laterza, 1975.

CAPROTTI, Federico. Information management and fascist identity: newsreels in fascist Italy. *Media History*, v. 11, n. 3, p. 177-191, 2005.

CARDILLO, Massimo. *Il duce in moviola: politica e divismo nei cinegiornali e documentari "Luce"*. Bari: Dedalo, 1983.

CORSI, Barbara. *Con qualche dollaro in più: storia economica del cinema italiano*. Roma: Editori Riuniti, 2001.

DALLA PRIA, Federica. *Dittatura e immagine: Mussolini e Hitler nei cinegiornali*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2012.

D'AUTILIA, Gabriele. Istituto Luce. In: DE GRAZIA, Victoria; LUZZATTO, Sergio (ed.). *Dizionario del fascismo*. v. 1. Torino: Einaudi, 2002. p. 684-688.

\_\_\_\_\_. Il fascismo senza passione: L'Istituto Luce. In: DE LUNA, Giovanni; D'AUTILIA, Gabriele;

---

34 Trailer disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kw79YAOJ5uE>>.

CRISCENTI, Luca. *L'Italia del Novecento: le fotografie e la storia*, v. 1 – Il potere da Giolitti a Mussolini (1900-1945). Torino: Einaudi, 2005. p. 91-114.

DE FEO, Luciano. Come nacque l'Istituto Nazionale Luce. *Lo Schermo*, 7 jul. 1936.

FLUSSER, Vilém. Produzione e consumo di film (1979). In: \_\_\_\_\_. *La cultura dei media*. Milano: Bruno Mondadori, 2004. p. 87-103.

FORGACS, David. *L'industrializzazione della cultura italiana (1880-2000)*. Bologna: Il Mulino, 2000.

\_\_\_\_\_; GUNDLE, Stephen. *Cultura di massa e società italiana (1936-1954)*. Bologna: Il Mulino, 2007.

LAURA, Ernesto G. *Le stagioni dell'aquila: storia dell'Istituto Luce*. Roma: Ente dello Spettacolo, 2000.

MANETTI, Daniela. *Un'arma poderosissima: industria cinematografica e Stato durante il fascismo 1922-1943*. Milano: FrancoAngeli, 2012.

MUSSOLINI, Benito. Cinematografia educativa. In: SUSMEL, Edoardo; SUSMEL, Duilio (ed.). *Opera omnia di Benito Mussolini*, v. XXIII – Dal discorso dell'ascensione agli accordi del laterano (27 maggio 1927 – 11 febbraio 1929). Firenze: La Fenice, 1957. p. 249-250.

P. B. M. Il giornale cinematografico e l'Istituto Nazionale "Luce". *Annuario della stampa italiana*. Bologna: Zanichelli, 1932.

SARDI, Alessandro. *Cinque anni di vita dell'Istituto Nazionale Luce*. Roma: Istituto Nazionale Luce, 1930.

SORLIN, Pierre. *Ombre passeggere: cinema e storia*. Venezia: Marsilio, 2013.

TAILLIBERT, Christel. *L'Institut International du Cinématographe Éducatif: regards sur le rôle du cinéma éducatif dans la politique internationale du fascisme italien*. Paris: L'Harmattan, 2000.

TASSANI, Giovanni. *Diplomatico tra le due guerre: vita di Giacomo Paulucci di Calboli Barone*. Firenze: Le Lettere, 2012.

TOLOMELLI, Marica. *Sfera pubblica e comunicazioni di massa*. Bologna: Archetipolibri, 2006.

VENTURINI, Alfonso. *La politica cinematografica del regime fascista*. Roma: Carocci, 2015.

# A memória histórica como instrumento de controle durante o Estado Novo português

## O exemplo do antissemitismo

João Paulo Avelãs Nunes<sup>1</sup>

Pretendo, neste artigo, analisar as modalidades concretas e as consequências da utilização da historiografia e da memória histórica como instrumentos de controle das mentes pelo Estado Novo português. Serão considerados os diversos vetores de estruturação da identidade histórico-cultural que o salazarismo tentou impor, com particular atenção à problemática do antissemitismo. Procurar-se-á, ainda, correlacionar essas questões com o debate acerca da natureza da ditadura lusa: regime autoritário ou totalitário, conservador e católico ou fascista? O caso português será comparado com outros exemplos nacionais.

Parto do pressuposto de que, devido à personalidade dos principais dirigentes e aos equilíbrios internos do regime, às características do país e ao respectivo contexto internacional, tal como em outros âmbitos, também na regionalidade cultural o Estado Novo optou por impor uma solução formalmente moderada. Tratar-se-ia, na aparência, de uma memória histórica pouco ideológica, escassa e diferenciada das narrativas antes dominantes e não marcada pelo antissemitismo. Foi consubstanciada por meio do historicismo neometódico, hegemônico nas décadas de 1930 a 1960 e prevalecente até o final da ditadura.

Defendo, ainda, que, partindo de uma ditadura militar (autoritarismo de direita), opondo-se radicalmente à Primeira República demoliberal com vetores de autoritarismo, e quer a uma possível solução democrática, quer a um eventual figurino socialista (social-democrata, anarquista e/ou comunista), o Estado Novo configurou-se enquanto fascismo, ou seja, como ditadura totalitária de direita. Essa mesma classificação é válida, apesar de Antônio de Oliveira Salazar e de a maioria dos dirigentes intermédios do regime terem proclamado a existência de limites religiosos, éticos e legais no que concerne ao exercício da violência e à operacionalização de modalidades de enquadramento da sociedade civil.

No contexto de um regime de tipo fascista e tendencialmente totalitário, uma identidade histórico-cultural descrita como indiscutível teria, assim, assumido diferenças significativas face ao sucedido em etapas anteriores. Resultaria tanto de um esforço sistemático de imposição por parte dos órgãos de soberania, do aparelho de Estado e das organizações oficiosas da ditadura, como da repressão – punitiva e preventiva – exercida sobre os defensores das propostas alternati-

---

1 Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra.



vas. Além de “o passado” ser apresentado como exemplo (positivo ou negativo) e como fator de legitimação da ditadura, a “portugalidade” decorreria somente de especificidades raciais e geográficas, da integração na “civilização ocidental” e da ligação exclusiva ao catolicismo, da concretização de um organicismo hierárquico e de um imperativo colonizador, do predomínio de uma ruralidade frugal e do respeito pelas chefias naturais (no âmbito do Estado-nação, das instituições e organizações, da família).

Por meio do discurso historiográfico e dos outros vetores de estruturação da memória histórica – o ensino e a divulgação científica, o patrimônio cultural e a museologia, as comemorações histórico-patrióticas e a propaganda (política, sindical e religiosa), a comunicação social e a publicidade, a arquitetura e o urbanismo, a produção artística em geral e a estatuária em particular, a toponímia e a numismática, as organizações da sociedade civil e os contextos familiares ou vicinais etc. –, o salazarismo fundamentou, por um lado, a recusa em adotar uma postura explícita e ativamente antissemita. Por outro lado, terá recorrido à rememoração e ao elogio do antijudaísmo, dominante na Idade Moderna, para legitimar um antissemitismo preventivo e de caráter mais político-administrativo do que sociocultural.

Identificada, ao longo da Idade Média, a ameaça associada à presença em “terras lusas” de um grande número de judeus – recusa da “religião verdadeira” e da integração na “comunidade nacional”, características raciais não europeias e ambição de domínio sobre os “cristãos e ocidentais”, deformações físicas e culturais –, durante a Idade Moderna, o Estado, a Igreja Católica e a sociedade civil convergiram para aplicar uma mundividência antissemita. Conseguiu-se extirpar o problema em causa pela expulsão e conversão forçada dos judeus, pela repressão de práticas judaicas clandestinas, pela segregação entre “cristãos-velhos” e “cristãos-novos”. Na Idade Contemporânea, malgrado a ligação entre os judeus e os aspectos negativos da modernização introduzidos com o “interregno pombalino”, com a Revolução Liberal de 1820 e com a Revolução Republicana de 1910 – racionalismo e agnosticismo, ateísmo e internacionalismo, materialismo e individualismo ou igualitarismo –, Portugal teria conseguido evitar a entrada de “quantitativos excessivos” de judeus, promover a integração parcial e a neutralização dos judeus presentes em “solo pátrio”, consolidar a estratégia global de regeneração consubstanciada pelo Estado Novo.<sup>2</sup>

---

2 Ver, principalmente, CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*; LOFF, Manuel. *As duas ditaduras ibéricas na nova ordem eurofascista*; MARTINS, Jorge. O moderno antissemitismo em Portugal, p. 291-336; MEA, Elvira de Azevedo; STEINHARDT, Inácio. *Ben-Rosh*: biografia do capitão Barros Basto...; MILGRAM, Avraham. *Portugal, Salazar e os judeus*; MUCZNIK, Lúcia Liba et al. (coord.). *Dicionário do judaísmo português*; NUNES, João Paulo Avelãs. A memória histórica enquanto tecnologia..., p. 363-384; NUNES, João Paulo Avelãs. Darwinismo social e antissemitismo..., p. 117-132; PARNES, Livia. *Présences juives dans le Portugal contemporain (1820-1939)*; PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal...*; PIMENTEL,

Face à relativa exiguidade da investigação monográfica já realizada sobre a presença ou a ausência de antijudaísmo, antissemitismo e filossemitismo na historiografia e na memória histórica produzidas e divulgadas em Portugal nas primeiras décadas do Estado Novo, optei por elaborar este texto partindo de sondagens não aleatórias no universo da documentação potencialmente relevante. Embora pense que o peso do antissemitismo na produção e na divulgação de discursos historiográficos e de outros elementos configuradores da memória histórica oficiosa do salazarismo foi maior do que até agora tem sido reconhecido – sob a forma de um antissemitismo difuso e da apologia sistemática do antijudaísmo vigente entre nós na Idade Moderna –, não pude realizar nem o rastreio e a análise integrais dos núcleos documentais existentes, nem sequer a delimitação e o estudo de amostras proporcionalmente representativas.

### Estado novo e ideologia

Devido à presença endêmica de condicionalismos estruturais e à intervenção de vetores conjunturais ou pontuais, quer no salazarismo, quer de forma acrescida durante o marcelismo, o nível de radicalismo ideológico patenteado foi inferior, tanto no grau de violência da sua própria *práxis* político-administrativa e social, como na explicitude ideológica verificada em outros países com regimes fascistas. Importante será, pois, averiguar se a aparente moderação ideológica do Estado Novo não encobre uma sistematicidade e uma firmeza bem maiores do que as respectivas elites proclamaram e do que por vezes se tem reconstituído e analisado.<sup>3</sup>

Quanto aos condicionalismos estruturais que podem ter influenciado no sentido da adoção, também no plano ideológico, de uma estratégia de moderação formal, por parte do Estado Novo, referem-se, habitualmente, à não substituível integração de Portugal na “zona de influência” do Reino Unido no âmbito do sistema de relações internacionais (garantia da independência, da manutenção de territórios coloniais, do fornecimento de capitais e de bens/serviços es-

---

Irene Flunser. *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*; PIMENTEL, Irene Flunser; NINHOS, Cláudia. *Salazar, Portugal e o Holocausto*; SCHAEFER, Ansgar. *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*.

3 Ver, entre outros, CHALANTE, Susana. O discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939), p. 41-63; LEAL, Ernesto Castro. *Nação e nacionalismo...*; LOFF, Manuel. *O novo século é fascista!...*; MARCHI, Riccardo. *As direitas radicais em Portugal durante o Estado Novo (1945-1974)*; NUNES, João Paulo Avelãs. Ideologia e história no Estado Novo (1933-1949), p. 13-23; NUNES, João Paulo Avelãs et al. *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*; NUNES, João Paulo Avelãs. As organizações de juventude e a memória histórica do Estado Novo (1934-1949), p. 235-275; NUNES, João Paulo Avelãs. Tipologias de regimes políticos..., p. 73-101; NUNES, João Paulo Avelãs. Funções da legislação no Estado Novo português (1926-1974), p. 31-50; Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de ferro...*; PINTO, António Costa. *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)...*; PINTO, António Costa. *Os camisas azuis...*; PITA, Gabriel de Jesus. *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo...*; ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder...*; SANTOS, Miguel Dias. *A contrarrevolução na I República (1910-1919)*; TORRAL, Luís Reis. *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*.

senciais); os baixos níveis de envolvimento cívico e de participação política por parte da maioria da população; o predomínio de um nacionalismo defensivo e não irredentista nos planos metropolitano e colonial e a inexistência de grandes organizações políticas de massa de extrema-direita.

Em relação aos vetores conjunturais ou pontuais geradores de contenção ideológica aparente, citam-se, frequentemente, a postura não beligerante ou, mesmo, neutra assumida pelos setores da direita lusa durante a Primeira Grande Guerra; o peso na sociedade civil portuguesa de uma Igreja Católica e de uma Ação Católica que se pautaram, sobretudo, pela democracia cristã conservadora; as personalidades e os percursos biográficos, entre outros, de Óscar Fragoso Carmona, Antônio de Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira; as fraturas potenciais que colocavam em risco a unidade das elites que apoiavam a ditadura (republicanos *versus* monárquicos, católicos *versus* maçons, conservadores e tradicionalistas *versus* modernizadores, moderados *versus* radicais etc.).

Considero, no entanto, que o salazarismo optou por construir uma estrutura ideológica formalmente defensiva ou de mera continuidade, mas, na realidade, totalizante e tanto laudatória do regime e do respectivo chefe quanto absolutamente condenatória das alternativas (das experiências passadas e de eventuais soluções futuras). Além da consolidação de um amplo argumentário simbólico, ocorreu a implantação de um multifacetado aparelho de controle e repressão, a concretização de sucessivas iniciativas de mobilização e de comemoração. Lembra-se, ainda, que parte substancial da população portuguesa não era alvo desse esforço, uma vez que, por só conhecer uma vivência pré-cívica, estaria ainda enquadrada apenas por meio das modalidades tradicionais de tutela e de neutralização sociopolítica.

Fruto, até a década de 1950, da prevalência dos setores conservadores sobre as componentes modernizadoras e tradicionalistas, o Estado Novo apresentou-se como tentativa bem-sucedida de “regeneração nacional” por poder aplicar conhecimento acumulado sobre fatores e períodos de “apogeu” e de “decadência” acerca da forma como Portugal se foi integrando nos sistemas de relações internacionais. Essa aparente moderação e indiscutibilidade da mensagem ideológica nuclear do regime ampliava a credibilidade tanto dos elogios às respectivas propostas e elites – supostamente abertas a todos os “contributos patrióticos” – como da deslegitimação e diabolização das oposições (apresentadas como fatores patológicos de desagregação induzidos a partir do exterior).

A própria natureza simultaneamente onipresente e autolimitada, negociada e sincrética do sistema de propaganda implantado acabou por reforçar aquela imagem de contenção e de adaptabilidade. Deparamo-nos, por um lado, com a existência de estruturas especializadas e generalistas do aparelho de Estado (Secretariado de Propaganda Nacional, Ministério da Instrução Pública – Ministério da Educação Nacional desde 1936 – e serviços de censura; Subsecretaria de Esta-

do das Corporações e Previdência Social, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado etc.); de estruturas oficiosas de aspecto generalista – União Nacional e Legião Portuguesa, Ação Escolar Vanguarda e, depois, Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, Obra das Mães pela Educação Nacional e “Organização Corporativa” –; de organizações generalistas da sociedade civil (Igreja e Ação Católica Portuguesa, associações empresariais transversais e clubes desportivos etc.). Por outro lado, observamos a focalização das atividades de propaganda nas zonas urbanas da metrópole, das Ilhas Adjacentes e das colônias; nas áreas rurais do Ribatejo e do Alentejo.

Identifica-se, também, a presença de valores e de estéticas tanto tradicionalistas e conservadores como modernizadores, que assumem, no entanto, configurações e pesos relativos diferentes, de acordo com os protagonistas e com as conjunturas em causa (antes e depois da Guerra Civil Espanhola, durante a Segunda Guerra Mundial, no início da Guerra Fria). Elenca-se, finalmente, a realização de múltiplos eventos públicos – por norma centrados na figura de Antônio de Oliveira Salazar – de natureza militar e política, corporativa e religiosa, histórico-patriótica e desportiva.

### **Estado Novo, historiografia e “identidade nacional”**

Edificado como resposta aos impasses da Ditadura Militar e em contraposição seja à Primeira República, seja a potenciais figurinos democráticos ou comunistas, o Estado Novo configurou e impôs o historicismo neometódico como narrativa oficiosa acerca da evolução do país ao longo de séculos. Tratou-se do vetor fundamental da leitura do regime sobre as implicações “do passado” na atualidade e perante o futuro. Em termos deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos, aquela corrente científico-ideológica apresentou-se como guia de orientação imperativo para a compreensão da, e para a intervenção na, realidade nacional, uma vez que se constituiu em súpula do catolicismo e da ética, da filosofia e da ciência, do senso comum e do “instinto da raça”. Decorreu de um misto de subjetivismo providencialista e de objetivismo neoempirista. Recusou validade aos conceitos teóricos em historiografia, substituindo-os pela autossuficiência de uma metodologia baseada na verificação da autenticidade e na exegese de documentação escrita narrativa, iconográfica ou arqueológica.

Os cultores do historicismo neometódico procuraram, assim, substituir ou impedir a implantação em Portugal, chefiado por Antônio de Oliveira Salazar, de concepções historiográficas tidas como demasiado explícitas quanto à sua militância em favor da Revolução Nacional (irracionalismo providencialista), como eventualmente promotoras de mundividências “reviralhistas” (escola metódica, historicismo romântico, positivismo, idealismo crítico, história institucional e política clássica, história econômica e social clássica), como elementos de legi-

timação de ideologias oposicionistas (marxismo, história nova, história estruturalista). Nas duas primeiras décadas de ditadura, mesmo alguns estudiosos da história partidários do novo regime foram afastados de funções que desempenhavam em instituições de ensino superior e de apoio à investigação por continuarem a defender as virtualidades de perspectivas historiográficas – irracionalismo providencialista, positivismo, idealismo crítico, história institucional e política clássica, história econômica e social clássica – diferentes do emergente historicismo neometódico.<sup>4</sup>

Pelo menos desde 1930, nas faculdades de letras e nas escolas normais superiores das universidades de Lisboa e de Coimbra, a investigação e o ensino da história atribuíram preferência à história de Portugal, às regionalidades política e militar, à intervenção das elites e a manifestações da cultura erudita; deixaram, no essencial, de abarcar o Período Contemporâneo e a regionalidade econômica e social, a história das mentalidades e das “temáticas marginais” (mulheres e pobres, escravatura e heresias, culturas populares e cultura de massas etc.), as ligações interdisciplinares à sociologia e à economia. Verificou-se, ainda, a quase extinção da área de saber tecnológico da didática da história, transformada na mera afirmação dos pressupostos e dos objetivos do sistema de ensino do salazarismo (seleção de professores tendo em conta critérios também políticos, presença de vetores ideológicos explícitos nos programas, manuais únicos obrigatórios, pedagogia diretiva e baseada na memorização).

Segundo o historicismo neometódico, Portugal nasceu como Estado-nação coerente na primeira metade do século XII, resultado de um processo de fusão de povos do sul e do centro da Europa, de adaptação dessas populações às características geoclimáticas do ocidente da Península Ibérica, de integração na “civilização ocidental” por intermédio da “romanização”, de consolidação das diferenças relativas aos outros povos hispânicos durante a Antiguidade Tardia e na Alta Idade Média. Teria mantido desde a Idade Média um conjunto de características fundamentais (identitárias), nomeadamente, a unidade nacional e a estabilidade territorial, o equilíbrio entre governo central e poderes locais, o catolicismo e a organização corporativa, a hierarquização social e a convergência entre “elites” e “classes populares”, o domínio da ruralidade e a “responsabilidade colonizadora” (“civilizadora e cristianizadora”).

Depois de um processo inicial de conquista territorial e de reforço da coesão da metrópole – perante Leão e Castela, face aos Estados dos “invasores islâmi-

---

4 Ver, principalmente, CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*; FERRO, Marc. *L'histoire sous surveillance...*; MATOS, Sérgio Campos. *História, mitologia e imaginário nacional...*; NUNES, João Paulo Avelãs. *A história económica e social na Fluc (1911-1974)*...; NUNES, João Paulo Avelãs. *O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais*, p. 53-79; TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*; TORGAL, Luís Reis et al. *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*; TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*.

cos”, em relação às comunidades de muçulmanos e de judeus –, ter-se-ia seguido um esforço de afirmação internacional como “potência ocidental e cristã” (povoamento das Ilhas Adjacentes e construção de um império pluricontinental). Os períodos de apogeu ocorreram sempre que, sob a “tutela espiritual” da Santa Sé e com o apoio da Inglaterra, os chefes da pátria respeitaram e defenderam as características e os interesses da nação. As etapas de decadência resultaram de agressões por parte de outros países – Espanha, França, Holanda, Alemanha –; da infiltração de ideários e comportamentos, organizações e soluções inorgânicas ou malignas por meio da ação de “estrangeirados”.

Com algumas exceções – miguelismo, democracia cristã conservadora, campanhas de “pacificação” em Angola e Moçambique, autoritarismo monárquico, integralismo lusitano, sidonismo –, até o 28 de maio de 1926, a história contemporânea de Portugal consistiria em uma sucessão de lideranças e de práticas mais ou menos disfuncionais, decorrentes do aumento da influência de ideologias alheias e/ou patológicas. A Ditadura Militar, Antônio de Oliveira Salazar e o Estado Novo representariam, em sentido inverso, “a regeneração nacional” mediante a reconstituição e a revalorização das “verdadeiras tradições pátrias”, a introdução de elementos de modernização compatível, o extirpar das concepções e atuações desagregadoras.

## Estado Novo e memória histórica

Uma vez argumentada a legitimidade exclusiva da narrativa oficiosa sobre a história de Portugal (por intermédio do historicismo neometódico), depois de fixado um perfil coerente de “identidade histórico-cultural nacional” e de vinculação do presente e do futuro ao passado – por meio da depuração e da reformulação dos mitemas do “nacionalismo luso” –, uma vez anuladas as dissonâncias existentes na base de apoio da ditadura e afirmado o caráter errôneo das leituras divergentes, o salazarismo empenhou-se na disseminação da nova ortodoxia. Procurou mobilizar para o efeito, de modo sistêmico, a totalidade dos instrumentos complementares de consolidação de uma memória histórica única, mas de geometria variável. Ou seja, de uma memória histórica ajustável às necessidades específicas das elites, do grupo socioprofissional dos historiadores e professores de história, dos outros segmentos das classes médias, dos jovens que frequentavam o ensino médio e superior, das crianças e do povo.<sup>5</sup>

---

5 Ver, entre outros, CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*; FERRO, Marc. *L'histoire sous surveillance...*; MATOS, Sérgio Campos. *História, mitologia e imaginário nacional...*; NUNES, João Paulo Avelãs. O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais; Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de ferro...*; PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.). *História contemporânea de Portugal (1808-2010)*; ROSAS, Fernando Rosas (coord.). *O Estado Novo (1926-1974)*; TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*; TORGAL, Luís Reis et al. *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*.

No âmbito do ensino não superior e da divulgação científica, o discurso sobre história foi semelhante ao elaborado e reproduzido nas faculdades de letras, ocorrendo, no entanto, alguma diferenciação. Concedeu-se maior peso à história geral (quase exclusivamente história da Europa e, nesta, de Leão e Castela/Espanha, França, Inglaterra/Grã-Bretanha) e considerou-se a Idade Contemporânea, apresentada como período globalmente negativo, marcado pelos “princípios funestos” da Revolução Francesa: racionalismo e filosemitismo, individualismo e materialismo, plutocracia ou igualitarismo, liberalismo ou democracia e socialismo, laicismo e agnosticismo ou ateísmo, nacionalismo pagão ou internacionalismo, capitalismo ou coletivismo.

Tratando-se de tecnologias de grande longevidade, muito exigentes em termos de investimento inicial e de cariz eminentemente público, de particular eficácia quanto à capacidade de influenciar transversalmente nacionais e visitantes ou observadores estrangeiros, a arquitetura e o urbanismo, o patrimônio cultural e a museologia mereceram atenção redobrada por parte do salazarismo. Além de se estabelecer um perfil de remodelação indiscutivelmente associável ao regime – misto de modernismo e de neoclassicismo monumentalista, de historicismo e de regionalismo –, aumentou-se o número, a visibilidade e os tipos de utilização dados às “zonas históricas”, aos monumentos e aos outros edifícios que sofreram intervenção (reutilizados, restaurados, reconstruídos) ou que foram construídos de raiz.

Quanto às épocas, correntes estéticas e funções sociais adotadas como modelo inspirador da modernização nacionalista e historicista do espaço urbano, depara-se com a Idade Média e a Moderna; com o românico e o gótico, o manuelino e o barroco; com edifícios – político-administrativos, militares e religiosos – da Coroa, da nobreza e do clero católico, dos concelhos e da burguesia. Quanto ao patrimônio cultural móvel, classificado e salvaguardado em espaços de museologia tradicional, resumiu-se, no essencial, a vestígios arqueológicos comprovativos das “nobres origens da nação”, à arte erudita ilustrativa da “grandeza da pátria”, a vestígios etnológicos (nacionais ou regionais/locais) e etnográficos (coloniais), à história das ciências da natureza. As principais exclusões tiveram a ver com as mulheres e com os pobres, com os “não europeus” e com “outras religiões” (magrebins e negros, muçulmanos ou judeus, escravos, cristãos-novos e marranos), com a cultura material das épocas Moderna e Contemporânea, com o novo patrimônio cultural e com a nova museologia.

Pretendendo influenciar e regenerar, desativar e mobilizar, exclusiva e permanentemente, tanto as elites como os grupos intermédios e parte substancial das classes populares, o salazarismo organizou, com regularidade, elaboradas e coerentes comemorações histórico-patrióticas. Promoveu, ainda, a convergência sistemática entre sua narrativa sobre o passado e a propaganda – política e sin-

dical, religiosa e associativa –, a comunicação social e a publicidade, a produção artística em geral e a estatuária em particular, a toponímia e a numismática. Será, assim, operatório afirmar que a estratégia de configuração da memória histórica (sob a forma do historicismo neometódico) foi um dos vetores nucleares da mundividência do Estado Novo.

Dentre as múltiplas iniciativas de “encenação do passado”, evoco: a partir de 1934, as comemorações anuais do Dia da Raça (10 de junho), ou seja, das supostas características identitárias do “povo português” e da respectiva capacidade para se expandir pelo mundo (como descobridores e colonizadores/civilizadores, na qualidade de agentes econômicos ou de emigrantes); desde o ano de 1940, em Coimbra, o Portugal dos Pequenitos, espaço lúdico-pedagógico de inculcação de vertentes da ideologia – nacionalismo e historicismo, ruralismo e colonialismo – do Estado Novo junto das crianças e do povo; em 1947, as comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (1147), momento tanto de reafirmação da matriz católica e ocidental da nação portuguesa, como de exclusão dos muçulmanos e judeus (inimigos do catolicismo e orientais); e, no ano de 1960, as comemorações henriquinas, integradas no esforço de relegitimar o colonialismo português no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, nomeadamente recorrendo à perspectiva “luso-tropicalista”.

O principal destaque é, no entanto, devido às massivas comemorações do duplo centenário da Fundação da Nacionalidade (1140) e da Restauração (1640), ocorridas, em 1940 – de junho a dezembro –, sobretudo em Lisboa, mas também no resto da metrópole, nas Ilhas Adjacentes e nas colônias. Significativamente, o programa das comemorações foi iniciado e concluído com dois *Te Deum* na Sé Catedral de Lisboa (2 de junho e 1 de dezembro). Seguiram-se, entre outras, as cerimônias alusivas à fundação de Portugal (em 4 de junho, na cidade berço de Guimarães); *A exposição do mundo português* (Lisboa, de 23 de junho a 2 de dezembro); o Congresso do Mundo Português<sup>6</sup> e o Congresso Internacional da Mocidade (Lisboa); o desfile alusivo à Restauração da Independência (a 1 de dezembro, em Lisboa), com “os estandartes dos municípios, das corporações, da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa”.

---

6 Congresso de Pré e Proto-História de Portugal (Universidade do Porto), Congresso de História Medieval de Portugal (Universidade de Coimbra), Congresso de História dos Descobrimentos e Colonização Portugueses (Universidade de Lisboa), Congresso de História da Monarquia Dualista e da Restauração (Universidade de Lisboa), Congresso de História Moderna de Portugal (Universidade de Lisboa), Congresso de História Contemporânea de Portugal (Universidade de Lisboa), Congresso Luso-Brasileiro de História (Universidade de Lisboa), Congresso de História da Atividade Científica Portuguesa (Universidade de Coimbra), Congresso Colonial (Universidade de Lisboa) e Congresso Nacional de Ciências da População (Universidade do Porto), cujas atas foram publicadas na íntegra (ver PORTUGAL. *Congresso do Mundo Português*, 1940).



## Estado Novo e antissemuitismo<sup>7</sup>

Tanto ao longo da ditadura como após o golpe militar e a revolução de 25 de abril de 1974, o discurso político e muito da produção historiográfica têm coincidido no balanço segundo o qual o salazarismo evitou promover concepções darwinistas sociais e não adotou posturas antissemuitas ativas. Antes e durante a Segunda Guerra Mundial, quaisquer afirmações ou práticas eventualmente classificáveis como antissemuitas ocorridas em Portugal seriam consequência, apenas, de resquícios de antijudaísmo, atávica ou instintivamente mantidos nas classes populares rurais; da luta travada contra mouros e judeus na Idade Média e na Idade Moderna; de tensões nacionalistas face a cidadãos estrangeiros; do esforço para não provocar reações agressivas por parte de grandes potências como o Terceiro Reich alemão.

Resolvida a “ameaça judaica” entre os séculos XVI e XVIII e tendo herdado uma pequena comunidade israelita – integrada na nação lusa e, sobretudo, concentrada em Lisboa e posicionada nas classes altas, com ligações com o Reino Unido –, o Estado Novo ter-se-ia limitado a evitar o regresso “do problema judaico”, necessariamente gerado pela entrada no país de quantitativos significativos de indivíduos de origem judaica. Daí as vantagens de impedir, a título preventivo, por um lado, a emergência de ideologias antissemuitas radicais; por outro, a reconversão dos “mar-

---

7 Ver ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A construção da verdade autoritária (1937-1945)*; BANKIER, David (ed.). *Probing the depths of German antisemitism*; BANKIER, David; GUTMAN, Israel (ed.). *Nazi Europe and the Final Solution*; BANKIER, David; MICHAN, Dan (ed.). *Holocaust and Justice*; BREITMAN, Richard. *Os segredos do Reich que os Aliados sabiam*; BROWNING, Christopher Robert. *The Origins of the Final Solution*; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemuitismo na Era Vargas*; CHALANTE, Susana. O discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939), p. 6; FRANCO, Manuela. Judeus em Portugal, p. 314-324; FRANCO, Manuela. Uma influência portuguesa no Levante?... , p. 187-206; FRIEDLÄNDER, Saul. *The Years of Persecution...*; FRIEDLÄNDER, Saul. *The Years of Extermination...*; GUTMAN, Israel. *Holocausto y memoria*; HAWKINS, Mike. *Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945)*; JANEIRO, Helena Pinto. *Salazar e Pétain...*; LOFF, Manuel. *O novo século é fascista!...*, p. 6; LOUÇÃ, António; PACCAUD, Isabel. *O segredo da rua d’O Século*; MADEIRA, Lina. *Alberto da Veiga Simões...*; MADEIRA, Lina. *O mecanismo de (des)promoções do MNE...*; MARTINS, Jorge. O moderno antissemuitismo em Portugal, p. 6; MARTINS, Jorge. *Portugal e os judeus*; MARTINS, Jorge. *A República e os judeus*; MEA, Elvira de Azevedo; SIEINHARDT, Inácio. *Ben-Rosh...*; MEDINA, João; BARROMI, Joel. O projecto de colonização judaica em Angola, p. 79-105; MEDINA, João. António Sardinha, antissemuita, p. 45-122; MEDINA, João. O caso Dreyfus em Portugal, p. 115-231; MILGRAM, Avraham (ed.). *Entre la aceptación y el rechazo...*; MILGRAM, Avraham. *Portugal, Salazar e os judeus*, p. 6; MUCZNIK, Lúcia Liba et al (coord.). *Dicionário do judaísmo português*, p. 6; MÜHLEN, Patrick von zur. *Caminho de fuga Espanha-Portugal...*; NUNES, João Paulo Avelãs. O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais, p. 10; NUNES, João Paulo Avelãs. *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*; NUNES, João Paulo Avelãs. Neodarwinism and politico-ideological concepts in portugal during the first half of the 20th Century, p. 151-155; PARNES, Livia. *Présences juives dans le Portugal contemporain (1820-1939)*, p. 6; PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal...*; PHAYER, Michael. *The Catholic Church and the Holocauste (1930-1965)*; PIMENTEL, Irene Flunser. *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*; PIMENTEL, Irene Flunser; NINHOS, Cláudia. *Salazar, Portugal e o Holocausto*; PITA, Gabriel de Jesus. *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo...*; ROHR, Isabelle. *The Spanish Right and the Jews (1898-1945)*; ROTHER, Bernd. *Franco y el Holocausto*; SCHAEFER, Ansgar. *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*, p. 6; VITAL, David. *A people apart...*; WASSERSTEIN, Bernard. *On the Eve...*; WINOCK, Michel. *Nationalisme, antisémuitisme et fascisme en France*.

ranos” ao judaísmo e o aumento do número de judeus estrangeiros (imigrantes, refugiados ou exilados) a viver na metrópole, nas Ilhas Adjacentes e nas colônias.

Confirmando a reconstituição e a interpretação em causa estariam o comportamento moderado da Igreja e da Ação Católica nacionais perante o aumento da influência, à escala europeia e mundial, de concepções darwinistas sociais e antissemitas; a quase ausência de violência ideológica ou social contra judeus, em Portugal, nas décadas de 1930 e 1940; as boas relações políticas e pessoais existentes entre Moisés Bensabat Amzalak (presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, professor universitário de economia, dirigente da Associação Comercial de Lisboa, administrador do jornal *O Século*, procurador à Câmara Corporativa etc.) e Antônio de Oliveira Salazar – ou entre a comunidade judaica lusa e o Estado Novo –; a recusa do governo de Lisboa em ceder às exigências de Berlim no que concerne à introdução de legislação que discriminasse cidadãos de origem judaica e a permanência do nosso país na área de influência britânica; a atitude relativamente benigna mantida, durante a Segunda Guerra Mundial, face aos refugiados de origem judaica.

Nas últimas duas décadas foram, entretanto, publicados diversos estudos que tendem a questionar, em parte, os consensos estabelecidos. Perante a realidade portuguesa e por comparação com o ocorrido em outros países até 1939 (na Europa Ocidental e no continente americano de modo fragmentado, na Europa do Leste de forma extremada), confirma-se a avaliação segundo a qual o salazarismo não dinamizou nem tolerou discursos, legislação ou práticas – político-administrativas e sociais – antissemitas de cariz sistêmico e explícito. Propõe-se, ao mesmo tempo, ser operatório afirmar que a ditadura lusa cultivou e autorizou leituras darwinistas sociais, mundividências antissemitas (algumas sob a capa de “meras lembranças antijudaicas”), estratégias político-administrativas e interações sociais encaipotada ou controladamente antissemitas.

Segundo os partidários dessa hipótese, entre os quais me encontro, não só a investigação historiográfica recentemente concretizada permite sustentar a natureza objetivante da abordagem citada, como se identificaram as potencialidades, por um lado, de rastrear e de analisar novas séries de vestígios relevantes; por outro, de visitar núcleos documentais já considerados para estudar outras problemáticas. Elencam-se, a esse propósito, publicações periódicas generalistas e de organizações políticas, da Igreja e da Ação Católica, de associações empresariais e sindicais etc.; manuais de história dos vários níveis de ensino e obras de divulgação cultural ou científica; monografias, coletâneas de discursos e de outras intervenções públicas de personalidades significativas, atas de eventos políticos e religiosos, econômicos e culturais (nacionais ou internacionais).<sup>8</sup>

---

8 Ver, por exemplo, CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. *Obras pastorais...*; MADEIRA, Lina. *Correspondência de um diplomata no III Reich*; MELLO, Manuel Homem de. *Eu vi morrer o III Reich*; PERALTA, António da Silva

Para caracterizar e explicar a correlação entre nacionalismo, darwinismo social e antissemitismo no Estado Novo, começo por lembrar a ocorrência, ao longo do século XIX e no primeiro quartel do século XX, de situações de violência contra “marranos”, apontados como corresponsáveis pelas invasões francesas;<sup>9</sup> de tentativas de afastar agentes econômicos concorrentes denunciando a respectiva origem judaica (sinônimo de imoralidade); da reprodução de preconceitos antisemitas – a propósito de realidades nacionais ou estrangeiras, passadas ou presentes – em textos literários e jornalísticos;<sup>10</sup> do amplo envolvimento português nas polêmicas a propósito do Caso Dreyfus (ano de 1894 e seguintes); da intensa condenação da suposta ligação entre os judeus, a Maçonaria e o republicanismo.

Indico, ainda, a publicação e divulgação, por setores monárquicos autoritários, da obra *Protocolos dos sábios de Sião*<sup>11</sup> e o ressurgimento de uma produção historiográfica com elementos de antissemitismo (ver, por exemplo, *História dos cristãos novos portugueses*);<sup>12</sup> o argumentário antisemita presente nos debates acerca de um projeto de instalação de colonos de origem judaica em Angola e sobre a concessão da nacionalidade portuguesa a judeus de origem lusa residentes no Mediterrâneo Oriental; o peso do antissemitismo nas ideologias e na atividade do integralismo lusitano e do Movimento Nacional-Sindicalista.

Em relação ao salazarismo propriamente dito, deparamo-nos com vetores de antissemitismo antes e após o eclodir da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto. Acerca dos anos de 1930, saliento: a defesa sistemática da legitimidade, da necessidade e das vantagens da “guerra contra os judeus” – expulsão e conversão

---

Pena [Paulo de Tarso]. *Crimes da Franco-Maçonaria judaica*; SAA, Mário. *A invasão dos judeus*; SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas*; SARDINHA, António. *O valor da raça*.

9 “A insurreição popular não só revestiu inequívocas motivações sociais como permitiu agitar ancestrais representações sociorreligiosas. O antissemitismo ressurgiu com surpreendente força em enclaves geográficos de tradição cristã-nova como Bragança, Moncorvo, Guarda, Viseu, Covilhã, Fundão e Vila Nova de Foz Coa. Nesta vila, a população manteve-se levantada contra os franceses e “os judeus que os protegiam” durante 15 dias. A imagem do satânico opressor, aplicada ao ocupante francês, desdobrou-se, internamente, na do jacobino e do judeu, ambos potenciais subversores da ordem pública e religiosa. Naturalmente que o clero não foi alheio a este processo de clivagem social e cultural” (ARAÚJO, Ana Cristina. *Política e diplomacia na Era das Revoluções*).

10 “A antiga legenda do israelita, magro, esguio, adunco, caminhando cosido com a parede, e coando por entre pálpebras um olhar turvo e desconfiado, pertence ao passado. O judeu hoje é um gordo. Traz a cabeça alta, tem a pança ostentosa e enche a rua. É necessário vê-los em Londres, em Berlim, ou em Viena: nas menores coisas, entrando em um café ou ocupando uma cadeira num teatro, têm um ar arrogante e ricoça, que escandaliza. A sua pompa espetacular de Salomões *parvenus* ofende o nosso gosto contemporâneo, que é sóbrio. Falam sempre alto, como em país vencido, e num restaurante de Londres ou de Berlim nada há mais intolerável que a gralhada semítica. Cobrem-se de jóias, todos os arreios das carruagens são de ouro, e amam o luxo grosso. Tudo isto irrita” (MINÉ, Elza; CAVALCANTE, Neuma (ed.). *Edição crítica das obras de Eça de Queirós: textos de imprensa*, p. 110).

11 Ver SEQUEIRA, Francisco Pereira de; PEIXOTO, José de Lemos. *Os planos da autocracia judaica: Protocolos dos sábios de Sião*.

12 Ver AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos cristãos-novos portugueses*.

forçada, condenação e perseguição de vivências religiosas e de outras práticas culturais, diferenciação entre cristãos-velhos e cristãos-novos –, concretizada, entre os séculos XVI e XVIII, pela nação lusa (Estado, Igreja Católica e sociedade civil); e a recusa em promover o conhecimento e a divulgação da cultura judaica em geral, e do ladino em particular, em estabelecer contatos e rentabilizar a subsequente cooperação com as comunidades de sefarditas existentes em outros Estados, descendentes dos judeus expulsos ou fugidos do nosso país e de Espanha na Idade Moderna.

Considero, também, a reação do governo e do aparelho de Estado, da Igreja e da Ação Católica contra o Resgate dos Marranos, iniciativa liderada por Artur Barros Basto, a partir da sinagoga do Porto, com o objetivo de identificar e de valorizar os “cripojudeus” portugueses, de viabilizar o restabelecimento das ligações entre eles e a diáspora judaica; e a presença de tópicos de antissemitismo em várias das frentes da luta pela consolidação da hegemonia ideológica da ditadura, nomeadamente perante as dúvidas acerca do regime político a adotar,<sup>13</sup> face à “questão social” e sobre a escolha entre “arte nacional” e “arte cosmopolita”.

Evoco a responsabilização “dos judeus” – conspirativos e ambiciosos, plutocratas, mas financiadores de revolucionários, anticristãos e inimigos das outras nações – pela violência, de Estado e social, que contra eles próprios era perpetrada na Alemanha e em outros países europeus, apesar das críticas aos “excessos praticados” e, sobretudo, ao desrespeito pelos indivíduos que se tinham convertido ao catolicismo.<sup>14</sup> Lembro, finalmente, a partir de meados da década de 1930,

---

13 Segundo a redação do católico *O Trabalhador*, estaria “provado por documentos encontrados na Hungria e em outros países da Europa Central que foi o dinheiro judaico que fomentou diversos levantamentos comunistas que ensanguentaram esses países após a guerra: Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Litvinof, Radek, Karl Marx, Liebknecht, Rosenthal, Rosa Luxemburgo, Bela-Kuhn, Borodin... são judeus. Rosenberg, o embaixador da Rússia que dirigiu a revolução marxista na Espanha, é semita. Do que os algozes de Cristo são capazes vê-se pela seguinte carta da Sinagoga, escrita no século XV: ‘Fingi aceitar o cristianismo para que maior dano possais causar aos cristãos. Dedicar-vos-eis às letras, e com a vossa teologia subvertereis a fé dos cristãos; com vossa jurisprudência os despojareis; com medicina matareis impunemente; abusareis dos benefícios eclesiásticos e dos sacramentos e à Igreja pertencereis. Entrando nos mosteiros, perturbareis a paz e a concórdia. Finalmente, ocupareis discretamente os lugares seculares e dedicar-vos-eis às artes para devorar os bens dos cristãos sem trabalho.’ O trabalho judaico vai tomando, dia e noite, maior importância devido à autêntica invasão dos emigrados alemães. Não se pode combater o comunismo sem combater os seus aliados da Franco-Maçonaria e do judaísmo internacional” (Os judeus e o comunismo, p. 4).

14 De acordo com a direção da Associação Industrial Portuguesa, “os judeus da Alemanha tinham invadido as universidades, os tribunais, a imprensa, o teatro, o cinematógrafo, a medicina, as letras e as artes, a banca e a Bolsa, o grande comércio. Isto prova a sua inteligência e as suas capacidades. Eis algumas cifras: dos 3.450 advogados de Berlim, 1.925 eram judeus e 1.525 arianos [...]. Em 1914, 30% das cátedras universitárias eram já ocupadas por judeus; em 1932, na Faculdade de Medicina de Berlim, a percentagem era de 45% [...]. Dos 29 empresários de teatros de Berlim, 23 eram judeus, ou seja 80%; 75% das peças de teatro representadas nestes últimos anos foram escritas por judeus. Os bancos judaicos são os mais importantes da Alemanha [...]. Enfim, os grandes chefes revolucionários, desde Karl Marx [...], foram ou são judeus. Em resumo, era um fato que a influência judaica predominava cada vez mais

o esforço para impedir a entrada em Portugal de refugiados alemães de origem judaica, proibidos de regressar ao seu país pelo Terceiro Reich, acusados de serem portadores de concepções e de comportamentos subversivos e imorais, de serem inimigos do catolicismo e dos “países com governos de ordem”, de serem aliados da “Rússia comunista” e da “América plutocrática”. A orientação em causa foi imposta por Antônio de Oliveira Salazar na qualidade de chefe do Estado Novo e defendida quer pela PVDE, quer por muitos quadros superiores do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Durante o conflito de 1939 a 1945, confrontada com a heterodoxa iniciativa de Aristides de Sousa Mendes, a ditadura lusa exigiu que o custo das despesas com os refugiados judeus fosse assegurado pela Comunidade Israelita de Lisboa ou por organizações estrangeiras; estabeleceu o propósito de que todos os refugiados israelitas abandonassem o país, abdicando, ao mesmo tempo, de procurar fixar indivíduos de origem portuguesa e/ou com competências profissionais pouco frequentes. Respondeu, ainda, negativamente à maioria das perguntas de Berlim sobre se Portugal estava interessado em acolher judeus que afirmavam ter cidadania e/ou origem portuguesa, mesmo quando reivindicou o direito de gerir os respectivos bens em territórios ocupados pela “Grande Alemanha”.

Ao longo da década de 1940 (mesmo depois dos julgamentos de Nuremberg), o governo de Lisboa evitou condenar o Terceiro Reich e outros Estados corresponsáveis pelo Holocausto, malgrado ter acompanhado a escalada de antissemitismo desde 1933 e de ter tido conhecimento, pelo menos desde o outono de 1941, do genocídio desencadeado a partir do início da invasão da União Soviética, a 22 de junho de 1941. Podendo, embora, ser explicável a partir de múltiplos condicionalismos – um dos quais dificilmente será a defesa do direito do povo palestino à autodeterminação e à independência –, não deixa de ser significativo que Portugal só tenha aceite estabelecer relações diplomáticas com Israel em 1977, já depois do golpe militar e da revolução de 25 de abril de 1974, bem como da consolidação de um regime democrático.

## **Antijudaísmo e antissemitismo na memória histórica do Estado Novo**

Coerentemente com o propósito de naturalização e de consenso de uma ideologia totalitária, com a estratégia de consolidação e de reprodução do regime, tendo em conta alguns constrangimentos internos e externos, o salazarismo escolheu, pois, o louvor ao antijudaísmo português dos séculos XVI a XVIII como a concretização mais operatória da sua componente de antissemitismo. Partindo de

---

e por toda a Alemanha, ao ponto de os cristãos se sentirem pouco a pouco eliminados. Uma reação era necessária. Foi espontânea. Foi brutal. Foi imprudente. Produziu-se então e ainda hoje se dão em toda a Alemanha atos de antissemitismo repreensíveis” (Os judeus na Alemanha, p. 14).

nacionalismos tradicionalistas, conservadores e modernizadores, da democracia cristã neotomista e de um darwinismo social difuso, a ditadura lusa preferiu a abordagem historicista, tanto pelos respectivos prestígio e eficácia legitimadora, como pelo seu caráter relativamente distanciada e preventivo, moderado e controlado.<sup>15</sup>

Na perspectiva do dirigente e do apoiante-tipo do Estado Novo, os judeus eram uma ameaça permanente como praticantes de uma religião e, em geral, de uma cultura malignas (ou, pelo menos, exóticas e inferiores), na qualidade de nação sem território nem Estado, como “raça oriental” (não europeia nem ocidental). Ao contrário de outros países europeus e americanos, Portugal teria “resolvido o seu problema judaico” durante a Idade Moderna. Apesar dos erros cometidos desde 1807 ou 1820 – fim da identificação, da segregação e do controle (preventivo e punitivo) dos judeus –, mesmo na Idade Contemporânea, o “perigo judaico” estaria contido, porque se assistiu à manutenção da caracterização do judaísmo como realidade exótica e da condenação do mesmo à aparente ou efetiva integração dos membros da pequena comunidade judaica na nação lusa, à segmentação e neutralização dos dispersos e aculturados grupos de “marranos”. Bastaria, assim, manter o *status quo* vigente, evitar a entrada ou a (re)conversão de mais judeus e impedir o eclodir de novas polémicas públicas sobre os israelitas (desencadeadas por fenômenos nacionais ou internacionais).

Prolongando níveis de explicitude e de radicalismo típicos do último quartel do século XIX e do primeiro do século XX, alguns intelectuais portugueses continuaram, no entanto, nas décadas de 1930 e de 1940, em âmbitos mais ou menos restritos, a defender posições abertamente antisemitas. Os judeus seriam uma “raça” e uma nação orientais e não assimiláveis, cultivariam um atavismo religioso e o ódio ao catolicismo, utilizariam, sistematicamente, todas as modalidades de desagregação da “ordem” social e política. Recorria-se, também, com frequência, a exemplos e a argumentos retirados do passado, afirmando-se que os judeus sempre odiaram os cristãos e tentaram dominar o mundo, utilizando, para o efeito, múltiplos “estratagemas ínvios”. Adicionavam-se, pois, os mitemas do antijudaísmo medieval e moderno às narrativas do antisemitismo contemporâneo.

A título meramente ilustrativo, assinalo e procuro analisar alguns exemplos de produção intelectual que correspondem aos dois perfis que acabei de propor. Coloco a hipótese de se tratar de posturas bem mais numerosas e relevantes entre nós do que é habitual considerar, justificando-se um estudo sistemático dessa problemática. Chamo a atenção para a explicitude e para a naturalidade, para o rigor terminológico e para a abundância de estratégias argumentativas antisem-

---

15 Ver, entre outros, LOFF, Manuel. *O novo século é fascista!...*; NUNES, João Paulo Avelãs. *Neodarwinism and political-ideological concepts in Portugal during the first half of the 20th Century*; PIMENTEL, Irene Flunser; NINHOS, Cláudia, *Salazar, Portugal e o Holocausto*; TORRAL, Luís Reis et al. *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*.

mitas presentes – incluindo a remissão para obras dos principais historiadores portugueses da segunda metade do século XIX e do primeiro quartel do século XX –, durante a Ditadura Militar e a primeira década do Estado Novo, nos vetores de construção de memória histórica citados.

Começo por salientar a *História de Portugal*, de Fernando Falcão Machado e Júlio Catarino Nunes, editada em 1928 como resumo “das lições magistrais de história de Portugal (1º ano) pelo Exmo. professor senhor doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, no ano letivo de 1927/1928 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra”. Só pareceu necessário evocar os judeus nas vésperas da respectiva expulsão e conversão forçada, pouco antes da implantação do Tribunal do Santo Ofício. De acordo com o autor da “sebenta” e com o docente da disciplina, futuro cardeal patriarca de Lisboa,

no século XVI há uma purificação da raça pela expulsão dos judeus, bem como a dos mouros.

Havia a opinião de que a unidade religiosa havia de ser a base da unidade nacional. Os judeus converteram-se ao cristianismo, mas foi uma falsa conversão. Praticam a ocultas o rito da sua religião. O problema agrava-se do século XVI em diante. Os judeus eram indignos. Ameaçavam corromper a alma nacional. Usavam de simulação. Era a traição das virtudes do apanágio da nossa civilização: virtude, lealdade, sinceridade. Ocupavam postos superiores no Estado, mediante o fingimento de professarem uma religião que, no fundo, detestavam. Feita a purificação no interior, a cruzada projeta-se além fronteiras.<sup>16</sup>

Observemos, em segundo lugar, a obra *Portugal na história da civilização*, publicada em 1928 por Antônio Serras Pereira, professor do ensino liceal. Pretendeu-se, essencialmente, reafirmar a natureza negativa dos judeus e lembrar o eterno projeto daquele “povo oriental” de destruição da “civilização cristã e ocidental”, de concretização de uma estratégia de domínio em nível mundial. Quis-se caracterizar a situação política portuguesa, nos reinados de d. Fernando I a d. João III, à luz de um pretense conflito entre a “nação portuguesa” e a “raça judaica”; demonstrar a centralidade de Portugal como “defensor do Ocidente” na luta contra a “Internacional judaica”.

Referindo-se aos judeus, A. Serras Pereira afirmava que o

seu antinacionalismo (em relação às outras nacionalidades), filho de um nacionalismo ferrenho, obrigava-os a organizar-se em uma vasta Internacional [...]. Destituídos, todavia, das vulgares garantias, e tendo de arcar com os riscos da vida capitalista e comercial, eram levados pela dura necessidade a procurar no açambarcamento, no monopólio e na usura, a única garantia preventiva, suscetível de ser por eles adquirida. Mas, o ódio que desta maneira fomentavam nas populações, deles economicamente dependentes, agrava-lhes o precário da situação.

---

16 MACHADO, Fernando Falcão; NUNES, Júlio Catarino. *História de Portugal...*, p. 8.

Os judeus defendiam-se dando as mãos aos inimigos externos e internos, assim como a todos os elementos dissolventes da sociedade [...]. Nisto tivera o perigo judaico a sua máxima gravidade. Verdadeiro estado dentro de outro estado, e portador duma civilização antagônica, irredutível e inassimilável, o judeu representava sempre um perigo excepcional. Daí o seu caráter congenitamente revolucionário e subversivo. Por outro lado a função preponderante da sua Internacional, especulando com os destinos e interdependência dos povos, era de molde a alimentar-lhes a esperança de domínio exclusivo do mundo, uma vez posta em prática a projetada e para eles indispensável ruína geral.<sup>17</sup>

Utilizando uma linguagem marcada por certo “radicalismo antiplutocrático” e por um elevado grau de anacronismo, o autor de *Portugal na história da civilização*, invocando o reinado de d. Fernando I, defendeu que em uma

altura em que o capitalismo internacional, com a finança judaica à frente, reinava em absoluto, por intervenção da praça de Lisboa sobre Portugal, minando por completo toda a possibilidade duma política de fomento eficaz, urgia consolidar o Estado dentro duma base territorial mais vasta para ficar à altura de desempenhar a sua função protetora. Só dentro dessa nova situação surgiria um poder real suficientemente forte para efetivar essa política que ressaltasse as vilas e a conservadora nobreza rural dos gravames da parasitária, dissolvente e revolucionária nobreza cavaleiresca dos filhos segundos, dos sem terra, não associados, portanto, à produção interna.<sup>18</sup>

Depois de, nos reinados de d. João I a d. Afonso V, supostamente os judeus terem voltado a dominar nosso país, verificando

que em Portugal tinham entrado clandestinamente maior número de judeus que os do pactuado, d. João II providenciou contra essa gente suspeita, reduzindo-os à escravidão. Terminado o prazo, os judeus admitidos são embarcados e entregues à discricção dos comandantes dos navios, destituídos de todas as garantias, como era natural. Assim, mais uma vez, pudera d. João II conciliar os interesses do país com os mais altos sentimentos de humanidade. Tirando as crianças a essa raça proscrita, d. João II salvaguardava-as da tragédia que inevitavelmente lhes vitimaria os pais. Por outro lado, povoava com eles São Tomé [...], entregando-os aos cuidados dos colonos aí estabelecidos.<sup>19</sup>

Finalmente, face à proclamada reconstituição da hegemonia judaica no reinado de d. Manuel I, d. João III procurou salvar o país exigindo a criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição:

Tendo bem presente o caráter teocrático, exclusivista e autocrático do Estado judaico, negação de toda a possibilidade de independência econômica, civil e moral e lembrando-nos de quanto desse Estado dependeria intimamente a vida econômica e o meneio da política internacional portuguesa, avaliar-se-á a gravidade desse momento excepcional. Tolerar o judeu era tolerar, além da teocracia, o seu feroz

---

17 PEREIRA, António Serras. *Portugal na história da civilização*, p. 107-108.

18 Ibidem, p. 52.

19 Ibidem, p. 139-140.



predomínio. Aniquilá-lo seria, por outro lado, aniquilar a nossa mais importante força econômica. Como conciliar semelhante paradoxo? Ora foi precisamente para o conjurar, salvando-nos dessa situação desesperada, que agora nos vai aparecer a Inquisição.<sup>20</sup>

É verdade que nos momentos críticos de terrorismo declarado, a Inquisição não poderia usar de muitas delongas em procurar, pelos meios de correção, poupar o conspirador à jurisdição penal da época. Todavia o número de condenados à pena capital ficou sendo uma fração insignificantiíssima, e tanto mais se nos lembrarmos do que sucederia, se em certos momentos de terror faltasse a moderadora ação inquisitorial. Então se veria quantas execuções os governos seriam forçados a fazer para darem uma satisfação às populações aterrorizadas e prestes, em caso contrário, a precipitarem-se em convulsões das mais sangrentas da história de todos os tempos. Isto a não triunfar o calamitoso despotismo político, econômico e religioso do judeu, o qual, uma vez realizadas as suas esperanças messiânicas, reduziria a cristandade a uma implacável escravidão. A Inquisição, contendo o judeu debaixo de uma rigorosa vigilância, delibou, logo de princípio, por um lado, a sua tremenda revolução social, por outro, a possibilidade do país ser por ele abandonado subitamente – o que também representaria um grau de ameaça para a vida econômica da nação.<sup>21</sup>

Consideremos, em um terceiro momento, o manual escolar *Elementos de história de Portugal*, “elaborado para uso do ensino secundário, absolutamente de acordo com o respectivo programa”, de autoria de Alfredo Pimenta – figura marcante da intelectualidade lusa na primeira metade do século XX – e com primeira edição em 1934. As únicas referências aos judeus são feitas a propósito dos reinados de d. Manuel I e de d. João III, ou seja, no contexto de introdução do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: “Na Península hispânica, lutava-se desde há muito tempo contra o predomínio dos judeus na vida econômica do Estado e dos particulares, e contra o perigo que eles e outros hereges constituíam para a pureza da fé católica.”<sup>22</sup>

Os abusos a que os tribunais da Inquisição por ventura deram aso; as violências praticadas; as injustiças e precipitações nas sentenças; as paixões exacerbadas – tudo quanto é possível encontrar nesses tribunais e é inerente a qualquer tribunal, júri de concursos, tribunal judicial, de arbitragem, etc. – ficam muito aquém dos altíssimos serviços que eles prestaram à civilização portuguesa, à pureza do nosso sangue e da nossa fé, e à ordem pública. Sem eles, o perigo judaico ter-nos-ia arruinado, porque a população portuguesa ver-se-ia impelida para grandes e tumultuosas revoltas contra os judeus.<sup>23</sup>

Também no *Compêndio de história universal*, de Antônio Gonçalves Matoso – eventualmente o mais importante autor de manuais de história do salazarismo –, livro obrigatório para o quarto e o quinto anos dos liceus, os judeus só são alvo de

---

20 Ibidem, p. 232-233.

21 Ibidem, p. 232-233 e 235-236.

22 PIMENTA, Alfredo. *Elementos de história de Portugal*, p. 238.

23 Ibidem, p. 238 e 252.

atenção quando da referência à criação das Inquisições espanhola e portuguesa (capítulo “Expulsão dos judeus”). Uma vez mais, tanto a “violência popular” como a “intervenção punitiva” das instituições são apresentadas como decorrentes “das características e ações inaceitáveis dos israelitas”.

Depois de invocar as revoltas populares e as chacinas que se teriam repetido ao longo da Idade Média como “resposta caótica” às “ofensas perpetradas pelos israelitas”, Antônio G. Matoso afirma que em

1491 foram condenados à morte vários judeus, que haviam sacrificado uma criança cristã, em simulacro da Paixão de Cristo. E embora as comunidades judaicas censurassem tais atos de fanatismo, a verdade é que o povo, convencido de que aquela “morte ritual” era prática corrente entre os judeus, exigia castigos severos contra a sua raça. Os reis católicos resolveram a questão, ordenando a sua expulsão, por decreto de 31 de março de 1492.

Deviam partir no prazo de 3 meses todos os que não se batizassem, com seus filhos, criados e familiares; podiam alienar os seus bens, mas era-lhes proibido transportar ouro ou prata. Segundo os melhores cálculos, deixaram a Espanha 165.000 judeus, que partiram para África, Itália, Grécia, Turquia etc. Os de Castela e da Estremadura fixaram-se, na sua maioria, em Portugal, onde foram acolhidos por d. João II, mediante o pagamento de um tributo. Mas pouco tempo aqui permaneceram, visto d. Manuel ter ordenado a sua expulsão em 15 de novembro de 1496. De Navarra, que ainda estava fora da unidade hispânica, só saíram em 1508.<sup>24</sup>

Escrita e divulgada, no seguimento de Antônio Sardinha e Alfredo Pimenta, na qualidade de contributo para a consolidação da hegemonia intelectual do Estado Novo, a *História de Portugal*, de João Ameal, é uma obra de divulgação da memória histórica do salazarismo. De novo, as referências aos judeus ocorrem, apenas, em ligação com os reinados de d. Manuel I e de d. João III. Sendo a população portuguesa “predominantemente de origem lusitana”, “cartagineses, romanos, bárbaros, árabes e berberes, judeus, normandos, negros etc.” constituiriam minorias pouco significativas ou “comunidades hostis”. No final do século XV, o aumento da “ameaça judaica” teria exigido uma intervenção global e definitiva por parte do Estado, da Igreja Católica e do povo.

Nas palavras de João Ameal, somos

os últimos a lançar mão de tão radicais providências. E, no entanto, o fermento de ódio ao parasitismo hebraico, persistente no nosso povo, reclama ação pronta por parte do poder, a fim de solucionar a questão [...]. Quanto aos benefícios da Inquisição, esses são evidentes e incontestáveis: livra-nos das terríveis guerras de religião que assolaram o centro da Europa e as ilhas britânicas; sobrepõe a justiça e o prestígio do Estado às caóticas e bárbaras represálias populares; desintegra o núcleo hebraico, ameaçador da unidade nacional; zela eficazmente pela observância dos preceitos da fé e das regras da moral. Bem haja d. João III pelo empenho que mostra em nos dar a Inquisição e por conseguir, com o êxito das suas

---

24 MATTOSO, Antônio G. *Compêndio de história universal (4º e 5º anos dos liceus)*, p. 291-292.

diligências, ministrar à sociedade portuguesa o antídoto eficaz contra os venenos do luteranismo e contra os abusos de Israel.<sup>25</sup>

Por sua vez,

do lado do elemento semita, multiplicam-se insolências e desafios que contribuem para envenenar os ânimos [...]. Poder-se-ia mencionar grande número de episódios que mostram os judeus na sua tarefa de provocadores, de insultadores das crenças e símbolos católicos. Resultado: em muitos casos, a gente miúda, desvairada pela cólera, entrega-se a violentas represálias. O que é preferível? Deixar o povo fazer justiça – ou injustiça – por suas mãos – (como nas horríveis jornadas de 1506) ou confiar tal missão a um tribunal idôneo, ligado à Coroa, que intervirá na escolha dos juízes?<sup>26</sup>

Diretor do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Joaquim Alberto Pires de Lima publicou, em 1940, *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Tratar-se-ia de um “contributo para a comemoração do VIII centenário do nascimento do reino de Portugal” e, mais especificamente, para a preparação do Congresso Nacional de Ciências da População. O autor apoia, na referida obra, a perspectiva segundo a qual “a raça portuguesa” derivaria “dos celtiberos, romanos, germânicos, judeus, mouros e negros”, sendo os três primeiros contributos decisivos e os três últimos “povos intrusos”. Afirma, ainda,

que o nosso povo vê sempre de soslaio os elementos estranhos, desconfiando dos mouros, odiando os judeus, a cuja raça não perdoa a Paixão de Cristo nem a exploração usurária, e mostrando às vezes certa simpatia pelos negros, apesar da sua maior inferioridade étnica.<sup>27</sup>

No resto da Europa e na América contemporâneas, os

judeus não se dedicam à agricultura, nem à vida militar. Mas têm nas suas mãos os bancos, onde se acumula o capital; são deles as fábricas de material de guerra; têm por si a opinião pública, pois que a dirigem e subjugam por meio da imprensa; ocupam cátedras universitárias, sobem à tribuna como representantes do povo e sobraçam pastas de ministro – legislam, governam, dominam.<sup>28</sup>

Em Portugal, ao longo da Idade Média, os

judeus nunca foram lavradores, nem marinheiros, nem soldados, mas viviam alimentando-se do trabalho alheio. Eram mercadores, médicos, boticários, cléricos advogados, escrivães. Os médicos e farmacêuticos eram acusados de matar legalmente os inimigos cristãos, que, por outro lado, eram explorados e roubados pelos judeus das outras profissões.<sup>29</sup>

---

25 AMEAL, João. *História de Portugal*, p. 300, 305, 306.

26 Ibidem, p. 300.

27 LIMA, Joaquim Alberto Pires de. *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*, p. 14.

28 Ibidem, p. 35.

29 Ibidem, p. 46.

Sob a forma de “conclusão moralizante”, invoca Joaquim Pires de Lima que em

Bragança e na Beira Baixa, onde abundavam os cristãos-novos, persiste ainda a tradição dos afogadores ou abafadores, judeus que tinham por missão estrangular os seus irmãos em crença, quando moribundos. Parece que não se tratava de práticas de eutanásia, mas sim de impedir que os doentes denunciassem, na hora da morte, os seus correligionários. Se não fosse a resistência tenaz dos cristãos e a brutal defesa de que usaram, tudo leva a crer que os judeus, com a sua vitalidade de raça prolífica e a fé inabalável nos seus destinos, transformassem a Península numa colônia de Israel.<sup>30</sup>

Escrito em 1943 e publicado em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, *Rumos da arte portuguesa*, de Fernando de Pamplona, associa inequivocamente os judeus, a arte moderna e a degradação intencional quer da civilização ocidental em geral, quer da arte portuguesa em particular. Comparados com “os filhos da África negra”, os israelitas patenteariam as suas “raízes orientais” e uma pretendida incapacidade de produção estética figurativa:

Não há que iludir-nos! É a invasão da arte europeia pelo Oriente brumoso e pela África negra – o primeiro quase órfão de tradições plásticas, a segunda a debater-se em plena selvajaria. É a sorrateira infiltração dos novos bárbaros, dos criadores de monstros, que proliferam como gafanhotos...<sup>31</sup>

Segundo o autor, compreende-se

que uma raça de iconoclastas, dada à abstração nebulosa e a especulações confusas, traga no sangue a incompreensão e o horror da curva harmoniosa, apta como nenhuma outra a representar os corpos vivos, e que, ao tentar esta representação, difícil entre todas, procure grosseiramente esquematizar e deformar, resvalando num geometrismo sumário e ou numa visão caricatural. Outra característica orient-tal, e esta eminentemente judaica: o hermetismo, que vai do Talmude ao “Apocalipse”. Ora a maioria dos expressionistas, cubistas, surrealistas são de proveniência oriental, judeus ou discípulos de judeus.<sup>32</sup>

Negando quaisquer “preconceitos injustificados”, Fernando de Pamplona proclama:

Apenas registamos a sua [dos judeus] inferioridade manifesta no domínio das artes plásticas e portanto a sua rotunda incompetência para, neste particular, darem lições aos europeus, que, através de mais de dois milênios, plasmaram obras-primas sem conta e sem par. Apenas verificamos objetivamente (e nada temos a fazer-lhes...) que um abismo os separa da tradição europeia e do seu espírito e que representam a negação intolerável e brutal de tudo quanto temos sido e somos, de tudo quanto conquistamos e amamos. Submetemo-nos a estes estrangeiros do interior, a estes bárbaros da sensibilidade equivale a demitirmo-nos. A Europa estará madura para a servidão?<sup>33</sup>

---

30 Ibidem, p. 45.

31 PAMPLONA, Fernando de. *Rumos da arte portuguesa*, p. 79.

32 Ibidem, p. 67.

33 Ibidem, p. 70-71.

## Conclusão

Argumentei, neste texto, sobre as características totalitárias e fascistas do Estado Novo português, acerca da compatibilidade entre a natureza do salazarismo e um discurso propagandístico na aparência moderado, com muitas semelhanças face aos períodos anteriores (Monarquia Constitucional, Primeira República e Ditadura Militar). A ditadura de direita teria procurado concretizar uma estratégia de propaganda ao mesmo tempo sistêmica e controlada, preventiva e mobilizadora, mas diferenciadora de vários segmentos da população (elites, classes médias e classes populares; ativos e absentistas em termos cívicos), absolutamente condenatória das alternativas e fundamentadora do regime e do seu chefe.

Afirmei que o Estado Novo encontrou na relação com o passado um dos seus principais vetores de legitimação, configurando e tentando impor o historicismo neometódico como a leitura oficiosa acerca da “história pátria”, optando por construir uma “identidade nacional” e por se apresentar como seu legítimo continuador. O regime recorreu a antigas e a modernas modalidades de condicionamento do processo de reprodução da memória histórica, com destaque para o ensino e as comemorações histórico-patrióticas, o patrimônio cultural e a museologia, a arquitetura e o urbanismo, a comunicação social e a atividade de organização de enquadramento de massas.

Concordando com os investigadores que classificam o salazarismo como regime que não promoveu soluções radicais de discriminação e perseguição aos judeus, discordo da avaliação segundo a qual Portugal teria desconhecido, na primeira metade do século XX, formas significativas de darwinismo social e de antissemitismo. Referimos, a esse propósito, a reafirmação da natureza “estrangeira e negativa”, para a nação lusa e, em geral, para a civilização ocidental, da religião e da cultura judaicas, bem como o sistemático louvor do antijudaísmo verificado na Idade Moderna; e o argumentário invocado e medidas político-administrativas adotadas contra os refugiados de origem judaica, tanto na segunda metade da década de 1930, como durante o período da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto.

Tentei, igualmente, rastrear e interpretar, de forma contextualizada, exemplos avulsos de modalidades de construção de memória histórica – da mundividência oficial ou oficiosa do Estado Novo – nos quais o antissemitismo desempenhasse uma função relevante ou, mesmo, nuclear. Coerentemente com a estratégia de mobilização contida adotada pelo salazarismo, observou-se uma focalização maioritária nos períodos medieval e moderno. A quase ausência de referências à Idade Contemporânea resultaria do fato de Portugal “ter resolvido o seu problema judaico” entre os séculos XVI e XVIII.

No fim do presente texto, chamo a atenção para as dificuldades de interpretação da realidade portuguesa (e de outros objetos de estudo) que decorrem de uma utilização redutora dos conceitos de antijudaísmo e de antissemitismo.

Talvez se justifique deixar de pressupor que existe uma distância inultrapassável entre a primeira categoria – supostamente válida para os períodos medieval e moderno, bem como para a generalidade dos setores católicos na Idade Contemporânea – e a segunda, aplicável somente à Idade Contemporânea (e neste, antes de mais, aos cultores das várias modalidades de darwinismo social).

À semelhança do ocorrido nos séculos XIX e XX, também na Idade Moderna, além da condenação da crença na religião judaica e da prática de outros rituais da cultura em causa, da atribuição aos indivíduos que recusam a conversão ao cristianismo de lacunas morais e de objetivos malignos limitados, houve quem considerasse que os judeus – os seus corpos e almas deformados – não eram recuperáveis e tendiam necessariamente à concretização de conspirações globais. Daí que o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição assegurasse quer a investigação de ideias e de práticas judaizantes, quer a emissão dos “atestados de limpeza de sangue”, garantias da segregação e da hierarquização entre cristãos-velhos e cristãos-novos.

Eventualmente, as principais diferenças estarão não nos vetores nucleares de ambas as posturas condenatórias de judeus – o antijudaísmo e o antisemitismo –, mas nas características estruturantes das sociedades de Antigo Regime e das economias-mundo contemporâneas. Segmentados (em termos sociojurídicos e geográficos), fundados na ligação umbilical entre política e religião, mais fechados sobre si mesmos, os Estados da Idade Moderna geraram mundividências fragmentadas e focalizadas em indicadores religiosos. Integradas, laicizadas e mais internacionalizadas, marcadas pela afirmação do(s) cientismo(s), as sociedades da Idade Contemporânea construíram ideologias sistêmicas e baseadas em fatores raciais ou genéticos.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A construção da verdade autoritária (1937-1945)*. São Paulo: USP; Humanistas, 2001.

AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1940.

ARAÚJO, Ana Cristina. Política e diplomacia na Era das Revoluções. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, v. 5: O liberalismo. Este volume foi coordenado por Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921.

BANKIER, David (ed.). *Probing the depths of German antisemitism*. Jerusalém: Yad Vashem, 2001.

\_\_\_\_\_; GUTMAN, Israel (ed.). *Nazi Europe and the Final Solution*. Jerusalém: Yad Vashem, 2009.

\_\_\_\_\_; MICHAN, Dan (ed.). *Holocaust and Justice*. Jerusalém: Yad Vashem, 2010.

BREITMAN, Richard. *Os segredos do Reich que os Aliados sabiam* (traduzido do inglês). Lisboa: Âncora Editora, 2001.

BROWNING, Christopher Robert. *The origins of the Final Solution*. Jerusalém: Yad Vashem, 2004.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. *Obras pastorais*. 7 volumes. Lisboa: União Gráfica, 1936-1970.
- CHALANTE, Susana. O discurso do Estado salazarista perante o "indesejável" (1933-1939). *Análise Social*, n. 198, p. 41-63, 2011.
- FERRO, Marc. *L'histoire sous surveillance: science et conscience de l'histoire*. Paris: Calman-Lévy, 1985.
- FRANCO, Manuela. Judeus em Portugal. In: MÓNICA, Maria Filomena; BARRETO, António (coord.). *Dicionário de história de Portugal* (suplemento), v. 8. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, p. 314-324.
- \_\_\_\_\_. Uma influência portuguesa no Levante? A diplomacia ao serviço da propaganda do prestígio da República. *Política Internacional*, p. 187-206, outono/inverno de 2002.
- FRIEDLÄNDER, Saul. *The years of persecution: Nazi Germany and the Jews (1933-1939)*. Londres: Phoenix, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *The years of extermination: Nazi Germany and the Jews (1939-1945)*. Nova Iorque: Harper Perennial, 2007b.
- GUTMAN, Israel. *Holocausto y memoria* (traduzido do hebraico). Jerusalém: Yad Vashem, 2003.
- HAWKINS, Mike. *Social Darwinism in European and American thought (1860-1945)*. 2. ed. Cambridge: CUP, 1998.
- JANEIRO, Helena Pinto. *Salazar e Pétain: relações luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-44)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- LEAL, Ernesto Castro. *Nação e nacionalismo: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.
- LIMA, Joaquim Alberto Pires de. *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1940.
- LOFF, Manuel. *As duas ditaduras ibéricas na nova ordem eurofascista*, v. 3. Florença, 2004. (policopiado).
- \_\_\_\_\_. *O novo século é fascista! O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008.
- LOUÇÃ, António; PACCAUD, Isabel. *O segredo da rua d'O Século*. Lisboa: Fim de Século 2007.
- MACHADO, Fernando Falcão; NUNES, Júlio Catarino. *História de Portugal: súmula das lições magistrais de história de Portugal (1º ano) pelo Exmo. professor senhor doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, no ano lectivo de 1927/1928 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Tipografia da Gráfica Conimbricense, 1928.
- MADEIRA, Lina. *Alberto da Veiga Simões: esboço de uma biografia política*. Coimbra, 2000. (policopiado).
- \_\_\_\_\_. *Correspondência de um diplomata no III Reich*. Coimbra: Mar da Palavra, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O mecanismo de (des)promoções do MNE: o caso paradigmático de Aristides de Sousa Mendes*. 2 volumes. Coimbra, 2013. (policopiado).
- MARCHI, Riccardo. *As direitas radicais em Portugal durante o Estado Novo (1945-1974)*. Lisboa, 2007. (policopiado).
- MARTINS, Jorge. O moderno antissemitismo em Portugal. *Vária Escrita*, n. 11, p. 291-336, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Portugal e os judeus*. 3 volumes. Lisboa: Editorial Vega, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A República e os judeus*. Lisboa: Nova Vega, 2010.
- MATOS, Sérgio Campos. *História, mitologia e imaginário nacional: a história no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

MATTOSO, António G. *Compêndio de história universal (4º e 5º anos dos liceus)*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1939.

MEA, Elvira de Azevedo; STEINHARDT, Inácio. *Ben-Rosh*: biografia do capitão Barros Basto, o “apóstolo dos marranos”. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

MEDINA, João; BARROMI, Joel. O projecto de colonização judaica em Angola. *Clio*, v. 6, p. 79-105, 1987-1988.

MEDINA, João. António Sardinha, antissemita. *A Cidade*, n. 2, p. 45-122, jul./dez. 1988.

\_\_\_\_\_. O caso Dreyfus em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras [UL]*, V série, n. 16/17, p. 115-231, 1994.

MELLO, Manuel Homem de. *Eu vi morrer o III Reich*. Lisboa: Editorial Vega, 1982.

MILGRAM, Avraham (ed.). *Entre la aceptación y el rechazo*: América Latina y los refugiados judíos del nazismo. Jerusalém: Yad Vashem, 2003.

\_\_\_\_\_. *Portugal, Salazar e os judeus*. Lisboa: Gradiva, 2010.

MUCZNIK, Lúcia Liba et al. (coord.). *Dicionário do judaísmo português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

MÜHLEN, Patrick von zur. *Caminho de fuga Espanha-Portugal*: a emigração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945. Coimbra: IUC, 2012.

NUNES, João Paulo Avelãs. Ideologia e história no Estado Novo (1933-1949). *Vértice*, II série, n. 56, p. 13-23, set./out. 1993a.

\_\_\_\_\_. *A história económica e social na Fluc (1911-1974)*: o historicismo neometódico – ascensão e queda de um paradigma historiográfico. Lisboa: IIE, 1995.

\_\_\_\_\_. As organizações de juventude e a memória histórica do Estado Novo (1934-1949). *Anais/História [UAL]*, p. 235-275, 1996-1997.

\_\_\_\_\_. Tipologias de regimes políticos: para uma leitura neomoderna do Estado Novo e do Nuevo Estado. *População e Sociedade*, n. 8, p. 73-101, 2002.

\_\_\_\_\_. Funções da legislação no Estado Novo português (1926-1974). In: BORGES FILHO, Nilson; FILGUEIRAS, Fernando (org.). *Estado, direito e ética*: ensaios sobre questões da nossa época. Juiz de Fora: Granbery Edições, 2007. p. 31-50.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*. Coimbra: IUC, 2010.

\_\_\_\_\_. Neodarwinism and politico-ideological concepts in Portugal during the first half of the 20th century. In: PEREIRA, Ana Leonor et al. (ed.). *Darwin, evolution, evolutionisms*. Coimbra: IUC, 2011. p. 151-155.

\_\_\_\_\_. O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais. In: \_\_\_\_\_; FREIRE, Américo (coord.). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX*: olhares cruzados. Coimbra: IUC, 2013a. p. 53-79.

\_\_\_\_\_. A memória histórica enquanto tecnologia: Estado Novo, desenvolvimento e democracia. In: PIMENTEL, Irene Flunser; REZOLA, Maria Inácia (coord.). *Democracia, ditadura*: memória e justiça política. Lisboa: Edições Tinta da China, 2013b. p. 363-384.

\_\_\_\_\_. Darwinismo social e antissemitismo: o caso português. *Cultura, Espaço & Memória*, n. 5, p. 117-132, 2014.

NUNES, João Paulo Avelãs et al. *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*. Coimbra: Fluc, 1993b.

Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de ferro*: o dispositivo cultural durante a “política do espírito” (1933-1939). Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

OS JUDEUS e o comunismo. *O Trabalhador*, ano III, n. 69, 1º mar. 1937.



- OS JUDEUS na Alemanha. *Indústria Portuguesa*, ano 12, n. 132, fev. 1939.
- PAMPLONA, Fernando de. *Rumos da arte portuguesa*. Porto: Portucalense Editora, 1944.
- PARNES, Livia. *Présences juïves dans le Portugal contemporain (1820-1939)*. 2 volumes. Paris, 2002. (policopiado).
- PERALTA, António da Silva Pena [Paulo de Tarso]. *Crimes da Franco-Maçonaria judaica*. Guarda: Empresa Veritas, 1928.
- PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: filosofia, história, engenharia social (1865-1914)*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.
- PEREIRA, António Serras. *Portugal na história da civilização*. Lisboa: Edição de José Fernandes Júnior, 1928.
- PHAYER, Michael. *The Catholic Church and the Holocauste (1930-1965)*. Bloomington: Indiana University Press, 2000.
- PIMENTA, Alfredo. *Elementos de história de Portugal*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1934.
- PIMENTEL, Irene Flunser. *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*. 3. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.
- \_\_\_\_\_.; NINHOS, Cláudia. *Salazar, Portugal e o Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates, 2013.
- PINTO, António Costa. *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936): a juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo*. Lisboa: História Crítica, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- \_\_\_\_\_.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.). *História contemporânea de Portugal (1808-2010)*. 5 volumes. Lisboa: Fundação Mapfre; Penguin Random House Grupo Editorial Unipessoal Ltda., 2013-2015.
- PITA, Gabriel de Jesus. *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo: a revista Lumen (1937-1945)*. 2 volumes. Lisboa, 1995. (policopiado).
- PORTUGAL. *Congresso do Mundo Português*. 19 volumes. Porto: Imprensa Portuguesa, 1940.
- \_\_\_\_\_. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Dez anos de política externa (1936-1948): a nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*. 15 volumes. Lisboa: MNE/IN, 1961-1993.
- ROHR, Isabelle. *The Spanish Right and the Jews (1898-1945)*. Londres: Sussex Academic Press, 2008.
- ROSAS, Fernando (coord.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, v. 7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2015.
- ROTHER, Bernd. *Franco y el Holocausto* (traduzido do inglês). Madri: Marcial Pons, 2005.
- SAA, Mário. *A invasão dos judeus*. Lisboa: Libânio da Silva, 1925.
- SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas*. 6 volumes. Coimbra: Coimbra Editora, 1945-1967.
- SANTOS, Miguel Dias. *A contrarrevolução na I República (1910-1919)*. Coimbra: IUC, 2010.
- SARDINHA, António. *O valor da raça*. Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa, 1915.
- SCHAEFER, Ansgar. *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*. Coimbra: IUC, 2014.
- SEQUEIRA, Francisco Pereira de; PEIXOTO, José de Lemos. *Os planos da autocracia judaica: Protocolos dos sábios de Sião*. Porto: Livraria Portuguesa, 1923.
- TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

\_\_\_\_\_. *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*. 2 volumes. Coimbra: IUC, 2010.

TORGAL, Luís Reis et al. *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar* (traduzido do francês). Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VITAL, David. *A people apart: the Jews in Europe (1789-1939)*. 2. ed. Oxford: OUP, 2009.

WASSERSTEIN, Bernard. *On the Eve: the Jews of Europe before the Second World War*. Londres: Profile Books, 2012.

WINOCK, Michel. *Nationalisme, antisémitisme et fascisme en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

## Parte II

### Diagnóstico e profilaxia da nação



Parada trabalhista em solidariedade ao presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1942.  
Agência Nacional. Acervo Arquivo Nacional. BR\_RJANRIO\_EH\_0\_NEG\_D07807\_005

# Psiquiatria e poder no fascismo italiano

Alberto De Bernardi<sup>1</sup>

## Uma ciência para a normalização

Em 2009 um grande diretor italiano, Marco Bellocchio, no filme *Vincere* [vencer, ganhar], apresentou a trágica história de Ida Dalser, primeira esposa de Mussolini, com quem teve um filho, Benito Albino. Ida e Benito foram mortos em um hospital psiquiátrico, onde ficaram encarcerados pelo regime para esconder uma tragédia familiar que preocupava o futuro *duce* [líder] nos turbulentos anos da Grande Guerra.

A história é simples, embora brutal. Em 1914, em Milão, Benito Mussolini, que, expulso do Partido Socialista, se tornou um dos líderes do intervencionismo, começa uma relação íntima com Ida Dalser, uma renomada esteticista local, mesmo que já tivesse tido a filha Edda, com Rachele Guidi, que viria a ser sua segunda esposa. Não está claro se Mussolini se casou no religioso com Ida Dalser na província de Trento, que à época fazia parte do Império Austro-Húngaro, ou se apenas o prometera; de qualquer maneira, Dalser comprometeu-se fortemente em apoiar a carreira política do marido/amante e em ajudá-lo financeiramente na fundação do jornal *Il Popolo d'Italia*, que veio a ser a voz mais autorizada da batalha intervencionista e, em seguida, o principal órgão político do fascismo.

Em 1915, enquanto Mussolini estava na frente de batalha como voluntário, Ida Dalser engravidou e, em novembro, nasceu uma criança a quem se deu o nome de Benito Albino. No entanto, em 1917, ele se casou em uma cerimônia civil, a única reconhecida na Itália antes da concordata de 1929, com Rachele Guidi. Abriu-se, assim, um trágico conflito entre Mussolini e Ida Dalser, determinada a fazer valer seus direitos como esposa e mãe que, depois de muitas voltas, terminou em 1927 com a internação dela em um hospital psiquiátrico e a concessão da guarda da criança à família da cidade original da mãe. Ambas as determinações foram ordenadas pelo próprio *duce* para evitar que o caso interferisse em sua ascensão política.

A hospitalização de Ida Dalser só pôde ser realizada com a cumplicidade e subordinação ao poder de muitos médicos, enfermeiros e diretores de hospitais que, sob a orientação cuidadosa de prefeitos e gestores, creditaram a ela uma suposta doença mental, dobrando-se a ciência a objetivos meramente políticos para conduzir a senhora a uma hemorragia cerebral que encerrou a sua existência em fins de 1937. Jamais se soube onde foi enterrada.

---

1 Professor titular de História Contemporânea da Universidade de Bolonha.

Foi um verdadeiro e próprio “crime do regime”, cuja única documentação se compõe de desfalcadas fichas clínicas dos manicômios e das muitas cartas que ela escreveu a vários interlocutores, incluindo o próprio Mussolini, e que permaneceram ocultas até o início do nosso século: um crime que não terminou em 1937, mas que atingiu seu trágico fim com a morte de Benito Albino, em 1942, no hospital psiquiátrico de Mombello, em Milão, onde também foi tratado de alegados transtornos mentais e assassinado provavelmente por uma mistura de drogas letais consumidas com a complacência de um grupo de psiquiatras.

Nesse caso, nos deparamos com uma história pessoal, totalmente estranha à política: o ditador, um notório conquistador cercado de amantes – bem diferente de Adolf Hitler, Salazar e do próprio Franco, que se fizeram apresentar como protótipo da castidade –, usa seu poder para silenciar a amante perigosa e indomável que poderia minar sua imagem pública. Ida Dalser, no entanto, nunca foi uma adversária política, não era uma antifascista contra quem Mussolini poderia ter usado as armas da repressão militar e judiciária: era uma mulher e uma mãe que não aceitou ser posta de lado pelo homem que amava.

Para se livrar da amante, o *duce* usou a psiquiatria, a ciência da mente, para dar conta da tarefa. Desde suas origens oitocentistas, era difícil definir a fronteira entre razão e “não razão” e, sobretudo, entre normalidade e anormalidade; o aparato conceitual da psiquiatria vem socorrer e resgatar o poder político ao permitir que o comportamento de Ida Dalser e seu filho sejam atribuídos ao mundo da loucura: a paixão amorosa de uma mulher, seduzida e abandonada, e a busca pelo pai por um filho também abandonado, tornam-se, nas mãos dos psiquiatras, “histeria”, “neurastenia”, “neurose”, “astenia”, ou seja, doenças mentais para as quais as portas do manicômio se abrem.

O manicômio não é um hospital geral nem um cárcere, mas o resultado de um debate científico complexo sobre o cuidado dos loucos no qual vem se definindo o papel da psiquiatria, espremido entre o esforço para lidar com o distúrbio mental, por meio de um projeto científico de caráter clínico e neuropatológico, e a demanda social de controlar o comportamento das pessoas consideradas perigosas ou longe do senso comum ditado pelo pudor e pela moral.

O hospital psiquiátrico assume o caráter de um espaço terapêutico e de custódia no qual o cuidado com o paciente coincide com a sua normalização, ou seja, com a sua plena reinserção no plano da racionalidade e da ordem social da qual ele havia escapado.<sup>2</sup>

Desde suas origens, então, a psiquiatria atribuía ao manicômio os objetivos ao mesmo tempo médico e social, servia para recuperar os doentes mentais, mas

---

2 DORNER, K. *Il borghese e il folle: storia sociale della psichiatria*, p. 35-36.

também para racionalizar a sociedade, na medida em que curar as “aflições da alma” significava libertar os doentes das alterações que o impediam de ter uma plena aceitação das normas civis e morais.<sup>3</sup> O manicômio era o lugar onde este processo se realizava, preservando ao mesmo tempo a sociedade das “índoles perigosas” próprias da doença mental.

Especialmente para a ciência, porém, terapia e custódia andavam a par e passo, e assim se delineavam fortemente os laços entre a psiquiatria e a política, não só no sentido de que o encarceramento do doente mental requeria uma legislação cada vez mais complexa para determinar à qual autoridade pública seria delegada a responsabilidade pela internação dos loucos, mas, principalmente, no sentido de que a psiquiatria assumia o papel de um aparato funcional de controle da sociedade. O caso de Ida Dalser foi um exemplo absolutamente emblemático disso.

De fato, toda a legislação europeia, que entre o Oitocentos e o Novecentos acompanhou o nascimento dos manicômios e o controle estatal da doença mental, girava em torno da necessidade de proteger a sociedade do perigo representado por esse conjunto de condições que, ao contrário de outras doenças e antes de constituir um campo nosológico sobre o qual exercitar a ação terapêutica, apareceu primeiramente como um conjunto de comportamentos “desviantes” no que diz respeito à ordem moral comum e, especialmente, às normas da convivência civil.<sup>4</sup>

A loucura era, portanto, uma doença diferente das demais, porque dizia respeito ao universo do comportamento humano, muitas vezes indecifrável e que, inevitavelmente, invadia o espaço coletivo. A psiquiatria era instada a definir em termos científicos o intrincado universo do comportamento “anormal”, identificando as causas e distinguindo-as em uma taxonomia científica para a obtenção de um conjunto abrangente de ferramentas terapêuticas. Já no final do Oitocentos isto era aceito como definição de loucura, a soma das manifestações de personalidade irreduzíveis em cada disciplina social, balançando, como Foucault argumentou, entre a “resistência” e a “desobediência”, em seu conjunto caracterizado por uma alta taxa de “perigo social”:<sup>5</sup> de fato, o louco é o sujeito submetido a um tratamento terapêutico também porque tal doença o torna “perigoso para si e para os outros”, como pregavam todos os manuais psiquiátricos da época. Mas esse esforço em contribuir com a defesa da ordem social, por meio

---

3 Sobre o complexo caminho científico da psiquiatria europeia no curso do século XIX, ver PERI, F. *De. Il medico e il folle: istituzione psichiatrica, sapere scientifico e pensiero medico tra Otto e Novecento*, p. 1.129.

4 Sobre o tema, ver FOUCAULT, M. *Gli anormali: corso al Collège de France (1974-1975)*. Ver também outros dois cursos do Collège de France organizados por BERTANI, M.; FONTANA, A. *Bisogna difendere la società (1975-1976)*; e LAGRANGE, J. *Il potere psichiatrico (1973-1974)*.

5 PETRACCI, M. *I matti del duce: manicomi e repressione politica nell'Italia fascista*, p. 20.

da análise clínica, de uma articulada taxonomia do desvio e da criação de um espaço especial de reclusão, apontava para subtrair da lei o conceito de uma ampla gama de comportamentos humanos considerados desviantes, atribuindo-os não à categoria de crime, mas à de doença.

A distinção entre loucura e crime já constituía no Oitocentos um dos grandes campos de pesquisa da psiquiatria. Esta nova ciência médica estava disposta a ampliar o espaço do comportamento humano a ser submetido ao seu próprio poder social e acadêmico e a subtraí-lo do Judiciário, identificando por trás dos delitos os casos de transtornos mentais como formas de degeneração psíquica, muitas vezes hereditárias, cujo cuidado deveria ser voltado para a cura e não para a detenção. Essas pessoas teriam como destino o manicômio e não o cárcere. Podemos dizer que este conflito de competência não conseguiria esconder uma série de pontos de contato e áreas de sobreposição, enraizadas na questão complexa de “periculosidade social” e no objetivo comum de proteger a sociedade de tais comportamentos “antissociais” e desviantes: a Justiça os controlava e reprimia por meio do encarceramento, enquanto a psiquiatria tentava prevenir e corrigir tais desvios por meio da investigação científica da *psique* humana e da custódia em lugares especiais de reabilitação forçada.

A este respeito, é útil seguir as reflexões de Michel Foucault contidas no curso do Collège de France, em 1976, intitulado “Devemos defender a sociedade”. Neste curso, Foucault observou como as ciências humanas se situam entre “a organização da lei” e “a mecânica da coerção”, ajudando a definir um “código de normalização”, cujos procedimentos seriam capazes de “colonizar [...] aqueles da lei”, reduzindo seu campo de atuação.<sup>6</sup>

A psiquiatria tem sido considerada a ciência humana que levou este processo de “colonização” aos limites extremos, criando um entrelaçamento da lei e da norma social cada vez mais próximo e mais ambíguo, que abria brechas impensáveis para o poder estatal ampliar a malha do controle social à vontade, pois colocava à sua disposição instrumentos “científicos” para codificar as regras comportamentais consideradas perigosas, já que as pessoas “doentes” podiam ser submetidas ao controle e à custódia, independentemente do fato de terem violado alguma norma legal.

A entrada no manicômio seguia, de fato, um procedimento muito semelhante àquele da entrada na prisão, e era frequentemente a mesma autoridade quem estabelecia o caminho a seguir. Na realidade, no caso de Ida Dalser, foram os prefeitos e os gestores que determinaram seu caminho repressivo até o asilo, uma vez que o caminho da prisão teria sido legalmente infundado. Essa decisão foi tomada em estreita sinergia com a autoridade científica de médicos e psiquiatras,

---

6 BERTANI, M.; FONTANA, A. *Bisogna difendere la società (1975-1976)*, p. 40-41.

que transformam a rebeldia (talvez excessiva) de uma mulher frente ao amor traído em uma “doença” – uma “neurastenia”, de acordo com a nosologia da época –, o que a leva para longe da prisão, mas que lhe abre as portas do manicômio.

Mas as reflexões de Foucault presentes em seus cursos nos convidam a ir além desse tema ao projetar essas questões no quadro mais geral da história das sociedades e do povo, no qual a definição da ordem normativa (ou seja, qual comportamento é julgado normal ou anormal) e o poder de dotá-la de legitimidade universal assumem as características de um aspecto fundamental para definir, ao longo do tempo, a luta incessante de classe, de raça ou pelo poder.

Na sociedade moderna, o Estado é o instrumento pelo qual aqueles que conseguem impor-se nesse conflito definem – ou tentam definir – a fronteira entre norma e antinorma, entre ordem e desordem, entre o “nomos” e seu oposto, preenchendo esses espaços antiéticos de valores, ideais, convenções sociais e de representações de si que tendem a se transformar em mentalidade coletiva: a isto o filósofo francês chama “racismo de Estado”, “racismo que uma sociedade exercita contra si mesma, contra seus próprios elementos, contra seus próprios produtos; um racismo interno, aquele da purificação permanente que será uma das dimensões fundamentais da ‘normalização social’”.<sup>7</sup>

É, portanto, nesta sociedade atravessada por tal conflito permanente entre forças e poderes, em torno da definição de normas e convenções (determinantes da linha divisória entre inclusão e exclusão social), que o “duplo mandato”, científico e “político”, junto à psiquiatria assume todo o seu significado: um aparato de saberes encarregado do controle dos processos de normalização social. Trata-se, no entanto, de um aparato historicamente dinâmico, que não se limita a fornecer uma consagração científica a normas já existentes, ou a servir extraordinariamente tanto ao poder quanto excessivamente se propõe, de modo explícito, a ter um papel ativo em um plano de intervenção terapêutica e securitária, com o objetivo da reeducação dos desviantes: é um grande e ambicioso desenho, quase utópico, de regeneração do homem o que persegue a psiquiatria desde o tempo da Revolução Francesa, para subtrair os loucos da prisão e devolvê-los à sociedade redefinindo novamente o conceito de perigo social.<sup>8</sup>

Já no final do século XIX, esse conceito subjugou um complexo processo de expansão, na medida em que as teorias científicas da raça e da eugenia tomavam forma, abandonando o estrito âmbito criminológico para abordar uma pluralidade de questões que também tinham que ser feitas sobre o destino da população.

---

7 BERTANI, M.; FONTANA, A. *Bisogna difendere la società (1975-1976)*, p. 57-58 e seguintes.

8 BERNARDI, Alberto De. *Follia, psichiatria e società: istituzione manicomiali, scienza psichiatrica e classe nell'Italia moderna e contemporânea*.



A doença mental, de fato, fora proposta, sobretudo pela medicina positivista do final do Oitocentos, como uma degeneração do homem que implicava o conceito de raça. Foi o grande psiquiatra Cesare Lombroso quem esteve na linha de frente desta corrente, apoiando cientificamente a natureza orgânica e biológica da loucura, formalizando o estreito vínculo entre a saúde mental e a degeneração. Na ótica lombrosiana, o louco era fruto do resultado biológico de uma regressão da personalidade humana aos graus primitivos da “escala evolutiva”, que se referia à degeneração atávica na qual as anomalias orgânicas e os vícios morais estavam fortemente entrelaçados.

Como assinalou Valeria Babini, porém, o conceito de degeneração caracterizou-se por uma evolução complexa que o tornou chave para a leitura de fenômenos médicos e sociais mais amplos e diversificados, passando “de uma formulação ortodoxa [...] à definição sempre mais ampla e genérica, evocativa de situações nas quais a doença, a miséria psicológica e a dificuldade social acabaram se misturando”. Nesse processo de “deslizamento” semântico, o campo de estudo inerente à degeneração deslocou-se progressivamente “do indivíduo (o único degenerado, idiota, louco, criminoso) para a sociedade (as multidões, a massa, a cidade) e, portanto, do campo da medicina para o da sociologia”<sup>9</sup>.

Nos Estados liberais europeus, onde havia problemas científicos e projetos concretos ainda não reconhecidos, a questão do controle social da loucura resultou em uma série de leis que tentaram regular a densa rede de questões médicas, legais e políticas e, de fato, foram enfatizados aspectos relacionados à proteção da ordem social e da segurança pública. A legislação psiquiátrica concentrou-se, essencialmente, na definição das regras que permitiam a admissão obrigatória daqueles que praticavam “escândalo público”, como previa a lei italiana de 1904, atribuindo a decisão, mesmo antes dos médicos, à autoridade judicial à qual a manutenção da ordem pública era delegada. Os manicômios deviam acolher as pessoas dotadas de periculosidade social em detrimento do tratamento dos pacientes mentais “inflexíveis e inquietos”: a questão é proteger a sociedade, e não tratar os doentes.

Mas, para a psiquiatria do início do Novecentos, não era mais possível sair de seu padrão de intervenção, que se baseava na privação da liberdade – é sintomático como eram fracos os ecos da revolução freudiana –, dentro do qual as críticas às intervenções legislativas eram conduzidas em nome de uma extensão da intervenção estatal em favor da abertura dos hospitais psiquiátricos para todos os doentes mentais e em função não só do tratamento, mas, sobretudo,

---

9 BABINI, V. P. Maria Montessori e Gina Lombroso: due risposte femminili al problema della degenerazione, p. 186-188. Sobre esse tema, ver também: GERVASONI, M. Cultura della degenerazione tra socialismo e criminologia alla fine dell'Ottocento in Italia.

da proteção da saúde, que agora se aplicava plenamente às visões eugênicas e biopolíticas que se afirmavam no mundo científico e político na virada da Primeira Guerra Mundial.

Pode ser útil reportar as considerações de Leonardo Bianchi, um dos grandes psiquiatras italianos e dirigente executivo da Sociedade Freniátrica Italiana, que reunia a grande maioria dos “alienistas”, apresentadas ao Senado do reino na véspera da Marcha sobre Roma.<sup>10</sup> Na ocasião, a fim de fortalecer seus argumentos, foi feita uma avaliação negativa dos resultados da lei de 1904 em termos de controle público sobre a loucura, a partir de procedimentos excessivamente restritivos de admissão em hospitais psiquiátricos. “A notável quantidade de pacientes fora dos manicômios contribuía para a degeneração da raça, cujo índice [foi] o enorme aumento de loucura no nosso país.” E ele continua: “O grande número de degenerados [...] quarenta ou cinquenta mil epiléticos em nosso país, dos quais apenas quatro mil [foram] recolhidos aos hospitais [...] o grande número de neurastênicos, psicastênicos e de imbecis [...]” não encontrava lugar nos manicômios pelos restritivos parâmetros de perigo social. Estes “fracos” e “débeis na vida da nação”, excluídos do controle psiquiátrico e manicomial, ameaçavam dar “a impressão do caráter de fraqueza dos grupos sociais aos quais pertenciam”, comprometendo “o valor de uma raça [...] estritamente coligado com a saúde física e mental e, sobretudo, com o vigor do caráter”. Por meio de leis mais rigorosas e com elos mais largos, “a nação”, sustentava Bianchi, devia ser capaz de salvaguardar-se da incontrolada “reprodução de seres predispostos à loucura”: o manicômio se tornava o lugar dedicado a uma profilaxia prolongada, em larga escala, para controlar/curar a degeneração mental em todas as suas formas.

### **O antifascismo como “obsessão política”**

Na Itália, o regime fascista funda uma nova organização do conhecimento estruturado em um caráter segregador e em uma classe de “funcionários intelectuais” facilmente acessível e inteiramente disponível para construir um dispositivo complexo e articulado voltado para a destruição de todo espaço de autonomia dos cidadãos e dos grupos sociais, colocando-os sob o domínio do poder político que constituía a essência mesma do totalitarismo. De fato, o controle social capilarizado e penetrante do fascismo e do comunismo nos faz voltar novamente às reflexões que Foucault delineava como um gigantesco salto de qualidade nos processos de normalização dos indivíduos, comum aos regimes políticos do Oitocentos. O totalitarismo não se limitava a segregar

---

<sup>10</sup> N. da t.: Marcha sobre Roma – grande manifestação fascista com característica de golpe de Estado, ocorrida em 30 de outubro de 1922, na cidade de Roma. A nomeação de Benito Mussolini como chefe de governo pelo rei Vítor Emanuel III levou ao poder o Partido Nacional Fascista (PNF), representando o fim da democracia liberal.

todas as formas de desvio e de anormalidade em nome da defesa da ordem constituída, mas pretendia penetrar e plasmar as consciências, transformando os seres humanos em um “homem novo” capaz de aderir perfeitamente aos mitos políticos promovidos pela ideologia que se constituiria em uma nova base simbólica e identitária.

Portanto, nesta nova ótica, a finalidade que o poder atribui ao manicômio e à psiquiatria, no momento em que os integra plenamente na máquina de controle social totalitário, se sintetiza implacavelmente nas palavras que um carcereiro dirigiu a um dissidente soviético enquanto ele era internado em um hospital psiquiátrico: “nós o curamos não de uma doença, mas de suas convicções”.<sup>11</sup>

O “perigo social” do doente mental se expandia, portanto, em uma multiplicidade de direções, e à psiquiatria coube a responsabilidade de formular a sua construção científica, ao mesmo tempo que o manicômio assumia cada vez mais a forma de um espaço de segurança submetido ao controle policial. Mas o fato, nada irrelevante, de que as mudanças nas funções do saber psiquiátrico, no âmbito do controle social totalitário, não implicaram, pelo menos para o caso italiano, uma reforma geral da legislação sobre os hospitais psiquiátricos e uma reorganização do sistema de manicômios chama a atenção para a flexibilidade das categorias científicas desenvolvidas pela cultura psiquiátrica do Oitocentos e o forte sentido de custódia, em detrimento da prática terapêutica, adotada pela gestão pública da doença mental proporcionada pelo Estado liberal.

De fato, além do esforço do novo código de procedimento penal, aprovado em 1930 – para endurecer as regras que determinavam a internação psiquiátrica, fortalecendo o peso do Judiciário e da segurança pública em detrimento dos psiquiatras –, todo o conjunto normativo permaneceu em perfeita continuidade com o passado, ocasião em que foi elaborada uma concepção de intervenção psiquiátrica que fortalecia uma visão sociobiológica da loucura, visando, principalmente, a uma espécie de purificação geral da sociedade a partir de seus elementos disgênicos.

No fascismo, em particular, a radicalização da “fiscalização” política descendia diretamente da concepção do “Estado ético”: uma entidade política orgânica, bastante diferente do Estado liberal, pois, segundo a teoria de Giovanni Gentile, expressava uma “vontade superior que excede[ia] o indivíduo e o faz[ia] um membro consciente de uma sociedade espiritual” com um sentido fortemente nacionalista e racista.<sup>12</sup> O Estado ético era o depositário dos verdadeiros propósitos da nação e

---

11 CORTI, M. (org.). *Le testimonianze del tribunale Sacharov sulla violazione dei diritti dell'uomo nell'Unione Sovietica*.

12 Sobre a concepção do Estado de Gentile, ver GENTILE, G. *Política e cultura*, p. 128 e seguintes. Sobre o Estado ético na ideologia do fascismo italiano, ver BERNARDI, Alberto De. *Una dittatura moderna: il fascismo come problema storico*.

do povo, dos quais só poderia derivar uma única tabela de valores compartilhados e uma única concepção do mundo; essa interpretação invadia o destino coletivo que era único e coincidia com o proposto pela ideologia do regime, que seria o “sol do futuro” partilhado, ou da primazia da raça ariana em busca de seu “espaço vital”, ou ainda do império mediterrâneo sobre as “colinas fatais de Roma”.

Escreve Gentile:

Este Estado que deseja [...] é a única vontade concreta, porque sobre todos os outros só se pode dizer que foi abstratamente, enquanto se prescinde dos relacionamentos indissolúveis onde cada indivíduo é legado à sociedade e respira a atmosfera quase como linguagem, costume, pensamento, interesse, aspiração, este Estado, digo, não seria vontade, se não fosse uma pessoa [...]. Mas quem diz pessoa, diz atividade moral; diz uma atividade que quer aquele que deve desejar segundo um ideal. O Estado, que é a consciência nacional e a vontade desta consciência, extrai ainda dessa consciência o ideal que se vislumbra e coordena todas as suas atividades. Portanto, o Estado não pode deixar de possuir uma substância ética [...]. O Estado tem, para nós, um valor moral absoluto, como uma pessoa em função da qual todos os outros assumem valores que coincidem com os do Estado e por isso absoluta.<sup>13</sup>

Esta integração “total” entre regime e destino coletivo, por conseguinte, não é um elemento estático e dado de uma vez por todas; é antes o resultado de uma ação constante do Estado “que quer” e que, nesta ótica, é “uma força” que “penetra a vontade assim como a inteligência para realizar a completa identificação entre o indivíduo e o regime totalitário, por meio de formas sempre renovadas de mobilização da população, visando integrar os cidadãos ao espaço público sujeito ao controle do partido-pedagogo coletivo”.<sup>14</sup>

A “mobilização total” – usando aqui a categoria epistemológica elaborada pelo sociólogo Gino Germani<sup>15</sup> – constitui o instrumento pelo qual o Estado ético realiza a integração forçada das massas ao Estado, ou seja, a sua arregimentação de estilo militar na nova organização política, insistindo constantemente na adesão aos mitos políticos dos regimes totalitários, por meio de um articulado ritual formado por comícios oceânicos, de peregrinações políticas aos lugares sagrados da nova religião civil, de desfiles de estilo militar, de assembleias partidárias e, sobretudo, de momentos de encontro e de “fusão emocional” entre as massas e o “chefe” da revolução. Ao fascismo não só era necessário “obedecer”, era preciso também “acreditar” nele, isto é, aderir com convicção àquele destino coletivo que o regime propunha.<sup>16</sup>

---

13 GENTILE, G. *Política e cultura*.

14 *Ibidem*, p. 32-33.

15 GERMANI, G. *Autoritarismo, fascismo e classi sociali*. Para uma maior conceituação da categoria, ver JUNGER, E. *L'ideale nuovo e la mobilitazione totale*.

16 Ver CORNER, P. *Fascismo e controllo sociale*.

O Estado ético é, portanto, um Estado “ativo” que, ao gerar novos modos de protagonismo e intervenção na vida política, aumenta a intensidade do controle social, levando-o a formas extremas de violência e capilaridade para impedir que a mimesis da participação desejada pelo regime rompa os limites da desregulamentação e da retórica da propaganda, e que se traduza em liberdade de pensamento, isto é, em “convicções” autônomas.

Se, nas sociedades liberais, a definição da regra e da ordem que os cidadãos eram obrigados a compartilhar e aceitar para evitar ser “perigoso a si e aos outros” dizia respeito, ainda que de forma velada, à esfera privada das livres convicções, admitindo o confronto no espaço público de uma multiplicidade de destinos, no fascismo o perigo social sobreposto às intervenções dos dispositivos de controle social resguardava essencialmente o esforço de resistir à arregimentação violenta na malha apertada do pensamento único e de reivindicar espaços extremamente limitados de autonomia intelectual. Tanto mais, desde que era ilícito ter ideias pessoais ou entendimentos não coincidentes com o pensamento coletivo organizado pelo regime, e ainda mais se esta inteligência pudesse ser transformada em desvios que lograssem entrar na esfera ambígua e escorregadia da doença mental e das instituições que se responsabilizavam pelo seu controle: o “inimigo interno” que ameaçava a indissolúvel unidade entre fascismo e povo coincidia com a loucura, uma vez que a recusa em se reconhecer como parte de um Estado ético, como um átomo do “Estado-pessoa”, nas palavras de Gentile, se prestava perfeitamente a ser identificado com uma doença da alma, com uma ruptura moral e com um distúrbio da personalidade.

Desmedida, dissipada, experiência e exaltação do inconsciente e do fanatismo; sensualidade refinada e nevrálgica, presa entre a exaltação sádica e o colapso masoquista, tendência à visão, ao milagre, à utopia; alternativa eterna entre a renúncia ascética e à credulidade cínica, entre o extremismo anárquico e o rígido formalismo, entre o heroísmo louco e a gentileza servil.<sup>17</sup>

Assim, o letrado e filósofo Guido Manacorda termina um livro inteiramente dedicado a analisar a cultura política do bolchevismo e os bolcheviques.<sup>18</sup> Ele sintetizava os tratados identitários do inimigo do fascismo por excelência, enquanto uma outra página havia destacado a centralidade “sexo e perversão” na educação dos jovens dada pelo regime moscovita, base da destruição de qualquer vínculo familiar ou a ausência de “todo o freio moral”.

Emerge da análise apresentada por esta proposta intelectual do regime um dos mecanismos típicos do poder autoritário para destruir os autênticos adversários: redefinir a ideologia política antagonista às taras psicológicas,

---

17 MANACORDA, G. *Il bolchevismo*.

18 *Ibidem*, p. 270.

às perversões da mente no confronto das quais deveria distender a força dos mecanismos de concentração de salvaguardas dos “organismos vivos” constituídos pelo Estado, que se protegia de qualquer ameaça externa.<sup>19</sup>

Esta concepção do adversário político desumanizado e reduzido quase a um “sub-homem” dizia respeito a uma concepção mais geral do inimigo, elaborada pelas culturas totalitárias nas quais a sua “hiper-representação” grotesca e caricatural, como sublinhou Carlo Galli, era eficiente para reafirmar a sua ilegitimidade histórica, moral e política como uma ameaça que destruiria a ordem estatal. O inimigo interno “é portador de uma maldade desumana e até mesmo de uma intenção objetiva, natural, irremediável, que não é digna de ser afrontada em combate, [isto é, que se refere ao espaço político interno por meio das armas de comparação democrática, que legitima todos os sujeitos implicados], mas só de ser eliminada”.<sup>20</sup>

Criminalizar e desumanizar o inimigo político interno era parte integrante da guerra total interna e externa que constituiu a essência dos regimes que surgiram depois da Primeira Grande Guerra, fascismo e comunismo bolchevique: a guerra total, a partir do ponto de vista ideológico, referia-se a uma sorte de niilismo político com a intenção de negar e destruir “a diferenciação social como traço característico da modernidade” e construir, por meio de uma nova engenharia da alma, uma sociedade fechada, homologada e normalizada, feita de átomos submetidos à vontade absoluta do poder político.<sup>21</sup>

Voltando a Manacorda, o que surge com todas as evidências é a extraordinária funcionalidade revestida da linguagem psiquiátrica neste projeto de destruição sistemática do inimigo em um duplo sentido; por um lado, sob a ótica freudiana, pode parecer a manifestação de uma espécie de paranoia do poder, em que esse distúrbio psíquico surge como a defesa patológica do sujeito por meio do ódio e da perseguição do inimigo;<sup>22</sup> de outro, e talvez o mais relevante, é a abordagem psiquiátrica do perigo social que se torna uma ferramenta formidável para a desumanização do inimigo. Como o psiquiatra Rossi escreveu, após a promulgação das leis “fascistas” que estabeleceram a ditadura, os loucos também eram “utópicos, teóricos, inconclusivos [...] excêntricos” que haviam enchido a “Câmara antifascista” no tempo abençoado do anarquismo de Estado.<sup>23</sup>

---

19 Sobre a relação ideológica entre ciência e poder político como elemento constitutivo da psiquiatria, ver BASAGLIA, Franco; BASAGLIA, Franca Ongaro (org.). *La maggioranza deviante: l'ideologia del controllo sociale*, p. 20 e seguintes.

20 GALLI, C. *Sulla guerra e sul nemico*, p. 35-36.

21 INGRAVALLE, F. *Il nichilismo politico*, p. 153.

22 FREUD, Sigmund. *Osservazioni psicoanalitiche su un caso di paranoia (dementia paranoides) descritto autobiograficamente (caso clinico del presidente Schreber)*, p. 342-406.

23 ROSSI, E. *Natura delle reazioni antisociali. Il Manicomio*, n. 40, p. 93-94, 1927 apud POGLIANO, C. *Scienza e stirpe: eugenetica in Italia (1912-1939)*.

Entre os muitos casos que poderiam ser analisados para explicar o caminho pelo qual esta estratégia geral se traduz em práticas operativas concretamente seguidas por prefeitos, gestores e médicos, vale a pena nos debruçarmos sobre os casos de Secondo Biamonti, estudado por Petracci, e de Giuseppe Massarenti, estudado por Marco Poli.<sup>24</sup>

Biamonti era um funcionário público de declarada simpatia antifascista, preso em 1934, primeiro no hospital psiquiátrico de Aversa, vizinho a Caserta, e depois no hospital psiquiátrico de Roma, com o diagnóstico de “doente mental por mania política”. No momento de sua detenção, ele foi submetido a um exame psiquiátrico em que o médico reconheceu os elementos constitutivos da doença mental.

“O Biamonti” – nota-se em meio ao desgosto do psiquiatra –

revela-se uma pessoa bastante culta, de discurso fácil, dotada de excelente memória. Ele expressa com riqueza de detalhes suas aventuras e andanças em terras estrangeiras [...]. No “conjunto de raciocínios” o sujeito resulta mostrar que é um delirante lúcido, tomado por um “complexo de ideias absurdo e insensato” [...]. O sujeito também apresenta, no campo da afetividade, um “embotamento sentimental, pelo qual os nobres sentimentos superiores de família, país e religião” não dão origem a qualquer reação emocional [...]. De todo o nosso metucioso exame e “a partir de seu comportamento por cerca de cinco anos”, emerge que Biamonti é um “psicopata de constituição paranoide”. Por esta enfermidade ele se revela perigosíssimo do ponto de vista social, e, portanto, se propõe sua internação em um hospital psiquiátrico.<sup>25</sup>

Depois de três anos de permanência em Aversa, no momento de sua transferência para Roma, os médicos deram a ele mais um diagnóstico no qual se esclarecia seu quadro clínico e se propunham os departamentos para recolhê-lo.

Durante o período de observação neste hospital psiquiátrico, ele apresentou distúrbios psíquicos que o fizeram se sentir afetado pela psicose paranoica, uma doença mental de evolução crônica, dificilmente curável. Mesmo no presente o enfermo, que se declarava pró-bolchevique, sofrendo de “doença de Lenin”, expressa vivas ideias delirantes de conteúdo persecutório político, acreditando ser uma perseguição ordenada pelo governo fascista, pelo qual de quando em quando se mostra excitado e clamoroso e grita contra o *duce* e o rei. [...]. Enquanto isso, em relação a sua condição delirante e distúrbios sensoriais, este doente – como é frequente aos dementes paranoicos e psicóticos –, mesmo depois de desaparecidas as alucinações, é firmemente convencido da realidade do que aconteceu durante suas “crises alucinatórias-delirantes” e lança acusações contra os funcionários e contra o instituto. Em suas conversas fala com sua irmã Flora, que vem frequentemente vê-lo, a qual, como leiga, crê em tudo o que lhe diz o irmão e transforma este conteúdo em objeto de queixas e apelos às autoridades.<sup>26</sup>

---

24 POLI, Marco. *Giuseppe Massarenti: una vita per i più deboli*.

25 PETRACCI, M. *I matti del duce: manicomi e repressione politica nell'Italia fascista*, p. 11.

26 Idem.

Lenin tornou-se uma “doença” que acometeu numerosos antifascistas, como destacam as biografias de dissidentes contidas no Registro da Polícia Central – registro de pessoas consideradas perigosas para a segurança do Estado, estabelecido por Francesco Crispi em 1894 e depois fortemente expandido pelo fascismo a partir de 1925. A “doença de Lenin” está incluída na taxonomia psiquiátrica da paranoia, ou seja, daquele delírio crônico, um pano de fundo persecutório, baseado em uma lacuna crescente entre suas próprias convicções e a realidade; em particular, o paciente elabora um sistema de visões e crenças baseado na convicção patológica de estar submetido a uma ameaça concreta e constante no contexto de atos cognitivos que permanecem globalmente lúcidos e racionais. Rejeitar o fascismo e condenar a repressão da qual ele se tornou um objeto virou assim uma “doença”, muitas vezes incurável, uma forma de psicose que abria as portas do manicômio.

Emblemático é também o caso de Giuseppe Massarenti, prefeito de Molinella, uma cidade na província de Bolonha, que no primeiro pós-guerra se tornou uma figura proeminente do movimento camponês e da resistência à afirmação do fascismo nos municípios socialistas. Detido pela primeira vez em 1926, Massarenti iniciou uma longa jornada pelos tentáculos da repressão fascista, entre prisão e confinamento político, até ser internado no hospital psiquiátrico de Roma, em 1937, como autor de cartas contínuas, dirigidas ao *duce* e a outras autoridades do regime, nas quais relatava a violência e os ferimentos sofridos. Essa batalha nas mãos dos psiquiatras romanos tornou-se a base para o diagnóstico de uma desordem paranoide obsessiva, que justificava a internação no asilo, da qual só seria liberado no final da Segunda Guerra Mundial.

Da mesma maneira, Massarenti era, portanto, um paranoico lúcido, porque os fatos denunciados em sua longa correspondência não representavam a realidade, mas eram o resultado de sua mente doentia. Em 1947, no novo clima democrático, foi criado um comitê para restaurar a Justiça, no qual o líder socialista destacaria a verdade: Massarenti havia sido “sequestrado e internado no asilo de Roma” por causa de “intrigas políticas tramadas” pelo fascismo em uma “ilegal compulsão” justificada “com pretextos contestados pela ciência”.<sup>27</sup> Este veredito destacou a natureza política da internação, mas, em 1947, ocultou que a ciência que desafiou esses “pretextos” foi a mesma que, dez anos antes, os havia formulado, considerando as denúncias de que Massarenti sofria de doenças mentais e transformando-o de opositor político em louco paranoico.

## Sujeitos degenerados

Desta coleção, porém, de histórias da vida real da política persecutória de vítimas do fascismo, contidas no Registro da Política Central, emergem biografias

---

27 ASBo, Questura, Cat. A8, Defunti, *Massarenti Giuseppe*, p. 28.



de “loucos” sobre os quais a intenção do regime de atacar a oposição política se tornava uma parte integrante da cada vez mais capilarizada luta contra a degeneração da raça, que constituiu um grande terreno de encontro entre a psiquiatria, a criminologia e a eugenia. Além das vítimas da “doença de Lenin” e de outras formas de “psicose política”, os antifascistas podiam ser absorvidos pelo universo dos campos de concentração, até porque eram exemplos vivos da degeneração da estirpe: eram alcoólicos, depravados morais, delinquentes crônicos, afetados pela “desordem sexual”, vagabundos cosmopolitas, nos quais a doença mental era o resultado de taras originárias que conferiam a conotação de suas personalidades. Sobretudo a conexão entre alcoolismo, depravação e perigo social manteve-se no centro do mecanismo de controle social confiado à psiquiatria.

Como Petracci apontou,

outros 1.343 indivíduos foram internados em manicômios porque foram afetados por psicoses alcoólicas, apenas entre 1926 e 1928. Uma média de quase 450 casos por ano que poderiam ser facilmente estendidos ao período seguinte. De acordo com algumas pesquisas realizadas no final da década de 1930, houve 582 mortes devido ao alcoolismo agudo e crônico em 1937, 481 em 1938 e apenas vinte a menos em 1939.<sup>28</sup>

A “infração” do alcoolismo, em particular, contra a qual permanecia uma difusa condenação da opinião pública, que afundava as suas raízes na explosão do fenômeno no fim do Oitocentos, quando os bares se transformam em locais de agregação do proletariado urbano, foi banida pelo regime como forma de deslegitimar a oposição política e lançar um descrédito moral sobre os antifascistas presos.

Esta operação política rapidamente se espalhou contra a homossexualidade, considerada uma transgressão infame em desacordo com a estabilidade da raça e da família, e contra todas as minorias religiosas, consideradas socialmente perigosas por causa da sua ritualidade e de suas convicções. Conforme algumas investigações psiquiátricas, eram considerados portadores de fenômenos psicóticos e histéricos:<sup>29</sup> o pacifismo, em particular, comum a muitas convicções protestantes, e os testemunhas de Jeová, que foram objeto de uma série de intervenções para que fossem atribuídos a eles traços de “paranoia religiosa”, submetendo tais crenças ao recolhimento em manicômios.

Os antifascistas, antes mesmo de serem inimigos do regime, entraram no campo da depravação social, que constituía a mais perigosa das ameaças para a

---

28 ASBo, Questura, Cat. A8, Defunti, *Massarenti Giuseppe*, p. 32.

29 ROCHAT, G. *Regime fascista e chiese evangeliche: direttive ed articolazioni del controllo e della repressione*.

integridade da raça e da potência da nação: ou melhor, eram inimigos do fascismo como “homens inferiores”, como descartes sociais que deviam ser submetidos a medidas restritivas, muitas vezes implacáveis, para evitar que minassem a luta pela “saúde física” da raça “itálica” e a campanha de incentivo da natalidade desejada pelo regime.

Surge aqui um outro âmbito da ação combinada entre psiquiatria e poder contra o antifascismo. Ele diz respeito à luta contra a degeneração que conhecemos desde o Oitocentos e que constituiu um campo da medicina social.<sup>30</sup> Já no advento do fascismo, um grande grupo de psiquiatras, médicos, demógrafos e sociólogos saudou o novo curso da política italiana como ocasião propícia para, finalmente, serem realizadas as muitas reformas esperadas para a saúde e a higiene social, visando fortalecer a gloriosa “raça latina”, que o Estado liberal havia abandonado.<sup>31</sup>

Essas promessas foram traduzidas em uma proliferação de associações, centros de estudo e agências de prevenção e tratamento. A primeira e principal delas foi a Liga Italiana de Higiene e Práticas Mentais (Lipim), fundada em 1924. Tal associação prometeu investigar “doenças mentais e os danos morais e econômicos que delas decorrem para o indivíduo e para a comunidade”, fazer circular a informação com o propósito “de influenciar as massas” e coordenar, com outras entidades públicas, campanhas de prevenção contra o alcoolismo, as doenças venéreas, a deficiência intelectual e moral, “com especial atenção à prevenção da criminalidade”.<sup>32</sup>

Houve neste movimento a dupla convicção de que na sociedade moderna se multiplicasse o número de sujeitos socialmente “desnecessários”, vítimas de taras de natureza genética e de condições particularmente negativas, contra as quais estava a principal tarefa de um corpo especializado de cientistas sociais que iriam selecionar aqueles que poderiam ser objeto de ações de recuperação e aqueles que deveriam ser abandonados nos meandros das instituições de segregação e de custódia.

Assim, a luta contra os inimigos do fascismo foi integrada às novas formas de biopolítica que o fascismo colocava em prática como outro componente de controle social: de fato, controlar a sociedade compreendia também dominar a espécie humana, transformando-a de um povo com características de sujeito autônomo em uma entidade despersonalizada, sobre a qual o poder político podia experimentar uma multiplicidade de intervenções “científicas”, destinadas ao melhoramento da “qualidade” em função do objetivo de realizar o mito racial do “homem novo”, ideologicamente perfeito. Como propõe Dario Padovan, “a

---

30 CHIARENZA, A. M. *Il ruolo degli psichiatri nel regime fascista tra medicina sociale e difesa della razza*.

31 GIACANELLI, F. *Tracce e percorsi del razzismo nella psichiatria italiana della prima metà del Novecento*.

32 CASSATA, F. *Il lavoro degli inutili: fascismo e igiene mentale*, p. 23.

doença não era mais uma tragédia privada, mas um atentado à ordem pública, um dano econômico [enquanto] a medicina da profissão liberal [...] se tornava uma técnica de controle social da saúde, que devia a sua existência a um contrato preciso com o Estado”.<sup>33</sup>

Entrava-se, assim, no campo da biopolítica, no qual, no caso do fascismo italiano, convergiram dois ramos científicos. De um lado, como vimos, a reflexão positivista sobre a regeneração, fortemente ligada ao ativismo lombrosiano, que via o louco como um criminoso que trazia taras genéticas de longuíssima duração presentes na população; a justificativa científica para alimentar uma luta incessante contra os sujeitos detidos por serem uma permanente ameaça ao patrimônio biológico nacional estava entregue nas mãos dos “técnicos envolvidos na opressão”.<sup>34</sup> De outro lado, a concepção utilitarista de origem bentamiana e darwiniana, reinterpretada em um viés taylorista, que somava a saúde coletiva ao incremento da força econômica do Estado, concebida como uma metáfora da fábrica, na qual cada indivíduo deveria colaborar para o desenvolvimento da nação, garantindo o índice de produtividade máximo.

A medicina social, da qual a psiquiatria era um componente essencial, tinha a tarefa de identificar pessoas dotadas de uma inferioridade biológica evidente e de selecionar aquelas que pudessem garantir uma modesta contribuição à “máquina” da produção nacional e que, em vez disso, representavam uma diferença irreparável; e, por outro lado, impedir que esses elementos débeis da população infectassem as futuras gerações em virtude da hereditariedade de suas taras.

Em 1925 foi publicado por um anônimo, nas páginas da revista *Difensa Sociale*, da Lipim, o seguinte trecho: “a sociedade deve esforçar-se, modificando a legislação e a sua administração, para impedir a multiplicação dos elementos inferiores, proporcionando assim um futuro no qual a raça superior terá prevalência”.<sup>35</sup>

O auge desse percurso entre a eugenia e a biopolítica das ciências médicas, psiquiátricas e sociais foi alcançado com os estudos e o compromisso político de Nicola Pende, que fundou em Gênova, em 1926, o Instituto de Biotipologia Individual e Ortogênese, transferido para Roma uma década depois, onde se formulavam as bases científicas de uma “recuperação humana” integral centrada na definição biotipológica do ser humano, com particular atenção aos processos endocrinológicos.<sup>36</sup> No coração da “ciência da ortogênese” estava o objetivo de

---

33 PADOVAN, D. Biopolitica, razzismo e trattamento degli anormali durante il fascismo.

34 Esta é uma famosa definição dos psiquiatras ligados a Franco Basaglia, um dos maiores psiquiatras italianos do século XX, a quem se deve a lei do fechamento dos manicômios, aprovada em 1978.

35 PADOVAN, D. Biopolitica, razzismo e trattamento degli anormali durante il fascismo, p. 68.

36 As duas obras fundamentais de Pende, nas quais ele explica sua teoria “ortogenética”, são PENDE,

prevenir e corrigir os “desvios” de corpos e almas, determinados pelos influxos deletérios de fatores ambientais e hereditários, para melhorar a raça por meio de um controle perpétuo dos indivíduos desde a concepção até a morte, chegando assim ao “indivíduo fascista”.

Nesse quadro, era óbvio que o “indivíduo antifascista” era um elemento desviante e uma ameaça também para o “equilíbrio biológico da nação”, pois logo seriam os negros e os judeus sobre os quais recairiam as leis raciais de 1938, das quais Nicola Pende foi um dos principais arquitetos.

O resultado quantitativo desses processos de normalização forçada e de segregação do desvio pode ser mensurado por meio do movimento de pacientes em hospitais psiquiátricos pesquisado pelo Istituto Nazionale di Statistica (Istat).

**Tabela 1 – Movimento de internos nos hospitais psiquiátricos (1926-1940)**

Ano	Internos em 1º de janeiro	Entradas	Altas	Transferências para outros institutos	Mortes	Internos em 31 de dezembro	Total de assistidos
1926	60.306	26.057	15.399	2.575	6.282	62.127	–
1927	62.127	27.467	15.013	4.334	5.979	64.268	–
1928	64.268	27.785	15.585	3.703	6.473	66.292	–
1929	66.439	28.607	16.468	3.441	6.466	68.671	–
1930	68.777	30.424	16.899	4.641	5.643	72.018	–
1931	72.269	29.460	17.065	4.047	5.837	74.780	–
1932	74.780	30.866	17.294	4.439	6.189	77.724	101.207
1933	77.724	32.481	17.505	5.490	6.201	81.009	104.715
1934	81.009	31.447	18.786	4.359	5.917	83.394	108.097
1935	83.541	31.413	19.321	3.981	6.243	85.409	110.973
1936	86.449	33.680	19.687	4.368	6.683	89.391	115.761
1937	89.393	34.715	20.707	4.628	7.093	91.760	119.560
1938	93.019	35.209	20.968	5.152	7.292	94.816	123.076
1939	94.946	37.813	22.251	7.352	7.177	95.979	125.407
1940	95.984	37.440	21.675	7.690	7.636	96.423	125.735
1944	73.222	26.900	16.883	4.708	13.517	65.014	95.414
1945	65.014	29.760	20.598	3.799	8.680	61.697	90.975
1946	61.886	33.262	21.266	5.861	4.489	63.352	93.407

Fonte: Istituto Nazionale di Statistica. *Annali statistici italiani*.<sup>37</sup>

Nicola. *Scienza dell'ortogenesi*; PENDE, Nicola. *Trattato di biotipologia umana individuale e sociale: con applicazioni alla medicina preventiva, alla clinica, alla politica biologica, alla sociologia*.

37 PADOVAN, D. *Biopolitica, razzismo e trattamento degli anormali durante il fascismo*, p. 75.

Entre 1926 e 1940, o nível de segregação e medicalização da doença mental aumentou de forma constante e intensa devido à ação concêntrica do maior número de hospitalizações e do prolongamento das internações, o que levou a um crescimento de cerca de 50% dos internos. Uma cifra consistente que destacava como a escolha totalitária para realizar o controle social biopolítico da população se traduz em um disciplinamento de corpos e mentes com traços violentos e persecutórios, cuja realização não teria sido possível sem a ação de um corpo de cientistas dispostos a servirem de instrumento da normalização totalitária.

Traduzido por Heloisa Frossard

## Referências bibliográficas

ASBo, Questura, Cat. A8, Defunti, *Massarenti Giuseppe*, Procura della Repubblica, Bologna, 9 gennaio 1947.

BABINI, Valeria Paola. Maria Montessori e Gina Lombroso: due risposte femminili al problema della degenerazione. *Scienza a Due Voci*, a cura di R. Simili. Firenze: Olschki, 2006. p. 186-188.

BASAGLIA, Franco; BASAGLIA, Franca Ongaro (org.). *La maggioranza deviante: l'ideologia del controllo sociale*. Torino: Einaudi, 1971.

BERNARDI, Alberto De. *Follia, psichiatria e società: istituzione manicomiali, scienza psichiatrica e classe nell'Italia moderna e contemporânea*. Milano: Franco Angeli, 1982.

\_\_\_\_\_. *Una dittatura moderna: il fascismo come problema storico*. Milano: Bruno Mondadori, 2006.

BERTANI, M.; FONTANA, A. (org.). *Bisogna difendere la società (1975-1976)*. Milano: Feltrinelli, 2009.

CASSATA, F. Il lavoro degli inutili: fascismo e igiene mentale. In: CASSATA, F.; MORAGLIO, M. (org.). *Manicomio, società e politica*. Pisa: Biblioteca F. Serantini, 2005.

CHIARENZA, A. M. *Il ruolo degli psichiatri nel regime fascista tra medicina sociale e difesa della razza*. Disponível em: <<http://www.academia.edu/7387461>>.

CORNER, P. Fascismo e controllo sociale. *Italia contemporanea*, n. 228, set. 2002.

CORTI, M. (org.). *Le testimonianze del tribunale Sacharov sulla violazione dei diritti dell'uomo nell'Unione Sovietica*. Milano: La Casa di Matriona, 1976.

DORNER, K. *Il borghese e il folle: storia sociale della psichiatria*. Roma; Bari: Laterza, 1975.

FOUCAULT, M. *Gli anormali: corso al Collège de France (1974-1975)*. Milano: Feltrinelli, 2009.

FREUD, Sigmund. Osservazioni psicoanalitiche su un caso di paranoia (dementia paranoides) descritto autobiograficamente (caso clinico del presidente Schreber). *Opere*, Torino, Bollati Boringhieri, v. VI, p. 342-406, 1989.

GALLI, C. Sulla guerra e sul nemico. In: FORTI, S.; REVELLI, M. *Paranoia e politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 2007.

GENTILE, G. *I fondamenti della filosofia del diritto*. Pisa: Mariotti, 1916.

\_\_\_\_\_. *Politica e cultura*, v. I. Firenze: La Lettere, 1990. (Editado por H. A. Cavallera).

- GERMANI, G. *Autoritarismo, fascismo e classi sociali*. Bologna: Il Mulino, 1975.
- GERVASONI, M. Cultura della degenerazione tra socialismo e criminologia alla fine dell'Ottocento in Italia. *Studi storici*, a. 38, n. 4, ott./dic. 1997.
- GIACANELLI, F. Tracce e percorsi del razzismo nella psichiatria italiana della prima metà del Novecento. In: BURGIO, A. (org.). *Nel nome della razza: il razzismo nella storia d'Italia (1870-1945)*. Bologna: Il Mulino, 2000.
- INGRAVALLE, F. Il nichilismo politico. In: FORTI, S.; REVELLI, M. *Paranoia e politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 2007.
- JUNGER, E. *L'ideale nuovo e la mobilitazione totale*. La Spezia: Tridente, 1981.
- LAGRANGE, J. (org.). *Il potere psichiatrico (1973-1974)*. Milano: Feltrinelli, 2004.
- MANACORDA, G. *Il boscevismo*. Firenze: Sansoni, 1940.
- PADOVAN, D. Biopolitica, razzismo e trattamento degli anormali durante il fascismo. In: CASSATA, F.; MORAGLIO, M. (org.). *Manicomio, società e politica*. Pisa: Biblioteca F. Serantini, 2005.
- PENDE, Nicola. *Scienza dell'ortogenesi*. Bergamo: Istituto arti grafiche, 1939a.
- \_\_\_\_\_. *Trattato di biotipologia umana individuale e sociale: con applicazioni alla medicina preventiva, alla clinica, alla politica biologica, alla sociologia*. Milano: Vallardi, 1939b.
- PERI, F. De. Il medico e il folle: istituzione psichiatrica, sapere scientifico e pensiero medico tra Otto e Novecento. *Storia d'Italia. Annali 7: Malattia e medicina*, Torino, Einaudi, 1984.
- PETRACCI, M. *I matti del duce: manicomi e repressione politica nell'Italia fascista*. Roma: Donzelli, 2014.
- POGLIANO, C. Scienza e stirpe: eugenetica in Italia (1912-1939). *Passato e Presente*, n. 9, set. 1984.
- POLI, Marco. *Giuseppe Massarenti: una vita per i più deboli*. Venezia: Marsilio, 2008.
- ROCHAT, G. *Regime fascista e chiese evangeliche: direttive ed articolazioni del controllo e della repressione*. Torino: Claudiana editrice, 1990.

# Eugenia: controle do corpo e do espírito

“A verdadeira religião da humanidade”

Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>1</sup>

## Ciência, poder e tecnologia

Neste ensaio pretendo analisar o controle dos corpos e das mentes pelos regimes fascistas e autoritários valendo-me de uma visão crítica à diversidade de problemas que persistem nas sociedades do mundo. Os estudos sobre a história da eugenia ganham maior relevância nos alertando para o desenvolvimento da genética e da reprodução humanas. Apesar dos avanços da ciência nesse campo, devemos estar atentos às relações entre ciência, poder e tecnologia que, há séculos, interferem no imaginário coletivo alimentando preconceitos. Continuamos a conviver com medos sociais e seres fantásticos imaginados por mentes brilhantes que ganham forma e movimento na literatura, nas artes plásticas, na fotografia e no cinema.

Filmes de ficção científica têm dado grande popularidade aos andróides que, apesar de idealizados à imagem do ser humano, são imunes às doenças, aos traumas, ao tempo e à morte. Além de perfeitos fisicamente, são portadores de uma beleza e saúde indescritíveis, são imortais. Alguns desses personagens nos fazem recordar a figura de Frankenstein saído das páginas do romance de Mary Shelley, cuja edição inglesa foi publicada em 1831. No entanto, o cinema já ultrapassou a imagem desse “monstro de retalhos costurados” seduzindo nossa imaginação com efeitos especiais que transformavam cada cena em espetáculo pirotécnico. Nessa primeira década do século XXI, acostumamo-nos com as figuras de jovens vampiros – sedutores e com novas maquiagens – que continuam a alimentar as possibilidades de, um dia, quem sabe?, conquistarmos a imortalidade da nossa espécie.

Ainda estamos em busca dessa alquimia que, após a Segunda Guerra Mundial, ganhou forças com a cibernética, a nanotecnologia e a engenharia genética. Da eugenia passamos para o transumanismo que “vai do realismo ao surrealismo futurista, da terapia com células-tronco à transferência da consciência humana para máquinas, ponto em que ele se transforma em um estranho híbrido religioso”.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER) da mesma instituição.

Sob este viés – do estranho híbrido religioso – é que pretendo analisar as propostas eugênicas no Brasil que, assim como na Europa, nos Estados Unidos e em vários países latino-americanos, atenderam aos interesses de grupos classificados como biologicamente superiores. Foi nos Estados Unidos e na Inglaterra que a eugenia conquistou adeptos como ciência da hereditariedade humana capaz de alterar a ordem da vida. Ainda que Nova Iorque (1921 e 1932) e Londres (1922) tenham abrigado os primeiros congressos internacionais sobre o tema, foi na Alemanha nazista que a eugenia, promovida pelo nacional-socialismo, alcançou o auge do seu extremismo e violência, fundamentada na “morte dos outros”, expressão empregada pelo historiador Benno Müller-Hill, que definiu o nacional-socialismo como a “ideologia da destruição, do mistério e da adoração ao sangue”.<sup>2</sup>

Desde que a palavra eugenia (do grego *eugen-s* = bem nascido) foi inventada pelo cientista britânico Francis Galton (1822-1911), em 1883, um novo campo do saber abriu-se para aqueles que estavam preocupados com o aprimoramento da raça humana e a preservação da pureza de determinados grupos privilegiados, “os mais adequados” para a reprodução.<sup>3</sup> Em vários países da Europa, a eugenia mobilizou intelectuais, médicos, psiquiatras, juristas e higienistas mentais que, por meio de institutos de pesquisa e associações científicas, promoveram a regeneração das raças e, em especial, da raça branca. Articulando discursos cooptados em diferentes campos do saber, endossaram teorias eugênicas e racistas como estratégias para controlar corpos e mentes visando à melhoria da espécie humana. Esses discursos – multidisciplinares e dinâmicos – favoreceram o surgimento de núcleos irradiadores de poder que, nem sempre, estiveram vinculados ao Estado. Para o caso da eugenia no Brasil, nos interessa identificar os focos produtores desses saberes e descobrir as vinculações do poder com as microrrelações sociais.

Do ponto de vista físico, político e moral, os sujeitos eram classificados de acordo com a teoria do etiquetamento social (*labeling approach*),<sup>4</sup> que demarca

---

2 MÜLLER-HILL, Benno. *Ciência assassina*.

3 Sobre esse tema ver: GALTON, Francis. *Hereditary genius*; DEL CONT, Valdeir. Eugenia e hereditariedade, p. 202; GILLHAM, Nicholas W. Sir Francis Galton and the right of eugenics.

4 A teoria do etiquetamento social (*labeling approach*) é uma teoria criminológica que surgiu nos Estados Unidos na década de 1960 e representou um marco para a teoria da criminalidade e, também, para os estudos sobre racismo. Essa nova concepção pauta-se principalmente nas análises dos aparatos repressivos (forças policiais), órgãos do Poder Judiciário e outras instituições de controle social. Procura demonstrar que as noções de crime e criminoso são construídas socialmente a partir da definição legal e das instâncias oficiais de controle social a respeito do comportamento de determinados indivíduos, ou seja: a “etiqueta” é atribuída a certos indivíduos que a sociedade ou o Estado entende como delinquentes, por seu comportamento desviante, fora das regras. Ver: BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*; MAZONI, Ana Paula de Oliveira; FACHIN, Melina Giradi. A teoria do etiquetamento do sistema penal e os crimes contra a ordem econômica: uma análise dos crimes de colarinho branco, p. 3-18.



va os espaços e impunha modelos de comportamento. Desde as últimas décadas do século XIX, estudos pseudocientíficos foram produzidos com o propósito de diagnosticar os males que atentavam contra a segurança nacional. A fim de “colonizar” as mentes e tornar os indivíduos dóceis e submissos ao poder instituído pelo Estado, pela Igreja e por outras instituições sociais, criaram-se escolas, prisões, hospícios e institutos de pesquisa, visando à normatização e regulamentação da sociedade.

Nas escolas de medicina, o controle do corpo e das mentes transformou-se em objetivo a ser alcançado com a finalidade de minar os males que atingiam a nação e o povo brasileiros. Não foi diferente na Alemanha nazista, que manteve centros de doutrinação e profilaxia dos corpos e das mentes, valendo-se do medo e da coação como formas de controle. Centros de pesquisas científicas investiram recursos para atingir o modelo ideal de corpo humano que deveria, também, corresponder ao corpo de nação forte, feliz e corajosa. A educação, a propaganda e a arte foram patrocinadas pelo Estado nacional-socialista dedicado a promover a retórica sobre o corpo que deveria expressar os atributos de um povo saudável, livre de judeus, negros, ciganos e deficientes físicos. Valendo-se de uma semântica sedutora, a arte – incluindo aqui as artes plásticas, o cinema e a fotografia – contribuiu para reforçar um conjunto de mitos capazes de alterar o imaginário coletivo.

Imagens simbólicas da nação e do povo alemães foram cunhadas nos selos comemorativos, nos pôsteres, nas moedas e medalhas esportivas, entre 1933-1945, para citar algumas das estratégias de propaganda e dominação sobre as mentes. Nas múltiplas imagens do Exército alemão em marcha, fiscalizado pelo olhar de Hitler, observamos a disciplina dos corpos que, dos gestos aos uniformes, atendiam à retórica e à estética corporais idealizadas pelo regime. Como se fossem autômatos, os soldados de Hitler e de Mussolini – citados aqui apenas como referência, pois não eram os únicos – transformaram-se em um exército de jovens disciplinados, submissos. A marcha sincronizada dos passos sem interrupções expressa o esquadrinhamento do tempo, dos movimentos, dos olhares e da postura corporal. Como afirmou Foucault: “corpos úteis, corpos dóceis”, ou seja:

o corpo humano entra numa maquinaria que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).<sup>5</sup>

---

5 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, p. 119.

Em 1938, o prof. Fischer, diretor do Instituto Imperador Guilherme de Antropologia, Teoria Hereditária Humana e Eugenia, responsável pelas aulas científicas e de doutrinação ideológica da RSHA, uma agência da SS, declarou:

Se um povo quiser preservar sua espécie, deve rejeitar uma mistura racial estranha, e caso ela se tenha infiltrado, deve desalojá-la e exterminá-la. O judeu é estranho e, por esse motivo, se ele quiser infiltrar-se, deve ser repellido. Trata-se de autodefesa. Com isso não estou qualificando o judaísmo como inferior, como é o caso dos negros, e não subestimo o maior dos inimigos que deve ser combatido, mas eu o rechaço por todos os meios e sem reservas, para proteger a herança genética do meu povo.<sup>6</sup>

## Diagnósticos sobre a nação e o povo brasileiros

Sob o impacto da eugenia no Brasil, médicos, políticos, cientistas e intelectuais promoveram programas de saúde, saneamento e higiene que, no período entre guerras, ganharam adeptos junto à elite médica paulista, estendendo-se depois para o Rio de Janeiro. Haviam chegado a hora e a vez da eugenia, que soava entre os médicos e intelectuais como a proposta da modernidade para resolver os problemas do mundo. Com o apoio da imprensa e dos centros produtores de conhecimento, instalou-se, no Brasil, uma intensa propaganda sobre milagres operacionais da doutrina eugenista. Diferentes produtores do saber médico orquestraram, em conjunto com autoridades políticas, o discurso da regeneração que favoreceu a proliferação de políticas racistas no Brasil. Data de 1914 a publicação dos primeiros ensaios eugenistas pela imprensa carioca e paulista. Nesse mesmo ano, sob a orientação do prof. dr. Miguel Couto, foi defendida a primeira tese sobre eugenia na Academia de Medicina do Rio de Janeiro, de autoria do médico Alexandre Tepedino.

Em 1918, o jovem médico e farmacêutico Renato Kehl fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira do gênero na América Latina, com cerca de 140 membros. É de autoria do eugenista Renato Kehl a afirmativa que inspirou o subtítulo deste artigo: "Eugenia é mais que ciência, é religião, religião da saúde, do corpo e do espírito – a verdadeira religião da humanidade".<sup>7</sup> Os médicos eugenistas somaram forças aos sanitaristas e higienistas que, desde o início do século XX, promoviam políticas de controle e purificação da sociedade interpretada como "contaminada" por corpos doentes e frágeis. Atribuía-se aos negros e mestiços, que habitavam os cortiços nas áreas urbanas, a proliferação de doenças venéreas, do alcoolismo, do tabagismo e de outras infecções diagnosticadas como "males raciais".

---

6 MÜLLER-HILL, Benno. *Ciência assassina*, p. 45-46; p. 76-79.

7 KEHL, Renato. *Eugenia e medicina social*, p. 29.

Na década de 1930, a eugenia ressurgiu no Brasil como produto de um momento em que o autoritarismo e o nacionalismo exacerbado ganhavam espaço nos meios acadêmicos e políticos. Devemos considerar também que, a partir de 1933, a eugenia nazista repercutia como uma espécie de sinal de modernidade e elemento transformador dos países identificados com a imagem de nação civilizada no cenário mundial, conforme enfatizou Nancy Leys Stepan em seu estudo *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Fica evidente que esse movimento serviu como paradigma para um grupo de intelectuais e médicos brasileiros defensores de programas oficiais que viessem a colaborar para a melhoria da espécie, estratégia para “civilizar” o país.<sup>8</sup>

A historiografia brasileira tem demonstrado que, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e, mais especificamente, entre 1937-1945, o Estado, a Igreja católica e renomadas instituições acadêmicas brasileiras propuseram estratégias de regularização, normalização e controle sobre os corpos e as mentes. Discursos foram elaborados com o objetivo de identificar os “inimigos da nação”, cujas imagens foram construídas por dispositivos de poder e aperfeiçoadas por suas técnicas de fabricação. Ocorreu, sem dúvida nenhuma, uma aproximação entre os núcleos de poder e os centros produtores de saber dedicados à geração de verdades sobre o que seria (e ainda é) melhor para o povo brasileiro. Profissionais capacitados foram cooptados para auxiliar na exclusão e eliminação dos “anormais” ou daqueles que agiam “fora das regras” instituídas pelos ordenadores sociais.

À eugenia somou-se o modismo de ser partidário do darwinismo social e da ideologia do arianismo. O discurso intolerante foi sendo modelado pelos estudos de craniologia, frenologia, medicina legal e da higiene social, que contribuíam para importar teóricos como Lombroso, Garofalo, Francis Galton, Sergio Sergi e Enrico Ferri. Suas obras ofereciam subsídios para a antropologia criminal, que emergia como o único modelo científico apropriado ao “estranho fenômeno da criminalidade”. Nesse contexto de higienização e medicalização da sociedade brasileira, a escola positiva e a antropologia criminal também ganharam adeptos nesse mundo que contestava o liberalismo e valorizava as práticas autoritárias e intervencionistas por parte do Estado. Vivíamos tempos de fascismos, cujos paradigmas eram reproduzidos por toda a Europa e alguns países da América Latina, dentre os quais o Brasil e a Argentina.

As obras teóricas dos criminalistas sociais e dos eugenistas europeus transformaram-se em paradigmas para os cientistas brasileiros. As referências bibliográficas identificadas em seus manuais e teses são, hoje, testemunhos de suas fontes inspiradoras. Dentre os intelectuais mais citados estavam: Van del Velve, autor de *El matrimônio*

---

8 STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*.

*perfecto*: estudio de su filosofía y su técnica, publicado pela primeira vez em 1925; G. Marañon, autor de *Tres ensaios sobre la vida sexual*, cuja primeira edição data de 1926; e Pablo Mantegazza, autor de *Higiene do amor*.<sup>9</sup>

Com o acirramento do sentimento nacionalista, elemento promotor da busca de uma identidade nacional, uma série de questões veio à tona exigindo a participação de profissionais da ciência. Interessava ao Estado republicano o respaldo do discurso científico eugenista, pois as medidas higienistas até então adotadas se mostravam insuficientes para reverter o quadro emblemático que caracterizava a população brasileira. Doenças, vícios, prostituição e miséria apresentavam-se como malefícios que careciam da aplicação de uma lógica racional capaz de controlar os excessos característicos da vida moderna. A realidade exigia a elaboração de um projeto que, amparado nas leis da biologia e coordenado pelo Estado, oferecesse regras moralizadoras e regeneradoras, garantindo equilíbrio social e racial.

### **A busca por uma nova ordem: o papel do médico e da mulher**

A busca por uma nova ordem colocou em evidência o médico e a mulher, cujos papéis sociais foram reformulados à luz da ciência eugênica. Teve início o processo de medicalização da sociedade, que passou a ser avaliada como se fosse um corpo doente carente de diagnósticos adequados. O médico ganhou novo *status*, valorizado pelos seus conhecimentos e capacidade de intervenção social. O corpo da mulher projetou-se como depositário natural do embrião que deveria garantir o futuro da nação, bandeira reaproveitada pelo movimento feminista que, na década de 1920, encontrou nesses estudos respaldo científico para as suas reivindicações. Caíram por terra muitos dos estudos que defendiam a inferioridade nata da mulher que, de acordo com os novos parâmetros científicos, passou a ser avaliada como uma possível matriz reprodutora de corpos saudáveis e bonitos.

Diagnósticos foram reformulados por médicos eugenistas preocupados em racionalizar as relações matrimoniais tendo em vista a melhoria da raça. Manuais estrangeiros inspiravam suas propostas de profilaxia considerando o papel da mulher na consolidação da família burguesa. A produção de mapeamentos sistemáticos se prestou para demarcar a distribuição dos grupos raciais por todo o território nacional, avaliados segundo suas especificidades. Tais iniciativas incentivaram o culto a um padrão de beleza dita “civilizada”, “ariana” e “cosmopolita”, assim como a adoção de estratégias preventivas por parte do Estado. Campanhas de esclarecimentos foram programadas de forma a orientar a população sobre “como escolher um bom marido ou uma boa esposa”. O objetivo imediato era transfor-

---

9 VAN DEL VELVE, Theodor Hendrik. *El matrimonio perfecto*: estudio de su filosofía y su técnica; MARAÑONG, Gregorio. *Tres ensaios sobre la vida sexual*; MANTEGAZZA, Paolo. *Higiene do amor*.

mar a população degenerada e inativa em uma massa homogênea, produtora e saudável, física e mentalmente. Esses parâmetros foram assimilados pelo governo Vargas que, a partir de 1930, endossou a biotipia como forma de controle populacional visando à melhoria da espécie humana.

O papel social da mulher e do casamento foi reavaliado pelo saber médico preocupado em diagnosticar os problemas da vida moderna. A polêmica entre eugenistas e feministas foi alimentada pelas novas tendências assumidas pelas mulheres durante o período entre guerras: maquiagem exagerada, fumar em público, roupas de banho ousadas, cabelos e saias curtos. As revistas femininas tiveram grande influência no rompimento dos padrões tradicionais, colocando em cena, por meio da fotografia de moda e cinema, a imagem de mulheres esbeltas, esportistas, elegantes e irreverentes. Ao mesmo tempo, incentivavam-se os cuidados com o corpo, valorizado pela prática da educação física e, até mesmo, se necessário, pela cirurgia plástica. Foram adeptos dessas ideias renomados intelectuais brasileiros como Fernando de Azevedo, Menotti Del Picchia, Afrânio Peixoto, dentre outros.

## **Intérpretes da sociedade**

Com base nas teorias importadas da Europa e dos Estados Unidos, um grupo seleto de intelectuais, cientistas, médicos e psiquiatras brasileiros sustentou um discurso excludente que tinha como ponto básico a diferença de raça, gênero e classe. A questão do gênero, por exemplo, foi uma constante no discurso de purificação racial, considerando que a reprodução sexual garantiria a transmissão de componentes positivos (hereditários) às futuras gerações.

Nesse contexto foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, em 15 de janeiro de 1918, no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, a primeira instituição de eugenia do Brasil e da América do Sul. Patrocinada pelo dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina, teve em Renato Kehl um dos seus principais divulgadores. Essa instituição tinha como referência os modelos institucionais europeus atuantes desde o início do século: a Eugenics Education Society, criada em 1909 por Francis Galton, na Inglaterra; a Société Française d'Eugénique, fundada em 1913, na França; e a Deutsche Gesellschaft für Rassenhygienem, sediada em Munique desde 1905.

Passou a existir uma estreita articulação entre o discurso eugênico e o Estado brasileiro, inserindo-se de forma mais ampla a interferência dos médicos eugenistas no projeto de construção nacional. Michel Foucault, ao discutir a problemática da “governamentalidade” e o nascimento da medicina social,<sup>10</sup> procura demons-

---

10 FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société*: cours au Collège de France (1975-1976); FOUCAULT,

trar como a medicina alcançou cientificidade atuando frente ao corpo social. A seu ver, o controle da sociedade sobre os indivíduos:

não opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.<sup>11</sup>

A eugenia prestava-se, portanto, como matriz ideológica adequada às interferências no mundo social manipulado por um conjunto de mitos definidos por antíteses, como por exemplo: puros x impuros, perfeitos x imperfeitos, capazes x incapazes, feios x bonitos. Fundamentado em concepções características do darwinismo social e do evolucionismo, um grupo de intelectuais brasileiros contribuiu para a configuração de um pensamento racista e elitista, demonstrando que poderia apresentar soluções para todos os males nacionais. Ao mesmo tempo, esses discursos fortaleciam o culto ao intelectual e cientista capazes de alterar o curso da sociedade que ainda não estava preparada para a civilização ou para o futuro, ou seja: apresentavam-se como os intérpretes da sociedade, sumos sacerdotes da nova ordem.

Em 1929 realizou-se no Brasil o I Congresso Brasileiro de Eugenia tendo como presidente o antropólogo Edgar Roquete-Pinto. Como defensores da teoria da “degeneração da mestiçagem”, os participantes propunham a aplicação de uma política eugenista radical. Um grupo de eugenistas defendia em seus escritos um padrão para tudo isso e para todos, tendo por configuração a ideia de unidade reaproveitada, nos anos de 1930 e 1940, pelo discurso estado-novista.

O texto que compõe o folheto de divulgação do I Congresso Brasileiro de Eugenia cita, em seu primeiro parágrafo, o discurso presidencial proferido pelo médico eugenista Miguel Couto por ocasião do 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina. Entre outras coisas interessantes ditas pelo orador, consta que “salta aos olhos a importância do problema imigratório, capaz só ele de frustrar por contaminação todas as conquistas obtidas pelo esforço e a ciência em prol da raça que habitará o nosso solo”.<sup>12</sup> Em seguida, ele faz a convocação para a realização do I Congresso Brasileiro de Eugenia e designa, como presidente da comissão e como secretário-geral, o prof. Roquete-Pinto, diretor do Museu Nacional, e o dr. Renato Kehl, respectivamente.

---

Michel. *Securité, territoire, population*: cours au Collège de France (1978-1979); FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*: cours au Collège de France (1978-1979); CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault, p. 33-43.

11 FOUCAULT, Michel apud GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder, p. 54-71; p. 83.

12 COUTO, Miguel. *Actas e trabalhos*: I Congresso Brasileiro de Eugenia, p. 340.

## BOLETIM DE INSCRIÇÃO

AF. 7. 1. 1. 001

Sr. Presidente do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia  
Academia Nacional de Medicina  
Avenida Augusto Severo, 4 — Rio de Janeiro

Peço-vos inscrever-me como membro do referido Congresso

*Dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva*

NOME (SEM LEGÍVEL)

Endereço: —

*Director do Hospital de Juquary  
Juquary (S.P.R.) S. Paulo*

Nota — É gratuita a inscrição; sómente os que desejarem receber as publicações do Congresso e participar do banquete official deverão contribuir com a taxa de trinta mil reis, fazendo a declaração a margem deste boletim.

Boletim de inscrição do dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva, diretor do Hospital do Juqueri, no I Congresso Brasileiro de Eugenia. Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, Acervo: Arquivo de Antropologia Física, Museu Nacional, UFRJ. Disponível em: <<http://www.scielo.br/img/revistas/hcsm/v16n3/12f2.jpg>>

*Alvaro Fróis*  
*Renato Pinto*  
**Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**  
*faz a festa*

*Levy Carneiro*  
*Roquette Pinto*

No seu discurso presidencial de 30 de Junho de 1928, por ocasião do 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina o Professor Miguel Couto, alto espirito sempre voltado para as grandes questões nacionaes, disse entre outras coisas interessantes, que «salta aos olhos a importancia do problema imigratorio, capaz só elle de frustar por contaminação todas as conquistas obtidas pelo esforço e a sciencia em prol da raça que habitará o nosso sóio; e os brasileiros, que cultivam estas cousas de alta biologia, não podem fugir com a sua lição no anceo sceno na esperança de fazer a patria mais forte, mais util e mais bella».

Depois dessas lindas expressões Miguel Couto concluiu: «proponho que a Academia Nacional de Medicina convoque para nas festas do seu Centenario o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia».

Eis como surgiu, de um nobre impulso, a idéa da reunião scientifica de Junho proximo.

Por designação do Presidente da Academia Nacional de Medicina é Presidente do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia o Professor Roquette-Pinto, Director do Museu Nacional e Secretario Geral o Sr. Dr. Renato Kehl.

O Congresso foi dividido em tres secções:

- 1 — Antropologia.
- 2 — Heredologia.
- 3 — Educação.

Para presidente das secções foram escolhidos os nomes prestigiosos dos Professores Alvaro Fróis da Fonseca, Alvaro Osório de Almeida e Levy Carneiro. Como Secretarios das secções,

*Alvaro Fróis da Fonseca*  
*Miguel Couto*  
*Roquette Pinto*

Carta convocatória para o I Congresso Brasileiro de Eugenia, divulgada na forma de um folheto, com as assinaturas dos organizadores, a saber: Álvaro Fróis da Fonseca, Álvaro Osório de Almeida, Celina Padilha, Edgar Roquete-Pinto, Fernando da Silveira, Levy Carneiro, Miguel Couto e Renato Kehl. Rio de Janeiro, Acervo: Arquivo de Antropologia Física, Museu Nacional, UFRJ. Disponível em: <<https://laboratoriodepensamentosocial.files.wordpress.com/2012/01/carta-eugenia.jpg>>.laboratoriodepensamentosocial.files.wordpress.com/2012/01/carta-eugenia.jpg>

## O Estado interventor

O Estado, com base nos parâmetros científicos, passou a interferir tanto na vida pública como na privada, valendo-se da ciência e da educação como elo entre o povo e a família. A extensão dessa proposta de ação pode ser constatada pelo debate promovido pelos médicos e psiquiatras eugenistas por ocasião da elaboração das emendas para a Constituição de 1934. O discurso desse grupo de parlamentares, dentre os quais estava o médico Miguel Couto, tinha como um de seus objetivos a redefinição efetiva da política eugenista no país, centrada no controle sistemático da imigração e do casamento. Cabe ressaltar que a imagem da família, atrelada à figura da mulher e do lar, ocupava lugar privilegiado no discurso médico eugenista, prestando-se a fortalecer a necessidade da implantação de uma política racial intervencionista.

Apelava-se para o espírito do medo e da insegurança que rondavam o imaginário coletivo. Estruturou-se um discurso médico rico em significados e que, por sua vez, estreitava os limites entre o biológico e o social. Noções de gênero e de raça foram inseridas no discurso biossocial com o intuito de promover o desenvolvimento das espécies humanas. Analogias apontavam os negros, os pobres, as prostitutas, os criminosos, os japoneses e os judeus, à moda da Alemanha nazista, como os responsáveis pelas doenças degenerativas e pelas epidemias, classificando-os em uma escala racial inferior. A partir dessas categorias de análise tornava-se possível legitimar as relações de poder e de dominação.

Um inventário das revistas oficiais e científicas publicadas no Brasil desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX pode nos ajudar a mapear a difusão das teorias racistas no Brasil, e eugenistas em particular. Um dos primeiros periódicos a circular no Rio de Janeiro foi a revista semanal *Brasil-Médico*, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo como diretor fundador Antônio Augusto de Azevedo Sodré (1864-1929), doutor e professor de clínica daquela instituição. Além de documentar, esse periódico pretendia dar publicidade às experiências clínicas, de forma a colaborar para a configuração de uma medicina autenticamente nacional. Referendava, sem críticas e comentários, as teorias da criminologia moderna, com ênfase nas máximas defendidas por Nina Rodrigues de que a delinquência estava relacionada com a debilidade, cuja incidência se centrava nas raças inferiores: “a demência é a forma que mais avulta os negros. Pode-se dizer que tornam-se eles dementes com muito mais frequência, por sua constituição, que os brancos”.<sup>13</sup>

A revista *Brasil-Médico*, imbuída da sua missão salvacionista, publicou também uma série de artigos sobre a importância da educação física como disciplina

---

13 Revista *Brasil-Médico*, 1904, p. 178 apud SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas e a questão racial no Brasil, 1870-1930*, p. 116.



regeneradora da raça. Outros textos apelavam para práticas mais radicais como a esterilização, modelo tomado da legislação de Nova Jersey, com o objetivo de impedir a ação das raças impuras. Essa abordagem – da interpretação médica da sociedade – manteve-se até o início da década de 1930, quando os artigos foram se tornando mais técnicos, distanciando-se das interpretações teóricas de cunho social. Insistia-se na necessidade de uma rígida orientação da política imigratória nacional, orientada com base nos ideais eugênicos, com o objetivo de garantir o “branqueamento da raça”.

Nesse contexto, a questão racial entrou como componente dos diagnósticos médicos atentos, dessa vez, ao processo de miscigenação da população brasileira. Raça, higiene e miséria passaram a fazer parte de um mesmo problema, viável de ser solucionado por meio da eugenia, identificada em 1918 como uma “nova ciência”. Nessa data, o dr. João Henrique, médico eugenista, publicava o artigo “Do conceito eugênico no *habitat* brasileiro”, no qual enfatizava que o meio diferenciaria os indivíduos formando a “sua compleição física, o gênio e o caráter dos povos”, dando origem a uma nova raça. Daí a necessidade de melhorar as péssimas condições do *habitat* brasileiro e eliminar as inúmeras doenças, interpretadas como entraves para a eugeniização da raça brasileira. Os males, na sua opinião, haviam sido herdados do povoamento, exigindo o esforço coletivo “para obter uma raça pura e forte”.<sup>14</sup> Assim, vieram a público vários artigos que questionavam o ingresso no Brasil de imigrantes negros e japoneses, temática retomada durante as discussões para a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil, em 1934.

O controle da entrada de imigrantes apresentou-se como uma estratégia preventiva que garantiria a entrada do elemento racial desejável. Foi com esse espírito – aperfeiçoamento do corpo e da raça – que, durante o Estado Novo (1937-1945), a educação física e esportiva e a educação moral e cívica se tornaram disciplinas obrigatórias nas escolas públicas. A educação física foi considerada um remédio para a falta de homogeneidade e fraqueza do tipo brasileiro, com capacidade de transformá-lo em uma espécie forte, ariana e de olhos azuis. Nas décadas de 1930 e 1940 circularam no Brasil dois periódicos dedicados a difundir os milagres da eugenia para a proliferação de corpos saudáveis: a *Revista de Educação Física* (1932-1945) e a *Revista de Educação Física do Exército* (1932 aos dias atuais). A primeira era administrada por Oswaldo Rezende e Paulo Latufo, com a colaboração de Américo Neto, professor da Escola de Educação Física do governo do estado de São Paulo; de Henry Sims, diretor da Associação dos Moços do Rio de Janeiro; de Fred Bow, técnico da Confederação Brasileira de Desportos, dentre outros. O segundo periódico circulava como órgão oficial da Escola de Educação Física do Exército e do Departamento de Desportos do Exército Brasileiro, tendo

---

14 HENRIQUE, João. *Do conceito eugênico no habitat brasileiro*, p. 7.

como fundador o coronel Newton Cavalcanti. Ambos os periódicos publicaram artigos de exaltação ao aperfeiçoamento da raça brasileira inspirados nos fundamentos das teorias da ciência eugênica.<sup>15</sup> Entre os defensores da eugenia nos debates da educação física citamos: Waldemar Areno, Reinald Kuntz Busch e Holanda Loyola. Areno era professor catedrático de anatomia, fisiologia e higiene aplicada da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, autor do livro *Higiene aplicada à educação física* (1949) e do artigo “Higiene e saúde” (1941). Kuntz Busch havia publicado, no mesmo periódico, o artigo “Como evitar a prole doentia” (1943), e Holanda Loyola, “Um povo desfila” (1941).<sup>16</sup>

Do ponto de vista do imaginário coletivo, as ideias configuravam a imagem de uma sociedade organizada em torno de antíteses que classificavam os cidadãos como “bons” ou “maus”, visto que toda a vida orgânica supõe hierarquia. Esse pressuposto, segundo a historiadora Eliana Dutra, teria criado condições para gerar na sociedade brasileira dos anos de 1930 “uma disposição totalitária”, cujo discurso sustentava a imagem de uma sociedade indivisa e coesa. Pairava no ar o medo, a ameaça de “debacle social”, situação a ser evitada por meio de programa de purificação da população.

Constatamos que, ainda no pós-guerra, defensores dos ideais eugênicos e de uma política imigratória restritiva, seletiva e racista continuaram divulgando suas ideias e publicando estudos em periódicos oficiais como a *Revista de Imigração e Colonização* (RCI), publicada entre 1940 e 1955 pelo Conselho de Imigração e Colonização, órgão criado pelo governo brasileiro, em 1938, que tinha como objetivo “orientar e superintender os serviços de colonização, entrada, fixação e distribuição do estrangeiro em território nacional”. Vários artigos questionavam o problema da mestiçagem das raças, da eugenia, dos perigos dos quistos raciais e da necessidade de um rígido controle da imigração. Estudos demográficos, sociológicos, antropológicos, filosóficos e médicos justificavam a ação discriminatória e saneadora do governo de Getúlio Vargas (1937-1945) e Gaspar Dutra (1950-1954), cuja intenção era de receber imigrantes que expressassem “boa raça” e “bom caráter”.<sup>17</sup>

A maioria dos textos publicados pela RCI é de autoria de psiquiatras e bacharéis de direito formados nos grandes centros acadêmicos consumidores das teorias racistas importadas, principalmente, de França, Itália e Alemanha. Como defensores de ideias eugênicas, propunham como profilaxia para os males que rondavam o país (leia-se imigrantes indesejáveis) a adoção de processos seleti-

---

15 Sobre essas duas revistas e seus colaboradores ver: GÓIS JUNIOR, Edivaldo; GARCIA, Alessandro Barreta. A eugenia em periódicos da educação física brasileira (1930-1940), p. 247-254.

16 ARENO, Waldemar. *Higiene aplicada à educação física*; \_\_\_\_\_. Higiene e saúde, p. 40-51; BUSCH, Reinaldo Kuntz. Como evitar a prole doentia, p. 58-59; LOYOLA, Holanda. Um povo desfila, p. 9.

17 Sobre a *Revista de Imigração e Colonização*, ver: SIQUEIRA, Osvaldo Nunes. Biotipologia do imigrante no discurso da *Revista de Imigração e Colonização* (1940-1955).

vos com critérios raciais e ideológicos. Persistem, nos vários volumes publicados por esse periódico, estudos que propõem: a profilaxia psicorracial da imigração para o continente americano e modernas tendências da política biológica preocupada em relacionar a presença de certos grupos de imigrantes à proliferação de epidemias como a tuberculose e a sífilis. A reprodução de estatísticas e as referências aos principais teóricos racistas europeus, em voga nas décadas de 1930 e 1940, garantiam à revista credibilidade atrelada ao seu perfil “científico”. Vários textos apelam para os sentimentos de xenofilia (simpatia ao estrangeiro) e de xenofobia (aversão ao estrangeiro), trazendo para o debate a questão do imigrante desejável x indesejável.

Nesses textos a imagem do Brasil emerge como um laboratório racial possível de ser detectado por algumas expressões típicas do pensamento racista, como: babel étnica, democracia étnica, sub-raças fracas e doentes, parasitas humanos, doentes disfarçados de imigrantes, homens fracos inassimiláveis. A mensagem sustenta-se na ideia de que não é possível fazer um povo forte se constituído de homens fracos, nem, tampouco, fazer uma grande nação com um povo constituído de doentes. Dentre os principais autores destacamos: A. Chautaubriand, A. Ricardo, Antônio Xavier de Oliveira, D. Araújo, E. Willems, F. M. Carvalho, I. B. C. Araújo, S. Hermeto Júnior, J. Pimenta, J. Poggi, H. Braga, L. Brunes, L. Cavalcanti, Renato Kehl, Pacheco e Silva.

A dimensão dos estudos eugenistas no Brasil pode ser avaliada pelo grande número de obras e artigos publicados no Rio de Janeiro e em São Paulo, assim como pela diversidade de teses apresentadas na Faculdade de Medicina dessas capitais. Sintomática dessa biopolítica foi a aprovação da lei n. 219 que estabeleceu, em 5 de agosto de 1936, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, avaliado como o único instrumento capaz de controlar a reprodução e garantir a qualidade da espécie.

## **Beleza e eugenia**

No contexto de regimes fascistas e/ou autoritários, constatamos que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram substituídos pela disciplina do corpo e das mentes (espírito), pelo culto à força e à raça eugênica. A discriminação política e o preconceito racial transformaram-se em fermento das inquietações sociais. O poder exigia ordem, sendo esta mantida à custa da repressão policial, da contenção da massa operária dita “subversiva”, da censura às doutrinas exóticas, da imposição de uma política imigratória restritiva e da obrigatoriedade do exame médico pré-nupcial. Revolucionários, grevistas, comunistas, anarquistas, malandros, ciganos, negros, mulatos, judeus, hindus e japoneses – segundo o discurso oficial – colocavam em perigo a ordem racial, política e cultural. Discursos similares eram identificados tanto na Europa como no Brasil.

O povo foi sendo seduzido pelos meios de comunicação de massa encarregados de veicular a ideologia oficial. Para isso serviam-se dos poderes da música, da fotografia, do cinema e da propaganda comercial que usavam como suporte as revistas científicas e ilustradas, de educação física, os manuais médicos e os livros didáticos. Por meio de múltiplos discursos – visual, oral e escrito –, os conceitos de unidade, raça, trabalho e ordem eram repetidos com frequência, contribuindo para seduzir a população, em grande parte analfabeta e carente de atenção por parte do Estado. Médicos eugenistas, em programas de rádio, faziam campanhas de esclarecimento sugerindo medidas de profilaxia e orientação pré-nupcial. Acreditava-se que, com tais orientações, se poderia controlar a população, viabilizando o cruzamento seletivo dos seres humanos. Com base na biopolítica, poderia se prever o “ponto certo da mistura étnica”, dotando o povo de características físicas, morais e intelectuais positivas.

A partir da década de 1920 e com maior ênfase na década de 1930, a publicidade oferecia ao consumidor um conjunto de produtos capazes de transformá-lo no atleta ideal ou em uma mulher sedutora de pele alva e macia. Predominava, como modelo de beleza a ser alcançado, concepção eugenista eurocêntrica projetada nas campanhas publicitárias de produtos miraculosos capazes de deixar a pele alva, o nariz de artista de cinema e os cabelos lisos. A “feiura” do negro, homem ou mulher, era ainda mais exagerada pelos traços dos caricaturistas que não hesitavam em exaltar a beleza da mulher branca “ariana”. Essa concepção tornou-se comum nos escritos de vários intelectuais brasileiros que concebiam a eugenia como a guardiã da beleza e como possibilidade para a construção de uma raça humana aperfeiçoada, pura, homogênea. Nessa direção, Renato Kehl escreveu A



A representação das antíteses: negativo x positivo; feio x bonito. *Revista da Semana*, ano XXXIV, n. 16, 14 abr. 1933. (Autor não identificado)



“Criança bonita, criança saudável” compõe a propaganda do alimento Melin. *Revista da Semana*, ano XXV, n. 29, 12 jul. 1924. (Fotógrafo não identificado)

*cura da fealdade*: eugenia e medicina social (1923) com o objetivo de oferecer às autoridades políticas e médicas e aos educadores orientação para “melhorar o corpo humano, aformozeá-lo, corrigir defeitos, restaurar a saúde, alcançando assim o bem supremo que é a beleza e afastando o mal que é a fealdade”.<sup>18</sup> Enfim, ao investir na padronização do tipo físico ideal para uma nação civilizada, o Estado – através da eugenia – poderia trazer, por intermédio da beleza, a felicidade. Aplicava-se dessa forma a profilaxia social modelada pelas antíteses belo x feio, etiquetas seletivas aprovadas por médicos e intelectuais orgânicos a serviço do Estado. Situações semelhantes podem ser identificadas nos regimes nazista e fascista europeus que, com base no conceito de degeneração, impuseram uma estética que excluía os feios (degenerados) do convívio com os belos, puros, arianos. Três anos depois, Kehl publicou o livro *Formulário da beleza: fórmulas escolhidas* (1927).<sup>19</sup>

A imagem da branquura x negritude apareceu estampada na revista *Careta*, de maio de 1938, que traz na capa a charge “Redenção”. Inúmeras são as caricaturas políticas que, por meio do humor, nos oferecem expressivos exemplos

18 KEHL, Renato. *A cura da fealdade*, p. 9-10; *Formulário da beleza: fórmulas escolhidas*.

19 MOSSE, George. *A estética do fascismo*.

da estigmatização do negro. Sem fazer referência aos milagres da eugenia, essa imagem nos remete ao ideal de justiça social almejado pelos negros. A fala do Pai João, que diz “nunca ter duvidado da justiça do tempo”, tem continuidade na resposta do Pai Tomás, que expressa a sua felicidade ao confirmar que “também não duvida da justiça do tempo, pois já tem seis bisnetos loirinhos”: era a redenção!<sup>20</sup>



Redenção. *Caretta*, n. 1.561, São Paulo, maio 1938. Biblioteca Municipal Mário de Andrade/SP; Tucci/SP. (Autor não identificado)

O modelo de mulher colocado em cena, tanto nos anúncios comerciais como nas fotografias, não era mais o daquela matrona, apática, e sim da mulher esbelta, elegante e esportista, moldada pelos padrões de beleza ditados por Hollywood ou pelos ideais nazistas. Como exemplo citamos a propaganda do Leite de Colônia, que, nas décadas de 1930 e 1940, incentivava as mulheres a usarem esse produto que “limpa, alveja e amacia a pele”. A ação de “alvejar” implicava clarear e branquear a pele, tornando a mulher formosa, como se pode constatar na expressão “aformosea” [aformoseia], no anúncio da imagem a seguir.

Ao relacionar a concepção específica de estética do belo à ideia de saúde e de superioridade, os editores, anunciantes e leitores das revistas ilustradas alimentavam um imaginário que compunha com o universo cultural dos anos de 1930 e 1940: a imagem da feiura vinha atrelada à obesidade ou às figuras do negro africano e dos judeus estrangeiros. O ideal de beleza, por sua vez, expressava-se por um conjunto de elementos comumente reproduzidos nas charges e fotografias:

---

20 Charge “Redenção”, autor não identificado.

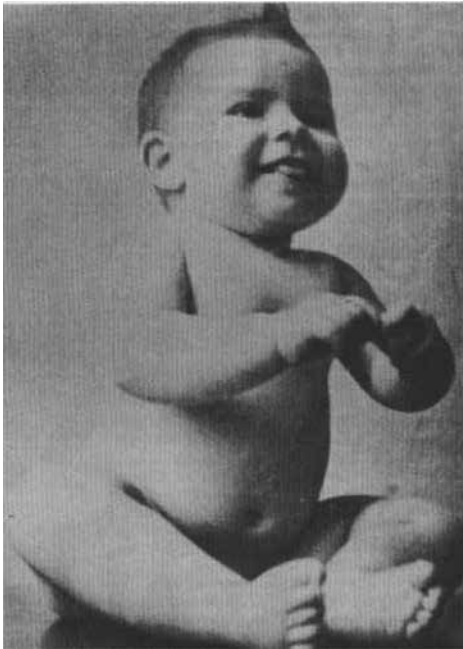


Anúncio veiculado nas principais revistas ilustradas das décadas de 1930 e 1940. Propaganda do Leite de Colônia, produto criado pelo farmacêutico cearense Carlos Studart, também fundador do jornal *Comércio do Amazonas*

- brancura-rósea das bochechas dos bebês;
- retidão e rigidez corpórea dos atletas olímpicos associadas ao semblante ariano dos jovens adolescentes;
- cútis alva dos rostos e das mãos das mulheres de silhueta esguia, cinematográfica;
- beleza do corpo masculino identificado com as silhuetas das esculturas clássicas greco-romanas.

De acordo com o projeto étnico-político do primeiro governo Vargas (1930-1945), essas regras deveriam estimular a procriação de raças sadias. Artigos científicos pregavam a eliminação do casamento entre cônjuges degenerados mediante a esterilização ou a proibição do casamento entre cônjuges “incompatíveis”. Portanto, todo jovem deveria ser orientado para escolher o parceiro ideal, de forma a garantir saúde e beleza à sua prole, elementos de equilíbrio racial. Essa postura justificava a promoção de concursos de beleza e de robustez infantil, eventos oficiais legitimados com a participação de médicos eugenistas como membros do júri.

Após a Segunda Guerra Mundial, mesmo depois da divulgação das atrocidades praticadas pelos nazistas, que culminaram com o holocausto, as propostas de construção de uma sociedade eugênica modelada pelos ideais de beleza e de raça pura continuaram a interferir nos corpos e mentes dos brasileiros. Exemplo



Campanha Nacional da Criança. Elaine M. de Castro eleita bebê n. 1 raça pura, “campeã de saúde”, símbolo da nova raça brasileira. Classificada por um júri de médicos eugenistas em concurso realizado em Porto Alegre. *Revista Sul*, Porto Alegre, jan./fev. 1949. Acervo: B. Kossoy, São Paulo

da persistência desses paradigmas foi o festival de ginástica realizado em Belo Horizonte (MG), em novembro de 1959. As delegações de Ubá, Belo Horizonte e Rio de Janeiro tiveram a oportunidade de mostrar o “esplendor da nova geração brasileira,” comprovando os “benefícios resultados da ginástica moderna associada à eugenia”. Exaltando o aprimoramento físico e a beleza feminina dos participantes, a revista *Alterosa* definiu o festival como a “festa de eugenia e beleza, evidenciando a eternidade da legenda helênica: *mens sana in corpore sano*”.<sup>21</sup>

Em 1937, a Prefeitura de São Bernardo (SP) iniciou uma campanha para a implementação de medidas eugênicas visando controlar e prevenir a futura geração brasileira dos males que rondavam a nação. Com o objetivo de “melhorar a raça,” a campanha produziu vários pôsteres e folhetos informativos, valendo-se do discurso médico para pôr em prática o projeto eugênico. O apelo se fazia por meio da figura de uma caveira, imagem símbolo da morte e do veneno, que, na maioria das vezes, contracenava ao lado de uma criança ou de um globo terrestre no qual o Brasil ganhava destaque. As mensagens, sustentadas por *slogans* apelativos, procuravam gerar medo e insegurança naqueles que não faziam um exame pré-nupcial, colocando em perigo o futuro dos seus filhos. Fazendo uso do jargão comum aos projetos eugênicos, esses cartazes convocavam os jovens e as mães para a preservação da vida:

---

21 Eugenia e beleza. *Revista Alterosa*, ano X, n. 93, p. 94, 1948.



A criança é o homem de amanhã. Protegê-la é o nosso dever. Mães! Procurar conselhos médicos sobre HIGIENE, ALIMENTAÇÃO e TRATAMENTO DAS CRIANÇAS; AMPARAR A MATERNIDADE É DEVER DA RELIGIÃO, PATRIOTISMO, HUMANIDADE. Fazer periodicamente exame!; NOIVOS! CUMPRIR VOSSO DEVER GARANTINDO A SAÚDE DE VOSSOS FILHOS FAZENDO EXAME PRÉ-NUPCIAL; CONTRIBUINDO PARA A PUREZA DA RAÇA CONTRIBUIREIS PARA A GRANDEZA DA PÁTRIA. NOIVOS, FAZEI O EXAME PRÉ-NUPCIAL; É UM CRIME TRANSMITIR SEUS MALES À SUA FUTURA PROLE. Faça-se exame médico pré-nupcial; A SÍFILIS FLAGELA O MUNDO! Combatê-la é o maior dos deveres.<sup>22</sup>

Em síntese, podemos afirmar que, desde as primeiras décadas do século XX, persistiu no Brasil um pensamento racista endossado pelo Estado e pela sociedade científica que, por intermédio de um conjunto de saberes, projetou para o futuro a imagem do homem e da mulher organicamente perfeitos. Os próprios da eugenia persistiram associados às ideias de povo e nação, ampliando, dessa forma, o círculo dos excluídos por sua raça e caráter: negros, japoneses, judeus, ciganos, hindus, loucos, leprosos, deficientes físicos, comunistas, dentre outros.

Mecanismos de profilaxia foram adotados pelas faculdades de medicina e de direito, institutos de pesquisa científica, secretarias, departamentos estatais e prefeituras municipais com o objetivo de separar o exemplar perfeito daquele classificado como degenerado por sua raça e caráter. Os doentes, deficientes físicos e loucos, que atentavam contra a ordem e a estética idealizada para uma sociedade moderna, deveriam ser isolados em hospícios, prisões, sanatórios e asilos. Textos científicos ou pseudocientíficos foram elaborados com o objetivo de erradicar os males que colocavam em perigo a construção de uma sociedade saudável e livre de enfermidades.

## Referências bibliográficas

- ARENO, Waldemar. Higiene e saúde. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 53, p. 40-51, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Higiene aplicada à educação física*. Rio de Janeiro: s.e., 1949.
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BUSCH, Reinaldo Kuntz. Como evitar a prole doentia. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 71, p. 58-59, 1943.
- CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Revista Filosofia Unisinos*, v. 11, n.1, p. 33-43, 2010.
- COUTO, Miguel. *Actas e trabalhos: I Congresso Brasileiro de Eugenia*, v. 1, 1929.
- DEL CONT, Valdeir. Eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*, v. 6, n. 2, 2008.

---

<sup>22</sup> Conjunto de *slogans* empregados nos cartazes que defendiam a importância do exame pré-nupcial, preventivos como garantia de uma raça perfeita, pura e forte. Vários exemplares, décadas de 1930 e 1940.

FACHIN, Melina Giradi. A teoria do etiquetamento do sistema penal e os crimes contra a ordem econômica: uma análise dos crimes de colarinho branco. *Revista de Direito Público*, Londrina, v. 7, n. 1, p. 3-18, jan./abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Il faut défendre la société: cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Gallimard; Seuil, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Rachel Ramalhete. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Securité, territoire, population: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard; Seuil, 2004.

\_\_\_\_\_. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard; Seuil, 2004.

GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 1, p. 54-71, jan./jun. 2011.

GALTON, Francis. *Hereditary genius*. Londres: Julian Friedmann, 1979.

GILLHAM, Nicholas W. Sir Francis Galton and the right of eugenics. *Annual Review of Genetics*, v. 35, 2000.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; GARCIA, Alessandro Barreta. A eugenia em periódicos da educação física brasileira (1930-1940). *Revista de Educação Física (UEM)*, Maringá, v. 22, p. 247-254, 2011.

HENRIQUE, João. *Do conceito eugênico no habitat brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1916.

KEHL, Renato. *Eugenia e medicina social*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1920.

\_\_\_\_\_. *Formulário da beleza: formulas escolhidas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

\_\_\_\_\_. *A cura da fealdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932.

LOYOLA, Holanda. Um povo desfila. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 58, 1941.

MANTEGAZZA, Paolo. *Higiene do amor*. Tradução de Visconti Coaracy. Lisboa: B. L. Garnier, s.d.

MARAÑONG, Gregorio. *Tres ensaios sobre la vida sexual*. Madrid: Biblioteca Nuova, 1934.

MAZONI, Ana Paula de Oliveira; FACHIN, Melina Giradi. A teoria do etiquetamento do sistema penal e os crimes contra a ordem econômica: uma análise dos crimes de colarinho branco. *Revista de Direito Público*, Londrina, v. 7, n. 1, p. 3-18, jan./abr. 2012.

MOSSE, George. *A estética do fascismo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

MÜLLER-HILL, Benno. *Ciência assassina*. Rio de Janeiro: Xenon, 1993.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIQUEIRA, Osvaldo Nunes. Biotipologia do imigrante no discurso da *Revista de Imigração e Colonização* (1940-1955). Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VAN DEL VELVE, Theodor Hendrik. *El matrimonio perfecto: estudio de su filosofía y su técnica*. Tradução de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1925.

# Corpos para trabalhar

## A questão do trabalho indígena na África portuguesa

Fernando Tavares Pimenta<sup>1</sup>

Este estudo coloca em perspectiva a prática do trabalho indígena obrigatório na África portuguesa, demonstrando que sua institucionalização não foi uma criação do Estado Novo, mas funda as suas raízes na legislação laboral dos finais da Monarquia Constitucional (1834-1910), continuada depois pela Primeira República (1910-1926). Assim, faremos uma exposição do quadro legislativo que regulava tal prática desde o último quartel do século XIX até o Estado Novo.

A legislação pertinente consagrava a prática do trabalho forçado dos indígenas negros, cujos corpos eram usados como meras peças de trabalho. Problematizaremos a posição e o comportamento dos colonos brancos em relação ao assunto, de forma a compreender o peso do fator racial na estruturação das relações de trabalho nas colônias portuguesas. Demonstraremos também a existência de posições contrárias no âmbito da administração colonial, destacando-se a figura de Norton de Matos.

Contudo, antes de mais nada, é importante fazer algumas considerações preliminares sobre a questão da “especialidade” da legislação colonial.

### A questão da especialidade da legislação colonial

Desde meados do século XIX, a legislação colonial portuguesa esteve baseada nos princípios constitucionais da “especialidade” e do “respeito pelos usos e costumes dos indígenas”;<sup>2</sup> os quais foram consagrados pelo ato adicional à Carta Constitucional da monarquia portuguesa de 5 de julho de 1852, que representou a primeira revisão da Carta, a qual vigorou com mais duas revisões, uma em 1885 e a outra em 1896 – até a queda do regime monárquico, em 5 de outubro de 1910. Ora, o princípio da “especialidade” para as leis coloniais – também designadas de ultramarinas – tinha como fundamento a diferença civilizacional entre a população metropolitana e os povos colonizados. O argumento primário era que as leis da metrópole não poderiam ser aplicadas a populações que estariam em um estágio civilizacional muito inferior e sem capacidade de se determinar e

---

1 Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, pesquisador na Universidade Nova de Lisboa.

2 Sobre a questão da “especialidade” das leis para o ultramar e, de uma forma geral, no que diz respeito à análise da legislação monárquica em matéria de trabalho indígena, somos largamente devedores do interessante estudo de MARTINEZ, Esmeralda Simões. *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa: o caso de Moçambique (1899-1926)*.

entender a natureza ou a finalidade das leis europeias, que era o caso, segundo o Estado português, dos indígenas que habitavam suas colônias. A justificativa para a existência de legislação especial para as populações colonizadas era a necessidade de respeitar seus “usos e costumes”. Na realidade, porém, isso era apenas um pretexto para recusar a cidadania portuguesa aos africanos, excluindo-os de um conjunto de garantias e direitos, o que refletia o caráter racista da dominação colonial. De fato, o Estado português, a despeito das muito propaladas teses assimilacionistas, negou a cidadania à larga maioria dos africanos, remetendo-os para uma condição de meros sujeitos coloniais.

O princípio da “especialidade” da legislação colonial permaneceu muito para além da queda da monarquia, tendo-se mantido na Constituição da República portuguesa de 1911 (artigo 67) e na Constituição política do Estado Novo de 1933 (artigo 25). Esta última integrou o ato colonial<sup>3</sup> promulgado por Antônio de Oliveira Salazar, na qualidade de ministro das Colônias, em 1930, e constituía uma espécie de lei fundamental do Império, cujos princípios nortearam a política colonial do regime, pelo menos até a década de 1960.<sup>4</sup>

Nesse contexto, o princípio da “especialidade” foi observado para a promulgação das leis que regulavam a conduta dos habitantes das colônias africanas, sobretudo na questão do trabalho indígena, que foi estabelecido como obrigatório por uma legislação laboral especial, pois essa população era considerada menor e, portanto, sem capacidade jurídica de declarar a sua vontade, que era suprida pela declaração de vontade do curador. Os indígenas tinham a obrigação moral e legal de trabalhar como forma de melhorar a sua condição material e moral, obrigação esta que, se não cumprida voluntariamente, seria imposta pelo Estado, para quem o trabalho fazia parte do processo de civilização do indígena, o que concedia às autoridades o direito de obrigá-los a trabalhar. Essa obrigação se aplicava não só ao trabalho nas obras públicas, mas também em empresas privadas. Os indígenas foram, assim, transformados em uma espécie de “semiescravos” legais, sem “poder sobre o próprio corpo”, usados arbitrariamente para fins laborais pelas autoridades coloniais.

A obrigatoriedade do trabalho indígena foi, pois, uma das linhas estruturais do sistema colonial português na África e sua prática foi defendida pelos legisla-

---

3 PORTUGAL. Ministério das Colônias. Decreto n. 18.570/1930. Integrado no dispositivo constitucional português pelo decreto-lei n. 22.465/1933.

4 O ato colonial afirmou a unidade da nação portuguesa, consagrou as designações de Império colonial português e de colônia e confirmou o colonialismo como sendo da “essência orgânica da nação portuguesa”. De fato, o artigo 2º do ato colonial afirmava: “É da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”. PIMENTA, Fernando Tavares. *Portugal e o século XX: Estado-Império e descolonização (1890-1975)*.

dores portugueses independentemente do regime político na metrópole.<sup>5</sup> Vejamos de forma mais detalhada todo esse processo.

## Legislação laboral da Monarquia Constitucional

Em 1878, Portugal aboliu de forma definitiva a escravatura nas colônias portuguesas. Contudo, o fim da escravatura não significou o desenvolvimento de um regime de mão de obra assalariada livre. Pelo contrário, práticas de trabalho forçado continuaram durante décadas, havendo denúncias no plano internacional, como a polêmica Nevinson,<sup>6</sup> em relação às roças de cacau de São Tomé, que usavam mão de obra semiescrava, ou o famoso Relatório Ross<sup>7</sup> na década de 1920.

Na verdade, o Regulamento para os Contratos de Serviçais e Colonos nas Províncias da África Portuguesa,<sup>8</sup> promulgado pelo marquês de Sá Bandeira em 21 de novembro de 1878, instaurou, pelo menos teoricamente, o princípio da liberdade contratual do trabalho indígena. De fato, o regulamento reconheceu ao indígena a liberdade de contratar o seu trabalho nos termos definidos na lei, bem como o direito à proteção do Estado, cabendo às autoridades administrativas fiscalizar o cumprimento da lei. No entanto, o regulamento também permitiu que essas mesmas autoridades atuassem como empregadores de mão de obra indígena tanto para empreendimentos públicos, como para empresas privadas, nacionais ou estrangeiras. Assim, os responsáveis pela fiscalização da lei eram os mesmos que faziam a contratação dos trabalhadores, distribuindo-os depois pelos particulares, que funcionavam como uma espécie de sublocatários da mão de obra. Isto é, o Estado assumia a função de principal fornecedor de mão de obra indígena aos colonos e às companhias estabelecidas nas colônias. Um caso óbvio de conflito de interesses, senão mesmo de promiscuidade entre os interesses público e privado. Além disso, o regulamento de 1878 admitia a possibilidade de obrigar os indígenas a trabalhar em certas situações: por exemplo, no caso da vadiagem, que era punida com trabalho forçado de até dois anos, cabendo às autoridades determinar quem é que podia ser considerado vadio.

Nas últimas duas décadas do século XIX, o Estado colonial começou a regulamentar a prestação de trabalho forçado (o chibalo) como forma de pagamento do imposto da palhota, em especial em Moçambique. Esse tributo foi criado em

---

5 Sobre a questão do trabalho indígena, na perspectiva de um dos teóricos do colonialismo português durante o Estado Novo, ver CUNHA, Joaquim Moreira da Silva. *O sistema português de política indígena*; CUNHA, Joaquim Moreira da Silva. *O trabalho indígena: estudos de direito colonial*.

6 NEVINSON, Henry W. *A Modern Slavery*.

7 ROSS, Edward A. *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa*.

8 PORTUGAL. Direção Geral do Ultramar. Decreto de 21 de novembro de 1878. Coleção Oficial da Legislação Portuguesa, p. 38.

5 de julho de 1883, na qualidade de imposto predial sobre as casas (palhotas ou cubatas) habitadas pelos indígenas nesta colônia. Sua origem é o “mussoco”, uma espécie de imposto de capitação cobrado pelos portugueses em Moçambique e que, originalmente, podia ser pago em gêneros alimentares. Em vez disso, o imposto da palhota podia – ou devia – ser pago em trabalho, dado o caráter restrito da monetarização da economia indígena. O comissário régio de Moçambique, Antônio Enes, foi o principal fator dessa nova regulamentação, tendo teorizado o princípio da obrigatoriedade do trabalho indígena com base na ideia de que eles deveriam trabalhar para pagar impostos.<sup>9</sup> Ora, a institucionalização do pagamento dos impostos por meio do trabalho veio a ser um dos principais pilares do sistema de exploração econômica do indígena criado pelo colonialismo português na África, ainda que não seja exclusivo deste país. E não foi só o Estado que se serviu dessa forma de pagamento indireto dos impostos, na medida em que as grandes companhias majestáticas presentes nas colônias portuguesas, como, por exemplo, a Companhia de Moçambique ou a Companhia do Niassa, utilizaram em larga escala esse instrumento, substituindo-se às autoridades estatais nos territórios sob sua administração. Essa situação contrariava de alguma forma as ideias iniciais de Antônio Enes, que considerava ser exclusivo da autoridade pública o poder para coagir os indígenas a trabalhar.

Inspirado no relatório que Antônio Enes escreveu sobre Moçambique em 1893, o Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas, de novembro de 1899,<sup>10</sup> criou as condições para a institucionalização da prática do trabalho obrigatório (ou compelido) em todo o Império,<sup>11</sup> dando poderes à administração colonial para obrigar os indígenas a trabalhar a serviço do Estado, dos municípios e dos particulares. Com efeito, o regulamento de 1899 determinou, no seu artigo 1º, que os “indígenas das províncias ultramarinas portuguesas eram moral e legalmente obrigados a adquirir os meios que precisassem para substituir e melhorar as suas condições sociais, por via do trabalho”. Considerava, ainda, que as autoridades podiam coagi-los a trabalhar, caso não o fizessem voluntariamente. Nesse sentido, às autoridades competia convocá-los e propor-lhes trabalho; no caso de recusa, obrigá-los a aceitar a proposta nas condições estabelecidas. Portanto,

---

9 ENES, Antônio. *Moçambique*. Relatório apresentado ao governo.

10 Datado de 9 de novembro de 1899, por decreto da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, liderada por António Eduardo Vilaça, o Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas só foi de fato promulgado pelo decreto de governo n. 262, de 18 de novembro de 1899. Foi elaborado por uma comissão nomeada especificamente para esse efeito pelo Estado português, o que revela a importância do problema para os governantes portugueses. Dessa comissão faziam parte, entre outros, António Enes e Paiva Couceiro, duas das mais relevantes figuras da administração colonial do final da monarquia.

11 Eram exceções as colônias de Cabo Verde, do Estado português da Índia e de Macau, onde nunca vigorou o regime do indigenato, na medida em que Lisboa considerava que os seus habitantes estavam em um nível de civilização de algum modo comparável ao europeu.

ao dever do trabalho por parte dos indígenas correspondia o direito do Estado português de os compelir a trabalhar, não dispondo os africanos do direito de recusa, pois era sua obrigação moral e legal fazê-lo. O trabalho foi, pois, a forma encontrada pelo Estado para conduzir os indígenas à civilização europeia. E, ao contrário do regulamento de 1878, que só previa o recurso ao trabalho forçado em certas situações (por exemplo, para combater a vadiagem), o regulamento de 1899 estendeu o princípio da obrigatoriedade a toda a população indígena. Assim, por detrás da muito propalada missão civilizadora, escondia-se um impiedoso regime de exploração da população indígena reduzida à condição de mera máquina de trabalho.

## **A Primeira República e a posição dos colonos brancos na África**

A República, apesar dos seus muito proclamados ideais humanistas e promessas de democratização, não alterou substancialmente a legislação laboral monárquica no que diz respeito ao trabalho indígena. De fato, o decreto n. 951, de 14 de outubro de 1914, aprovou um novo regulamento geral do trabalho dos indígenas nas colônias portuguesas que confirmou a prática da obrigatoriedade. Assim, o artigo 1º desse regulamento afirmava: “Todo o indígena válido das colônias portuguesas fica sujeito, por esta lei, à obrigação moral e legal de, por meio do trabalho, prover ao seu sustento e de melhorar sucessivamente a sua condição social”. E o segundo artigo explicitava:

Todo o indígena válido que não tiver domicílio certo, nem meios de subsistência [...], será entregue à autoridade administrativa, que lhe poderá fornecer trabalho pelo período que entender conveniente, dentro da área do respectivo distrito, por um espaço de tempo não inferior a três meses, nem superior a um ano.<sup>12</sup>

Na verdade, a legislação laboral republicana foi ao encontro das posições defendidas pelos colonos brancos na África, que sustentaram formalmente o postulado da obrigatoriedade do trabalho indígena em Angola. Isso fica evidente à luz das teses aprovadas pelo Congresso Distrital de Benguela, em junho de 1913, importante evento que definiu a posição política dos colonos. O objetivo era lançar as bases para a autonomia de Angola, a partir de uma ampla reorganização administrativa interna, no plano civil e militar, e também da sua organização econômica e financeira, inclusive das próprias relações de trabalho entre patrões e mão de obra indígena. A organização do congresso teve o apoio da Câmara Municipal de Benguela, da Associação Comercial de Benguela e do Grêmio Lusitânia, uma loja maçônica da região que reunia a elite branca e os mestiços mais proeminentes.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> PORTUGAL. Ministério das Colônias. Decreto n. 951/1914. Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas.

<sup>13</sup> JORNAL DE BENGUELA, ano II, n. 23, p. 3.

O Congresso Distrital de Benguela iniciou os trabalhos em 22 de junho de 1913. As suas seis sessões prolongaram-se durante dez dias até o dia 1º de julho do mesmo ano. Da primeira sessão, participaram cerca de 130 congressistas provenientes de toda a região central de Angola, a saber Benguela, Bié, Huambo, Sambo, Bailundo, Caconda, Catumbela e Dombe.<sup>14</sup> Na última sessão, estiveram presentes 179 congressistas, o que só por si denota a relevância política do evento.<sup>15</sup> Assistiram aos trabalhos vários representantes da administração colonial, com exceção do governador-geral, Norton de Matos. Durante o evento, os colonos apresentaram, discutiram e aprovaram várias teses relativas ao indigenato e ao trabalho indígena.

Desde logo, o congresso analisou a “especialidade” das leis para as colônias, tendo procurado formular o estatuto jurídico dos “indígenas não civilizados”. Foram colocadas as seguintes questões: a) deve haver leis especiais para os indígenas não civilizados?; b) que critério empregar para a separação do indígena entre civilizado e não civilizado?; c) onde começa a civilização?.<sup>16</sup> Depois de alguma discussão, aprovou-se por unanimidade que a legislação metropolitana só podia ser aplicada a “europeus e assimilados”; não aos “indígenas não civilizados”. No caso da legislação eleitoral da metrópole, considerou-se que esta não convinha ao distrito de Benguela e que só poderiam exercer o direito de voto os brancos, os mestiços e os “indígenas que, sabendo ler, escrever e contar, pagassem determinada contribuição ao Estado”.<sup>17</sup> Para os indígenas não civilizados, seria necessário promulgar legislação especial e, ao mesmo tempo, codificar os “usos e costumes gentílicos e as suas leis”. Além disso, o congresso estabeleceu os critérios para aquisição da civilização: “O indígena deve ser considerado civilizado quando sabe ler ou escrever português. A civilização começa para o indígena com as suas primeiras relações com o europeu ou assimilados, uso dos seus costumes e conhecimento da língua”.<sup>18</sup>

Paralelamente, os congressistas procuraram definir as bases de um eventual código do trabalho indígena, questão fundamental para a economia da colônia, que se baseava na exploração da mão de obra barata africana. De resto, essa era uma característica comum a todas as colônias de povoamento europeu na África, onde os colonos – dada a sua exiguidade demográfica – nunca puderam dispensar o recurso dessa mão de obra. Nesse sentido, foi aprovada a proposta de promulgação de uma lei geral do trabalho indígena, que tornasse efetivo o trabalho obrigatório, com a justificação de que se pretendia evitar a vadiagem e a crimi-

---

14 Ibidem, n. 26, p. 1.

15 Ibidem, p. 4.

16 Ibidem, ano I, n. 17, p. 3-4.

17 Ibidem, ano II, n. 27, p. 5.

18 Idem.



nalidade. Era uma ideia que estava em consonância com a legislação laboral da monarquia. O princípio da obrigatoriedade implicava toda uma série de determinações, nomeadamente o arrolamento do pessoal indígena válido para o trabalho pelas autoridades administrativas, quando da realização do recenseamento para o imposto da cubata; a criação de um bilhete de identidade indígena; a repressão da vadiagem por meio de polícia móvel. Foi também deliberado impor a todos os indígenas a obrigação de mandar os respectivos filhos frequentar a escola ou fazer aprendizagem de serviço doméstico ou agrícola nas casas dos europeus ou assimilados de reconhecida instrução. No que diz respeito à exportação de trabalhadores indígenas para o exterior de Angola, o congresso considerou que se poderia fornecer mão de obra para São Tomé (mas não para a ilha do Príncipe, onde existia a doença do sono), com a condição de que as forças econômicas, as câmaras e as comissões municipais fossem consultadas sobre o estabelecimento dos limites máximos de trabalhadores a enviar para essa ilha, bem como sobre os prazos de duração dos contratos.

Nesse contexto, o congresso pretendia a continuação – senão mesmo o aprofundamento – da legislação laboral que obrigava o indígena a trabalhar nas empresas públicas e particulares, em especial nas fazendas e pescarias dos colonos. Os colonos não tiveram sequer consideração com o fato de que os indígenas desenvolviam suas próprias atividades econômicas no âmbito das suas famílias e aldeias. Por trabalho, os colonos entendiam somente a prestação de serviços nas atividades econômicas dirigidas por europeus e assimilados. O indígena foi reduzido à condição de mero instrumento de trabalho, cuja rentabilidade deveria ser a maior possível. Daí a necessidade de proceder aos arrolamentos e à identificação de todos os indivíduos válidos para o trabalho por meio da criação do bilhete de identidade. Procurava-se, assim, organizar todo o percurso laboral ao longo da vida do indígena, indo-se ao ponto de querer obrigar as crianças a prestar serviços domésticos nas casas de colonos e assimilados. Visto que as reservas de mão de obra não eram ilimitadas, os colonos pretendiam ser ouvidos no estabelecimento de quotas para envio de trabalhadores para São Tomé, de modo a salvaguardar os seus próprios interesses. Convertido em simples máquina de trabalho, o indígena era (ainda por cima) obrigado a pagar impostos, nomeadamente o da cubata.

### **Posições contrárias ao trabalho obrigatório durante a Primeira República**

A prática do trabalho obrigatório imposto aos indígenas acomodava as ideias dos legisladores metropolitanos e as posições dos colonos brancos na África. No entanto, seria injusto não falar na existência de vozes contrárias a essa prática entre os portugueses, ressaltando-se a posição de Norton de Matos, primeiro na qualidade de governador-geral (1912-1915) e, depois, como alto-comissário de Angola (1921-1924).

Com efeito, Norton de Matos pretendia estabelecer um regime de trabalho assalariado livre, de forma a criar as bases de uma economia capitalista moderna em Angola, que pudesse assegurar a integração dos indígenas na economia monetarizada. Pretendia ainda a constituição de uma classe de agricultores africanos capaz de contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura de cariz capitalista e não apenas de subsistência, visando não só à exportação de matérias-primas, mas também à criação de um mercado interno capaz de absorver os produtos metropolitanos. Assim, Norton de Matos procurou combater o trabalho obrigatório e outras formas disfarçadas de trabalho forçado, favorecendo a modernização da economia indígena.<sup>19</sup>

Essas medidas não foram compreendidas por boa parte dos colonos, que as considerou danosas aos seus interesses. De fato, para muitos colonos, amplamente descapitalizados, o recurso a uma mão de obra gratuita (ou semigratuita) era uma condição fundamental para garantir a acumulação de riqueza com os proveitos retirados da exploração agrícola. Por isso, não estavam preparados para aguentar a modernização econômica proposta por Norton de Matos, sobretudo no que diz respeito ao trabalho indígena. Um dos colonos que mais se destacou na oposição a Norton de Matos foi Venâncio Henriques Guimarães, grande fazendeiro e criador de gado da Huíla, no sul de Angola. Guimarães criticou a regulamentação do trabalho indígena de Norton por julgá-la nociva aos interesses econômicos dos colonos, asseverando ser prejudicial retirar os mecanismos de sanção dos indígenas não cumpridores da obrigação moral e legal de trabalhar. Guimarães não aceitava também a ideia de transformar os indígenas em camponeses livres e proprietários de terras, pois temia que isso viesse a potenciar a independência econômica das populações africanas, o que poderia constituir o prenúncio de uma futura independência política pela mão desses contingentes.<sup>20</sup>

Nesse sentido, o plano de modernização econômica de Norton de Matos, nomeadamente a sua política laboral indígena, foi amplamente combatido por um vasto leque de interesses dentro e fora de Angola, não tendo tido tempo para produzir os frutos esperados no campo do desenvolvimento econômico e social da colônia. Dois anos depois da sua demissão do cargo de alto-comissário da colônia, seu projeto de criação de um regime de trabalho assalariado livre foi definitivamente enterrado pela legislação laboral da ditadura militar.

## **A legislação laboral da ditadura militar e do Estado Novo**

Em 23 de outubro de 1926, logo após a implantação da ditadura militar em Portugal, o ministro das Colônias, João Belo, promulgou o Estatuto Político, Civil e

---

19 MATOS, J. M. Norton de. *A província de Angola*.

20 GUIMARÃES, Venâncio. *Angola, uma administração ruínosa: para a história do reinado de Norton*.

Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique.<sup>21</sup> O Estatuto do Indigenato foi o instrumento jurídico que consagrou a divisão da população das colônias em duas categorias distintas: os civilizados e os indígenas. Assim, os brancos, só porque eram brancos, eram classificados automaticamente como civilizados, enquanto os negros (e até certo ponto os mestiços) tinham de provar a sua civilização por meio de testes estabelecidos pelas autoridades coloniais e, se fossem aprovados, tornar-se-iam assimilados. Isso significa que o colonialismo português pressupunha que os negros eram *a priori* incivilizados, sendo por isso remetidos para a categoria de indígenas. A esse respeito, o estatuto era claro: eram considerados indígenas “os indivíduos de raça negra, ou dela descendente, que pela sua ilustração e costumes se não distingam do comum daquela raça”. Tratava-se de uma classificação de fundo racial, a que só escapava uma minoria europeizada constituída pelos extratos médios e superiores da população nativa das zonas urbanas, nomeadamente Luanda e Benguela, em Angola, e Lourenço Marques e Beira, em Moçambique, bem como das populações das ilhas de Cabo Verde e, em parte, de São Tomé. Na Guiné, os assimilados contavam-se pelos dedos. Ora, as diferenças em termos de direitos entre civilizados e indígenas eram enormes. Basta referir que os primeiros eram cidadãos portugueses, enquanto os demais eram meros sujeitos coloniais sem direitos cívicos nem políticos.

Posteriormente, em 6 de dezembro de 1928, o Estado português, pela mão do mesmo ministro das Colônias, João Belo, promulgou o Código do Trabalho Indígena.<sup>22</sup> Na senda dos regulamentos anteriores, esse código confirmou a prática do trabalho compelido por parte dos indígenas, considerando que o trabalho obrigatório fazia parte do processo de civilização do negro. Era assim estabelecida a necessidade legal de obrigá-los a trabalhar para o progresso da civilização nos territórios africanos. Só os assimilados escapavam às prestações de trabalho compulsório. Os principais beneficiários dessa legislação laboral foram as grandes companhias portuguesas e internacionais, que exploravam em regime de monopólio os recursos econômicos das colônias (por exemplo, a Diamang, no nordeste de Angola), bem como os proprietários metropolitanos das roças de cacau de São Tomé e Príncipe. Em ambos os casos, eram necessários ingentes recursos de mão de obra africana que, em algumas situações, eram diretamente arregimentados pelas autoridades coloniais, evidenciando a promiscuidade de interesses entre as esferas pública e privada.

---

21 PORTUGAL. Ministério das Colônias. Decreto n. 12.533/1926. Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique. Esse estatuto foi tornado extensível à Guiné e ao território administrado pela Companhia de Moçambique pelo decreto n. 13.968/1927. O Estatuto do Indigenato foi objeto de uma primeira revisão em 1929. Ver PORTUGAL. Ministério das Colônias. Decreto n. 16.473/1929. Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas.

22 PORTUGAL. Ministério das Colônias. Decreto n. 16.199/1928. Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África.

Curiosamente, o ato colonial<sup>23</sup> promulgado por Salazar em 1930 moderou em termos retóricos o princípio da obrigatoriedade do trabalho indígena, impondo-lhe limites legais. De fato, o artigo 19 do título II proibia todos os regimes pelos quais os indígenas fossem obrigados a prestar trabalho a empresas privadas, ao passo que o artigo 21 afirmava que “o regime do contrato de trabalho dos indígenas assentava na liberdade individual e no direito a justo salário e assistência”. Mas essa aparente liberalidade era desmentida pelo artigo 20, do mesmo título, no qual se afirmava que o Estado podia “compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da coletividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execuções de decisões judiciais de caráter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais”. Portanto, o ato colonial mantinha e consagrava a prática do trabalho obrigatório imposto aos indígenas, mas atribuía ao Estado português o monopólio sobre o controle da mão de obra. Apenas a administração colonial podia compeli-los a trabalhar, o que colocava as empresas privadas em uma situação de dependência em relação ao Estado colonial, na medida em que tinham de recorrer aos serviços das autoridades sempre que precisavam de mão de obra indígena. Em 1933, o ato colonial foi integrado no dispositivo constitucional português, por via da aprovação plebiscitária da Constituição política do Estado Novo, sendo reproduzido, na essência, pela promulgação da Carta Orgânica do Império colonial português.<sup>24</sup>

### **Posições contrárias ao trabalho obrigatório durante o Estado Novo**

Em 1940, uma nova geração de brancos e mestiços, nascida em Angola, reagiu por motivos humanistas à exploração colonial do homem e mulher indígenas. Reunidos em um imberbe movimento nacionalista euro-africano, denominado Organização Socialista de Angola (OSA), esses jovens criticaram veementemente o envio forçado de trabalhadores indígenas – os chamados “contratados” – para as roças de cacau de São Tomé e Príncipe. Tratava-se de uma forma dissimulada de trabalho semiescravo, ainda que aparentemente voluntária, pois havia lugar à celebração, quase sempre fictícia, de um contrato entre os trabalhadores e os recrutadores, em nome das entidades empregadoras. A verdade é que os trabalhadores eram recrutados por meios violentos, sendo forçados a partir para as ilhas do golfo da Guiné, onde eram submetidos a um regime extremamente duro de exploração laboral. Uma grande parte dos serviços angolanos percia em virtude das difíceis condições de trabalho e das doenças tropicais. E mesmo muitos dos que sobreviviam aos dois, três ou mais anos de trabalho árduo nessas ilhas

---

23 PORTUGAL. Ministério das Colônias. Decreto n. 18.570/1930. Acto Colonial. Integrado no dispositivo constitucional português pelo decreto-lei n. 22.465/1933.

24 PORTUGAL. Ministério das Colônias. Decreto-lei n. 23.228/1933. Carta Orgânica do Império colonial português.

não voltavam a Angola por falta de condições econômicas. Porém, o governo português tendia a favorecer os interesses dos roceiros de cacau de São Tomé, que constituíam um *lobby* (grupo de pressão) poderoso em Lisboa, em virtude das suas estreitas relações com o grande capital financeiro da metrópole. Dentro de Angola, as autoridades administrativas eram muitas vezes coniventes com o recrutamento forçado.

O envio anual compulsório de trabalhadores angolanos para São Tomé era há muito contestado pelos colonos brancos de Angola, sobretudo pelos grandes proprietários, que se sentiam fortemente prejudicados pela concorrência dos roceiros são-tomenses no que diz respeito ao controle das reservas de mão de obra africana. Mas, nesse caso, não se tratava de uma crítica ao princípio da obrigatoriedade do trabalho indígena, e sim de mera motivação econômica, uma vez que os colonos necessitavam de mão de obra abundante e barata para as suas plantações e pescarias.<sup>25</sup>

Diferente foi a posição dos jovens da Organização Socialista de Angola, que fundamentaram suas críticas com base em princípios humanistas e políticos. Nesse contexto, a OSA publicou um conjunto de manifestos clandestinos que exigiam o fim da exportação de mão de obra para São Tomé, manifestando a sua posição contrária a qualquer tipo de trabalho forçado.<sup>26</sup> Vítima da repressão policial da ditadura, essa organização não teve tempo para desenvolver sua oposição ao regime colonial. No entanto, sua denúncia contribuiu para a emergência de uma consciência coletiva crítica do problema, inclusive no nível da administração colonial, tendo tido efeitos práticos na ação governativa do novo governador-geral de Angola, o comandante Álvaro de Freitas Morna (1942-1943).

Com efeito, Freitas Morna procurou resolver o problema da exportação de serviços para São Tomé. Muito embora não tenha proibido o recrutamento de mão de obra para as ilhas do golfo da Guiné, uma vez que as atribuições que lhe eram conferidas como governador não o permitiam, Freitas Morna conseguiu minorar o problema mediante o estabelecimento de um *modus vivendi* com os roceiros são-tomenses. Assim, em 14 de julho de 1942, assinou um acordo com o governador de São Tomé visando à regulamentação do recrutamento de mão de obra angolana, da sua permanência e tratamento nas ilhas e do regresso dos trabalhadores a Angola. Pela primeira vez, foram efetivamente garantidas a proteção e a salvaguarda dos interesses desses indígenas no que diz respeito à questão do trabalho. O governador-geral de Angola proibiu também que as autoridades administrativas favorecessem a angariação de trabalhadores para São Tomé, conferindo-lhes a proteção dos interesses dos indígenas e a punição a qualquer ino-

---

25 TORRES, Adelino. *O Império português entre o real e o imaginário*, p. 217-220.

26 CARVALHO, Américo de. *Angola: anos de esperança*, p. 25.

bservância da lei. Nesse sentido, o número de contratados que embarcou de Angola para São Tomé caiu de 2.763, em 1940, para apenas 52, em 1942. Além disso, nesse ano, foram repatriados de São Tomé cerca de 975 serviçais angolanos e, no primeiro trimestre de 1943, regressaram à terra natal mais 269 contratados.<sup>27</sup> Foi uma mudança significativa por parte da administração colonial na forma de tratar o trabalho indígena, que apontava no sentido de uma alteração mais estrutural da política portuguesa sobre essa questão. Uma mudança que, poucos anos depois, foi pedida – sem sucesso – em plena Assembleia Nacional de Lisboa por Henrique Galvão, deputado eleito pelo círculo eleitoral de Angola em 1945.<sup>28</sup>

## **Abolição do trabalho obrigatório em 1961**

O governador-geral Freitas Morna conseguiu mitigar as condições desumanas em que era feita a exportação de mão de obra indígena para São Tomé. Não terminou, porém, com o trabalho compelido em Angola, pois essa resolução ultrapassava muito a sua competência. Nesse sentido, essa prática continuou a ser corrente nas colônias portuguesas na década e meia subsequente ao final da Segunda Guerra Mundial, não tendo havido alterações substanciais no nível da legislação laboral que regulamentava o trabalho indígena até 1960.

De fato, a reforma da administração colonial portuguesa do primeiro lustro da década de 1950 não tocou na legislação que regulamentava esse tema. Assim, a lei n. 2.048, de 11 de junho de 1951, suprimiu o ato colonial, incorporando-o na Constituição portuguesa sob o título “Do ultramar português”. Dois anos depois, a Carta orgânica do Império colonial português foi substituída por um novo diploma legislativo intitulado Lei Orgânica do Ultramar Português (lei n. 2.066, de 27 de junho de 1953). Daqui resultou o desaparecimento da expressão “Império colonial português” a favor da designação “ultramar português”, passando as colônias a serem denominadas de províncias ultramarinas. Cada província ultramarina recebeu a sua própria Carta Orgânica.<sup>29</sup> No entanto, o Estado português optou por manter o Estatuto do Indigenato, ainda que sujeito a uma revisão, da qual resultou a publicação de um novo diploma em 1954: o Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (decreto-lei n. 39.666, de 20 de maio de 1954). O novo estatuto definia com maior precisão as condições necessárias ao processo de assimilação, mas continuava a excluir a maioria da população africana do acesso à cidadania, remetendo-a para a condição de indígena. Os indígenas continuavam a ser considerados meros sujeitos coloniais, sem direitos cívicos ou

---

27 MORNA, Álvaro de Freitas. *Angola: um ano no governo-geral*, p. 240-247.

28 GALVÃO, Henrique. *Por Angola (quatro anos de atividade parlamentar)*.

29 PORTUGAL. Ministério do Ultramar. Nova legislação ultramarina; LÉONARD, Yves. O Império colonial salazarista, p. 36-37; BAILEY, Norman A. *Government and Administration*, p. 134-140.

políticos, mantendo-se a obrigação moral e legal de trabalharem como forma de atingir um nível superior de civilização.<sup>30</sup>

Essa situação só se alterou após o início da Guerra de Independência de Angola em 1961. De fato, foi sob a pressão das guerrilhas nacionalistas que o então ministro do Ultramar, Adriano Moreira, aboliu o Estatuto do Indigenato (6 de setembro de 1961),<sup>31</sup> bem como o Código de Trabalho Indígena, tendo promulgado em seu lugar o Código do Trabalho Rural, em 27 de abril de 1962.<sup>32</sup> Esse código aboliu qualquer forma legal de trabalho forçado, proibindo também a participação das autoridades administrativas no recrutamento de trabalhadores e na elaboração das relações contratuais. Essa mudança tardia na política laboral indígena inseriu-se claramente no âmbito de uma estratégia do regime que pretendia tornar a dominação colonial portuguesa mais aceitável do ponto de vista internacional, acatando a erradicação das práticas mais violentas e racistas do sistema colonial. Além disso, a promoção da elevação social dos africanos negros, no quadro de um programa de modernização econômica das sociedades coloniais, levado a cabo nas décadas de 1960 e 1970, visava afastar essas populações da causa nacionalista, atraindo-as para o lado português.<sup>33</sup> Como tal, muito embora tenham subsistido formas de exploração da mão de obra africana até 1974, a prática do trabalho obrigatório foi definitivamente proscrita pela legislação promulgada em 1961/1962. Legislação que constituiu a principal ruptura naquelas que foram as linhas estruturais do colonialismo português na África, pelo menos no campo do trabalho indígena.

## Conclusão

Feitas essas considerações, podemos dizer que o trabalho forçado não foi uma especificidade da legislação laboral do Estado Novo. Não foi sequer o Estado Novo que criou o regime do trabalho compelido dos indígenas. Esse regime político apenas herdou toda essa tradição jurídica, que vinha desde os finais da Monarquia e continuou ao longo da Primeira República e da Ditadura Militar. Foi a Monarquia Constitucional que institucionalizou a prática de trabalho obrigatório por parte dos indígenas, em larga medida sob a influência do comissário régio Antônio Enes. A Primeira República deu continuidade a essa política, contando com o apoio de uma parte significativa dos colonos brancos. Houve, é certo, vezes

---

30 MOREIRA, Adriano. As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique.

31 PORTUGAL. Ministério do Ultramar. Decreto-lei n. 43.893/1961. Revogação do decreto-lei n. 39.666, que promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique.

32 PORTUGAL. Decreto n. 44.309/1962. Código do Trabalho Rural.

33 PIMENTA, Fernando Tavares. *Descolonização de Angola e de Moçambique: o comportamento das minorias brancas.*

contrárias como, por exemplo, a de Norton de Matos, que defendia a constituição de um regime de mão de obra assalariada livre como condição fundamental para a modernização da economia angolana. Mais tarde, durante o Estado Novo, uma nova geração de brancos angolanos também reagiu à exploração do homem e da mulher africanos, tendo o governador-geral Freitas Morna levado a cabo esforços no sentido de minorar os efeitos nefastos da exportação de mão de obra indígena para São Tomé. No entanto, a prática de trabalho compelido manteve-se até o início da Guerra de Independência de Angola, em 1961. Sua abolição foi mais uma resposta à ação dos nacionalistas africanos do que o resultado de uma evolução interna do colonialismo português, que teve na exploração laboral do indígena africano uma das suas linhas estruturais, independentemente do regime político existente na metrópole.

## Fontes

JORNAL DE BENGUELA, ano I, n. 17, de 23 de outubro de 1912; ano II, n. 23, de 4 de junho de 1913; n. 26, de 25 de junho de 1913 e n. 27, de 2 de julho de 1913.

PORTUGAL. Direção Geral do Ultramar. Decreto de 21 de novembro de 1878. Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

\_\_\_\_\_. Ministério das Colônias. Decreto n. 951, de 14 de outubro de 1914. Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas.

\_\_\_\_\_. Ministério das Colônias. Decreto n. 12.533, de 23 de outubro de 1926. Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique.

\_\_\_\_\_. Ministério das Colônias. Decreto n. 16.199, de 6 de dezembro de 1928. Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África.

\_\_\_\_\_. Ministério das Colônias. Decreto n. 16.473, de 6 de fevereiro de 1929. Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas.

\_\_\_\_\_. Ministério das Colônias. Decreto n. 18.570, de 8 de julho de 1930. Ato colonial.

\_\_\_\_\_. Ministério das Colônias. Carta Orgânica do Império colonial português. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1933.

\_\_\_\_\_. Ministério do Ultramar. Nova Legislação Ultramarina. Lisboa: AGU, 1953.

\_\_\_\_\_. Ministério do Ultramar. Decreto-lei n. 43.893, de 6 de setembro de 1961. Revogação do decreto-lei n. 39.666, que promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Lisboa: AGU, 1961.

\_\_\_\_\_. Ministério do Ultramar. Decreto n. 44.309, de 27 de abril de 1962. Código do Trabalho Rural.

## Referências bibliográficas

BAILEY, Norman A. Government and Administration. In: ABSHIRE, David; SAMUELS, Michael (ed.). *Portuguese Afric: a Handbook*. London: Pall Mall Press, 1969. p. 134-140.

CARVALHO, Américo de. *Angola: anos de esperança*. Coimbra: Minerva, 2001.



CUNHA, Joaquim Moreira da Silva. *O sistema português de política indígena*. Coimbra: Coimbra Editora, 1953.

\_\_\_\_\_. *O trabalho indígena: estudos de direito colonial*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

ENES, Antônio. *Moçambique*. Relatório apresentado ao governo. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971. (1. ed.: 1893).

GALVÃO, Henrique. *Por Angola (quatro anos de atividade parlamentar)*. Lisboa: edição do autor, 1949.

GUIMARÃES, Venâncio. *Angola, uma administração ruínosa: para a história do reinado de Norton*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1923.

LÉONARD, Yves. O Império colonial salazarista. In: CHAUDHURI, Kirti; BETHENCOURT, Francisco (dir.). *História da expansão portuguesa: último Império e recentramento (1930-1998)*. Navarra: Temas e Debates, 2000. p. 36-37.

MARTINEZ, Esmeralda Simões. *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa: o caso de Moçambique (1899-1926)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2008.

MATOS, J. M. Norton de. *A província de Angola*. Porto: Edição Maranus, 1926.

MOREIRA, Adriano. As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique. *Garcia da Orta*, v. 4, n. 2, 1956.

MORNA, Álvaro de Freitas. *Angola: um ano no governo-geral*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1944.

NEVINSON, Henry W. *A Modern Slavery*. New York: Schocken Books, 1968.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Portugal e o século XX: Estado-Império e descolonização (1890-1975)*. Porto: Afrontamento, 2011.

\_\_\_\_\_. *Descolonização de Angola e de Moçambique: o comportamento das minorias brancas*. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás, 2015.

ROSS, Edward A. *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa*. New York: Abbott Press, 1925.

TORRES, Adelino. *O Império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

### Parte III

## Controle dos corpos e das mentes



Presidente Antonio Carmona cumprimenta a Mocidade Portuguesa. [Lisboa, 1937].  
Correio da Manhã. Acervo Arquivo Nacional BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_03606\_012

# Controlar o tempo livre

## A Opera Nazionale Dopolavoro na Itália fascista

Alessio Gagliardi<sup>1</sup>

### O tempo livre entre a liberdade e o controle

Como organizar melhor o tempo livre dos trabalhadores foi uma questão com a qual toda a sociedade industrializada foi obrigada a confrontar-se no início do Novecentos. A redução do horário de trabalho liberava, de fato, uma porção do tempo diário, induzindo uma grande quantidade de pessoas a mudanças de hábito e estilo de vida. As horas roubadas ao trabalho poderiam ser deixadas para a plena disponibilidade dos indivíduos, com a possibilidade de provocarem um comportamento considerado social e moralmente condenável (como alcoolismo e jogo de azar) ou politicamente arriscado para a ordem constituída (a militância nos sindicatos e nos movimentos socialistas); ou, ainda, poderiam ser apropriadas pelo aparato estatal e dedicadas a atividades promovidas e geridas por organizações coletivas tais como: partidos políticos, sindicatos, empresas e entidades religiosas. Em quase toda a parte, esta última ideia é gradualmente adotada. Fizeram-se intérpretes deste plano, com objetivos e propostas muito diferentes, socialistas e sindicalistas, nacionalistas e liberais, reformadores religiosos e filantrópicos, tecnocratas e dirigentes de empresas, administradores públicos e homens do governo. O objetivo de elevar o status dos operários escondia um projeto pedagógico que assumia características diversas segundo a orientação cultural e política de quem o elaborava.

A Primeira Guerra Mundial e as tensões do pós-guerra relançaram essa questão, o que tornou mais urgente a busca por uma solução. Aos olhos de muitos, de fato, “a busca de compensação como reação à catástrofe bélica ameaçou deixar espaço para o desfrute dos vícios e da debilidade humana”.<sup>2</sup> Foram organizadas novas instituições, públicas e privadas, adicionadas àquelas provenientes dos anos anteriores, para implementar programas de tempo livre destinados aos trabalhadores, sobretudo aos operários. A inspiração inicial vinha dos Estados Unidos, onde havia sido constituída uma série de associações recreativas relacionadas às empresas, com o objetivo de direcionar o tempo livre dos trabalhadores para ativos considerados “corretos” e, deste modo, cimentar o espírito de corpo, a sensação de pertencimento à empresa, o espírito de disciplina e o consenso

---

1 Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Turim, pesquisador na Universidade de Bolonha.

2 CAVAZZA, S. *Dimensione massa*, p. 247.

nos confrontos com os empregadores. O pós-trabalho era, em outras palavras, destinado a disciplinar o trabalhador em sua vida privada e em seu tempo livre, para enquadrá-lo nas exigências de um processo de trabalho industrial sempre mais intenso e *despersonalizado* (em suas notas escritas no cárcere, em 1934, sobre americanismo e fordismo, Antônio Gramsci sublinhou o quanto esse processo foi crucial para o funcionamento do fordismo).<sup>3</sup>

No decorrer dos anos de 1920, a Itália fascista assumiu uma posição de enorme relevo nesse âmbito e, em algum momento, de verdadeira líder no desenvolvimento de novas iniciativas na esfera deste tipo de intervenção. A natureza específica do regime de Mussolini, uma ditadura com controle totalitário sobre a sociedade, permeou profundamente esta experiência.

Para propor a adoção na Itália de um modelo estadunidense de cultura corporativa, o gerente Mario Giani, ex-dirigente da filial italiana da Westinghouse Corporation, foi a Vado Ligure<sup>4</sup> visitar uma sociedade elétrica envolvida com o setor ferroviário. A Giani se deve, antes de tudo, a invenção do neologismo “pós-trabalho”. Em 1919, ele estabeleceu, de fato, um escritório de pós-trabalho, com sede em Roma, para incentivar a abertura de empresas de serviço de lazer, seguindo exatamente o modelo paternalista dos Estados Unidos. Em 1923, o escritório intensificou internamente sua própria ação propagandística, inaugurando uma revista quinzenal ilustrada, *Il Dopolavoro*, para enaltecer os efeitos positivos deste tipo de prática.<sup>5</sup> No entanto, para que o projeto tivesse sucesso, foi necessário que isso fosse não só apoiado pela realidade das empresas (como aconteceu a partir de 1923), mas também pelos sindicatos fascistas. Como escreveu Victoria de Grazia, autora de um estudo inigualável sobre o pós-trabalho no fascismo, o projeto de Giani

permanec[er]ia um dos tantos projetos utópicos do início dos anos de 1920 para o melhoramento da relação entre dirigente e mão de obra, se a Confederação Nacional dos Sindicatos Fascistas não tivesse necessitado atrair o apoio dos trabalhadores e ao mesmo tempo apaziguar as desconfianças dos empregadores em seus confrontos.<sup>6</sup>

Em março de 1923, o jornal dos sindicatos fascistas, *Il Lavoro d'Italia*, publicou alguns artigos de Giani nos quais ele apresentava seu projeto e indicava a necessidade de que os sindicalistas se fizessem adeptos desta ideia.<sup>7</sup> Em 5 de maio, a Secretaria-Geral das Corporações Sindicais – organismo diretivo do sindicalismo *camicia nera* [camisa negra]<sup>8</sup> – se declarou “firmemente determinada a abrigar

---

3 GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*, p. 2.139-2.181; CAPUZZO, P. Un nuovo tipo umano, p. 287-301.

4 Nota da tradutora: Vado Ligure é um município da província de Savona, localizada na Ligúria, Itália.

5 DE GRAZIA, V. *The culture of consent*, p. 24-25; VIGILANTE, E. *L'Opera Nazionale Dopolavoro*, p. 23-24.

6 DE GRAZIA, V., op. cit., p. 24.

7 GIANI, M. Il problema del dopolavoro. GIANI, M. Per il dopolavoro.

8 N. da t.: *camicia nera* – denominação que identificava os fascistas italianos.

esta questão vital do pós-trabalho para uma solução prática”.<sup>9</sup> Foi, portanto, criada uma rede de estruturas pós-trabalho. Em 1923, abriu-se um escritório central de pós-trabalho sob a direta responsabilidade de Edmondo Rossoni, secretário da Confederação das Corporações, com Giani no papel de secretário do referido escritório central.<sup>10</sup> Confrontando-se com a expansão dessas associações recreativas, os sindicatos propuseram ao governo a criação de uma entidade nacional autônoma – a chamar-se Opera Nazionale Dopolavoro (OND)<sup>11</sup> – para coordenar, desenvolver atividades e sustentar o lançamento de novas iniciativas nos locais onde tais ideias eram menos difundidas.<sup>12</sup>

A agência foi efetivamente criada em 1º de maio de 1925 como Opera Nazionale Dopolavoro e se tratava de um órgão público, dependente do sindicato, embora coligado, primeiro indiretamente, depois diretamente, ao Partido Nacional Fascista (PNF). A OND foi colocada à frente de uma rede com grande capilaridade formada por dois novos organismos (criados especialmente na sede do partido e do sindicato fascistas), ambos preexistentes (constituídos por empresas ou criados, no passado, pelo Partido Socialista e pelo sindicato a ele coligado, a Confederação Geral do Trabalho), estrutura da qual a OND se “apropriou” mudando dirigentes, insígnia e objetivos.

### **Produtivismo e “fascistização”**

Na raiz do pós-trabalho fascista, podemos individualizar dois objetivos diferentes: um de caráter produtivista, outro de natureza política. A função produtivista derivava diretamente do modelo inspirador, o estadunidense. Tratava-se, inicialmente, de dissuadir os trabalhadores, sobretudo os operários, de frequentarem os lugares considerados viciosos (bares e tabernas) e as atividades consideradas arriscadas e imorais (o alcoolismo e o jogo de azar), que podiam comprometer a eficiência no trabalho e o enquadramento na disciplina empresarial. Um artigo publicado em 1932 no jornal britânico *The Spectator* foi dedicado inteiramente à organização italiana do tempo livre e, nele, o reverendo Fox afirmava que o pós-trabalho era mais que tudo “um meio de impedir que os trabalhadores desperdicem dinheiro e percam a cabeça nas tabernas quando no fim da jornada de trabalho voltam cansados do campo ou da fábrica”.<sup>13</sup> Desde o início, Giani insistia nas tarefas educativas que prometiam “distrair os operários dos centros fomentadores

---

9 GIANI, M. Per il dopolavoro.

10 CORDOVA, F. *Le origini dei sindacati fascisti*, p. 237-238.

11 N. da t.: Opera Nacional Pós-Trabalho. Na tradução deste artigo, será mantida a grafia do nome da instituição em italiano, bem como a de sua sigla.

12 CORDOVA, F., op. cit., p. 403-404.

13 FOX, H. W. Organized leisure in Italy.

da devassidão e da embriaguez”, além de promover a “purificação do ambiente social”.<sup>14</sup> Em particular, “difundir o amor pela poesia e pela beleza” era para ele o melhor remédio “contra os males das tabernas e do vício”.<sup>15</sup> O uso do tempo livre era considerado em si uma maneira de fazer progredir o trabalho e de educar com vistas à autodisciplina, contribuindo, dessa maneira, para uma melhora nos interesses das empresas e da nação.<sup>16</sup>

Na Itália também teve voz – embora em pequena dimensão – uma orientação criada nos Estados Unidos, que não só via a organização sã do tempo livre como um fundamental suporte para a adoção das modernas técnicas de organização do trabalho, mas igualmente acreditava que os princípios inspiradores dessas técnicas deveriam ser aplicados ao pós-trabalho. Em outras palavras, o pós-trabalho podia ter, para o tempo livre, a mesma importância das aplicações ao trabalho das organizações científicas das teorias de Taylor.<sup>17</sup> Isto se refletiu expressamente em uma espécie de “taylorização do tempo livre”, pela qual “se cronometrava, se calculava e se dividia o processo produtivo em simples tarefas individuais para maximizar o rendimento”, da mesma maneira que “se poderia analisar por agora as atividades do tempo livre, desmontá-lo e montá-lo de novo como uma eficaz comprovação das energias dos trabalhadores”.<sup>18</sup>

Essa proposta seria positiva não só no comportamento individual, mas na defesa de uma conduta moralmente digna. O pós-trabalho tinha por objetivo aproximar os trabalhadores de seus homólogos, fazê-los se sentirem parte de uma comunidade corporativa e, desta maneira, contribuir para a realização de um dos objetivos estratégicos da ideologia fascista (assim como do reformismo paternalista anglo-saxão), ou seja, estariam prontos a superar as causas dos conflitos sociais e favorecer a harmonia entre as classes. De acordo com Giani, os grupos do pós-trabalho constituiriam “um seguro começo para a concórdia entre capital e trabalho, que é condição essencial para a prosperidade dos indivíduos e da coletividade”.<sup>19</sup>

O regime concebeu o pós-trabalho também em função de objetivos políticos: conferir estabilidade à legitimação da ditadura junto à população italiana e favorecer a mobilização política e ideológica dos italianos. Foram estes aspectos que marcaram profundamente a natureza da OND em contraste com as experiências conduzidas por outras nações europeias. A instituição do pós-trabalho fascis-

---

14 GIANI, M. Relazione all'Ufficio Centrale Dopolavoro al III Consiglio Nazionale delle Corporazioni.

15 GIANI, M. Il dopolavoro, p. 36.

16 BERTINETTI, G. *Il libro del dopolavoro*, p. 14.

17 NARDO, G. di. *L'Opera Nazionale Dopolavoro*, p. 413.

18 DE GRAZIA, V. *The Culture of Consent*, p. 44.

19 GIANI, M. Gli orizzonti del dopolavoro.

ta objetivava impedir a difusão das ideias socialistas, ou seja, era voltada às massas no interior das estruturas organizadas do regime. Como Giani também havia evidenciado, a instituição deveria contrapor-se às “associações vinícolas” socialistas, “que já foram centros de propaganda subversiva no nefasto período de agitação bolchevique que se alastrou nos anos imediatamente depois da guerra”.<sup>20</sup> No já citado artigo do reverendo Fox no *The Spectator*, vinha reportada a declaração anônima de um líder fascista, exemplar pela clareza com que definiu a questão:

O problema era que antes da guerra nossos trabalhadores tinham o hábito de ocuparem-se e falarem muito sobre política. Tudo andava bem enquanto eles trabalhavam e pensavam no trabalho; tudo andava bem até eles dormirem, porque então eles não pensavam em tudo, pelo menos conscientemente. Suas horas de lazer eram um perigo para toda a nação.<sup>21</sup>

A oferta de iniciativas assistencialistas e recreativas trazia impressa em si o emblema do fascismo, com o objetivo de incutir nos trabalhadores uma opinião positiva sobre o regime. A OND tornou-se rapidamente uma das organizações mais características do Estado fascista, um dos principais componentes do complexo sistema de “organizações de consenso” que sustentavam a ditadura. Como disse em 1930 o comissário extraordinário da entidade e futuro secretário do Partido Nacional Fascista, Achille Starace, a OND era considerada um instrumento de fundamental importância para cumprir a “necessidade imperiosa de penetrar sempre mais nas massas”.<sup>22</sup>

Tim Mason observou, a propósito da Alemanha nazista, que havia ligações estreitas entre o desenvolvimento da sociologia empresarial e industrial na gestão da força do trabalho e a afirmação da ideia sociopolítica autoritária.<sup>23</sup> Em boa parte é uma observação válida também para a Itália. O pós-trabalho foi igualmente um “sistema para compensar os trabalhadores da privação dos direitos políticos com oportunidades no tempo livre e no consumo” e para realizar um “disciplinamento totalitário”.<sup>24</sup> Os “efeitos políticos de disciplinamento e construção do consenso das organizações do tempo livre” se desenvolvem, de fato, contemporaneamente “sob a tácita aceitação de uma despolitização e estatização dos sindicatos, premissa da política social fascista”.<sup>25</sup> O pós-trabalho era, assim, destinado tanto a disciplinar os trabalhadores quanto a enquadrá-los nas exigências sempre prementes do processo de trabalho; servia tanto para discipliná-los politicamente, quanto para mantê-los longe das ideias socialistas e próximos do regime fascista.

---

20 GIANI, M. Relazione all'Ufficio Centrale Dopolavoro...

21 FOX, H. W. Organized leisure in Italy.

22 *Gente nostra*, 26 ottobre 1930.

23 MASON, T. W. Zur Entstehung des Gesetzes zur Ordnung der nationalen Arbeit, vom 20, p. 322-351.

24 LIEBSCHER, D. L'Opera Nazionale Dopolavoro fascista e la NS-Gemeinschaft Kraft durch Freude, p. 313.

25 *Ibidem*.

O projeto de “fascistização” prometido pela OND concretiza as intenções de seus idealizadores não só ao favorecer a difusão de um sentimento de “gratidão” e fidelidade ao Estado fascista, mas também por se tornar veículo de uma crescente identificação dos indivíduos com a nação e com os objetivos da ideologia fascista. De um lado, o pós-trabalho servia para empreender e favorecer a superação das distâncias culturais entre as diversas regiões do país e para incrementar o sentido de pertencimento nacional. Seus fundadores estabeleceram, no momento da fundação da OND, que, entre as atividades que deveriam sustentar e organizar, estavam as manifestações folclóricas que celebravam as tradições locais e previam sorteios e prêmios para automóveis e canções. Dessa maneira, se podia incentivar um mecanismo de estímulo a campeonatos e corridas locais, regionais e nacionais, em que vocações análogas sobre interesses locais e experiências e identidades convergentes fossem compartilhadas.<sup>26</sup>

Por outro lado, a organização do pós-trabalho deveria servir à maior e plena difusão da ideologia fascista entre os trabalhadores. As atividades do tempo livre eram pensadas como um instrumento para facilitar a revolução antropológica enraizada no fascismo a fim de criar o “homem novo” fascista. As massas deveriam ser envolvidas nas atividades guiadas pelos “valores” do fascismo: o primado do coletivo sobre o individual, o culto da hierarquia, a fidelidade à autoridade, o senso de pertencimento ao grupo, o espírito combativo, o mito do soldado e da virtude militar. Em especial, as manifestações esportivas e excursionistas – que constituíam uma parte consciente da atividade da OND – representavam também uma exaltação da virilidade masculina, uma celebração da força física, e eram consideradas uma sorte de adestramento, em tempos de paz, da virtude da guerra e da habilidade militar. Lê-se no *Vademecum* do Pós-Trabalho da Cidade “válidos defensores da pátria”.<sup>27</sup> Ao mobilizar centenas de milhares de pessoas em corridas, torneios e competições de numerosas especialidades, a OND empreendia uma ação capilar para a difusão da prática esportiva e, dessa maneira, se colocava como protagonista dos programas de “fascistização” da sociedade italiana.

## Em correntes transnacionais

A função de produção, repleta de forte viés moralizador, inseria plenamente o projeto fascista de organização do tempo livre na corrente internacional. Embora a OND fosse diretamente ligada aos projetos ideológicos do fascismo, o seu nascimento e desenvolvimento foram também internos a um processo de reflexão e experimentação institucional que marcou a experiência de países economicamente mais avançados nos anos entre as duas guerras mundiais. A organização

---

26 L'OPERA Nazionale Dopolavoro. Colloquio con Mario Giani.

27 Expressão citada em VIGILANTE, E. *L'Opera Nazionale Dopolavoro*, p. 99.



do tempo livre foi, de fato, objeto de debate por iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o organismo supranacional, com sede em Genebra, constituído após a Primeira Guerra Mundial para melhorar as condições dos trabalhadores. A questão foi abordada a partir do início de 1923 (na sessão de janeiro/fevereiro do Conselho de Administração) e, em seguida, tornou-se tema de ampla discussão na VI Conferência Internacional (1924), quando recebeu uma orientação definitiva. Entre outras coisas, nos debates surgiu a crença generalizada da “impossibilidade de deixar apenas aos trabalhadores a tarefa de organizar este setor [o tempo livre] cada vez mais relevante em suas vidas”.<sup>28</sup>

Portanto, é não só do contexto “interno” da construção do Estado totalitário, de sua máquina de consenso e das organizações da “fascistização” da sociedade italiana que advém o nascimento da OND, mas também daquele sentido “geral” das tentativas de organizar a nova realidade do tempo livre; tentativa que responde a múltiplos objetivos: fazer com que o tempo livre seja plenamente compatível com as exigências do fordismo e a necessidade de controle e gestão dos fenômenos sociais, além de determinar um destino para a nova liberdade dos trabalhadores e das classes médias com o objetivo de acumulação, participação na esfera pública e avanço social. Como se vê, trata-se de dois contextos diferentes que respondem a lógicas diferentes, mas não incompatíveis.

Certamente, sozinhos os debates e projetos discutidos na Organização Internacional do Trabalho não explicam a constituição e o desenvolvimento do pós-trabalho fascista, mas eles não eram irrelevantes, nem marginais. A solução adotada na Itália com a constituição da OND, em 1925, se confronta com o debate internacional do biênio anterior. De imediato, foi o próprio governo fascista que voltou a focar essa questão para a realização de debates na OIT. A primeira iniciativa foi uma carta oficial, assim sintetizada por Albert Thomaz, diretor do Escritório Internacional do Trabalho, braço operativo da OIT, na qual se destaca que a criação da OND constitui a implementação de uma recomendação aprovada em Genebra:

By a letter dated 16 January 1926 to the Secretary-General of the League of Nations, the Italian Government stated that it had taken important measures in connection with the Recommendation. Italy had been the first country to set up a national organization to centralize the work which was being done in connection with the utilization of spare time. A National Institution for Spare Time [Opera Nazionale Dopolavoro] had been set up by a Royal Decree dated 1 May 1925. This was a public institution endowed with the necessary funds, and directly controlled by the State. Its purpose was to coordinate the whole movement for the utilization of spare time. The letter stated that the National Institution had placed on its programme the various points referred to in the Recommendation.<sup>29</sup>

---

28 FELICE, F. de. *Sapere e política*, p. 23.

29 “Em carta datada de 16 de janeiro de 1926 ao secretário-geral da Liga das Nações Unidas, o

Na mesma linha é a carta enviada por Mussolini à Liga das Nações, como ministro do Exterior, para comunicar o estado das ratificações de convenções internacionais (incluindo a recomendação de 1924 sobre o uso do tempo livre).<sup>30</sup> Em suma, pelo menos em nível internacional, o fascismo fez a conexão entre o trabalho da OIT e a OND, enfatizando a não originalidade das próprias realizações, mas a sua plena participação nas reflexões sobre o tempo livre.

Alguns anos depois, esta postura iria mudar profundamente. Na propaganda dirigida ao exterior, a OND – celebrada como um dos principais motivos de orgulho do fascismo – foi totalmente reconectada às realizações sociais do regime, enquanto as discussões transnacionais sobre as organizações do tempo livre substancialmente desaparecem.<sup>31</sup> Sobretudo, ninguém, até aquele momento, ousava questionar a primazia assumida pelas ditaduras fascistas neste domínio.

A OND, de fato, foi tomada como modelo para outros regimes fascistas e autoritários: em 1934 os nazistas criaram a Kraft durch Freude (Força pela Alegria); em 1935 o regime de Salazar constituiu, em Portugal, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho; e na Grécia, Metaxas cria a Ergasia Estia (Casa do Trabalhador). Também Francisco Franco, no cume da Guerra Civil Espanhola, dá vida ao Escritório para a Educação e Descanso, inspirado no exemplo italiano. A partir de 1936, desenvolveu-se uma estreita aliança entre estas organizações pós-trabalho dos Estados fascistas. Depois do estabelecimento da Alemanha nazista (1933) e da Itália fascista (1937), a OIT e a alemã Kraft durch Freude se colocam à frente de uma rede composta pelas associações para o tempo livre dos Estados fascistas e autoritários, objetivando a criação de uma estrutura alternativa à organização de Genebra, e programaram, dentre outras iniciativas, conferências internacionais sobre o tempo livre, todas em países governados por regimes ditatoriais: Hamburgo, em 1936; Roma, em 1938; e Tóquio, em 1940 (esta não chegou a acontecer).<sup>32</sup>

---

governo italiano afirmou que tinha tomado importantes medidas em conexão com a recomendação. A Itália tinha sido o primeiro país a definir uma organização nacional para centralizar o trabalho que estava sendo feito em conexão com a utilização do tempo livre. A Obra Nacional do Pós-Trabalho [Opera Nazionale Dopolavoro] foi criada por um decreto real datado de 1º de maio de 1925. Esta foi uma instituição pública dotada dos recursos financeiros necessários a ela e controlados diretamente pelo Estado. Seu objetivo era coordenar o movimento para a utilização do tempo livre. A carta afirmava que a OND havia colocado em seu programa vários pontos citados na recomendação." [Carta traduzida por Heloisa Frossard]. ARCHIVES OF INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (Ailo). Report of the director-general, p. 269.

30 ARCHIVES OF INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (AILO). *Official Bulletin*, p. 49-51.

31 Ver INSTITUTION NATIONALE POUR L'UTILISATION DES LOISIRS. *L'activité de l'Opera Nazionale Dopolavoro au 31 décembre 1929*.

32 LIEBSCHER, D. *Freude und Arbeit*; LIEBSCHER, D. *L'Opera Nazionale Dopolavoro fascista*.

## Uma densa rede de associações e atividades

O pós-trabalho foi composto por uma infinidade de círculos e associações sedes de recreação, ativas em um determinado âmbito local e empresarial, colocado sob o controle e governo de um organismo nacional, a Opera Nazionale Dopolavoro. A OND foi instituída, em maio de 1925, exatamente para dar um destino único a esta estrutura, harmonizando os conteúdos, as práticas e os métodos de organização. A rede do pós-trabalho era muito articulada e difundida capilarmente sobre todo o território. Nos anos de 1930, se contavam milhares de instalações na estrutura da OND, todas muito diferentes entre si: algumas vinham de antes do fascismo, haviam sido instituídas pelo movimento socialista, e outras foram criadas diretamente pelo fascismo; algumas eram ativas em escala territorial, outras em círculos empresariais, sustentadas e financiadas por empresas; outras, ainda (sobretudo as estruturas empresariais das grandes fábricas do norte da Itália), dispunham de vultosos recursos financeiros e organizacionais; e algumas instalações (especialmente nas zonas rurais das províncias menos desenvolvidas do sul do país) enfrentavam escassez de meios para funcionar.

As associações-membro da OND promoviam uma vasta gama de atividades de natureza recreativa, educativa e assistencial. A maior parte dessas manifestações dizia respeito às atividades de recreação, como as esportivas, nas quais participavam, na qualidade de espectadores ou ativamente (nas corridas, competições de boxe ou de *volata*,<sup>33</sup> um esporte criado especialmente para o pós-trabalho), ou às excursões e iniciativas turísticas, quase todas realizadas no interior do país. Considerável foi também a quantidade de ações voltadas para a educação artística dos trabalhadores. Novamente nesse caso, a oferta de peças de teatro, concertos, projeções de filmes, audições coletivas de transmissões radiofônicas e a participação em manifestações de “cultura popular” (festas, celebrações, procissões) se juntavam à organização, ou arregimentação, de bandas, coros e companhias amadoras dramáticas compostas de adeptos do pós-trabalho. Eram atividades de caráter formativo – em especial congressos, conferências, cursos – destinadas à formação cultural dos participantes, comumente com marcantes conteúdos políticos, para favorecer a plena circulação da ideologia fascista. Mais limitados numericamente foram os cursos de formação profissional destinados, sobretudo, aos trabalhadores rurais. E, por fim, as associações de pós-trabalho se envolveram em diversas atividades de caráter assistencial, como as cooperativas de consumo (“lojas” onde se vendiam bens a preços reduzidos), entidades edificantes para a construção de habitações, aulas de formação para uma melhor gestão da casa e

---

33 N. da t.: *volata* – desporto em equipe, com a utilização de bola, criado pelos fascistas italianos como alternativa à propagação de esportes vindos do estrangeiro: futebol, basquetebol, voleibol, rúgbi etc. Como a adesão da população italiana foi bastante tímida, a modalidade foi sendo aos poucos abandonada.

a divulgação das companhias de seguro e caixas de pecúlios. Na maioria desses casos, a OND procurava, na realidade, não prestar diretamente esses serviços, mas divulgar aqueles fornecidos pela administração e por instituições públicas. Preocupavam-se, de todas as maneiras, em politizar o oferecimento desses serviços, possibilitando que os italianos de fato atribuíssem a paternidade dessas manifestações aos fascistas (Partido Nacional Fascista e às organizações dependentes dele),<sup>34</sup> e não ao Estado ou à máquina pública. Todas essas iniciativas prestavam, pontualmente, contas às publicações periódicas que a OND realizava: boletins, anuários, cadernos por setores de atividades, volumes em idiomas estrangeiros e, desde março de 1929, a publicação semanal *Gente Nostra* (desde 1931 com a rubrica de “órgão oficial da OND”).

A complexa organização da OND e sua estrutura de rede em círculos e associações dependentes tinham que ser mensuradas – como também assinalou uma pesquisa recente conduzida por Elena Vigilante – com diversas dificuldades de ordem econômica, institucional e política. Primeiramente, em muitas áreas do país houve certa dificuldade em construir tais associações de pós-trabalho ligadas à realidade produtiva. O pós-trabalho empresarial, das entidades públicas e estatais (as forças armadas foram adicionadas ao pós-trabalho em 1938) – eram categorias com inclusão prevista – resultava plenamente coerente com os princípios do corporativismo que desejava identificar os indivíduos e sua categoria profissional, além de romper plenamente com a tradição associativa socialista que havia favorecido as estruturas regionais. No entanto, em muitas áreas do país (sobretudo nas agrícolas meridionais italianas), o tom refratário dos empregadores para organizar e financiar o pós-trabalho levou, de fato, à concentração de suas atividades principalmente nas associações locais, subdivididas em associações regionais, municipais ou rurais. Percebia-se o grande número de associações destinadas aos servidores públicos e estatais ou aos operários das grandes fábricas do norte, mas pouquíssimas voltadas aos trabalhadores das fábricas menores, do campo e do centro-sul da Itália. Além do mais, entre as muitas associações regionais, havia aquelas que já estavam avançadas na adesão ao fascismo, nascidas a princípio como “casas do povo” socialistas e que foram sucessivamente, depois de uma sequência de mudanças nos quadros dirigentes, englobadas na estrutura da OND.<sup>35</sup>

Ao mesmo tempo, a distribuição desigual dos recursos financeiros entre as diversas áreas do país criou um notável fosso entre as associações do sul e as do norte da Itália. Os recursos eram distribuídos às várias organizações com base no número de componentes. As maiores podiam contar com mais recursos e realizar

---

34 Para uma panorâmica das atividades, ver VIGILANTE, E. *L'Opera Nazionale Dopolavoro: tempo libero dei lavoratori, assistenza e regime fascista 1925-1943*, p. 96-108.

35 *Ibidem*, p. 108-110.

um número de atividades bastante amplo. Além disso, as associações de pós-trabalho do norte da Itália, dada a maior riqueza de seus territórios, podiam dispor de uma quantidade notavelmente superior de contribuições dos municípios e de donativos de empresas privadas, além da doação de imóveis.<sup>36</sup> Apesar da característica centralizadora e do propósito de nacionalização em convergência entre diversas áreas do país, a situação do pós-trabalho terminou por reproduzir desigualdade de condições entre as áreas mais ricas e as mais atrasadas.

Finalmente, entre as dificuldades que o sistema de pós-trabalho encontrou, estava o conflito com o aparelho de Estado fascista, que rivalizava com o controle de uma estrutura que podia contar com um número muito amplo de componentes e com um difuso consenso. Tolhidos os sindicatos, a OND, com efeito, foi desde os primeiros tempos o centro de um conflito entre o governo e o Partido Nacional Fascista. O governo, com o apoio do Ministério das Finanças, tinha por objetivo conduzir a OND para o circuito da administração central e sob os mecanismos de controle da despesa que lhe dizia respeito; o partido, por sua vez, não só queria o pleno controle da OND, considerada um instrumento de grande relevância na criação de um consenso de massas para o fascismo, mas intencionava igualmente favorecer a sua agilidade organizacional e administrativa e diminuir a sobrecarga burocrática.

A lei de 1925 criou a OND sob a dependência do Ministério da Economia Nacional. Dessa maneira, ligada plenamente ao sistema de regras e vínculos da administração pública. Esta condição subtraía o pós-trabalho do controle dos sindicatos – a organização, ao menos em teoria, mais diretamente em contato com as massas de trabalhadores interessadas nas atividades pós-trabalho – e do Partido Nacional Fascista (PNF), garantindo a politização dessas atividades. Em 1927, o vínculo da entidade foi revisto com o intuito de reforçar o controle exercido sobre ela pelo partido, de maneira coerente com a política mais geral de expansão de suas funções.<sup>37</sup> O secretário do PNF – naquele momento Augusto Turati – foi investido do cargo de comissário extraordinário e lhe foram confiadas todas as funções diretivas, em nome do princípio da concentração de encargos. Turati derrubou Giani e colocou todas as associações de pós-trabalho sob o controle do partido e, em 1932, incorporou oficialmente a OND a ele.<sup>38</sup> Nesses anos destacou-se a figura de Enrico Beretta, fidelíssimo secretário do PNF. Ainda estava em curso a intervenção que duraria uma década. A situação se esclarece, de fato, em 1937, quando foi aprovada uma lei que conferia à OND maior autonomia e acréscimo de funções, e ainda confirma a vigilância exercida pelo chefe do go-

---

36 Ibidem, p. 81, 82, 84, 100.

37 GENTILI, E. *La via italiana al totalitarismo*.

38 Ibidem, p. 182.

verno que sancionou a dependência do partido, cujo secretário era o presidente da OND. Também essa sistematização durou pouco. No final de 1939, da mesma maneira e em consequência da convicção de um sempre mais provável empenho militar no país, iniciou-se um novo período de intervenção. Ao mesmo tempo, foram separados os encargos do secretário do PNF e os do presidente da OND, de modo a permitir que ele se dedicasse em tempo integral à gestão da entidade e ao desenvolvimento das atividades de pós-trabalho. A dependência da OND em relação ao partido não era realmente colocada em discussão. Em resumo, a OND logo entrou na órbita do partido; entretanto, não podendo contar por um longo período com um rol de leis e um quadro institucional definitivo e reconhecido, sofreu as repercussões de contragolpes derivados do fato de encontrar-se no centro de um dos numerosos conflitos entre o Estado e o partido único.<sup>39</sup>

### As dimensões do consenso

As dificuldades encontradas na realização da construção de uma estrutura organizacional estável não impedem a OND de assumir amplas dimensões e de se radicar no território italiano. O número de associações crescia espontaneamente: eram 4.067 em 1927 e 24.115 em 1937. Aumentaram todas as tipologias de associações: municipais, regionais e fracionadas (de 1.454 a 8.621, no mesmo período), empresariais (de 479 a 5.424) e estatais (de 292 a 400), genéricas, que incluíam também as associações-membro (de 1.842 a 4.251); no mesmo ano de 1937, contavam-se outros 5.419 pós-trabalho rurais.<sup>40</sup>

Também os inscritos aumentaram continuamente em um ritmo consistente: depois do primeiro ano de atividade, eram 280 mil; dois anos depois, eles haviam quase triplicado; dez anos mais tarde, cresceram dez vezes (tabela 1);<sup>41</sup> e em 1937 havia mais de três milhões.<sup>42</sup> O incremento de inscritos foi relevante, sobretudo a partir de 1931, quando a direção da OND afrouxou a malha de seleção – tornando menos rígidos e rigorosos os procedimentos de identificação de pessoas consideradas politicamente confiáveis – e privilegiou o aumento dos números. O crescimento de filiações nas associações de pós-trabalho foi, então, sustentado e constante e caracterizou – embora em graus diversos – todas as fases da vida da OND. É um fato significativo quando se considera que as adesões não eram obrigatórias, mas previa também um pagamento de cotas de inscrição aos círculos e às associações e a muitas das atividades (embora a sua quantidade fosse muito baixa).

---

39 Sobre este caso institucional, ver VIGILANTE, E. *L'Opera Nazionale Dopolavoro: tempo libero dei lavoratori, assistenza e regime fascista 1925-1943*, p. 45, 50, 71-72, 115-116.

40 OPERA NAZIONALE DOPOLAVORO. *Il vademecum del dopolavorista: organizzazione, facilitazioni attività e scopi*, p. 3-11; STARACE, A. *Opera Nazionale Dopolavoro*, p. 31.

41 OPERA NAZIONALE DOPOLAVORO. *Annuario*.

42 VIGILANTE, E., op. cit., p. 99.

**Tabela 1** – Inscritos na Opera Nazionale Dopolavoro (1926-1936)

Ano	Empregados	Trabalhadores manuais	Total
1926	164.000	116.000	280.000
1927	289.000	248.000	537.000
1928	437.000	445.000	882.000
1929	524.000	921.000	1.445.000
1930	528.000	1.093.000	1.621.000
1931	674.000	1.097.000	1.771.000
1932	675.000	1.099.000	1.774.000
1933	725.000	1.201.000	1.926.000
1934	795.000	1.312.000	2.087.000
1935	805.000	1.571.000	2.376.000
1936	864.000	1.921.000	2.755.000

Fonte: OPERA NAZIONALE DOPOLAVORO. *Annuario*.

Com o tempo, a proporção entre os diversos grupos sociais foi alterada. As atividades da OND não se destinavam unicamente aos operários, mas a todo o universo do trabalho dependente. Eram previstas, de fato, associações para os trabalhadores do campo e para os servidores públicos (do Estado e das entidades públicas). Este é um traço peculiar das organizações fascistas do tempo livre. A presença desses componentes está ligada, em vez de a metas produtivistas, à política, ou seja, ao desejo do fascismo de arregimentar e organizar as massas, portanto, aos diversos grupos sociais no interior de uma estrutura organizativa comum, em favor dos princípios corporativos e da visão interclassista própria do movimento de Mussolini. E é igualmente coerente com todo o espectro de políticas de intervenção social do regime a organização das associações e das atividades que haviam separado os empregados dos trabalhadores manuais: de um lado, houve a ampliação do grupo-alvo dos destinatários, teve êxito o esforço do fascismo de incluir quantas mais categorias e pessoas na esfera pública; de outro lado, a inserção de estratos diferentes da sociedade aconteceu em nome da separação, da distinção e da reconfirmação do status e da hierarquia econômica.

No início, os inscritos nas associações eram em sua maioria empregados (sobretudo do setor público), mas com o tempo o número de trabalhadores manuais (empregados e camponeses) aumentou em um ritmo bastante acelerado: em 1936, este segundo grupo era mais que o dobro do primeiro (tabela 1). Naturalmente, esta proporção derivava também da composição geral da força de trabalho italiana, na qual a cota de trabalhadores rurais era notavelmente mais ampla do que a dos empregados públicos. Bem diverso foi, de fato, o percentual de participação na OND de vários grupos sociais. Este é um dado interessante

que reflete a forte heterogeneidade da penetração das instituições fascistas na sociedade: em 1935, segundo uma estimativa de Grazia, resultavam inscritos na OND 20% da força de trabalho da indústria, 7% dos camponeses e 1,8% dos empregados estatais e privados.<sup>43</sup> Estes são números que servem a leituras diversas, se não opostas: a quantidade de servidores, em termos percentuais, comparada à adesão dos trabalhadores manuais, não parece convincente. No entanto, em uma situação extremamente difícil como aquela determinada pelo impacto devastador dos camisas negras, e da ditadura sobre as redes de solidariedade e socialização das classes populares e da crise econômica dos anos de 1930, não é desprezível, ao menos para os operários da indústria. É necessário recordar que o fascismo aplicou uma abordagem “seletiva”, “tolerando fora da OND associações privadas e paroquiais, salões e cafés burgueses e proletários”.<sup>44</sup>

No entanto, no geral, foi uma participação substancialmente masculina. Embora as mulheres tivessem as portas abertas para o pós-trabalho, sua adesão foi muito baixa. Às mulheres eram destinados espaços e serviços especiais diferentes daqueles disponíveis para os homens: neste caso, da mesma maneira que para as classes sociais, o alargamento da inclusão foi acompanhado de diferenciação, compartimentalização e hierarquização, o que reiterava a distinção entre os sexos e seus diferentes papéis na sociedade. O pós-trabalho feminino consistia em dois programas distintos: um para as trabalhadoras, outro para as donas de casa. O componente principal, contudo, era comum a ambos e foi focado em seu papel como esposas e mães, em cursos de economia doméstica, de embelezamento da casa, higiene e educação das crianças. O pós-trabalho feminino tinha, porém, uma dimensão marginal. Embora para muitas mulheres significasse a única ocasião de ingresso em uma esfera extradoméstica, a adesão foi sempre percentualmente muito mais baixa do que a dos homens.<sup>45</sup> Mesmo os encontros entre gerações resultavam desequilibrados: em sua maioria livres de compromissos familiares, os jovens eram inscritos em quantidade bem maior se comparados às mães, aos pais de família e aos anciãos. Da mesma maneira, os moradores de áreas urbanas prevaleciam percentualmente sobre os das áreas rurais.<sup>46</sup>

Embora constatando a extrema heterogeneidade da capacidade de penetração do fascismo entre os diversos setores da sociedade, a dimensão da participação no pós-trabalho está, em termos gerais, longe de ser desprezível.

---

43 DE GRAZIA, V. *The culture of consent*, p. 55.

44 DOGLIANI, P. *Il fascismo degli italiani*, p. 215.

45 DE GRAZIA, V. *The culture of consent*, p. 42-43. VIGILANTE, E. *L'Opera Nazionale Dopolavoro: tempo libero dei lavoratori, assistenza e regime fascista 1925-1943*, p. 110-113.

46 DOGLIANI, P. *Il fascismo degli italiani: una storia sociale*, p. 215.



Como escrito pelo renomado historiador do fascismo, Renzo De Felice, a OND

constituía a instituição de massa mais característica e mais importante da qual o regime dispunha para aproximar e vincular a si os trabalhadores e em particular os jovens, satisfazendo algumas de suas necessidades econômicas e sociais, sobretudo dando a eles a sensação de desfrutar de uma situação e consideração novas.

Tudo isso “explica bem o empenho colocado pelo regime no potencial (não obstante a dificuldade econômica do momento) da OND e em propagandear-la como uma das suas maiores realizações”.<sup>47</sup> Como escreveu Patrizia Dogliani, “a OND representou a obra que melhor conseguiu, em escala familiar e empresarial, corresponder a uma imagem corporativa da sociedade”.<sup>48</sup>

A importância da OND e o consenso do qual gozavam amplos setores de trabalho foram percebidos e analisados em tempo real por alguns dos expoentes líderes do antifascismo, que se perguntavam sobre as implicações do fenômeno e viam ali a manifestação de tendências mais gerais que marcaram o Estado fascista. Gaetano Salvemini, em “Sotto la scure del fascismo” [Sob o castigo do fascismo], publicado na Inglaterra e nos Estados Unidos, em 1935 – uma das melhores análises das políticas sociais do regime produzidas por um expoente do antifascismo – dedicou um capítulo ao pós-trabalho. Salvemini insiste, sobretudo, na “fascistização” das associações preexistentes. Em sua opinião, de fato, o pós-trabalho fascista consegue um inquestionável sucesso em termos de adesão e de crescimento, mas não representou uma novidade, porque se limitou, em grande parte, a colocar sob o próprio controle associações e círculos preexistentes e geralmente legados do movimento socialista: “apenas algumas poucas iniciativas podem ser atribuídas à ditadura fascista no campo tão magnificamente glorificado pela legislação social”.<sup>49</sup>

Desse modo, inserindo o pós-trabalho em uma análise mais geral do Estado fascista, Salvemini sublinhou que este não se limitou a proibir e reprimir outras forças políticas, mas se apropriou de suas estruturas organizativas, reconduzindo-as para dentro de sua própria órbita, impondo seu próprio selo, símbolos, e mesmo os dirigentes. Em outras palavras, incorporou e fascistizou as instituições do movimento operário, reconhecendo assim o fato de a sociedade de massas ser algo irreversível e que a classe trabalhadora, bem como os direitos privados, deveriam ser organizados e gratificados, chegando assim ao sindicalismo, às cooperativas e, com efeito, a muitas associações de pós-trabalho. Dessa forma, ao estabelecer o monopólio das organizações de socialização, o fascismo tentou fazer circular o seu projeto ideológico também a quem estava fora do circuito exclusiva e diretamente político. Assim, Salvemini conclui sua análise:

---

47 DE FELICE, R. de. *Mussolini, il duce*, p. 198-199.

48 DOGLIANI, P., op. cit., p. 215.

49 SALVEMINI, Gaetano. *Sotto la scure del fascismo* (1936), p. 302.

Mesmo que não aceitassem esta doutrina, se pode reconhecer como todos os méritos que a ditadura se atribui são imaginários. Mas, na avaliação desses méritos, não se deve esquecer que o esporte e a assistência às crianças se tornaram instrumentos de propaganda partidária, de exaltação nacionalista e de treinamento pré-militar. No final das contas, se devem levar em consideração tanto os fatores negativos quanto os positivos.<sup>50</sup>

O líder do Partido Comunista, Palmiro Togliatti, em uma série de palestras sobre o fascismo realizada em Moscou, em 1935, sublinhou a vasta participação dos trabalhadores no pós-trabalho, “a maior das organizações fascistas”, capaz de conquistar as massas.<sup>51</sup> Ao contrário de Salvemini, Togliatti dá tônica ao caráter de novidade do fenômeno, identificado pela centralização que caracterizou o fascismo depois do pós-trabalho: “nunca tinha existido na Itália uma organização centralizada para satisfazer as necessidades educativas, culturais e esportivas das massas, no campo de classes”. E acrescentou: “esta tem sido uma das lacunas do movimento operário italiano, particularmente no pós-guerra”.<sup>52</sup>

Ao centralizar em um único órgão de comando a miríade de estruturas e iniciativas que compunham o complexo e plural mundo do trabalho, o fascismo criou qualquer coisa inédita e, dessa maneira, dotou-se de um instrumento para organizar as massas e difundir os próprios conteúdos políticos e ideológicos, mesmo entre indivíduos e grupos relutantes em participar da realidade mais direta e explicitamente “militante”. Os antifascistas, em consequência, deviam aproveitar o caráter de massa do pós-trabalho, aderindo e participando ativamente para entrar em contato com as massas trabalhadoras (“aonde as massas vão nós devemos ir também”) e realizar, naquela ocasião – em uma organização formalmente popular e nascida sobre a carta de interesse dos trabalhadores –, a contestação da ditadura em nome das reivindicações de caráter social.<sup>53</sup>

## Êxitos contraditórios

Se, portanto, parece claro que a OND conseguiu envolver amplos setores do mundo do trabalho – e, presumivelmente, funcionar como “correia de transmissão” do consenso para o regime –, permanece por sua vez aberta a pergunta sobre sua efetiva eficácia no favorecimento da “fascistização” da sociedade, isto é, no enraizamento dos princípios da ideologia fascista e do modelo antropológico delineado nos valores, ideias e comportamento majoritariamente adotados pelos italianos. Em geral, reconstruir, avaliar, “medir” a opinião prevaiente em uma sociedade governada por um Estado autoritário ou totalitário é uma tarefa com a

---

50 Ibidem.

51 TOGLIATTI, Palmiro. *Corso sugli avversari*, p. 98.

52 Ibidem, p. 99.

53 TOGLIATTI, Palmiro. *Corso sugli avversari*, p. 107.

qual a historiografia sobre o fascismo, e em geral sobre as ditaduras de massa do Novecentos, há muito tem sido confrontada e continua a sê-lo.<sup>54</sup> Diferentes, e nem sempre convergentes, são as soluções – relativas à abordagem interpretativa, ao método e às fontes utilizadas – colocadas a termo.

Alguns elementos sugerem que se tratou de uma “fascistização” frágil. Temos uma pista significativa com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando os italianos, depois de ao menos 15 anos de “educação para a guerra” e de celebração do mito “cidadão-soldado”, foram colocados à frente do empenho bélico e o receberam passivamente, com pouco “espírito fascista” e ardor patriótico. Nesse contexto, o resultado consequente das organizações fascistas do tempo livre na mobilização ideológica e na revolução antropológica surge de maneira superficial e limitada.<sup>55</sup> No entanto, uma avaliação mais precisa e articulada do peso do pós-trabalho no processo de “fascistização” exigiria um estudo – ainda a ser feito – sobre as estruturas periféricas, os aspectos sociais e culturais, sobre como a participação da OND influenciou a percepção, o convencimento, o comportamento e as relações entre os indivíduos que frequentaram as associações e participaram de suas atividades.

No entanto, é inegável – e esta consideração pode constituir uma primeira resposta – que a organização fascista do tempo livre enviou aos italianos uma “mensagem” estratificada e longe de ser única. Primeiro, olhando o complexo de iniciativas colocadas a termo pela OND, se encontra uma evidente mistura de motivos tradicionalistas e modernizadores, regionalistas e nacionais.

Durante o fascismo, como destaca Stefano Cavazza, aconteceu uma importante revitalização do folclore e da cultura popular e local operada pelo regime. Dessa política, a principal atriz foi a própria OND que, desde o fim dos anos de 1920, organizou, em cada província, festas populares enraizadas nas tradições municipais e regionais e promoveu a fundação de museus etnográficos regionais, nos quais se expunham objetos coletados pelos comitês provinciais.<sup>56</sup> Desde 1928, em cada conselho provincial da OND, foram estabelecidas atividades folclóricas compostas por pessoas conhecedoras e apaixonadas pela cultura local, com a tarefa de promover tais ações.<sup>57</sup> Em 1930 se constituiu, no seio da direção nacional da OND, a Comissão Nacional para a Arte Popular, com a incumbência de organizar mostras regionais de costumes e arte popular; realizar e projetar filmes que ilustravam hábitos e cenas da vida popular; produzir coleções de discos de

---

54 COLARIZI, S. *L'opinione degli italiani sotto il regime, 1929-1943*. CORNER, P. *The Fascist Party and popular opinion in Mussolini's Italy*; DUGGAN, C. *Fascist voices*. Para uma comparação: CORNER, P. (org.). *Popular opinion in totalitarian regimes*.

55 DE GRAZIA, V. *The culture of consent*, p. 243-244. CORNER, P. *The Fascist Party and popular opinion in Mussolini's Italy*, p. 160.

56 DE GRAZIA, V. *The culture of consent*, p. 205.

57 REPORT presented to the First International Congress of Popular Arts, p. 66.

canções e lendas; instituir concursos para ensaios sobre folclore e lendas; organizar as festas tradicionais mais significativas e espetáculos cinematográficos e teatrais “destinados a fazer conhecer as mais belas tradições regionais da nossa pátria”.<sup>58</sup> As festas, em particular, eram capazes de reunir um grande número de pessoas e quase todas as cidades, mesmo as pequenas, tinham ao menos uma delas, como: a festa de Noantri<sup>59</sup> no largo de San Giovanni de Matha, em Roma; a de Grillo,<sup>60</sup> em Florença; o festival de laguna em Veneza.

Embora a retomada das festas populares trouxesse a recordação das tradições municipais e regionais, não havia nenhuma intenção de alimentar o bairrismo e contrapor as tradições locais. O fascismo, de fato, retomou a proposta, presente em inúmeras fontes culturais ativas na Itália liberal, de utilizar a cultura municipal e regional como veio para a educação nacional e para reforçar o sentido de unidade do país.<sup>61</sup> Pretendeu-se, com efeito, alimentar o sentimento de pertencimento do indivíduo a uma coletividade em escala menor (a família, o município), como base para pertencer a uma maior, até o organismo máximo, à nação.

Ao mesmo tempo, as identidades municipal e regional remetiam a um sistema mais geral de valores de sinais antimodernos, pré-industriais e agrários, permeados de religiosidade popular: valores antiéticos em que a orientação taylorista e produtivista, como temos visto, conferiu a conotação do projeto original do pós-trabalho fascista. Como se pode observar, a presença do modernismo e do tradicionalismo – no campo artístico e cultural, mas também na representação da sociedade – marcou toda a experiência da ditadura de Mussolini. Essa dualidade deu uma conotação, na verdade, até mesmo à OND, na qual “a revalidação dos costumes tradicionais coexistia com a instrução profissional e técnica, o *salterello*<sup>62</sup> com a *jazz band*”. Assim como a descoberta das tradições municipais e regionais foram consideradas funcionais ao nacionalismo, da mesma forma se pode sustentar – seguindo as considerações de Cavazza, que por sua vez se refere ao estudo de Jeffrey Herf sobre o “modernismo reacionário”<sup>63</sup> – que o tradicionalismo e o folclore serviram como base de apoio para tornar o desenvolvimento tecnológico socialmente aceitável: a descoberta de um sistema de valores pré-modernos, em outras palavras, podia ser um fator de garantia no interior de um

---

58 PUCCINI, S.; SQUILLACCIOTTI, M. Per una prima ricostruzione critico-bibliografica degli studi demo-etno-antropologici italiani nel periodo tra le due guerre, p. 82-83.

59 N. da t.: festa de Noantri – festa religiosa popular dedicada à beata Virgem do Carmelo, no mês de julho, em Trastevere, Roma.

60 N. da t.: festa de Grillo – festa tradicional florentina do início da primavera, ocasião em que os grilos ressurgem na natureza danificando as plantas; neste período os grilos eram caçados e aprisionados.

61 CAVAZZA, S. *Piccole patrie*, p. 245-247.

62 N. da t.: *salterello* – baile típico da Itália central. Literalmente *salterello* significa saltito.

63 HERF, J. *Reactionary modernism*.

processo de modernização econômica e social que, inevitavelmente, comportava mudanças que desestabilizavam os costumes, o comportamento e os valores.<sup>64</sup> Em todo caso, é inegável que a OND oferecia a seus componentes um conjunto de propostas profundamente diversas que – mesmo na homogeneidade da referência política óbvia – remetiam a valores, atitudes e tipologias comportamentais intensamente diferentes, se não opostas. Se a referência política era comum, distintas eram as visões das relações sociais, das relações com o desenvolvimento e as conexões entre indivíduo e comunidade.

Um segundo elemento de contradição, provavelmente mais profundo e penetrante, foi constituído pelo que Victoria de Grazia chamou de “competição entre os modelos culturais fascistas e aqueles comerciais”.<sup>65</sup> A oferta de atividades e serviços garantia o pós-trabalho, favorecendo um acesso mais largo ao consumo de bens culturais relacionado ao uso do tempo livre, apresentando dessa maneira uma significativa compensação ao declínio do salário real. Foi, portanto, uma restituição possível por meio do usufruto de projeções cinematográficas, espetáculos teatrais, concertos, livros, acesso a trens e hotéis. A OND não interveio somente sobre o consumo “imaterial” e recreativo, ela patrocinou milhares de acordos com comerciantes, redes de atacadistas e de varejo para garantir descontos e condições de venda favoráveis aos seus membros; tais acordos diziam respeito a vários tipos de produto, de material médico a produtos domésticos, de móveis a roupa, comida e transporte.<sup>66</sup> Por meio das atividades do pós-trabalho, o esquema foi destinado a centralizar as orientações de consumo, direcionando-as para os “produtos” e formas de atividade consideradas mais coerentes com o espírito fascista. Concretamente, buscava-se favorecer a gestão pública do entretenimento e do consumo, seja para limitar a difusão de um modelo de consumo de viés estadunidense, baseado no hedonismo, no individualismo e no materialismo, seja para criar um consenso sobre a OND e o fascismo. Isso não significa, todavia, que para as classes mais baixas a OND tenha sido o primeiro canal de contato com um estilo de vida ainda não experimentado anteriormente e baseado no consumo, no divertimento organizado sobre o tempo livre e na cultura de massa. Pelo menos na teoria, tudo isso contrastava com a difusão de um modelo de “homem novo” não materialista, espiritualista e guerreiro.

Para atender às preferências dos seus componentes, os dirigentes da OND levaram para o interior das associações de pós-trabalho – um espaço com conotação política – atividades geralmente isentas de sentido político. Se, de uma parte, a autoridade pública fechou muitos salões de baile privados porque não

---

64 CAVAZZA, S. *Piccole patrie*, p. 252.

65 DE GRAZIA, V. *Nationalizing women*, p. 337-358.

66 MINISTERO PER L'INDUSTRIA, COMMERCIO E LAVORO. Direzione generale del lavoro e della previdenza sociale. *Bollettino del lavoro e della previdenza sociale*, p. 916.

respeitavam os critérios da moralidade ditados pelo fascismo, de outro, ofereceu a oportunidade de se bailar nas sedes do pós-trabalho, sob o *fascio littorio* [feixe de lictores]<sup>67</sup> e retratos do *duce*.<sup>68</sup> Ao mesmo tempo, embora devesse ser constituída uma defesa contra a difusão do “vício”, muitas associações organizavam a venda de bebidas alcoólicas, arriscando, assim, confundirem-se com lugares onde a sociabilidade se desenvolvia segundo a modalidade das obsoletas tabernas: informantes do fascismo assinalaram que alguns comentários populares jocosos rebatizaram a OND de “ONO”, Opera Nazionale delle Osterie [Obra Nacional das Tabernas], que se chamava de pós-trabalho não fascista e “alcooolizado”.<sup>69</sup> Para conter o fenômeno, foram promulgadas disposições que obrigavam os gestores de tais associações a alugar imóveis nos quais não houvesse porta de acesso à rua principal, de maneira que não lembrassem as tabernas.<sup>70</sup>

Como escreveram David Forgacs e Stephen Gundle, “se delineou uma contradição entre a necessidade de consenso do regime e o desejo fascista de fundar uma nova civilização: imagens de diversão e lazer tornaram-se um contraponto à ideia de uma pausa no caminho da revolução fascista”.<sup>71</sup> As férias no mar ou na montanha, a prática esportiva, os cuidados com o corpo – mesmo quando eram organizados sob a insígnia da OND e dos feixes – pareciam indicar “a ideia de uma pausa no caminho da revolução, um momento de pausa antes de um salto à frente”. Em um período no qual se buscava sempre difundir a cultura comercial, o modelo do tempo livre demonstrava a possibilidade de uma concepção de vida diferente da proposta pela propaganda política. Dessa forma, “o fascismo sugeria que, próxima à fiel existência e ao dever pessoalmente desinteressado do cidadão fascista, existia outra esfera mais doméstica e agradável, que permitia algum prazer acuradamente controlado”.<sup>72</sup> Esta foi uma contradição jamais superada: de um lado, favoreceu-se o crescimento e o acolhimento de adesões em direção à organização fascista do tempo livre e, de outro, tornou-se menos único e crível o anseio da revolução antropológica fascista, com a formação de um “homem novo” guerreiro, dedicado às exigências da coletividade e insensível às ilusões da comodidade, da diversão e da leveza dos passatempos.

Traduzido por Heloisa Frossard

---

67 N. da t.: feixe de varas a partir do qual se projetava um machado usado pelos lictores romanos – oficiais que seguiam os magistrados romanos, levando na mão um molho de varas e uma machadinha para as execuções da justiça –, símbolo resgatado pelo fascismo.

68 SALVEMINI, G., op. cit., p. 298.

69 CORNER, P. *The Fascist Party*, p. 160.

70 VIGILANTE, E., op. cit., p. 109-110.

71 FORGACS, D.; GUNDLE, S. *Cultura di massa e società italiana*, p. 344.

72 Ibidem.

## Fontes

ARCHIVES OF INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (Ailo). *Official Bulletin*, v. IX, 1926.

\_\_\_\_\_. Report of the Director-General. *International Labour Conference, Eighth Session*. Geneva 1926, v. II. Report of the director presented to the conference.

GENTE NOSTRA, 26 ottobre 1930.

MINISTERO PER L'INDUSTRIA, COMMERCIO E LAVORO. Direzione generale del lavoro e della previdenza sociale. *Bolletino del lavoro e della previdenza sociale*, n. 56, 1931.

## Referências bibliográficas

BERTINETTI, G. *Il libro del dopolavoro*. Torino: Lattes, 1928.

CAPUZZO, P. Un nuovo tipo umano: lavoro e consumo in americanismo e fordismo. In: SERNERI, S. Neri (org.). *1914-1945: l'Italia nella guerra europea dei trent'anni*. Roma: Viella, 2016. p. 287-301.

CAVAZZA, S. *Piccole patrie: feste popolari tra regione e nazione durante il fascismo*. Bologna: Il Mulino, 1997.

\_\_\_\_\_. *Dimensione massa: individui, folle, consumi 1830-1945*. Bologna: Il Mulino, 2005.

COLARIZI, S. *L'opinione degli italiani sotto il regime, 1929-1943*. Roma-Bari: Laterza, 1991.

CORDOVA, F. *Le origini dei sindacati fascisti: 1918-1926*. Roma-Bari: Laterza, 1974.

CORNER, P. (org.). *Popular opinion in totalitarian regimes: fascism, nazism, communism*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. *The Fascist Party and popular opinion in Mussolini's Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

DE FELICE, F. *Mussolini, il duce: gli anni del consenso (1929-1936)*. Torino: Einaudi, 1974.

\_\_\_\_\_. *Sapere e politica: l'organizzazione internazionale del lavoro tra le due guerre, 1919-1939*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2007.

DE GRAZIA, Victoria. *The culture of consent: mass organization of leisure in fascist Italy*. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. Nationalizing women: the competition between fascist and commercial cultural models in Mussolini's Italy. In: \_\_\_\_\_; FURLOUGH, E. (a cura di). *The sex of things: gender and consumption in historical perspective*. Berkley; Los Angeles: University of California Press, 1996, p. 337-358.

DOGLIANI, P. *Il fascismo degli italiani: una storia sociale*. Torino: Utet, 2008.

DUGGAN, C. *Fascist voices: an intimate history of Mussolini's Italy*. London: The Bodley Head, 2012.

FORGACS, D.; GUNDLE, S. *Cultura di massa e società italiana: 1936-1954*. Bologna: Il Mulino, 2007.

FOX, H. W. Organized leisure in Italy. *The Spectator*, 6 fev. 1932.

GENTILI, E. *La via italiana al totalitarismo: il partito e lo Stato nel regime fascista*. Roma: Carocci, 2001.

GIANI, M. Il Dopolavoro. Il problema del dopolavoro. *Il Lavoro d'Italia*, 8 mar. 1923.

\_\_\_\_\_. Per il dopolavoro. *Il Lavoro d'Italia*, 22 mar. 1923.

\_\_\_\_\_. Gli orizzonti del dopolavoro. *La Stirpe*, dez. 1923.

\_\_\_\_\_. Relazione all'Ufficio Centrale Dopolavoro al III Consiglio Nazionale delle Corporazioni. *La Stirpe*, jun. 1924.

\_\_\_\_\_. Il dopolavoro. *Quaderni del Dopolavoro*, Roma, Opera Nazionale Dopolavoro, n.1, 1925.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del cárcere*. v. 3. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.

HERF, J. *Reactionary modernism: technology, culture and politics in Weimar and the Third Reich*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1984.

INSTITUTION NATIONALE POUR L'UTILISATION DES LOISIRS. *L'activité de l'Opera Nazionale Dopolavoro au 31 décembre 1929*. Roma: Tipografia del Littorio, 1930.

LIEBSCHER, D. L'Opera Nazionale Dopolavoro fascista e la NS-Gemeinschaft Kraft durch Freude. *Italia Contemporanea*, n. 211, 1998.

\_\_\_\_\_. *Freude und Arbeit: Zur internationalen Freizeit- und Sozialpolitik des faschistischen Italien und des NS-Regimes*. Köln: SH-Verlag, 2009.

L'OPERA Nazionale Dopolavoro. Colloquio con Mario Giani. *Il Messaggero*, 3 maggio 1925.

MASON, T. W. Zur Entstehung des Gesetzes zur Ordnung der nationalen Arbeit, vom 20. Januar 1934: Ein Versuch über das Verhältnis "archaischer" und "moderner" Momente in der neuesten Geschichte. In: MOMMSEN, Hans et al. *Industrielles system und politische entwicklung in der Weimarer Republik*. Düsseldorf: Droste, 1974. p. 322-351.

NARDO, G. di. L'Opera Nazionale Dopolavoro. In: POMBA, G. L. *La civiltà fascista illustrata nella dottrina e nelle opere*. Torino: Utet, 1928.

OPERA NAZIONALE DOPOLAVORO. *Annuario*. Novara: De Agostini, 1937.

PUCCHINI, S.; SQUILLACCIOTTI, M. Per una prima ricostruzione critico-bibliografica degli studi demo-etno-antropologici italiani nel periodo tra le due guerre. *Problemi del Socialismo*, n. 16, p. 82-83, 1979.

REPORT presented to the First International Congress of Popular Arts. Rome, October 30, 1929. In: National Leisure Hours Institution. *Popular Italian costumes, music, dances and festivals*. Rome, 1931.

SALVEMINI, Gaetano. Sotto la scure del fascismo (1936). In: \_\_\_\_\_. *Opere, scritti sul fascismo*. v. III, edição de R. Vivarelli. Milano: Feltrinelli, 1974.

STARACE, A. *Opera Nazionale Dopolavoro*. Milano: Mondadori, 1938.

TOGLIATTI, Palmiro. *Corso sugli avversari: le lezioni sul fascismo (1935)*. Edição de F. M. Biscione. Torino: Einaudi, 2010.

VIGILANTE, E. *L'Opera Nazionale Dopolavoro: tempo libero dei lavoratori, assistenza e regime fascista 1925-1943*. Bologna: Il Mulino, 2014.



# O lazer e o sagrado

## Vigilância e controle no Estado Novo

Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida<sup>1</sup>

A década de 1930 no Brasil vê o nascimento e implantação do Estado Novo, o início de uma ditadura que por oito anos aboliria todo o paradigma liberal da Revolução Francesa e reificava o autoritarismo e o fascismo. Getúlio Vargas vai se assessorar de uma equipe que implantará o ideário da práxis do fascismo no Brasil, consolidando uma trajetória autoritária que toma como modelo os fascismos europeus em pleno apogeu.

Em Recife, Pernambuco, o interventor Agamenon Magalhães vai instrumentalizar a imprensa na construção de um discurso escrito e imagético que leva à resignificação maniqueísta no sentido de ordem *versus* desordem.<sup>2</sup> Assim, associa-se o discurso da imprensa à repressão da polícia, em uma violência explícita – por meio da polícia – como também em uma violência simbólica – por intermédio da imprensa –, construindo um cotidiano de medo e aversão a um “outro” sujeito que deve ser extirpado da sociedade, excluído, por não representar a “ordem” do Estado Novo.

Trabalhamos a construção desse imaginário na linha teórica de Bazcko,<sup>3</sup> em que os imaginários, para serem construídos, necessitam de uma “comunidade de sentido”, ou seja, a resignificação dos discursos recebidos precisam encontrar na sociedade arquétipos que emergem, apoiem e deem novos sentidos àqueles modelos já existentes na sociedade.

Essa concepção autoritária é construída com o uso de uma produção discursiva que instrumentaliza a imprensa, por meio de um discurso em que as palavras e as imagens criam um “inimigo objetivo”.<sup>4</sup> A política autoritária e personalista do Estado Novo se expressa em Pernambuco nos atos do interventor Agamenon Magalhães.

O fato de que os intermediários entre governo e povo foram eliminados com o golpe de 10 de novembro é repetido de forma sistemática pela imprensa, construindo no ideário coletivo o que Claude Lefort<sup>5</sup> chama de visão una entre massa e chefe, em uma simbiose de corpo único na qual a cabeça representa a autoridade.

---

1 Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo com pós-doutorado pela Universidade de Coimbra, professora na Universidade Rural de Pernambuco.

2 BALANDIER, George. *O poder em cena*.

3 BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales*.

4 ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*.

5 LEFORT, Claude. *A invenção democrática*.

Na mesma ótica, Hannah Arendt, estudando o fenômeno do líder e das massas, analisa essa interligação entre os dois, quando esse discurso expressa um vínculo que, destruindo a distância entre o líder e a massa, faz emergir uma relação em que o poder ou quem o utiliza não representa uma situação hierárquica.

Essas práticas sociais constroem uma vigilância sobre os espaços de sociabilidade na cidade do Recife. Do lazer às manifestações religiosas, há um controle que se expressa nos corpos e nas mentes da sociedade. Os cafés passam a ser fiscalizados e alguns, como o Café Lafayette, após o golpe de 10 de novembro de 1937 que instituiu o Estado Novo, deixa de ser apontado como espaço de reunião de intelectuais para ser cognominado de “lugar nocivo à saúde pública”.

Os terreiros de umbanda são sistematicamente fechados pela polícia e seus frequentadores discriminados, perseguidos, humilhados e alguns presos. Essas práticas religiosas eram apontadas como “bárbaras”. Tais atitudes são compreensíveis, se considerarmos que, com o objetivo de legitimar-se, o Estado Novo recriou o ideal do homem brasileiro: um homem perfeito, de corpo e mente sãos.

O objetivo deste ensaio é analisar o discurso e a práxis desse Estado autoritário em Pernambuco, que definia os espaços de lazer e os espaços do sagrado, tendo como *corpus* a produção de discurso da imprensa e da polícia.

A interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco – 1937 a 1945 – foi apontada como modelo a ser seguido em todo o Brasil. A argumentação era construída em um discurso que afirmava a sintonia da interventoria com o ideário estadonovista: a transformação do espaço público seguindo parâmetros autoritários e excludentes, apontando para uma eleição dos marginalizados e indesejáveis, construindo a imagem do outro indesejável, tanto por sua raça como pela ideologia.

A América do Norte representava a influência da ideologia liberal que desencadeava a desordem; a velha Europa católica apontava para a reintegração da ordem, pela ideologia nacionalista e autoritária dos regimes nazifascistas. Um discurso diário veiculado pela imprensa fazia apologia à Itália, a Portugal, à Espanha e à Alemanha como países que haviam conseguido vencer o caos por meio de governos fortes e autoritários.

Para ordenar a cidade na lógica da ordem e da desordem, em um processo de higiene e limpeza do centro da cidade, de ordenamento do mundo da rua, de limites e fronteiras impostos aos que possuíam o “direito” de ser transeuntes, enfim na construção da nova cidade, do novo cidadão recifense, o Estado investe na formação de um imaginário social voltado para o moderno, em detrimento de qualquer resquício de atraso.

Em uma práxis da construção do “outro” como demonizado, expresso na perseguição aos terreiros de umbanda, o secretário de Segurança Pública, Etelvino

Lins, expede uma portaria, em 25 de janeiro de 1938, proibindo o funcionamento dos centros espíritas, baseando-se na Constituição de 1937, que permitia “liberdade de expressão a todos os brasileiros”, mas que “coibia as práticas viciosas que corrompem e degradam as pessoas”.<sup>6</sup> Etelvino justificava que era dever das autoridades combater essas práticas, exercendo assim a defesa do Estado e da sociedade.

Nesse contexto, os terreiros afro-brasileiros passaram a sofrer perseguições policiais, sendo fechados. Seus utensílios deveriam ir, por ordem da polícia, para o Museu da Diretoria de Higiene Mental e Serviço de Assistência a Psicopatas. Seus adeptos ocuparam as primeiras páginas dos jornais da cidade, sendo humilhados e ridicularizados frente à sociedade pernambucana. Uma dessas reportagens referia-se à prisão de um pai de santo, eleito pelo jornal como representante tipológico do malandro: “físico mal arranjado e olhos vivos”.<sup>7</sup>

O físico é dessa vez apontado como determinante do caráter: “um tipo perfeito de malandro”. Valores preconceituosos serviam de parâmetros de alteridade, segundo os quais o negro era considerado como o “outro”, e sua imagem era edificada como um modelo exemplar de vagabundo. Essa interpretação era adequada a um regime que reificava o trabalho e em que o próprio representante do governo, Agamenon Magalhães, usava como epígrafe dos seus discursos o lema: “quem quiser trabalhar que me acompanhe”.

### **Ciência e polícia: o abraço terrífico da medicina com a polícia**

A Secretaria de Segurança Pública, no ano de 1934, encaminhou para a Assistência a Psicopatas de Pernambuco os presidentes dos centros espíritas que iam requerer licença para o funcionamento do terreiro. Ali, exigia-se a presença dos médiuns, os quais eram submetidos a um exame clínico, com o objetivo de se determinar seu quociente intelectual e perfil psicológico. O processo de obtenção desses resultados é digno de referência: “sempre que possível procura-se fazer os médiuns se ‘manifestarem’ e taquígrafam-se as suas palavras”.

Afirmava-se que, a partir de tais “manifestações” dos componentes dos centros espíritas, seria preparado material para ações posteriores, seguras. Seguras para quem? Para a comunidade espírita ou para a polícia de Etelvino Lins? A cientificidade desses processos determinava as perseguições sobre aquela comunidade por parte do regime excludente do Estado Novo. Interessante observar a portaria que exigia a regulamentação do funcionamento dos centros espíritas. Uma de suas cláusulas determinava a obrigatoriedade de seus presidentes facilitarem

---

6 *A Gazeta*, p. 2, 31 jan. 1938.

7 *Folha da Manhã*, edição vespertina, p.1, 21 mar. 1938.

aos auxiliares do Serviço de Assistência a Psicopatas as visitas e fiscalizações que os mesmos quisessem efetuar.

A reação de parte da comunidade médica mostra a influência do interdiscurso<sup>8</sup> racista presente na Europa desde o século XIX, quando Gobineau e outros intelectuais trabalhavam com a relação entre raça e capacidade intelectual. Esse discurso é recuperado nos anos de 1930 e, sob novas roupagens, resgata os ideais de raça branca e pura em detrimento da raça mestiça e “contaminada”.

A análise de uma tese para concurso público à vaga de médico da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, em 1934, *Contribuição ao estudo do estado mental dos médiuns*, apresentada pelo médico Pedro Cavalcanti, revela uma literatura esclarecedora para se compreender o que permeava o imaginário da classe médica psiquiátrica acerca dos umbandistas. O capítulo “Mediunidade e loucura” merece destaque pelas conclusões apresentadas, ou seja, pela associação dos médiuns com a loucura, ao afirmar que em sua maioria são compostos de débeis mentais, pela conotação de malignidade associada à manifestação da religiosidade espírita e pela cientificidade das afirmações:

pensamos tendo em vista o que ficou dito até aqui, poder aproximar a maioria dos médiuns observados à debilidade mental e ao automatismo mental. É indispensável repisar os malefícios do espiritismo. A cultura desregrada do subconsciente, nele estimulada, leva, como é sabido, o paciente ao automatismo mental. [...]. Vemos em nossas observações que a maioria dos médiuns é constituída por débeis mentais. Verificamos também alguns apresentando sintomas de ordem histérica.<sup>9</sup>

Cavalcanti conclui sua tese sugerindo uma intervenção oficial fundamentada em um “grande trabalho de profilaxia mental”. Os umbandistas tornam-se, portanto, entre os anos de 1930 e 1940, casos de polícia, para os homens do poder, e de loucura, para a sociedade médica.

Vários estudos foram realizados e publicados na década de 1930 em Recife, por meio da Assistência a Psicopatas em Pernambuco, dentre os quais cabe citar o de Graça Araújo,<sup>10</sup> “Os delírios episódicos no hospital de alienados”, e “Investigações sobre as religiões no Recife: o ‘espiritismo’”, de Cavalcanti Borges e Dinice Lima.<sup>11</sup>

Tais atitudes são compreensíveis, se considerarmos que, com o objetivo de legitimar-se, o Estado Novo recriou o ideal do homem brasileiro: um homem perfeito, de corpo e mente sãos. Qualquer referência às origens do homem brasileiro

---

8 ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*.

9 CAVALCANTI, Pedro. *Mediunidade e loucura*.

10 ARAÚJO, M. Graça. *Os delírios episódicos no Hospital de Alienados*.

11 BORGES, J. Cavalcanti; LIMA, Dinice. *Investigações sobre as religiões no Recife*.

era sempre apontada para os brancos portugueses: “somos latinos; somos portugueses da América. Essa é a nossa formação étnica; essa é a nossa história; essa deve ser a diretriz da nossa conduta”.<sup>12</sup>

Aniquilar a memória coletiva dos grupos negros, exteriorizada nas manifestações religiosas, significava poder construir uma nova memória, uma memória oficial, em que os ideais de modernidade e de progresso penetravam no domínio do mágico. Aceitamos a posição de Maurice Halbwachs<sup>13</sup> acerca da memória coletiva, que atua por meio da memorização de cada encontro. Nesse sentido, os terreiros de umbanda fazem essa memorização das raízes africanas. Portanto, nessa ótica, essas memorizações devem ser aniquiladas porque impedem o processo de formação desse novo homem.

Renato Ortiz chama a atenção para o surgimento da umbanda, nos anos de 1930, apresentando-a como uma ruptura do candomblé. Para Ortiz, as transformações de ordem social e econômica por que passava o Brasil eram palco para a emergência dessa nova religião.<sup>14</sup>

Paulo Cavalcanti, militante perseguido pela polícia política de Agamenon Magalhães, acredita que essa investida contra os centros espíritas de Pernambuco durante o Estado Novo tinha suas origens no fato de a polícia do interventor ser composta de congregados marianos, apelidados ironicamente de “capangas de Deus”.

Creemos que essa perseguição religiosa foi muito além das fronteiras do conflito religioso. A repressão aos cultos umbandistas tinha, provavelmente, relação com os valores racistas evidenciados pela interventoria de Agamenon Magalhães. A *Folha da Manhã*, veiculando o ideário do Estado, refere-se aos umbandistas com expressões preconceituosas, como “negralhões beócios, embusteiros”.<sup>15</sup>

Um artigo assinado por José Campelo, presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), em 1938, corrobora essa posição ao enaltecer a portaria de Etelvino Lins proibindo o funcionamento das seitas africanas. Argumentava que as sociedades deveriam sair de suas formas primitivas de expressão, classificando o espiritismo como formas bárbaras. Argumentava que uma coisa seria o “pitoresco”, outra seria a “selvageria, a falta de limpeza”. Para Campelo, a multiplicação dos terreiros de umbanda era consequência do Congresso Afro-Brasileiro ocorrido em Recife, em 1934; aconselhava os sociólogos e historiadores a que tivessem cautela para não permitir a “ressurreição dessas manifestações bárba-

---

12 CAMPELO, Barreto. *Pelo catolicismo e pela unidade política do Brasil*.

13 HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*.

14 ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*.

15 *Folha da Manhã*, edição vespertina, p. 2, 5 abr. 1938.

ras”, que atentavam contra todas as formas de higiene do corpo e da mente. Essas referências de 1934 evidenciam o resgate do interdiscurso racista que já vinha sendo gestado em toda a década de 1930.<sup>16</sup>

O Congresso Afro-Brasileiro foi organizado por Gilberto Freyre em 1934 e focalizava a questão racial. Médicos, psicólogos, antropólogos, sociólogos, educadores, escritores, artistas e representantes da Frente Negra Brasileira participaram do evento apresentando teses sobre vários temas. Deu-se relevância para o folclore e as formas de expressão da cultura africana, fato que levou as autoridades a elaborar interpretações de conformidade com o imaginário político daquele período.

Todo esse movimento alimentou posturas contrárias às manifestações culturais africanas apresentadas como bárbaras, em um contexto no qual o modelo ideal de homem era europeu e ariano. Essas incompatibilidades favoreceram interpretações errôneas de uma sociedade que buscava a configuração de sua identidade cultural e étnica. Assim, associou-se o congresso às artimanhas do Komintern [Internacional Comunista] no sentido de procurar o ódio de classes entre negros e brancos. O congresso passou a ser apontado como “covil de judeus e comunistas, que almejavam destruir a sólida cultura cristã”.<sup>17</sup>

Além do mais, responsabilizam-se também as autoridades governamentais da gestão anterior por terem sido complacentes com as “seitas bárbaras, bancando o sociológico, o avançado e o moderno”. Nessa linha de acusação, o antigo governador, Carlos de Lima Cavalcanti, era apontado como “o pai de santo mais hábil [de Recife] de praticar nos terreiros ao som de batuques”.<sup>18</sup>

## **Maracatu: cheiro de suor e terreiro**

O preconceito contra o negro evidenciava-se em tudo o que dizia respeito à cultura africana. O maracatu era ridicularizado como sendo manifestação de uma arte inferior e estariam proliferando os “compositores de música, uma vez que, no bonde, na mesa, no jantar, no escritório e até na cama, saía a letra e música de um maracatu cheirando a suor e a terreiro, aterrorizando o espírito do Departamento de Saúde Pública”.<sup>19</sup>

Em uma crítica a Carlos de Lima Cavalcanti, a *Folha da Manhã* expressou sua postura preconceituosa com relação à cultura africana: “os testes iam provavelmente integrá-lo na capacidade mental dos reis e das rainhas de maracatus. Mas

---

16 *Folha da Manhã*, edição vespertina, p. 3, 27 jan. 1938.

17 *Ibidem*.

18 *Ibidem*.

19 *Ibidem*, edição vespertina, p. 3, 28 fev. 1938.

de um maracatu cem por cento africano, e cuja anomatopeia ainda não serviria a estilizações musicais do gentio fracassado de Capiba”.<sup>20</sup>

Nessa guerra contra os “hábitos primitivos” da cultura, o atraso e o provincialismo apresentava-se também o repúdio ao comércio de ervas medicinais, comum ainda hoje nas ruas do centro de Recife, tratado como negócio de polícia e de reeducação popular: “combatemos os falsos médicos, os curandeiros e os negociantes de ervas. Mas cuidemos também de educar os que neles acreditam por ignorância e defeitos ancestrais, que a educação ainda pode eficazmente corrigir”.<sup>21</sup>

Educar o novo homem brasileiro e criar uma nova tradição, segundo a qual o progresso e a modernidade, a reificação do trabalho e a ordem representavam as categorias presentes na nova memória nacional, era meta da interventoria em Pernambuco. Isso era possível, na medida em que a interventoria de Agamenon Magalhães veiculava essa memória, via uma campanha diária, sustentada pela *Folha da Manhã*, que exaltava os valores a serem edificados e depreciava o que julgava obsoleto, atrasado e inculto, ou seja, tudo aquilo que representasse o oposto aos ideais vigentes de modernidade. Nicolau Sevcenko, analisando o ideário presente nas transformações ocorridas no Rio de Janeiro no início desse século, observa que também naquela cidade

assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais, e não havia quem lhes pudesse opor [...] princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose. [...]. A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute das camadas aburguesadas.<sup>22</sup>

Nesse sentido, os paradigmas do “fórum de civilização e progresso” eleitos em Pernambuco tinham seus cânones na beleza, na modernidade e no *modus vivendi* das grandes metrópoles. Para tanto, o direito de cidadania transformou-se em concessão, ou seja, em um direito a ser usufruído somente por alguns. Aos “outros”, o asilo ou a polícia.

Portanto, a modernização de Recife insere-se na perspectiva de desarraigar desse espaço os recifenses que ainda não se haviam tornado “civilizados”. Assim, a emergência dessa sociedade moderna não poderia, segundo valores “oficializados”, coabitar com uma categoria social que se vestia mal e falava alto, trazendo a público o “espetáculo do atraso”.

---

20 Ibidem, edição vespertina, p. 3, 4 mar. 1938.

21 Ibidem, edição matutina, p. 3, 20 fev. 1938.

22 SEVCENCO, Nicolau. *Literatura como missão*.

## Fontes

A GAZETA, 1934-1939.

CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, pasta Agamenon Magalhães (AGM).

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (Dops) de Pernambuco.

DIÁRIO DA MANHÃ, 1937-1938.

FOLHA DA MANHÃ, edições vespertina e matutina, 1937-1939.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. Graça. Os delírios episódicos no Hospital de Alienados. *Arquivo da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, Recife, ano II, n. 1, abr. 1932.

ARAÚJO, M. Rosa Barbosa. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARENDDT, Hannah. *A vida do espírito*. Tradução de Antônio Abranches et al. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; UFRJ, 1992.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

BALANDIER, George. *O poder em cena*. Brasília: UNB, 1982.

BORGES, J. Cavalcanti; LIMA, Dinice. Investigações sobre as religiões no Recife: o "espiritismo". *Arquivo da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, Recife, ano II, n. I, abr. 1932.

CAMPELO, Barreto. *Pelo catolicismo e pela unidade política do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1934.

CANETTI, Elias. Hitler, por Speer. In: \_\_\_\_\_. *A consciência das palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTI, Pedro. Mediunidade e loucura. In: \_\_\_\_\_. *Contribuição ao estudo do estado mental dos médiuns*. Tese de concurso para o cargo de médico da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Recife: Gráfica Gazeta de Limoeiro, 1934.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada*.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEEDEL, Jeffrey. *Belle-époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICHARD, L. *Le nazisme & la culture*. Paris: François Maspero, 1978.



SEVCENCO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

# Estratégias de controle e repressão no ensino durante o Estado Novo

Luís Reis Torgal<sup>1</sup>

## “Educação nacional”: peça fundamental dos regimes fascistas

No segundo congresso desta série, realizado em São Paulo no ano de 2006, comentei a forma específica que assumiu a repressão na época do Estado Novo português (1930-1974). Não voltarei, pois, ao tema, o que, todavia, nos ajudaria a interpretar melhor algumas formas de controle então usadas, sempre justificadas pelo discurso de Salazar, que analisei, bem como algumas expressões da repressão exercida também no âmbito da universidade e da cultura.<sup>2</sup> Para não me repetir, olhemos apenas a questão da “educação nacional” como peça fundamental do Estado Novo, assim como de todos os regimes “fascistas”, *lato sensu*, que, no caso do nazismo, assumiu formas mais radicais.

Bernard Rust, doutor em filologia germânica e filosofia, foi nomeado em 1934 ministro da Ciência, da Educação e da Cultura Nacional (*Reichsminister für Wissenschaft, Erziehung und Volksbildung*), passando a dominar todo o ensino, em função da ideologia nazi, antes sob o controle das cidades e dos estados federados. Surgiu, então, um processo de nazificação de toda a rede escolar, incluindo a ciência e as universidades. Foi assim criada a Juventude Hitleriana (*Hitlerjugend*) que, a partir de 1936, integrava obrigatoriamente jovens dos seis aos 18 anos, ao mesmo tempo em que as universidades se transformavam em “universidades políticas” e se abordava o tema da nazificação da ciência.

Em Portugal, a partir de 1937, o boletim do Instituto Alemão da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra inseria artigos sobre essas temáticas. A ideia da universidade política era abordada pelo reitor da Universidade de Hamburgo, Adolf Rein, enquanto temas como nacional-socialismo e ciência e o problema da objetividade da ciência eram tratados, respectivamente, pelo citado ministro do *Reich*, Bernard Rust, e pelo reitor da Universidade de Heidelberg, Ernst Kriek.

Essa é só uma amostragem de como o próprio nazismo – que não provocava grande entusiasmo em Salazar, de formação católica escolástica, membro do Centro Acadêmico de Democracia Cristã (CADC) de Coimbra e depois do Centro Católico Português, desde a sua juventude – se fez sentir em Portugal, nesta como em outras áreas.<sup>3</sup> Verificou-se de forma mais evidente a influência do fascismo

---

1 Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2 TORRAL, Luís Reis. Estado Novo e intolerância: repressão e reprodução ideológica.

3 Ver TORRAL, Luís Reis. Germanófilos: a visão da literatura e da cultura alemãs durante o Estado Novo e o nazismo. Além desse artigo, conferir referências diversas em minha obra *Estados novos, Estado Novo*.

italiano em quase todos os setores (Salazar elogiou oficialmente Mussolini em discursos públicos). O certo é que na educação, na ciência e na cultura tudo nos leva a crer que a influência foi mais de caráter germânico, o que se explica pelo fato de a Alemanha ser considerada o grande cadinho da intelectualidade, nos vários setores. Alguns ministros da instrução pública eram claramente germanófilos e muitos intelectuais de diversas áreas, das artes à literatura, das diversas ciências ao direito, tiveram uma formação na Alemanha. Poderiam não ter qualquer inclinação para o nazismo, mas admiravam “o espírito alemão”.

A influência do fascismo italiano é evidente, pelo menos até 1938 ou 1939, no Estado Novo português, podendo dizer-se que começou a diminuir claramente depois do início da Segunda Guerra, até devido à nossa ligação, como “aliado”, à Inglaterra. Tanto Gentile, com o seu neoidealismo filosófico, como Bottai surgem de forma significativa nas nossas bibliotecas e nas citações dos salazaristas.

Em qualquer circunstância, é evidente a ligação da educação nacional – expressão que passa a ter um significado maior – ao Estado, ainda que, no caso português como no italiano, pese a importância das concepções laicas do Estado (cada vez mais significativas no fascismo italiano, em vez do que sucede no Estado Novo), e se verifique maior relação entre o ensino e a religião católica. Pode assim dizer-se que a educação é, obviamente, peça fundamental do Estado, com uma estratégia de aplicação diferente em cada caso. Apesar de se verificarem, evidentemente, formas diversas de repressão, no caso português é mais significativa a imagem de persuasão, assistida por uma justificação que pretende afirmar o Estado como “não totalitário”.

### **1930-1933: os anos iniciais de todas as mudanças**

Embora a cronologia do Estado Novo, apresentada pelo próprio regime, se tenha iniciado em 1926 com o início da Revolução Nacional em Braga no dia 28 de maio (como a do fascismo italiano foi contada a partir da Marcha sobre Roma em 1922), o regime de Salazar só começou verdadeiramente em 1930 (e constitucionalmente em 1933), pois só então foi criado o partido único ou movimento político único, que apontava para um Estado autoritário. No entanto, a partir de 1928, com a entrada de Salazar para o Ministério das Finanças e com a sua crescente influência política, passa a verificar-se uma clara viragem para o Estado Novo, mesmo em matéria de educação.

Assim, logo em 1929 (decreto n. 16.381, de 16 de janeiro) é criada a Junta Educação Nacional – note-se o uso do conceito educação nacional, só empregado como primordial e único depois de 1936 – com o objetivo de promover a investigação científica, alargando-se, em 1931, a sua esfera de ação à área das artes (decreto n. 19.552, de 1º de abril). Tornar-se-á mais tarde o denominado Instituto para a Alta Cultura e depois Instituto de Alta Cultura, que será presidido, por algum

tempo, pelo ex-ministro germanófilo (da ditadura militar e do início do salazarismo) Gustavo Cordeiro Ramos.

Por outro lado, em uma ideia de separação do ensino clássico do técnico, dentro da lógica germânica, é criada – tendo como base de organização vários institutos de ensino já existentes – a Universidade Técnica de Lisboa (decreto-lei n. 19.081, de 2 de dezembro de 1930). Houvera, por outro lado, em 1928 (decreto n. 15.365, de 14 de abril), com argumentos de austeridade financeira, uma tentativa para redução ou extinção de escolas superiores, médias e secundárias, em especial a Faculdade de Direito de Lisboa, cujo pessoal docente era essencialmente republicano, mas também as faculdades de farmácia e as escolas normais superiores e primárias, bem como a Faculdade de Letras do Porto, além de alguns liceus. Porém, manteve-se a Faculdade de Direito de Lisboa, devido à reação que surgiu no meio universitário. Além disso, a reforma das faculdades de letras de 1930 é significativa de toda uma teoria política, pois passa-se dos cursos de ciências histórico-geográficas e de filosofia para os cursos de ciências geográficas e de ciências histórico-filosóficas (capítulo I, artigo 3º), sendo, neste caso, a filosofia absorvida por uma lógica historicista, dado que, depois das cadeiras de história da filosofia distribuídas por todos os anos, só no último ano se ministravam as disciplinas específicas de teoria do conhecimento, de moral e de estética, mas ligada à história da arte (estética e história da arte). Por sua vez, mesmo o curso de filologia germânica não deixava de ter, no primeiro ano, uma cadeira de história da filosofia moderna e contemporânea (eventualmente devido à importância da filosofia alemã) e, além de ter uma componente de literatura portuguesa, ministravam-se duas disciplinas de história: história de Portugal e história dos descobrimentos e da colonização portuguesa.

Porém, talvez mais significativo seja que a universidade vai perder, então, a sua autonomia, passando o reitor a ser considerado “o representante do ministro da Instrução Pública perante a universidade” (Estatuto da Instrução Universitária, decreto-lei n. 18.717, de 2 de agosto de 1930, artigo 8º). Outra legislação do germanófilo Cordeiro Ramos, já com intenções claramente repressivas, será o decreto n. 19.794, de 29 de maio de 1931, no qual se prevenia o pessoal docente de que “as infrações e delitos cometidos [...] no exercício das suas funções ou, fora deste exercício, em circunstâncias que o afetam, serão punidos” com penas que poderiam ir da advertência à demissão. Preparava-se assim o famoso decreto de 13 de maio de 1934, que iria excluir da função pública muitos funcionários, entre eles professores universitários e de outros ramos de ensino.

Ensaia-se também a adoção de uma concepção de história patriótica e de livros escolares formatados segundo os conceitos da nova concepção política. O decreto n. 21.103, publicado pouco antes de vigorar a Constituição de 1933, em 7 de abril de 1932, do citado ministro Cordeiro Ramos, é um dos exemplos mais típicos de textos legais ao serviço de uma “história institucionalizada”. Vale a pena

por isso conhecê-lo em alguns dos seus artigos. Depois de uma curiosa afirmação aparentemente “anti-ideológica” de interpretar a história – “Os acontecimentos, as instituições e os homens do passado devem ser julgados dentro da sua época e dos seus objetivos e nunca transportados para os sentimentos particulares de hoje” (artigo 1º), – afirmava, contraditória, mas logicamente: “Todo o feito que significa esforço da nação, desde o início da história pátria até ao presente, deve ser exaltado como bom e digno” (artigo 2º). A confirmar essa intenção, continuava:

Deve ser objeto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito através de oito séculos de história de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes fatores fundamentais da vida social: a *Família*, como célula social; a *Fé*, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento de unidade e solidariedade nacional; o *Princípio de autoridade*, como elemento indispensável do progresso geral; a *Firmeza do governo*, espinha dorsal da vida política do país; o *Respeito da hierarquia*, condição básica da cooperação dos valores; a *Cultura literária e científica* (artigo 3º).

E, abrindo as portas à repressão cultural, fechava-se o circuito: “Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados deve ser objeto de censura” (artigo 4º).

O mesmo ministro havia, entretanto, publicado no mês anterior, em 19 de março, o decreto n. 21.014, que obrigava a inserir “nos livros de leitura adotados oficialmente” alguns “excertos” publicados em seu anexo. Esses excertos diziam respeito à quarta classe do ensino primário como às várias classes do ensino de liceu. Essas máximas inseriam-se em uma afirmação de autoridade e de nacionalismo. Transcreva-se apenas esta: “A tua pátria é a mais linda de todas as pátrias: merece todos os sacrifícios”. Como complemento, o decreto n. 22.040, de 20 de dezembro de 1932, obrigava a que fossem afixados em vários locais das escolas (de todos os graus de ensino) e das bibliotecas públicas alguns “pensamentos”, dos quais seleciono dois: “Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; no Estado, o chefe é o governo” (Alfredo Pimenta, outro germanófilo confesso, esclareça-se); “Demos à nação otimismo, alegria, coragem, fé nos seus destinos; retemperemos a sua alma forte ao calor dos grandes ideais e tomemos como nosso lema esta certeza: Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação” (Oliveira Salazar).

## O controle dos corpos e das mentes no Estado Novo

Em 11 de abril de 1933, entra em vigor a Constituição salazarista. Havia sido publicada no *Diário do Governo* em 22 de fevereiro e submetida a plebiscito em 19 de março, dia em que toma posse o governo “constitucional” de Oliveira Salazar, cuja primeira fase vai durar até 18 de janeiro de 1936. Gustavo Cordeiro Ramos será ainda ministro da Instrução Pública até 24 de julho de 1933, sucedendo-lhe,

até 29 de junho de 1934, Alexandre Alberto de Sousa Pinto, físico-químico e primeiro reitor da Universidade do Porto depois da ditadura militar. Apesar de se manter fiel ao Estado Novo, Sousa Pinto parece ter manifestado certa discordância com algumas posições assumidas pelo governo com relação à universidade, sucedendo-lhe então, interina e efemeramente, um colega de Salazar da faculdade de direito, Manuel Rodrigues Júnior, que esteve no ministério por uns escassos quatro meses. Até o final desse governo de Salazar, vai ocupar a pasta da Instrução Pública, a partir de 23 de novembro de 1934, Eusébio Tamagnini, especializado, sobretudo, em antropologia física, em que procurou definir as características do “homem português” e defender o eugenismo, além de ter pertencido à ala mais direitista do regime, o nacional-sindicalismo. Durante o seu ministério, verificam-se as posições mais repressivas do governo.

A primeira, em 30 de junho de 1934, no dia seguinte à saída de Sousa Pinto e à entrada de Manuel Rodrigues, consistiu na extinção da Imprensa da Universidade, que era dirigida pelo professor Joaquim de Carvalho.<sup>4</sup> É evidente tratar-se de um ato de natureza política, que se justificava pela ideologia e ação republicanas do seu administrador, mas também, por certo, pelo fato de na imprensa ser permitida a publicação de textos que não se integravam na ordem do regime, ou até que lhe eram opostos.<sup>5</sup>

Em 13 de maio de 1935, foi publicado pela presidência do Conselho o decreto n. 25.317, que abria as portas às grandes depurações políticas. No artigo 1º podia-se ler:

Os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição política, ou não deem garantia de cooperar na realização dos fins do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário.

Foi no contexto dessa legislação que foram demitidos, em 14 de maio de 1935, os professores Abel Salazar, da Faculdade de Medicina do Porto, Manuel Rodrigues Lapa, da Faculdade de Letras de Lisboa, Sílvio Lima, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Aurélio Quintanilha, da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Além desses docentes, também foram dispensados o regente de curso da Faculdade de Medicina de Lisboa, Álvaro Isidro de Faria Lapa, o general Norton de Matos, que era professor do Instituto Superior Técnico,<sup>6</sup> o

---

4 Decreto-lei n. 24.124/1934, regulamentado pelo decreto-lei n. 24.440/1934. Ver PEIXOTO, Jorge. *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade de Coimbra*.

5 Como amostragem de algumas obras publicadas pela Imprensa da Universidade, ver IMPRENSA DA UNIVERSIDADE. *Catálogo*.

6 *Diário do Governo*, n. 111, I série, e n. 173, I série. Ver o recente opúsculo de homenagem aos professores demitidos: ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina. *Depuração política do corpo docente das universidades portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*.

reitor do Liceu de Coimbra, Alberto Dias Pereira, dentre outros funcionários, com destaque para o secretário da Universidade de Coimbra, José de Oliveira Neves.<sup>7</sup>

Segue-se o segundo governo de Salazar, resultante da reeleição do general Carmona para presidente da República em 1935, sendo agora ministro da Instrução Pública, de 18 de janeiro de 1936 a 28 de setembro de 1940, Antônio Carneiro Pacheco, antigo professor e colega de Salazar. É então que se verifica – além da integração efetiva e compulsiva de todos os funcionários no espírito do Estado Novo<sup>8</sup> – a grande política de educação, que leva o próprio ministério a se intitular Ministério da Educação Nacional.

A lei n. 1.941, que originou a mudança, de 16 de abril de 1936, é a que chamo de nossa *Carta della Scuola* que, a meu ver, além de se integrar em uma lógica fascista, se vai aproximando de um ideário católico a que pertencia Carneiro Pacheco.

O conceito de educação nacional era, pois, a grande transformação que se verificava. Ou seja, alterava-se o nome – tal como sucedera na Itália de Mussolini em 1929 – de Ministério da Instrução Pública, de sabor demoliberal, para Ministério da Educação Nacional (base I), designação que dizia respeito não apenas ao saber, mas a todo o processo moral e cívico de formação. Era criada, por isso, a Junta Nacional da Educação para – afirmava-se no texto legal – estudar “todos os problemas que interessam à formação do caráter, ao ensino e à cultura”, dividindo-se em seções que começavam exatamente (em uma concepção bem de sabor “voluntarista” e “moral”, sintetizada na fórmula horaciana *mens sana in corpore sano*) pela referente à educação moral e física, sendo as seguintes seções as concernentes ao ensino primário, ao ensino secundário, ao ensino superior, ao ensino técnico, às belas artes e à investigação científica e relações culturais (base II).<sup>9</sup>

A base V revelava o cuidado que se deve ter com o recrutamento dos professores, cuidado esse de natureza política, que, já em 1935, originara, como vimos, um processo de exoneração de alguns docentes: “Na seleção do professorado de

---

7 José de Oliveira Neves havia proferido em 1933, na Associação dos Artistas de Coimbra, uma conferência sobre o tema “o nacional-sindicalismo e o movimento operário”, na qual atacara o fascismo italiano, o nazismo alemão e o nacional-sindicalismo português, onde militavam professores da Universidade de Coimbra próximos de Salazar, como Eusébio Tamagnini e Cabral Moncada. Ver os comentários acerca dessa conferência no jornal nacional-sindicalista *Revolução*, de 25 de abril de 1933.

8 Foi publicado, então, o decreto-lei n. 27.003/1936, que obrigava todos os funcionários do Estado a fazer o seguinte juramento: “Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição política de 1933, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas”.

9 Note-se que, por essa lei, era criado o Instituto para a Alta Cultura (mais tarde, em 1952, Instituto de Alta Cultura, que perdurou até 1976), que constituiria a sétima seção da Junta Nacional de Educação, que veio suceder à Junta de Educação Nacional, criada pelo decreto n. 16.381/1929. Essa junta, apesar de ter surgido no âmbito da ditadura, foi objeto de rasgados elogios por parte de professores e pesquisadores que se situavam na oposição ao regime.

qualquer grau de ensino ter-se-ão em conta, sem prejuízo da necessária preparação científica, as exigências da sua essencial cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional”.

A base X impunha para o ensino primário elementar o mesmo livro de leitura em cada classe e “nos estabelecimentos de ensino de todo o país, com exclusão do superior” o mesmo compêndio para as disciplinas de história de Portugal, história geral, filosofia e um único compêndio de educação moral e cívica. No que dizia respeito a este último ponto, invocava-se o § 3º do artigo 43 da Constituição, o qual mencionava as “virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina moral cristã, tradicionais do país”. Era, aliás, esse ponto que justificava a afixação de “um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição” em “todas as escolas públicas de ensino primário infantil e elementar” (base XIII).

A base XI é um dos pontos mais importantes da lei. É ela que aponta para a formação da Mocidade Portuguesa (MP): “Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa”. E, nesse contexto, além de outras normas menos significativas, falava-se, na base XII, da obrigatoriedade do canto coral, considerado como “elemento de educação e de coesão nacional”, do interesse na organização de um orfeão acadêmico em todos os centros universitários, da edição do hino nacional harmonizado em função da idade dos alunos dos diversos graus de ensino, da organização de uma pequena coleção de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à pátria, os quais serão frequentemente executados e constituirão a base de um programa sempre pronto para as festas escolares, assim como para as grandes expressões do sentimento nacional. Finalmente, falava-se, nessa mesma base XII e no que dizia respeito ao canto coral, de uma “seleção de cânticos regionais educativos, no sentido de se manter a tradição da província portuguesa”.

Essa lei, que continha, pois, a base X sobre a organização nacional e pré-militar da mocidade, não era, na verdade, mais do que a continuação de uma aspiração que se vinha a formar desde o início do Estado Novo e que tinha como preparatória uma organização mais espontânea e inicialmente mais ligada ao movimento nacional-sindicalista, a Ação Escolar Vanguarda (AEV). Todavia, a AEV acabou por ser promovida oficiosamente pelo próprio Secretariado de Propaganda Nacional e foi espetacularmente acolhida por Salazar na sessão realizada no teatro São Carlos, em 18 de janeiro de 1934, arredando de vez os “camisas azuis”, ou seja, os nacionais-sindicalistas de Rolão Preto.<sup>10</sup>

---

10 Ver PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Afonso. *A ação escolar vanguarda (1933-1936)*.



Os dois primeiros ministros da Instrução Pública de Salazar, Gustavo Cordeiro Ramos e Eusébio Tamagnini, de sensibilidade nacional-sindicalista e germanófila, já haviam estudado a organização de uma Liga da Mocidade Portuguesa.<sup>11</sup> Foi, porém, no ministério de Carneiro Pacheco, mais ligado a Salazar pelas relações de camaradagem universitária, pelas ideias do catolicismo social e por uma concepção de Estado que coordenasse todo o tipo de organizações, que se criou a MP.<sup>12</sup> Foi assim substituído o “vanguardismo” por uma organização delineada pelo Estado, cuja farda mantinha o verde (e o castanho intermédio), mas não o preto (do fascismo italiano); que se disciplinava sob a égide de princípios de hierarquia militar; e que apresentava um cinto que viria a ostentar um enigmático S, que tanto poderia significar “servir” como “Salazar”.<sup>13</sup>

Várias leis concretizaram a MP, entre elas o regimento da Junta Nacional de Educação,<sup>14</sup> de 19 de maio de 1936 (decreto-lei n. 26.611). No artigo 40, invocava-se a base XI da citada lei n. 1.941, instituindo assim a MP “que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caráter e a devoção à pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”. Apesar de, segundo essa legislação, a MP, como se notou, ter procurado abranger “toda a juventude, escolar ou não”, o certo é que ela foi uma organização essencialmente escolar, do ensino primário e, sobretudo, do ensino secundário, com escassa incidência no ensino superior. De resto, o artigo 43 do decreto-lei citado já dizia: “Em todas as escolas, públicas ou particulares, *com exceção das do ensino superior*, um dia útil de cada semana será destinado a exercícios coletivos, ao ar livre sempre que possível, de educação cívica e pré-militar, dentro do quadro geral da MP” (grifos nossos).

A academia universitária, ao contrário do que aconteceu com outras “juventudes”, esteve sempre relativamente fora da alçada da MP, sem conseguir nela pe-

---

11 Ver KUIN, Simon. *A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar de juventude*.

12 Ver ARRIAGA, Lopes. *Mocidade Portuguesa: breve história de uma organização salazarista*; VIANA, Luís. *A Mocidade Portuguesa e o liceu: lá vamos contando...* (1936-1974); RODRIGUES, Manuel A. Ribeiro (texto); SANTOS, Carlos Alberto (ilustração). *Mocidade Portuguesa (I): uniformes, armamento, equipamento, organização*. Ver também as entradas sobre Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina em ROSAS, F.; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de história do Estado Novo*, v. II, e em BARRETO, A.; MÓNICA, M. Filomena (dir.). *Dicionário de história de Portugal*, suplemento, v. VIII (ver sobretudo os verbetes Mocidade Portuguesa [KUIN, Simon] e Mocidade Portuguesa Feminina [PIMENTEL, Irene Flunser], p. 499-501 e 501-503), além do texto de LEAL, Ernesto Castro. *Mocidade Portuguesa*.

13 Note-se que a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932 por Plínio Salgado, ligado como Antônio Ferro ao modernismo e que viria a exilar-se em Portugal durante alguns anos, tinha como um dos seus símbolos mais significativos o sigma ( $\Sigma$ ), que, apesar de algumas dúvidas, significaria a “soma” dos valores do integralismo.

14 Não confundir com a Junta de Educação Nacional, criada em 1929, que mais tarde veio a originar o Instituto para a Alta Cultura, um órgão de dinamização da investigação científica, que foi até muito elogiado pelos professores democráticos, mesmo em 1933.

netrar, apesar de Marcelo Caetano, que sucedeu depois de 1940 a Nobre Guedes (germanófilo confesso, recorde-se) como comissário nacional, ter criado os centros universitários. O motivo disso é que existia em Coimbra, desde 1887, uma poderosa associação acadêmica, que, todavia, procurava, nessa altura, ligar-se cada vez mais ao regime, assim como procurava tirar poderes corporativos dos estudantes. Dessa forma, por “ordem de serviço” do ministro da Educação, de 6 de novembro de 1936, foi suspensa a representação dos estudantes no Senado e na Assembleia Geral da Universidade e, no mesmo mês, foram suspensas as eleições na Associação Acadêmica de Coimbra, tendo sido nomeada a primeira comissão administrativa.

Quanto à juventude feminina,<sup>15</sup> ela só aparece referida no momento da organização da Obra das Mães pela Educação Nacional (Omen), criada pelo decreto-lei n. 26.893, de 15 de agosto de 1936, que tinha como finalidade – como o próprio nome sugere – integrar as mulheres na sua missão de mães para a formação de um núcleo que despertasse a ideia nacionalista, dentro do espírito do Estado Novo. Tinha também uma lógica essencialmente escolar, como a MP, e por isso se integrava na tutela do Ministério da Educação Nacional. No referido diploma legal, considerava-se como uma das finalidades da Omen: “Organizar a seção feminina da Mocidade Portuguesa em harmonia com a base XI da lei n. 1.941 e com o artigo 40 da Junta Nacional da Educação” (artigos 2º e 10). Porém, somente em 8 de dezembro de 1937, essa seção foi organizada, por meio do decreto-lei n. 28.262. Dentro de uma filosofia própria relativa ao significado e ao papel da mulher, não se lhe atribuíam funções paramilitares, havendo mesmo algumas prevenções importantes quanto à educação física, excluindo-se expressamente “as competições ou exposições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino” (artigo 4º, § único).

A “Carta da Escola” salazarista (a referida lei de 1936) – diga-se assim, de modo expressivo, utilizando a nomenclatura fascista italiana – originava também alterações significativas nos programas escolares. Por exemplo, no que diz respeito ao ensino dos liceus, surgiu o decreto-lei n. 27.084, de 14 de outubro de 1936, que, modificando a organização curricular, apresentava claramente como objetivo fundamental a “formação da mentalidade corporativa em que há de se desenvolver a atividade dos portugueses”. E, na lógica de que as mulheres tinham uma “missão natural” própria do seu sexo, concebia a existência de “liceus de frequência exclusivamente feminina”, considerando mesmo a oferta, para as alunas que não se destinassem a estudos superiores, de “um curso de educação familiar”, entendido como “premente necessidade de uma época em que tantos males poderão ser evitados pela habilitação de mães e pelo prestígio do lar”.<sup>16</sup>

---

15 Ver PIMENTEL, Irene Flunser. *História das organizações femininas no Estado Novo*.

16 Preâmbulo do decreto-lei n. 24.124/1934.

Especificando o que se disse, o artigo 1º do decreto-lei afirmava:

O ensino liceal integra-se na missão educativa da família e do Estado para desenvolvimento harmônico da personalidade moral, intelectual e física dos portugueses, nos termos da Constituição, e tem por finalidade específica dotá-los de uma cultura geral útil para a vida.

Nesse decreto e em outros que foram saindo sucessivamente para a formação desse tipo de “educação cívica”, era dada naturalmente uma importância maior às disciplinas de português e de história. Mas saliente-se a criação, no terceiro e último ciclos do ensino secundário, de uma disciplina, organização política e administrativa da nação, que teria como objetivo, especificamente, “o conhecimento da estrutura orgânica do Estado e a formação da mentalidade corporativa”.<sup>17</sup> Além disso, tanto no segundo como no terceiro ciclos, previa-se a organização de “sessões culturais” (palestras feitas por “professores, médicos escolares e outras pessoas competentes”, realizadas pelo menos duas vezes em cada mês), as quais visariam de um modo particular ao “conhecimento do Império colonial, a arte portuguesa e a educação cívica”.<sup>18</sup>

Tem um especial significado – como se disse – o curso de educação familiar para o sexo feminino e, por isso, vale a pena conhecer a sua organização curricular: além das disciplinas de língua e literatura portuguesa, da prática de línguas vivas e de organização política e administrativa da nação, faziam parte unidades curriculares como moral geral, familiar e social, métodos de educação familiar, economia e arte domésticas, noções elementares de economia política e social e direito usual e, ainda, higiene e puericultura, roupa branca, vestidos e transformações, chapéus, bordados e tapeçarias e flores e arte aplicada. No que diz respeito às sessões práticas, haveria, como nos cursos normais, à exceção do caso especial de culinária, educação física e canto coral.<sup>19</sup>

Pode dizer-se, portanto, que nesses anos que antecederam à Segunda Guerra Mundial e que acompanharam a Guerra Civil Espanhola, há toda uma prática que procurava sistematizar o Estado Novo em uma lógica bem próxima do fascismo italiano. Essa prática engloba desde as estruturas corporativas, com o Estatuto do Trabalho Nacional, logo em 1933, e suas organizações – além dos grêmios e sindicatos nacionais, as originais “casas do povo” e “casas dos pescadores” –, como organizações de propaganda, baseadas no Secretariado de Propaganda Nacional (1933), organizações do lazer dos trabalhadores, como a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), criada em 1935, e que analisei no congresso realiza-

---

17 Ibidem, artigo 8º, § 2º.

18 Ibidem, artigo 11.

19 Ibidem, artigo 7º.

do em Siena,<sup>20</sup> até o uso de novas tecnologias institucionalizadas, como a criação da Emissora Nacional (1935).<sup>21</sup>

As próprias festas e comemorações serviam para difundir uma cultura ligada ao regime. Já nem cito, por serem sobejamente referidas, as comemorações centenárias de 1940 e o Congresso do Mundo Português, mas sim as do centenário da transferência da universidade para Coimbra, em 1937 e anos seguintes. Nessa altura foram doutorados *honoris causa* vários intelectuais. Procurou-se certo equilíbrio, de modo a não serem escolhidos universitários demasiado destacados nas concepções fascistas. No entanto, ainda assim, foram escolhidos dois professores espanhóis agraciados no dia 8 de dezembro de 1937: Felipe Gil Casares, reitor da Universidade de Santiago de Compostela, e Leonardo de la Peña, reitor da Universidade de Madri, que vieram fardados com o uniforme falangista;<sup>22</sup> e Gioacchino Volpe, o historiador divulgador do fascismo italiano. Em 11 de dezembro de 1938, é a vez de Eugenio D’Ors receber, em Coimbra, as insígnias doutorais, para onde se deslocou com ilustres acompanhantes, alguns dos quais vestiam a farda falangista, tendo como padrinho o próprio irmão de Franco, Nicolás, embaixador em Lisboa.<sup>23</sup>

De resto, sobre esse final dos anos de 1930, pode dizer-se que é o período no qual se difunde toda uma doutrina nacionalista nos próprios manuais escolares e em livros de divulgação, tema já analisado em outros livros e artigos, assim como se verifica a organização da Academia Portuguesa da História (criada pelo decreto-lei n. 26.611, de 19 de maio de 1936), com a intenção de construir uma história patriótica de fundo religioso católico.

## **Dos anos de 1940 ao 25 de abril de 1974: a defesa do regime contra a oposição e a reafirmação da repressão**

Verdadeiramente é esse ciclo já referido, os anos de 1930, o tempo mais significativo da estratégia de ligar a educação às estruturas institucionais e ideológicas do Estado Novo (de “formar os corpos e as almas”).

O que vem a seguir e que já em parte analisamos até à década de 1940 é o segundo governo de Salazar, que se prolonga, formal e oficialmente, de 18 de janeiro de 1936 a 27 de setembro de 1968, ano da sua morte política. Foram-se

---

20 Ver TORGAL, Luís Reis. Educação física, desporto, cultura popular e alegria no trabalho: reflexões sobre uma instituição do Estado Novo corporativo.

21 TORGAL, Luís Reis. A radiofonia ao serviço do Estado: os inícios da Emissora Nacional e o salazarismo, p. 93-116.

22 O SÉCULO (jornal), 9 de dezembro de 1937.

23 TORGAL, Luís Reis. *A universidade e o Estado Novo*.

formando outros governos<sup>24</sup> e procedeu-se à eleição do sempre presidente Carmona, em 1949 (ano do doutoramento *honoris causa* de Francisco Franco pela Universidade de Coimbra, símbolo de aliança dos sistemas autoritários ibéricos), e dos novos presidentes da República, o general Craveiro Lopes, em 1951, após a morte de Carmona, e o contra-almirante Américo Tomás, em 1958. No entanto, apesar de se iniciar então a crise do “sistema” e precisamente por isso, não se consideram que outros governos se formavam, dando por contínuo o governo de Salazar. Nessa altura, entendia-se que o sistema vigente era o Estado Novo, a “República corporativa”, um verdadeiro *sistema*, que estava além da alternativa república *versus* monarquia e das questões eleitorais de tipo republicano, que foram ultrapassadas, no que diz respeito à presidência da República, pela eleição em colégio eleitoral, e não em voto direto, depois do “perigoso” sufrágio de 1958, em que concorreu pela oposição um antigo general inicialmente adepto do salazarismo, Humberto Delgado, que se tornou a figura cimeira da oposição e foi morto pela polícia política, então Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide), em 1965, próximo de Badajoz.

Foi, de resto, esse o sentido do discurso, simbolicamente significativo, de um monárquico assumido e sempre ligado ao Estado Novo e à sua visão mais próxima do fascismo italiano e do colonialismo racista, Marcelo Caetano, já no III Congresso da União Nacional em Coimbra, em 1951. Será ele o presidente do Conselho do terceiro governo do Estado Novo, a partir de setembro de 1968 até 25 de abril de 1974, que crismou de “Estado social”. Nele se esperou – por contraditório que pareça – um governo mais liberal, o que, como vimos no congresso de San Simón de 2013,<sup>25</sup> foi pouco depois desmentido pelos fatos.

Nesse grande espaço de cerca de 38 anos – que não vamos analisar aqui, por serem menos interessantes em termos de caracterização de sistema político autoritário –, sucederam-se os ministros da Educação que, de um modo geral, são “amigos de Salazar de Coimbra” como, além de Carneiro Pacheco (já muito citado), Mário de Figueiredo, Caeiro da Mata e Fernando Pires de Lima (todos de direito). Só depois de meados dos anos de 1950 surge uma nova geração: Francisco Leite Pinto (1955-1961), que procurou ligar a academia ao Estado, quebrando a sua autonomia corporativa, ao mesmo tempo em que tentava modernizar suas instituições de apoio, bem como a organização científica; Manuel Lopes de Almeida (da Faculdade de Letras de Coimbra), que teve uma breve passagem pelo ministério em 1961-1962, ano de um grande movimento de contestação estudantil; Inocên-

---

24 Ver PORTUGAL. Secretaria de Estado de Informação e Turismo. *Orgânica governamental, sua evolução e elencos ministeriais constituídos desde 5 de outubro de 1910 a 31 de março de 1972*. Essa publicação resultou do decreto-lei n. 48.605, de 4 de novembro de 1968, que apresentou a relação nominal de todas as individualidades que sobraçaram pastas ministeriais, posteriormente atualizada.

25 Ver TORREAL, Luís Reis. O conceito de “Estado social” na propaganda do Estado Novo.

cio Galvão Teles (1962-1968), da Faculdade de Direito de Lisboa, que procurou quebrar com a divisão do ensino secundário entre ensino de liceu, clássico e ensino técnico, com dois anos de ciclo preparatório unificado (decreto-lei n. 47.480, de 2 de janeiro de 1967) e criou o ensino superior em Angola e Moçambique (em 1962, apelidado de “estudos gerais universitários”, promovido a universidade só em 1968); José Hermano Saraiva, vindo do ensino de liceu, que foi o último ministro de Salazar e o primeiro de Marcelo Caetano (1968-1970), o qual teve de enfrentar as lutas estudantis de oposição à guerra colonial de 1969; e, finalmente, José Veiga Simão, que se encarregou de propagar o ensino preparatório, secundário – a fusão do ensino de liceu com o técnico dá-se em 1973 – e superior, com novas universidades, dando ao governo de Marcelo uma nota mais “liberal”. Já se fica assim com um ponto de partida institucional da ideia que vamos ainda apresentar a seguir de forma muito sucinta.

Depois dos anos de 1940, sobretudo depois da viragem que acompanha a vitória dos Aliados (Salazar foi doutorado *honoris causa* por Oxford em 1941), o Estado Novo procurou sobretudo defender-se em uma lógica de manutenção, atenuando a sua pressão ideológica, mas aumentando por vezes a sua repressão. Recorde-se que data desse período, por volta de dezembro de 1943, a formação das frentes de oposição possíveis: o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (Munaf)<sup>26</sup> e, depois, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em outubro de 1945, e o MUD Juvenil, que o regime foi tolerando.

A criação em 1944 da Casa dos Estudantes do Império (CEI), que existiu fisicamente em Lisboa, no Porto e em Coimbra, já se integra no esforço do Estado Novo de organizar a “mocidade ultramarina”. Mas dela vão surgir os principais líderes dos movimentos independentistas. Na generalidade, a academia, com as suas organizações associativas de sentido corporativo e de tendência democrática, será entrave à Mocidade Portuguesa e à tendência aglutinadora, “totalizante”, do Estado. Assim sucederá logo no início da década de 1940, com o protesto contra o aumento das taxas, e em 1944-1945, com a tentativa de reorganização democrática da Associação Acadêmica de Coimbra (AAC), que leva à presidência o estudante de direito, mais tarde conhecido socialista e então próximo do Partido Comunista, Francisco Salgado Zenha, que na sequência foi demitido. Todavia, a sua curta presidência veio a originar uma nova imagem da imprensa estudantil, por meio do jornal *Via Latina*, e uma luta em prol da autonomia acadêmica, com a elaboração de novos estatutos da AAC e com a eleição efêmera de outras direções oposicionistas, logo depois substituídas por administrações nomeadas pelo Estado.<sup>27</sup>

---

26 Essa organização reunia praticamente todos os grupos de oposição ao regime, desde o Partido Comunista ao Partido Republicano, passando pela Maçonaria e pela *Seara Nova*.

27 Ver TORGAL, Luís Reis. *A Universidade e o Estado Novo*.

Até certo ponto, a própria Igreja será um entrave à tendência aglutinadora do Estado Novo e às suas instituições, como a citada Mocidade Portuguesa. Assim sucederá com a criação – dentro do espírito de Pio XI – da Ação Católica Portuguesa, em 1933, e com a reação, em 1938, à tentativa de extinção do Corpo Nacional de Escutas, concretizada na Itália e na Alemanha. Esses movimentos vão colaborar com o Estado Novo, mas se tornarão sempre, tanto no nível operário como no estudantil, focos de tensão e de pressão.

Organização ou reorganização de estruturas antes formadas com sucesso e repressão serão, pois, as estratégias seguidas pelo Estado Novo. Aos discursos pretensamente “mais liberais” do próprio Salazar, sobretudo tendo em conta as eleições legislativas de 1945, suceder-se-ão perseguições de toda a espécie, que se concretizam em demissões de cargos públicos e em prisões, no Aljube, em Lisboa, no forte de Caxias, nos arredores da capital, no forte de Peniche, no centro litoral do país, ou mesmo na colônia penal do Tarrafal, na ilha de Santiago (Cabo Verde), que havia sido criada pelo decreto-lei n. 26.539, de 23 de abril de 1936. Encerrada em 1954, foi reativada em 1961, sob a denominação de Campo de Trabalho do Chão Bom, para receber prisioneiros oriundos das colônias portuguesas, onde se começavam então a agitar os movimentos independentistas, que criariam uma situação de guerra a partir de 1961, estendendo-se até 1974.

As listas de apoio ao MUD, organizadas depois da sua formação, em outubro de 1945, originaram a primeira grande vaga de perseguições do pós-guerra,<sup>28</sup> que se verificou também entre os professores. Logo em 1946 foram demitidos o matemático Bento de Jesus Caraça e o agrônomo Mário de Azevedo Gomes, professores da Universidade Técnica de Lisboa, e em 1947 serão demitidos 27 docentes (12 professores catedráticos, dois extraordinários e 13 assistentes), oriundos de várias faculdades, sobretudo de Lisboa, sendo em sua maioria de medicina e de ciências e engenharia.<sup>29</sup> Nos anos seguintes, só em casos esporádicos isso acontecerá, nas décadas de 1960 e de 1970, ao mesmo tempo em que se evitava que professores da oposição atingissem as cátedras, até porque todo o processo universitário seria sempre antecedido de uma informação da Pide, apelidada cosmeticamente, depois do “marcelismo”, de Direção Geral de Segurança (DGS).<sup>30</sup>

---

28 Ver o livro *O inquérito às listas do MUD (1945-1946)*, de Mário Matos e Lemos, a ser publicado.

29 Ver ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina. *Depuração política do corpo docente das universidades portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*.

30 Ver TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e vigilância policial na universidade: os casos de Sílvio Lima e de Joaquim Ferreira Gomes, p. 91-100; e TORGAL, Luís Reis. Um homem humilde, mas livre na sua investigação: Sílvio Lima e a sua correspondência no processo da Pide/DGS, p. 473-498.

## Conclusão

Como se viu, as estratégias de dominação do Estado Novo português – sistema autoritário ou totalitário, consoante as interpretações, e muito próximo da concepção do fascismo italiano, com influências germânicas – foram variando conforme a época. Assumiram formas de persuasão e de repressão, uma persuasão muito mais evidente (como seria de se esperar) no período de construção e estruturação dos anos de 1930, e de defesa, por vezes desesperada, com uma repressão mais crua, sobretudo contra as forças comunistas, o que de resto acompanhou o anticomunismo do pós-guerra, afirmado pelo imperialismo capitalista e também pela democracia formal e pela ideologia cristã.

O “fascismo” em Portugal manteve-se bem para além do fim da guerra e da morte do nazismo e do fascismo italiano, mas apresentou – como temos provado em vários textos – uma imagem de autoritarismo brando, que fez com que Portugal, em 1949, se tornasse uma das potências fundadoras da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e entrasse em 1955 na ONU. As estratégias do “marcelismo”, depois de 1968, foram de “persuasão liberal”, mas, sobretudo em uma segunda fase, o autodenominado “Estado social” não abdicou dos princípios básicos do corporativismo, a que procurou dar sempre uma coloração cristã, não abandonando nunca a prática autoritária. Todavia, o clero e os católicos progressistas e menos conservadores estavam cada vez mais afastados da sua ideologia, assim como as forças armadas, que não resistiram a uma guerra prolongada e sem soluções políticas.

Essas estratégias são evidentes no que diz respeito à instrução pública, promovida depois de 1936 à categoria de “educação nacional”. Procuraram, em todos os níveis, usando estruturas próximas do fascismo italiano, controlar os corpos e as mentes, inserindo-se em uma concepção estruturalmente corporativa. Curiosamente, o Ministério das Corporações só existiu a partir de 1950, substituindo a Subsecretaria de Estado das Corporações, contrariamente ao que pensava Marcelo Caetano, especialista em direito corporativo, que tinha o entendimento de que, sendo o Estado Novo essencialmente “corporativo”, não havia lugar para a criação de um ministério especializado, dado que todos eles deveriam concorrer para a formação dessa doutrina.

Por isso essa estratégia existia muito além da educação formal, que se verificava desde o ensino primário. A educação estendia-se a todas as áreas e usava todos os meios, desde os panfletos e opúsculos até o rádio, desde as bibliotecas populares – que foram objeto do nosso primeiro estudo sobre o Estado Novo –<sup>31</sup>

---

31 TORGAL, Luís Reis. Ideologia política e “cultura popular”: análise da biblioteca de uma casa do povo, p. 1.437-1.464. Em colaboração com Amadeu de Carvalho Homem. O texto foi depois integrado, com autorização do coautor e com expressa referência a ele, no livro TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*.



à escola, a partir do Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo/Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SPN/SNI/Seit) da Emissora Nacional (EN)<sup>32</sup> ou da Rádio Televisão Portuguesa (RTP), funcionando regularmente a partir de 1957.

A escola seria, assim, um meio de formação das futuras classes trabalhadoras (da agricultura, da indústria e do comércio), do funcionalismo público, das classes liberais e das elites dirigentes, em uma hierarquia que constitui a essência do fascismo. Desse modo, o Estado Novo, ao contrário do que por vezes se diz, não era contra a difusão da instrução. Por isso, o analfabetismo diminuiu significativamente de cerca de 60% em 1930 para 26% em 1970. De fato, a profissão de mestre-escola, de grande significado na República, foi até certo ponto desvalorizada, com a criação dos regentes escolares, menos qualificados (situação que terminou em 1973), para suprir, a baixo custo, a carência de professores. Na prática entendia-se (salvaguardando casos considerados excepcionais que os professores primários acompanhavam) que as crianças nos meios rurais não careciam de mais cultura além de saber ler, escrever e contar, e que só era preciso criar elites integradas no Estado Novo; mas também é verdade que se construíram muitas escolas em locais isolados, sobretudo a partir da década de 1940, com as chamadas escolas do Plano dos Centenários. Por outro lado, foi lenta a criação de escolas públicas de ensino secundário, mas deu-se grande importância a colégios de ensino particular espalhados pelo país, controlados pelo Estado – tema que merece um estudo atento –, que, de alguma forma, supriu essa falta.

Vale dizer que se reafirmou a distinção, que vinha do século XIX, de um ensino de liceu clássico e um técnico, consolidando esse sistema (Estatuto do Ensino Técnico Industrial e Comercial, decreto n. 37.029, de 25 de agosto de 1947), e só terminando essa diferenciação, que ainda hoje se discute, no final do “Estado social” marcelista. É também verdade que só no final do Estado Novo, sobretudo na época marcelista, se inicia a difusão de universidades pelo país em continuação com o estabelecimento, primeiramente, das universidades no ultramar. Tudo isso é certo, mas é importante que se façam estudos de história comparada para se entender até que ponto o nosso sistema de ensino, apesar da sua ideologia, se foi atrasando em relação a outros sistemas, que sempre se vão apresentando como exemplos, em função das circunstâncias.

---

32 Ver o artigo citado de TORGAL, Luís Reis. *A radiofonia ao serviço do Estado*.

## Referências bibliográficas

ARRIAGA, Lopes. *Mocidade Portuguesa*: breve história de uma organização salazarista. Lisboa: Terra Livre, 1976.

BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (dir.). *Dicionário de história de Portugal*, suplemento, v. VIII. Porto: Figueirinhas, 1999.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE. *Catálogo*. Figueira da Foz: Serviços Culturais da Câmara Municipal, 1992.

KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar de juventude. *Análise Social*, v. XXVIII, n. 122, p.555–588, 1993.

LEAL, Ernesto Castro. Mocidade Portuguesa. In: MEDINA, João. *História de Portugal*, v. XII: Estado Novo, t. I. Amadora: Ediclube, 1993. p. 241-258.

LEMOS, Mário Matos e. *1945 – Estado Novo e oposição*: o Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas. Coimbra: Palimage, 2018.

PEIXOTO, Jorge. *A acção de Joaquim de Carvalho na imprensa da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1976.

PIMENTEL, Irene Flunser. *História das organizações femininas no Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Afonso. *A acção escolar vanguarda (1933-1936)*. Lisboa: Cooperativa Editorial História Crítica, 1980.

RODRIGUES, Manuel A. Ribeiro (texto); SANTOS, Carlos Alberto (ilustração). *Mocidade Portuguesa (I)*: uniformes, armamento, equipamento, organização. Lisboa: Edição Destarte, s.d.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de história do Estado Novo*, v. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina. *Depuração política do corpo docente das universidades portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa: Fundação Pulido Valente; Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL; Fundação Mário Soares; Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, 2011.

TORGAL, Luís Reis. Estado Novo e vigilância policial na universidade: os casos de Sílvio Lima e de Joaquim Ferreira Gomes. In: *Ensaios em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*. Coimbra: Núcleo de Análise e Intervenção Educativa da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, 1998. p. 91-100.

\_\_\_\_\_. *A universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva, 1999.

\_\_\_\_\_. A radiofonia ao serviço do Estado: os inícios da Emissora Nacional e o salazarismo. In: SEMINARIO EUROPEO DE COMUNICACIÓN SOCIAL, 2., 25 a 27 de febrero de 1999, Pontevedra. *A comunicación social transfronteiriza*. Universidade de Vigo; Universidade de Coimbra, 2000. p. 93-116.

\_\_\_\_\_. Um homem humilde, mas livre na sua investigação: Sílvio Lima e a sua correspondência no processo da Pide/DGS. In: *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, v. II, 2001. p. 473-498.

\_\_\_\_\_. Germanófilos: a visão da literatura e da cultura alemãs durante o Estado Novo e o nazismo. In: ENCONTRO LUSO-ALEMÃO, 8., 2008. *Ficção e história no contexto luso-alemão*. Anais. Universidade de Aveiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *Estados novos, Estado Novo*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

\_\_\_\_\_. Estado Novo e intolerância: repressão e reprodução ideológica. In: CARNEIRO, Maria Luiza; CROCI, Federico (org.). *Tempos de fascismo: ideologia, intolerância e imaginário*. São Paulo: EdUSP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. O conceito de “Estado social” na propaganda do Estado Novo. In: PENA-RODRÍGUES, Alberto; PAULO, Heloisa (coord.). *A cultura do poder: a propaganda nos Estados autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016.

\_\_\_\_\_. Educação física, desporto, cultura popular e alegria no trabalho: reflexões sobre uma instituição do Estado Novo corporativo. In: SERAPIGLIA, Daniele (org.). *Tempo libero, sport e fascismo*. Bolonha: Quaderni di Storicamente, 2016. p. 1-17.

\_\_\_\_\_; HOMEM, Amadeu de Carvalho. Ideologia política e “cultura popular”: análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social*, v. XVIII, Lisboa, 1982. Também consta em TORRAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989.

VIANA, Luís. *A Mocidade Portuguesa e o liceu: lá vamos contando... (1936-1974)*. Lisboa: Educa, 2001.

## Educação para o ódio

### Como o nazismo transformou o conhecimento em inimigo do Estado

Marcos Guterman<sup>1</sup>

#### Negação da inteligência

A educação, na Alemanha nazista, era uma tarefa delegada aos jovens. Trata-se do principal traço de um regime que, em si, pode ser visto como um fenômeno adolescente. O ímpeto dos seguidores do ditador Adolf Hitler, dispostos a realizar seus desígnios sem pensar ou titubear, é típico da mentalidade daqueles que, sendo muito jovens, se engajam de corpo e alma em movimentos que lhes prometem a ruptura com a autoridade tradicional – pais, escola e igreja – e ainda por cima lhes garantem um lugar na comunidade, um senso de pertencimento que todo adolescente deseja, além de lhes conferir um poder e uma responsabilidade centrais no futuro da construção do país idealizado pelo *führer*.

De garotos e garotas apáticos, amarrados ao velho sistema educacional, familiar e estatal – sistema este em que os destinos de todos estavam entregues exclusivamente aos homens ditos “experientes”, que tudo faziam para impedir que novas (e revolucionárias) ideias ameaçassem sua hegemonia política –, esses jovens, com o nazismo, passaram a ter a sensação de que tinham o poder de mudar a história no exato momento de suas vidas. “Velhos, caiam fora” era o slogan dessa juventude contra a liderança da República de Weimar.<sup>2</sup> Como retribuição aos nazistas, os adolescentes e adultos jovens entregaram ao novo regime sua força, sua vitalidade e, acima de tudo, sua lealdade incondicional.

Em um ambiente como esse, evidentemente não era permitido pensar. A irracionalidade era o traço definidor da educação dos jovens a quem o futuro da Alemanha estava entregue. A razão era vista como inimiga, pois pressupunha questionamentos que não podiam ter lugar no mundo das certezas inaugurado pelo nazismo. O ideal liberal do homem culto tinha de ser substituído pelo ideal baseado na camaradagem das trincheiras. Diante disso, surge uma pergunta óbvia: como conciliar tal nível de negação da inteligência, isto é, da capacidade de ler o mundo real, com a necessidade de educar as crianças e adolescentes para a vida?

---

1 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER), da mesma instituição.

2 BRACHER, Karl Dietrich. *The German dictatorship*.

Era preciso, como veremos neste ensaio, proceder a uma revolução no sistema de ensino alemão que, à época da ascensão do nazismo, era um dos mais rigorosos e respeitados da Europa, com níveis de excelência reconhecidos em toda a parte. O objetivo dos nazistas era destruir essa fortaleza educacional e, sobre suas ruínas, erguer um monumento à desrazão, construído a partir da institucionalização dos ódios pessoais de Hitler.

O primeiro objetivo da educação na Alemanha nazista era destruir qualquer vestígio do liberalismo e do socialismo que haviam dominado o panorama político e econômico do país desde o final do Império, em 1918. A geração no poder na República de Weimar era identificada com esses modelos de pensamento, razão pela qual deveria ser tratada como pária – não somente nas escolas, mas também dentro de casa: não era incomum que filhos denunciassem pais que estariam conspirando contra o regime nazista ao defenderem ideias liberais ou social-democratas.

É difícil dizer se as mudanças educacionais nazistas foram ou não bem-sucedidas. Até 1938, cinco anos após a instalação do regime nazista, a distribuição de livros didáticos era errática. Muitas escolas tinham de censurar conteúdos inconvenientes para o regime por conta própria. Mesmo assim, a juventude respondeu às mudanças com entusiasmo, inclusive por parte dos que viriam a ser, mais tarde, ferozes oponentes do regime. Os jovens Hans e Sophie Scholl, por exemplo, antes de se tornarem símbolos da resistência a Hitler com seu movimento A Rosa Branca (*Die Weisse Rose*), eram engajados simpatizantes do nazismo.

Inge Scholl, irmã de Hans e Sophie, escreveu em suas memórias como os discursos de Hitler a respeito da melhoria da vida na Alemanha a partir da ascensão do nazismo, além das menções à camaradagem, ao espírito comunitário e ao amor à terra, excitaram aqueles jovens:

Tudo isso nos impressionou, e nós ouvíamos com entusiasmo sempre que alguém discursava sobre essas coisas na escola ou nas ruas. Pois amávamos nossa terra [...]. E Hitler, como ouvíamos em toda a parte, queria trazer grandeza, felicidade e bem-estar a esta pátria; ele queria que todos tivéssemos pão e trabalho; ele não descansaria até que cada um dos alemães fosse independente, livre e feliz em sua pátria. Achávamos que isso era bom, e acontecesse o que acontecesse estávamos dispostos a ajudar o máximo que pudéssemos.<sup>3</sup>

Inge também deixou claro como ela e seus irmãos eram atraídos pela organização, força e estética do nazismo, como uma “força misteriosa” que os “impulsionava”. Eram “as colunas compactas de jovens marchando, tremulando bandeiras, olhos cravados à frente, o rufar dos tambores e os cantos”. Diante daquela força e do sentido de união que ela proporcionava, Inge pergunta: “Não era

---

3 SCHOLL, Inge. *The White Rose*, p. 10-15.

extraordinária, essa camaradagem?” Ela mesma conclui: “Assim, não admira que todos nós – Hans, Sophie e o resto de nós – tenhamos nos juntado à Juventude Hitlerista”.<sup>4</sup>

Em seu relato, Inge enfatiza o confronto com os pais, que representavam a geração que tinha de ser superada para que sobreviesse o mundo novo que os nazistas estavam construindo. Ela também mostra que os jovens, cheios de si, não conseguiam compreender por que razão os mais velhos ainda resistiam ao movimento que, em sua visão, era tão certo e vitorioso quanto a luz do dia.

Estávamos envolvidos de corpo e alma, e não conseguíamos entender por que nosso pai não estava feliz e não dizia “sim” a tudo aquilo. Ao contrário, ele se opunha com veemência e algumas vezes nos dizia: “Não acreditem neles, são lobos, bestas selvagens, e eles estão enganando terrivelmente o povo alemão”. Em certas ocasiões ele comparava Hitler ao flautista de Hamelin, que atraiu as crianças com sua flauta para segui-lo na estrada da perdição. Mas as palavras de papai se perderam no vento e suas tentativas de nos fazer recuar deram em nada ante nosso entusiasmo juvenil.<sup>5</sup>

Outro relato de quem viveu a infância na Alemanha nazista corrobora esse enfrentamento. Ilse McKee, que tinha 11 anos quando Hitler chegou ao poder e, depois da guerra, casou-se com um soldado britânico e mudou-se para Londres, escreveu em suas memórias que “mesmo aqueles que eram fortemente contrários a Hitler se tornaram ardentes seguidores” quando seu governo começou, e houve, entre os jovens, um grande desejo de fazer parte de tudo aquilo. “Aqueles que não aderiram (às organizações do regime) se sentiam excluídos. Finalmente, com o coração pesado e muitas dúvidas, papai deixou que eu me juntasse à Juventude Hitlerista e ele mesmo se tornou membro do Partido Nazista”.<sup>6</sup>

Quanto mais resistências enfrentavam, mais disposição ao sacrifício demonstravam os jovens, como os irmãos Scholl. Nem mesmo o extenuante treinamento físico ao qual eram submetidos nas escolas nazistas parecia capaz de refrear seu ânimo. A esse propósito, Inge descreve como as longas marchas com seus camaradas eram desgastantes, mas enfatiza que isso não tinha a menor importância diante do que tudo aquilo representava: “Estávamos entusiasmados demais para admitir a fadiga”.<sup>7</sup>

As atividades eram tantas que mal sobrava tempo para estudar. Talvez fosse esse mesmo o objetivo dos nazistas, afinal. A esse respeito, Ilse relata, fazendo uma crítica retrospectiva:

---

4 SCHOLL, Inge. *The White Rose*, p. 10-15.

5 Idem.

6 MOSSE, George L. *Nazi culture: intellectual, cultural and social life in the Third Reich*, p. 276.

7 SCHOLL, Inge, op. cit., p. 10.

Tínhamos de estar presentes em cada evento público, às marchas de jovens e aos esportes. Os finais de semana eram repletos de caminhadas, acampamentos e marchas, nas quais carregávamos mochilas pesadas em nossas costas. Era muito divertido, de certa maneira, e nós tínhamos de fazer muito exercício, mas tudo isso causou efeitos negativos em nosso desempenho escolar. Havia muito pouco tempo para fazer o dever de casa.<sup>8</sup>

O espírito de camaradagem dava à vida desses jovens um rumo, algo que os adolescentes desde sempre perseguem, em qualquer situação ou época. “Não era maravilhoso de repente ter algo em comum, uma ligação com outros jovens que, de outra forma, jamais teríamos conhecido?”, pergunta-se Inge em seu relato, comprovando que a ênfase nazista na preservação da *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo) era especialmente atraente para a juventude carente de referências fortes e que lhe fizessem sentido. E Inge completa:

Éramos levados a sério, e de uma forma realmente especial, o que nos deu um ânimo extraordinário. Acreditávamos que éramos membros de uma grande e bem ordenada organização que abraçava e estimava a todos, dos meninos de dez anos aos adultos. Nós nos sentíamos parte de um processo, de um movimento que criou um povo a partir de uma massa. [...]. Em nossos grupos, ficávamos juntos como amigos íntimos. A camaradagem era algo realmente belo.<sup>9</sup>

A transformação de jovens comuns em ardentes soldados, capazes de tudo em nome da lealdade ao *führer*, passava necessariamente por uma nova forma de educação, frontalmente contrária aos ideais iluministas europeus. Com o nazismo, o desenvolvimento intelectual tornou-se não somente indesejável, mas visto como um entrave mesmo ao progresso do Terceiro Reich. A visão de que o importante era o condicionamento físico e a formação do caráter, e não o desenvolvimento da capacidade de pensar, questionar, investigar ou duvidar, está clara já no *Mein Kampf* [*Minha luta*], o livro que Hitler escreveu na prisão para deixar registrados os pilares da doutrina que mais tarde imporá a toda a Alemanha.

Hitler afirma ali que “o Estado deve dirigir a educação do povo não no sentido puramente intelectual, mas visando, sobretudo, à formação de corpos saudios”.<sup>10</sup> Isso significava principalmente, disse o futuro ditador, providenciar a formação do “poder de vontade e de decisão” e do “hábito de assumir com prazer todas as responsabilidades”.<sup>11</sup> Somente depois disso é que vem a “aquisição do conhecimento puro”.<sup>12</sup> Para Hitler, um homem dotado de saber apenas modesto, mas que demonstrasse firmeza de caráter e confiança em si mesmo era mais útil à comunidade do que aqueles que tivessem instrução superior.

---

8 MOSSE, George L., op. cit., p. 276.

9 Idem.

10 HITLER, Adolf. *Minha luta*, p. 309.

11 Idem.

12 Idem.

Por essa razão, Hitler considerava que o condicionamento físico dos alemães era uma responsabilidade do Estado, pois se tratava, segundo sua visão, de uma exigência indispensável para a preservação da raça. Para o futuro chanceler, era um dever sobre o qual nem os jovens, nem seus pais tinham qualquer poder de opinar. Foi essa demanda que transformou todo o sistema educacional da Alemanha assim que os nazistas chegaram ao poder: a educação física passou a ser prioritária, consumindo até cinco horas semanais do tempo de aula, no currículo da escola secundária. Essa preocupação com o desenvolvimento físico só não era maior do que a preocupação com o ensino da doutrina racial, que atravessava diversas disciplinas escolares, como história, biologia e até física e matemática.

Nada disso era exatamente novo na Alemanha. A educação física tinha precedente nas escolas chamadas de *Ritterakademien*, em que a aristocracia do século XVII foi educada. Também há precedentes no trabalho de Friedrich Ludwig Jahn que, em 1811, tornou sistemático o ensino da ginástica, inclusive com a criação de aparelhos específicos para esse fim. Por sua inspiração, clubes dessa modalidade se espalharam pelo país e se tornaram locais de manifestações patrióticas e nacionalistas. Jahn defendia que a recuperação da Alemanha após a humilhação por Napoleão se daria por meio do aperfeiçoamento físico dos alemães, para fortalecer o patriotismo e os valores morais da juventude. Era considerado pelos nazistas um pensador importante.<sup>13</sup> Na segunda metade daquele século, a Alemanha tinha regularmente festivais de ginástica.

A importância da educação física foi destacada pelo kaiser Wilhelm II, em 1890, e reafirmada na República de Weimar, em 1920. A glorificação do militarismo era evidente nessa atividade durante o Império, espírito que foi retomado com força pelo nazismo.

Hitler considerava que a educação voltada para “enfrentar a luta pela vida” tinha de ser ministrada desde o início da infância dos indivíduos, a fim de que não se deixasse formar uma “nação de comodistas”.<sup>14</sup> E tudo começava pelos músculos, e não pelo intelecto:

Em um Estado nacionalista, a escola deve reservar mais tempo para os exercícios físicos. De nenhum interesse é que se sobrecarregue o cérebro das crianças com excesso de conhecimentos que, a prática demonstra, só em uma proporção insignificante são conservados. Na maior parte dos casos, esquecem o importante e guardam o que é secundário, sabido como é que as crianças não estão em condições de fazer a seleção da matéria que lhes é ensinada.<sup>15</sup>

---

13 BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*, p. 16.

14 HITLER, Adolf. *Minha luta*, p. 310.

15 Idem.



Hitler então argumenta que um rapaz sadio, antes de tudo, “deve aprender a suportar pancadas”, algo que, diz ele, os “lutadores intelectuais”, isto é, aqueles que defendem a difusão do conhecimento como a prioridade nas escolas, não conseguem entender. Contra eles, Hitler afirma que “um Estado nacionalista não tem por missão fundar uma colônia de estetas pacifistas ou de degenerados físicos” – e que teriam sido responsáveis, segundo ele, por permitir que “rufiões, desertores e outros indivíduos do mesmo jaez” fizessem a revolução que estabeleceu a República de Weimar, em 1918, vista por Hitler como uma instituição de traidores da pátria.<sup>16</sup> Para Hitler, a revolução só triunfou porque “a educação ministrada nas escolas superiores não formava homens, no verdadeiro sentido da palavra, mas funcionários, engenheiros, juristas, literatos e, por fim, professores encarregados de manter sempre viva essa instrução puramente intelectual”.<sup>17</sup>

Nesse contexto, a tarefa da educação, segundo Hitler, era principalmente restituir à juventude sua fé na Alemanha e em si mesma, que teria sido perdida em razão do comodismo pacifista dos intelectuais e dos cosmopolitas que haviam chegado ao poder com a República de Weimar:

Justamente agora que a nação alemã está em colapso, espezinhada em todo o mundo, é que mais se faz necessária aquela confiança em si mesma. Essa confiança deve ser cultivada na juventude, desde a meninice. Toda a sua educação, todo o seu treinamento, devem ser dirigidos no sentido de dar-lhe a convicção de sua superioridade. Certa de sua força e de sua habilidade, a mocidade deve readquirir a fé na invencibilidade da sua nação.<sup>18</sup>

## Juventude uniformizada

Esse esforço nacional para restabelecer o orgulho e o senso de superioridade a que Hitler se referia tinha de modificar aspectos básicos do cotidiano da juventude. “Até o vestuário dos jovens deve ser apropriado a esse fim”, escreveu ele.<sup>19</sup> “É uma verdadeira lástima ser obrigado a ver como os moços de hoje se submetem a uma moda idiota que muito bem se traduz no ditado popular *as roupas fazem os homens*”.<sup>20</sup> O líder nazista considerava essencial que os jovens usassem roupas que não atrapalhassem o seu desenvolvimento físico e também que não escondessem sua verdadeira beleza – para que um jovem ariano pudesse reconhecer imediatamente outro jovem ariano, de maneira que estivesse garantida a reprodução dos melhores, evitando o risco de que uma moça alemã pudesse ser seduzida por algum degenerado judeu.

---

16 HITLER, Adolf. *Minha luta*, p. 311.

17 Idem.

18 Ibidem, p. 310.

19 Ibidem, p. 312.

20 Idem (grifo no original).

Para Hitler, as roupas deveriam ter “finalidade educacional”<sup>21</sup> – entendida como a educação física. Não é por outro motivo que, em seguida, no livro, o líder nazista vincule a educação à vida militar. Os uniformes, afinal, resolvem na origem o problema do vestuário dos jovens, ao igualá-los todos. Se todos têm de vestir uniformes, segue seu raciocínio, acaba a “ vaidade de possuir belas roupas, que nem todos podem comprar”.<sup>22</sup> Esse é, provavelmente, o motivo pelo qual os garotos e garotas que frequentavam as escolas e organizações juvenis nazistas tinham de usar uniformes, que acabaram se tornando a marca desses grupos.

Paul Oestreich, um dos mais importantes pedagogos alemães e contemporâneo da transformação da educação sob a égide da ideologia nazista, atesta que a obrigação de vestir um uniforme acabou por seduzir os jovens, pois sinalizava a sua participação na organização e, ao mesmo tempo, evitava que um sobressaísse em relação aos outros em razão de sua origem social ou condição financeira. “Um desejo patológico por uniformes e por insígnias infectou os jovens que antes sempre foram idealistas e revolucionários”, escreveu Oestreich.<sup>23</sup>

Para Baldur von Schirach, o comandante da Juventude Hitlerista, a uniformização era parte essencial da nova estética nazista. “Todos os meninos e meninas estão vestidos com nosso uniforme, e não há dinheiro que possa mudar isso. É graças a esse uniforme que a Alemanha adquiriu uma nova ordem social”, resumiu Von Schirach.<sup>24</sup> A unidade no vestir e no agir pressupunha a unidade no pensar – na tal “nova ordem social” citada pelo hierarca nazista, quem não estivesse uniformizado, isto é, quem não se deixasse submeter à total coordenação social, com lugares determinados para cada um dos cidadãos da *Volksgemeinschaft*, teria sua própria existência assegurada. Nada que fosse individual – autonomia, pensamento, opinião, questionamento – poderia prevalecer sobre o coletivo.

A obrigatoriedade da uniformização dos jovens alemães não foi uma imposição de experientes líderes políticos, e sim uma iniciativa dos próprios rapazes que ajudaram a erguer o Partido Nazista, muito antes de sua chegada ao poder. O primeiro grupo jovem nazista foi fundado por Adolf Lenk, de 17 anos, em 1921. Eram 17 jovens. Judeus e estrangeiros não eram aceitos e o objetivo declarado do grupo era resgatar os valores e as raízes do “sangue alemão”. O grupo de Lenk detestava a autoridade e vivia a se confrontar com grupos comunistas. Outro grupo jovem nazista surgiu em 1925 pelas mãos do estudante de direito Kurt Gruber. Ele introduziu um uniforme e estabeleceu um aparato administrativo. Em 1926, o grupo passou a ser chamado de Juventude Hitlerista.

---

21 Idem, p. 312.

22 Idem.

23 MOSSE, George L., op. cit., p. 274

24 BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*, p. 117.

A conquista de um uniforme, cuidadosamente desenhado para excitar as crianças, era desejada pelos meninos. Dava-lhes o senso de pertencimento que tanto esperam os jovens. Por essa razão, é correto comparar a educação nazista com a própria formação militar. “Em um Estado nacionalista”, escreveu Hitler, “o Exército não existe só para ensinar o homem a marchar e a outros exercícios militares, mas deve ser a mais alta escola de educação nacional”.<sup>25</sup>

## A militarização da educação

Quando os nazistas chegaram ao poder, passaram a exigir treinamento militar inclusive das crianças, supervisionado pela *Wehrmacht*, a força de defesa alemã. Mas pode-se dizer que a militarização da sociedade alemã, a partir dos mais jovens em idade escolar, não foi uma iniciativa nazista, pois se trata de um traço já presente nos tempos do Império, o chamado Segundo Reich (1871-1918), e que se manteve mesmo na democrática República de Weimar. Tanto é assim que, em 1919, surgiu uma Liga dos Reformadores Escolares Radicais (*Bund entschiedener Schulreformer*), que denunciava a transmissão de conhecimentos “de uma maneira autoritária e dogmática, seguindo uma estrutura basicamente militarista” nas escolas alemãs. A Liga pedia um sistema em que o aluno pudesse “desenvolver totalmente sua natureza particular”.<sup>26</sup> Era nada menos que uma demanda para finalmente colocar o indivíduo no centro da educação.

Após a Unificação da Alemanha, em 1871, o sistema educacional se tornou cada vez mais reacionário e nacionalista, e menos liberal e democrático. O sucesso militar e político passou a pautar as necessidades do Estado alemão – e por conseguinte a educação. Sem uma revolução burguesa, o Segundo Reich enfatizou a hierarquia e a obediência à autoridade. Os educadores alemães se tornaram mais nacionalistas e defensivos, imperialistas e chauvinistas.

A decisão de tornar único o currículo nacional, o padrão pedagógico e o treinamento de professores, já em 1854, havia aumentado brutalmente o papel do Estado na educação. Trabalho duro e disciplina passaram a formar o *ethos* das escolas e os educandos eram súditos, e não cidadãos. Por volta de 1870, a educação perdeu definitivamente o sentido nacional, liberal e democrático, passando a funcionar como instrumento para submissão à autoridade e ao Estado.<sup>27</sup> Com essa estrutura, ficou impossível desenvolver uma conformação democrática e uma genuína socialização nas escolas.

---

25 HITLER, Adolf. *Minha luta*, p. 313.

26 PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*.

27 HAHN, H. J. *Education and society in Germany*, p. 17.

Pensadores basilares da ideologia nacionalista *völkisch* [étnica], como Paul Lagarde e Julius Langbehn, ganharam espaço entre intelectuais e educadores. O irracionalismo deixou suas marcas nos conceitos de educação e sociedade. As conferências escolares do Reich, realizadas em 1890 e em 1900, reformaram o sistema educacional para adaptá-lo às exigências dos ultranacionalistas. Não havia espaço para a tradicional cultura humanista alemã. O próprio kaiser Wilhelm II entrou na chamada *Schulstreit* (disputa escolar), alinhando-se àqueles que queriam uma educação voltada à “formação do caráter” e à educação física, além de ênfase à herança nacional e histórica germânica. Quando mais tarde Hitler e seus pedagogos elegessem esses temas como os principais no currículo escolar alemão, suas palavras não causariam especial furor, pois há muito o estudo dos clássicos havia perdido importância e cedido lugar às exigências do universo militar.

Já na República de Weimar, o modernismo deixou suas marcas na educação e na vida cultural e social. Vários movimentos pedagógicos rejeitavam o autoritarismo e a ideologia *völkisch*. Foi uma era de exuberante inovação pedagógica e de planos otimistas de reforma do sistema educacional em nome da democracia e da justiça social.<sup>28</sup> A já citada Liga dos Reformadores Escolares Radicais queria também reformular os livros didáticos, considerados excessivamente militaristas, especialmente em história e geografia. No entanto, como dito acima, mesmo na República de Weimar, autoridades ainda pensavam como nos tempos do Reich. Otto Boelitz, o ministro da Educação da Prússia entre 1921 e 1925, acreditava que a mais importante tarefa da educação era renovar o poder e a unidade nacionais. Seu sucessor, Carl Becker, pensava do mesmo jeito.

Graças a essa resistência conservadora, os reformadores perderam força. As igrejas cristãs mantiveram sua influência na educação, sempre demonizando o socialismo. Ao final da República de Weimar, 80% das escolas primárias eram dirigidas ou influenciadas pelas denominações cristãs. Os reacionários minaram a maior parte das iniciativas reformistas de Weimar, e foi nisso que os nazistas se basearam para implementar seu próprio sistema.

A chegada dos nazistas ao poder não marca nenhuma ruptura, portanto. É apenas a continuidade de elementos antidemocráticos que já existiam no chamado Segundo Reich e mesmo no período da República de Weimar. A ênfase no aspecto militar da educação configura somente uma consequência natural dessa forma de pensamento.

Esse espírito foi traduzido pela ideologia nacionalista *völkisch*, que acabou transportada para os livros infantis. A censura nazista banuiu livros considerados “estrangeiros” e “decadentes”, mas nem foi preciso tanto zelo: vários livros infan-

---

28 LAMBERTI, Marjorie. *The politics of education: teachers and school reform in Weimar Germany*, p. 1.

tis ainda da época da República de Weimar propagavam valores sociais e políticos reacionários, com *ethos* militarista e nacionalista.

Com o nazismo, porém, o aspecto militar ganhou uma dimensão inédita. Mesmo livros de fábulas infantis, como a série *Kinderfibel*, foram tomados de desenhos com militares em colunas, e a suástica aparece em meio às brincadeiras de criança. Meninos e meninas eram instigados a absorver o espírito de camaradagem militar e a considerar que tudo o que Hitler estava fazendo era proteger a Alemanha de seus inimigos, nomeadamente os judeus.

A tarefa dos educadores nazistas, segundo seu ideário, era restaurar aquela *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo) original e regular as pessoas para torná-las membros daquela fraternidade ao expurgá-las das impurezas acumuladas durante séculos de influência alienígena. A purificação, uma estratégia para barrar a marcha para a modernidade, começava pelo serviço militar obrigatório. Antes disso, porém, como vimos, os jovens já eram saturados de *ethos* militar desde a infância, para ter certeza de que qualquer resquício de intelectualidade ou de liberalismo seria eliminado antes do início da fase adulta.

Para os pedagogos nazistas, os obstáculos da militarização da vida escolar eram o liberalismo, o intelectualismo e o cosmopolitismo da vida moderna. A educação militarista foi projetada para contra-atacar “a hoje tão prevalente tendência de escapar das complexidades da vida, da dúvida intelectual, da procrastinação, da inatividade forçada e da sofisticação geral, e da desintegração da vida social moderna”, segundo o pedagogo George F. Kneller, que avaliou, em texto de 1941, a educação do Terceiro Reich.<sup>29</sup>

Os educadores nazistas se empenharam em criar uma sociedade militarizada que aceitou a guerra como uma condição normal da vida. Portanto, o professor nazista ideal não estava preocupado em transmitir conhecimento; estava empenhado em desenvolver a personalidade dos alunos, para moldá-la à vida de obediência cega ao líder e prepará-la para a morte em batalha. O professor era, assim, ele mesmo um soldado no *front* político e cultural.

Bernhard Rust, ministro da Educação de Hitler, deu o tom desse processo ao dizer que a tomada do poder foi “o começo do processo de transformação por meio da qual o povo deverá ser remodelado em harmonia com a filosofia do nacional-socialismo”.<sup>30</sup> Assim, as escolas deveriam militarizar os alunos, para que eles estivessem prontos e mobilizados, sempre, para enfrentar o inimigo designado pelo *führer* em sua tarefa de purificar a Alemanha.

---

29 KNELLER, George F. *The educational philosophy of national socialism*, p. 21.

30 BLACKBURN, Gilmer. *Education in the Third Reich*, p. 12.

Na coletânea de poemas *Deutschland Muss Leben* (Alemanha deve viver), distribuída nas escolas nazistas, o poeta Heinrich Lersch escreveu o famoso poema de mesmo nome: “Deixe-me ir, mãe, deixe-me ir!/ Todo o lamento não tem mais serventia para nós/ Pois vamos defender a pátria/ Deixe-me ir, mãe, deixe-me ir!/ Num último abraço beijarei seus lábios;/ a Alemanha deve viver, mesmo que nós tenhamos de morrer!”.<sup>31</sup>

O “martírio” de Albert Leo Schlageter, fuzilado pelos franceses depois de ter sabotado uma linha de trem durante a ocupação da região alemã do Ruhr, em 1923, aparece em todos os livros didáticos de história. É o herói inventado por excelência. Puro, é considerado pelos nazistas o “primeiro soldado” do Terceiro Reich, pois não teve medo de enfrentar um inimigo muito superior em termos militares, entregando a vida em nome da causa da resistência da pátria alemã.

Todo esse esforço didático é voltado para estimular o sentimento, e não a razão – é a pedagogia do irracional. Nada mais é objetivo e limitado. A guerra se torna algo inevitável e, mesmo, desejável. As crianças são apresentadas ao gênio militar e político de Hitler na anexação da Áustria e na ocupação da Tchecoslováquia. Nos dois casos, os livros didáticos dizem que Hitler foi recebido pela população local como “libertador”. No caso da Polônia, os livros dizem que os poloneses estavam assassinando alemães que viviam em seu território – sessenta mil morreram segundo essa fantasiosa versão. A invasão alemã à Polônia foi uma resposta, pois “a paciência do *führer* acabou”.<sup>32</sup> Os estudantes são incitados a agradecer a Hitler pelas conquistas militares da grande Alemanha e a prestar-lhe devoção.

## A educação total

A educação por meio da “experiência comunitária” era um conceito essencial para os nazistas, pois indivíduos não eram considerados autônomos. A vida cotidiana era concebida como parte da luta perpétua pela causa nacional e contra os inimigos do Estado. Para isso era necessário mobilizar os jovens em uma espécie de educação total.

A educação total consistia em acabar com as referências usuais dos jovens, como a família, e envolver a completa experiência da juventude, imergindo-a em uma rede totalmente organizada. Uma vez parte de um grupo, cuja responsabilidade era nada menos que “salvar a Alemanha” e encaminhá-la ao glorioso destino previsto nos discursos de Hitler, esses jovens estavam dispensados de pensar e refletir sobre si mesmos, sobre seus amigos, sobre a sociedade e sobre o país.

---

31 Ibidem, p. 43.

32 Ibidem, p. 46.

Tudo – e por tudo entenda-se desde as tarefas mais nobres até as exigências cotidianas – estava sujeito aos imperativos dessa “nova Alemanha” em construção, traduzidos em uma completa sujeição intelectual e espiritual ao *führer* e àqueles que o representavam.

Nessa atmosfera, os professores não eram, em nenhuma hipótese, autônomos. Tinham de trabalhar em conjunto com os líderes da Juventude Hitlerista e tinham de imaginar o que Hitler gostaria que fosse ensinado. O desprezo de Hitler pelo trabalho intelectual e seu cinismo em relação aos professores fortaleceram a posição das organizações de jovens no que diz respeito à educação. Para Hitler, a “juventude deve ser educada pela juventude”.<sup>33</sup>

Embora expresso em vários documentos, a começar pelo *Mein Kampf*, o pensamento de Hitler sobre a educação era genérico, a exemplo do que acontecia em todas as outras áreas de sua administração. É difícil crer, diante disso, que houvesse plena coordenação na elaboração do currículo e das diretrizes pedagógicas. O Ministério da Educação, sob a responsabilidade de Bernhard Rust, por exemplo, não detinha a última palavra sobre o assunto – havia intensa competição de outras pessoas e organizações. Ele teve de enfrentar a concorrência de vários líderes importantes do regime, como o ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, o chefe da Juventude Hitlerista, Baldur von Schirach, o secretário pessoal de Hitler, Martin Bormann, o chefe da Frente Nazista do Trabalho, Robert Ley, o ideólogo nazista Alfred Rosenberg, e o chefe da SS, Heinrich Himmler, entre outros. Sua posição não era confortável e ele tinha pouca autoridade ante tanta pressão, principalmente por parte da Juventude Hitlerista. A confusão era tanta que, até 1937, o currículo em boa parte das escolas públicas alemãs ainda era predominantemente aquele formulado durante a República de Weimar. Foi necessário que, naquele ano, o Ministério da Educação baixasse uma ordem para que, em coordenação com o Exército e o partido, os alunos educados para fazer parte da comunidade racial e doutrinados para prestar total compromisso a Hitler.<sup>34</sup>

Pelos documentos disponíveis, é possível afirmar que o voluntarismo predominava entre os responsáveis pela educação no Terceiro Reich. Como tudo no nazismo, seus líderes detestavam o sistema educacional alemão e desprezavam qualquer forma de planejamento para a educação. Preferiam soluções *ad hoc* para cada situação que se apresentasse. Tal comportamento tendia a radicalizar ainda mais a visão do *führer*, sempre na expectativa de satisfazer seus desígnios.<sup>35</sup> Foi

---

33 PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*, posição 126 (e-book).

34 KNELLER, George F. *The educational philosophy of national socialism*, p. 186-187.

35 Deve-se alertar que essa conclusão não é consensual entre os historiadores. Trata-se de uma visão estruturalista da historiografia do Terceiro Reich. Para os historiadores ditos “estruturalistas”, Hitler não teve papel direto em praticamente nenhuma decisão administrativa do regime – ele hesitava em tomar decisões e preferia, segundo essa interpretação, dar apenas a direção ideológica que o regime deveria

essa visão do “tudo ou nada”, característica da Alemanha nazista, que predominou nos livros didáticos e nas salas de aula.

## A ofensiva contra a razão

Hitler desprezava a educação formal com ênfase intelectual. “O método de instrução nas escolas primárias e secundárias é puro *nonsense*. Ele associava o intelectualismo ao judaísmo e à decadência. Em vez de receber educação básica concreta, o estudante tem sua cabeça cheia de uma massa de aprendizado inútil, e depois disso ainda está mal equipado para enfrentar a vida”,<sup>36</sup> disse o *führer* certa vez. Para Hitler, “o currículo deve ser sistematicamente construído de modo a que, quando o jovem homem deixa a escola, ele não será um meio pacifista, democrata ou qualquer coisa assim, mas um alemão integral”.<sup>37</sup> Nesse sentido, Hitler evocava o pensador nacionalista *völkisch* Paul de Lagarde, que dizia que educação era ensinar apenas o prático, e sempre do ponto de vista racial. Para ele, o ensino de especialidades deveria ser adiado até o momento em que o aluno já tivesse absorvido as ideias nacionais e deixado de admirar as habilidades técnicas. Ademais, inventar algo só seria importante se o inventor fosse um compatriota.<sup>38</sup>

O *führer* dizia não suportar os professores e lembrava-se, frequentemente, de um professor de línguas estrangeiras que teve na infância e que, segundo sua avaliação, era “um idiota congênito”.<sup>39</sup> Para ele – em um pensamento que certamente contava com a simpatia dos jovens –, os professores “eram tiranos absolutos” que “não tinham nenhuma simpatia pelos jovens”. Seu único objetivo era “entupir nossos cérebros e nos transformar em macacos eruditos, como eles mesmos. [...] Quando eu me recordo dos meus professores na escola, eu percebo que metade deles era anormal; e quanto mais distanciamento eu tenho, maior é minha convicção de que eu estou absolutamente correto”.<sup>40</sup> Hitler generalizava seu ódio aos professores a partir de sua experiência pessoal e queria que o resto da Alemanha o seguisse.

Assim, em diversas ocasiões, Hitler esclareceu a todos a sua volta e ao conjunto do país que o único objetivo que interessava para os educadores do Reich era formar jovens que não apenas não contestassem o regime, mas que fossem

---

tomar. Contra esse pensamento aparecem os historiadores chamados “intencionalistas”, que atribuem a Hitler o peso total das decisões tomadas em seu governo.

36 TREVOR-HOPER, H. R. (org.). *Hitler's table talk*, p. 547.

37 *Ibidem*, p. 387.

38 BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*, p. 18.

39 TREVOR-HOPER, H. R. (org.), *op. cit.*, p. 567.

40 *Ibidem*, p. 547-548.



seus defensores incondicionais. Nesse contexto, qualquer forma de educação que privilegiasse o pensamento crítico estava condenada como subversiva e contrária aos interesses da *Volksgemeinschaft*.

A organização que mudaria a educação de acordo com o pensamento de Hitler foi a *Nationalsozialistischer Lehrerbund* (NSLB), a Liga dos Professores Nazistas. A NSLB foi fundada em 1929, e desde então era formada por jovens professores radicais que tinham entre vinte e quarenta anos. A faixa etária não era gratuita – como já ficou claro, Hitler pretendia que os jovens dominassem a educação e a expurgassem dos marcos pedagógicos tradicionais e da reflexão que tanto lhes causava pressão social. Esses professores e os líderes juvenis não conseguiam chegar ao nível universitário, pois eram muito despreparados. Como relatou a alemã Ilse McKee, que passou sua infância na Alemanha nazista, “na maior parte dos casos, o jovem líder não tinha ideia, ele mesmo, do que estava falando”.<sup>41</sup> No final, a despeito de todo o treinamento e dos planos para reformas educacionais, o regime nazista desmoralizou os professores e reduziu os padrões de ensino. Era esse, afinal, o objetivo de uma ideologia que pretendia ter todas as respostas para todos os desafios do país.

Os membros da NSLB tinham de ser “nazistas exemplares”, com amplo papel na definição do futuro sistema educacional nazista. A NSLB tinha uma estrutura organizacional semelhante à do Partido Nazista. Ou seja: era uma organização partidária, em que a educação tinha função política explícita. Após a chegada de Hitler ao poder, em 1933, o número de membros da NSLB disparou. Muitos dos novos aderentes eram simples oportunistas, que perceberam que todo o sistema educacional alemão funcionaria segundo o princípio da coordenação (*Gleichschaltung*), em que nada na sociedade alemã poderia funcionar se não estivesse vinculado a alguma instância nazista. Portanto, tudo o que dizia respeito à educação passou a ser vinculado à NSLB, que vigiava os professores para saber se eram confiáveis e assegurava sua doutrinação ideológica – fornecia cursos sobre a superioridade nórdica e os perigos da miscigenação racial, por exemplo, e promovia acampamentos de professores para cursos doutrinários, com base no *Mein kampf*.

Nesses acampamentos, os professores com menos de cinquenta anos tinham treinamento físico compulsório. Predominava o espírito camarada militar, como no Exército. Em 1939, ao menos dois terços dos professores alemães já haviam passado por esses acampamentos,<sup>42</sup> cujo objetivo era instilar a visão de mundo (*Weltanschauung*) nazista. Um dos participantes atesta o espírito de camaradagem entre os professores: “Uma vida comunal começou para todos nós,

---

41 MOSSE, George L., op. cit., p. 277.

42 PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*, posição 449 (e-book).

nessa comunidade. Estávamos para começar uma aventura”. Era o espírito adolescente instigado pelo regime mesmo entre os professores.

Nem todos aderiam por convicção, é claro. Como lembra Ilse McKee, os professores sentiam-se pressionados: “A maioria deles tinha muitas dúvidas sobre Hitler, mas, para não perder o emprego, tinha de fazer uma violenta guinada na direção dele. [...]. Algumas das crianças nas salas de aula não hesitariam em agir como informantes”.<sup>43</sup>

A intenção declarada da NSLB era transformar todos os professores alemães em professores nazistas e mudar totalmente cada um dos aspectos da vida de cada um deles, transformando-os em soldados totalmente comprometidos com os ideais nazistas. Com o novo regime, surgiu uma nova classe: a dos educadores do povo. Eram mais do que simples professores. Eram um pilar do Estado, conforme se lê em uma diretriz educacional de 1940:

Não é tarefa da escola primária ensinar uma multiplicidade de conhecimentos para uso pessoal do indivíduo. Ela tem de desenvolver e controlar todos os poderes mentais e físicos da juventude a serviço do povo e do Estado. Assim, o único tema que tem lugar assegurado no currículo escolar é aquele necessário para atingir esse objetivo. Todos os demais temas, derivados de ideias educacionais obsoletas, devem ser descartados.<sup>44</sup>

Baldur von Schirach, líder da Juventude Hitlerista, chegou a dizer que “o jovem líder e educador do futuro será um sacerdote do credo nacional-socialista e um funcionário a serviço do nacional-socialismo”.<sup>45</sup> Para o ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, o processo educacional era uma “máquina de sovar” que processa material humano bruto para transformá-lo em “massa coerente”, material capaz de ser “utilizado e manipulado para os objetivos políticos do Estado”.<sup>46</sup> O livro didático *Volk und führer* dizia que “não há povo (*Volk*) na Alemanha; há apenas material para um povo”.<sup>47</sup> A doutrina educacional nazista, portanto, presumia que a personalidade humana fosse maleável o bastante para ser adaptada aos desígnios totalitários.

Judeus e marxistas obviamente não tinham lugar nesse novo modelo. Além disso, em 1936, um professor não podia ser, ao mesmo tempo, de uma associação de professores cristãos e da NSLB. Em 1937, 97% dos professores já pertenciam à NSLB.<sup>48</sup> Era com essa estratégia que o nazismo pretendia tornar a educação homogênea.

---

43 MOSSE, George L., op. cit., p. 278.

44 SAMUEL, R. H.; HINTON, Thomas. *Education and society in modern Germany*, p. 83.

45 BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*, Introdução.

46 INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHICAL AND HUMANISTIC STUDIES. *The Third Reich*, p. 742.

47 VOGEL, Paul. *Volk und führer: deutsche geschichte für schulen, klasse 2 – Die Germanen*, p. 73.

48 PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*, posição 401 (e-book).

## Nazismo no jardim de infância

O movimento que criou o jardim de infância (*Kindergarten*) na Alemanha, para crianças entre três e seis anos, cresceu a partir de meados do século XIX, para permitir que as mães que fossem trabalhar fora de casa tivessem com quem deixar seus filhos. Para o fundador do movimento, Friedrich Froebel (1782-1852), o jardim de infância seria o lugar para ensinar às crianças o sentido de comunidade e conceitos como harmonia, unidade e ordem.

Sob o nazismo, a natureza da educação no *Kindergarten* passou a servir aos desígnios do regime. Uma foto de Hitler deveria estar em local visível em cada um deles, a bandeira com a suástica deveria ser içada e a saudação a Hitler deveria ser usada. As crianças tinham de ser racialmente “puras”, o que se constatava após exaustiva pesquisa sobre a família. Nem todos os *Kindergärten* aderiram, porque muitos eram solidamente vinculados às igrejas cristãs ou à antiga tradição. Estes sofreram toda sorte de privações econômicas por parte do regime, que abriu seus próprios *Kindergärten*, por meio da *NS-Volkswohlfahrt* (organização nazista para o bem-estar social). Com o tempo, aqueles vinculados às igrejas cristãs cederam à pressão e se deixaram “coordenar” com o resto do regime.

Para obter a simpatia em regiões cuja população ainda não estava devidamente nazificada, o governo implantou seus *Kindergärten* nazistas, obtendo assim a gratidão local. O investimento foi grande: o número destes passou de mil, em 1935, para 15 mil, em 1941.<sup>49</sup> O governo criou também os que cuidavam das crianças em zonas rurais enquanto os pais cuidavam da colheita. Esse tipo de estabelecimento saltou de 600, em 1934, para 8.700, em 1941, e 11 mil, em 1943.<sup>50</sup>

O regime nazista usou os *Kindergärten* como meio de intervir nas famílias e imbuir as crianças pequenas dos ideais do regime. Já a partir dos dois anos de idade, elas eram ensinadas a melhorar sua produtividade e aprendiam sobre a ideologia nazista. Todos os professores tinham de passar por testes estatais para saber se estavam comprometidos de corpo e alma com o nazismo.

## Nazismo na educação secundária

Os nazistas acreditavam que os temas mais importantes para a educação secundária eram alemão, história, geografia e biologia. As novas edições dos livros didáticos nazistas tinham de incluir os temas do “sangue e solo” (*Blut und Boden*), liderança, honra, lealdade, senso do dever e sacrifício, luta e trabalho.<sup>51</sup> Mas mesmo matérias sem esse perfil, como a matemática, tinham de lidar com problemas

---

49 PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*, posição 685 (e-book).

50 Idem.

51 KAMENETSKY, C. *Children's literature in Hitler's Germany*, p. 187.

políticos nacionais. Os exercícios de cálculo, por exemplo, eram baseados em modelos de trajetórias balísticas, aviões, canhões e bombas. Um livro de matemática propunha o seguinte problema:

Um bombardeiro pode ser carregado com uma bomba de 35 kg, três bombas de 100 kg, quatro bombas de 150 kg e 200 bombas incendiárias de 1 kg. Qual é a capacidade de carga? Qual é o percentual de cada tipo de bomba? Quantas bombas incendiárias de meio quilo poderiam ser acrescentadas se a capacidade de carga fosse ampliada em 50%?<sup>52</sup>

Havia também exemplos matemáticos com doenças hereditárias e raças inferiores. Um dos problemas propostos em um livro era:

A cada dia, o Estado gasta 6 marcos com um aleijado; 4,25 com um doente mental; 5,50 com um surdo-mudo; 5,60 com um retardado; 3,50 com um alcoólatra; 4,80 com um aluno incapaz; 2,05 com um aluno em escola especial; e 0,45 por aluno em escola comum. Que custo total criam um aleijado e um retardado, se cada um viver 45 anos? Calcule o gasto do Estado para um aluno em escola especial e um aluno em escola comum por oito anos.<sup>53</sup>

Com esse exemplo, fica claro que os exercícios matemáticos levavam os alunos a concluir que o dinheiro gasto com os inválidos e os inferiores poderia ser melhor empregado se fosse usado para financiar o casamento dos saudáveis e valiosos arianos.

Graças a essa mentalidade, o ensino de biologia era de grande relevância para o nazismo. Era preciso destacar os perigos da miscigenação racial e as vantagens da seleção dos mais fortes. Os chamados "estudos raciais" (*Rassenkunde*) eram considerados fundamentais por Hitler que, no *Mein kampf*, escreveu: "O trabalho de educação coletiva do Estado nacionalista deve ser coroado com o despertar do sentido e do sentimento da raça, que deve penetrar no coração e no cérebro da juventude que lhe foi confiada. Nenhum rapaz, nenhuma moça deve abandonar a escola sem estar convencido da necessidade de manter a pureza da raça".<sup>54</sup> As crianças, portanto, tinham responsabilidade sobre o futuro da raça ariana. Como dizia um livro didático: "Uma nação sem território se transforma, com o tempo, em nação sem povo... Se, no entanto, nós todos lutarmos juntos sob a poderosa liderança nacional-socialista e sob a proteção das novas leis raciais, então o glorioso futuro nórdico da Alemanha estará assegurado".<sup>55</sup>

As crianças eram treinadas para identificar tipos raciais e craniologia. A biologia ganhou destaque considerável no currículo, com mais de duas horas sema-

---

52 MANN, Erika. *School for barbarians: education under the nazis*, p. 62.

53 PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*, posição 1.438 (e-book).

54 HITLER, Adolf. *Minha luta*, p. 322.

55 MANN, Erika, op. cit., p. 77.

nais de estudo em todas as séries,<sup>56</sup> e servia para estimular o amor pela pátria e pela *Volksgemeinschaft*. Para Hans Schemm, fundador da *Nationalsozialistischer Lehrerbund* (NSLB), a Liga dos Professores Nazistas, o nazismo era a “biologia aplicada à política”.<sup>57</sup>

Em 1938, Alfred Vogel, escritor de livros didáticos de biologia e diretor de uma escola primária de Baden, produziu uma detalhada série de tabelas, desenhos e gráficos antissemitas para ajudar a ensinar o tema. Eles acompanhavam o livro do professor para ensinar biologia nas escolas primárias. Vogel alertou que mesmo que um judeu não parecesse um judeu era preciso perceber a existência de heranças genéticas que não eram físicas, estavam “escondidas”.<sup>58</sup> Os judeus, segundo essa concepção, se adaptavam ao ambiente para controlá-lo. Criava-se, assim, uma justificativa pedagógica para sua perseguição.

Também a editora do *Der Sturmer*, o mais virulento jornal antissemita do regime, publicou um livro didático, em 1936, chamado *Trau keinem Fuchs auf grüner Heid und keinem Jud bei seinem Eid* (Não confie em nenhuma raposa no gramado verde nem em juramento de judeus). Essa editora publicou também o livro *Der Gifrpilz* (O cogumelo venenoso), de 1938, no qual os judeus são retratados como a antítese da humanidade ariana. Os capítulos incluem: “Como os judeus trapaceiam”, “Como os judeus torturam animais”, “Há judeus decentes?” e “Se a questão judaica não for resolvida, não há salvação para a humanidade”.<sup>59</sup>

Em outro livro, *Der Pudelmopsdackelpinscher und andere Erzählung*, os judeus são comparados a tênia. O texto diz: “Tênia e judeus são parasitas da pior espécie. Nós queremos sua eliminação. Nós queremos nos tornar fortes e saudáveis de novo. Por isso, só uma coisa ajudará: seu extermínio”.<sup>60</sup>

De certa forma, os livros didáticos nazistas de biologia, se não podem ser acusados de fomentar o genocídio, ao menos serviram para legitimar a eutanásia dos indesejados – cujo programa implantado por Hitler em 1939, o chamado *Aktion-4*, foi mantido em sigilo justamente porque a sociedade alemã provavelmente não o aceitaria.

Já o ensino da física era considerado menos importante e sua utilidade era vinculada ao esforço de guerra. Criou-se um novo ramo dessa disciplina, a “física das armas”, que ganhou importância a partir de 1936. A física não era mais ensinada em sala de aula. Era no campo de tiro. Ademais, tinha de refletir a preocu-

---

56 BÄUMER-SCHLEINKOFER, Anne. *Nazi biology and schools*, p. 238.

57 Idem.

58 PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*, posição 1.221 (e-book).

59 Ibidem, posição 1.599 (e-book).

60 Idem.

pação dos nazistas com a prática: servia para encontrar soluções técnicas para os problemas militares.

A física desenvolvida por judeus estava fora do currículo. Ou seja, Albert Einstein era vetado nas escolas do Terceiro Reich. Para os nazistas, a teoria da relatividade era “teoria mágica” e um “blefe da judiaria internacional”.<sup>61</sup> Já a física dita “ariana” visava preservar a integridade da *Volksgemeinschaft* e contribuir para a instrução política nacional e a formação da vontade de poder.

As aulas sobre história e geografia, por sua vez, também eram vistas como essenciais, consumindo ao menos duas horas semanais. Em geografia, havia estudos sobre a pátria, sobre seus inimigos, sobre a questão racial e sobre o “espaço vital”. O centro do debate didático era a ideia de que os alemães eram um “povo sem lugar” (*Volk ohne Raum*) e que, portanto, precisava conquistar o que lhes era de “direito”. A geografia também serviu para expandir a ideologia racial. O judeu errante, sem pátria, e o judeu bolchevique, multinacional, eram alguns dos temas favoritos.

Já em história, Hitler considerava que a educação tradicional não dava conta do que precisava ser ensinado. “Não aprendemos história para conhecer o passado; aprendemos história para encontrar uma instrução para o futuro e para a contínua existência de nossa nacionalidade”, escreveu Hitler.<sup>62</sup> Os educadores nazistas chegaram à conclusão de que nenhum livro didático atendia ao ponto de vista nazista da história, razão pela qual o próprio *Mein kampf* foi adotado como livro para o ensino dessa disciplina. Como recorda a alemã Ilse McKee, que estudou nas escolas nazistas:

*Mein kampf*, de Adolf Hitler, passou a ser nosso livro didático para as aulas de história. Discutíamos com nosso professor capítulo por capítulo e, quando chegávamos ao fim, começávamos tudo outra vez. Embora era suposto que tivéssemos decorado o livro, pouca coisa fixou-se na minha cabeça. [...] Achava o livro de Hitler maçante e chato.<sup>63</sup>

Todos os capítulos teriam de ser revistos, desde aquilo que eles chamavam de “pré-história alemã”, que justificava todo o destino glorioso reservado à Alemanha. Para eles, a história era, basicamente, a interpretação da luta pela existência entre as nações. E a história nazista era a forma de apresentar aos alunos a superioridade alemã nessa luta, destacando o princípio da liderança e comparando sempre Hitler com outros heróis do passado. O jornal *Allgemeine Deutsche Lehrerzeitung*, em 9 de agosto de 1933, considerou que a objetividade histórica era “uma

---

61 PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*, posição 1.288 (e-book).

62 HITLER, Adolf. *Minha luta*, p. 382-383.

63 MOSSE, George L., op. cit., p. 278.

das numerosas falácias do liberalismo. [...] Queremos uma ciência histórica para os alemães”, defendeu.<sup>64</sup>

Os livros de história publicados a partir de 1933 seguiram essa determinação de maneira bastante zelosa, embora as autoridades nazistas só tivessem total controle sobre o que era publicado a partir de 1939 – data que marcou a radicalização absoluta dos livros didáticos. Essa nova narrativa radical, que implicava uma visão teleológica dos fatos, servia para justificar uma situação do presente ou uma idealização do futuro. Assim, a história deixou de ser um processo e passou a ser um drama narrativo. Historiadores passam a ser “mensageiros da nova ciência”, uma espécie de “SA espiritual”, no dizer do historiador nazista Walter Frank, referindo-se às tropas de assalto nazistas.<sup>65</sup> Dietrich Klagges, o mais prolífico historiador do período, considerava a história como um “processo escatológico”, um progresso natural rumo ao nazismo, e para ele a vida resumia-se à luta, o indivíduo não era nada sem o *führer*, o povo era o futuro, os compatriotas eram camaradas de destino e o sangue era o legado mais valioso: “A herança é mais poderosa que a instrução”.<sup>66</sup>

O livro de história para crianças começava pelo fim, isto é, por Hitler, a partir de quem se contava a trajetória idealizada da Alemanha, de frente para trás. Além disso, dava para personagens importantes como o marechal Paul von Hindenburg, presidente da Alemanha no crucial período do pós-guerra, entre 1925 e 1934, o mesmo destaque conferido a obscuros nazistas como Herbert Norkus e Albert Leo Schlageter, dois “mártires” assassinados por franceses e comunistas.<sup>67</sup> O livro didático *Die Ewige Strasse (A rua eterna)* dedicava nada menos que 18 páginas a estudar Hitler (chamado de *Unser führer*, o “nosso líder”),<sup>68</sup> um personagem extraordinário de uma época extraordinária – e aos estudantes, que viviam na mesma época que tal fenômeno político e histórico, restava orgulhar-se e assumir suas responsabilidades.

Nessa narrativa, Hitler surgiu para recuperar o sentido de unidade perdido ao longo dos séculos e também para reivindicar a terra que pertencia por direito aos germânicos. O clímax desse drama estava sendo vivido pelos pequenos leitores desses textos. Hitler era tratado como líder incontestável, como aquele que recuperou o orgulho alemão, que veio do nada para se tornar o maior alemão de todos os tempos, incansável e insuperável. O crime da traição à Alemanha em 1918, quando o país aceitou o famigerado Tratado de Versalhes, deveria ser vingado, e Hitler estava lá para isso, segundo Dietrich Klagges no livro didático *So*

---

64 KNELLER, George F. *The educational philosophy of national socialism*, p.186-187.

65 BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*, p. 38.

66 Idem.

67 Idem.

68 Ibidem, p. 39.

*ward das Reich*. O obscuro cabo, escreveu Klagges, “decidiu se tornar político” para “salvar o povo alemão e acertar contas com seus algozes”.<sup>69</sup>

As vitórias diplomáticas, e depois os ganhos no início da guerra, tornaram sua aura ainda mais brilhante, refletida nos livros didáticos. Mesmo um historiador crítico do regime como Friedrich Meinecke não pôde se conter diante do avanço irresistível sobre a França: “Alegria, estupefação, orgulho... Como pode o coração não pular? Foi realmente impressionante e, ousado dizer, a mais positiva conquista do Terceiro Reich”.<sup>70</sup> Hitler pessoalmente havia mudado a história, diziam os livros, e a tarefa das escolas era ensinar às crianças alemãs como preservar essa conquista.

Os livros didáticos nazistas acentuavam a dramatização, estimulando a irracionalidade e comprometendo a objetividade. Dietrich Klagges, o ideólogo que criou a narrativa histórica para os livros didáticos nazistas, resumiu o que o regime esperava do professor com esse material: “Quem quer que tenha a habilidade de colocar diante dos olhos dos jovens a mais profunda emoção, o maior ardor e o maior poder de comover o espírito, eis o melhor professor”.<sup>71</sup>

Os elementos dessa ciência histórica eram simples: o judeu era o mal puro, os arianos representavam o bem, a mistura de raças era o maior pecado. A invocação de ancestrais (e a própria suástica era prova desse retorno a um passado idealizado) fazia parte do caráter quase religioso dessa história. O nazismo foi oferecido por Hitler como uma religião substituta para aqueles que estavam perdidos no mundo moderno. Os livros didáticos de história serviam, assim, para registrar a revelação divina na era das massas.

Como exemplo simples dessa impostura a serviço de um discurso místico e ideológico, um atlas mostrava que todos os principais povos do mundo haviam se originado da Alemanha – e uma diretiva educacional mandou retratar os povos pré-históricos de origem nórdica como os precursores da história da Europa.<sup>72</sup>

Curiosamente, o próprio Hitler era contra explorar a pré-história como um marco do avanço cultural nórdico em relação ao resto da Europa, suposta prova da superioridade racial. Ele mesmo sabia que seria impossível fazer o mundo acreditar nisso:

Por que nós forçamos o mundo todo a saber que nós não temos passado? Como se não fosse o bastante que os romanos já tivessem construído grandes edifícios enquanto nossos ancestrais estavam vivendo em cabanas, Himmler<sup>73</sup> agora come-

---

69 KLAGES, Dietrich. *So ward das Reich*, p. 179.

70 BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*, p. 63-64.

71 *Ibidem*, p. 95.

72 *Ibidem*, p. 48.

73 Heinrich Himmler, chefe da SS.



ça a desencavar essas aldeotas e se torna entusiasta de cada vaso de barro e cada ferramenta de pedra que ele encontra. A única coisa que isso prova é que nós ainda atirávamos pedras lascadas e nos agachávamos diante do fogo enquanto Grécia e Roma atingiam seu mais alto nível cultural. Nós realmente temos toda a razão para ficarmos quietos a respeito daqueles tempos.<sup>74</sup>

O fato de Hitler ter sido ignorado e de que suas reservas a respeito desse assunto não tenham sido levadas em conta pelos formuladores das políticas educacionais nazistas não deve ser lido como uma insubordinação, e sim como mais uma prova da caótica administração nazista, em que não havia uma linha clara a ser seguida.

Em um ambiente como esse, coerência não era o forte dos educadores nazistas. Para justificar por que os povos germânicos permaneceram primitivos, enquanto gregos e romanos estabeleciam impressionantes civilizações, se ensinava aos alunos que os *Urgermanen* (germânicos originais) eram tão desenvolvidos que não precisavam de um sistema político para preservar suas terras.<sup>75</sup> Mas não explicavam como essa mesma raça forte teve de recorrer a um líder forte, uma autoridade absoluta, o *Führerprinzip*, no século XX.

Como o governo nazista havia ordenado que os autores dos livros didáticos de história considerassem que o passado tinha de ser usado para converter os hesitantes e para silenciar os críticos do regime, nenhum esforço nesse sentido seria grande o bastante, valendo inclusive resgatar uma romântica “pré-história germânica”.<sup>76</sup>

Assim, o surgimento da raça nórdica durante a Era do Gelo foi recontado como um feliz acidente da natureza. Uma mudança genética proporcionou a essa raça, diz a versão dos livros didáticos nazistas, a capacidade de prevalecer sobre as demais em um ambiente bruto. Os nórdicos eram sempre retratados como altos, fortes, louros, musculosos, belos e limpos – e estavam prontos para a civilização. “O sabonete foi uma invenção germânica”, dizia um livro de história.<sup>77</sup>

Os germânicos primitivos eram retratados como povos desbravadores. A estética era semelhante à das ilustrações da conquista do Oeste americano, familiares aos meninos alemães da época. Segundo os livros, os povos nórdicos tomaram terras já ocupadas, mas cujos habitantes não sabiam como extrair o melhor delas. Assim, esses povos deveriam se sentir privilegiados por serem colonizados por uma raça superior.

---

74 MALTITZ, Horts Von. *The evolution of Hitler's Germany: the ideology, the personality, the movement*, p. 191.

75 BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*, p. 52.

76 *Ibidem*, p. 36.

77 *Ibidem*, p. 52.

Em agosto de 1933, o Ministério da Educação na Prússia ordenou que a história passasse a ser ensinada de tal modo que deflagrasse “o poder de despertar o coração e incitar o entusiasmo sem o qual, para a maioria dos alunos, o estudo de história se torna um entediante amontoado de fatos”.<sup>78</sup> Alfred Rosenberg, um dos principais ideólogos nazistas, resumiu: “Nossa tarefa é reescrever a história do mundo, e isso vai levar muitos anos, mesmo décadas”.<sup>79</sup>

## Língua e literatura

Para realizar essa meta transcendental anunciada por Rosenberg, o ensino da língua e da literatura alemãs também ganhou especial destaque no currículo nazista. Era preciso ensinar a linguagem do Terceiro Reich e transformar o ensino do idioma no ensino do “modo alemão de ver o mundo”, a partir da utilização, como exemplos, dos “poderosos eventos do nosso tempo”.<sup>80</sup> O estudo do folclore era essencial. Era preciso resgatar, da decadência, a glória da cultura germânica. Para esse objetivo é que o povo deveria ser educado e desenvolver nada menos que um novo folclore.

O poema *Deutschland erwache!* (Desperta, Alemanha!), de Dietrich Eckart, espécie de hino do Partido Nazista, era ensinado com o objetivo de incitar o nacionalismo entre as crianças. O texto diz:

Tempestade! Tempestade! Tempestade! / Soem o alarme e deixem a terra se levantar / Ao som do trovão da vingança / Incita a nação que ainda dormita!

Desperta, Alemanha! / A serpente, o dragão do inferno emergiram! / A estupidez e as mentiras, suas correntes arrebentaram, / O prazer do ouro no terrível sofá, Vermelho como o sangue estão os céus em chamas, / Os telhados desabaram, uma visão assustadora, / Uma após a outra, a capela também vai! / Uivando de raiva o dragão a despedaça! / Deflagre o assalto, agora ou nunca! / Desperta, Alemanha!<sup>81</sup>

Clássicos da literatura foram adaptados para que sua interpretação servisse ao regime. Goethe passou a ser lido como se fosse o cronista das glórias de um passado romântico que tinha de ser resgatado. Ganha espaço privilegiado a literatura de guerra e de glorificação da raça. As crianças aprendiam que era preciso reunir os alemães dispersos pelo mundo em uma nação integral. Destacava-se, para elas, a necessidade de ter fé no *führer* e disposição para sacrificar-se pela pátria, sem questionamentos. Crianças apareciam fazendo a saudação nazista. Livros didáticos de língua e de literatura traziam suásticas e a imagem de Hitler. O líder nazista era retratado como amistoso, generoso e benevolente. Era preciso

---

78 Ibidem, p. 41.

79 PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*, posição 1.398 (e-book).

80 MANN, Erika. *School for barbarians: education under the nazis*, p. 64 e 65.

81 TYSON, Joseph Howard. *Hitler's mentor: Dietrich Eckart, his life, time & milieu*, p. 143.

fazer Hitler feliz, um tema comum nos livros didáticos. Para aprender a letra H, as crianças liam *Heil!, Heil!*.

Vários autores enfatizaram a maldade dos judeus. Esses textos visavam criar nas crianças o sentimento de lealdade com o Reich para enfrentar a ameaça judaica. Embora não tenha sido o primeiro a usar a ideologia nacionalista *völkisch* como tema escolar, o regime nazista institucionalizou o ensino do racismo e do antissemitismo.

## Nazismo na universidade

Aberta em 1810, a Universidade de Berlim foi criada com o espírito da tradição humanista e serviu de modelo para outras universidades da Alemanha. Para seu fundador, o barão Von Humboldt, a instituição de ensino superior não deveria ter objetivos limitados, mas sim ser responsável pela educação dos futuros líderes alemães. A autonomia universitária era, portanto, essencial, assim como a liberdade para ensinar, sem restrições políticas. E também era preciso ter liberdade de estudo – os estudantes poderiam frequentar os cursos que quisessem. Esse sistema visava criar o sentido da responsabilidade e da iniciativa.

Mas as universidades, por dependerem de recursos dos príncipes, sofriam pressões estatais, sobretudo porque os professores eram funcionários públicos. Os professores, aliás, gozavam de alto *status* social, pois se viam ligados, em prestígio, aos que detinham o poder político. Assim, alguns desses mestres, como Heinrich Von Treischke, aproveitava a liberdade e o prestígio para defender o ultranacionalismo – padrão das universidades alemãs no final do século XIX.

Por essa época, grupos de estudantes começaram a se tornar acentuadamente nacionalistas e antidemocráticos. Tomaram a maioria das vagas de representantes estudantis nas universidades às vésperas da chegada de Hitler ao poder. O objetivo do grupo nazista, desde 1926, era controlar toda a comunidade universitária, e para isso, como se tornou a marca do nazismo, fazia constante mobilização – negligenciada pelos outros grupos. Assim que Hitler chegou ao poder, os estudantes já controlados pelos nazistas começaram a mostrar o que pretendiam: denunciaram professores judeus e queimaram livros, entre outras atitudes radicais.

Os reitores das universidades passaram a ser examinados para saber se seriam leais ao novo regime, e os professores tinham de pertencer à *NS-Dozentebund* (Associação dos Docentes Nacional-Socialistas), em respeito à ideia de coordenação (*Gleichschaltung*) da sociedade. O filósofo Martin Heidegger, que disse que a autonomia acadêmica dali em diante deveria servir exclusivamente para prestar serviço à *Volksgemeinschaft*, tornou-se reitor da Universidade de

Freiburg logo em abril de 1933. Em 1934, 1.600 dos cinco mil professores universitários já haviam sido demitidos.<sup>82</sup> O físico Albert Einstein foi um entre tantos a trocar a Alemanha pelos Estados Unidos e o Reino Unido na época – ele deixou o país em fevereiro de 1933, um mês depois da chegada de Hitler ao poder.

O número de estudantes universitários caiu de 95.807, em 1931, para 48.558, em 1936, e 39.236, em 1939, como prova do desprezo nazista pela vida universitária, especialmente pela meritocracia.<sup>83</sup>

## Conclusão

A missão dos educadores nazistas era não apenas criar as condições para o desenvolvimento do caráter dos jovens e do estabelecimento da base para a vida em comunidade, mas também a demolição de cada influência inimiga da realização dos objetivos do movimento. O ódio estava institucionalizado pelos nazistas, e os livros didáticos estavam cheios dele.

A missão das escolas era interromper o declínio deflagrado pelas forças que, segundo a visão nazista, estavam colaborando para destruir as bases da vida alemã. A educação serviria para explicar aos estudantes qual era a natureza dessas ameaças a seu modo de vida. O antissemitismo era o denominador comum para designar o mal. Para lutar contra um inimigo tão poderoso, tão monstruoso, era necessário envolver toda a força nacional, sem exceções e sem hesitações. Era uma questão de sobrevivência, existencial.

Na *Weltanschauung* nazista, a função da inteligência não era descobrir o conhecimento puro, isto é, a verdade abstrata, mas a obediência às verdades místicas reveladas pelo sangue. Emoção e instinto substituem o intelecto como o nexos de todo empreendimento educacional. É por isso que o fanatismo, especialmente entre os jovens, era importante, pois fanáticos não pensam. A revolução pretendida por Hitler não poderia ser deflagrada pelo conhecimento, mas pelo “fanatismo que inspira as massas e beira a histeria para levá-las adiante”.<sup>84</sup> A verdade, objetivo do conhecimento, deriva não do conhecimento, mas do *führer*. Os livros nazistas deixavam claro que, se dependesse de democracia e dos intelectuais, o Reich jamais teria sido criado. Ao contrário, foi a democracia, segundo essa visão, que permitiu o controle completo da Alemanha pelos judeus em 1919. Um livro de história pregava: “A democracia deve ser derrotada usando suas próprias armas”.<sup>85</sup>

---

82 EVANS, Richard. *The coming of the Third Reich*, p. 423.

83 PINE, Lisa, *Education in nazi Germany*, posição 941 (e-book).

84 BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*, p. 172.

85 *Ibidem*, p. 174.

Assim, os educadores, que deveriam ensinar os jovens a pensar por si mesmos, criticamente, na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, foram convertidos em sacerdotes de um novo credo, responsáveis por galvanizar a juventude para os objetivos do regime nazista. Os temas e a linguagem dos livros didáticos tinham o objetivo de estimular a mentalidade juvenil de gangue. Isso era facilitado pela própria natureza adolescente do Partido Nazista. O partido e seus líderes pareciam sempre estar lutando contra o tempo, em um sentido de urgência característico dos jovens, situação em que a coerência não importava, e sim a missão.

Os livros de história nazistas procuravam despertar o senso de germanismo nos jovens, estimulando neles a urgência da defesa da Alemanha e sua hegemonia no mundo, traçando uma linha sólida entre alemães e não alemães, para preservar as qualidades raciais germânicas. Essa estratégia gerava um senso de pertencimento, algo essencial para a adolescência.

Os nazistas consideravam a educação um exercício para o desenvolvimento da vontade humana. As escolas existiam para fornecer aos jovens instrumentos para prevalecer na luta pela sobrevivência. O nazismo não acreditava em uma lei histórica que tornasse seu triunfo inexorável, como o marxismo. Era preciso, portanto, conduzir a história a seu termo, fazendo triunfar a vontade da raça superior contra seus implacáveis inimigos. Para isso, era preciso resumir tudo à totalidade nazista, sem exceções, e os educadores nazistas se empenharam em criar uma sociedade militarizada que aceitou a guerra como uma condição normal da vida.

## Referências bibliográficas

- BÄUMER-SCHLEINKOFER, Anne. *Nazi biology and schools*. Frankfurt-am Main: P. Lang, 1995.
- BLACKBURN, Gilmer W. *Education in the Third Reich*. Albany: State University of New York Press, 1985.
- BRACHER, Karl Dietrich. *The German dictatorship*. New York: Praeger, [1970].
- EVANS, Richard. *The coming of the Third Reich*. Londres: Penguin, 2003.
- HAHN, H. J. *Education and society in Germany*. Oxford: Berg, 1998.
- HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Centauro, 2001.
- INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHICAL AND HUMANISTIC STUDIES. *The Third Reich*. Londres: Weidenfeld and Nicholson, 1955.
- KAMENETSKY, C. *Children's literature in Hitler's Germany: the cultural policy of national socialism*. Athens-Ohio: Ohio University Press, 1984.
- KLAGES, Dietrich. *So ward das Reich*. Frankfurt-am-Main: Verlag Moritz Diesterweg, 1943.
- KNELLER, George F. *The educational philosophy of national socialism*. New Heaven: Yale University Press, 1941.

LAMBERTI, Marjorie. *The politics of education: teachers and school reform in Weimar Germany*. Oxford: Berghahn Books, 2002.

MALTTITZ, Horts Von. *The evolution of Hitler's Germany: the ideology, the personality, the movement*. New York: McMillan, 1973.

MANN, Erika. *School for barbarians: education under the nazis*. Londres: Dover Publications, 2014.

MOSSE, George L. *Nazi culture: intellectual, cultural and social life in the Third Reich*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2003.

PINE, Lisa. *Education in nazi Germany*. E-book. Oxford: Berg, 2010.

SAMUEL, R. H.; HINTON, Thomas. *Education and society in modern Germany*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1949.

SCHOLL, Inge. *The White Rose*. Middletown: Wesleyan, 1983.

TREVOR-HOPER, H. R. (org.). *Hitler's table talk*. New York: Enigma Books, 2000.

TYSON, Joseph Howard. *Hitler's mentor: Dietrich Eckart, his life, time & milieu*. Bloomington: Universe, 2008.

VOGEL, Paul. *Volk und führer: deutsche geschichte für schulen, klasse 2 – Die Germanen*. Frankfurt: Moritz Diesterweg, 1940.

## Parte IV

### Gestos, narrativas e imagens aprisionadas



O aniversário de Vargas era também o dia da Juventude Brasileira que o homenageia no Palácio Tiradentes. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1942. Correio da Manhã. Acervo Arquivo Nacional BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_18089\_057

## Revistas em revista

### Textos e imagens a serviço do Estado Novo (1937-1945)

Ana Luiza Martins<sup>1</sup>

#### Revista como fonte e objeto

O propósito deste artigo é recuperar estratégias de doutrinação e controle dos corpos e das mentes, ao tempo do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), conforme se manifestaram nas “revistas impressas” do período, gênero periódico de muito sucesso, sobretudo face às demandas de segmentação ampliadas no quadro da comunicação de massa.

Nesse sentido, trabalhamos a revista como fonte, que por meio de textos e imagens – desde que devidamente analisados criticamente – acabam por reproduzir o cotidiano em sua diversidade ideológica e cultural, permitindo balanços pertinentes.

Por ora, esse trabalho restringe-se a um levantamento inicial, panorâmico, primeiro passo para construir o *corpus* documental, que dimensionará o quanto esse suporte midiático esteve a serviço e/ou funcionou como instrumento, sobretudo, no Estado Novo (1939-1945), para homogeneizar a sociedade conforme interesses do governo central.

Uma breve recuperação desse modelo periódico no país permite inferir que, em terras de imprensa tardia, severa censura e baixo letramento, o modelo revista – presente entre nós desde 1812, com a publicação de *O Patriota*, na Bahia – figurou como suporte gráfico de denúncia e entretenimento, até com algum sucesso. Seu caráter em princípio ligeiro, de custo relativamente baixo, acrescido do recurso da ilustração a ele inerente, fez da revista a leitura muitas vezes preferencial à do jornal. Já no século XX, uma publicação de absoluto êxito mercadológico – a revista *O Cruzeiro* – admitia que uma publicação ilustrada era sempre mais eloquente, exprimindo com maior nitidez o que talvez não impressionasse em uma coluna de jornal, por onde o público passava um olhar distraído.<sup>2</sup>

E assim produziram-se linhagens de revistas, de segmentação relativamente difusa, daí os tantos subtítulos “Variedades”, que, *grosso modo*, e a partir especialmente da Primeira República, conheceram proliferação e avanços, traduzin-

---

1 Doutora em História Social pela USP, historiógrafa no Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo).

2 Adiantamos que não incluiremos a análise da revista *O Cruzeiro* por seu escopo mercadológico.



do – desde que devidamente decodificados – aspectos inusitados do processo histórico brasileiro.

Retomando, rapidamente, as etapas marcantes dessa trajetória, podemos situar alguns marcos históricos do curso das revistas no Brasil em momentos de questionamentos políticos agudos, em sua maioria marcados pela censura, quase uma constante na história da imprensa do país.

Nesse sentido, uma primeira manifestação da força periódica entre nós se dá às vésperas da Independência, quando número significativo de jornais para a época se posicionou a favor ou mesmo contra a ruptura com a metrópole, gerando o que Isabel Lustosa denominou de verdadeiros “insultos impressos”.<sup>3</sup> Ao longo do Império, no rastro das campanhas abolicionista, republicana e de laicização, coube justamente a uma revista o condão de inflamar e mobilizar leitores em prol da causa liberal, no caso, a *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini,<sup>4</sup> com qualificada caricatura de combate à ordem vigente.

No século XX, no quadro da Primeira República, a despeito de alguns títulos combativos, as revistas foram percebidas como impressos sedutores e suportes da propaganda comercial, vistas então como o “sorriso da sociedade”. As páginas das revistas já eram um bom negócio de mercado e foram dominadas pela modernidade aliciante dos novos tempos da velocidade e dos recursos das máquinas Kodak, privilegiando o universo feminino, consumidor em potencial, ou as novidades que chegavam das telas de Hollywood, vendendo sonhos e projeções douradas do futuro. Alguns títulos, de faturas luxuosas, apresentavam-se ambigualmente, dotados de rico conteúdo em páginas de papel *couché*, estampando o progresso da capital federal, enquanto se prestavam à propaganda do governo de Rodrigues Alves como indutor das “maravilhas” da recém-proclamada República. Esse foi o caso de *Kosmos*, cuja arguta análise de Antônio Dimas desvendou seu papel a serviço do governo.<sup>5</sup>

Sem dúvida, revistas anarquistas e socialistas também se colocaram no sistema, mas fadadas a poucos números, em geral com penetração reduzida, longe da inicial comunicação afeita à sociedade de massas.

Revolucionárias no conteúdo e no trato gráfico, até pelo menos a década de 1920, foram as revistas modernistas que então circularam, com destaque para *Klaxon*,<sup>6</sup> de 1922, baliza do modernismo, ícone deflagrador de movimento cultural de ponta, de rompimento com o cânone romântico e parnasiano, abraçando o nacionalismo antropofágico em busca das raízes do passado colonial.

---

3 LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*.

4 *Revista Ilustrada*, 1876.

5 DIMAS, Antônio. *Tempos eufóricos: análise da revista Kosmos (1904-1909)*.

6 *Klaxon*: mensário de arte moderna.

Mas, será na subsequência dos anos de 1930 e 1940 que, a despeito da forte censura, o periódico “revista” prolifera, a serviço de novos momentos históricos e de conjunturas diversas. Mais que isso, suas páginas estampam, como caleidoscópio repleto de surpresas, a sucessão de textos e imagens que espelham a diversidade cultural e os embates políticos em curso.

## Revistas na Era Vargas

No período subsequente, de 1930 a 1945, relativo ao controle de Getúlio Vargas sobre o país, as revistas se apresentam como fortes veículos de comunicação a serviço do poder e, por isso mesmo, fontes plausíveis para estudos da época. Elencamos alguns dos atributos que potencializaram esse modelo de impresso e que o tornaram representação significativa do primeiro governo varguista: reunia texto, imagem e cores; era suporte preferencial da publicidade e da propaganda; configurava o espaço de debates, por excelência; possibilitava inovações técnicas no campo gráfico; servia-se de amplo alcance geográfico pelos meios de comunicação em voga, a exemplo das linhas férreas e, posteriormente, do aeroplano; e – detalhe importante – tratava-se de publicação de custo baixo.

Certo que, sobretudo, ao longo dos 15 anos da ditadura Vargas (1937-1945), as revistas conheceram, conviveram e competiram com a propagação de novos e sedutores meios de comunicação, a exemplo do rádio, nascido na década de 1920, ou dos recursos cinematográficos que, por meio de documentários propagandísticos, pautaram com luz, imagem e som espetáculos de forte carga emocional. Mesmo com a concorrência dessas novas mídias, as revistas permaneceram, e até se ampliaram na segmentação, como suportes pertinentes e potencializados para a comunicação, agora voltadas para a sociedade de massas e, explicitamente, a serviço do poder.

Para esse momento, selecionamos algumas revistas das capitais então mais populosas do Brasil, isto é, Rio de Janeiro, capital federal com 1.764.141 habitantes, e São Paulo, com 1.326.261 habitantes, vista como maior centro econômico da América do Sul. Ambas, com parques gráficos já consolidados, irradiavam e impunham para todo o território o curso sociopolítico e econômico do Brasil. Logo, também suas revistas expressaram as múltiplas vozes que, em uma polifonia até desconcertante, reproduziam o *status quo* de um país recém-assolado por turbulências políticas, que se traduziram na sequência por momentos políticos diversificados sob a égide de Vargas.

Qual a nova dinâmica observada no contexto da Era Vargas? Um caldeirão de afloramentos políticos e culturais que – a despeito da entrada avassaladora do rádio, instrumento quase preferencial da propaganda estadonovista – conheceu periódicos que marcaram época e se prestaram a disseminar ideários,

estabelecer o controle de corpos e mentes, doutrinar segmentos de leitores e instituir novos comportamentos.

Registre-se, porém, que as relações de Vargas com a imprensa, em termos pessoais, resultavam dúbias. De acordo com Nelson Werneck Sodré, sabe-se que o “simples insulto pessoal jamais o perturbava [...] e se fosse espirituoso até o agradasse”.<sup>7</sup> Concomitante, segundo Joel Silveira, desde que alinhado ao *status quo*, as condições para circulação de um periódico naquela altura foram privilegiadas pelo governo, tanto com apoio financeiro quanto com a adesão de novos públicos. Em entrevista de 2001, admitia:

Era um alto negócio para os donos de jornais colaborarem com a ditadura de Getúlio e não protestar contra a censura, e todas as outras limitações impostas pelo regime. Os jornais mantinham a qualidade, os diretores podiam pagar menos aos repórteres, as vendas permaneciam altas e não havia conflito com o governo.<sup>8</sup>

Por outro lado, lembra Marialva Barbosa que em

[...] meados da década de 1930, o leitor está praticamente ausente das publicações. Sua fala é silenciada nos jornais, enquanto a fala do Estado é ampliada. Esta ampliação se dá através da constituição de um amplo aparato burocrático repressor, via formação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e pela ação da censura, ou através do alinhamento político da imprensa que procura aferir lucros reais e simbólicos, a partir de sua aproximação com o poder.<sup>9</sup>

Logo, o que se tem é uma dinâmica contraditória, derivada de forças que interagem em uma agora reconhecida sociedade de massas, que demanda suportes efetivos para propaganda e publicidade e que tem nas revistas um de seus principais instrumentos.

De um lado, existem novos recursos para a elaboração e a difusão do impresso – em razão da modernização gráfica, do aumento da alfabetização e das novas possibilidades de consumo da classe média e da burguesia nascentes –, quando a revista figura como oportuno objeto comercial para disseminação de produtos e ideários. Por outro lado, tem-se a repressão severa, no quadro do total cerceamento das manifestações públicas e do controle subliminar, mas também ostensivo, das vozes contrárias ao governo, particularmente a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939. Por fim, o periodismo sofreu a influência dos alinhamentos internacionais, presididos pelas correntes de direita e esquerda em curso, fortalecidas no decorrer da Segunda Guerra Mundial, quando se confrontaram os blocos dos Aliados e do Eixo, circulando publicações de teor fascista e liberal.

---

7 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, p. 368.

8 Entrevista de Joel Silveira a Juliana Rodrigues Baião, em 12 de janeiro de 2001. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*, p. 103.

9 BARBOSA, Marialva, op. cit., p. 108.

Vejamos a sucessão dos principais eventos políticos que presidem o período:

1930	Revolução de 30 e ascensão de Getúlio Vargas
1932	Revolução Constitucionalista de São Paulo
1934	Constituinte
1935	Levante Comunista de Luís Carlos Prestes, acirramento da repressão
1937	Golpe de Estado e autoritarismo instalado
1938	Levante Integralista de Plínio Salgado
1939	Criação do DIP
1942	Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial
1945	Fim da Segunda Guerra Mundial, deposição de Getúlio Vargas

Ou, na chave das mutações institucionais do primeiro governo varguista:

1930-1934	Governo provisório
1934-1937	Governo constitucional
1937-1945	Estado Novo

Em entendimento preliminar do caráter das publicações nesse período, tem-se a seguinte configuração: de 1930 a 1938, a circulação periódica é relativamente controlada; de 1939 a 1945, as publicações são absolutamente controladas pelo DIP.

Todavia, a despeito da aura da imprensa como suporte danoso para a difusão de ideias contrárias ao regime – inerente às revistas do período –, a conjuntura sociopolítica e econômica do país requeria a criação de novos títulos de periódicos. Essa demanda era natural face ao aumento da população escolarizada dos centros urbanos, ao caráter inovador e novidadeiro próprio do periodismo, à emergência de novos nichos de mercado e à força do veículo, que espelhava a modernidade técnica. Junto a isso, destaca-se a configuração da revista como espaço privilegiado de propaganda e publicidade, significativamente então alocado nas páginas dos magazines.

Inevitável, pois, que se assistisse ao enriquecimento da segmentação temática dos títulos revisteiros, que vinham ao encontro de uma nova sociedade. No caso de São Paulo, vale lembrar sua população heterogênea derivada da imigração, o aumento de instituições científicas e as escolas que experimentavam métodos pedagógicos inovadores. E mais: registra-se uma nova participação da mulher, não apenas restrita à figura da “rainha do lar”, mas afeita a uma vida participativa social e cultural, à celebração do esporte e do culto ao corpo, tão do agrado dos eugenistas da época. Junto a isso, uma sociedade de consumo se potencializava frente às tantas vitrines que exibiam as maravilhas da modernidade, dos figurinos às vitrolas e aos eletrodomésticos que entravam no mercado.

Vale repassar, ainda que brevemente, alguns segmentos de periódicos que emergiram no período, marcados, de forma subliminar ou explícita, pela propagação do higienismo, da eugenia com base em falas embasadas por uma biologia rudimentar, do culto ao corpo, da educação física e das práticas generalizadas para o fortalecimento da raça no país que almejava, inclusive, o branqueamento de sua população.

## Desfilando títulos...

No conjunto de revistas folheadas, ainda dos primeiros anos do governo Vargas, surpreende a presença expressiva não necessariamente de títulos, mas de conteúdos de revistas voltadas para a saúde e o corpo. A começar pela propagação da educação física, atividade encetada pelo Exército e que criará, em 1933, por decreto de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, a Escola de Educação Física do Exército, berço dessa atividade no Brasil. Antes mesmo, porém, em maio de 1932, já o Exército havia publicado a *Revista de Educação Física*, que passaria a ser considerada seu órgão oficial. O periódico compartilhava da eugenia que prevalecia à época no país, reforçando os ideais do governo brasileiro para a construção de uma “raça forte para fazer o Brasil forte”.<sup>10</sup> Em 1936, inclusive, no Rio de Janeiro, nessa mesma chave, era criada a colônia de férias, uma das atividades precursoras do esporte recreativo para aprimoramento da raça e inclusão social.

Verifica-se que a preocupação com o tema precedia o governo Vargas. Sabe-se que, na década de 1910, circularam apenas cinco títulos de revistas esportivas. Já na década de 1930, registram-se nada menos do que 58, revelando percentualmente o maior crescimento do periodismo esportivo entre todas as temáticas em circulação no Brasil.<sup>11</sup> O segmento se propagará e terá, inclusive, amparo oficial traduzido no lançamento da já citada *Revista de Educação Física* – órgão oficial da Escola de Educação Física do Exército, até 1945. No mesmo ano e também no Rio de Janeiro, vinha a lume a revista *Educação Física, Revista Technica de Esportes e Athletismo*, iniciativa da Companhia Brasil Editora S.A., que a partir de 1939 se denominou *Educação Física* e permaneceu até 1942.

Concomitantemente, no quadro de animosidade que se instala entre São Paulo e Rio de Janeiro, face à percepção da centralização do poder de Vargas, verifica-se relativo retraimento do periodismo de propaganda política em São Paulo. Contudo, destacam-se duas publicações paulistas, que endossam o ideário fascista e a ênfase no culto ao corpo, do agrado do eugenismo presente nas políticas de saúde do período: *Inteligência* – mensário de opinião mundial (1935-1946) e revista *Viver!* – mensário de saúde, força e beleza (1938-1941). Ambas se configu-

---

10 Ver BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Ser forte para fazer o país forte*.

11 MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*.

ram como títulos fortes que angariam capitais e fazem sucesso. Podem ser vistas como conservadoras na mensagem, mas inovadoras na concepção da edição, na estratégia de propaganda, na veiculação das imagens, destacando-se pelas altas tiragens; outras se valeram da estética moderna e conformaram tendências de vanguarda, a começar por *Inteligência*.

### ***Inteligência*: mensário de opinião mundial (1935-1946)**

*Inteligência* nasceu em 1935, no contexto das propostas ultranacionalistas, com endosso ao ideário fascista, fruto do desejo de posicionamento de uma São Paulo ressentida pelo alijamento do poder central e contrária à centralização do poder. Idealizada pelo médico sanitário e escritor Mário Graciotti (1901-1994), contava com o suporte material de Samuel Ribeiro, capitalizado membro da elite paulistana ligado aos integralistas. A publicação pode ser vista como um dos braços da propaganda integralista, mais explicitamente da propagação do fascismo. Vale lembrar que Graciotti fora redator do jornal *A Razão*, que lançou as bases do integralismo, muito próximo de Plínio Salgado, não só por afinidades ideológicas, mas por razões de parentesco. A primeira tiragem de *Inteligência* foi de 14 mil exemplares, registrada à época como o maior acontecimento na vida editorial de São Paulo.

O diferencial de *Inteligência*, como novidade editorial periódica, era a reunião de artigos e caricaturas da imprensa internacional, em uma espécie de colagem ao gosto de seus editores. Inspirava-se diretamente no modelo da revista francesa *Le Mois: synthèse de l'activité mondiale*, que com mais de trezentas páginas circulava desde 1931 pela editora Maulde et Renou, voltada para temas de política, economia, vida social, letras, teatro, artes e ciências. Destaca-se sua originalidade nessa colagem se lembrarmos que a norte-americana *Reader's Digest*, que circulava internacionalmente desde 1922, só seria lançada no Brasil em 1942 com o título de *Seleções*, fato sempre reiterado por Graciotti, pois *Inteligência* saíra ainda em 1935, precedendo em sete anos a chegada de *Seleções* ao mercado brasileiro.

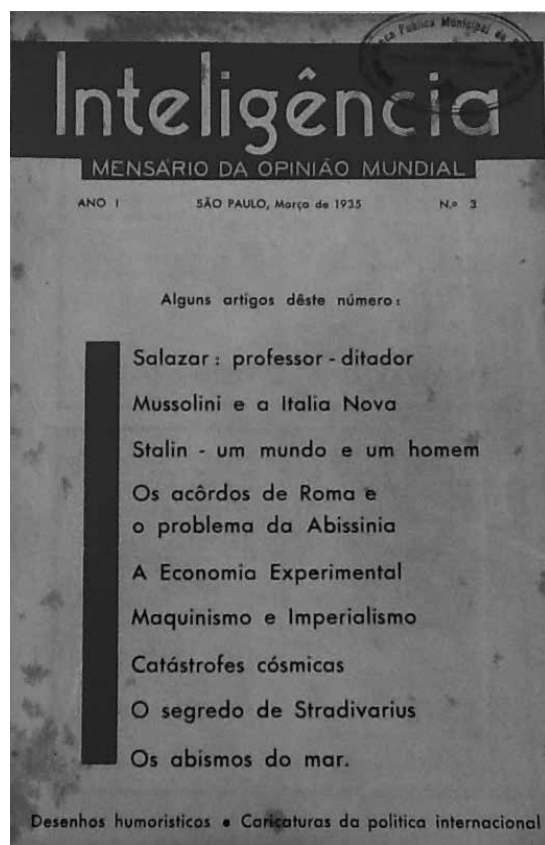
Alexandre Costa estudou a revista *Inteligência*, esclarecendo que essa tipologia de impresso, de caráter multifacetado e de colagem de artigos de várias publicações, se revelou como tendência da imprensa mundial, sinal tanto da complexidade do mundo impresso, marcado pela diversidade, quanto da falta de tempo do homem moderno.<sup>12</sup>

No Brasil, *Inteligência* circulou em momento de especial polarização entre os ideais democráticos e totalitários, posicionando-se – ainda que por caminhos su-

---

12 Ver COSTA, Alexandre Andrade. *Inteligência*: representações do cenário internacional e seus reflexos no Brasil (1935-1941).

bliminares – ao ideário fascista e, posteriormente, tratando das questões relativas à Segunda Guerra Mundial, à participação do Brasil no conflito e às modificações contidas em sua trajetória. Mensal, seu formato de 14cm x 21cm manteve-se inalterado, trazendo ao pé da página, em destaque, a chamada “Desenhos humorísticos – caricaturas da política internacional”, diferenciando a “arte que fazia sorrir e a arte que dava o tom da crítica social”, aspecto último em que a revista se esmerou, deturpando desenhos e mensagens contidas no modelo original. Seu conteúdo dividia-se entre as seções: política, economia, ciência, arte e vária. Nessa última, alocavam-se temas da modernidade da época, com destaque para o rádio, o cinema, os aeroplanos e os automóveis.



Fonte: *Inteligência*: mensário de opinião mundial. São Paulo, ano I, n. 3, março de 1935

Dado seu sucesso imediato e confirmando o movimento de revistas bem-sucedidas se transformarem em editoras, Samuel Ribeiro e Mário Graciotti criaram a Editora Inteligência Ltda. Ato contínuo, a editora lançou a revista *Viver!*, voltada para a educação infantil nos moldes propostos pela eugenia em voga.

## **Viver!: mensário de saúde, força e beleza (1938-1941)**

Desta nova Editora Inteligência, por iniciativa do mesmo médico sanitarista Mário Graciotti, nascia, em 10 de julho de 1938, a revista *Viver!*: mensário de saúde, força e beleza, resultando em publicação representativa do ideário regenerador da raça, que então presidia a construção da nação.



Fonte: *Viver!*: mensário de saúde, força e beleza. São Paulo, n. 1, maio de 1938

Seu criador e diretor, envolvido em questões de saúde pública, percebeu na temática da saúde e educação infantil a urgente demanda editorial. Trato marcado pela centralização cada vez maior dos poderes nas mãos do Estado, por um alto grau de autoritarismo na implementação de políticas públicas e por uma expansão crescente dos serviços de saúde.

A primeira tiragem de *Viver!* foi de oito mil exemplares, então bastante expressiva, divulgando noções primárias de higiene, alimentação e educação física. Em razão do sucesso desse primeiro número lançou-se, imediatamente, uma se-



gunda tiragem, cujo editorial informava que o periódico se caracterizava como: “primeira e única revista nesse gênero no Brasil”. Adiantava ainda que a publicação encontrara:

[...] larga aceitação não só por parte do público em geral, como da imprensa brasileira, que não regateou aplausos ao seu programa, que é difundir noções e ensinamentos acerca das questões de higiene, educação física e eugenia, contando para isso com as mais destacadas colaborações nacionais e estrangeiras.<sup>13</sup>

O que, aliás, não era de se estranhar, pois seu público-alvo – explícito no mesmo editorial – se voltava para “lares, escolas, oficinas, instituições culturais, sociedades de educação física” [sic], instituições que formavam a ampla cadeia da ordem vigente e que careciam de um veículo “doutrinador”, destinado a público estratégico, qual seja, a mulher e mãe brasileiras, com ênfase no cuidado à infância. Logo, trazia assuntos femininos ligados à maternidade e à infância no claro propósito, conforme a visão de seus colaboradores e o ideário da época, de formar crianças “cheias de saúde, cultura e altivez racial”, procurando moldá-las nos termos pretendidos da formação de uma raça forte, passível de consolidar uma nação forte.

Em outro segmento, de proselitismo político, não deixa de merecer atenção, no quadro do periodismo, não só em São Paulo, mas no Brasil, a criação da editora Sigma: jornais reunidos, iniciativa de Plínio Salgado.

### **Sigma: jornais reunidos**

O caldeirão problematizado de posicionamentos políticos do período conhecerá atuação de novos grupos, identificados com ideologias de direita e esquerda, cabendo destacar o fenômeno do conglomerado de revistas e jornais criados por Plínio Salgado. O líder integralista chegou a criar um projeto de difusão ideológica da Ação Integralista Brasileira (AIB) por meio da Sigma: jornais reunidos, que formava um consórcio jornalístico com 88 jornais em circulação por todo o território nacional visando às eleições para a presidência da República, que ocorreriam em 1938, e onde apresentavam a candidatura de Plínio Salgado, fundador e chefe nacional.

Entre as tantas revistas integralistas destacava-se *Anauê!*,<sup>14</sup> periódico mensal e oficial da AIB, publicada oficialmente de 1935 a 1937, quando os partidos que constituíam a editora Sigma, juntamente aos demais partidos políticos em atividade, foram considerados ilegais pelo Estado Novo.

---

13 *Viver!*: mensário de saúde, força e beleza.

14 Ver FIORUCCI, Rodolfo. *A trajetória da revista Anauê! (1935-1937): o jornalismo partidário ilustrado da ação integralista brasileira – a “netinha” que não cresceu.*

*Anauê!* (saudação de origem indígena que significava “você é meu irmão”) singularizava-se por veicular o discurso ideológico de direita valendo-se de rica iconografia, com destaque para a fotografia. Além disso, deu relevo à formação da criança na família dos militantes camisas verdes, divulgando muita fotografia infantil, sugestiva de que a militância começava na infância, geradora da formação da criança integralista, que seria uma síntese do indivíduo perfeito para a construção do Estado integral.

Curiosamente, *Anauê!* nasceu no mesmo ano de *Inteligência* (1935), esta primando pela organização editorial e aquela, desde o início, tida como desorganizada em termos administrativos e mesmo editoriais. Ainda assim disseminou-se por todo o país e conformou levas de seguidores, desbaratados quando da extinção dos partidos políticos pela implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

No conjunto da editora Sigma, destacou-se, porém, outro título, produzido em São Paulo: a revista *Panorama*, fundada e dirigida por Miguel Reale.

*Panorama* destinava-se a público mais intelectualizado, propondo-se a ser revista de “alta cultura”, voltada para a veiculação de ideias e princípios defendidos por teóricos integralistas e membros do partido, com vistas a formar os quadros dirigentes da AIB. Colaboravam na publicação Plínio Salgado, Gustavo Barroso, José Carlos Fairbanks, Alceu Cordeiro Fernandes, Ernani da Silva Bruno, João Leães Sobrinho, Luna Freyre, Pimentel Junior, Andrade Muricy, Lourival Fontes, Oliveira Viana, Alberto Torres e, naturalmente, Miguel Reale.

## À sombra do DIP

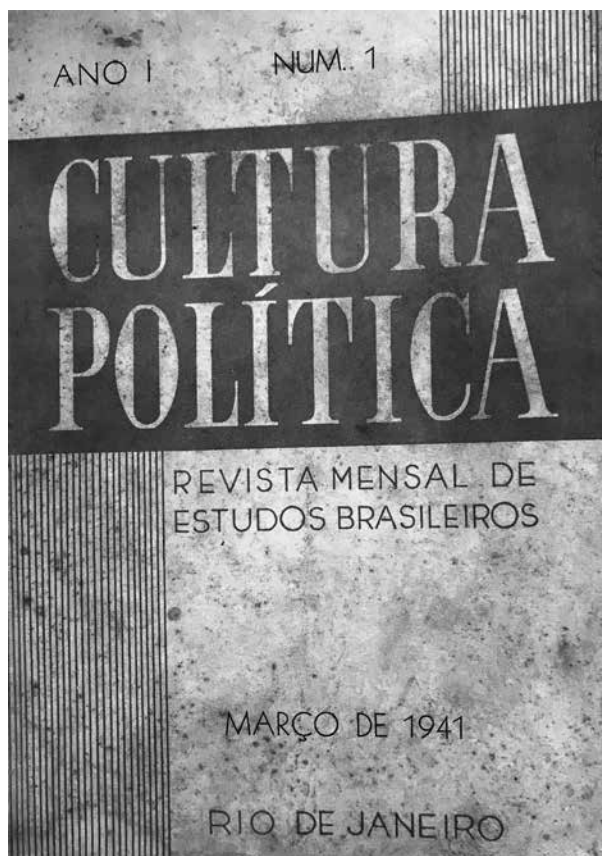
No período ditatorial, de 1937 a 1945, deu-se, em 1939, a instituição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), temível órgão do governo de controle da imprensa que cerceou toda e qualquer manifestação contrária aos projetos de poder de Vargas. Não se pode perder de vista, inclusive, que grande parte do que saía das rotativas era fornecida pelo próprio DIP, que não mediu esforços para controlar os meios de comunicação de massa, seja pela força, mediante censura, ou pelo caminho da cooptação, com favores e benesses para aqueles que se sujeitavam às demandas do governo. Sabe-se que esse mesmo órgão financiou obras – revistas e livros –, destacando-se inclusive o apoio a editores que cresceram à sombra do regime Vargas. Não por acaso a editora José Olympio conheceu desenvolvimento nesse período, figurando como a editora com cartela de autores dos mais notáveis, reconhecida como lugar de sociabilidade que reunia a melhor intelectualidade do país.<sup>15</sup>

---

15 Ver parte das contradições das relações intelectuais com Vargas na trilogia de Lira Neto, especialmente no v. II: LIRA NETO. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*.

A força de propaganda dos impressos periódicos era de tal magnitude que, ao ser criado o DIP, se lançou na sequência a revista de cultura do órgão, *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros, assim como a publicação *Dos Jornais*. Esta última, de maior alcance popular, reunia artigos de jornais do país e temas da atualidade, a exemplo das constantes comemorações cívicas, exaltando as realizações do regime, vale dizer, de Vargas.

*Cultura Política*, que circulou de março de 1941 até outubro de 1945, com ampla divulgação, era vendida em bancas de jornal do Rio de Janeiro e São Paulo. Seus colaboradores eram bem remunerados, recebendo o dobro do que se pagava às demais publicações. Relatava minuciosamente as realizações governamentais, funcionando como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo. Colaboravam em *Cultura Política* os próprios ideólogos do regime, a exemplo de Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes, Cassiano Ricardo e, curiosamente, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré, estes últimos de reconhecida rejeição ao Estado Novo.



Fonte: *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros, ano I, n. 1, março de 1941

*Cultura Política* resultou no periódico de maior peso cultural do DIP e foi coordenado por Almir de Andrade, que objetivava expressar a visão do regime e seu “Brasil novo”. Em 1943, o material publicado na revista ganhou cuidadosa edição, no formato livro, para marcar a passagem do sexagésimo aniversário de Getúlio Vargas. O alentado volume, *O pensamento político do presidente Vargas*, não reunia textos do chefe do Executivo, como sugere o título, mas um conjunto de editoriais e artigos publicados nos primeiros 25 números de *Cultura Política*. Segundo se esclarecia na dedicatória, nas páginas da revista “sempre estiveram presentes os pensamentos e as ações do construtor do Brasil novo”.

A produção de periódicos do DIP pode ser conferida no quadro abaixo, com títulos sempre voltados para propaganda do governo e do Brasil, vale dizer, de Getúlio Vargas.

<b>Título do periódico/volume</b>	<b>Editor</b>	<b>Período</b>
<i>O Brasil de hoje, ontem e de amanhã</i>	DIP	1940-1942: 15 números
<i>Cultura Política</i>	DIP	1941-1945: completa
<i>Dos Jornais</i>	DIP	1941-1942: oito números
<i>Travel in Brazil; depois, This is Brazil</i>	DIP	1941-1942: sete números
<i>Revista Estudos e Conferências</i>	DIP	1942: um número
<i>Anuário da imprensa brasileira</i>	DIP	1942
<i>O pensamento político do presidente.</i> Reunião de editoriais e artigos de <i>Cultura Política</i>	DIP	1943

Fonte: LUCA, Tania de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*, Assis, Unesp, v. 31, n. 61, 2011.

Não obstante editadas por associações e grupos editoriais, formalmente alheios ao DIP, registram-se outros segmentos periódicos importantes no eixo Rio-São Paulo, que dialogaram em uníssono ou rejeitaram a ideologia estadonovista, em outras palavras, ora como veiculação propagandística a seu serviço, ora como rejeição às práticas do governo. Lembremos duas delas: a revista *A Ordem*: órgão do Centro D. Vital (1921-1990) e a revista *Escola Nova* (1930-1931). A primeira, de caráter religioso, ateu-se a partir da década de 1930 à conduta das famílias, à educação da juventude e ao ativismo católico no combate ao comunismo.<sup>16</sup> Já a segunda reuniu educadores de ponta que defendiam a laicidade do ensino e que, subsequentemente, lançaram, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Ver VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem*: uma revista de doutrina, política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*.; \_\_\_\_\_. Os intelectuais e a política do Estado Novo.

<sup>17</sup> Ver CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?

Ambas mereceriam análises detalhadas conjuntas na perspectiva da história da imprensa periódica no Brasil e, especialmente, no âmbito das revistas disseminadoras de ideários e confrontos, proposta que foge do escopo aqui pretendido. Certo é que elas estiveram a serviço do controle dos corpos e mentes durante a vigência da gestão Vargas, do governo provisório ao Estado Novo.

### Diversificando as temáticas

Contudo, não apenas as revistas da tradicional segmentação do repertório das publicações periódicas no Brasil se colocaram para consumo e deleite da sociedade no período em apreço. Cabe trazer, ainda que em breve abordagem, títulos que conformaram novos segmentos. Alguns ficavam até distantes do debate político, mas inovavam em seus conteúdos, embora com mensagens desejadas pelo ideário da época. Afinal, a projeção econômica paulista se consolidava com o desenvolvimento do comércio e indústria, enquanto a escolaridade da população e a formação de uma classe média de bom poder aquisitivo demandavam novas temáticas periódicas para seu uso e prazer.



Fonte: *Sino Azul*. São Paulo, ano XVI, n. 185, 1943 [capa]

Um segmento que se expandirá entre 1930 e 1945 será o das revistas editadas por companhias e indústrias que se valiam de propagandas e publicidades de vanguarda, fosse para divulgar seu produto, fosse para a cooptação de seus funcionários; nesse caso, funcionando como *house organ* das empresas. Contavam com grandes capitais e valiam-se de ilustradores expressivos, promovendo concursos para eleger os melhores capistas ou as crianças mais robustas e portadoras do estereótipo branco, em geral loiras e de olhos claros, ao gosto do modelo pretendido para a formação do brasileiro veiculado no Estado Novo.

Entre essas, destaca-se a revista paulista *Sino Azul* (1928-1973), da Companhia Telefônica Brasileira (CTB) – empresa pioneira dos serviços de telefonia na região de São Paulo, que abrangia os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal –, trazendo já na capa a modernidade pretendida: o telefone, novidade na época, eixo condutor dos mais de quinhentos números publicados. Para além disso, documentou de forma elegante – o que não era convencional em uma revista de empresa – o processo histórico que presidiu a construção do país, vale dizer, da pretendida modernidade, apresentando de forma ufanista seu progresso. Era inevitável em suas páginas a divulgação dos benefícios da educação física, assim como o concurso de crianças saudáveis, resultado que se voltava sempre para o biótipo loiro, totalmente diverso daquele da infância brasileira.

Registra-se também nessa década e meia o nascimento de um dos segmentos que efetivamente – em termos plásticos e estéticos – cultivaria a modernidade por excelência, traduzida em obras arquitetônicas do país, por meio de revistas de arquitetura e decoração.

Logo, na década de 1930, no quadro das transformações de peso verificadas em São Paulo, nascia o periodismo de mercado voltado para a arquitetura, acoplado àquele de decorações. Concomitantemente, inseria-se o urbanismo e até mesmo o paisagismo. Muito seletivo e restrito inicialmente, respondeu a um público consumidor significativo, constituído por investidores imobiliários, por profissionais da área e pelas aludidas classes média e alta que edificavam nos novos bairros residenciais da cidade. Mas também estamparam conjuntos de casas operárias que vinham ao encontro da demanda de moradia por essa expressiva população da capital.

A *Record*, revista mensal de arquitetura e decorações, de 1934, é considerada, em São Paulo, uma referência das revistas *house organ*. Com textos de análise conceitual e vários projetos de qualificados profissionais da área, estampava edifícios de expressão na cidade, residências de porte em bairros recém-abertos, com suas respectivas decorações de interiores. Traziam as fotos das edificações concluídas, com textos elucidativos de sua execução, assim como as respectivas plantas.

Destacavam-se, porém, as contracapas e as tantas páginas e meias páginas com muita propaganda de seus melhores profissionais, de empresas construtoras

e de estabelecimentos comerciais de relevo. Caracterizava-se, portanto, como revista que contava com suporte econômico bastante expressivo via publicidade, exaltando em seu interior a importância da propaganda no negócio, que funcionava como caminho de mão dupla: beneficiava o anunciante dando-lhe visibilidade no mercado enquanto sustentava o periódico, uma vez que apenas as assinaturas não garantiam o retorno econômico da publicação.

Por essa revista era possível também veicular, para um segmento tão particular, propagandas higienistas, exigência da vida moderna na cidade que se queria asseada e contemporânea.

Em seu editorial, *Record* apresentava-se como “espelho do movimento magnífico” do surto construtivo de São Paulo, surgindo para “ocupar o lugar que há muito estava reservado em São Paulo para uma revista que tratasse exclusivamente de arquitetura e decoração”.

Não foi possível precisar sua propriedade efetiva, mas se inferiu que o conteúdo veiculado resultava da produção de um grupo afinado de engenheiros-ar-



Capa da revista *Gang*, que traz em seu interior o anúncio do panfleto “O Estado forte”. Fonte: *Gang*. São Paulo, ano I, n. 5, 1937 [capa e quarta capa]

quitetos, provenientes da Escola Politécnica, que se colocavam no mercado e nas instituições de classe da categoria à época, a exemplo do prestigioso Instituto de Engenharia, fundado em 1916.

Para além do quadro bastante simplificado das segmentações em curso, onde se registram revistas de cultura, de mercado, religiosas, educativas e pedagógicas, cabe acrescentar duas temáticas que conheceram crescimento: as revistas policiais, de conteúdo importado, mas que inseriam em suas páginas mensagens políticas alusivas ao momento; e as revistas de quadrinhos, as hoje famosas HQs, que muito incomodaram o Estado Novo, a exemplo de *Gang*, de 1937, e de *Gibi*, de 1939, do grupo Globo.

Em tempos de posicionamentos conflitantes, e para atenuar o rigor da censura da época, essas mesmas revistas policiais contemporizavam, fazendo propaganda de obras de exaltação do governo, como se observa abaixo, na revista *Gang*, que circulava no Rio de Janeiro, em São Paulo, Santos e interior do Brasil.

No caso das famosas HQs, chamadas então de gibis (provavelmente em decorrência do periódico de mesmo nome), foram consideradas provocadoras da delinquência juvenil, propagadoras do crime, atentando contra a formação da criança, e de propaganda comunista. Até mesmo intelectuais combatiam os valores estrangeiros contidos nos quadrinhos, em geral de procedência norte-americana. O governo tentou intervir incidindo na censura dos gibis.

Quanto às revistas consideradas de cultura no período, é temerária, por ora, uma seleção e análise de seus propósitos e ideologias, sobretudo na chave da conformação dos corpos e das mentes. Sem dúvida, destilavam ideários e propostas afinadas com a vanguarda cultural do período e, muito embora venha sendo ressaltado, por parte da historiografia, o caráter monolítico da imprensa dos anos de 1930 e 1940, vários títulos não se alinhavam ao discurso do poder. Alguns, por meio de estratégias e subterfúgios da narrativa ou da seleção de artigos, prosperaram a seu tempo. Eram periódicos que prezavam a liberdade civil e política, condenavam o controle da informação, denunciavam a discriminação, duvidavam das teorias raciais, criticavam o nazismo e o fascismo, regimes com os quais Vargas simpatizou até 1942 quando, sob pressão dos Estados Unidos, se decidiu pelos Aliados.

A literatura e a história foram eficientemente mobilizadas como armas na luta contra a censura. Nesse sentido, e para finalizar, cabe trazer três títulos de revistas de expressão, que conformaram particularmente as mentes do período, embora um escrutínio mais detalhado revele a existência de publicações do mesmo teor, esquecidas da crítica ou mesmo perdidas nos escaninhos das bibliotecas do país. Refiro-me às revistas *Clima* (1941-1944), de São Paulo, *Diretrizes* (1938-1944), do Rio de Janeiro, e à *Revista do Brasil* (1938-1943, terceira fase), também do Rio.



*Clima* resultou da iniciativa de uma das primeiras gerações de alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, reunindo nomes que se projetaram na formulação de ideias com vistas ao Brasil moderno: Paulo Emílio Sales Gomes, Décio de Almeida Prado, Antônio Cândido, Rui Coelho, Gilda de Melo e Sousa e Lourival Gomes Machado.<sup>18</sup>

*Diretrizes*, iniciativa de Samuel Weiner e Azevedo Amaral – sendo que este último se retirou logo em seguida<sup>19</sup> –, é considerado periódico de tendência claramente de esquerda, que surpreendentemente figurou como oposição a Vargas em pleno Estado Novo. A nomeação de alguns de seus colaboradores reforça essa postura: Rubem Braga, Álvaro Moreyra, Osório Borba, Genolino Amado, Artur Ramos, Jorge Amado, Augusto Rodrigues, Raymundo Magalhães Júnior, Raquel de Queirós, Francisco de Assis Barbosa, José Lins do Rego, Aníbal Machado, Graciliano Ramos, Marques Rebelo, Astrogildo Pereira, Maurício Goulart, Hermes Lima, Edson Carneiro, Joel Silveira, Justino Martins, Dalcídio Jurandir. Nássara foi o caricaturista recorrente. Sabe-se que Vinícius e Lúcia Miguel Pereira colaboraram com *Diretrizes*, embora sem assinatura. Carlos Lacerda também compôs o corpo redator, embora mais tarde se apresentasse como ferrenho homem de direita.

Já a *Revista do Brasil*, embora fundada em 1916, conheceu ao tempo de Vargas sua terceira fase, quando, em 1938, foi adquirida por Assis Chateaubriand com o intuito de se opor ao Estado Novo, permanecendo até dezembro de 1943, com a edição de 56 exemplares. Dirigida por Otávio Tarquínio de Moura, registram-se as participações de pensadores e artistas, tais como o historiador Otávio Tarquínio de Sousa, Sérgio Buarque de Holanda, o sociólogo Gilberto Freyre, a escritora Raquel de Queirós e o polivalente Mário de Andrade, além da participação da figura progressista de Astrogildo Pereira. Mais seguro e oportuno será trazer a análise de Tânia de Luca, especialista no estudo mais abrangente da *Revista do Brasil*, que assim situa o periódico sobrevivendo no Estado Novo:

A exploração preliminar do material publicado indica que a revista articulou, dentro dos estreitos limites de que dispunha, um discurso que, em vários pontos, opunha-se ao abraçado pelo poder. Em torno da publicação reuniram-se escritores e pensadores que prezavam a liberdade civil e política, condenavam o controle da informação, denunciavam a discriminação, duvidavam das teorias raciais, criticavam o nazismo e o fascismo. [...] A literatura e a história foram eficientemente mobilizadas como armas na luta contra a censura. O estudo sistemático da terceira fase [...] pode fornecer ao historiador, a partir da análise do que os intelectuais elegiam como problema e das tarefas que se autoimpunham, elementos significativos para

---

18 Ver PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*.

19 Azevedo Amaral se retirou e fundou a revista *Novas Diretrizes* (1938-1942). Ver FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Azevedo Amaral e a revista Novas Diretrizes: um projeto de modernização autoritária do Brasil*.

a compreensão de diferentes projetos e culturas políticas de uma dada época, bem como ensinar discussões a respeito do caráter monolítico atribuído à imprensa nas décadas de 1930 e 1940, em sua suposta homogeneidade e subserviência.<sup>20</sup>

Logo, mais que a consideração restrita às estratégias de sobrevivência da *Revista do Brasil*, a autora reforça o entendimento do periódico como “um importante lugar de sociabilidade, que congregava indivíduos em torno de ideias e estratégias de intervenção no espaço público, o que aponta para diferentes formas de aglutinação, de lutas e de oposições no interior do próprio campo intelectual”.

Sem dúvida esses autores assinavam textos nas páginas das revistas, ainda que muitas vezes sobre temáticas de somenos importância aos olhos da censura. Mas essa participação importava como ação de resistência, inclusive por meio do convívio com pares que se opunham ao regime, o que pode explicar, em parte, a contribuição de Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré e Gilberto Freyre, entre outros, à revista *Cultura Política*.

## Considerações finais

São tensas as relações que perpassam o governo e a imprensa ao longo da Era Vargas, mais acirradas a partir de 1939, com a criação do DIP, aparelho censor de ampla cobertura. Talvez o caso do jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita, seja paradigmático nas perseguições radicais ao periodismo da época. Nesse caso, o diário passou para as mãos do governo e, durante cinco anos, a família exilou-se e permaneceu apartada de seu controle.

Não obstante, o que se observa em uma leitura de conjunto, no âmbito da publicação periódica revista, é que esse modelo de impresso aparentemente funcionou como anestésico a serviço do poder, inclusive contando com a colaboração de opositores ao regime. Eram espaços de amortecimento e esvaziamento de lutas frontais com o governo, muito embora subliminarmente destilassem posturas e críticas contrárias à ordem vigente. Mesmo em revistas comerciais de variedades, particularmente de São Paulo, a crítica à atuação getulista foi constante, mas por recursos indiretos.

Revistas de política, de educação, de religião, comerciais e mundanas acomodaram-se aos rigores de controle do governo e da censura ferrenha ao tempo do DIP, pois, salvo melhor juízo, as revistas eram espaços de trabalho, de inserção do intelectual na produção cultural do país, não lhe restando alternativa senão atuar naquele mercado, destilando, na medida do possível, sua crítica ao regime. E, afinal, o jornalismo era profissão que em determinadas publicações remunerava bem

---

20 LUCA, Tania de. *As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/.../As%20revistas%20de%20cultura%20durante%20o%20>>. Acesso em: 23 out. 2016.

aqueles que viviam unicamente da escrita. Era uma forma de inserir-se no quadro sociocultural da época, ainda que constringidos e/ou questionando o *status quo*.

Quer me parecer que o aplacador das consciências nessa adesão advinha da efetiva sintonia abraçada por todos, do entendimento e busca do nacional. Tratava-se de um terreno comum ao pensamento desses agentes da produção periódica – independentemente da corrente à qual se filiavam –, funcionando o ideário nacionalista como um grande guarda-chuva que absolvía todas as consciências. Do propósito nacionalista saíam todas as justificativas para o investimento na educação física e no culto ao corpo, sob o mantra “ser forte para fazer o Brasil forte”, conforme discurso generalizado nas revistas, para além daquelas voltadas para a prática da educação física.

Cabe lembrar, no entanto, que, embora a força da revista tenha sido decisiva na propaganda política utilizada por Getúlio como veículo de convencimento da população, busca de seu apoio e controle dos opositores, agora esse veículo contava com concorrentes. O rádio trazia os programas “A voz do Brasil” e “Repórter Esso”; o cinema educativo apresentava o “Cinejornal brasileiro”. Essas novas mídias sinalizavam que outros veículos concorriam com o secular modelo da revista impressa periódica, não obstante a permanência da força desta última até o presente.<sup>21</sup>

Cabe finalizar com a manipulação pelo DIP de um samba de 1941, de muito sucesso no rádio à época, composto por Ataulfo Alves e Wilson Batista, denominado “O bonde de São Januário”. Na letra original trazia os versos:

[...] malandro esperto, que vivia na boemia,  
não era trouxa de virar operário  
e entrar “no bonde de São Januário”  
que “leva mais um otário” para trabalhar

Na censura do DIP, resultou no seguinte:

Quem trabalha é que tem razão  
eu digo e não tenho medo de errar  
o bonde de São Januário  
leva mais um operário: sou eu que vou trabalhar.  
Antigamente eu não tinha juízo  
Mas resolvi garantir meu futuro  
Vejam vocês: sou feliz, vivo muito bem  
A boemia não dá camisa a ninguém [...]

---

21 Certo que o advento da televisão a partir dos anos de 1950, assim como a comunicação em tempo real introduzida pela internet, determinou novos ritmos e formas de comunicação, não alcançadas pela revista impressa. Cabe-lhe, porém, ainda, o texto reflexivo mais cuidadoso, a análise circunstanciada dos acontecimentos, assim como os recursos gráficos e a diagramação criativa, que a torna cobiçada e efetiva no mercado.

No caso das revistas, muitas delas alteraram seus conteúdos por exigências do órgão censor, mas, se analisadas como fontes históricas e com a devida crítica interna e externa, resultam em fontes poderosas das tramas do poder, repositório de memórias de difícil apreensão na documentação a elas contemporâneas.

## Fontes

ANAUÊ! Rio de Janeiro, ano II, n. 19.

KLAXON: mensário de arte moderna. São Paulo, n. 1, maio 1922.

PANORAMA: coletânea mensal do pensamento novo. São Paulo, ano I, n. 1, 1936.

REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1876.

VIVER!: mensário de saúde, força e beleza. São Paulo, Editora Inteligência, jul. 1938, 2ª tiragem.

## Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Ser forte para fazer o país forte*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida das Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COSTA, Alexandre Andrade. *Inteligência: representações do cenário internacional e seus reflexos no Brasil, 1935-1941*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 2014.

DIMAS, Antônio. *Tempos eufóricos: análise da revista Kosmos (1904-1909)*. São Paulo: Ática, 1983.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Azevedo Amaral e a revista Novas Diretrizes: um projeto de modernização autoritária do Brasil*. Brasília: IX Encontro da ABPC, 2014.

FIORUCCI, Rodolfo. *A trajetória da revista Anauê! (1935-1937): o jornalismo partidário ilustrado da ação integralista brasileira – a “netinha” que não cresceu*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2014.

LIRA NETO. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LUCA, Tania de. *As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/.../As%20revistas%20de%20cultura%20durante%20o%20>>.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo, 1890-1922. São Paulo: Edusp; Fapesp; Imesp, 2001.

PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica*. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 117-160, jul./set. 1978.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

# As artes no Estado Novo português

## Prisões identitárias

Nuno Rosmaninho<sup>1</sup>

Não há nada menos automático de estudar do que as identidades nacionais. Convém distinguir entre o desígnio de estabelecer as particularidades artísticas de uma nação e o de entender a contribuição das artes para os vínculos identitários de uma nação. A diferença pode ser resumida do seguinte modo: não me cabe dizer se há uma arte especificamente portuguesa, mas explicar de que forma a procura por essas especificidades e a crença em algumas delas colaboraram para definir o imaginário coletivo e orientaram a produção artística. Estou, portanto, persuadido da necessidade de retrair a tendência para buscar uma maneira própria, um estilo original e até um temperamento único. Talvez seja conveniente pensar que estamos lidando com um processo coletivo tão difuso e revelador como os sonhos para o indivíduo. É preciso lembrar que a identidade nacional é feita de medo e prosápia.

### Uma frase de Freud

Lendo um ensaio de Sigmund Freud sobre os sonhos, parei em uma frase fascinante no conteúdo e na retórica. Era, na verdade, uma sentença encantadora, mas talvez não conduzisse a nada se eu não estivesse interessado em refletir sobre a natureza da identidade artística portuguesa. *Sobre os sonhos*, publicado em 1901, desafia o leitor nos seguintes termos: “Estou pronto a defender a ideia de que qualquer sonho se inspira apenas em emoções egoístas”.

As nossas preocupações projetam-se naquilo que lemos. Nesse caso, procedi a uma transferência de significados. Onde estava *sonho* pus *identidade*, e fiquei com uma frase assustadora: “Estou pronto a defender a ideia de que qualquer *ambição identitária* se inspira apenas em emoções egoístas”.

### Emoções egoístas

Os discursos identitários tendem a procurar o valor e a originalidade da pátria. Por causa disso, transformam-se em variações sobre a existência de uma cultura própria: língua, literatura, arquitetura, pintura, cinema etc. O nosso maior desejo é dizer que a nossa pátria é inconfundível, antiga, com uma história notável, grandes heróis e até uma sensibilidade própria.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra, professor associado na Universidade de Aveiro.

Essas concepções são atraentes e legítimas e foram apresentadas com mil variantes, mil encantos e mil expressões autoelogiosas. Deslumbrado com a ideia de fazer renascer a pátria por meio de um movimento *neogarrettiano*, termo que ele próprio criou, o jovem Alberto de Oliveira, futuro diplomata, apresentou, em 1892, a megalômana proposta de uma superioridade poética portuguesa:

Portugal possui neste século uma literatura cheia de vigor e de caráter. Os seus poetas, ardentes e cheios de febre, são quatro vezes superiores aos melhores poetas franceses contemporâneos, com defeitos de execução fáceis de eliminar por seguidores que compreendessem, como eles, o orgulho da sua raça.<sup>2</sup>

Sem esse fantasioso autoconceito, ninguém entenderia que o poeta Teixeira de Pascoais exarasse, em 1915, na ainda hoje celebrada *Arte de ser português*, uma ideia errônea que perdura: “quanto mais palavras intraduzíveis tiver a língua, mais caráter demonstra o povo que a falar. A nossa, por exemplo, é muito rica em palavras desta natureza, nas quais verdadeiramente se perscruta o seu gênio inconfundível”.

## Previsão do futuro

Apesar de a identidade estar associada ao passado e à história, creio que também nesse aspecto ela é como os sonhos. Continuando a seguir Freud, é possível conceber os sonhos e as aspirações identitárias como “uma previsão do futuro” ou, melhor, uma previsão do “futuro que nós gostaríamos que acontecesse”.

Embora focados no passado, os discursos identitários têm a seguinte ideia do futuro: se nos empenharmos, seremos ainda mais originais, valiosos, únicos, e não haverá dissonâncias na nossa literatura, na nossa arte, na nossa música; um dia, todos os escritores, artistas e músicos contribuirão para uma cultura nacional ainda mais específica; então, o nosso país terá uma cultura perfeita e claramente distinta da dos outros.

Essas ambições identitárias nasceram com o primeiro romantismo, robusteceram-se no final do século XIX e tornaram-se quase violentas por volta de 1940. A identidade e a utopia parecem intrinsecamente boas. Mas se é assim, por que resistir-lhes, por que impô-las? De onde provém a necessidade da força?

## Os conflitos da vigília

Voltemos aos sonhos. Os sonhos, diz Freud – e as aspirações identitárias, eu acrescento –, condensam os conflitos da vigília. Primeiro, estas nasceram contra a uniformidade clássica e para retomar um passado glorioso, compensar

---

2 OLIVEIRA, Alberto de. *Palavras loucas*, p. 28.

o presente medíocre e responder às dúvidas sobre o culto da literatura e das artes em Portugal.

Para isso, a partir dos anos de 1830 e 1840, renovou-se o interesse por *Os Lusíadas*, pelo estilo manuelino e pela pintura do renascentista Grão Vasco. Depois, os patriotas, insatisfeitos com um aportuguesamento superficial (historicista, temático e circunstancial), sonharam com vínculos espirituais, de temperamento, caracterológicos. Reagiram assim aos céticos, que combatiam os simplismos identitários.

Contra as dúvidas, os patriotas tendem a impor certezas e a exigir obediência. Vou regressar aos sonhos: ao desejo nos sonhos.

### **Desejos malogrados**

“Os sonhos mais inteligíveis e eloquentes são desejos malogrados”, escreveu Freud. As aspirações identitárias também. As mais inteligíveis e eloquentes são desejos malogrados.

As emoções egoístas e as previsões do futuro não anulam as fragilidades íntimas. As ameaças ao nosso autoconceito não desaparecem. Pelo contrário, as afirmações categóricas realizadas nos séculos XIX e XX tentam ocultar dúvidas íntimas sobre: o desprezo geralmente votado à nossa literatura, à nossa arte e ao nosso patrimônio; a inferioridade relativa da nossa produção artística e literária; o real valor da nossa cultura; a capacidade para preservar e promover a originalidade artística e literária portuguesa; a aptidão para evitar as “perniciosas influências externas”; a capacidade para impor os valores nacionais.

A força, a exaltação, as certezas repousam na dúvida, que está na gênese da deriva nacional da arte e é sua parte constituinte. Cito quatro exemplos. Em 1817, o *Jornal das Belas Artes* reproduziu com amargura o que três anos antes saíra na revista britânica *The Gentleman's Magazine*: “Nenhum país tem sido sujeito a ser tratado com menos candura por viajantes superficiais do que Portugal: tenho por muitas vezes ouvido asseverar, que as artes, as ciências, e a literatura estão ali totalmente extintas”.<sup>3</sup>

No segundo exemplo, um intelectual português aponta uma absurda inferioridade relativa da língua portuguesa. No ensaio intitulado *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*, escrito em 1904-1905, Jaime Batalha Reis afirmou de forma lapidar: “Em Portugal tem sido geral, entre as classes mais cultas, a opinião de não se prestar a língua portuguesa ao canto.”

---

3 JORNAL DAS BELAS ARTES apud *The gentleman's magazine*, p. 41.



Guerra Maio, um publicista pouco conhecido, expôs com clareza o medo do estrangeiro corrente na segunda década do século XX:

Com a introdução dos caminhos de ferro em Portugal, desnacionalizaram-se por completo as nossas edificações. Veio a importação, e encheu tudo. Procurou-se dar ao nosso país um aspecto estrangeiro, não se lembrando ninguém [de] que, como na língua que se fala, nas edificações reside a nacionalidade.<sup>4</sup>

Esse medo não desapareceu. Pelo contrário, aumentou, refinou-se, tornou-se obsessivo e contraditório. O arquiteto Raul Lino escreveu no livro *A nossa casa*, em 1918, que, na segunda metade do século XIX,

os arquitetos já se não limitavam a uma escola, construíam em todos os estilos; era como se tivessem esquecido a língua materna, tornaram-se políglotas e o que eles ganhavam em maleabilidade no manusear das formas consumadas, perdiam por outro lado em espontaneidade do sentimento criador.<sup>5</sup>

Note-se que Raul Lino, o maior criador da *casa portuguesa*, contesta os políglotas da arquitetura, embora reconheça que essa influência produz maleabilidade artística. Por que recusa então o estrangeiro? Vou regressar aos sonhos.

## Desejos reprimidos

Os sonhos exprimem “de forma mais ou menos velada desejos reprimidos”. E as aspirações identitárias?

À medida que o século XIX se aproxima do fim, tornam-se mais evidentes as consequências drásticas do nacionalismo cultural: a recusa e rebaixamento do estrangeiro; o desejo de uniformidade dentro da nação; o apagamento do indivíduo.

Na primeira metade do século XX, essas decorrências exasperam-se: ataca-se o individualismo; coloca-se a liberdade da nação acima da liberdade do indivíduo; estabelecem-se limites à originalidade; exige-se a cópia; reclama-se a ordem e a uniformidade; os ideólogos pedem ao Estado que assuma uma vocação condicionadora e até totalitária.

Veja-se um exemplo da vocação totalitária no início dos anos de 1940. Em dezembro daquele ano, em um detalhado comentário a *A exposição do mundo português*, Fernando de Pamplona, um dos mais exímios aplicadores da ideologia do Estado Novo à interpretação da arte, ousou estabelecer uma doutrina. “O que é verdade na filosofia ou na política”, diz ele, “não pode ser mentira em

---

4 MAIO, Guerra. *A arte portuguesa nos nossos caminhos de ferro*, p. 81.

5 LINO, Raul. *A nossa casa*: apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples, p. 70-71.

literatura ou em arte – e em todos estes domínios a liberdade tem de ser condicionada pela razão ordenadora”.<sup>6</sup>

Muitos patriotas têm o desejo de ver o país eternamente rural, a arquitetura perenemente revivalista e a pintura para sempre naturalista. As artes plásticas (e certamente a literatura) consomem a *previsão do futuro*, resolvem os conflitos da vigília com a história, a ordem do classicismo monumental, o naturalismo acadêmico da escultura e da pintura historicista, o ruralismo da fotografia pictorialista e a pintura de costumes rurais.

A identidade nacional é capturada pelo conservadorismo artístico e usada para atacar as expressões modernas por razões estéticas (por meio da troca e da incompreensão) e nacionais. O modernismo apresenta-se como a arte sem pátria.

Quais são, então, os desejos reprimidos nas aspirações identitárias? Os *patriotas* estão encantados (isto é, ao mesmo tempo fascinados e atemorizados) com a ideia do novo, a era das máquinas, as novas artes e as novas músicas (o cinema, o *jazz* etc.), o imprevisível individualismo das correntes modernas e a ousada rejeição do antigo. Em Portugal, essa fascinação é muito viva nos anos de 1920.

É natural que esses desejos, apresentados com vigor e entusiasmo nas revistas, tenham criado preocupação. O que acontece na década de 1930 é uma reação. Tais desejos foram violentamente reprimidos e substituídos pela necessidade de respeitar a tradição, o antigo e o popular, o coletivo em detrimento do individual, a ordem em vez da liberdade, a cópia em vez da originalidade, a nação em vez do indivíduo.

Desse modo, tento comprimir o conteúdo das aspirações identitárias. E não me esqueci da interpretação dos sonhos.

## **Compressão de conteúdos**

Os sonhos definem-se por uma “extraordinária compressão ou condensação” dos conteúdos. Os sonhos identitários mais eloquentes, nomeadamente os da década de 1930, apresentam um conteúdo comprimido, inteligível e eloquente: os indivíduos devem sujeitar-se à nação; a liberdade da nação está acima da dos indivíduos; o Estado e os patriotas têm o direito e o dever de impor as suas orientações por meio da força.

À distância, percebemos que o sistema cultural nacional limita a liberdade dos indivíduos e, portanto, da criação artística; usa a legitimidade coletiva

---

6 PAMPLONA, Fernando de. Uma obra de arte: *A exposição do mundo português*, p. 166.

para impor normas estéticas questionáveis e é continuamente aprisionado pelas ideologias de cada época. Nos regimes autoritários e totalitários, é a invocação exclusivista da identidade nacional que dá força e legitimidade ao controle das mentes dos artistas.

A pergunta que pretendo formalizar a partir de agora é a seguinte: como raciocinaram os artistas para escapar a essa prisão identitária?

### Prisões identitárias

A identidade nacional é uma prisão quando se converte em uma limitação exterior ao artista e ao escritor e impõe critérios temáticos e estilísticos. Mas como as identidades nunca morrem, cada época vai refazendo os critérios do que é nacional: os temas que nos chegam da história, a ilustração da própria história, os traços da vida popular, a suposta sensibilidade portuguesa e a força da arquitetura oficial do Estado Novo.

O esforço para controlar as mentes dos artistas alcançou no Estado Novo um estágio culminante, embora os mecanismos e o grau de controle continuem a dividir os estudiosos. Não é esse o ponto que pretendo desenvolver. A pergunta é outra: como é que os artistas não vinculados ao ideário estético do regime trabalharam para ultrapassar os constrangimentos mentais?

Claro que os não acadêmicos (e em particular os modernistas) não desprezaram a nação. Almada Negreiros, João Gaspar Simões ou José Régio são patriotas, mas não podem sustentar as suas particularidades estéticas. São portugueses que não querem praticar aquilo que Almada chamou as “portuguesadas”. Então, prolongam a caracterologia e convertem a identidade nacional em uma declinação pessoal, involuntária, da nação.

Parece a mesma coisa, mas não é. É o contrário. É o princípio do fim do domínio da identidade nacional na criação artística. Veja-se como se enceta o caminho em 1927. João Gaspar Simões rejeita todas as limitações ao indivíduo.

Em literatura, como em arte, deve o criador, por princípio, rejeitar todas as limitações. [...]. Não é, portanto, dum único elemento – o elemento nacional – que vivem as grandes criações da literatura – mas da coexistência desse, tão propugado pelos nossos casticistas, com um outro dum valor bem mais apreciável – o elemento universal, *humano*, de compreensão geral e eterna.<sup>7</sup>

E o encenador e dramaturgo Antônio Pedro reclama no jornal *Diabo*, em 1939, a liberdade para que o criador possa atingir a universalidade: “O que a arte

---

7 SIMÕES, João Gaspar. Resposta ao inquérito “Depõem críticos e artistas acerca da gênese e da universalidade da arte moderna”, p. 1.

moderna pretende em especial é definir, em liberdade, a mensagem humana, particular a cada artista. O seu sentido é *universal* na medida em que é *humano*".<sup>8</sup>

Como o espaço deste artigo não me permite refazer todo o percurso aqui iniciado, passo para a sua consumação. Em 1990, a crise da identidade nacional entre os artistas plásticos era enorme. Leonel Moura recusava esse sistema. Na sua opinião, os artistas eram "segmentos de identidade" em si e por si:

A identidade cultural de um povo seria assim o somatório de criações, daqueles que mais do que pensarem em seguir identidades, conseguiram criar a sua própria identidade. Ou seja, quando o autor se torna ele mesmo num segmento de identidade.<sup>9</sup>

Um dos efeitos mais lamentáveis da deriva nacional da arte exerce-se no âmbito da liberdade. E, portanto, da intransigência. O modernismo é o inimigo mortal do nacionalismo cultural, precisamente porque invoca a plenitude do indivíduo, fazendo recuar a identidade nacional para um plano secundário.

## **Liberdade e intransigência**

É possível pôr as artes a controlar as mentes quando se consegue que a arquitetura, a pintura, a escultura, a música e a literatura afaguem o ego coletivo por meio do autoelogio, essa forma de egoísmo; convertam a identidade nacional, um sentimento de adesão à entidade coletiva a que chamamos pátria, em um conteúdo preciso e verificável; transformem o patriotismo artístico em obediência a um cânone ideológico e estético; e por meio desses expedientes, limitem a liberdade criativa individual.

Bem vistas as coisas, não estou pronto a defender a ideia de que qualquer ambição identitária se inspira apenas em emoções egoístas. O problema reside na palavra qualquer. Será que todas as ambições identitárias são egoístas? Vale a pena procurar as que não são. E, no caminho, explicar o que é o egoísmo.

Em suma, para ser rigoroso, tenho de insistir nessa ideia. Não estou pronto para defender que qualquer ambição identitária se inspira apenas em emoções egoístas. Mas creio que o egoísmo identitário desempenhou um papel importante na deriva nacional das artes plásticas, da música e da literatura nos séculos XIX e XX. Melhor ainda: estou pronto para defender a ideia de que o egoísmo identitário, muitas vezes camuflado pelo autoelogio, favorece a intransigência, reduz a liberdade e limita o indivíduo. É com essas cinco substâncias do pensamento (egoísmo, autoelogio, intransigência, limitação das liberdades e secundarização do indivíduo) que se produz o controle da mente.

---

8 PEDRO, António. Resposta ao inquérito "Depõem críticos e artistas acerca da génese e da universalidade da arte moderna", p. 4.

9 MOURA, Leonel. Segmentos de identidade, p. 66.

Concluiu tentando mostrar como esse processo se desenrolou no tempo, integrando-o nas seis fases em que divido a deriva nacional da arte portuguesa.

## **O Estado como promotor das artes**

O controle da mente contém a ideia de o Estado orientando as convicções e a vontade das pessoas. Quando e por que o Estado se aplicou nesse sentido em relação às artes? Por que o controle das artes se tornou importante? A resposta reside na sólida combinação de certezas estéticas e ideológicas.

Há uma grande diferença entre reclamar do Estado a promoção das artes e atribuir-lhe o papel de regulador estético. A primeira função é natural, ultrapassa os tempos e os regimes, constitui um tópico em relação ao qual se discute apenas o âmbito e os custos. A segunda atribui aos políticos o dever de limitar a ação dos artistas. O Estado foi buscar a sua legitimidade no conceito organicista da sociedade, que transforma a arte em um sintoma de vitalidade ou de degeneração coletivas. O Estado, que se tinha mantido neutro em estética, foi pressionado pelos ideólogos do nacionalismo artístico a escolher uma corrente e a impô-la: o revivalismo historicista e etnográfico em arquitetura, o ruralismo na pintura e o naturalismo na escultura.

Nas primeiras décadas do século XIX, quando as formulações identitárias começaram a incluir as artes, a ausência de estudos históricos e a dúvida sobre o valor da arte portuguesa tornavam impossível qualquer intuito controlador.

O romantismo desenvolveu um programa cultural assentado na ideia de que as artes, as tradições, a vida profunda de um país exprimem uma harmonia vital. Entre 1841 e 1890, as questões identitárias são de índole cultural, discutidas entre intelectuais, presas ao passado e a visões campestres. Ainda não há lugar para imposições normalizadoras, porque as esperanças espalhadas pelos patriotas são acolhidas com ceticismo.

## **O Estado como regulador estético**

O executor político de uma cultura pode ser apenas um epígono cultural. Portanto, insistir no papel controlador do Estado pode ocultar até que ponto este foi induzido a tomar medidas restritivas. Antes de agir, ele teve de tomar como suas, convicções identitárias fortes e generalizadas que não criou, mas se propôs impor. Esse assalto ao poder do Estado foi encetado na última década do século XIX pelos movimentos neolusitanistas. A caracterologia étnica chegou à história e à crítica de arte a partir de 1890. Cresceram, então, as certezas identitárias. Os patriotas sentiram-se cercados, mas confiantes, e desencadearam um combate aos cétricos.

Na Primeira República, tornou-se comum interpelar o Estado sobre a sua ação em matéria identitária, quer porque se autorizava a “desnacionalização” das

artes, quer porque não se criavam políticas de condicionamento que impedissem a “degeneração” cultural do país. As críticas ao estrangeirismo arquitetônico tornaram-se lugar-comum na imprensa especializada.

A década de 1920 é determinante e contraditória. Os patriotas, satisfeitos com o que lhes parecia um consenso estético e identitário, receberam as vanguardas com desdém, enquanto, apesar disso, uma parte da sociedade se deixava fascinar pelo novo. Em arte, essa diferenciação suscitou medo. Tenho defendido que esse período, central para a definição estética do Estado Novo, viveu de extremos que nunca se resolveram. A violência discursiva dos nacionalistas assumiu um tom imperativo, normalizador, que se exerceu com zelo sobre as vanguardas e, em geral, sobre as correntes não naturalistas. Para muitos estudiosos, esse período de conflito acerbado saldou-se em uma síntese, uma “terceira via”, uma mistura entre tradição e modernidade. Há dez anos que tento aceitar isso e há dez anos que não consigo.

## **A primazia do indivíduo**

Como já disse, não é o intuito controlador que quero mostrar, porque é evidente e facilmente se encontra em autores como o arquiteto Raul Lino, o pintor Severo Portela Júnior e os historiadores de arte José de Figueiredo e Fernando de Pamplona. O que pretendo é, em alternativa, mostrar a linha de pensamento que permitiu aos modernos, aos defensores de uma literatura psicologista, aos internacionalistas comunistas e anarquistas, aos indefectíveis da liberdade e dos direitos do indivíduo saírem do esquema mental imposto pelo nacionalismo artístico do Estado Novo.

Nessa luta, o ano de 1939 revelou-se fundamental e esclarecedor. Na historiografia artística portuguesa é comum mencionar, por serem exemplares, a carta aberta do jornalista Tomás Ribeiro Colaço, motivada pela estética moderna da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Lisboa), e a conferência de Arnaldo Ressano Garcia, caricaturista e presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes, contra a “pintura avançada”.

Os artistas modernos curvaram-se um pouco para resistir à ventania radical dos nacionalistas e, sob princípios universalistas, encetaram uma resposta firme, constante e vencedora. Já em 1935, Almada Negreiros castigara o “Portugal das portuguesadas”, interpretado por tantos pintores patriotas. Mas foi, sobretudo, na sequência da palestra de Arnaldo Ressano Garcia que as ideias começaram a clarificar-se. O jornal *O Diabo* lançou um inquérito sobre a “gênese e universalidade da arte moderna”. Para artistas que sentiam a nação, mas não queriam sujeitar-se à manipulação orientada pelo Estado e pelos académicos, restou a busca de uma simbiose entre a nação e o mundo. Acontece, porém, que a aparente simbiose se traduz em uma secundarização progressiva e irremediável da

nação. Antônio Pedro, Álvaro Cunhal, Adolfo Casais Monteiro, Arlindo Vicente, João Gaspar Simões, Mário Dionísio, Almada Negreiros e José Bacelar produziram fórmulas sonantes, mas ardilosas. Iludiram o Estado Novo e muitos autores até hoje. O que é uma arte “nacional na forma” e “universal no conteúdo”? Se a nação for uma condição intrínseca do artista, este poderá fazer com ela o que quiser? Se a nação for uma expressão involuntária do artista, este será sempre português, mesmo que não queira? E nesse caso, nacional é o quê? Se o individualismo for um requisito de universalidade, o que é a nação? Poderá a arte nacional ser reduzida à interpretação particular de valores gerais? Os modernos respondiam a quase tudo que sim, mas estavam mudando os fundamentos da cultura. Parecendo respeitar os princípios nacionais canônicos do Estado Novo, estavam a conceder a primazia ao indivíduo e a converter o coletivo em um subproduto da individualidade criadora.

Após a Segunda Guerra Mundial, a conflitualidade artística abrandou; parece que os artistas modernos aceitaram a prioridade da nação, mas a paz era parcial e ilusória. O dogma difundido por Reynaldo dos Santos e Fernando de Pamplona e pelo aparelho estatal de propaganda continua a dominar a historiografia, mas entra em declínio no campo da produção artística. Não é que desapareça de súbito da pintura e da escultura, mas vai-se tornando anacrônico ou sendo reinterpretado de um modo inaceitável para o cânone patriótico. Um a um, vão desaparecendo os epígonos do naturalismo oitocentista e do ruralismo endêmico. A cisão, que é ideológica, adquire uma alarmante feição geracional. Os ensaios de conciliação entre dois mundos assentam na ideia fugidia e perigosa de *universalismo*. Como já tivemos ocasião de escrever em uma antologia de discursos artísticos nacionais, a arte encaminha-se para uma época em que as obrigações historicistas ou identitárias são incompatíveis com os direitos individuais, em que a originalidade do artista está acima da especificidade da nação, onde os criadores só a si obedecem.

## Os dilemas da pertença ao mundo

Egoísmo identitário e autoelogio são variações de um fenômeno que oscila entre o apreço legítimo pelo que somos e o desprezo ilegítimo pelo que é dos outros. Quando aumentam as prerrogativas identitárias da coletividade, diminui o valor intrínseco do indivíduo e da liberdade. A maré nacionalista usou a intransigência para encolher os direitos do indivíduo. E foi sobre a irreduzível liberdade criadora do indivíduo que se fundou a rejeição da identidade artística patrocinada pelo Estado Novo. Era uma questão de tempo até o artista assumir seu pertencimento ao mundo e negar o exclusivismo da filiação pátria. Isso se consumou por volta de 1990. Os programas identitários desenvolvidos após o 25 de Abril de 1974 são feitos contra Reynaldo dos Santos e o Estado Novo, tendo como horizonte uma fase de fascínio pela “internacionalização” (bem patente no referido artigo de

Leonel Moura e no pensamento do programador cultural Antônio Pinto Ribeiro), e outra fase de desgosto pela “globalização” (apontada pelo músico Antônio Pinho Vargas e pelo renascimento identitário em torno da artista Joana Vasconcelos).

## Conclusão

Tão certo é o fato de os regimes autoritários terem prosseguido com o controle das artes pela via identitária quanto a fuga a essa sujeição ter sido legitimada pela afirmação da liberdade criadora do indivíduo. Nestas páginas, tentei mostrar que esse distanciamento foi obtido pelos artistas modernos (cativados pela ideia da universalidade humana) e que a conciliação entre *modernismo* e *nacionalismo* constitui uma visão estática de um processo de distanciamento irreparável entre duas legitimidades, talvez incompatíveis, de criação artística. Para se ver até que ponto essa diferenciação é importante, basta ler com atenção as atuais formulações nacionais em matéria de arte. A nação só vale na medida em que tiver um impacto internacional, mesmo que isso conduza a uma interpretação exótica da identidade ou, para ser mais claro, à subserviência no quadro de uma centralidade definida a partir de Nova Iorque, Londres ou Berlim.

## Fontes

THE GENTLEMAN'S MAGAZINE. Lisboa, 1817.

VARGAS, Antônio Pinho. A invisibilidade da música portuguesa: depoimento. Entrevistadora: Manuela Paraíso. *JL - jornal de letras, artes e ideias*, Lisboa, ano XXXI, n. 1.056, 23 mar. a 5 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. O que eu faço também é patrimônio imaterial: depoimento. Entrevistadora: Clara Ferreira Alves. *Expresso*, Lisboa, p. 34-41, 28 jan. 2012.

VASCONCELOS, Joana. Em Veneza, num cacilheiro: depoimento. Entrevistador: Luís Ricardo. *JL - jornal de letras, artes e ideias*, Lisboa, ano XXXIII, n. 1.111, p. 18-21, 1-14 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Portugal está irritante?: depoimento. Entrevistadores: Valter Hugo Mãe; Valdemar Cruz. *Expresso*, Lisboa, n. 2.073, 21 jul. 2012.

## Referências bibliográficas

BACELAR, José. Resposta ao inquérito “Depõem críticos e artistas acerca da génese e da universalidade da arte moderna”. *O Diabo*, Lisboa, ano V, n. 240, p. 4-5, 29 abr. 1939.

Brites, Joana. *O capital da arquitectura: Estado Novo, arquitectos e Caixa Geral de Depósitos (1929-1970)*. Lisboa: Prosafeita, 2014.

COLAÇO, Tomaz Ribeiro. Arquitectura e religião: carta aberta de Tomaz Ribeiro Colaço ao sr. cardeal patriarca de Lisboa. *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, III série, ano XXXI, n. 47, p. 19-22, fev. 1939.

CRAVOÉ, Pedro Alexandre. Da pintura, sua existência em Portugal, e seus mais distintos artistas. *Jornal de Belas Artes ou Mnemósine Lusitana*, Lisboa, n. III, p. 33-43, 1817.



CUNHAL, Álvaro. Resposta ao inquérito “Depõem críticos e artistas acerca da génese e da universalidade da arte moderna”. *O Diabo*, Lisboa, ano V, n. 240, p. 4, 29 abr. 1939.

DIONÍSIO, Mário. Resposta ao inquérito “Depõem críticos e artistas acerca da génese e da universalidade da arte moderna”. *O Diabo*, Lisboa, ano V, n. 240, p. 4-5 e 8, 29 abr. 1939.

FREUD, Sigmund. *Sobre os sonhos*. Alfragide: Texto Editora, 2011. (1. ed.: 1901).

GARCIA, Arnaldo Ressano. A pintura avançada: impressões de uma viagem a Paris. *Brotéria*, Lisboa, volume XXIX, p. 67-74 e 153-161, jul./ago. 1939.

LINO, Raul. *A nossa casa*: apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples. 3. ed. S.l.: s.e., s.d. (1. ed. – Lisboa: Atlântida, 1918).

MAIO, Guerra. A arte portuguesa nos nossos caminhos de ferro. *Revista de Turismo*, Lisboa, ano I, n. 11, p. 81-82, 5 dez. 1916.

MARMELEIRA, José. Joana Vasconcelos: quem tem medo da artista colorida e bem-sucedida. *Público*, Lisboa, ano XXIII, n. 8.107, p. 24-25, 19 jun. 2012.

MONTEIRO, Adolfo Casais. Resposta ao inquérito “Depõem críticos e artistas acerca da génese e da universalidade da arte moderna”. *O Diabo*, Lisboa, ano V, n. 240, p. 4, 29 abr. 1939.

MOURA, Leonel. Segmentos de identidade. *Via Latina*, Coimbra, p. 66, fev. 1990.

NEGREIROS, Almada. Mística colectiva. *Sudoeste*, Lisboa, n. 1, p. 30-31, jun. 1935.

\_\_\_\_\_. Vistas do SW. *Sudoeste*, Lisboa, n. 2, p. 6-12, out. 1935.

\_\_\_\_\_. Resposta ao inquérito “Depõem críticos e artistas acerca da génese e da universalidade da arte moderna”. *O Diabo*, Lisboa, ano V, n. 240, p. 4 e 8, 29 abr. 1939.

OLIVEIRA, Alberto de. *Palavras loucas*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1984. (1. ed.: 1894.)

PAMPLONA, Fernando de. Uma obra de arte: *A exposição do mundo português*. *Ocidente*, Lisboa, volume XI, n. 31, p. 164-180, nov. 1940.

\_\_\_\_\_. *Rumos da arte portuguesa*. Porto: Portucalense Editora, 1944.

PASCOAES, Teixeira. *Arte de ser português*. Lisboa: Edições Roger Delraux, 1978. (1. ed.: 1915.)

PEDRO, António. Resposta ao inquérito “Depõem críticos e artistas acerca da génese e da universalidade da arte moderna”. *O Diabo*, Lisboa, ano V, n. 240, p. 4, 29 abr. 1939.

PORTELA JÚNIOR, Severo. *Arte antiga, arte moderna*: relatório apresentado à Junta de Educação Nacional. Lisboa: [edição do autor], 1936.

REIS, Jaime Batalha. *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. Organização, prefácio e notas de Elza Miné.

RIBEIRO, António Pinto. Uma identidade sem fronteiras. *Público*, caderno Ípsilon, Lisboa, 5 ago. 2011.

ROSMANINHO, Nuno. *Relatório da unidade curricular de identidade artística portuguesa*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2014. Três volumes policopiados.

SILVA, Mónica Leal da. Não é só futebol. *Público*, Edição Porto, ano XXIII, n. 8.122, p. 47, 4 jul. 2012.

SIMÕES, João Gaspar. Nacionalismo em literatura. *Presença*, Coimbra, n. 7, p. 1-2, 8 nov. 1927.

\_\_\_\_\_. Resposta ao inquérito “Depõem críticos e artistas acerca da génese e da universalidade da arte moderna”. *O Diabo*, Lisboa, ano V, n. 240, p. 4-5, 29 abr. 1939.

SANTOS, Reynaldo dos. *Conferências de arte*: 2. série. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943.

\_\_\_\_\_. *Oito séculos de arte portuguesa: história e espírito*. [Lisboa]: Empresa Nacional de Publicidade, s.d. [1963-1970]. Três volumes.

VARGAS, António Pinho. *Música e poder: para uma sociologia da ausência da música portuguesa no contexto europeu*. Tese policopiada (Doutorado em Economia) – Coimbra, 2010.

VICENTE, Arlindo. Resposta ao inquérito “Depõem críticos e artistas acerca da génese e da universalidade da arte moderna”. *O Diabo*, Lisboa, ano V, n. 240, p. 4, 29 abr. 1939.

# Controle das massas e sociedade de consumo

## O mito do futebol fascista

Daniele Serapiglia<sup>1</sup>

Nos anos de 1930, o futebol se afirmou na Itália minando o ciclismo que, até aquele momento, era considerado o esporte nacional por excelência. Esta escalada foi favorecida pelos meios de comunicação que, desde 1934, sempre deram mais espaço para o futebol em sua versão inglesa. As causas desse sucesso devem ser buscadas na vitória da seleção treinada por Vittorio Pozzo e no desejo do fascismo de usar o futebol como um meio de propaganda, pois via no gosto da massa pelo esporte uma forma divertida de socialização. Antes dessa mudança, o regime tentou investir na *volata*,<sup>2</sup> uma atividade criada naqueles anos, reivindicada como um esporte totalmente italiano, que misturava as regras do futebol e do rúgbi. Victoria de Grazia faz um relatório onde reflete: “a *volata* foi a reconstrução do futebol clássico feita por Turati, secretário do partido, um esporte verdadeiramente romano e posteriormente fascista”.<sup>3</sup> Achille Starace, sucessor de Turati na direção do PNF (Partido Nacional Fascista), após o breve período de Giurati, afirmava que a *volata* era “mais lógica tecnicamente e também mais correspondente ao temperamento italiano, porque jogar com as mãos é mais racional”.<sup>4</sup> Apesar do esforço promocional, este esporte não caiu no gosto popular. Em 1931, no segundo campeonato nacional do desporto, participam 809 equipes e, de 1933 em diante, essa modalidade assistiu a um declínio rápido e inexorável.<sup>5</sup> Tudo isso demonstrava que, por mais que se esforçassem, não eram capazes de impor aos italianos nada que não caísse realmente no gosto popular. Mesmo o mito *del duce* [o líder] tinha se desenvolvido em terreno favorável. Escreve Emilio Gentile:

Ainda que penetrante e implacável, a propaganda de um mito político deve endereçar-se a um público que está, em alguma medida, preparado para receber este mito que com o seu comportamento facilite o nascimento e o sucesso enquanto for necessário à própria existência. Para ter sucesso, o mito político deve estar de acordo com os desejos e aspirações coletivas, deve envolver-se em uma tradição cultural de tipo popular ou intelectual e deve, portanto, assimilar a sua própria estrutura.<sup>6</sup>

---

1 Doutor pela Universidade de Coimbra e Universidade de Bolonha, pesquisador na Universidade Nova de Lisboa.

2 Nota da tradutora: *volata* – desporto em equipe jogado com bola e criado pelos fascistas italianos como alternativa à propagação de esportes vindos do estrangeiro: futebol, basquetebol, voleibol, rúgbi etc. Como a adesão da população italiana foi bastante tímida, a modalidade foi sendo aos poucos abandonada.

3 DE GRAZIA, Victoria. *Consenso e cultura di massa nell’Italia fascista*, p. 201.

4 *Ibidem*.

5 PAPA, Antonio; PANICO, Guido. *Storia sociale del calcio in Italia*, p. 134.

6 GENTILE, E. *Fascismo*, p. 114-115.

Assim como o mito político, os do mundo esportivo tiveram a necessidade de encontrar o seu próprio entrelaçamento com o público. No caso do futebol, esta fusão foi tão bem calibrada que permanece até hoje. As razões para este sucesso residem na mudança que a sociedade italiana estava atravessando desde o fim da Primeira Grande Guerra. Como sugere Antonio Gibelli, a guerra teve um papel decisivo na modernização da Itália: “a guerra faz emergir alguns traços típicos da sociedade de massas”, embora “não tenha significado um crescimento generalizado nem a diversificação do consumo representa um dos seus elementos constitutivos: alguns colocam o início desse processo nos anos [19]30, mas sua plena afirmação não se dá antes dos anos [19]50”.<sup>7</sup> A aceleração impressa a essa evolução e certo crescimento econômico a partir de 1921<sup>8</sup> levaram, no entanto, algumas faixas da sociedade a desfrutar de mais tempo para o lazer em todas as suas formas de entretenimento, o que fez com que o cinema se tornasse o mestre da época, tendo, a partir do pós-guerra, vivido uma verdadeira invasão de produtos provenientes dos Estados Unidos. O cinema hollywoodiano chegara à Europa já antes da Primeira Guerra, mas havia começado a se afirmar graças às películas que alcançaram o velho continente para o lazer dos soldados do “Tio Sam”, empenhados na luta contra as tropas das potências centrais.<sup>9</sup> Desde 1920 a propagação de tais películas superou a indústria cinematográfica italiana que, até 1914, dominava o mercado interno. Brunetta nos conta como, desde 1923, algumas grandes empresas de cinema norte-americanas abriram as primeiras filiais na Itália. Com esses filmes, havia chegado à Itália um novo estilo de vida e novas divas do cinema, as quais, em breve tempo, tinham tomado o lugar de suas correspondentes italianas.<sup>10</sup>

Neste ensaio, é importante mencionar a afirmação dessa cinematografia, porque o modelo estadunidense virá a ser absorvido pelo fascismo em apoio à adoração de seus mitos, incluídos aí os esportistas. A própria Cinecittà<sup>11</sup> foi apoiada pelo regime em um período no qual muito se reclamava por uma Hollywood italiana.<sup>12</sup> Não se deve pensar, contudo, que o nascimento da cidade do cinema romana, em 1935, tivesse significado a exclusão dos filmes americanos das fachadas dos cinemas italianos. Em 1938, na Itália, a lista de filmes estrelados por atores e atrizes norte-americanos açambarca 73% da arrecadação total.<sup>13</sup> Brunetta expli-

---

7 GIBELLI, A. *La grande guerra degli italiani*, p. 12.

8 Naquele período a renda per capita passou de 2.387 liras em 1919 para 3.079 em 1929. PAPA, Antonio; PANICO, Guido., *Storia sociale del calcio in Italia*, p. 122-123.

9 DE GRAZIA, Victoria. *L'impero irresistibile*, p. 312.

10 BRUNETTA, G. P. *Cent'anni di cinema italiano*, p. 133.

11 N. da t.: Cinecittà – complexo de teatros e estúdios cinematográficos localizado em Roma e destinado à maior parte da produção de filmes italianos, bem como, posteriormente, às produções televisivas.

12 BRUNETTA, G. P., op. cit., p. 175-178..

13 *Ibidem*, p. 168.

ca como [Giuseppe] Bottai, depois da nacionalização do Instituto Luce [L'Unione Cinematografica Educativa],<sup>14</sup> em 1925, com o objetivo de fazer propaganda da cultura fascista, favoreceu a difusão dos produtos estadunidenses que se caracterizavam por serem pouco ideológicos e ótimos pela qualidade narrativa e de entretenimento.<sup>15</sup> É notável que naqueles anos aconteça uma verdadeira e própria explosão do cinema: entre os anos de 1929 e 1930, os gastos dedicados pela população italiana à telona variaram entre 365 e 390 milhões de liras e significaram 61% da receita obtida em todos os grandes eventos, mesmo os esportivos.<sup>16</sup> Se constataremos que as projeções de cada filme italiano no exterior foram acrescentadas, a partir de 1927, de um cinejornal do Instituto Luce, podemos entender como os filmes interpretados por Greta Garbo, Marlene Dietrich, Gary Cooper, Charles Chaplin e Jean Harlow eram simpáticos ao fascismo. Chamado a assistir ao espetáculo cinematográfico, o espectador era levado a ver também cinejornais e revistas semanais que celebravam o mito da Itália mussolineana. O cinema, assim, tornava-se um lugar de culto onde se praticava passivamente a religião do Estado Novo.

Se o cinema era o templo da “religião” fascista, como as praças onde aconteciam os grandes comícios, os estádios de futebol vinham se tornando as arenas nas quais novos gladiadores celebravam, todos os domingos, as virtudes dos jovens. Jovens que atuavam tal qual os atores de Hollywood, com os quais os espectadores se identificavam; eram os jogadores de futebol que, com suas conquistas esportivas, mostravam o espírito de luta tão caro ao fascismo.

Mas por que o futebol se impôs no imaginário coletivo italiano sobre os demais esportes? E por que o fascismo investiu em sua difusão?

Para entendermos isso, devemos ainda partir da Primeira Grande Guerra. Como escreve Emilio Gentile, recuperando Remo Fasani:

A tragédia da guerra, a experiência da morte em massa pela primeira vez vivida por milhões de homens nas trincheiras, favoreceu o ressurgimento do sentimento religioso tradicional e também contribuiu para a formação de novas correntes de religiosidade secular que tiveram sua origem na guerra e que revestiam de uma renovada sacralidade os mitos da nação, dando impulso à recuperação e difusão das formas de religião civil por meio da propaganda patriótica e da celebração do culto dos mártires e dos heróis que pela pátria se sacrificaram.<sup>17</sup>

---

14 N. da t.: Instituto Luce (União Cinematográfica Educativa) – fundação cinematográfica para a educação por meio da imagem para os analfabetos italianos. Estatizado por Mussolini, tornou-se o órgão difusor da cultura italiana e da propaganda nacional e patriótica. A sigla forma a palavra luce, que significa luz.

15 BRUNETTA, G. P. *Cent'anni di cinema italiano*, p. 167.

16 *Ibidem*, p. 162.

17 GENTILE, Emilio. *Il culto del littorio*, p. 32.

Essa nova religiosidade secular trouxe a necessidade de pertencer a uma comunidade, reforçada pelo sentimento de camaradagem que se difundiu nas trincheiras. Como escreve Mosse, a guerra havia promovido o culto do homem comum,<sup>18</sup> equiparando jovens de diferentes origens sociais. Finalizada a guerra, esse culto podia ser vivido de forma coletiva, no envolvimento das pessoas comuns nas atividades dos partidos de massa e também por meio do esporte, que podia apaixonar as pessoas reativas à política.

O regime fascista, portanto, considerava central no processo de criação do novo homem a preparação física dos italianos. O novo homem, de fato, devia estar pronto para a guerra, como “os heróis” caídos na Primeira Guerra Mundial. Como escreve Emilio Gentile:

A guerra regenerativa para a criação do homem foi o mito e a esperança que animaram o entusiasmo intervencionista dos apocalípticos da modernidade e nenhum desses tinha imaginado uma regeneração sem catástrofe, sem as dores do parto, sem a necessidade de purificação por meio de um banho de sangue expiatório.<sup>19</sup>

Nesse sentido, parece apropriado o que Sergio Giuntini, parafraseando Karl von Clausewitz, afirma: “o esporte, como a política, é a continuação da guerra por outros meios”.<sup>20</sup>

No que diz respeito ao futebol, a visão do esporte como valorização do culto ao homem comum é confirmada durante a Primeira Grande Guerra, com a criação da L'Unione Libera Italiana Del Calcio (Ulic) [União Livre Italiana de Futebol], que propiciava a prática do esporte entre os menos favorecidos. Essa experiência se conclui somente em 1926, quando a Ulic se funde com a Federação Italiana do Jogo de Futebol [FIGC].<sup>21</sup> Assim, podemos concordar que o futebol se afirmou porque encontrou um terreno fértil na vontade dos jogadores e torcedores de se identificar com um esporte coletivo, no qual, por meio da competição, se pode afirmar uma identidade, um pertencimento local e nacional. Mas por que exatamente o futebol e não outro esporte qualquer de equipe, tal como o basquetebol<sup>22</sup> ou o voleibol?<sup>23</sup> O futebol inglês havia chegado à Itália anos antes e, apesar de não ter alcançado nem sequer minimamente os níveis de público do ciclismo, mesmo nos anos da Primeira Grande Guerra, já desfrutava de um discreto núme-

---

18 MOSSE, G. L. *Le guerre mondiali*, p. 60..

19 GENTILE, EMILIO. *L'apocalisse della modernità*, p. 248.

20 GIUNTINI, S. *Lo sport e la Grande Guerra*, p. 7..

21 MARTIN, S. *Calcio e fascismo*, p. 26.

22 O basquetebol tinha chegado à Itália em 1907, mas só a partir de 1910 se espalhou pelo país graças à Associação Cristã de Moços de Roma. BATTENTE, S.; MENZANI, T. *Storia sociale della pallacanestro in Italia*, p. 11 e 12.

23 O voleibol chegou à Europa e à Itália pelas tropas norte-americanas envolvidas na Primeira Guerra Mundial. GIUNTINI, S. *Pallavolo*, p. 257.

ro de praticantes e torcedores. Participaram do encontro Itália-Bélgica, no 1º de maio de 1913, 18 mil espectadores, uma cifra bem longe dos números que começam a se registrar depois da Primeira Guerra, mas já indicativo de certo interesse em relação a esta modalidade esportiva.<sup>24</sup>

Esses números fizeram com que até mesmo a mídia prestasse atenção ao futebol. No mesmo ano nasciam os periódicos *Football*, fundado por Cesare Fanti, e o semanal genovês *Il Calcio*, os primeiros a se ocupar sistematicamente do futebol.<sup>25</sup> *La Gazzetta dello Sport* e os espaços destinados ao esporte nos grandes jornais, como o *Corriere della Sera* e *La Stampa*, de fato, continuaram a favorecer o ciclismo e o boxe, e também as corridas automobilísticas, o atletismo e a ginástica.<sup>26</sup> Nas manchetes das primeiras páginas eram consideradas somente as vitórias das equipes nacionais italianas, tendência que durou até o fim dos anos de 1930. O quinto título do Juventus na primavera de 1935, por exemplo, foi celebrado só nas páginas internas da *La Gazzetta dello Sport*.<sup>27</sup> Foi graças à *nazionale*<sup>28</sup> que o futebol ganhou definitivamente sua notoriedade. Em 15 de janeiro de 1922, a Itália enfrentou a Áustria no velódromo Sempione de Milão, que registrou a presença de 22 mil espectadores, enquanto na inauguração do estádio Littoriale de Bolonha, na era fascista, estiveram presentes para assistir à partida entre Itália e Espanha cerca de 55 mil pessoas.<sup>29</sup>

Estes números nos oferecem a oportunidade de perceber que o futebol podia agregar os italianos, mas também de compreender como a construção dos estádios era fundamental para o fortalecimento da relação entre o fascismo e as massas. A esse respeito vale a pena nos determos um momento sobre a construção dos estádios bolonheses: um caso certamente paradigmático em comparação com o desenvolvimento da engenharia esportiva durante as duas décadas seguintes. Sob a orientação de Leandro Arpinati, chefe do fascismo bolonhês e, entre 1926 e 1933, presidente da FIGC, a cidade sofreu certa maquiagem no centro, enquanto na periferia era criada uma variedade de novas cidades *felsinea*,<sup>30</sup> nascidas à sombra do próprio estádio Littoriale. Este estádio foi projetado pelo engenheiro Umberto Costanzini. Definida por Giuliano Fresleri como uma “obra moderna, mas

---

24 PAPA, Antonio; PANICO, Guido. Storia sociale del calcio in Italia, p. 91.

25 Ibidem, p. 97.

26 Ibidem, p. 95 e 96.

27 TRIFARI, E.; ARTURI, F. *Le prime pagine de La Gazzetta dello Sport*, p. 103.

28 N. da t.: os italianos chamam os times nacionais desportivos do país de nazionale (nacional) ou de azzurri (azuis).

29 PAPA, Antonio; PANICO, Guido, op. cit., p. 125.

30 N. da t.: *felsinea* ou *felsina* é a latinização do gentílico da cidade de Felzna, nome dado pelos etruscos à cidade de Bolonha, em 534 a.C., ano de sua fundação. Neste caso, felsinea é o mesmo que bolonhesa.

não tanto” e ligada à liberdade bolonhesa,<sup>31</sup> o estádio foi atribuído, no entanto, a Arpinati. Como apontado por Brunella della Casa, esta tendência de atribuir a Arpinati qualquer obra que fosse contruída no distrito de Emilia Romanha é clara a partir da leitura da revista mensal da administração municipal. Em seu número de dezembro de 1926, aparece escrito: “Bolonha sabe e vê a cada dia os efeitos das atividades magníficas do chefe do fascismo: a Casa do Fascismo, a biblioteca, a Universidade de Cultura Fascista, jornais, revistas etc. e finalmente o Littoriale”.<sup>32</sup> Esta circunstância não surpreende, mesmo considerando a concentração de poderes nas mãos dos líderes romanhos. Brunella della Casa conta como Arpinati entrega a pessoas de sua confiança cargos e chefias de responsabilidade que pessoalmente não podia cumprir, muitas vezes por evidentes conflitos de interesses.<sup>33</sup>

M. Gallian, em seu *Arpinati, uomo politico e di sport* [Arpinati, homem político e do esporte], coloca ênfase na sua principal realização, o estádio Littoriale. Gallian escreve:

O anfiteatro de Arpinati, o estádio de Bolonha, é justamente o oposto, a reação, a vingança contra a Paris moderna, cheia de velhos tipos decadentes; é a reação contra um tipo de vida que amava a hipocrisia e a arma branca: é a vida ao sol contra a vida noturna, nas calçadas e armários do assim chamado vício estético; é a saúde contra a doença.<sup>34</sup>

Como sublinhado por Cavazza, durante as celebrações do décimo aniversário, o Littoriale foi transformado “no lugar da metáfora da luta pelo poder entre as nações”.<sup>35</sup> Leiamos seu *Bologna e il I decennale delle camice nere* [Bolonha e a primeira década dos camisas negras]:

O Littoriale vale o Coliseu, tanto por seu significado como por seu tamanho, e é o primeiro verdadeiro monumento da nova era [...]. O Littoriale tem a mesma estrutura necessária e eficaz da nova interpretação da força italiana: uma bola que passa nas traves significa a tomada de posse, o ideal de conquista da nação adversária.<sup>36</sup>

Em seguida, adiciona:

Nós preferimos um renascimento clássico no teatro de Fiesole, uma reconstrução fascista da arte teatral em um estádio. O ator hoje deve ser entendido como o espírito da massa operária, sem dúvida, assim cairiam, inevitavelmente, os trabalhadores que se deslocam no ambiente familiar, [...] ou que têm visões rasas da vida.<sup>37</sup>

---

31 GRESLERI, G. La costruzione della città e dell'architettura tra le due guerre, p. 219.

32 Il primo podestà di Bologna. *Il comune di Bologna*, XII, dicembre 1926, p. 916, apud DELLA CASA, B. Leandro Arpinati: ascesa e caduta di un gerarca di provincia, p. 495.

33 DELLA CASA, Brunella. *Leandro Arpinati: un fascista anomalo*, p. 174.

34 GALLIAN, M. *Arpinati uomo politico e di sport*, p. 24-25.

35 CAVAZZA, S. Miti e consenso durante il fascismo, p. 460.

36 CAVAZZA, S. *Bologna e il I decennale delle camicie nere*, p. 14.

37 Ibidem, p. 461.



O de Bolonha foi apenas o primeiro dos grandes estádios fascistas. Em 1934, de fato, a Itália foi convidada a sediar a Copa do Mundo de futebol. Na ocasião, foram levantadas várias estruturas monumentais, incluindo estádios em Florença, Turim e Nápoles. Tais estruturas nas principais cidades do interior foram chamadas de Partenopeo e dedicadas a um mártir fascista: em Florença, a Giovanni Berta, e em Turim, ao próprio Benito Mussolini. Estas estruturas também testemunharam o sucesso da *azzurri* na competição: um evento que cimentou permanentemente o casamento entre italianos e seu *nazionale*.

A devoção pela *azzurri*, de qualquer forma, podia também ser explicada com a onda de nacionalismo resultante da Primeira Guerra. Partidas evocativas como aquela com a Áustria, a que nos referimos, mas também a semifinal do mundial de 1934 e a final do torneio olímpico de Berlim, em 1936, não poderiam deixar de estimular a memória da guerra de 1915-1918. Mesmo o futebol teve seus mártires. Durante o conflito mundial, muitos foram os jogadores que perderam a vida nos Alpes, como Virgilio Fossati, capitão do time nacional italiano e da Internazionale de Milão, que morreu em Montefalcone, em 1916.<sup>38</sup> Ele foi homenageado pelo fascismo que deu seu nome, em 1928, ao estádio de Via Goldoni, em Milão, a casa dos jogos da Ambrosiana, uma equipe nascida naquele ano da fusão do US Milanese e da Internazionale.<sup>39</sup>

O futebol, no entanto, era importante não só por seu valor político. Ele foi fundamental na Itália também pela sua relação com o mundo empresarial. Nos anos de 1920, os campos de jogos das grandes cidades começaram a ser cercados por cartazes publicitários das indústrias alimentícia, farmacêutica e de refrescos, enquanto, por exemplo, alguns cartazes esportivos eram distribuídos nos biscoitos Wafer. Algumas das equipes começaram a ser financiadas pelos grandes grupos empresariais. Piero Pirelli foi o precursor desta transação, iniciando tais operações com o Milan de 1908 a 1929; o Juventus selou o seu vínculo com a família Agnelli, proprietária da Fiat, a partir de 1923, marcando um casamento que continua até hoje.<sup>40</sup> Em outubro de 1926, a Fiat criou a sociedade editorial *La Stampa*, que colocou sob o controle direto de Giovanni Agnelli o jornal de mesmo nome,<sup>41</sup> na época em que era um dos mais populares. Como mencionado, *La Stampa* também foi um dos jornais mais atentos ao esporte, e é interessante notar que, a partir dessa data, o futebol começou a monopolizar as colunas da seção de esportes. Assinava as peças mais importantes dedicadas ao assunto um dos diretores da Pirelli, que também era o treinador do time italiano em 1912 e de 1921 a 1924, e iria dirigir novamente os *azzurri* nos anos de 1930 e 1940. Este correspon-

---

38 MARTIN, S. *Calcio e fascismo*, p. 37.

39 SOLINAS, S. *Stadi d'Italia*, p. 220.

40 PAPA, Antonio; PANICO, Guido. *Storia sociale del calcio in Italia*, p. 125.

41 FORNO, M. *La Stampa del ventennio, strutture e trasformazioni nello Stato totalitario*, p. 68.

dente se chamava Vittorio Pozzo. No mesmo ano, outro jornalista, Lando Ferretti, colaborador de *La Gazzetta dello Sport*, mas, sobretudo, deputado fascista, e, em 1925, presidente do Comissariado Olímpico Nacional Italiano [Coni], entregava definitivamente o futebol aos fascistas. Na verdade, ele foi um dos promotores, em agosto de 1926, do documento que será conhecido como Carta di Viareggio. Ela nasceu após a proclamação de uma greve dos árbitros, que tinha sido imposta por Ferretti em uma rescisão forçada, e por causa dos conflitos internos na Federação Italiana do Jogo de Futebol. De fato, a Carta definia um novo estatuto federal, estabelecia um sistema hierárquico de encargos, reformava os organismos estatais de futebol, definia o status de jogador e estabelecia novas regras para os estrangeiros, mas, especialmente, definia a imposição de um único time nacional. A única rodada caminhava, assim, para unir a Itália futebolista, com o objetivo de reforçar o sentimento nacionalista. No ano seguinte, o *fascio littorio*<sup>42</sup> ia unir-se ao escudo da Savoya no uniforme da equipe nacional italiana.<sup>43</sup>

O ano de 1928 consagrou o futebol como um esporte de equipe nacional na Itália, resultando em um maior envolvimento por parte dos jornais e revistas. É importante ressaltar que nesse mesmo período a imprensa já estava sofrendo um processo de “fascistização”. Entre 1927 e 1928, tinham sido expurgados das redações os jornalistas hostis ao regime. Criado pelo decreto régio n. 384, de 26 de fevereiro de 1928, o Sindicato Nacional Fascista de Jornalistas absorvera a Federação Nacional de Imprensa (dissolvida em 1926), estando, a partir de então, todos os registros profissionais desta categoria sob o controle da União e do sindicato fascista.<sup>44</sup> Deve ser lembrado que os jornalistas esportivos não sofreram grandes problemas, pois a imprensa esportiva conseguiu, pelo menos até 1936, desfrutar de certa liberdade. Emilio Colombo, diretor de *La Gazzetta dello Sport*, chegou a pedir ao subsecretário de Imprensa e Propaganda, Dino Alfieri, orientações claras a respeito do comportamento da imprensa esportiva para evitar que “[tateasse] no escuro da relação entre acontecimentos políticos e eventos esportivos”.<sup>45</sup>

Este ano de 1928 também foi crucial para o destino do futebol e para o bom resultado da equipe italiana nos Jogos Olímpicos de Amsterdã. De fato, a *azzurri* terminou em terceiro lugar, lançando o desafio que os levou rapidamente à primeira

---

42 O fascismo fez uso da simbologia clássica da Roma Antiga: a saudação romana que usava a letra “V” em vez da letra “U”, a águia romana e o *fascio littorio*, que era uma arma com um feixe de pedaços de madeira amarrados com tiras de couro em torno de um eixo. Esta arma tornou-se símbolo de poder e autoridade no Império Romano, simbolizando o poder de punir, a soberania e a unidade. O *fascio littorio* foi resgatado em vários movimentos políticos da Itália desde o século XVIII e tornou-se um emblema dos combatentes italianos de Benito Mussolini.

43 PAPA, Antonio; PANICO, Guido. *Storia sociale del calcio in Italia*, p. 135.

44 ALLOTTI, P. *Giornalisti di regime*, p. 36-37.

45 COLOMBO, E. apud TRANFAGLIA, N.; MURIALDI, P. & LEGNANI, M. *La stampa italiana nell'età fascista*, p. 183.

colocação mundial. Parece apropriado lembrar o artigo que Vittorio Pozzo escreveu no jornal mensal *Lo Sport Fascista*, dirigido por Lando Ferretti que, no ano anterior, estava na presidência do Coni e na direção do Escritório de Imprensa de Benito Mussolini. Sem muita “ênfase fascista”, o treinador, ex e futuro treinador do time nacional, escreve: “em uma competição onde todas as outras unidades europeias presentes rumorosamente desabaram em algum ponto, a Itália sozinha se levantou em defesa das cores do velho continente do modo mais árduo e mais vigoroso”. Pozzo ainda acrescentou: “é maturidade técnica autêntica aquela dos nossos jogadores. Maturidade que pode e deve em uma próxima ocasião levar as cores italianas ao mais alto sucesso, como merecidamente elevou com honra no pendão do estádio olímpico de Amsterdã”.<sup>46</sup> Estas palavras, que com a distância dos anos parecem adivinhação, dão uma noção da dimensão do nacionalismo esportivo italiano.

Ainda em 1928, aparece outro grande jornal esportivo, *Il Littoriale*, criado a partir das cinzas do *Corriere dello Sport*, que havia sido fundado três anos antes.

Em 1933, no entanto, instalaram-se as estações de rádio, ao lado dos grandes jornais. Nos anos de 1930, o rádio não representava mais um item de luxo, tornando-se acessível para muitos. Esta ferramenta, ao contrário dos jornais, poderia alcançar toda a população, mesmo a analfabeta, resultando em um dos mais eficazes meios disponíveis para levar o fascismo aos italianos. Em 1924, foi criado na Itália o Ente Italiano per La Audizione Radiofoniche (Eiar) [Entidade Italiana para a Audição Radiofônica], que rapidamente teve o monopólio dos rádios no país. O Eiar foi um importante veículo para o regime fascista que, por meio do rádio, estabeleceu sua própria propaganda, não só na Itália como no exterior. Como exemplo, podemos citar a Copa do Mundo de 1934, quando a transmissão dos jogos foi feita pelo rádio em Itália, Egito, Estados Unidos, Bélgica, Suíça, Holanda e Argentina.<sup>47</sup> Fazer conhecer no exterior a façanha dos jogadores italianos era fundamental para o fascismo. Como escreve Marchesini:

As vitórias dos atletas compatriotas pertencem a toda a comunidade que está no exterior e transmiti-la é uma mensagem com uma poderosa carga de identidade. As virtudes dos vencedores, as que lhe permitem emergir, não podem deixar de ser um patrimônio de todos aqueles que compartilham a mesma origem étnica.<sup>48</sup>

Na mesma linha de pensamento do que escreveu Marchesini, podemos dizer que manter uma identidade nacional, também por meio da imprensa desportiva, representava a forma do fascismo manter a Itália viva para milhões de emigrados que anualmente enviavam para a mãe pátria grandes remessas de dinheiro, essenciais para as necessidades nacionais.

---

46 *Lo sport fascista*, julho de 1928.

47 PAPA, Antonio; PANICO, Guido. *Storia sociale del calcio in Italia*, p. 125.

48 MARCHESINI, D. *Lo sport*, p. 397.

Muitos imigrantes alcançavam a voz de Nicolò Carosio, indicado como narrador dos jogos de futebol. Carosio foi escolhido nos registros da Eiar após o envio de uma carta na qual solicitava uma audição. Formado em direito, até 1933 trabalhou como empregado da Shell. Filho de uma pianista inglesa e de um inspetor de costumes siciliano, Carosio viveu por muito tempo com sua mãe na Grã-Bretanha, onde escutava os programas de esportes da BBC.<sup>49</sup> Ele sabia unir uma pomposa carga nacionalista em seus comentários futebolísticos, tanto que, mesmo após o fim do fascismo, ele continuou a trabalhar para o serviço público até 1970, tendo sido sempre considerado, por muitos, um homem do regime. Nesse contexto, graças às novas e velhas mídias, se consolidou o culto à personalidade de alguns jogadores de futebol, dentre eles Giuseppe Meazza.<sup>50</sup>

A figura de Meazza parece paradigmática na relação entre os jogadores e a massa, e nos mostra como foi desenvolvida pelo regime uma relação contraditória entre ela e a ideia fascista do esporte.

Giuseppe Meazza representava o protótipo do novo homem fascista. Nascido em 1910, o jogador milanês começou em 1936, com apenas 16 anos, no Inter. Seu experiente companheiro de equipe, Leopoldo Conti, o apelidou de Balilla.<sup>51</sup> Fisicamente forte, bonito, amado pelas mulheres e reconhecido por sua habilidade em nível internacional, Meazza parecia encarnar as melhores características da “raça italiana”. Com participação nas bem-sucedidas campanhas de 1934 e 1938, sua presença tornou-se funcional, não só para reforçar a imagem do fascismo em casa e no exterior, mas também a evolução do mundo do consumo. Meazza, na verdade, foi repetidamente chamado para fazer propaganda de determinados produtos, como o Fiat Balilla, um dos carros de maior sucesso na década de 1930. Sua vida pessoal também foi repetidamente invadida pela imprensa: suas fotos em campo se alternavam com as que o retratavam em sua vida privada. Meazza, além disso, também era protagonista de histórias para crianças e de algumas vinhetas do “Cine Comico”.<sup>52</sup> Naqueles anos, outras formas de arte popular se ocuparam dele. É o caso, por exemplo, da música. Nas ruas não era incomum ouvir alguém cantarolando: “La donzelletta vien dalla campagna leggendo *La Gazzetta dello Sport* e come ogni ragazza lei va pazza per Meazza che fa reti a tempo di *fox-trot*” [A jovem donzela vem do campo lendo *La Gazzetta dello Sport* e, como toda garota, ela é louca por Meazza, que faz gols em ritmo do *fox-trot*].

---

49 CARUSO, A. *Un secolo azzurro*, p. 119.

50 FOOT, J. *Calcio*, p. 223.

51 *Corriere della Sera*, 27 ago. 2010.

52 Readaptação do programa “Sabato del Villaggio” [Sábado da Vila], de Giacomo Leopardi, em voga na década de 1930. Não foi possível encontrar nem o autor nem o dia exato em que foi exibido pela primeira vez no rádio.

Naquela época, além de Meazza, que desfrutava o status de *superstar*, havia também outros esportistas. A imprensa em geral, o rádio e os cinejornais cantavam diariamente as glórias de outros atletas, como Primo Carnera e Tazio Nuvolari. Estes se tornaram protagonistas direta ou indiretamente de novelas, filmes e músicas. Se Meazza e a equipe nacional de futebol foram exaltados na música nacionalista de Ferruzzi-Borella, *W la squadra azzurra* [W e a equipe azzurra], após a vitória no mundial de 1934, Firpo-Sala compõe *Dai Carnera!* [Vamos lá, Carnera!]. Em ambos os casos, os versos dos autores citados foram musicados por Francesco Crinelli, que usava o nome artístico Crivel. A Nuvolari era creditado o tributo do Trio Lescano, *Arriva Tazio!* [Chega, Tazio!], uma assinatura Trotti-Mengoli. Nos três exemplos, o vínculo entre estes campeões e a cultura popular foi forte ao ponto de transmitir a lenda até os nossos dias.

Se a equipe de futebol de 1934 foi exaltada em 1990 por ocasião do mundial italiano, no filme de Vittorio De Sisti, *Il colore della vittoria* [A cor da vitória], o personagem de Carnera foi contado em dois filmes: *Il colosso d'argila* [O colosso de barro], de Mark Robson, com Humphrey Bogart, e mais tarde, em 2008, em *Carnera: the walking mountain* [Carnera: a montanha andante], de Renzo Martinelli. Sobre o pugilista nascido na cidade italiana de Sequals existiam também canções e gibis. A ele foi dedicado, em 1928, um trabalho do desenhista de histórias em quadrinhos Filippo Scozzari,<sup>53</sup> um dos fundadores da revista *Frigidaire* e da editora Primo Carnera, onde publicava também Andrea Pazienza que, naquele ano, tinha estampado nos jornais da mesma editora um quadrinho totalmente dedicado ao presidente da República Sandro Pertini.<sup>54</sup> Mais ou menos o mesmo se pode dizer de Nuvolari que, em 1948, interpretou o seu próprio papel em uma pequena e prestigiosa participação no filme de Mario Mattioli, *Totò al Giro d'Italia*<sup>55</sup> [Totó no Giro da Itália], que em 1976, depois de 23 anos da sua morte, foi protagonista da homônima canção de Lucio Dalla [Nuvolari].

Final, pode-se afirmar que, entre os ícones pop dos anos de 1920 e 1930 que sobreviveram ao fascismo, havia figuras esportivas como as mencionadas.

Tais figuras, sistematicamente, parecem responder ainda hoje, por meio das artes, a um apelo semelhante ao fascista e com as mesmas propriedades “teológicas”. Lemos no *Dizionario di politica*: “O rito do apelo se insere no reconhecimento da força espiritual para além da vida física que nas religiões se manifestam no culto aos santos e no povo, nas diversas fases da civilização, e de maneira diferente no culto dos heróis”.<sup>56</sup>

---

53 SCOZZARI, F. *Primo Carnera*.

54 PAZIENZA, A. *Pertini*.

55 N. da t.: Giro d'Italia é uma famosa competição italiana de ciclismo de longa distância.

56 GENTILE, E. *Il culto del littorio*, p. 54; DIZIONARIO DI POLITICA, p. 146-147.

Nesse sentido, como mencionado, o regime lidava com algumas contradições significativas. Se, de fato, os desportistas, como o próprio Meazza, pareciam ser a personificação do novo homem fascista, mesmo a partir da leitura dos jornais, podemos ver que eles eram também símbolos de uma vida abastada ao alcance de poucos italianos. Portanto, a contínua solicitação de sacrifício feita por Mussolini e seu governo às pessoas, bem como o culto da “morte jovem”, parecia entrar em conflito com a chamada vida feliz, pois ninguém tinha a intenção de terminar cedo o seu percurso nos campos de batalha.

Assim, podemos dizer que durante o fascismo existia “uma vida imaginada”, mais parecida com o que era exibido nas telas de cinema de comédias americanas, do que a descrita pela retórica do regime que tinha no sacrifício extremo por seu país o objetivo final.

Em nossa opinião, este contraste foi calculado. Os líderes da ditadura, tendo à frente Mussolini, sabiam que, em casa e no exterior, a Itália era apresentada como uma nação moderna, mostrando como o fascismo representava os meios mais adequados para que as pessoas alcançassem um estado elevado de bem-estar.

Em última análise, podemos afirmar que o futebol e o circo midiático que se criou em seu entorno podiam ter uma simples função: representar para o exterior a ideia de que a força do fascismo e do homem fascista eram um meio para consolidar nos italianos o sentimento nacionalista e com isso fazer-lhes aderir às convicções do regime, considerando o contexto de suas posses. Entrar em conexão sentimental com os italianos significava, de fato, também levá-los para longe do pesadelo das trincheiras, revelando que os heróis da Primeira Guerra Mundial não haviam combatido em vão, mas teriam contribuído para redesenhar as fronteiras da nação e lançar as bases da modernização sob a égide do fascismo. Pelo menos isso é o que aparece na leitura das entrelinhas da variada sociedade italiana entre os anos de 1920 e 1930: uma sociedade na qual as constantes guerras do passado e do futuro andavam de mãos dadas com o desejo de fortalecer o bem-estar dos italianos, como dois enamorados litigiosos.

**Traduzido por Heloisa Frossard**

## **Referências bibliográficas**

ALLOTTI, P. *Giornalisti di regime: la stampa italiana tra fascismo e antifascismo (1922-1948)*. Roma: Carocci, 2012.

BATTENTE, S.; MENZANI, T. *Storia sociale della pallacanestro in Italia*. Manduria; Bari; Roma: Pietro Licata, s.d.

BRUNETTA, G. P. *Cent'anni di cinema italiano*. v. 1. Dalle origini alla seconda guerra mondiale. Roma; Bari: Laterza, 2011. (1. ed.: 1995).

CARUSO, A. *Un secolo azzurro: cent'anni di Italia raccontati dalla nazionale di calcio*. Milano: Longanesi, 2013.

CAVAZZA, Stefano. *Bologna e il decennale delle camicie nere*. Bologna: Stabilimenti Poligrafici Riuniti, 1932.

\_\_\_\_\_. Miti e consenso durante il fascismo. In: VARNI, A. (org.). *Storia di Bologna: Bologna in età contemporanea 1915-2000*. Bologna: BUP, 2013. p. 439-432.

DE GRAZIA, Victoria. *Consenso e cultura di massa nell'Italia fascista: l'organizzazione del dopolavoro*. Roma; Bari: Laterza, 1981.

\_\_\_\_\_. *L'impero irresistibile: la società dei consumi americana alla conquista del mondo*. Torino: Einaudi, 2006. (1. ed.: 2005).

DELLA CASA, Brunella. Leandro Arpinati: ascesa e caduta di un gerarca di provincia. La costruzione della città e dell'architettura tra le due guerre. In: VARNI, A. (a cura di). *Storia di Bologna: Bologna in età contemporanea 1915-2000*. v. 4. Bologna: BUP, 2013.

DIZIONARIO DI POLITICA. A cura del Partito Nazionale Fascista. v. 1. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1940.

FOOT, J. *Calcio: 1898-2010, storia dello sport che ha fatto l'Italia*. Milano: BUR, 2010. (1. ed.: 2006).

FORNO, M. *La Stampa del ventennio, strutture e trasformazioni nello Stato totalitario*. Roma: Rubettino & Soveria Mannelli, 2005.

GALLIAN, M. *Arpinati uomo politico e di sport*. Roma: Pinciana, 1928.

GENTILE, Emilio. *Il culto del littorio*. Roma; Bari: Laterza, 1998.

\_\_\_\_\_. *Fascismo: storia e interpretazione*. Roma; Bari: Laterza, 2002.

\_\_\_\_\_. *L'apocalisse della modernità: la grande guerra per l'uomo nuovo*. Milano: Mondadori, 2008.

GIBELLI, A. *La grande guerra degli italiani: come la Prima Guerra Mondiale ha unito la nazione*. Milano: BUR, 2013. (1. ed.: 1998).

GIUNTINI, S. Pallavolo. In: LOMBARDO, A. *Storia degli sport in Italia 1861-1960*. Cassino: Il Vascello, 2004.

GRESLERI, G. *Lo sport e la Grande Guerra: forze amate e movimento sportivo in Italia di fronte al primo conflitto mondiale*. Roma: Rubettino, 2000.

\_\_\_\_\_. La costruzione della città e dell'architettura tra le due guerre. In: VARNI, A. (org.). *Storia di Bologna: Bologna in età contemporanea 1915-2000*. Bologna: BUP, 2013.

MARCHESINI, D. *Lo sport*. In: BEVILACQUA, P.; DECLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell'emigrazione italiana*. v. II. Arrivi. Roma: Donzelli, 2009, p. 397. (1. ed.: 2002).

MARTIN, S. *Calcio e fascismo: lo sport nazionale sotto Mussolini*. Milano: Mondadori, 2006. (1. ed.: 2004).

MOSSE, G. L. *Le guerre mondiali: dalla tragedia al mito dei caduti*. Roma; Bari: Laterza, 1998. (1. ed.: 1990).

PAPA, Antonio; PANICO, Guido. *Storia sociale del calcio in Italia: dai club dei pionieri alla nazionale sportiva*. Bologna: Il Mulino, 1993.

PAZIENZA, A. *Pertini*. Milano: Primo Carnera, 1982.

SCOZZARI, F. *Primo Carnera*. Milano: Primo Carnera, 1982.

SOLINAS, S. *Stadi d'Italia: la storia del calcio italiano attraverso i suoi templi*. Acireale-Roma: Bonanno, s.d.

TRANFAGLIA, N.; MURIALDI, P.; LEGNANI, M. *La Stampa italiana nell'età fascista*. Roma; Bari: Laterza, s.d.

TRIFARI, E.; ARTURI, F. *Le prime pagine de La Gazzetta dello Sport: le emozioni, i protagonisti, le sfide dalla nascita fino alla XXX olimpiade*. Milano: Rizzoli, 2012.



## Parte V

### A violência e o controle institucionalizados



Vista geral da parada da Mocidade Portuguesa. Lisboa, 1937.  
Correio da Manhã. Acervo Arquivo Nacional. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_03606\_018

# Os tentáculos da Ovrá na mente dos italianos

Ottavio D'Addea<sup>1</sup>

O nascimento da Ovrá [Organizzazione per la Vigilanza e la Repressione dell'Antifascismo – Organização para a Vigilância e a Repressão do Antifascismo],<sup>2</sup> a polícia política fascista, é legado da evolução dos aparatos de polícia e da história do Ministério do Interior.

A reputação da Ovrá está ligada à aura de mistério que envolve o seu nome. O termo aparece, pela primeira vez, em 3 de dezembro de 1930, em um comunicado de imprensa da agência Stefani na captura da rede clandestina milanesa Justiça e Liberdade e de algumas células comunistas da Emilia Romagna. Na minuta de um despacho para Arturo Bocchini, Mussolini substitui a palavra polícia por Ovrá.<sup>3</sup> Astuto conhecedor da psicologia de massas,<sup>4</sup> Mussolini cria um órgão, ou o apresenta, mas não dá nenhuma explicação sobre o significado da sigla. Sucedem-se interpretações sobre tal sigla que variam de uma organização voluntária da repressão fascista, ou talvez, mais provavelmente, de uma chamada para o serviço secreto czarista do Ochrana, ou até mesmo para uma formação tentacular, como um polvo.

A natureza crucial do Ministério dos Negócios Internos é evidenciada pelo interesse demonstrado por Mussolini que, com exceção dos suportes de trinta meses de delegação para Federzoni, imposta pela crise Matteotti, governa e influencia diretamente o ministério por vinte anos, de 31 de outubro de 1922 a 25 de julho de 1943, e, conseqüentemente, a polícia. Mussolini prova ser um verdadeiro “ministro” da polícia, que valoriza o órgão melhorando a função eminentemente política, como evidenciado pelas audiências diárias realizadas com Bocchini.

Para reconstruir a história da Ovrá é necessário fazer um breve relato da “construção fascista da máquina policial”, que formalmente começa em 11 de novembro de 1922 com Emilio De Bono, que assume o cargo de superintendente geral da polícia, com as funções anteriormente atribuídas ao diretor-geral da Segurança Pública.

---

1 Doutor em História pela Universidade de Bolonha.

2 Nota da tradutora: Ovrá – polícia secreta e política da Itália, fundada em 1927 sob o regime de Benito Mussolini, no reinado de Vittorio Emmanuele III.

3 AA.VV. *Dizionario del fascismo*. FRANZINELLI, Mimmo. *OVRA*; FRANZINELLI, Mimmo. *I tentacoli dell'OVRA*.

4 Gaetano Salvemini, falando do fascismo, diz que foi fundado por um “gênio da propaganda”, Mussolini, um eficaz jornalista que mostra desde o início de sua carreira política a capacidade de colher elementos mais adequados para manipular o consenso em detrimento de quantos se opõem a sua ascensão pessoal.

O novo chefe de polícia favorece a relação entre o regime e o Estado por meio de circulares que acabam por formar um conjunto de documentos históricos de valor excepcional por sua importância ideológica e operacional.

Em 15 de dezembro, uma circular enviada aos prefeitos expande este objetivo no âmbito operacional. Qualquer um pode ser inimigo do partido no poder. “Eu não acho que devemos dispensar atenção especial aos comunistas em vez de aos republicanos ou à população. O Estado pode ter inimigos perigosos mesmo entre os homens que ostentam grande devoção ao próprio Estado e ao país”.<sup>5</sup> A maioria dos prefeitos se adapta às novas tarefas quatro dias depois, em uma segunda circular que professa as regras precisas de conduta.

O fascismo da polícia passa pela fascistização dos prefeitos, que resulta ser um dos pilares da estratégia de Mussolini.

O primeiro gabinete Mussolini desempenha um papel de transição que vai de tolerância repressiva (típica da época liberal) ao controle total dos movimentos dos adversários.

Esta fase é demonstrada pela capacidade do diretor-geral da PS [Pubblica Sicurezza – Segurança Pública] de recrutar pessoas fora da administração para serem usadas em tarefas de investigação.<sup>6</sup>

A ambiguidade desta fase é representada pelo chefe de polícia e comandante-geral da MVSN [Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale – Milícia Voluntária de Segurança Nacional, conhecida como *camice nere*, camisas negras], De Bono, que também é almirante do corpo da Armada italiana.

O assassinato de Matteotti faz explodir as contradições desta estrutura. O sequestro e assassinato do secretário do Partido Socialista Unificado, em junho de 1924, destaca a existência de um tipo de polícia fascista secreta composta por elementos prontos a atacar, bastando um sinal dos chefes.

La Ceca [polícia secreta de modelo tcheco-soviético] é um arquétipo de “estruturas paralelas” que operam em um nível profundo na sociedade italiana, condicionando secretamente escolhas e orientações de política interna e internacional.

O escândalo do sequestro do respeitável sr. Matteotti custa a De Bono o seu cargo. Francesco Crispo Moncada, ex-prefeito de Trieste e vice-comissário-geral de Venezia Giulia, o substitui em 18 de junho.

---

5 Circolare n. 33.526 del direttore generale della PS [Segurança Pública] ai prefetti, 15 dicembre 1922, con la quale si dispone la schedatura degli elementi antinazionali; ACS, direzione generale OS – Divisione affari generali e riservati, atti speciali, b. 4.

6 Régio decreto n. 762, de 18 de março de 1923.

A mudança de direção é sentida em 1925 e, em decorrência, o governo elabora uma série de decretos que ampliam as prerrogativas dos investigadores e reduzem os direitos civis.

É configurado o corpo dos agentes de Segurança Pública, com funções de investigação política e com a possibilidade de recrutar informantes e infiltrá-los nos grupos de oposição.<sup>7</sup> Em junho, se acrescenta o serviço de vigilância e censura de telefones para fins de segurança do Estado.<sup>8</sup>

Isso significa uma ruptura da instituição dentro da Divisão de Negócios Gerais e Confidenciais do Ministério do Interior no início de maio 1925, que institui o Escritório Especial do Movimento Subversivo, encarregado do controle dos comunistas. A gestão é confiada ao comissário-adjunto Guido Leto.

Para a formação deste instituto contribuíram diversos atentados contra Mussolini. A conspiração Zanibini é responsável pela suspensão da Maçonaria e do Partido Socialista Unificado. Outro atentado é o de Violet Gibson, um velho irlandês que fere Mussolini. Por fim, Gino Lucetti promove o lançamento de uma bomba em 11 de setembro de 1926.

Em 31 de outubro, o terceiro atentado no período de sete meses é implementado por Anteo Zamboni, jovem de uma família de anarquistas que dispara um tiro de revólver contra *il duce* [o líder]. No início de novembro os “camisas negras” devastam os lugares que restam ao movimento antigoverno.

Esta série de atentados levanta muitas críticas contra Crispo Moncada, mostrando sua inadequação para a chefia de polícia. Em 13 de setembro ele renuncia e, para o seu lugar, é nomeado o prefeito Arturo Bocchini.

A nomeação de Bocchini “marca uma época”, pois acontece pouco antes da aprovação das leis extraordinárias de segurança pública invocadas e justificadas pela comoção causada no país pelos ataques contra Mussolini.

A pena de morte é introduzida (de acordo com os ditames da lei n. 2.008, de 25 de novembro de 1926) e reforça as medidas em defesa do Estado.

Os crimes políticos eram competência do Tribunal Especial para a Defesa do Estado. Simultaneamente, a maioria fascista denuncia a decadência dos 120 deputados da oposição.

---

7 Régio decreto n. 382, de 2 de abril de 1925.

8 Régio decreto n. 987, de 21 de junho de 1925.

A reforma das estruturas encarregadas da ordem pública e da neutralização do terreno repressivo frente ao antifascismo organizado vem sancionar o texto único (RDL<sup>9</sup> n. 19.036, de novembro de 1926).

Em nível informativo, a Divisão de Negócios Gerais e Reservados aumenta seus domínios que foram articulados junto à Seção de Assuntos Políticos e Atividades Subversivas (com os registros centrais políticos e o Escritório de Exílio Político).

A Divisão de Polícia Política representa a evolução do Escritório de Coordenação de Informação, criado no seio do secretariado do chefe de polícia, com fisionomia própria desde 1928. Suas atividades tiveram destaque, pois ele fornecia ao governo e aos setores da repressão do Estado notícias de extrema utilidade para a estabilidade do regime, além de cumprir serviços de segurança para a direção geral da PS. O nível central interagiu com os escritórios políticos distantes das províncias, mas contava, igualmente, com a contribuição dos cidadãos civis recrutados segundo critérios de representatividade social e geográfica para coletar de maneira secreta informações sobre as tendências da opinião pública e os sintomas da dissidência política.

Bocchini atribuiu aos informantes da Divisão de Polícia Política um número e um codinome. Esta ação conta com 530 integrantes e é ligada à ACS [Archivio Centrale dello Stato – Arquivo Central do Estado], mas não está acessível. Os nomes de cerca de 1.200 colaboradores e agentes secretos contratados por prefeituras e delegacias de polícia estão incluídos em outra lista que não foi consultada.

A Divisão de Polícia de Fronteiras e de Transportes se ocupa do controle nas fronteiras terrestres. A travessia da fronteira, bem como o controle de passaporte, foi concebido como um filtro contra os subversivos e como fonte de qualquer sinal suspeito; por esta razão é reforçado o registro de informações.

O uso de tais registros sobre os cidadãos politicamente suspeitos se tornou generalizado e se configurou como um método real de controle de dissidentes no centro e na periferia. No âmbito provincial, funcionava o Serviço de Informações Reservadas, instituído em 1926 sob responsabilidade das prefeituras, com recursos fornecidos pela direção-geral da Segurança Pública para Investigações Políticas. A prioridade dada ao controle político é superior à do controle contra o crime comum.

A legislação atribuiu privilégios sociais aos funcionários e agentes da PS que não alcançam os outros setores da função pública. Os cidadãos são forçados a uma posição de inferioridade à mercê e discrição dos funcionários da PS. Isto favorece o recrutamento de uma série de informantes interessados em tais benefícios

---

9 RDL: regio decreto-legge – régio decreto-lei.

e ansiosos para escapar de alguma ameaça. Isto tem repercussões sobre o nível moral dos italianos favorecidos pelas atribuições arbitrárias dadas à polícia.

Em 26 de maio de 1927, na sessão da Câmara de Deputados sobre as realizações do regime, o “discurso de ascensão” de Mussolini dedica sua parte central à intervenção da polícia, que vem baseada no modelo de estrutura da civilização. Ele reconhece que Federzoni deixou uma lei de segurança pública “quase perfeita”. O resultado imediato da ação policial é representado em palavras que não deixam margem a dúvidas quanto à estratégia fascista: “Certamente, desde então, toda a oposição na Itália entrou em colapso, estão dispersos, acabaram: poeira”. Mussolini também acrescenta que “a oposição não é necessária para o funcionamento de um sistema político saudável. A oposição é tola, desnecessária em um regime totalitário como o regime fascista. [...] Na Itália, não há lugar para os antifascistas; só há espaço para os fascistas e para os afascistas, quando são cidadãos honestos e exemplares”.

As diretrizes de 1927 asseguram à polícia um papel profilático na política. Bocchini é capaz de assegurar uma independência substancial da política do partido único, removendo-a do controle do secretário do PNF (Partido Nacional Fascista) graças aos resultados obtidos e à estreita relação com *il duce*.

## A evolução da inspetoria da Ovrá

Desde meados de 1927 a 1930, assiste-se a um período de incubação da Ovrá, caracterizado por um notável processo de modernização das estruturas investigativa e repressiva.<sup>10</sup> Em um nível técnico, Bocchini ajusta o aparato policial e cria um refinamento na formação profissional dos funcionários e agentes, graças ao uso de fundos substanciais disponíveis.<sup>11</sup>

Internamente é erradicado o que restou da oposição. Os antifascistas mais conhecidos tinham se refugiado no estrangeiro (a luta foi exportada para a França), os que permaneceram na Itália foram isolados e calados sob pena de encarceramento.

A estratégia Bocchini é baseada em uma centralização policial e política e, simultaneamente, ele articula, no âmbito territorial, a sua base inter-regional, evitando que o PNF e a milícia organizem uma força policial sob o signo do fascismo.

As atitudes de Bocchini são vitoriosas, como evidenciado pelo fato de que os escritórios de investigação do MVSN permanecem ancorados em nível local e legados ao destino e interesses mutáveis deste ou daquele chefe prepotente, os líderes fascistas locais. Os escritórios são regularizados e os serviços policialescos vinculados à máquina fascista, estabilizados. Mediante informantes recrutados

---

10 FRANZINELLI, Mimmo. *I tentacoli dell'OVRA*, p. 61-90.

11 Ver CANALI, Mauro. *Le spie del regime*.

nos quadros do PNF, pode-se gradualmente estabelecer o controle sobre as pro-pensões e ambições pessoais dentro da hierarquia.

A gestação da Ovrá acontece em nome do dinamismo e da troca de infor-mações entre os diferentes setores do Ministério do Interior. Em 1928, o remo-delamento da Escola Superior de Polícia promove a interação do arquivo político central, que deve ser alimentado com fotografias e transcrições criptográficas. É estudado cuidadosamente o jornalismo de oposição, atualizando-se as fichas e informações sobre os editores e ativistas citados nos artigos. Inicia-se um trabalho de indexação e ampliação de fotografias. O serviço postal se ajusta às exigências. As expedições da França e da Suíça de correspondências pessoais anônimas com publicações antifascistas e endereços tirados de livros de telefone são intercepta-das e apreendidas nos escritórios dos correios de diversas cidades italianas.

A atividade desta máquina multiplica o volume de trabalho, como fica evi-dente no final dos anos de 1920 e início da década seguinte, e o número de fichas pessoais abertas nos arquivos centrais de registros políticos causa baixas entre os subversivos. No final de 1927, o número de cidadãos fichados supera os cem mil (total de cerca de 130 mil contados no período fascista). O crescimento se acentua até 1932, em paralelo com as operações das inspeções especiais contra o Partido Comunista e o movimento Justiça e Liberdade.

Em 1927, o diretor da Divisão Geral e de Negócios Confidenciais havia deli-neado o campo de ações divulgadas durante a atualização dos arquivos articula-dos pelas rubricas dos arquivos reorganizados por cabeçalhos:

Os cabeçalhos são um modo de detectar, a qualquer momento, o número total de subversivos divididos por coloração política e província; o número de presos políticos, de admoestados, os advertidos; a quantidade de subversivos mais peri-gosos, os que requerem uma atenção especial; o número de subversivos que per-deram a cidadania italiana; o número de indivíduos politicamente reabilitados e outros dados que podem ser detectados com agrupamentos e cruzamentos de fichários especiais.<sup>12</sup>

O “serviço da ficha biográfica” é dia a dia mais aperfeiçoado. Até o início dos anos de 1930 foi um dos mais importantes serviços de polícia preventiva e repres-siva. O dossiê de uma pessoa era alimentado periodicamente, sendo completado com informações sobre seus precedentes, fornecendo datas e dados sobre sua origem e, em seguida, tinha o cuidado de acompanhar o subversivo em sua opção partidária por toda a sua vida, sua conduta, sua correspondência nacional e para o estrangeiro, sua atividade política; em suma, por meio de sua ficha no Arquivo Político Central, não se perdia de vista o indivíduo.<sup>13</sup>

---

12 ACS, Direzione generale della PS, AGR, 1927, cat. 2, b. 387. Relazione annuale sull’attività della Divisione affari generali e riservati. Ver SPRIANO, Paolo. *Storia del Partito Comunista Italiano*, p. 91.

13 ACS. Carte R. Gabrieli, b. 1. Notizie sul servizio di polizia politica, p. 3, sg.

As características físicas e as “atitudes psicológicas aparentes” dos dissidentes foram relatadas de acordo com uma grade de informações bastante precisa, dividida em quatro tipos:

1. Capacidade de inteligência profissional – cultura;
2. Emocionalidade – excitabilidade – irritabilidade;
3. Tendências morais: a ociosidade – parasitismo – vadiagem; intolerância à disciplina – falta de respeito pela autoridade e inadaptabilidade à vida social; insensibilidade aos seus deveres e relativa à personalidade do Estado; respeito à autoridade e afeição pelo uso do álcool, uso de drogas, vício no jogo, prodigalidade; falta de respeito com as pessoas, desfrutável, prepotência, crueldade: erotismo e devassidão sexual; capacidade de simulação; associação com delinquentes e prostitutas;
4. Fraqueza de vontade, sugestionabilidade e impulsividade.

Essas informações e julgamentos devem ser dados regularmente pelo funcionário, ou por vários funcionários, e devem ser indutivos, objetivos, resultantes, ou seja, a partir dos dados e fatos são preenchidas as três partes da pasta, bem como o exame direto da escrita.

O funcionário do serviço de arquivo, ao qual cabe preencher a parte pouco objetiva de um processo, antes de fazer um julgamento, deve examinar pessoalmente o indivíduo e entrar em contato com as autoridades competentes: judicial, militar, prisional e de saúde, para completar as informações e preencher eventuais lacunas de informação da ficha pessoal do investigado.<sup>14</sup>

As instruções mostram uma concepção puramente policalesca do Estado, aliada a uma vontade totalitária que deu origem à interferência cotidiana na esfera íntima do indivíduo, justificada como controle de elementos subversivos e antissociais.

Esse trabalho não podia ser feito apenas por uma estrutura administrativa, ele se servia e era composto do emprego oculto de milhares de delatores. O sistema desenvolvido é capaz de responder com uma sorte de repressão gradual, peneirando e selecionando informações baseadas no grau de perigo político do cidadão.

O nascimento das inspeções especiais em 1927, com a sucessiva transformação e estabilização da Ovra, deve ser colocado neste contexto.

---

<sup>14</sup> A planilha é tratada no item “instruções” do serviço da ficha biográfica; algumas notas contam com ajuda oficial na compilação do cartão (“A intensidade das atitudes individuais em excesso, ou defeito, devem ser marcadas com colchetes ou sublinhadas”). Consulte a pasta relativa em “instruções” da compilação de biografias (Istituto Poligrafico dello Stato, Libreria dello Stato, Roma Anno X-1932). Sobre a criação do registro, ver: TOSATTI, Giovanna. L’anagrafe dei sovversivi italiani, p. 133-150. Existem publicações sobre o arquivo com promessas de perseguição política por parte da Associação Nacional de Perseguidos Políticos Italianos Antifascistas, que promoveram o recenseamento e a publicação de tais dados.



As inspeções mantinham canais de comunicação com a Divisão de Polícia Política, sendo esta última subordinada ao diretor-chefe: Ernesto Gulì até outubro de 1929 e, em seguida, Michelangelo Di Stefano, que havia trabalhado com Bocchini quando ele era prefeito. Os dois se conheceram em Bolonha em 1923 e Gulì foi chefe de gabinete de Bocchini na prefeitura. A gestão dos informantes era subordinada diretamente à Divisão de Polícia Política e eles eram contratados com fundos reservados administrados diretamente pelo chefe de polícia.

Havia um nível de contratados organizado na base local referente às inspeções especiais; a identidade desses espões era conhecida apenas pelo gerente daquela zona que, como único árbitro, fixa a compensação financeira de acordo com a importância atribuída ao colaborador, com base em dotações da direção-geral da Segurança Pública, sem obrigatoriedade de relatórios específicos sobre tais gastos.

O antepassado comum da Ovrá e da Inspetoria Especial é o Departamento Central de Investigação, fundado em 1916, sob a direção de Giovanni Guasti, com o objetivo de perseguir os derrotados e lutar contra a espionagem estrangeira.

Extinto após a Primeira Guerra, tal serviço é reconstituído em fevereiro de 1920 com uma dimensão bastante reduzida. Sua finalidade passa a ser especificamente informativa e voltada para testar as tendências da opinião pública. A instituição precedente surge a partir das necessidades bélicas da guerra e, portanto, é desprovida da centralidade que o sistema atribui aos serviços de inteligência, mas atesta a vontade do regime de examinar sua base de modelo experimental em uma época liberal e de recuperar e adaptá-la à exigência do fascismo.<sup>15</sup>

A ponta de lança da investigação política de Bocchini foi a Inspeção Especial de Polícia, cuja construção original foi confiada ao inspetor-geral da PS Francesco Nudi, constituída em 27 de maio de 1927, em Milão, sob a máscara da Sociedade Anônima Vinícola Meridionale, localizada na rua Sant'Orsola, 7.<sup>16</sup>

A inspetoria tinha jurisdição em Lombardia, Piemonte, Val d'Aosta, Ligúria, Veneto e Veneza Giulia, áreas que, por tradição política e posição geográfica, se prestavam a uma ação antifascista.

---

15 Giovanna Tosatti, no ensaio "La repressione del dissenso politico fra l'età liberale e il fascismo", p. 232, adverte que o Escritório Central de Investigação "teve um significado especial não só por seu papel central na direção-geral, mas também porque a sua estrutura ágil e sólida prefigurava, de alguma forma, o infame sistema da Ovrá. O escritório, planejado pessoalmente por Vittorio Emanuele Orlando, foi colocado na dependência direta do diretor-geral, tendo em vista a prevenção e a repressão daqueles fenômenos que iam além dos limites territoriais. Além do controle de espionagem e supervisão de estrangeiros, o serviço, por meio de uma extensa rede de colaboradores na Itália e no exterior, também tinha a tarefa de recolher todos os elementos necessários para acompanhar o movimento de partidos como o Socialista e o Republicano que, por sua ação, poderia representar uma ameaça à jurisdição do Estado; além disso, um centro de supervisão contra o novo perigo bolchevique (que por esse tempo ao longo do período fascista foi o principal inimigo da polícia) foi criado especificamente em Berna".

16 FRANZINELLI, Mimmo. *I tentacoli dell'OVRA*, p. 67.

Nudi pode ser definido como o pioneiro e competente dirigente da Ovra, pois tinha analisado a insurreição operária de Hamburgo, na Alemanha, em 1923, e a decorrente repressão a este movimento; tendo estudado o bolchevismo e as ramificações da Terceira Internacional, tornando-se de fato o candidato natural ao setor de polícia fascista.

Nudi teve uma larga amplitude de poderes:

nenhuma limitação territorial; disponibilidade de transporte rápido; autorização para gastar sem resíduos e sem economia; possibilidade de exigir que certos órgãos territoriais – a qualquer momento – ajudassem de todas as maneiras; poderes e iniciativa para absorver serviços de outras áreas, coordená-las ou suspendê-las; autorização permanente para recrutar, contratar e dispensar pessoal da administração; encarregado de escolher o pessoal da polícia onde quer que se encontrassem bem como fazer uso e ocupação; utilização de recursos especiais e de medidas que permitissem manter o sigilo.<sup>17</sup>

Em dezembro de 1930 as delegacias são denominadas “Zona Ovra” e operam sob a autoridade direta da direção-geral da PS, desvinculadas dos prefeitos e demais gestores:

Por quanto reflete a atividade das inspeções da Ovra, a diferença que corria entre eles e a chefatura de polícia foi que a polícia se ocupava de toda uma complexa matéria (polícia política, judiciária e administrativa, bem como dos problemas com os estrangeiros) e sempre sob a direta dependência do prefeito, enquanto a inspetoria da Ovra, ao menos inicialmente no conceito da sua criação, se tratava – com absoluta independência da autoridade local – da única polícia política, o que significava repressão de cada atividade contrária ao regime fascista e que, embora não ameaçasse a solidez da vida, não ameaçasse os quadros pertencentes ao partido fascista.<sup>18</sup>

As inspetorias se movem com agilidade sem precedentes, embora às vezes ocorram mal-entendidos e conflitos. A articulação inter-regional segue um modelo de centralização funcional que representa um ponto de força da estrutura, como demonstra a sua continuidade após o fim do fascismo e, por assim dizer, a sua reciclagem no pós-guerra.

A falta de limites territoriais permite-lhes seguir os movimentos e a estratégia da oposição em uma ampla área geográfica com uma ação possibilitada pelo uso dos arquivos. A Ovra era uma polícia de caráter informativo que trabalhava voltada para os crimes de opinião; foi remodelada, de fato, depois da Primeira Guerra, suas ações seduziram muita gente e os crimes comuns eram objeto de trabalho atribuído a delegacias e chefaturas de polícia. A informação é subornável, pois a diferença brutal do delito não vem associada à prisão, mas a um arquivo informativo, um patrimônio com competências e habilidades.

---

17 Segreti dell’OVRA aperti dal suo capo Guido Leto. *L’Europeo*, n. 545, p. 7, 25 mar. 1956.

18 ACS. Carte R. Gabrieli, b. 1. Notizie sul servizio di polizia politica, p. 20.

A inspetoria milanesa concentra suas atividades na batalha contra o PCI [Partido Comunista Italiano]. Não obstante o elevado número de detenções, o partido tinha conseguido manter uma rede clandestina, apoiada e coordenada por um centro no exterior (baseado em Lugano e, em seguida, na Basileia, ambas cidades suíças), bem como por um centro interno na localidade de Camilla Ravera.

Durante o primeiro ano, a inspetoria vasculha os ambientes populares milaneses, captura e deixa sob controle os militantes comunistas, e realiza duas brutais operações contra a rede clandestina, voltando suas atenções para os agentes secretos dos centros localizados no exterior.

Desde junho de 1926, as relações entre os núcleos de Lombardia e os líderes do partido e da Internacional eram asseguradas por Max, pseudônimo do suíço Karl Hofmaier. Durante o ano de 1927, Max cuida do Comitê Regional da Lombardia, mas, em 15 de outubro, é preso ao retornar à Suíça depois de uma temporada italiana. Ele foi perseguido desde a fronteira até a estação ferroviária central de Milão, onde encontra Gastone Sozzi. É seguido e seus movimentos reconstituídos em todos os lugares por onde passa: Pávia, Gênova e Turim, para encontrar os membros da direção Blasco e o chefe inter-regional do Piemonte e da Ligúria, Vittorio Ghidetti. Em 26 de outubro, relata o acórdão do Tribunal Especial: “realizada de modo a sua missão criminoso em nossa casa, o estrangeiro estava retornando com segurança ao seu país, quando foi preso em Como pelos mesmos funcionários que o tinham seguido diligentemente em suas andanças na Itália”.<sup>19</sup>

Max tenta fingir ser um turista, mas Nudi o lembra de suas reuniões com líderes partidários e apreende uma mala contendo cartas e relatórios para o centro exterior de apoio aos comunistas italianos.

À prisão de Hofmaier se segue a do responsável pelo Soccorso Rosso [Socorro Vermelho],<sup>20</sup> Gugliermo Jonna, e, em 4 de novembro, o aprisionamento de Gastone Sozzi. A polícia ainda localiza e apreende um laboratório equipado para a falsificação de documentos.

O ex-dirigente do Soccorso Rosso é o primeiro líder nacional a passar para o lado do inimigo. Foi preso em Perugia e em seguida transferido para Roma, onde estabelece um bom entendimento com o inspetor Nudi. Com toda a probabilidade, em um primeiro momento não dá qualquer informação, prometendo a si

---

19 Sentenza del Tribunale speciale per la difesa dello Stato. Decisioni emesse nel 1929, p. 184, apud FRANZINELLI, Mimmo, op.cit., p. 69.

20 N. da t.: Soccorso Rosso – organização internacional fundada em 1922 (e bastante ativa no período entre guerras) com o objetivo de apoiar e fornecer suporte aos prisioneiros e exilados comunistas e às suas famílias.

mesmo beneficiar o partido com a experiência adquirida na prisão, mas é levado a ceder por causa da preocupação com a esposa e os filhos. A violência psicológica deve ter sido imensa para o responsável pela rede solidária comunista que se ocupava das famílias dos presos políticos ter se transformado em um precioso colaborador da Ovra.

Para reinseri-lo na rede subterrânea, a polícia fascista encenou uma fuga na esperança de reintroduzi-lo no sistema. Para tal farsa criaram um falso *Boletim de Informação* (XV, n. 238, 7 dez. 1927) com o intuito de despistar:

7090 – Importante – Jonna Guglielmo foi Lisímaco, nascido em 11 de abril 1889 em Ravenna, já fichado pela Chefatura de Bolonha sob o n. 2.850, atingido por um mandado de 22 de abril de 1927, instrutor juiz militar milanês, acusado de crimes contra os poderes do Estado, agora é considerado fugitivo, a fuga se deu enquanto ele foi trazido da prisão de Perugia para Roma. Características: altura média, cabelo castanho, corpulento, olhos castanhos.<sup>21</sup>

Retomados os contatos, a sua versão da fuga do trem não se sustenta. Jonna inesperadamente aparece no final de novembro em Tresso. Sua chegada à casa da direção Blasco, em Recco, dá o primeiro indício da sua traição, porque esse endereço foi a sede clandestina do PC que deveria ser desconhecida. Suspeita-se de que ele tivesse sido informado pela polícia para se infiltrar na liderança do partido.<sup>22</sup>

Tresso pede instruções ao centro no exterior e aponta Jonna aos responsáveis do escritório militar comunista que o prendem em Milão no início de dezembro. Jonna é mantido escondido em uma vila sob rigoroso controle por vinte dias, alimentando a direção com as informações que possuía.

Togliatti propõe que, como medida de precaução, Tresso, Tranquilli e Ravazzolli deixem imediatamente a Itália. A estrutura clandestina milanese muda rapidamente sua sede e se reorganiza.

Jonna continua a insistir na farsa e pede para ser restituído no trabalho do partido. Na última semana de dezembro é formalmente reintegrado e recebe um passaporte falso para ir à Suíça. Ele é levado a Lucerna, onde é interrogado e convidado a elaborar um memorial com informações.

Ele admite ter concordado com o chefe de polícia para se infiltrar no centro exterior do partido, mas, dizendo-se arrependido, indica os nomes de dois espíões, Quaglia e Mazzi, e se oferece para agir como agente duplo. Ele trabalharia para o PCI dentro da Inspeção Especial, mas, percebendo que arriscava sua vida, prefere fugir.

---

21 FRANZINELLI, Mimmo, op. cit., p. 71.

22 SECCHIA. L'azione svolta dal Partito Comunista in Italia durante il fascismo, p. 68.

O PCI o denuncia publicamente como espião “para receber o desprezo dos trabalhadores”.

Aos juízes do Tribunal Especial ele se apresenta assim:

Desde jovem cunhei na alma o pensamento socialista: era porém uma ideia vaga que se resumia a uma enorme paixão por tudo o que se referia à fraternidade e humanidade. Eu era um idealista, em uma palavra, assim como se pode ser aos 20 anos, quando não se conhece a vida e tudo se resume em palavras de paz e de bondade [...].

Em outubro de 1927, fui preso em Turim enquanto estava tentando controlar as rédeas da filial local do Soccorso Rosso. O meu estado de ânimo imediatamente apareceu ante o funcionário que me questionava. Eu ofereço meu humilde trabalho para combater as teorias comunistas e desde aquele dia estou a serviço do meu benfeitor. O que eu fiz neste segundo período deste evento é coisa conhecida e pode demonstrar se a minha conversão é sincera.<sup>23</sup>

Jonna estava sob vigilância especial permanente, fornecendo informações em primeira mão sobre os quadros do partido, sobre as redes clandestinas, seus métodos de trabalho, suas cifras secretas, suas ligações secretas com o centro exterior da Internacional. Ele é usado em ações contra a rede clandestina do PCI e se torna informante dos arquivos da primeira zona da Ovra até 1943. A posição adquirida após a traição mostra o quanto foi realizado sobre esses ambientes para a função crucial de informação para os arquivos. A passagem de Jonna para o serviço de Nudi cai como uma luva às queixas oficiais, à questão do controle de exilados que se instalaram na helvética república vizinha, onde os suíços tramavam operações clandestinas contra a Itália. Nudi atribui a Jonna a tarefa de criar uma rede de informantes no país, mas a rapidez do PCI, que havia lançado as fotografias de identificação nacional de Jonna, frustrou tal projeto.<sup>24</sup>

A expansão foi perseguida por meio da criação de centros cidadãos em Turim, Trieste, Piacenza, Gênova, Savona e Livorno. A rede de inspeção, ao contrário da sede da polícia, tinha um caráter distintamente operacional e dinâmico. As sucursais se inchavam e encolhiam dependendo das necessidades e das operações em curso. Estavam abolidas as formalidades e a rigidez típica dos aparatos burocráticos em favor do sucesso das ações.

Em 1928, se constitui uma segunda inspetoria especial da polícia com sede em Bolonha e competência sobre toda a Emilia Romagna, Toscana e Marche, dirigida pelo inspetor-geral do PS Giuseppe D’Andrea. A presença de uma se-

---

23 ACS, PS OVRA, b. 2. Memorial de Guglielmo Jonna ao Tribunal Especial, início em 1930.

24 Nudi se lamenta com Bocchini sobre a dificuldade de cobrir a vasta área atribuída a ele com uma dúzia de agentes: quatro policiais em Milão, três em Turim, dois em Savona e o mesmo número em Ancona. A carência foi preenchida por funcionários e agentes das outras sedes da polícia locais competentes.

gunda inspetoria, que não aumenta em operações de relevo até 1930, é justificada pelo aumento da presença de antifascistas e tentativas de retomada da luta clandestina.

A consciência de ser pioneiro do serviço especial da polícia é uma fonte de motivação do espírito de sacrifício. O potencial dos dois organismos de Milão e Bolonha é multiplicado pelo uso em grande escala de delatores e espões.

Os espões têm uma relação ocasional com a estrutura operacional, limitada a operações individuais pagas com remuneração variável de acordo com a importância das notícias trazidas. Eles ainda recebem uma compensação mensal, entre dois mil e sete mil liras italianas, complementadas por reembolsos e ajudas que mostram a posição de privilégio e de arbítrio da polícia política:

Acontecia também de sentirem-se inqueridos, como a coisa mais simples deste mundo, a graça por uma pena que estava sofrendo um parente próximo ou mesmo remoto, a promoção de um filho que estava precisando de apoio em um exame final da *maturità classica*,<sup>25</sup> apoio para a esposa desgraçada (assim vinha descrito) que queria separar-se do marido brutal, a transferência de um agente de imposto que havia posto em evidência os impostos da sogra, além de, claro, a honorífica comenda cavalheiresca para si ou para outrem.<sup>26</sup>

Os delatores foram levados ao jogo duplo por considerações de natureza pessoal em um intervalo que vai desde a chantagem até a ambição.

O fenômeno da traição desempenha um papel fundamental na alçada dos serviços de inspetoria que atingem informações de caráter interno, indispensáveis para o conhecimento das práticas conspiradoras. Os elementos mais promissores eram contratados de forma permanente, em tempo integral, qualificados como agentes secretos.

Gradualmente o controle torna-se mais eficaz, porque a ameaça comunista é sentida cada vez mais próxima.<sup>27</sup>

Nudi acompanhava de perto todas as fases das operações, tendo adquirido uma proverbial competência no que se referia aos subversivos. Ele prefere longas investigações, graças às quais consegue encontrar membros da célula subversiva, o militante do partido que leva e traz informações, os membros do comitê federal

---

25 N. da t.: *maturità* – maturidade – exame final do curso médio (liceu) na Itália; *maturità classica* – exame final do curso médio para quem cursou o liceu clássico.

26 Il libri segreti dell'OVRA aperti dal suo capo Guido Leto. *L'Europeo*, n. 546, p. 11, 31 mar. 1956.

27 ACS, PS OVRA, b. 2. "Para corresponder à consciência e garantia de sucesso em todas essas tarefas, eu preciso que o número de agentes para Milão seja pelo menos o dobro: é um esforço que se deve necessariamente fazer, neste momento, e que também pode ser o prelúdio das fases finais. Seria prejudicial não fazê-lo: por isso eu rogo fortemente a E. V.: para considerar em sua análise o meu pedido ante essa breve anotação de Nudi ao chefe de polícia seus agentes PS [Segurança Pública] de serviços especiais em Milão, 13 jun. 1929".

e o coordenador inter-regional. No curso dos interrogatórios os agentes ficam nas sombras, porque é considerado mais produtivo manobrar os militantes infiltrados e induzidos à traição.

O ataque deflagrado tinha uma ponta que ameaçava o resultado da operação ou mesmo algo que absorvia as conexões celulares. Dessa maneira, os presos eram induzidos à confissão graças a detalhes conspirativos que desconcertavam os militantes que se sentiam traídos e imaginavam que tudo estava perdido, muitas vezes, fazendo uma confissão completa.

O inspetor se vale constantemente do fator psicológico para alquebrar os prisioneiros.

Depois de uma ação, muitas vezes acontecia uma interrupção momentânea das atividades. A inspetoria supervisionava os militantes libertados e os personagens marginais desocupados, deixados livres como iscas. As armadilhas são engendradas de longe e com grande precisão: a partida de funcionários do Partido Comunista foi mencionada da França e da Suíça, em seu retorno da Itália. Nudi organiza o serviço de maneira metódica, abandonando a improvisação e adquirindo nova experiência e dados sobre a atividade subversiva.

## **O massacre de Milão, uma reconstrução experimental**

Na primavera de 1928, Milão estava sangrando por um incidente grave pelo qual a Ovrá se interessa. Na manhã de 12 de abril acontece uma explosão no parque Giulio Cesare, poucos minutos antes da passagem do rei Vittorio Emanuele III, que mata 18 pessoas e fere seriamente outras cinquenta, perto da entrada da Feira de Milão.

Os poucos fragmentos da bomba passaram pela perícia, que detecta ser uma carga de dinamite ou gelatina, acionada por um relógio e desencadeada por “pessoa muito entendida em explosivos e de seu útil emprego”.<sup>28</sup>

Como mostrado na reconstituição tridimensional do crime, que acontece pela primeira vez, fizemos uso de *software* de geomodelagem SketchUp. O cenário que é apresentado aos inspetores após o ataque é diferente do que se revela para a opinião pública.

A viatura real e os carros que o seguiam tinham acabado de se pôr em movimento, deixando o teto da sala de abrigo real, quando, às 10 horas, no vasto parque Giulio Cesare, livre de obstáculos pelos soldados, policiais e agentes de polícia, se escuta um estrondo seguido de um grande incêndio e fumaça espessa.

---

28 ACS, PS OVRA b. 17. Relatório de peritos sobre a explosão no parque Giulio Cesare, em 12 de abril de 1928-VI, escrito pelo tenente-coronel de artilharia Mario Grosso, da seção de Artilharia Milão.



Uma reconstrução digital do ataque na Feira de Milão

No mesmo instante, diante da casa de quem dá nome à dita praça, no número 18, se viu um poste alto da iluminação elétrica vacilar e cair, enquanto a sua base projetou, em diversas direções, estilhaços mortais. Ao estrondo seguiram-se gritos de terror e um alvoroço geral das pessoas que, naquele momento, estavam aglomeradas atrás dos cordões militares. No chão permaneciam inertes vários corpos humanos, enquanto muitos outros feridos, homens, mulheres e crianças, se debatiam.<sup>29</sup>

O ataque provoca um rebuliço e muitos anarquistas são presos, embora não se tenha conseguido realizar um julgamento no Tribunal Especial. Não obstante o rei não tenha sofrido nada com o ataque, muitos foram investigados nos círculos fascistas milaneses. Como consequência dos atentados, foi empreendida uma vasta operação repressiva mantida em segredo por um mês. Em 3 de dezembro, um comunicado da agência Stefani divulga a operação repressiva, atribuindo à Ovrá a responsabilidade pela ação em Milão e por outros ataques.

Pela primeira vez a misteriosa sigla vinha citada e muitos se perguntavam o que ela significava. A sigla é criada por Mussolini durante uma conversa com Bocchini e Senise para avaliar os ataques infligidos pela inspetoria de Nudi aos *giellisti*<sup>30</sup> milaneses.

<sup>29</sup> ACS, PS, OVRA, b. 17, f. Attentati terroristici. Rapporto Comando Legione RR.CC. Milano.

<sup>30</sup> N. da t.: *giellista* (*giellisti*, no plural) era o nome usado para denominar os participantes da Resistência italiana, composta por indivíduos e grupos dentro das brigadas partidárias ligadas ao movimento político Justiça e Liberdade, de inspiração socialista e liberal antifascista.





Uma reconstrução digital do ataque na Feira de Milão

A operação da polícia interessou muito ao primeiro-ministro que, satisfeito, queria que fosse dada a notícia ao público por meio de um comunicado da agência Stefani. Senise, na época, chefe da divisão, elaborou e escreveu a notícia:

A polícia, após investigações laboriosas etc... Mas a palavra polícia *il duce* substituiu de seu próprio punho pela Ovra, onde ela aparece pela primeira vez, pois ninguém conhecia essa abreviatura. Se com essa bravata ele queria impressionar o país, não podia ter tido maior sucesso: por dias, de fato, a direção-geral foi bombardeada por ligações telefônicas em um fluxo contínuo de amigos e todos os tipos de personalidades de todos os gêneros e categorias: e aqueles que pareciam mais alarmados eram as pessoas mais elevadas na escala social. Todos queriam saber o que poderia significar essas quatro letras que perturbavam a serenidade e não se sabia o que responder porque, no fundo, o seu significado oculto nem nós conhecíamos.<sup>31</sup>

Em um contexto que favorece a emotividade e o alarme em detrimento da precisão na investigação, Ovra aparece para vigiar e repimir qualquer dissenso contra o Estado fascista.

Traduzido por Heloisa Frossard

---

31 SENISE, Carmine. *Quando ero capo della polizia*, p. 84.

## Referências bibliográficas

CANALI, Mauro. *Le spie del regime*. Bologna: Il Mulino, 2004.

FRANZINELLI, Mimmo. *I tentacoli dell'OVRA: agenti, collaboratori e vittime della polizia fascista*. Torino: Bollati Boringhieri, 1999.

\_\_\_\_\_. *OVRA*. Torino, ad vocem: Einaudi, 2003.

SECCHIA. L'azione svolta dal Partito Comunista in Italia durante il fascismo. *Annali dell'Istituto G.G. Feltrinelli*, XI, 1969, Milano, 1970.

SEGRETI dell'OVRA aperti dal suo capo Guido Leto. *L'Europeo*, n. 545, 25 mar. 1956.

SENISE, Carmine. *Quando ero capo della polizia*. Roma: Ruffolo Editore, 1946.

SPRIANO, Paolo. *Storia del Partito Comunista Italiano: II. Gli anni della clandestinità*. Torino: Einaudi, 1976.

TOSATTI, Giovanna. La repressione del dissenso politico fra l'età liberale e il fascismo. *Dedalo*, 1997.

\_\_\_\_\_. L'anagrafe dei sovversivi italiani: origini e storia del Casellario politico centrale. *Le Carte e la Storia*, III, n. 2, p. 133-150, 1997.

# A paramilitarização no Estado Novo corporativo de Salazar e a Guerra Civil espanhola

Jorge Pais de Sousa<sup>1</sup>

O objetivo central deste ensaio é caracterizar e entender a conjuntura, histórica e política, em que foi desencadeado o processo de paramilitarização da sociedade portuguesa no Estado Novo corporativo de Salazar. Consideramos que, na ordem interna, o desenho de uma política do corpo passa, por exemplo, pela transformação do Ministério da Instrução Pública em Ministério da Educação Nacional. Esta mudança, por sua vez, se integra no quadro mais vasto que foi o processo de transformação das instituições portuguesas do Estado liberal para o Estado Novo, resultante da entrada em vigor da Constituição corporativa de 1933.

No plano da ordem política externa, o estalar da Guerra Civil Espanhola, no verão de 1936, acelera a identificação dos “inimigos políticos”<sup>2</sup> do Estado Novo em afirmação e construção, que consistem nas formações partidárias e nas organizações sindicais de influência republicana e socialista, comunista e anarcossindicalista, ou seja, aquelas que tinham sido preponderantes na Primeira República e que tinham, no plano internacional, um protagonismo próprio das sociedades democráticas. Estas obrigam o regime a mobilizar e enquadrar as diferentes forças nacionalistas em forças milicianas, com destaque para a Legião Portuguesa (LP) e a Mocidade Portuguesa (MP), de forma a estimular a sociedade civil para o combate interno dessas doutrinas “internacionalistas”, em uma missão de apoio às forças armadas nas tarefas de segurança do Estado Novo. É claro que estas últimas vinham sendo objeto de um processo de modernização em troca da sua despoliticização, desde que Salazar chegara ao poder em 1928 e começa a se afirmar politicamente e de forma crescente no seio da ditadura militar.<sup>3</sup>

Damos, assim, continuidade ao trabalho bem mais complexo que é o da reflexão sobre a identidade e as características da política do corpo no Estado Novo corporativo. Reflexão que teve início em 2014 na Universidade de Siena com a comunicação “Controlo disciplinar e representação estética do corpo no Estado Novo (1933-1945)”<sup>4</sup>, em que analisamos, no plano da representação estética, os resultados da política do espírito levada a cabo pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), patente na política de obras públicas do Estado Novo, principal-

---

1 Doutor e mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2 SCHNITT, Carl. Guerra como manifestação de inimizade.

3 FARIA, Telmo. *Debaixo de fogo! Salazar e as forças armadas (1935-1941)*, p. 8.

4 SOUSA, Jorge Pais de. Controlo disciplinar e representação estética do corpo no Estado Novo (1933-1945), p. 65-78.

mente em muitas instalações públicas que envolveram a arquitetura, a pintura, a iconografia etc. Agora, porém, pretendemos concentrar a análise em um outro vetor fundamental do desenho da política do corpo no Estado Novo de Salazar e que se traduziu no fenômeno da paramilitarização da sociedade e do Estado, por meio da organização e constituição dos principais dispositivos milicianos. Para esse efeito, retomamos, no plano conceitual, as noções de biopolítica e de dispositivo de Michel Foucault,<sup>5</sup> que desenvolvemos na linha da reflexão de Giorgio Agamben.

Recordamos ainda que, em matéria de política do corpo, Rui Machado Gomes identificou o modelo teórico de tipo horizontal para concentrar o poder sobre o corpo dos portugueses durante o Estado Novo corporativo na forma de uma perspectiva disciplinar que visa multiplicar as fontes de controle e de bem-estar presentes em todo lado. Em síntese, é em um contexto político e social, simultaneamente, de *puritanismo* – em que o corpo masculino é o modelo estruturante – e de *investimento corporal* – em que o exemplo do militar e do homem do campo é valorizado – que são criadas diferentes organizações visando ao domínio do corpo, no intuito de articular os dispositivos simbólicos e econômicos de controle corporal. Dispositivos que passam por três tempos ou fases, mas que se cruzam nos seus efeitos, a saber: o primeiro é o tempo do corpo escondido; o segundo é o do corpo tolerado; e, por último, o tempo do corpo reintegrado.<sup>6</sup>

### **A transformação do Estado liberal em Estado Novo corporativo e o tempo do corpo escondido e tolerado**

O desenho de uma política do corpo em Salazar, como já foi referido, começa a esboçar-se com o desencadear do processo de transformação do Estado liberal em Estado Novo corporativo. Na verdade, a entrada em vigor da Constituição corporativa de 1933 – recordamos que esta representa, no plano da história do direito constitucional comparado, o primeiro texto de matriz corporativa que entrou em vigor em todo o mundo – coroa um fenômeno, lento e complexo, que passa pelas transformações de natureza jurídico-política introduzidas na ordem constitucional por Salazar, ainda durante o decurso da ditadura militar (1926-1933). Essas modificações são indissociáveis da entrada de Salazar no governo, em 1928, e da sua ascensão política meteórica no seio dos diferentes governos da ditadura, uma vez que esta começara por suspender a Constituição da República de 1911. À cabeça desse processo lento de mudanças está a promulgação do ato colonial de 1930, o qual, aliás, é pensado logo para funcionar como anexo à Constituição corporativista de 1933. O suporte constitucional, que enquadra as transformações jurídico-políticas que o Estado Novo corporativo de Salazar introduziu na socie-

---

5 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*.

6 SOUSA, Jorge Pais de, op. cit., p. 72-74.

dade portuguesa, constitui uma marca distintiva que, no plano estrito da história do direito constitucional comparado, o diferencia dos Estados totalitários, quer falemos do nacional-socialismo de Hitler, quer do fascismo de Mussolini.

Com efeito, foi durante a vigência da Constituição de Weimar de 1919 que o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) ganhou as eleições e Hitler se tornou chanceler da Alemanha. No entanto, de imediato, os nazis promulgaram o Estado de exceção, em fevereiro de 1933, sem jamais revelarem a preocupação de revogá-lo, ao longo dos 12 anos em que o nazismo monopolizou o poder na Alemanha.<sup>7</sup> Por sua vez, na Itália, o fascismo de Mussolini, embora tivesse defendido – antes de tomar o poder de assalto, em outubro de 1922, com a Marcha sobre Roma – a forma republicana de governo, acabou por aceitar a Constituição monárquica em vigor, ou Estatuto Albertino de 1848. Nesse aspecto, se aproxima do nazismo de Hitler e, conseqüentemente, deixa também de se preocupar em substituir o estatuto por um texto constitucional formalmente republicano; opta por um de inspiração corporativista. No entanto, é com base no conceito jurídico-político de *Stato Nuovo*, de Alfredo Rocco – professor de direito civil e titular da pasta da Justiça, de 1925 a 1932,<sup>8</sup> nos governos de Mussolini, e com o qual o Estado Novo corporativo de Salazar vai se identificar e no qual vai se inspirar<sup>9</sup> –, que a Itália vai proceder à criação da nova ordem fascista e corporativista, ao desencadear um vasto e profundo movimento de codificação jurídica das instituições e da sociedade italiana, de forma a transformar as instituições herdadas do liberalismo de 1848 em um Estado fascista.

Regressemos, porém, à Constituição de 1933, que entra em vigor na sequência do plebiscito de abril daquele ano, para vermos como nela se define o Estado português. Com efeito, o seu artigo 5º afirma, expressamente, que o “Estado português é uma República unitária e corporativa”.<sup>10</sup> Entretanto o artigo 14 estipula que cabe ao Estado português não só reconhecer a existência de corporações, mas também “promover e auxiliar a sua formação”. Assim prescreve: “Incumbe ao Estado reconhecer as corporações morais ou econômicas e as associações ou organizações sindicais, e promover e auxiliar a sua formação”.<sup>11</sup> Contudo, o Estado Novo mantém o sistema *bicameral*, mas substitui o Senado pela Câmara Corporativa. Ou seja, a Assembleia Nacional integra, segundo o art. 102,

---

7 Sobre essa matéria, ver AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*, p. 90-93; e AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*, p. 57.

8 ROCCO, Alfredo. *La trasformazione dello Stato: dallo Stato liberale allo Stato fascista*.

9 Ver a concepção fascista de *Stato Nuovo* e a Constituição de 1933: SOUSA, Jorge Pais de. *O fascismo catedrático de Salazar: das origens na Primeira Guerra Mundial à intervenção militar na Guerra Civil de Espanha (1914-1939)*, p. 340-349.

10 PORTUGAL. Constituição política da República portuguesa: acto colonial, p. 244.

11 *Ibidem*, p. 248.

uma Câmara Corporativa composta de representantes de autarquias locais e dos interesses sociais, considerados estes nos seus ramos fundamentais de ordem administrativa, moral, cultural e econômica, designando a lei àqueles a quem incumbe tal representação ou o modo como serão escolhidos e a duração do seu mandato.<sup>12</sup>

É bom ter presente que a ditadura soberana de Sidônio Pais (1917-1918) começara logo por suspender a Constituição da República de 1911. Todavia, organiza eleições parlamentares em março de 1918, a que não concorreram os partidos republicanos democráticos, evolucionistas e unionistas, e em que, pela primeira vez, são eleitos senadores que representavam corporações locais e profissionais.

Com base nesses preceitos constitucionais de matriz corporativista, Salazar enceta, em Portugal, o processo de transformação do Estado liberal em Estado corporativo. Assim, no plano das leis de defesa do Estado e na linha da ação política preconizada por Alfredo Rocco no seu livro *La trasformazione dello Stato: dallo Stato liberale allo Stato fascista*, publicado em 1927 em Roma – sabemos que dois anos depois já existe um exemplar na biblioteca da Faculdade de Direito de Coimbra –, Salazar decreta, logo em 29 de agosto de 1933, a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), passados apenas quatro meses da entrada em vigor da Constituição corporativista de 1933.<sup>13</sup> Na Itália fascista de Mussolini fora criada a polícia política designada de Organização da Vigilância e Repressão do Antifascismo (OVRA). Importa precisar que em Portugal, do ponto de vista histórico, remonta também à ditadura soberana de Sidônio Pais a iniciativa de criar uma polícia política. Na verdade, Pais decretou, em março de 1918, a criação do “corpo de polícia preventiva”, o qual surge, nesse quadro da ditadura sidonista, completamente autonomizado do corpo de investigação criminal que até ali o integrara também.

Não é de se admirar que, quando a 18 de janeiro de 1934 eclode a greve geral operária convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) – de orientação anarcossindicalista, com o apoio dos sindicatos de influência socialista e comunista –, a PVDE, como nova polícia política, tenha um papel decisivo não só na repressão aos grevistas, mas sobretudo na captura, interrogatório e prisão dos líderes sindicais que a encabeçaram em todo o país.

Recorde-se, todavia, que essa greve geral surge como protesto, operário e sindical, contra a entrada em vigor do Estatuto do Trabalho Nacional e Organi-

---

12 PORTUGAL, op. cit., p. 265.

13 Ver RIBEIRO, Maria da Conceição. *A polícia política no Estado Novo (1926-1945)*, p. 37. Tenha-se presente também que, como escreve Agamben, a propósito da emergência do biopoder nas sociedades modernas em Foucault, o qual considera que a biopolítica moderna tem origem no século XVII e, precisamente, “com o nascimento da ciência da polícia, o cuidado da vida e da saúde dos súditos começa a ocupar um lugar cada vez mais importante nos mecanismos e nos cálculos dos Estados [...]. O antigo direito de fazer morrer e deixar viver dá lugar a uma figura inversa, que define a biopolítica moderna e que se expressa na fórmula *fazer viver e deixar morrer*”. Ver AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*, p. 88.

zação dos Sindicatos Nacionais, que vem acabar com os sindicatos livres. Esse decreto-lei n. 23.049, de Salazar, surge em 23 de setembro de 1933 e é um diploma estruturante das instituições corporativas em Portugal. Por outro lado, em termos da sua filosofia jurídico-política, é claramente inspirado na *Carta del Lavoro* fascista (1927), como reconheceu Marcelo Caetano, o grande especialista em direito corporativo português. Ao decretar este e outros diplomas que originam a constituição de corporações econômicas e sindicais, Salazar endossa o já referido artigo 14 da Constituição de 1933, que estipula: “Incumbe ao Estado reconhecer as corporações morais ou econômicas e as associações ou organizações sindicais, e promover e auxiliar a sua formação”.<sup>14</sup>

Na verdade são decretados, com a mesma data, mais cinco diplomas tendentes a construir o edifício corporativo em Portugal, a saber: o n. 23.049, que prevê a criação dos grêmios, ou seja, os organismos corporativos próprios das entidades patronais; o n. 23.050, sobre os sindicatos nacionais e que, como já referimos, está na origem da greve de 18 de janeiro de 1934; o n. 23.051, sobre as “casas do povo”; o n. 23.052, sobre a construção de casas econômicas; e o n. 23.053, que despromove o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Esse ministério fora criado durante o primeiro governo da União Sagrada, em pleno decurso da Primeira Guerra Mundial, presidido por Antônio José de Almeida, tendo Afonso Costa como ministro das Finanças e Antônio Maria da Silva como titular da nova pasta em nome do Partido Democrático (PRP). No fundo, cumpriu-se o que o programa político dos democráticos previa, e, até o fim da Primeira República, este ministério teve essa designação nos diferentes governos que se seguiram. No entanto, Salazar rebaixa-o dentro do organograma dos governos a que preside e transforma-o em Subsecretariado das Corporações e Previdência Social.

Voltando ao papel cada vez mais importante da polícia política do Estado Novo, ao longo da década de 1930 e até o fim da Segunda Guerra Mundial, considerando o pós-guerra e a vitória das nações aliadas, a PVDE é objeto de uma mudança que dá origem à Polícia Internacional de Defesa do Estado (Pide). Por sua vez, o desencadear da Guerra Civil Espanhola, de 1936 a 1939, dita a necessidade de a PVDE se submeter a uma reorganização interna.<sup>15</sup> Ela passa pela criação de uma seção de fotografia, comunicações de rádio, formação de agentes policiais no estrangeiro, principalmente na Itália fascista etc., para dotá-la de maior eficácia na vigilância e repressão das forças políticas antifascistas. Sublinhe-se que, das 13.648 detenções por motivos políticos registradas entre 1932 e 1945, mais de metade, 8.293, foram efetuadas durante a Guerra Civil Espanhola.<sup>16</sup> Por outro lado,

---

14 RIBEIRO, Maria da Conceição, op. cit., p. 248.

15 No pós-guerra e com a vitória das nações Aliadas, a PVDE é objeto de uma mudança que origina a Polícia Internacional de Defesa do Estado (Pide).

16 RIBEIRO, Maria da Conceição, op. cit., p. 79-129.

a abertura do campo de trabalho do Tarrafal, em outubro de 1936, traduziu-se no imediato envio de uma primeira leva de 150 prisioneiros políticos deportados. Também o atentado a Salazar, em 4 de julho de 1937, veio desencadear medidas de repressão mais sérias e sofisticadas.<sup>17</sup> O mesmo tinha acontecido na Itália, na sequência dos primeiros quatro atentados efetuados a Mussolini.

Regressando, porém, ao processo mais geral que são as leis de defesa do Estado Novo, é significativo que, em termos políticos, a estreia legislativa da Assembleia Nacional se tenha verificado com a aprovação do projeto de lei n. 2, de autoria do deputado José Cabral, datado de 18 de janeiro de 1935, que previa a extinção das sociedades secretas em Portugal, concretamente a Maçonaria e a Carbonária.<sup>18</sup> Recorde-se que, nessa altura, o grão-mestre do Grande Oriente Lusitano (GOL) era o general Norton de Matos, que pertencera ao PRP e havia sido, desde a revolução sangrenta de 14 de maio de 1915 – que colocou fim à ditadura do general Pimenta de Castro –, até o golpe de Estado de Sidónio Pais, em 5 de dezembro de 1917, o ministro da Guerra, designadamente, nos dois últimos governos presididos por Afonso Costa. Nesse sentido, Norton de Matos foi o responsável pelo chamado “milagre de Tancos”, bem como o esteio político e técnico-militar de uma conduta de guerra inquebrantável por parte do Corpo Expedicionário Português (CEP). Não deixa de ser significativo, em termos da lógica nacionalista de Salazar, que, após o processo de triangulação das lojas, ordenado pelo grão-mestre Norton de Matos para fazer frente à clandestinidade e à repressão a que o GOL vai ser sujeito durante todo o Estado Novo, a partir de 1935, as instalações da sua sede de Lisboa, ou Grémio Lusitano, sejam escolhidas pelo presidente do Conselho como centro nacional da milícia do Estado Novo que vai ser a Legião Portuguesa.

Isso para lembrar que também na Itália fascista, dez anos antes, ou seja, em 1925, o ministro da Justiça, Alfredo Rocco, faz aprovar no Senado uma lei que extingue as sociedades secretas.<sup>19</sup>

## **A absolutização do poder de Salazar e a criação das milícias do Estado Novo**

É fato que o fenômeno da paramilitarização da sociedade portuguesa é desencadeado por Salazar, compelido pela conjuntura, histórica e política, que decorre da eclosão da guerra civil na Espanha. No entanto, quando o presidente do Conselho, após a entrada em vigor da Constituição de 1933, começa a elaborar

---

17 SANTANA, Emídio. *História de um atentado: o atentado a Salazar*.

18 Projeto de lei n. 2/35. Ver MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Maçonaria portuguesa e o Estado Novo*, p. 212-214.

19 ROCCO, Alfredo, op. cit., p. 33-58.



uma reflexão política e pública sobre a necessidade de imprimir uma “direção única” pelo Estado à economia, sociedade e educação nacional, de forma a enfrentar o fenômeno da guerra, realiza-a, precisamente, em uma conferência promovida pelo Subsecretariado das Corporações, mas que teve lugar, a 13 de janeiro de 1934, no Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Assim, referindo-se às consequências políticas que a Primeira Guerra Mundial trouxera para a organização do Estado, principalmente em matéria de educação nacionalista e de disciplina dos corpos, em uma articulação estreita entre a política e os dispositivos corporativos de natureza econômica, afirma

[...]. A última guerra imprimiu caráter às gerações que a sofreram: uma das suas lições mais claras foi a mobilização geral de todos os países empenhados na contenda. Viu-se nitidamente que uma direção única foi impressa a todos os setores; todas as forças, todos os elementos espirituais ou materiais de luta ou resistência foram mobilizados pelo Estado em defesa da nação. A tensão do espírito e a disciplina de ferro a que todos estavam sujeitos diminuiu com a paz; mas a ideia de nação armada ficou bem gravada nos espíritos e domina visivelmente as concepções políticas atuais, nem que não fosse senão porque a guerra não acabou ou pelo menos não acabaram, antes recrudesceram, as dificuldades [...]. Eis porque alguns Estados se lançaram no caminho de uma espécie de mobilização pacífica de todas as atividades nacionais; e não há dúvida de que nas condições presentes do mundo não lhe poderão fugir os que queiram impor-se, pelo menos, salvar-se.

A posse da infância e da juventude, a educação no sentido nacionalista, a formação da mentalidade geral, os exercícios, os jogos, os desportos, os cuidados de revigoramento físico e moral da raça, as preocupações da investigação científica, a organização da vida corrente, a produção, o comércio, até a arte – tudo se pretende que obedeça a uma direção única, a um único espírito, e – à falta de um estado de consciência coletivo que espontaneamente se encaminhe para esse resultado – é o Estado quem se arroga determiná-lo, como representante e guarda do interesse geral. Aparece assim quase como um axioma que o Estado deve dirigir a economia da nação.<sup>20</sup>

O ano de 1936 é crucial para Salazar controlar, pessoalmente, toda a ação governativa e a vida política portuguesa. Por isso, como presidente do Conselho de Ministros desde 1932, função que vinha acumulando com a pasta de ministro das Finanças desde 1928, passa a acumular também, com o eclodir da Guerra Civil Espanhola, embora a título de “interinidade”, a pasta da Guerra, de 1936 a 1944, bem como os Negócios Estrangeiros, entre 1936 e 1947. Ou seja, no ano de 1936, Salazar é o titular ministerial das três pastas que são estratégicas dentro da lógica interna de qualquer governo, para além de toda a coordenação política, a saber: finanças, guerra e negócios estrangeiros, durante os nove anos seguidos que decorreram entre o início da Guerra Civil Espanhola e o fim da Segunda Guerra Mundial.

---

20 SALAZAR, Oliveira. *Discursos 1928-1934*, p. 286-287.

Com efeito, o ano de 1936 é um ano crítico e decisivo para a consolidação do Estado Novo de Salazar. Após o 17 de julho que desencadeia a Guerra Civil Espanhola, a 28 de agosto, o capitão Jorge Botelho Moniz – antigo deputado sidonista, ex-diretor do jornal *A Situação* e, mais tarde, militar golpista no 18 de Abril de 1925,<sup>21</sup> evento considerado por muitos um verdadeiro ensaio político militar para o golpe de 28 de maio de 1926 – organiza, na praça de Touros do Campo Pequeno, um comício anticomunista, onde fizera ser aprovada uma moção que apela à criação de uma “legião cívica destinada a enquadrar todos aqueles que por um ato consciente e voluntário [...] deem um passo em frente e acorram a esta chamada”.<sup>22</sup> Jorge Botelho Moniz vinha-se destacando, pelos microfones do Rádio Clube Português (RCP), na elaboração de uma campanha anticomunista que permitia organizar o apoio de retaguarda às tropas nacionalistas sublevadas, como o envio de vestuário e de alimentos às populações controladas pelas tropas franquistas.

Salazar resiste, no entanto, a essa proposta de criação de uma milícia para o Estado Novo. Os acontecimentos revolucionários de 8 de setembro em Lisboa, que se traduzem na Revolta dos Marinheiros dos três importantes navios de guerra *Afonso de Albuquerque*, *Bartolomeu Dias* e *Dão*, levam-no a mudar de ideia. Na verdade, era objetivo dos marinheiros revoltosos levantarem ferro do rio Tejo e seguirem para Espanha para se juntarem à armada republicana espanhola. Em férias no Vimieiro e avisado de madrugada pelo ministro da Marinha, Ortins de Bettencourt, sobre a natureza dos acontecimentos, Salazar é impiedoso e dá ordem de bombardear até afundar os três novos vasos de guerra da Marinha portuguesa. É no preparar dessa operação que o tenente Henrique Tenreiro tem um papel decisivo que lhe vai valer tornar-se, mais tarde, não só o comandante da Brigada Naval da Legião Portuguesa, mas também membro da sua junta central.<sup>23</sup> O balanço trágico dessa revolta da armada portuguesa, traduzido no afundamento dos três navios, bem como no conhecimento que Salazar vai ter de que foi o Partido Comunista Português, por meio do seu braço armado que era a Organização Revolucionária da Armada, a base dessa insurreição da Marinha, terá influído muito na decisão de, em 30 de setembro de 1936, tomar a medida política de criar a Legião Portuguesa. Muitos desses marinheiros vão integrar o grupo dos primeiros 150 prisioneiros a serem internados no campo prisional do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde.

O processo de governamentalização a que, desde o início, Salazar submeteu e com o qual controlou a milícia do Estado Novo é crucial para se entender a

---

21 MONIZ, Jorge Botelho. *O 18 de Abril*: elementos para a história d’uma revolução vencida.

22 RODRIGUES, Luís Nuno. *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo (1936-1944)*, p. 33.

23 SOUSA, Jorge Pais de. *O fascismo catedrático de Salazar: das origens na I Guerra Mundial à intervenção militar na Guerra Civil de Espanha (1914-1939)*, p. 391-399.

diferença em relação às suas congêneres fascista (OMVN) e nazista (SS). Para esse efeito, temos de olhar para a composição da sua cúpula política e militar, pois Salazar atribui o cargo de presidente da junta central da Legião Portuguesa (LP) a Costa Leite (Lumbrales), durante os seus primeiros oito anos de atividade, que coincidem com o decurso da Guerra Civil Espanhola e da Segunda Guerra Mundial (1936-1944). Ele era seu discípulo na cátedra de economia política e finanças da Universidade de Coimbra e uma figura da sua máxima confiança política no exercício das mais diferentes pastas governamentais. Em 1936, por exemplo, desempenhava as funções de subsecretário de Estado das Finanças. Integravam, ainda, a primeira junta central da LP: João Namorado de Aguiar, comandante-geral; Armando Fortée Rebelo; Artur Águedo de Oliveira; e Teófilo Duarte, capitão e um dos cadetes de Sidónio Pais, que será, entre 1947 e 1950, ministro das Colônias de Salazar. É, todavia, Águedo de Oliveira – que também fora aluno de Salazar e viria a ser doutor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – que se vai destacar como juiz conselheiro do Tribunal de Contas, deputado da Assembleia Nacional, subsecretário e, depois, ministro das Finanças, entre outros cargos governamentais. Foi ainda membro da União Nacional (UN) e, nessa qualidade, escreveu alguns textos de índole doutrinária, sobretudo durante a década de 1930, que o posicionam como um dos intelectuais orgânicos mais destacados do Estado Novo: “Estado Novo” (1935), “Filosofia e moral política do Estado Novo: a nova constitucionalidade” (1937) e “União Nacional como direção política única” (1938).<sup>24</sup>

A 11 de abril de 1936, Carneiro Pacheco passa a ser o ministro que tutela o Ministério da Educação Nacional (MNE), antigo Ministério de Instrução Pública, criado durante a Primeira República no primeiro governo presidido por Afonso Costa, entre 1913 e 1914. Pode-se ler na base XI do diploma que institui o MNE a preconização de “uma organização nacional e pré-militar, que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caráter e a devoção à pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa”.<sup>25</sup> No entanto, a Mocidade Portuguesa só será criada por Salazar a 14 de outubro de 1936. A nosso ver, tal como aconteceu com a criação da Legião Portuguesa, foi a situação política de guerra civil vivida na Espanha que pressionou Salazar a tomar também essa decisão.

O modelo que esteve subjacente à fundação da Mocidade Portuguesa (MP), como milícia de enquadramento ideológico e paramilitar da juventude do Estado Novo, foi a Opera Nazionale Balilla (ONB). Com efeito, foi em plena ditadura militar que, no ano de 1929, uma poderosa e impressionante delegação oficial de 1.300

---

24 SOUSA, Jorge Pais de. *O fascismo catedrático de Salazar: das origens na I Guerra Mundial à intervenção militar na Guerra Civil de Espanha (1914-1939)*, p. 391-399.

25 *Ibidem*, p. 387, 391-399.

*balillas*, integrada pelos dois filhos de Mussolini, Bruno e Vittorio, visitou Lisboa e Cascais. Delegação que vai ser recebida pelo presidente da República, o general Carmona, na sua residência de Cascais, onde se fez fotografar ao lado dos filhos de Mussolini devidamente uniformizados de balilas.<sup>26</sup>

A Mocidade Portuguesa funcionou também como uma escola de quadros do Estado Novo. Marcello Caetano começou por ocupar, logo em 1936, o lugar de diretor dos Serviços de Formação Nacionalista e, a partir de 1940, torna-se comissário nacional. Por sua vez, esse integralista de segunda geração e sucessor de Salazar na presidência do Conselho a partir de 1968 constituiu dentro da MP sua própria facção organizada por apoiantes indefectíveis, como reconheceu Marcello Caetano no seu livro *Minhas memórias de Salazar*, em que se pode ler a propósito: “Tempo saudoso para mim, os quatro anos em que dia a dia convivi com a gente nova de entre a qual recrutei tantos amigos e colaboradores dos anos futuros”.<sup>27</sup> À cabeça destes amigos e “colaboradores” está Baltazar Rebelo de Sousa que, por sua vez, convida para aderirem à União Nacional (UN) vários dos futuros ministros de Marcello Caetano, como é o caso, entre outros, de Silva Cunha, Henrique Veiga de Macedo, Rui Sanches, João Dias Rosas, Jorge Jardim e João Paulo Cancela de Abreu.

## Conclusões

O corpo em Salazar é concebido como alvo do poder. Assim, o corpo regrado é um corpo corrigido, no qual a subjugação física produz uma consciência também ela subjugada, ou seja, a instituição em 1936 das duas principais milícias do Estado Novo, a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, concretizam a sujeição física da população à também subjugada consciência nacionalista.

Com efeito, a eclosão da Guerra Civil Espanhola a 17 de julho de 1937 determina, em grande medida, a paramilitarização do Estado e da sociedade portuguesas. Ao contrário dos fascistas de Mussolini e dos nazis de Hitler, que tinham constituído milícias próprias para assaltarem o poder, Salazar cria as milícias do Estado Novo a partir da ação governativa. Controla-as com o recurso a civis da sua confiança política – normalmente também universitários – e não aceita, jamais, que seja o Exército a monitorá-las. No caso de Mussolini, os *fasci di combattimento* ou “camisas negras” transformaram-se na Milícia Voluntária de Segurança Nacional (MVSN), quando os fascistas tomaram o poder. Na Alemanha de Hitler, as SA, ou *Sturmabteilungen* ou ainda Divisões de Assalto, também conhecidas como “camisas castanhas”, originam, com a chegada dos nazis ao poder, as temíveis SS ou

---

26 SOUSA, Jorge Pais de. *Uma biblioteca fascista em Portugal*: publicações do período fascista existentes no Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 19-23.

27 CAETANO, Marcello. *Minhas memórias de Salazar*, p. 228.

*Schuzstafell*. Seja como for, em Portugal, as milícias terminam com o monopólio da violência por parte das forças armadas, e, como referido, Salazar tem o cuidado de sempre colocar nos órgãos de cúpula, normalmente, civis e muitas vezes professores universitários, como Costa Leite (Lumbrales) à frente da LP, seu discípulo na cátedra de economia política e de finanças e um dos homens que mais tempo esteve no governo. No caso da MP, começa por colocar Nobre Guedes, mas vem a substituí-lo por Marcello Caetano na função de comissário nacional. A partir de 1936, podemos considerar que é aberto um novo período dentro da política do corpo salazarista, a fase do corpo reintegrado com a organização das milícias nacionalistas, ou seja, os dispositivos disciplinares de tipo miliciano nos quais a Mocidade Portuguesa desempenha um papel fulcral em matéria de enquadramento ideológico e físico da juventude, masculina e feminina. Já a Legião Portuguesa é a milícia do Estado Novo concebida para integrar a população adulta, de forma a incorporar o corpo biológico no corpo social, preparando-o para o seu investimento no mundo do trabalho e, eventualmente, para a guerra. Em suma, manter esse corpo social e econômico são e puro, ao abrigo de todo o contágio, é o objetivo da política do corpo no Estado Novo corporativo de Salazar.

## Fontes

PORTUGAL. Constituição política da República portuguesa: acto colonial. In: \_\_\_\_\_. *Constituições portuguesas*. Lisboa: Assembleia da República, 1992.

## Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Lisboa: Edições 70, 2010.

\_\_\_\_\_. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CAETANO, Marcello. *Minhas memórias de Salazar*. 4. ed. Lisboa: Verbo, 2000.

FARIA, Telmo. *Debaixo de fogo! Salazar e as forças armadas (1935-1941)*. Lisboa: Cosmos; IDN, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2010.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Maçonaria portuguesa e o Estado Novo*. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

MONIZ, Jorge Botelho. *O 18 de Abril: elementos para a história d'uma revolução vencida*. Lisboa: edição do autor, 1925.

RIBEIRO, Maria da Conceição. *A polícia política no Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Estampa, 2000.

ROCCO, Alfredo. *La trasformazione dello Stato: dallo Stato liberale allo Stato fascista*. Roma: Voce, 1927.

RODRIGUES, Luís Nuno. *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo 1936-1944*. Lisboa: Estampa:1996.

SALAZAR, Oliveira. *Discursos 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

SANTANA, Emídio. *História de um atentado: o atentado a Salazar*. Lisboa: Fórum, 1976.

SCHNITT, Carl. Guerra como manifestação de inimizade. In: \_\_\_\_\_. *O conceito de político: teoria do partisan*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.

SOUSA, Jorge Pais de. *Uma biblioteca fascista em Portugal: publicações do período fascista existentes no Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

\_\_\_\_\_. *O fascismo catedrático de Salazar: das origens na Primeira Guerra Mundial à intervenção militar na Guerra Civil de Espanha (1914-1939)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011.

\_\_\_\_\_. Controlo disciplinar e representação estética do corpo no Estado Novo (1933-1945). In: SERAPIGLIA, Daniele (org.). *Tempo libero, sport e fascismo*. Bolonha: BraDipUS Editore, 2016.

# A bem de Portugal

Estratégias para controlar a opinião pública portuguesa nos Estados Unidos da América (1933-1940)

Alberto Pena-Rodríguez<sup>1</sup>

Durante os primeiros anos da ditadura portuguesa, suas estruturas institucionais não mostraram nenhum interesse especial na comunidade imigrante do outro lado do Atlântico, assim como acontecia antes de 1926 com os governos do período republicano. A imprensa luso-americana lamentava com frequência a falta de apoio e atenção das autoridades nacionais para com os portugueses residentes nos Estados Unidos. Essa situação de afastamento institucional não correspondia à forte identificação emocional dos portugueses emigrados com a sua pátria e cultura, o que acentuava ainda mais a sensação de abandono e esquecimento por parte dos responsáveis pela política nacional. Apesar do respeito que os imigrantes lusos sentiam pelos seus agentes consulares, devido ao forte significado simbólico que para eles tinha a representação de Portugal nos Estados Unidos, as controvérsias eram recorrentes nos meios de comunicação impressos da colônia. Os jornais em português expressavam as lamentações e queixas que por vezes lhes faziam chegar os imigrantes portugueses, quando os serviços consulares eram deficientes ou irregulares.

A princípio, a instauração do Estado Novo em Portugal suscitou novas expectativas entre os imigrantes, expressas na difusão de publicações periódicas em português, com a esperança de que o novo regime entenderia a importância de preservar a cultura portuguesa em território norte-americano. A ditadura fez algumas mudanças nos consulados, como a destituição, em 1929, de Abílio de Oliveira Águas do consulado de Providence (Rhode Island) por desavenças políticas. Porém, o mais relevante foi a nomeação do novo embaixador em Washington, que sucederia ao visconde d'Alte, falecido em 1933. A pessoa escolhida para representar o Estado Novo nos Estados Unidos foi o madeirense João Antônio de Bianchi,<sup>2</sup> diplomata com longa experiência em diferentes legações de Portugal

---

1 Doutor em Jornalismo pela Universidad Complutense de Madrid, doutor em História pela Universidad Nacional de Educación a Distancia, professor titular na Universidade de Vigo, na Espanha.

2 João Antônio de Bianchi nasceu em 19 de dezembro de 1884, formou-se em direito e passou no concurso para trabalhar como terceiro secretário da embaixada de Portugal, em Londres, em 14 de julho de 1917. Foi também encarregado de dirigir a secretaria da delegação portuguesa na Conferência de Paz, em 16 de dezembro de 1918, nomeado segundo-secretário da legação, em 17 de janeiro de 1919, e encarregado dos Negócios em Londres entre 3 de julho de 1919 e 2 de fevereiro de 1920. Ocupou a direção dos Negócios Comerciais e Consulares e, a partir de 19 de março de 1921, exerceu a função de primeiro-secretário da legação em Londres. Em 21 de março de 1922, foi designado ministro plenipotenciário de segunda classe e chefe de protocolo e pessoal diplomático. Foi também representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros na missão encarregada de revisar o convênio entre Moçambique

que, segundo a narrativa da propaganda oficial do regime, assumiu a função de embaixador de Salazar “a bem de Portugal”, frase que comumente adornava os informes dos diplomatas do Estado Novo nos anos de 1930 e 1940.

## Um novo embaixador para o Estado Novo: João Antônio de Bianchi (1933-1947)

João Antônio de Bianchi iniciou a sua carreira diplomática no Ministério de Negócios Estrangeiros, em 1915. Foi chefe da secretaria diplomática de Portugal durante a Conferência de Paz de 1919, embaixador de Portugal em Pequim, secretário da embaixada em Londres e Paris e chefe da divisão de Negócios Políticos do ministério, em Lisboa. Pouco depois de ser nomeado, o novo embaixador concedeu uma entrevista ao reverendo e jornalista José Cacella, publicada em 19 de setembro de 1933, no *Diário de Notícias* de New Bedford (Massachusetts), em que expressou a sua intenção de conhecer todas as colônias de portugueses no país americano.<sup>3</sup> Em uma mensagem dirigida à comunidade portuguesa, João Antônio Bianchi fala da nova situação de Portugal:

Felizmente, o atual momento é propício, pois a nossa reconstrução interna, enquanto outros se debatem com a grande crise, está feita com recursos próprios, temos um orçamento equilibrado e dinheiro disponível para fomento, progresso social, beneficência e demais necessidades nacionais, não temos desemprego e temos ordem. É um momento histórico digno das nossas tradições a par da gloriosa época das nossas descobertas.<sup>4</sup>

José Cacella fica positivamente impressionado com João Antônio Bianchi, para quem solicita a colaboração de toda a comunidade imigrante lusa: “o seu plano de ação é magnífico”, aponta o sacerdote em um texto introdutório à entrevista do diplomata,<sup>5</sup> que apresentou suas credenciais ao presidente dos

---

e a União Sul-Africana, em abril de 1922. Logo voltaria a Londres como encarregado de Negócios, de 2 de setembro de 1923 a 24 de abril de 1924; no mesmo ano foi nomeado delegado do Tesouro português em Londres; foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Pequim, em 23 de janeiro de 1925; delegado especial do governo na Comissão Internacional de Extraterritorialidade, em abril de 1919; chefe de repartição dos Negócios Políticos, em 1º de março de 1930, delegado do Ministério de Negócios Estrangeiros no Conselho Nacional do Ar e no Conselho Superior da Marinha Mercante. Em julho de 1933, ascende a ministro de primeira classe e é enviado como ministro plenipotenciário a Washington, cargo do qual tomou posse em setembro de 1933. Quando foi nomeado embaixador possuía, entre outras, as seguintes distinções: Grande Cruz da Ordem Militar de Cristo; Ordem Militar de São Tiago da Espanha; Ordem de Carlos III da Espanha e Ordem da Coroa de Carvalho de Luxemburgo.

Dados extraídos, em parte, da nota biográfica publicada em uma edição extraordinária do periódico *Portugal na Califórnia*, editado em setembro de 1935 para honrar a viagem do embaixador àquele estado norte-americano.

3 Bem-vindo. *Diário de Notícias*, n. 4.371, p. 1, 19 set. 1933. Artigo acompanhado de retrato do novo embaixador.

4 Idem.

5 Idem.



Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, em outubro de 1933. Posteriormente, Bianchi seria homenageado em Nova Iorque em um evento organizado pelo próprio José Cacella<sup>6</sup> e pelo cônsul-geral de Portugal, Vítor Verdades de Faria.

A ação diplomática do novo embaixador de Salazar teve uma grande repercussão na colônia. Pela primeira vez, um embaixador de Portugal fez o que até então nenhum outro diplomata luso havia feito: visitar os imigrantes nas suas principais colônias e manter uma estreita relação com os seus meios de comunicação para fazer chegar todas as suas mensagens com maior facilidade e eficácia. Nesse sentido, Bianchi melhorou notavelmente a imagem que os luso-americanos faziam do governo e de seus representantes diplomáticos. Pouco depois de se estabelecer em Washington, realizou viagens de várias semanas à Nova Inglaterra (verão de 1934) e à Califórnia (verão de 1935),<sup>7</sup> que lhe permitiram conviver com os seus compatriotas e receber deles todos os tipos de honras.<sup>8</sup> Foi tal a expectativa e a repercussão da viagem de Bianchi à Califórnia, que foi publicada uma edição extraordinária de um jornal, dirigido por João Marques Jardim, intitulado *Portugal na Califórnia*, que relatou monograficamente o périplo do diplomata luso pelas terras californianas em setembro de 1935, elogiando ao mesmo tempo as figuras de Carmona e Salazar.<sup>9</sup> Quando se anunciou a visita do embaixador à New Bedford, o *Diário de Notícias* saudou entusiasticamente os planos do diplomata publicando um editorial intitulado “A visita do ministro de Portugal”, em que reconhece seu acerto e agradece essa iniciativa como uma

---

6 Sob as ordens do cônsul-geral em Nova Iorque, o reverendo José Cacella presidiu uma comissão para organizar o evento e a recepção em homenagem ao novo embaixador, para o qual foram convidadas todas as associações profissionais de portugueses nos Estados Unidos. Ver: *Diário de Notícias*, n. 4.391, p. 3, 13 out. 1933. Seção de Newark, dirigida por Vasco S. Jardim.

7 AHD (American Heritage Dictionary), embaixada de Portugal em Washington, caixa 37. “A viagem para a Califórnia teve início em 24 de julho de 1935. O embaixador, que viajou de automóvel acompanhado de sua esposa, Clara de Bianchi, fez várias paradas em lugares de presença portuguesa no trajeto. João Antônio de Bianchi participou das festas da colônia em São Francisco, entre 7 e 14 de setembro, e foi convidado da Exposição Internacional de San Diego, onde presidiu um ato em homenagem ao navegador português Rodrigues Cabrilho.” Nota enviada pela embaixada “aos jornais da Nova Inglaterra e Nova Iorque, 25 de julho de 1935. A visita do diplomata à Nova Inglaterra se estendeu entre julho e setembro de 1934.

8 *Ibidem*, pasta 15. Informes diversos das viagens realizadas por João Antônio de Bianchi às colônias luso-americanas em 1934 e 1935.

9 Há uma edição especial ilustrada de trinta páginas, dedicada à visita do embaixador de Portugal a Washington, contendo textos e fotos do corpo consular português na Califórnia, assim como de figuras relevantes da colônia, que saúdam a visita do representante diplomático às terras californianas. Também são publicados os anúncios de boas-vindas de diferentes estabelecimentos da comunidade imigrante portuguesa. A edição conta também com uma seção especial dedicada a Carmona e Salazar exaltando o trabalho do Estado Novo. Seu administrador e gerente de publicidade era Manuel Sousa Espinola. O único exemplar encontrado se acha na Freitas Library [J. A. Freitas Library, biblioteca privada, propriedade do Supreme Council of the Portuguese Fraternal Society of America (PFSA) – Conselho Supremo da Sociedade Fraterna Portuguesa da América], na Califórnia. Disponível em: <<https://portuguesebooks.org/2011/10/j-a-freitas-library-a-precious-nugget-of-portuguese-history/>> e <<http://www.mypfsa.org/library-museum/#/>>.

oportunidade única para estabelecer um novo marco na colaboração entre a colônia e os seus representantes consulares:

Esta escolha não podia deixar de nos cativar tão desenganada se encontrava essa colônia, a mais numerosa de Nova Inglaterra, das atenções do elemento oficial português. [...]. Mas a estada do representante de Portugal entre nós não se resume numa questão mais ou menos interessante de galantaria. A colônia tem todo o direito de esperar que essa visita se traduza em benefícios morais e materiais. É também legítima essa aspiração e Sua Ex.<sup>a</sup>, vindo até nós, não deixa de a ter em vista. Não há que dar outra interpretação aos desejos do ilustre e simpático diplomata, procurando inteirar-se das necessidades da colônia querendo ir até a intimidade dos nossos organismos, inquirindo de todas as nossas atividades. Isso não obedece a uma simples curiosidade, sem qualquer alcance. Pelo contrário, o sr. dr. Bianqui está animado dos melhores propósitos a nos compensar do esquecimento a que temos sido votado.<sup>10</sup>

As suas aparições na mídia da comunidade tornaram-se frequentes, especialmente nas datas em que havia alguma celebração comemorativa, como o Dia da Independência de Portugal, 1º de dezembro, cuja efeméride foi programada como estratégia política.<sup>11</sup> A cada ano, João A. Bianchi e os membros da equipe consular participavam de algum ato institucional ou enviavam um comunicado oficial aos programas de rádio portugueses e à imprensa luso-americana,<sup>12</sup> como o que foi publicado pelos jornais em novembro de 1936 para celebrar o fim da dominação espanhola em 1640:

Na manhã do dia 1º de dezembro de 1640, dissipava-se o pesadelo da dominação espanhola e no decurso de três séculos desde então decorridos, gerações sucessivas de portugueses têm celebrado, sem interrupção e com ardor patriótico, a restauração da nossa independência, já então cinco vezes secular. Oito séculos da história gravaram indelevelmente nos nossos seres o sentimento duma independência que não provém da improvisação de uma chancela acidental gerada dos enredos da política internacional, mas que representa a cristalização, no decurso dos tempos, dos elementos e razões de existência de uma nacionalidade independente. Se houvesse necessidade de procurar ou provar a conservação do sentimento da raça nas colônias portuguesas dos Estados Unidos, serviria bem de pedra de toque a sua nunca esquecida invocação desta data gloriosa. É, portanto, com emoção que neste dia assinalado saúdo a colônia, que tanto se orgulha da nação, que justamente se orgulha da colônia. AVANTE POR PORTUGAL! João de Bianchi, ministro de Portugal. Washington D. C.<sup>13</sup>

---

10 *Diário de Notícias*, n. 4.621, p. 2, 20 jul. 1934.

11 Em 1934, o novo embaixador de Portugal enviou uma circular ao corpo diplomático dos Estados Unidos da América para que os consulados patrocinassem e promovessem a celebração do Dia da Independência. Com a sua intermediação, dezenas de coletividades enviaram telegramas de saudação ao presidente da República naquela data comemorativa. Implantou também, por meio da National Broadcasting Co., um programa de ondas curtas para que a colônia da Califórnia pudesse transmitir suas saudações à "mãe-pátria". AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 37. Ofício do embaixador de Portugal nos Estados Unidos ao ministro dos Negócios Estrangeiros, 18 dez. 1936.

12 BIANCHI, João Antônio de. To the Portuguese-Americans in the U. S. *Jornal Português*, número comemorativo dos centenários de Portugal, (1140-1940), p. 2, 1940.

13 De Sacramento, na Califórnia, Bianchi fez publicar em: *O Progresso*, n. 142 (ano IV), p. 1, 26 nov. 1936.

Em pouco tempo, o novo embaixador não só conseguiu se fazer conhecido, como aumentou o seu prestígio e notoriedade. Durante o tempo em que permaneceu nos Estados Unidos, João Antônio de Bianchi exerceu uma forte influência sobre a colônia. Apesar de ser um diplomata de carreira que atuava com prudência e cautela, Bianchi não era estranho à ação política de seu governo. Prestou-se a realizar campanhas que aumentaram o prestígio do Estado Novo por meio de uma estreita relação com alguns dos meios de comunicação luso-americanos, em particular com o *Diário de Notícias*. Quando, em junho de 1947, foi substituído por Pedro Teotônio Pereira, que vinha da legação do Brasil, ele recebeu honras da imprensa da colônia, que agradeceu sua gestão à frente da representação diplomática de Portugal nos Estados Unidos.<sup>14</sup> Pouco antes de assumir seu novo posto como secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, a comunidade luso-americana realizou, em 27 de julho de 1947, um ato em sua homenagem no hotel Waldorf Astoria, em Nova Iorque, durante o qual lhe foi entregue um retrato pintado por Henrique Medina.<sup>15</sup> Consciente da eficácia da estratégia de relações públicas seguida por J. A. de Bianchi, Pedro T. Pereira imitaria desde o início algumas de suas ações, como visitar as principais colônias de imigrantes, para mostrar a mesma proximidade e disponibilidade oficial.<sup>16</sup>

## As inquietudes de Salazar frente à ação dos opositores nos Estados Unidos

Quando João Antônio de Bianchi assumiu o posto de embaixador de Portugal nos Estados Unidos, teve que enfrentar a crescente atividade dos opositores ao regime salazarista. Ainda que, em fevereiro de 1938, Bianchi tenha atribuído pouca importância, perante o governo português, às ações de propaganda do ex-ministro republicano de Instrução Pública, João Camoesas, que se exilou nos Estados Unidos em 1929, qualificando a eficácia de suas campanhas “de consequências muito limitadas”,<sup>17</sup> durante os seus primeiros anos em Washington, o chefe da embaixada portuguesa se viu obrigado a desenvolver estratégias de comunicação pública para tentar conter ou mitigar os efeitos da propaganda antifascista e antissalazarista nos EUA, por instância do próprio Antônio de Oliveira

---

14 TEIXEIRA, Antônio C. Doutor João A. de Bianchi. *Jornal Português*, n. 781, p. 1, 15 ago. 1947. A visita de Pereira à Califórnia, na segunda quinzena de abril de 1948, também foi aplaudida em grandes manchetes. A viagem triunfal do embaixador de Portugal. *Jornal Português*, n. 817, p. 1, 30 abr. 1948.

15 O embaixador, dr. João de Bianchi, é homenageado com um banquete de despedida pela colônia portuguesa, em Nova Iorque. *Diário de Notícias*, n. 8.571, p. 1-4, 29 jul. 1947. Ver também: *Diário de Notícias*, n. 8.565, p. 1, 22 jul. 1947.

16 O senhor embaixador de Portugal de visita à Califórnia. *Jornal Português*, n. 815, p. 1, 16 abr. 1948. Sobre a viagem de Pedro Teotônio Pereira à Califórnia.

17 AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 13. Ofício n. 65, proc. 1/38. De João A. de Bianchi ao ministro de Negócios Estrangeiros, 20 fev. 1938.

Salazar, que se ocupou pessoalmente da cadeira de Negócios Estrangeiros entre novembro de 1936 e fevereiro 1947.<sup>18</sup>

Em um telegrama enviado em 24 de maio de 1935, Salazar expressa a Bianchi sua preocupação com a intensidade crescente das campanhas da Aliança Liberal Portuguesa (ALP) de New Bedford, na imprensa, “que distribuiu manifestos com refalsadas mentiras sobre o Estado Novo e que convém contrabater”, expunha o ditador português.<sup>19</sup> Sem dúvida, o embaixador era partidário da adoção de uma postura cautelosa, pois a liberdade de expressão, o debate e a crítica aberta nos Estados Unidos não se adequavam ao formato de campanhas desenvolvidas em Portugal, onde o governo da ditadura podia impedir qualquer ação opositora por meio da censura e da polícia política. Por essa razão, o embaixador envia um telegrama a Salazar, em 27 de maio, respondendo que a questão “é melindrosa, receio efeitos contraproducentes e embaraçosos”.<sup>20</sup>

Mas Salazar estava realmente preocupado com os possíveis efeitos das mensagens de propaganda de seus oponentes na América do Norte e ordena ser informado de “todas as comunicações em forma de cartas, folhetos, impressos clandestinos e meios semelhantes contendo matéria ofensiva ou agressiva contra a atual situação política em Portugal e seus homens públicos”.<sup>21</sup> O governante solicita inclusive ao seu embaixador a elaboração de um informe confidencial sobre o cônsul-geral em Nova Iorque, Vítor Verdades de Faria, de quem ele tinha informações que o vinculavam à divulgação de um dos manifestos da ALP.<sup>22</sup> Assunto que João de Bianchi atribui a uma calúnia, pois o cônsul “tem defendido calorosamente o conhecimento detalhado perante a colônia e perante os estrangeiros obra do governo [sic] [...]”, argumenta.<sup>23</sup>

Em resposta a um telegrama de Salazar, em que solicita todo tipo de ajuda ao periódico *A Pátria*, de New Bedford, João A. de Bianchi remete um ofício, em 10 de junho de 1936, informando ao ditador a situação da “periclitante imprensa” portuguesa da costa atlântica.<sup>24</sup> O embaixador trata de apaziguar a inquietude

---

18 Ibidem. Telegrama confidencial n. 10 enviado pelo ministro de Negócios Estrangeiros ao embaixador de Portugal em Washington, 24 maio 1935.

19 Ibidem.

20 Ibidem. Telegrama confidencial n. 23 do embaixador de Portugal em Washington ao ministro de Negócios Estrangeiros, 27 maio 1935.

21 Ibidem. Circular n. 155 enviada pelo embaixador de Portugal em Washington ao cônsul-geral em Nova Iorque, [1935].

22 Ibidem. Telegrama confidencial n. 10 do ministro de Negócios Estrangeiros ao embaixador de Portugal em Washington, 24 maio 1935.

23 Ibidem. Telegrama confidencial n. 22 do embaixador de Portugal em Washington ao ministro de Negócios Estrangeiros, 26 maio 1935.

24 AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 37, gaveta 150, ofício do embaixador de Portugal a Oliveira Salazar, 10 jun. 1936.

de Salazar quanto às campanhas adversas à sua política, explicando em tom pejorativo que esse tipo de imprensa não deveria preocupar demasiadamente o governo português:

Todos estes jornalecos são uma especulação e um negociosinho, muitas vez de ocasião [sic], dos seus proprietários, redatores, editores, três pessoas distintas [sic] incorporadas no mesmo indivíduo, que mendiga, adula, intriga e ameaça para obter anunciosinhos e assinaturas, e, de borla ou a troco de inserções sem resultados nas suas folhas, consegue alguns fornecimentos, objetos, mercearias e serviços.<sup>25</sup>

João Antônio de Bianchi expressa que, entre todos os jornais da comunidade luso-americana, o mais relevante é o *Diário de Notícias*, “com circulação muito superior aos outros, não só porque é diário, mas porque é mais noticioso”. Destaca também o semanário católico *Novidades*, por sua afinidade com o Estado Novo, apesar da difusão escassa. Sobre *A Pátria*, informa a Salazar que seu diretor, Carlos Supico, era um dos líderes da colônia madeirense, mas que o periódico era editado de forma irregular e não o via como capaz de influenciar a situação.<sup>26</sup>

Provavelmente, por causa da ressonância que tinha a cidade de Nova Iorque, onde se encontravam as sedes de muitas organizações políticas internacionais e de meios de comunicação de grande impacto informativo, o governo português foi particularmente sensível sobre o que ocorria em torno da colônia naquela área. A pedido da embaixada, o cônsul enviou, em 23 de maio de 1935, um memorando intitulado “Campanhas políticas nos estados sob a jurisdição do consulado-geral de Portugal em Nova Iorque contra o governo português”. Nesse informe, o cônsul explica que jamais houve qualquer crítica ao salazarismo nos meios de comunicação da colônia desde a sua chegada:

Desde a minha vinda para Nova Iorque, em dezembro de 1927, posso afirmar, sem receio, nunca se ter nem mesmo esboçado qualquer tentativa de campanha política contra o governo da ditadura nos estados sob a minha jurisdição. Muito pelo contrário, a grande massa da colônia acompanhou e acompanha, com dedicação, a obra do governo, o que me tem sido possível observar com verdade e com detalhe, nos contatos diretos que tenho tido com a colônia, nos discursos públicos por mim proferidos e pela reação sofrida pelos que tenho feito pelo “rádio”. Nunca tive em público senão aplauso às referências por mim feitas à obra do governo, muito especialmente ao tocar os pontos que a colônia pode sentir, como sejam: o saneamento das contas públicas, pontes, estradas, telefones, portos, marinha de guerra, desenvolvimento e fomento do nosso império colonial, etc. *nunca tendo tido a mais pequena oportunidade para a controvérsia*. [...]. *Nunca se publicaram panfletos contra o governo, e se alguns apareceram foram editados fora da minha circunscrição e deviam ter sido espalhados tão parcamente que tive dificuldade em obter um e impossibilidade de alcançar outro que julgo mesmo não ter sido nunca distribuído*.<sup>27</sup>

---

25 Idem.

26 Idem.

27 Ibidem, caixa 37. Memorando do cônsul-geral em Nova Iorque, enviado ao embaixador de Portugal em Washington, 23 maio 1935 (grifos no original).



a distribuir *Unir*, o porta-voz dos exilados portugueses na França.<sup>30</sup> Em Nova Iorque apareceriam também novas publicações antifascistas, como *O Bacamarte*, *A Plebe* e *A Voz*, esta última com edições em espanhol e português. Além disso, alguns periódicos importantes da colônia na costa leste, como o *Diário de Notícias* e *O Colonial*, haviam se convertido em plataformas de propaganda do antissalazarismo.

## A reação política do Estado Novo: diplomacia, censura e propaganda

O Estado Novo reagiu à ofensiva de seus inimigos com diversas ações coordenadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que atuou em diversas frentes: incrementando a produção e difusão de material propagandístico nos EUA;<sup>31</sup> pressionando de forma direta e institucional, a partir da SPN ou por meio dos serviços consulares, os editores dos jornais luso-americanos e norte-americanos para impedir a publicação de artigos adversos;<sup>32</sup> divulgando textos escritos pelo próprio pessoal diplomático;<sup>33</sup> subsidiando os jornais favoráveis; e promovendo ou participando de atividades que contribuíssem para prestigiar o Estado Novo mediante a cobertura de imprensa nos meios de comunicação norte-americanos.<sup>34</sup>

Um dos episódios que revela a paixão e a intensidade da luta entre os partidários e os detratores da ditadura nos Estados Unidos foi protagonizado por Antônio Eça de Queirós, subdiretor do SPN e filho do famoso escritor do realismo português. Eça de Queirós enfrentou publicamente Manuel Moutinho, cofundador e secretário da ALP, um dos mais ativos propagandistas contra o Estado Novo e aliado de João Camoesas na campanha contra o salazarismo a partir da Nova Inglaterra.<sup>35</sup> Manuel Moutinho foi o autor de uma série de artigos antissalazaristas

---

30 Ibidem. Ofício n. 55 do cônsul de Portugal em New Bedford ao encarregado de Negócios da embaixada, João de Deus Ramos, 23 jul. 1937.

31 Ibidem, caixa 18. Ofício n. 960, proc. 9/38, do embaixador de Portugal ao ministro de Negócios Estrangeiros solicitando matérias propagandísticas para difundir nos EUA, 31 out. 1938.

32 Informe sobre as pressões exercidas sobre vários periódicos luso-americanos. ANTT, AOS/SGPCM-GPM, caixa 5, proc. 156, 3, n. 4. Ofício n. 1.273 do subdiretor do Secretariado de Propaganda Nacional, Antônio Eça de Queirós, ao presidente do Conselho de Ministros, 19 set. 1938.

33 ARAGÃO, José de Pina (cônsul de Portugal em São Francisco). O triunfo do governo português. *A União Portuguesa*, n. 2.489, p. 1, 8 jun. 1936. No texto, o diplomata afirma que “Salazar substituiu o fanatismo e o radicalismo pela religião, pela boa educação e cultura. [...] O nosso governo ama o povo e lhe dá bastante democracia para que todos possam ser felizes”.

34 AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 36. Documentação diversa sobre a Festa da Raça, organizada por comissão supervisionada pelo embaixador, em New Bedford, entre 13 e 18 jun. 1939.

35 MOUTINHO, Manuel. A ação social portuguesa. *Diário de Notícias*, n. 5.626, p. 1, 10 nov. 1937; MOUTINHO, Manuel. Carta aos meus leitores I: Portugal à margem da civilização. *Diário de Notícias*, n. 5.647, p. 1, 7 dez. 1937; MOUTINHO, Manuel. Carta aos meus leitores II: As nossas tradições liberais. *Diário de Notícias*, n. 5.655, p. 1-2, 16 dez. 1937; MOUTINHO, Manuel. Carta aos meus leitores VI: A deslealdade do

publicados em *O Colonial* que irritaram profundamente o governo português. O subdiretor do SPN dirigiu ao proprietário e diretor de *O Colonial*, o madeirense Frederico da Costa, uma carta datada de Lisboa, em 20 de agosto de 1935, para expressar o seu mal-estar com a publicação das informações e artigos de Manuel Moutinho, que acusavam o governo português de torturar os presos políticos. Não era a primeira vez que Antônio Eça de Queirós se queixava ao diretor de *O Colonial*. Em 30 de março do mesmo ano, ele fez lembrar a Frederico da Costa o “dever” que tinham os jornais portugueses no exterior de “defender e elevar o bom nome de Portugal”.<sup>36</sup>

Em sua carta datada de 20 de agosto de 1935, e publicada em *O Colonial* em 6 de setembro daquele ano, Antônio Eça de Queirós rebate as acusações contra o governo argumentando que as liberdades em Portugal são “larguíssimas”, afirmando, inclusive, que os adversários do Estado Novo podiam se expressar livremente.<sup>37</sup> E contra-ataca denunciando que ele sim havia sofrido a perseguição política e os maus-tratos do regime republicano. Também demonstra a sua raiva pela maneira como Manuel Moutinho descreve o Estado Novo e seus líderes, atribuindo-lhes a covardia de fazê-lo desde o outro lado do Atlântico, “a 6.000 quilômetros de distância”.<sup>38</sup> “o sr. Manuel Moutinho não honra o jornal em que escreve; suja-o indelevelmente, rebaixa-o, usando de processos e duma forma que desde logo, pela sua violência e torpeza, repelem o leitor de bom gosto [...]”, assinala Eça de Queirós.<sup>39</sup> O subdiretor do SPN também escreveu uma carta pessoal ao secretário da ALP. Nela, com uma linguagem ofensiva e insultuosa, acusa-o de trair covardemente a sua pátria, inclusive com uma velada ameaça final:

O que o sr. está fazendo no estrangeiro, com a sua grotesca campanha, também me dá a prova do seu patriotismo. O sr. que, para vergonha de todos nós, usa um nome português que não merece, é apenas um inimigo de Portugal. O seu ódio epilético e pessoal pela existência – na verdade salvadora – do Estado Novo, pelo gênio indiscutível de Salazar, pela infinita correção e nobre procedimento do general Carmona, presidente da República, faz-lhe esquecer o que à pátria deve todo o português, sobretudo se afastado de Portugal por motivos de irredutibilidade política. Preso, espancado, perseguido ferozmente e exiliado longos anos fui eu, por exemplo, entre 1911 e 1914, e entre 1918 e 1920, e nunca no estrangeiro me passou pela cabeça insultar, baixamente, Portugal na pessoa dos homens que então go-

---

sr. Lanceta. *Diário de Notícias*, n. 5.678, p. 1-8, 14 jan. 1938; MOUTINHO, Manuel. Carta aos meus leitores X: Um ar da minha graça e uma paródia a uma trova popular. *Diário de Notícias*, n. 5.701, p. 1-5, 10 fev. 1938; MOUTINHO, Manuel. Carta aos meus leitores XIII: A religião católica na Rússia. *Diário de Notícias*, n. 5.720, p. 1-8, 5 mar. 1938.

36 AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 37. Recortes da imprensa luso-americana. Nota oficiosa da Presidência do Conselho ao *O Colonial*. *O Colonial*, ano X, 19 abr. 1935.

37 O sr. Antônio Eça de Queirós refuta as acusações contra o governo da ditadura de permitir “maus-tratos” aos presos políticos. *O Colonial*, n. 380, ano X, p. 1-2, 6 set. 1935.

38 Idem.

39 Idem.



vernavam desastrosamente Portugal! [...]. Venho dizer-lhe simplesmente que o sr. Manuel Moutinho, já que usa os processos que usa, que fala a linguagem que fala, que mente com a desenvoltura com que mente, que calunia com a facilidade com que calunia e que assassina o seu país pelas costas e de longe, perdeu o direito a toda e qualquer consideração, por parte dos portugueses em geral e por minha parte em particular. E venho pedir-lhe *que publique na íntegra e em primeira página* esta minha carta, que não é nota oficiosa, mas apenas uma apreciação bem clara do sr. Manuel Moutinho e da sua obra de traição. [...]. O mundo é pequeno sr. Manuel Moutinho [...].<sup>40</sup>

Manuel Moutinho aproveitou esta ameaçadora epístola do subdiretor do SPN como uma prova da eficácia da sua propaganda e da preocupação da ditadura com as campanhas antissalazaristas na imprensa imigrante portuguesa. O secretário da ALP publicou uma réplica a Eça de Queirós em *O Colonial* e avivou a polémica difundindo um novo manifesto, em outubro de 1935, intitulado *A autópsia dum imbecil*, com uma tiragem de cinco mil exemplares. Em sua resposta, Manuel Moutinho é contundente ao desqualificar o dirigente salazarista, a quem chama de “cérebro doente”, “apaniguado”, “aborto acéfalo”, “cretino”, entre outras sutilezas.<sup>41</sup> O subdiretor do SPN exerceu também fortes pressões sobre o proprietário do *Diário de Notícias*, Guilherme Machado Luís, para evitar que João Camoesas publicasse em seu periódico artigos contra a ditadura,<sup>42</sup> propósito que Eça de Queirós acabou conseguindo em agosto 1938.<sup>43</sup>

A pressão que o SPN exerceu sobre a imprensa luso-americana reduziu a intensidade da propaganda antissalazarista, especialmente depois da vitória do general Franco na Espanha, o que provocou uma certa decepção e frustração entre os opositores do fascismo luso, que não fundariam o Portuguese-American Committee for Democracy até 1945, sob a liderança de João Camoesas, José Rodrigues Miguéis e Abílio de Oliveira Águas.

## **“O profeta da nova ordem”: a propaganda salazarista nos Estados Unidos**

São muitas as campanhas de propaganda salazarista que mereceriam ser estudadas neste trabalho, mas, tendo em conta as limitações desta contribuição,

---

40 Réplica do filho de Eça de Queirós. *O Colonial*, n. 391, ano X, p. 1, 13 set. 1935 (grifo no original).

41 *A autópsia dum imbecil*. Manifesto editado pela Aliança Liberal Portuguesa – 45 Delano St., New Bedford, Mass, out. 1935.

42 A Casa de Portugal em Nova Iorque tinha a sua sede no 12º piso do Rockefeller Center, mesmo edifício do consulado-geral, situado no 6º andar. *Diário de Notícias*, n. 6.599, p. 1, 30 jan. 1941 e *Diário de Notícias*, n. 6.625, p. 2, 3 mar. 1941. ANTT/AOS, SGPCM-GPM, caixa 5, proc. 156, 3, n. 4. Ofício n. 1.273 do subdiretor do Secretariado de Propaganda Nacional, Antônio Eça de Queirós, ao presidente do Conselho de Ministros, 19 set. 1938.

43 AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 37. Carta enviada por João Camoesas a Guilherme M. Luiz, 19 ago. 1938.

serão citados apenas três casos paradigmáticos: a nomeação em 15 de junho de 1938 de Antônio de Oliveira Salazar como doutor *honoris causa* pela Fordham University, uma das instituições universitárias católicas de maior prestígio da América do Norte; a construção do pavilhão de Portugal na World's Fair de Nova Iorque, realizada entre abril e outubro de 1939; e a participação oficial na Golden Gate International Exposition de São Francisco, entre 1939 e 1940.<sup>44</sup> Esses três eventos tiveram uma grande repercussão nas páginas da imprensa imigrante portuguesa devido ao orgulho patriótico despertado nos membros da comunidade lusa que se viram representados nesses cenários da elite acadêmica, política e comercial no território norte-americano.

Com o doutorado *honoris causa*, a Fordham University pretendia reconhecer os méritos políticos de Antônio de Oliveira Salazar, a quem descreve como o restaurador da pátria portuguesa e “profeta of a new order” [profeta da nova ordem], criador de um novo Estado inspirado pelos princípios do pontificado romano:

Antônio de Oliveira Salazar a recolheu em seus braços, restaurou sua confiança e a impregnou com um novo sopro de vida. A maior maravilha que floresceu vigorosamente no Estado, como familiares nos lares, como paz, justiça, caridade; não havendo nenhuma luta de classes e intolerância religiosa. Se quiser, este é o sonho utópico do pontífice romano, de um Estado bem organizado. Para este Estado de quase total perfeição, no qual o pontífice romano delineou em suas encíclicas, tendo como base sólida a tríplice unidade: ou seja, o pai de família, o grupo vocacional e a municipalidade. E para este Estado ele deu o formato e a presença de vida, e para o mundo, um comunicado de esperança de uma vida feliz, como um novo amanhecer. [...]. Seu país o considera como o salvador e guia, e para o mundo, um sacerdote e profeta da nova ordem da sociedade. [Traduzido por Heloisa Frossard]<sup>45</sup>

No ato que converteu Salazar no primeiro doutor *honoris causa* estrangeiro pela universidade nova-iorquina, o ditador foi representado pelo embaixador João Antônio de Bianchi, que falou também em nome da comunidade portuguesa residente nos Estados Unidos.<sup>46</sup> Em sua crônica para o *Diário de Notícias*, Vasco de Sousa Jardim destaca o prestígio adquirido por seu país na América do Norte graças ao reconhecimento acadêmico da Fordham University, em um concorrido ato a que compareceram mais de cinco mil pessoas. Vasco Jardim expressa em sua informação o sentimento de orgulho patriótico que tal fato significa para a nação portuguesa, interpretando-o como um sonho realizado para os imigrantes:

---

44 O governo português inaugurou um pavilhão próprio na Golden Gate International Exposition de São Francisco entre 18 de fevereiro e 29 de outubro de 1939, e 25 de maio e 29 de setembro de 1940. Em 16 de junho de 1939, comemorou-se o Dia de Portugal na exposição, pensada para promover a baía de São Francisco em razão da inauguração da ponte Golden Gate, em 1937.

45 AHD. Embaixada de Portugal em Washington, caixa 29. Folheto oficial da Fordham University: The Ninety Third Annual Commencement, 15 jun. 1938.

46 Ibidem. Existem informações complementares na caixa n.18, proc. n. 9, que apresenta a documentação completa sobre o doutorado *honoris causa*, pela Fordham University de Nova Iorque.

[...] Veremos os nossos sonhos realizados, do bom nome de Portugal neste país, é uma aspiração que vem de longe – que vem desde 1920, quando amiudadas vezes a imprensa da nação registava em letras garrafais as contínuas revoluções e desordens de Portugal. Mas agora, que a imprensa dedica palavras de respeito e admiração pela pátria, regista-se o fato de que uma universidade, como é a Fordham, honra também o filho mais dileto de Portugal, porque na frente do majestoso edifício, junto ao qual estava o estrado com os convidados de honra e professorado, se via a bandeira portuguesa, ao lado direito da bandeira americana e ao outro lado o estandarte da universidade.<sup>47</sup>

A campanha realizada pelo SPN entre 1939 e 1940 nos Estados Unidos e durante a sua participação na World's Fair de Nova Iorque e na Golden Gate International Exposition de São Francisco conseguiu difundir uma imagem de modernidade.<sup>48</sup> O governo português insistiu na ideia de um novo Portugal de Salazar baseado em um projeto político que pretendia restaurar o passado glorioso do país, com vocação imperial, tradicionalista e vanguardista ao mesmo tempo, inspirado na visão de um líder irrepetível, legitimado por sua condição de professor em Coimbra, que havia sido entronizado pela propaganda do regime como uma espécie de salvador da nação. Seu “invulgar talento”, segundo um inteligente artigo publicado pelo salazarista M. Macedo em janeiro de 1933 no *Diário de Notícias*, havia conseguido equilibrar milagrosamente as contas do país.<sup>49</sup>

Às instâncias de Antônio Ferro, durante o dia de Portugal na exposição internacional de Nova Iorque, em 17 de julho de 1939, Salazar dirigiu à colônia portuguesa uma mensagem radiofônica como sinal do seu compromisso com os imigrantes luso-americanos.<sup>50</sup> O discurso teve uma grande repercussão na imprensa portuguesa nos Estados Unidos. Nunca antes um governante do país havia se dirigido diretamente aos imigrantes lusos. Com o título “Mensagem do doutor Oliveira Salazar aos portugueses na América”, tanto o *Jornal Português* como o *Diário de Notícias* reproduzem o breve discurso do ditador.<sup>51</sup> Em sua locução, Salazar rememora as figuras dos navegantes João Rodrigues Cabrilho e Miguel Corte Real e reivindica o ressurgimento de Portugal:

Pedem-me duas palavras que sejam para vós neste dia de festa eco da pátria distante, e embora doente e receoso devo-las fazer chegar apagadas e frias, hei-de dizer o que mais importa ao momento sem preterir a parte que possa caber à saudade. A representação portuguesa na exposição de Nova Iorque teve o tríplice fim de prestar homenagem ao povo americano e à sua obra, de reivindicar para Portugal o seu justo quinhão, desde a afastada época dos descobrimentos, na formação dos Estados Unidos

---

47 Doutor Oliveira Salazar. *Diário de Notícias*, n. 5.807, p. 1, 17 jun. 1938.

48 Portugal na exposição Golden Gate. *Jornal Português*, n. 351, p. 1, 10 mar. 1939.

49 MACEDO, M. O doutor Oliveira Salazar e a nação. *Diário de Notícias*, 16 jan. 1933.

50 Discurso de Antônio Ferro no Dia de Portugal na feira. *Diário de Notícias*, n. 6.131, p. 4, 18 jul. 1939.

51 *Jornal Português*, n. 386, p. 4, 7 jul. 1939. *Diário de Notícias*, n. 6.131, p. 4, 18 jul. 1939.

de América do Norte, e por fim de dar a portugueses e americanos uma ideia, pálida que seja, do esforço de reconstrução realizado nos últimos anos em Portugal. Se houve povo de pioneiros na civilização, e que larga parte tomasse na descoberta e formação de América, foi o nosso povo. Os primeiros entre todos os europeus que perderam a vida ao serviço do Novo Mundo foram os portugueses Cortes Reais; e entre os consagrados heróis da ocupação e descobrimento das terras americanas do Oeste, está Cabrilho, o herói nacional da Califórnia. Depois disso, o esforço tenaz dos portugueses, o seu amor ao trabalho, o seu espírito de sacrifício, disciplina e respeito pelas leis e instituições dos países a cuja hospitalidade se acolhem, esse conjunto de qualidades morais e cívicas que fizeram sempre do nosso emigrante não estrangeiro que se tolera, mas colaborador que se estima, espriam-se e afirmam-se como largas marchas na grande nação americana. É para nós altamente lisonjeiro que os portugueses espalhados pelo mundo sejam exemplo de trabalho, economia e disciplina e constituam aí uma das mais queridas colônias [...]. Se o nosso modesto pavilhão, cantinho de terra portuguesa na grande América, se a visita de um navio da nossa Armada intencionalmente escolhido dentre os construídos em Portugal por operários portugueses, se a Casa de Portugal em Nova Iorque agora criada como lar dos portugueses da América vos derem a impressão reconfortante da pátria presente e desvelada, sentir-me-ei feliz, porque toda a nossa política se reduz afinal a fazer que os portugueses sejam em tudo dignos das tradições da sua pátria e a mostrar-lhes que a pátria é pelo ressurgimento operado em todos os campos digno do amor e dedicação dos seus filhos.

O discurso radiofônico de Salazar foi correspondido por um setor da colônia, que lhe fez chegar uma mensagem de agradecimento em agosto de 1939.<sup>52</sup> O *Diário de Notícias* publicaria um extenso artigo em que destaca o esforço propagandístico do diretor do SPN, Antônio Ferro, e do governo português, em seu afã por melhorar a situação da colônia e espalhar uma imagem positiva de Portugal nos Estados Unidos.<sup>53</sup>

A liderança de Salazar era endossada, além disso, por intelectuais renomados que colaboravam com ele, como os principais representantes do SPN, Antônio Ferro ou Antônio Eça de Queirós, que estavam sob suas ordens com a missão de “iluminar o mundo”.<sup>54</sup> Esse foi o eixo da propaganda de Portugal na exposição de Nova Iorque, cujo pavilhão continha no hall de entrada duas grandes estátuas: uma de Salazar, vestido com o traje acadêmico da Universidade de Coimbra, feita pelo escultor Francisco Franco, e outra do general Carmona.

As figuras políticas de Salazar e Carmona foram reconhecidas por alguns imigrantes por meio da criação de duas associações dedicadas à promoção pública

---

52 ANTT. AOS/SGGM-GPM, caixa 20, proc. 231. Ofício n. 3.836 do chefe de Serviços (interino), Silva Dias, ao chefe de gabinete do presidente do Conselho, 12 ago. 1939.

53 A importante missão de Antônio Ferro. *Diário de Notícias*, n. 6.131, p. 4, 18 jul. 1939.

54 FERRO, Antônio. *Dez anos de política do espírito (1933-1943)*. Discurso proferido no X aniversário do SPN, p. 16.

de ambos os líderes nos Estados Unidos. O chefe do Estado português contou com o apoio do chamado Clube Português General Carmona, com sede em New Bedford, enquanto Salazar foi homenageado pelo Portuguese-American Salazar Club, fundado em maio de 1933 em Lawrence (Massachusetts), que chegou a ter mais de seiscentos sócios durante os seus vinte anos de existência.<sup>55</sup> A admiração popular por Salazar e Carmona era também o reflexo da devoção que alguns jornalistas portugueses expressavam por ambos ou por algum deles nas páginas da imprensa luso-americana. Como caso paradigmático, poderia-se citar J. C. Valim que em um artigo, publicado em 25 de janeiro de 1937, em *A União Portuguesa da Califórnia*, sob o título “Salazar, o grande”, expressou quais eram, segundo ele, as principais virtudes do chefe do regime fascista luso, que descreve como “um dos mais competentes financeiros do mundo, mas ainda um político sagaz e habilíssimo, um patriota no mais alto grau e um dos maiores homens de Estado que tem dirigido os destinos da nação portuguesa”.<sup>56</sup>

### **A viagem triunfal do diretor do SPN, Antônio Ferro**

O comissário geral da World's Fair de Nova Iorque e da Golden Gate International Exposition de São Francisco foi o diretor do SPN, Antônio Ferro. O cérebro da propaganda do regime português chegou a bordo do navio *Saturnia* (da Italian Line) ao porto nova-iorquino em 12 de abril de 1939, acompanhado por seu secretário Guilherme Pereira de Carvalho.<sup>57</sup> Durante o tempo em que Antônio Ferro esteve nos Estados Unidos, foram muitas as ocasiões nas quais promoveu o Estado Novo, tanto na costa leste quanto oeste. Sua atividade de propaganda trouxe-lhe grande popularidade, a ponto de várias instituições de imigrantes em Connecticut, Pensilvânia, Nova Iorque e Nova Jersey concordarem em organizar uma homenagem pública, em 10 de julho de 1939, em sua honra,<sup>58</sup> antes que partisse para Lisboa a bordo do vapor *Normandie*, uma semana depois.<sup>59</sup> Durante esse ato, recebeu também a “mensagem de gratidão” dos imigrantes portugueses, dirigida a Salazar pelo extraordinário prestígio que Portugal alcançou durante a feira nova-iorquina, que o ditador agradeceu de forma expressa e pública, em setembro de 1939.<sup>60</sup>

---

55 ANTT. AOS/CO/PC-56, caixa 632. Ofício do presidente do Portuguese-American Salazar Club, Inc. a Antônio de Oliveira Salazar, 24 abr. 1957; telegrama n. 1.749 do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao consulado de Portugal em Boston, s. d.; e telegrama n. 2354 do cônsul em Boston ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 15 maio 1957.

56 VALIM, J. C. Salazar, o grande. *A União Portuguesa*, n. 2.522, p. 1, 25 jan. 1937.

57 Chegada a Nova Iorque do comissário-geral de Portugal, sr. Antônio Ferro. *Diário de Notícias*, n. 6.056, p. 1, 17 abr. 1939.

58 Homenagem a Antônio Ferro. *Diário de Notícias*, n. 6.124, p. 1, 10 jul. 1939.

59 *Diário de Notícias*, n. 6.131, p. 1, 18 jul. 1939.

60 O dr. Oliveira Salazar agradece a mensagem que lhe foi enviada. *Diário de Notícias*, n. 6.188, p. 1, 18 set. 1939.

A campanha desenvolvida pelo diretor do SPN teve um grande impacto também na linha editorial dos jornais luso-americanos mais relevantes.<sup>61</sup> Em uma capa incomum, que publicava em grande formato os retratos de Carmona e Salazar, o *Diário de Notícias* dedicou a edição de 29 de novembro de 1939 para agradecer, em nome da colônia da Nova Inglaterra, a construção do pavilhão português e a propaganda do governo na Feira Mundial de Nova Iorque:

Foi sempre a grande ambição dos patriotas que formam esta colônia, poderem mostrar um dia ao povo desta grande nação, o Portugal e os portugueses do passado ao presente. E esse sonho, essa ambição de todos aqueles, que apesar de estarem tão longe de Portugal, jamais deixaram de ter sempre fixos na pátria os olhos da alma – materializou-se no pavilhão de Portugal na exposição de Nova Iorque. Bem haja o nosso governo, bem haja Antônio Ferro pela orientação dada à nossa representação, porque os assuntos que ali foram expostos e revelados acerca da nossa raça, foi o primeiro e acertado passo a dar-se na propaganda portuguesa na América. Porque acima dos interesses comerciais está o prestígio da nação e do seu povo.<sup>62</sup>

Ferro realizou diversas viagens aos principais núcleos da colônia para divulgar as realizações do regime fascista português.<sup>63</sup> Uma de suas primeiras ações propagandísticas na Califórnia, para onde viajou no início de julho de 1939, foi a apresentação e a distribuição, no estande de Portugal na feira em San Francisco, de um folheto de sua autoria intitulado *Salazar; Portugal e o seu chefe*.<sup>64</sup> Para a World's Fair de Nova Iorque, Ferro preparou *ex profeso*<sup>65</sup> uma outra publicação, dedicada a promover as virtudes do novo Portugal, da sua economia e de seus líderes. Tratava-se de uma obra comemorativa de caráter propagandístico, intitulada *Portugal in New York World's Fair 1939*, com textos e fotografias do general Carmona, do cardeal patriarca de Lisboa e do próprio Salazar, cujos conteúdos e estrutura foram organizados por Marques da Costa, com a colaboração artística de Celestino Soares, Ferreira Gomes e Roberto de Araújo.<sup>66</sup> O SPN editaria também um volume sobre a exposição de São Francisco, assinado por Celestino Soares, intitulado *California and the Portuguese*.<sup>67</sup>

---

61 A visita de Antônio Ferro à Califórnia. *Jornal Português*, n. 368, p. 1, 7 jul. 1939.

62 Testemunhando a nossa gratidão. *Diário de Notícias*, n. 6.243, 29 nov. 1939.

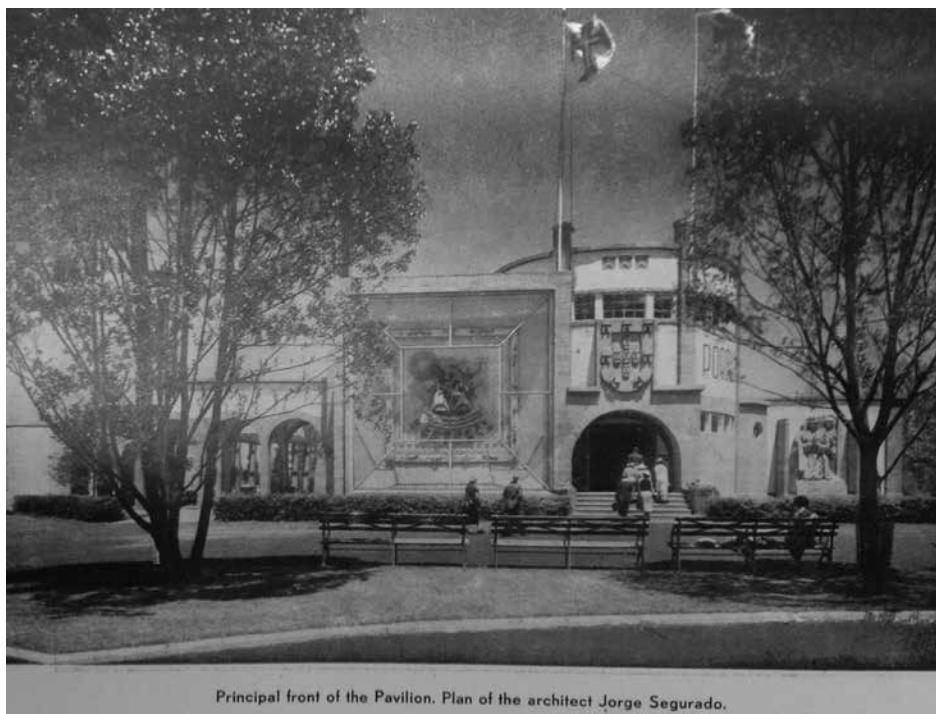
63 Entre outras viagens, em 27, 28 e 29 de maio de 1939, Antônio Ferro visitou a colônia de Newark. *Diário de Notícias*, n. 6.086, p. 4, 23 maio 1939. Em junho de 1939, viajou a New Bedford, Fall River e Peabody, em Massachusetts. *Diário de Notícias*, n. 6.092, p. 1, 31 maio 1939. *Diário de Notícias*, n. 6.096, p. 1, 5 jun. 1939. Yonkers, em Nova Iorque. *Diário de Notícias*, n. 6.111, p. 3, 23 jun. 1939.

64 Antônio Ferro na Califórnia. *Jornal Português*, n. 3.68, p. 4, 7 jul. 1939.

65 N. do t.: *ex profeso* – locução adverbial de origem latina empregada no espanhol com o significado de a propósito, com a intenção, deliberadamente.

66 COSTA, Marques da. *Portugal in New York World's Fair 1939*. The official book of the Portuguese representation in the international exhibition of the New York 1939. Livro que teve a colaboração artística de Ferreira Gomes e Roberto de Araújo, a abertura da publicação conta com as mensagens (e retratos) do general Carmona, do cardeal Cerejeira e de Oliveira Salazar. Existe um exemplar desse livro na Freitas Library.

67 SOARES, Celestino. *California and the portuguese*. How the portuguese helped to build up California:



Principal front of the Pavilion. Plan of the architect Jorge Segurado.

Imagem exterior do pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Nova Iorque, tirada do livro comemorativo do governo português sobre sua participação

Nos pronunciamentos públicos de Antônio Ferro nos Estados Unidos, muito difundidos pela imprensa luso-americana, os elogios a Salazar e aos avanços do Estado Novo eram tema recorrente, insistindo-se particularmente em que a política do governo português, uma vez “arrumada a casa”, prestaria especial atenção aos seus emigrantes na América.<sup>68</sup> Ferro logrou espalhar a percepção de que Portugal estava “na moda” no mundo,<sup>69</sup> e que Salazar era o “homem do momento”, de acordo com a expressão do *Jornal Português* de Oakland, em 1941.<sup>70</sup> Em seu discurso de inauguração do pavilhão português na World’s Fair, em 8 de maio de 1939, Antônio Ferro aproveitou a oportunidade para traçar, ante o público americano, o perfil

---

a monograph written for the Golden Gate International Exposition on San Francisco Bay 1939.

**68** Discurso lido pelo alto-comissário no estande de Portugal na Golden Gate International Exposition de São Francisco. *Jornal Português*, n. 368, p. 5, 7 jul. 1939. Discurso pronunciado pelo Exmo. sr. Antônio Ferro, comissário-geral de Portugal na abertura do pavilhão português da Exposição Internacional de Nova Iorque. *Diário de Notícias*, n. 6.088, p. 4, 25 maio 1939.

**69** SILVA, Herculano G. Portugal está na moda. *Jornal Português*, número comemorativo dos centenários de Portugal, 1.140-1.640, p. 3, 1940.

**70** Salazar é considerado o homem do momento quando a guerra terminar. *Jornal Português*, n. 488, p. 17, 7 nov. 1941.



Capa do jornal *A Luta*, editado na cidade de Nova Iorque, 23 de março de 1938

de Salazar como um político com visão do futuro, moderno e inovador. Salazar, segundo Ferro, era uma espécie de messias, e pertencia à “raça dos descobridores”:

Um homem, filho de camponeses, simples como o Evangelho, soube despertar-nos. Esse homem, Salazar, atual chefe do governo português, encontrou-se diante dum país empedrado, devastado por um século de lutas intestinas. [...] Com a sua alma profundamente cristã, com o seu olhar puro que elimina a lealdade da vida, Salazar teve a coragem de voltar a ensinar-nos, numa época de livre arbítrio, certos princípios fundamentais sem os quais o mundo e a sua harmonia não poderiam existir. [...] É portanto Salazar, arquiteto do nosso equilíbrio financeiro, econômico e moral, quem está construindo, sob a égide do general Carmona, ilustre presidente da República portuguesa, o nosso futuro. E é precisamente a visão desse futuro que serve de modesta apoteose ao nosso pavilhão.<sup>71</sup>

71 ANTT. AOS/CO/PC-12D, caixa 661. Discurso pronunciado pelo Excelentíssimo senhor Antônio Ferro,



Em sua campanha de propaganda a favor do salazarismo, Antônio Ferro também pronunciou um discurso sobre a nova política de Salazar em relação aos imigrantes nos Estados Unidos, na celebração do Dia de Portugal na World's Fair nova-iorquina.<sup>72</sup> O diretor do SPN, consciente do desconforto da colônia pelo distanciamento e indiferença crônica dos governos portugueses, aborda a questão prometendo o fim das políticas de esquecimento e abandono. Segundo a sua argumentação, o Estado Novo se ocupou primeiro em consertar a situação política e econômica em um contexto nacional. Agora, o governo português orientaria sua ajuda aos “portugueses da saudade”, contrapondo ao estágio de absoluta indiferença dos governos republicanos o ressurgimento de Portugal após o golpe de 28 de maio de 1926.<sup>73</sup> Antônio Ferro utiliza a participação de Portugal nas exposições internacionais de Nova York e São Francisco como prova de que os tempos haviam mudado, de que o governo de Portugal queria estabelecer uma relação mais estreita com a comunidade portuguesa nos Estados Unidos:

A nossa participação na World's Fair foi a primeira resposta do governo português a essa ânsia natural e legítima. Dentro da modéstia e da economia da nossa administração, fomos, sem dúvida, um dos países que menos gastaram com a sua vinda à exposição. Mas fizemo-lo – é esta a opinião geral de todos os americanos – com dignidade, equilíbrio e bom gosto. Sessenta e tal nações estão representadas, é certo, na World's Fair. Mas destas, apenas vinte e tal se podem orgulhar de possuir pavilhão próprio, visto as outras se terem limitado a recheiar os espaços, semelhantes a esta sala de honra que lhes foram cedidos gratuitamente pelo comissariado geral da exposição. E convém não esquecer que além dos nossos pavilhões na World's Fair, ainda conseguimos erguer, para satisfação da nossa colônia do Oeste, e com a sua colaboração, uma grande “stand” na exposição de San Francisco. Mas não foi tudo. O governo português não se limitou a mandar-lhes alguns retratos da terra mãe nas imagens do nosso pavilhão. Mandou-lhes também um pedaço vivo de Portugal, mandou-lhes o Tejo.<sup>74</sup>

Para garantir o contato permanente do Estado Novo com os imigrantes portugueses nos Estados Unidos, o diretor do SPN informa, além disso, sobre a próxima abertura de uma Casa de Portugal em Nova Iorque, que se ocuparia de promover campanhas de propaganda sobre o novo Portugal. Essa instituição começou a funcionar em janeiro de 1941 com sede no Rockefeller Center e um orçamento anual de US\$ 40.000.<sup>75</sup> A ditadura portuguesa utilizaria esta Casa de Portugal em Manhattan como plataforma de ação de propaganda nos Estados

---

comissário-geral de Portugal na Exposição Internacional de Nova Iorque.

72 Discurso de Antônio Ferro no Dia de Portugal na feira. *Diário de Notícias*, n. 6.131, p. 4, 18 jul. 1939.

73 Idem.

74 Idem.

75 A Casa de Portugal em Nova Iorque tinha a sua sede no 12º piso do Rockefeller Center, mesmo edifício do consulado-geral, situado no 6º andar. *Diário de Notícias*, n. 6.599, p. 1, 30 jan. 1941. *Diário de Notícias*, n. 6.625, p. 2, 3 mar. 1941.

Unidos, tanto para atrair os imigrantes para o discurso salazarista quanto para projetar a imagem de um Portugal moderno. No entanto, a situação política internacional, desfavorável na América do Norte aos regimes fascistas durante e após a Segunda Guerra Mundial, causou distanciamento e interesse do Estado Novo pela comunidade imigrante luso-americana, que voltaria a se sentir órfã de seu governo após os marcos diplomáticos e propagandísticos de 1939, que haviam conseguido que muitos imigrantes vissem Salazar como um autêntico herói do ressurgimento português.

Uma versão mais curta deste trabalho foi publicada na *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 7, n. 1, p. 31-51, jan./jun. 2018.

**Traduzido por Carlos Alfredo Linhares Fabio**

## Fontes

AHD (American Heritage Dictionary), embaixada de Portugal em Washington, caixas 13, 18, 29 e 36.

AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 18, proc. 9.

AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 37, pasta 15.

AHD, embaixada de Portugal em Washington, caixa 37, gav. 150.

ANTT, AOS/CO/PC-12D, caixa 661.

ANTT, AOS/CO/PC-56, caixa 632.

ANTT, AOS/SGPCM-GPM, caixa 5, proc. 156, 3, n. 4.

ANTT, AOS/SGGM-GPM, caixa 20, proc. 231.

A UNIÃO PORTUGUESA, n. 2.489, 8 jun. 1936; n. 2.522, 25 jan. 1937.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 jan. 1933; n. 4.371, 19 set. 1933; n. 4.391, 13 out. 1933; n. 4.621, 20 jul. 1934; n. 5.626, 10 nov. 1937; n. 5.647, 7 dez. 1937, n. 5.655, 16 dez. 1937; n. 5.678, 14 jan. 1938; n. 5.701, 10 fev. 1938; n. 5.720, 5 mar. 1938; n. 5.807, 17 jun. 1938; n. 6.056, 17 abr. 1939; n. 6.086, 23 maio 1939; n. 6.088, 25 maio 1939; n. 6.092, 31 maio 1939; n. 6.096, 5 jun. 1939; n. 6.111, 23 jun. 1939; n. 6.124, 10 jul. 1939; n. 6.131, 18 jul. 1939; n. 6.188, 18 set. 1939; n. 6.243, 29 nov. 1939; n. 6.599, 30 jan. 1941; n. 6.625, 3 mar. 1941; n. 8.565, 22 jul. 1947; n. 8.571, 29 jul. 1947.

JORNAL PORTUGUÊS, n. 351, 10 mar. 1939; n. 368, 7 jul. 1939; n. comemorativo dos centenários de Portugal, 1140-1940, 1940; n. 488, 7 nov. 1941; n. 781, 15 ago 1947; n. 815, 16 abr. 1948; n. 817, 30 abr. 1948.

O COLONIAL, ano X, 19 abr. 1935; n. 380, ano X, 6 set. 1935; n. 391, ano X, 13 set. 1935.

O PROGRESSO, n. 142, ano IV, 26 nov. 1936.

PORTUGAL NA CALIFÓRNIA. Disponível em: <<https://portuguesebooks.org/2011/10/j-a-freitas-library-a-precious-nugget-of-portuguese-history/>> e <<http://www.mypfsa.org/library-museum/#/>>.

\_\_\_\_\_. Edição especial, set. 1935.

## Referências bibliográficas

COSTA, Marques da. *Portugal in New York World's Fair 1939*: the official book of the Portuguese representation in the international exhibition of the New York 1939. s.l.: s.e., s.d.

FERRO, Antônio. *Dez anos de política do espírito (1933-1943)*. Discurso proferido no X aniversário do SPN. Lisboa: Edições do SPN, 1943.

SOARES, Celestino. *California and the Portuguese: how the portuguese helped to build up California – a monograph written for the Golden Gate International Exposition on San Francisco Bay 1939*. Lisboa: Edições do SPN, 1939.

# As graves violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado ditatorial entre 1964 e 1985

Vivien Ishaq<sup>1</sup>

## O golpe de Estado e a estrutura da repressão

Em 31 de março de 1964, um golpe de Estado militar destituiu o governo constitucional do presidente João Goulart, instaurando no Brasil um regime autoritário que vigorou por 21 anos. O presidente deposto morreria no exílio, na Argentina, em 1976. Uma Constituição democrática só seria promulgada em 1988. Entre 1964 e 1985, os militares governaram o Brasil por meio de atos institucionais e medidas de exceção, que permitiram a perseguição aos opositores e dissidentes com demissões, cassação de direitos políticos, detenções arbitrárias, prisões e exílio; tempos em que a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos forçados e a eliminação física foram, sistematicamente, utilizados contra todos aqueles que contestavam o novo regime.

Os generais presidentes construíram um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil: sindicatos, organizações profissionais, universidades, igrejas e partidos. Foi criada, também, uma burocracia de censura que proibia manifestações de opinião e de expressões culturais identificadas como hostis ao regime militar.

Os pilares do sistema repressivo eram formados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), subordinado ao presidente da República; pelos serviços de informação dos ministérios civis (divisões de Segurança e Informações: as DSI); e pelos serviços de espionagem e repressão das forças armadas, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Na conjuntura política surgida após o golpe de 1964, os presidentes militares começaram a organizar um novo serviço secreto, sob a coordenação do general Golbery do Couto e Silva (1911-1987).

Em 13 de junho de 1964, o presidente Castelo Branco (1897-1967) assinou a lei n. 4.341, que criou o SNI. Surgiu como um órgão da Presidência da República com a missão de coordenar, em todo o território nacional e no exterior, as atividades de informação e contrainformação, e subsidiar o Conselho de Segurança Nacional (CSN) nas questões atinentes à segurança nacional.<sup>2</sup>

---

1 Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do Arquivo Nacional no Distrito Federal.

2 O SNI possuía a seguinte estrutura: gabinete do ministro, que ficava no Palácio do Planalto, e

Os agentes do SNI, formados pela Escola Nacional de Informações (EsNI), produziam relatórios com informações e avaliações sobre o governo e o setor público em geral, relatórios externos com dados diversos sobre “países antagônicos” e “países amigos”, e os denominados relatórios psicossociais, que analisavam o comportamento dos principais agentes e instituições da sociedade. Estavam nesse conjunto as igrejas, os sindicatos, as entidades estudantis, a imprensa e os movimentos sociais. Assim, ao longo da existência do SNI, os agentes produziram milhares de páginas de texto com informações sobre pessoas e instituições, cujos documentos foram organizados em dossiês e inseridos no banco de dados do Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação (Sardi). Por sua vez, esse banco de dados englobava outras 19 bases de dados, sendo que 14 delas correspondiam às informações armazenadas pela Agência Central e agências regionais, duas contendo os registros de levantamento de dados biográficos (LDB) da Agência Central e duas contendo os registros de prontuários (PRT), também da Agência Central. Esse volume gigantesco de informações era recuperado pelos agentes em terminais de vídeo, cuja tela apresentava os principais dados acompanhados de uma descrição sumária do conjunto dos documentos, buscando uma rápida visualização das informações solicitadas.<sup>3</sup>

O Brasil organizou uma forma de repressão que ultrapassou as fronteiras do país. O monitoramento pelo Estado ditatorial dos brasileiros que viviam no exterior ficou a cargo, principalmente, do Centro de Informações do Exterior (Ciex), estabelecido no Ministério das Relações Exteriores (MRE), em coordenação com o SNI. Houve intensa cooperação internacional para ações de repressão, em especial a Operação Condor, aliança entre as forças de segurança e serviços de inteligência das ditaduras do Cone Sul. A Operação Condor (Plan Condor) foi o nome atribuído à rede secreta de informações criada na década de 1970 e formada pela união dos aparelhos repressivos das ditaduras aliadas da América Latina – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A cooperação repressiva incluía o compartilhamento de dados produzidos pelos serviços de inteligência e a realização de operações conjuntas extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados, refugiados ou banidos.

Essa rede repressiva internacional era complexamente articulada e promoveu operações com finalidades criminosas para cometer violações de direitos, em clara situação de terrorismo de Estado. Desde abril de 1964, com a chegada do

---

Agência Central, sediada em Brasília, na Esplanada dos Ministérios. As agências regionais tinham sede nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda, em sua estrutura, estavam a Secretaria de Administração e a Escola Nacional de Informações (EsNI).

3 Arquivo Nacional, BR. DF. ANBSB. V8. TXT. AGR. DNF. 38.

presidente deposto ao exílio no Uruguai, o fluxo de exilados brasileiros aumentou no país, levando a ditadura brasileira a pressionar o governo de Montevideú em busca de cooperação para restringir a liberdade de expressão e a locomoção dos brasileiros exilados. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) identificou bases do Ciex em capitais do Cone Sul (Assunção, Buenos Aires e Santiago), da Europa Ocidental (Paris, Lisboa e Genebra) e da Europa do Leste (Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental). As pesquisas conduzidas pela CNV comprovaram a atuação direta do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em graves violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e a existência de uma rede de informantes pagos. Foram identificados telegramas e ofícios que registram, a partir de 1970, solicitações das autoridades brasileiras para detenção de brasileiros em território uruguaio, chileno e argentino.

Outros órgãos davam sustentação ao sistema repressivo, como a Polícia Federal e, no âmbito estadual, as Delegacias de Ordem Política e Social (Dops). Em julho de 1969, em São Paulo, a Operação Bandeirantes (Oban) surgiu para concentrar as ações repressivas no comando do Exército, contando inclusive com doações de empresários e industriais para realizar suas atividades. A estrutura foi



Fachada do Doi-Codi: 1º Batalhão de Polícia do Exército, onde funcionou o DOI-Codi, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. Estima-se que no DOI-Codi 15 presos políticos foram executados e outros 33 tiveram seus cadáveres ocultados, desaparecidos até hoje. Acervo da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>>

extinta, porém, em 1970 para dar lugar ao Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e ao Destacamento de Operações de Informações (DOI), instalados nas principais capitais do país. Conhecidos à época pela sigla DOI-Codi, foram estes locais por onde passaram milhares de presos e onde ocorreu a maioria dos casos de execução e desaparecimento forçado.

Durante a ditadura militar, presos e familiares desafiaram a recusa do governo em admitir a prática de graves violações de direitos humanos. Diversas ações judiciais foram movidas por familiares de mortos e desaparecidos que objetivaram a responsabilização do Estado.

A responsabilidade do Estado brasileiro pela ocorrência de graves violações de direitos humanos decorreu fundamentalmente de ações ou da omissão de órgãos do Poder Executivo, muitos deles vinculados essencialmente às forças armadas. Mas essa política de Estado teve repercussão nos outros poderes, sobretudo no Judiciário, que examinaram as denúncias de graves violações de direitos humanos. Durante o regime militar, restringiu-se, de um lado, o acesso ao Poder Judiciário, ao se impedir o controle judicial sobre determinadas matérias; de outro, possibilitou-se a interferência, pelo presidente da República, na estrutura e na composição das instituições judiciárias, mediante criação e extinção de cargos e aposentadoria de magistrados. A Justiça Militar teve um papel fundamental na execução de perseguições e punições políticas pela ditadura, ganhando especial destaque com o advento do AI-2, de 27 de outubro de 1965, quando foram ampliadas as suas competências para processar e julgar os crimes contra a segurança nacional. Nos processos políticos que tiveram curso na Justiça Militar, analisados na pesquisa *Brasil: nunca mais* (período entre abril de 1964 e março de 1979), a conivência com a tortura de presos políticos sobressai nos protestos dos advogados pelas atitudes arbitrárias e cerceadoras dos juízes auditores. Segundo a referida pesquisa, era comum que os juízes proibissem que a tortura fosse citada pelos réus ou, ainda, que a menção fosse transcrita em ata. Em alguns casos, essas denúncias eram substituídas apenas pelo registro de que a vítima “alega ter sofrido coação física e moral”.<sup>4</sup>

O primeiro relatório abrangente sobre a tortura no Brasil foi elaborado pela Anistia Internacional em 1972, no qual apresentou o número de 1.081 pessoas citadas como torturadas no período entre 13 de dezembro de 1968 e 15 de julho de 1972, mostrando ser essa prática, à época, bastante difundida, generalizada e sistemática.<sup>5</sup> Em 1975, ocorreu a primeira denúncia de 35 presos políticos, tornada pública no Brasil, sobre torturas e torturadores, que chegou à esfera do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O documento apresentou

---

4 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Projeto Brasil: nunca mais, p. 15.

5 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*, p. 348.

nomes e codinomes de 233 torturadores do regime militar no país; descreveu, também, os principais métodos e instrumentos de tortura que eram empregados pelos órgãos de repressão e as condições carcerárias.



Passeata de estudantes, Rio de Janeiro, 4 jul. 1968. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_02007\_124

Seria impossível, aqui, enumerar todas as denúncias sobre as graves violações cometidas pelo Estado brasileiro, durante os anos de 1964 a 1985, que chegaram ao conhecimento da imprensa nacional e, no exterior, às entidades internacionais de direitos humanos e, mesmo, às instâncias governamentais, notadamente ao Ministério da Justiça do Brasil. Frente a todas essas denúncias, o Estado ditatorial adotou a política de negação da prática de tortura a presos políticos, a negação de informações sobre o paradeiro dos desaparecidos e sobre as reais circunstâncias de mortes ocorridas sob a custódia dos órgãos estatais.

## A Comissão Nacional da Verdade

Em dezembro de 2009, a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, que reuniu em Brasília cerca de 1.200 delegados de conferências estaduais, recomendou a criação da Comissão Nacional da Verdade, com a tarefa de promover o esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores. Ao assinar a apresentação do terceiro Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva considerou a relevância da criação de uma comissão da verdade, na medida em que apenas “conhecendo inteiramente tudo o que se passou naquela fase lamentável de nossa vida republicana o Brasil construirá dispositivos seguros e um am-



plo compromisso consensual – entre todos os brasileiros – para que tais violações não se repitam nunca mais”.<sup>6</sup>

A CNV, em cumprimento do mandato que lhe foi conferido pela lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011, realizou o exame e o esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, tendo, portanto, como horizonte de sentido, o direito à memória e à verdade histórica, tal como concebido na jurisprudência do sistema internacional de proteção dos direitos humanos. A instituição da CNV ocorreu 26 anos após o fim da ditadura militar, expressando que a passagem do tempo não foi um impedimento para o Brasil enfrentar seu legado trágico de violações de direitos humanos.

No mesmo dia em que a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, em 16 de maio de 2012, ocorreu também, no Brasil, a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Juntas, elas contribuirão, com certeza, para uma mudança cultural no país, em que a transparência dos atos dos governantes passa a ser um dever primordial do Estado brasileiro para com seus cidadãos.

É importante ressaltar que a lei n. 12.528, ao definir a competência da CNV, apresentou uma lista de quatro graves violações de direitos humanos que deveriam ser investigadas em razão de sua gravidade: tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. A expressão “graves violações de direitos humanos” designa a violação a direitos considerados inegociáveis, como o direito à vida e à integridade pessoal, não sendo suscetíveis de cancelamento mesmo em situações excepcionais – a guerra, o Estado de emergência, entre outros casos.

O conceito de graves violações tem se ampliado para indicar o descumprimento das normas obrigatórias do direito internacional, como aquelas referentes à proibição do genocídio, dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade. Além desses casos, a Comissão Nacional da Verdade, orientada pelos conceitos e regras do direito internacional relativas aos direitos humanos, analisou como graves violações duas outras condutas: a prisão ilegal e arbitrária e a violência sexual.

A CNV, ao longo de 31 meses de investigação em múltiplos campos, identificou a dimensão sistêmica da ação violadora do Estado ditatorial, seja perpetrada por seus agentes, seja por terceiros agindo com seu consentimento ou conivência. Ao investigar as graves violações, a CNV se deparou com a prática disseminada em larga escala, comprovada pelas centenas de relatos de testemunhas e sobreviventes da tortura sofrida nos cárceres militares e policiais localizados em todos os estados brasileiros.

---

6 BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

Uma vez que as graves violações examinadas foram praticadas em um contexto sistemático e generalizado de ataque contra a população civil, como ficou demonstrado no relatório, a CNV concluiu, em diversos momentos, que os agentes do Estado ditatorial perpetraram crimes contra a humanidade.

Durante a ditadura militar, 243 pessoas foram vítimas de desaparecimento forçado e outras 191 foram mortas por execução sumária ou por tortura, perpetradas por agentes a serviço do Estado, segundo o “Quadro geral da Comissão Nacional da Verdade sobre mortos e desaparecidos políticos”.<sup>7</sup> Essas duas formas de graves violações de direitos humanos ocorreram de modo sistemático, durante os anos de 1964 a 1985. Os homicídios eram cometidos pelos órgãos de segurança com uso arbitrário da força em circunstâncias ilegais. Esses crimes foram praticados dentro de complexas estruturas do aparelho policial ou militar, com a vítima sob o poder de agentes do Estado, ainda que em locais clandestinos de tortura e de execução. A grande maioria dessas mortes ocorreu em decorrência de tortura, método preferencial de execução dos presos políticos. Para ocultar as reais circunstâncias desses assassinatos, os órgãos de segurança montaram encenações de falsos tiroteios, suicídios simulados ou acidentes. Alguns corpos foram entregues às famílias para seu sepultamento em caixão lacrado, para ocultar as marcas de sevícias existentes.

A violência sexual como método de tortura física e psicológica foi uma política de Estado e atingiu mulheres e homens durante a ditadura, constituindo graves violações aos direitos humanos e crimes contra a humanidade. O relatório da Comissão Nacional da Verdade relata a crueldade dos métodos de tortura, particularmente intensificada contra mulheres, pois expressava também a hierarquia de gênero e sexualidade existente na sociedade. A tortura nas mulheres ocorria sempre nos primeiros momentos de chegada ao cárcere: eram submetidas a desnudamento forçado; estupros; abortos provocados; obrigadas a presenciar a tortura dos filhos perpetrada por agentes do Estado brasileiro.<sup>8</sup>

Ao longo de dois anos e meio de atividades, a CNV manteve equipes permanentes de pesquisa no Arquivo Nacional, em sua sede no Rio de Janeiro e na sua Coordenação Regional em Brasília. Os nove milhões de páginas de documentos do SNI, somados aos dos acervos dos órgãos de repressão e informação também custodiados na instituição, foram a principal fonte de pesquisa para os trabalhos de investigação da CNV.

A Comissão Nacional da Verdade, que também pesquisou em arquivos públicos estaduais brasileiros e em arquivos no exterior, ouviu cerca de 1.500 depoimentos de antigos agentes da repressão e testemunhos de vítimas sobreviventes

---

7 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*, p. 438.

8 *Ibidem*, p. 399-426.

e familiares de mortos e desaparecidos políticos; realizou diligências a locais em que foram praticadas graves violações de direitos humanos, em vários estados brasileiros. A realização conjunta de audiências públicas com as comissões estaduais, municipais, setoriais e universitárias dotou a CNV de forte capilaridade, aspecto essencial em um país de dimensão continental como o Brasil. Ao investigar as graves violações, deparou-se com a prática disseminada em larga escala, comprovada pelas centenas de relatos de testemunhas e sobreviventes da tortura sofrida nos cárceres militares e policiais de todos os estados brasileiros. Uma vez que as graves violações examinadas foram praticadas em um contexto sistemático e generalizado de ataque contra a população civil, como ficou demonstrado no relatório, a Comissão concluiu, em diversos momentos, que os agentes do Estado ditatorial perpetraram crimes contra a humanidade.

Assim, a CNV pôde ampliar a agenda da sociedade por memória, verdade e justiça, buscando atingir, especialmente, a população brasileira que nasceu depois do golpe militar. Em cumprimento ao art. 11 da lei n. 12.528/2011, a Comissão produziu relatório circunstanciado, contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações, apresentado à presidenta da República Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014.

O *Relatório* da Comissão Nacional da Verdade, em sua versão impressa, contém seis tomos: volume I – *Relatório* (tomos 1 e 2), volume II – *Textos temáticos* (tomo único) e volume III – *Mortos e desaparecidos políticos* (tomos 1, 2 e 3), abrangendo cerca de 3.500 páginas. Nesse mesmo dia, o relatório foi publicado no sítio institucional da CNV na internet, divulgando ao público os resultados de seu trabalho. Ainda no dia 10 de dezembro, o colegiado da CNV entregou o relatório ao presidente do Senado Federal, ao presidente do Supremo Tribunal Federal e ao procurador-geral da República.

Os trabalhos de investigação da CNV sobre o esclarecimento das circunstâncias de mortes e desaparecimentos forçados estão documentados no relatório, volume III (com três tomos), *Mortos e desaparecidos políticos*, que apresenta a história de vida e as circunstâncias da morte de 434 mortos e desaparecidos políticos. Registrou-se, também, que o rol de vítimas não é definitivo, e foi recomendada a continuidade das investigações sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período analisado pela Comissão (1946 a 1985), conforme disposto no seu mandato legal.

Em cada um dos perfis, encontram-se indicados os elementos que foram examinados ao longo dos volumes I e II (*Relatório* e *Textos temáticos*), referentes às modalidades, às estruturas, aos locais e à autoria das graves violações de direitos humanos. É importante destacar que os perfis apresentam as falsas versões do Estado divulgadas à época, assim como os resultados das investigações realizadas nas últimas décadas. A Comissão realizou um importante trabalho de



Entrega do relatório da CNV à presidenta Dilma Rousseff. Palácio do Planalto, Brasília, 10 dez. 2014. Acervo da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>>

sistematização dos esforços realizados pelos familiares e amigos de mortos e desaparecidos, testemunhas oculares, e dos organismos que precederam à instituição da CNV, notadamente a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP). Portanto, o volume *Mortos e desaparecidos políticos* reúne a vasta pesquisa realizada nos arquivos da repressão sob a guarda das instituições arquivísticas brasileiras e estrangeiras, assim como os documentos reunidos por outras entidades.

### **Casos de graves violações de direitos humanos investigados pela CNV: revisão das versões oficiais da ditadura sobre mortes ocorridas nas instalações militares e policiais**

Fugas, confrontos armados com as forças de repressão, atropelamentos, acidentes e suicídios fazem parte da história oficial da repressão política no Brasil sobre a causa das mortes dos opositores políticos ao regime militar.

O trabalho realizado pelos pesquisadores e pelo núcleo pericial da CNV foi responsável pela desconstrução de versões oficiais do regime militar sobre a morte de militantes, sendo, portanto, determinante para a produção de conhecimento sobre as modalidades de execução utilizadas nas unidades militares e policiais, assim como os métodos de tortura empregados nos presos políticos.

A equipe de peritos criminais da Comissão realizou exames periciais, diretos e indiretos; elaborou laudos periciais e relatórios técnicos; acompanhou procedimentos de exumação; realizou visitas a arquivos policiais e instituições congêneres para busca e pesquisa de documentos; coletou depoimentos; e realizou entrevistas visando elucidar as circunstâncias da morte de vítimas da ação repressora do Estado ditatorial. A equipe pericial se debruçou sobre a vasta documentação produzida pelos órgãos do regime ditatorial, objetos de sua análise: a) laudos de local, laboratoriais, balísticos e cadavéricos; análises periciais já realizadas e relatórios técnicos de exumações; fotografias ou negativos dos exames de local e cadavérico, dentre outros; b) plantas, fotografias aéreas e levantamentos topográficos.

A título de exemplo, tomo a liberdade para mencionar alguns casos, em que documentos encontrados no Arquivo Nacional, nos arquivos do Instituto Médico-Legal (IML) e do Instituto de Identificação Félix Pacheco (IFP) contribuíram para esclarecer as circunstâncias de casos de morte e desaparecimento forçado perpetrados pelo Estado ditatorial.

Um dos casos de morte por tortura de grande repercussão à época foi o de Chael Charles Schreier, estudante de medicina e militante da VAR-Palmares. Chael foi preso por agentes da repressão no dia 21 de novembro de 1969, no Rio de Janeiro, na casa onde residiam Maria Auxiliadora Lara Barcelos e Antônio Roberto Espinosa, também integrantes da VAR-Palmares. Foto encontrada no acervo do Dops pela cineasta Anita Leandro exibe Chael da cintura para cima, sem camisa e sem nenhum ferimento aparente, sendo um registro fotográfico feito no dia de sua prisão, 21 de novembro de 1969, no Departamento Federal de Segurança Pública.<sup>9</sup>

A foto comprova que, ao chegar às dependências policiais, o militante encontrava-se ileso, desmentindo assim a versão oficial de morte em decorrência de resistência à prisão. Em depoimento à CNV, em 25 de julho de 2014, o sargento Euler Moreira de Moraes, responsável pela prisão de Chael, revelou que o entregou à prisão ileso.<sup>10</sup> Na fotografia de Chael, identificado com número 12.145, não se observa nenhuma das lesões relatadas no auto de autópsia do Hospital Central do Exército (HCE) para as regiões da cabeça e pescoço: mancha azulada com infiltração hemorrágica no pavilhão auricular esquerdo, manchas róseas-azuladas com infiltração hemorrágica nas pálpebras, escoriações nas regiões malar esquerda e zigomática e orbitária direitas, e feridas de bordas irregulares já suturadas com fio de náilon na região mentoniana.<sup>11</sup> Essas evidências

---

9 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Dops, 30Z160\_11541.

10 ARQUIVO NACIONAL. Fundo CNV, 00092001636/2014-09.

11 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*, p. 460.

demonstram que as lesões relatadas no auto de autópsia foram produzidas após o procedimento de identificação, quando se encontrava sob a tutela de agentes do Estado. Chael morreu no dia seguinte, decorrente da tortura, aos 23 anos de idade. Seu corpo foi levado a uma sinagoga em São Paulo, onde, apesar do cerco da Polícia do Exército e do DOI-Codi/SP, dois jornalistas da revista *Veja*, Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira, além de uma junta médica, puderam constatar os ferimentos que denunciavam a tortura de Chael. Seu caso de execução por tortura teve enorme repercussão no Brasil e em veículos internacionais como *New York Times*, *Le Monde* e *The Times*.

Ao analisar o laudo cadavérico de Chael Charles, referente ao exame de necropsia realizado em 24 de novembro de 1969, a equipe de perícia da CNV constatou que a natureza, a forma e a distribuição das lesões descritas indicam que Chael Charles foi agredido de forma generalizada e contínua, e que recebeu socorro médico, diante da sutura descrita na região mentoniana.

Outro exemplo de corpo de vítima entregue pelos militares com claras marcas de tortura foi o de Raul Amaro Nin Ferreira, engenheiro que morreu no Hospital Central do Exército (HCE), na zona norte do Rio de Janeiro. Fotografia identificada no acervo do Serviço Nacional de Informações comprova que Raul apresentava boas condições físicas ao dar entrada no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1971.<sup>12</sup> Ele foi submetido a interrogatório sob tortura no Dops, segundo atestam duas testemunhas. Entregue aos militares do DOI-Codi, continuou sendo torturado até ser levado para o HCE, no dia 4 de agosto. Documentos localizados por sua família indicaram que ele foi interrogado e sofreu tortura dentro do hospital, em 11 de agosto de 1971. Um dos documentos apresentava agentes do DOI-Codi para entrada no hospital, assinada pelo comandante substituto à época, Antônio Nogueira Belham. E segundo outros documentos, Raul apresentou novas lesões depois da entrada no hospital, indicando que a prática de tortura cometida pelos militares ocorreu dentro de suas dependências. Não tendo resistido às sevícias sofridas, ele morreu aos 27 anos, nas dependências do HCE.<sup>13</sup>

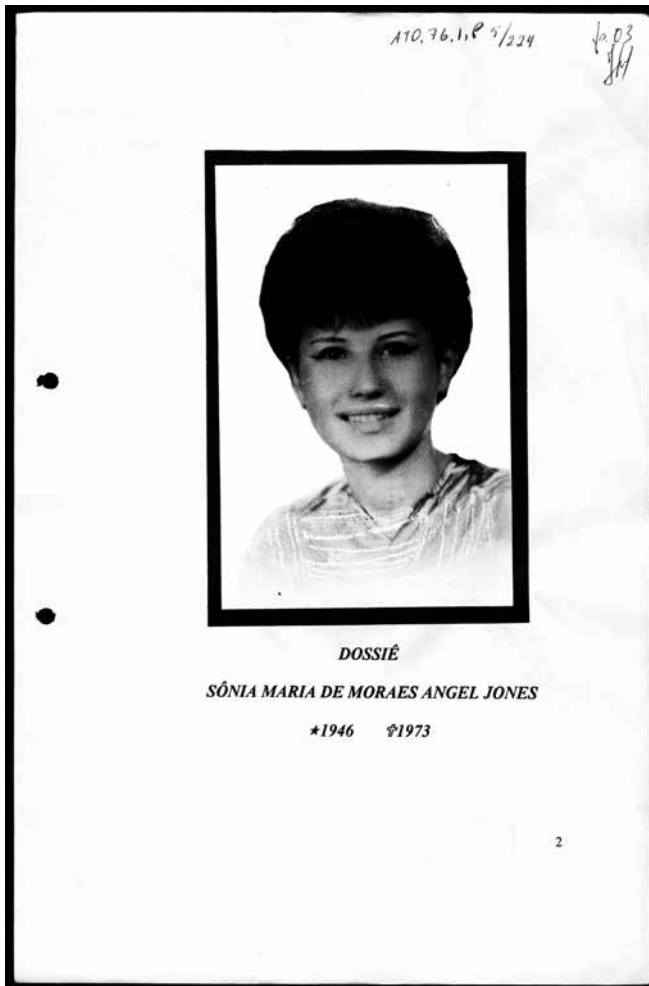
Um dos casos mais terríveis investigados pela CNV foi a execução de Sônia Maria de Moraes Angel Jones, natural do Rio Grande do Sul e estudante de economia na cidade do Rio de Janeiro. Sônia era casada com seu companheiro de militância no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Stuart Edgar Angel Jones, e exilou-se na França em 1970. Stuart foi morto em maio de 1971, sendo um dos 243 desaparecidos políticos reconhecidos pela Comissão. Sônia retornou do exílio ao Brasil em 1973, passando a atuar na Ação Libertadora Nacional (ALN),

---

12 ARQUIVO NACIONAL. Raul Amaro Nin Ferreira et al.

13 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. p. 464.

em São Paulo, tendo como novo companheiro Antônio Carlos Bicalho Lana. Ambos foram presos em novembro de 1973 e levados para o DOI-Codi, na rua Tutoia.



**Sonia Maria Angel Jones.**  
BR\_BSBANDF\_ATO. 76,1, p. 5/224

A versão oficial de morte em confronto foi divulgada pelos órgãos de repressão e desmentida pelo depoimento à CNV do ex-agente da repressão Marival Chaves, no qual relata que Sônia e Antônio foram levados para um local clandestino de tortura e execução do II Exército, onde foram seviciados barbaramente. Seus corpos foram levados de volta ao DOI-Codi para serem exibidos no pátio como troféus, em 30 de novembro de 1973. Marival presenciou a referida cena e pôde constatar “as perfurações no ouvido, na testa, na face dos dois [...] a ideia do tiro ao alvo”, indicando uma das modalidades de tortura praticada pelos militares nos presos políticos. Um depoente, protegido pelo sigilo da não identificação

de identidade, relatou à CNV que, de fato, Sônia teria sido levada para uma casa clandestina, e que foi testemunha de sua morte sob brutais torturas praticadas pela equipe do agente Lourival Gaeta, como a introdução de rato vivo em seu corpo, pois, segundo o depoente, o torturador Gaeta justificou a escolha do animal explicando que “rato não anda para trás”. Com o objetivo de ocultar o corpo de Sônia, os militares a enterraram no cemitério de Perus, em São Paulo, com o seu codinome usado na ALN, Esmeralda Siqueira Aguiar. Em 1991, após duas décadas de buscas incessantes realizadas por sua família, seus restos mortais foram localizados e trasladados para o Rio de Janeiro.<sup>14</sup>

## Os desaparecimentos forçados

A prática do desaparecimento forçado, como fenômeno sistemático e generalizado, marcou a história recente da América Latina. Implementada como política de Estado durante as ditaduras militares que assolaram o Cone Sul, bem como durante os conflitos armados na América Central, essa prática consistiu na detenção, seguida da execução e ocultação de cadáveres de milhares de pessoas. Para não deixar rastros, os Estados ocultavam os corpos das vítimas – por meio, entre outros, da criação de cemitérios e valas clandestinas; da identificação das pessoas como indigentes; e do despejo de corpos no fundo de lagos, rios ou mar (atirados de aviões e helicópteros). Milhares de presos políticos morreram assim e, até hoje, na maioria dos casos, não se tem notícias do seu paradeiro.

Durante a ditadura militar, 243 pessoas foram vítimas de desaparecimento forçado, ou seja, mais da metade das 434 vítimas fatais da ditadura.<sup>15</sup> O desaparecimento forçado é considerado pelo relatório da CNV um delito de natureza múltipla, autônoma e permanente, em sintonia com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tendo em vista que os diferentes direitos violados não podem ser analisados separadamente. Assim, o relatório da Comissão afirma que o desaparecimento forçado não cessa enquanto não se conhecer o paradeiro da vítima e enquanto não se certificar de sua identidade. Portanto não basta, para a cessação da conduta, que a morte seja presumida por meio da emissão de certidão de óbito ou de algum reconhecimento oficial do Estado.

A CNV identificou que, no Brasil, o desaparecimento forçado foi resultado de política sistemática do regime militar contra opositores políticos e que era parte da estratégia da ditadura para ocultar crimes perpetrados por agentes do Estado. As principais organizações afetadas por esse crime foram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Movimento

---

14 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos*, p. 1.427-1.431.

15 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*, p. 438.



de Libertação Popular (Molipo), que somam 61% dos casos de desaparecimento forçado.

## **Investigações para a localização de restos mortais**

Em 4 de setembro de 1990, foi aberta a vala clandestina de Perus, localizada no cemitério Dom Bosco, na cidade de São Paulo, onde foram encontradas cerca de mil ossadas, entre indigentes, vítimas dos esquadrões da morte e presos políticos. Além da utilização de valas clandestinas, descobriu-se, igualmente, a prática do sepultamento de presos políticos assassinados como indigentes ou utilizando-se a identidade falsa que usavam na clandestinidade, conforme atestam os livros de registro dos cemitérios.

Essas descobertas tiveram um importante papel em revelar a rede existente entre os órgãos de repressão, institutos de medicina legal e cemitérios, que resultou, também, na localização de sítios clandestinos de sepultamento de cadáveres sem identificação.

Seguindo essa linha de investigação, equipe de pesquisadores da CNV, em parceria com o núcleo pericial, estabeleceu um promissor campo de pesquisa para a localização de sepultamento de desaparecidos na cidade do Rio de Janeiro, que consistiu no cruzamento das fichas datiloscópicas existentes no IFP, com livros de registro do IML sobre sepultamentos de desconhecidos e com as fichas datiloscópicas de “desconhecidos, desconhecidas, homem, mulher” registradas nos livros de entrada de cadáveres do IML, em datas próximas ao desaparecimento de militantes.

A metodologia de pesquisa, apesar de ser extremamente trabalhosa e de requerer um longo tempo de execução, teve sua eficácia comprovada com a identificação do local de sepultamento de Joel Vasconcelos Santos, Félix Escobar, Joel Torres Gonçalves e Paulo Roberto Torres Gonçalves. Os resultados da pesquisa atestam a atuação planejada do regime militar voltada a fazer desaparecer os corpos dos militantes executados, com a cooperação de diferentes organismos públicos: forças da repressão, funcionários dos institutos médico-legais, médicos legistas, administrações de cemitérios e Poder Judiciário, muitas vezes conivente.

Portanto, a CNV, em sua recomendação n. 10, indica a desvinculação dos institutos médicos-legais, bem como dos órgãos de perícia criminal, das secretarias de segurança pública e das polícias civis, propondo a criação, nos estados da federação, de centros avançados de antropologia forense e a realização de perícias que sejam independentes das secretarias de segurança pública e com plena autonomia ante a estrutura policial, para conferir maior qualidade na produção de provas técnicas, inclusive no diagnóstico de tortura.

Em face da permanente negação de informações sobre o paradeiro das vítimas da ditadura militar, por parte do Ministério da Defesa e dos comandos militares, um grande trabalho de pesquisa resta ainda a ser feito para o esclarecimento das circunstâncias de morte e local de ocultação dos cadáveres dos desaparecidos políticos. Assim, a recomendação n. 27 da CNV registra a importância do prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega aos familiares dos restos mortais dos desaparecidos políticos para seu sepultamento digno.

## **Identificação de autores de graves violações de direitos humanos**

Em cumprimento do seu mandato legal e com a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica – direito das vítimas, familiares e de toda a sociedade –, a CNV buscou esclarecer a autoria dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, por meio da identificação das pessoas cujas condutas concretas, por ação ou omissão, contribuíram para a ocorrência das graves violações de direitos humanos descritas no seu relatório. Para a identificação de autoria, a Comissão buscou sempre fundamentá-la a partir de documentos, depoimentos de vítimas e testemunhas, inclusive de agentes públicos que participaram de repressão. A CNV concluiu que os graves atentados contra os direitos humanos não foram fruto da ação isolada de alguns agentes, mas, ao contrário, resultado de uma política de Estado. O Estado brasileiro, à época da ditadura, optou pela prática da tortura, morte e ocultação de cadáveres na luta política contra a oposição.

O resultado das investigações da CNV possibilitou a identificação de 377 agentes públicos como autores de graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura. O relatório demonstrou que a ocorrência dessas violações envolveu a atuação de diferentes estruturas de comando, com áreas especializadas no âmbito das unidades e estabelecimentos militares; cooperação entre as forças armadas e órgãos policiais; comunicação permanente entre o SNI e as estruturas de informação dos ministérios civis, emprego e intercâmbio de informações entre serviços de inteligência; unidades de informações dos ministérios civis e funcionamento permanente de equipes de investigação, interrogatório e busca.

Ao constatar que a prática de graves violações de direitos humanos ocorreu de forma planejada e sistemática, a Comissão Nacional da Verdade conclui pelo afastamento integral da hipótese de que elas resultaram de condutas individualizadas, excepcionais ou alheias aos padrões de conduta estabelecidos pelas forças armadas. Assim, a identificação da autoria de graves violações de direitos humanos considerou a participação coordenada de agentes em diferentes níveis hierárquicos e no exercício de funções distintas, organizados sob a forma de cadeias de comando em cada unidade organizacional.

Foram identificados como executores os autores materiais que cometeram ou participaram, pessoal e diretamente, dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, bem como os autores intelectuais, idealizadores e mandantes de tais violações. Assim, no topo da cadeia de comando foram responsabilizados os presidentes da República, todos a partir do golpe militar, seguidos dos chefes superiores das unidades da estrutura do Estado em que ocorreram aos crimes.

## Conclusões

Resta, claro, que o pleno exercício dos direitos do cidadão envolve, obrigatoriamente, o direito de saber o que o Estado faz, direito este especialmente imprescindível para o preenchimento das lacunas na história pessoal das vítimas dessa violência. Muitas também têm sido as iniciativas da sociedade civil brasileira para questionar os limites da legislação de anistia que impedem a responsabilização individual de agentes da repressão – e do próprio Estado – por graves violações de direitos humanos. A Lei de Anistia não é – e não pode ser – um ponto final na história dos crimes cometidos pelos governos militares.

Sob a perspectiva republicana e democrática, a possibilidade de nova interpretação da Lei de Anistia e as ações realizadas pela CNV, pelo Ministério Público e pela Justiça brasileira, que garantem o direito à verdade, rompem com o silêncio imposto à sociedade sobre o tema e, conseqüentemente, com o quadro de uma injustiça duradoura. E o acesso público aos arquivos que registram as práticas dos governos durante a ditadura contribui, sem dúvida, para lançar luzes à dimensão sombria de nossa história na defesa dos direitos à justiça, à verdade e à memória individual e coletiva.

## Fontes

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Projeto Brasil: nunca mais, projeto A, tomo V, v. 1, p. 15.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo CNV.

\_\_\_\_\_. Serviço Nacional de Informações. Manual – Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação, 1984. BR.DFANBSB.V8.TXT.AGR.DNF.38.

\_\_\_\_\_. Raul Amaro Nin Ferreira et al. Fundo SNI. BR. DFANBSB.V8.GNC.AAA.71041431an001.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Dops. 30Z160\_11541.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). *Relatório*. Brasília: Imprensa Nacional, 2014.

\_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade (CNV). *Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Imprensa Nacional, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SDH/PR, 2010.

## Referência bibliográfica

SIKKINK, Katryn. A era da responsabilização: a ascensão da responsabilização penal individual. In: COMISSÃO DE ANISTIA E UNIVERSIDADE DE OXFORD. *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.